BRAZILEIRAS

MEMORIAS HISTORICAS BRAZILEIRAS

CAPITULO XXII

GUERRA DA INDEPENDENCIA DA BAHIA. ASSALTO AO CONVENTO DA LAPA. JUNTA DE DEFESA NA CACHOEIRA. GENERAL P. LABATUT. COMBATE DO CABRITO.
JOÃO DAS BOTTAS. MARIA QUITERIA. COMBATES EM ITAPARICA. ENTRADA DO EXERCITO LIBERTADOR NA BAHIA.
A COLUMNA 2 DE JULHO. O ULTIMO VETERANO — 1822-1823

CABE-NOS agora a tarefa de relatar a guerra que os bahianos travaram em favor da independencia de sua provincia, e com prazer a desempenhamos, porque recordar os acontecimentos de tão agitada epocha equivale offerecer ás novas gerações exemplos de coragem patriotica.

É seguindo as licções civicas legadas por seus grandes homens — na dignidade moral, na altivez de principios, na comprehensão e defesa de seus direitos, na lucta sem treguas contra a prepotencia e contra o servilismo — que um povo affirma, de modo digno, a sua existencia, honrando a civilisação.

Reler paginas palpitantes ainda d'esse enthusiasmo sagrado que levantou a Bahia, como um só homem, para constituir-se livre; trazer a publico, á serena luz da verdade,

tantas e tão porfiadas luctas, cantadas de modo eloquente por seus poetas inspirados; apontar á mocidade os logares que foram salpicados de generoso sangue e por onde passaram, sobranceiros aos soffrimentos, bravos que sabiam desenvolver, como os heróes de Homero, valôr quasi sobrehumano em seus combates; procurar no estylo tintas capazes de restaurar o vasto e movimentado scenario, tornando-o digno da publica apreciação pela fidelidade descriptiva: eis o attrahente estudo que n'este momento captiva toda a nossa curiosidade historica.

No espontaneo apostolado de que se investiu, sem outra preoccupação que a de prestar um pequeno serviço á patria, o escriptor d'estas *Memorias*, ao tratar da guerra bahiana, experimenta legitima satisfação sob todas as grandes difficuldades do trabalho, como aquelle tritão venturoso que ao conduzir triumphalmente sobre os hombros a fascinadora deusa da belleza e das graças, não lhe sentia o peso,

De soberbo com carga tão formosa (1).

A 15 de Fevereiro de 1822 o navio *Leopoldina*, que servia de correio, trouxe de Lisboa a carta regia de 9 de Dezembro do anno anterior, que nomeava o general Ignacio Luiz Madeira de Mello para o cargo de governador das armas da Bahia, logar occupado pelo brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

A 16 mandou Madeira apresentar o seu titulo ao corpo

---

(1) LUIZ DE CAMÕES: *Os Luziadas*, cant. II, est. XXI.

municipal, para lhe ser dada a posse; na sala das sessões achavam-se presentes só um vereador e o procurador, que deitaram o *Cumpra-se* na carta e o não assignaram, por advertencia do escrivão, visto não terem comparecido os demais membros da camara.

Maguado com esta desconsideração, o general portuguez convocou logo um conselho militar dos commandantes dos corpos de 1.ª e 2.ª linha, a titulo de serviço publico; perguntando a cada um si lhe reconhecia o caracter de governador das armas e obtendo resposta affirmativa, fez com que todos assignassem um termo de obediencia ás suas ordens.

Esta attitude determinou a divisão das tropas em duas facções ou partidos: pronunciaram-se a favor do brigadeiro Manoel Pedro o 1.° regimento de infanteria, artilheria e legião de caçadores, e de Madeira a tropa luzitana e o esquadrão de cavallaria da cidade.

Nas noites de 16 e 17 de Fevereiro conservaram-se de promptidão as forças de ambas as partes, dispostas a lançar-se uma contra outra.

No dia 18 a junta governativa officiou ao brigadeiro Manoel Pedro que mantivesse em obediencia a tropa, e á camara para que nada decidisse acerca das faltas contidas no diploma do novo governador, sem que primeiro lh'as apresentasse, para que, submettido o caso a um conselho composto das corporações e cidadãos mais respeitaveis da cidade, fossem tomadas medidas asseguradoras da salvação da provincia.

A 18 de Fevereiro uma grande representação, assignada por 421 pessoas, subiu, nos seguintes termos, á consideração da camara: «Illustrissimo senado da camara.—Os habitantes d'esta cidade abaixo assignados, e, por meio d'estes, os habitantes de toda a provincia, cujos sentimentos patrioticos têm sido sobejamente declarados na presente epocha, tomando por base d'elles a causa da constituição e firmissima união de Portugal, Brazil e Algarves, em uma só familia, julgam de seu dever levar a V. S. o seguinte. De ninguem foram desconhecidos os denodados esforços do muito digno senhor brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, no memorando dia 10 de Fevereiro, devendo-se-lhe com justiça attribuir, e inteiramente, a regeneração d'esta provincia. De ninguem são, pelo mesmo modo, desconhecidas as virtudes militares e civis d'este homem extraordinario: pelo que, certos nós de que do commando das armas depende em grande parte o goso da liberdade civil ou a escravidão, segundo forem liberaes ou despoticas as instruções d'aquelle a quem fôr confiado, principalmente havendo-se estabelecido no decreto do 1.° de Outubro do anno passado que o governador das armas só seria responsavel ás côrtes e a El-Rei, ficando por isso mesmo senhor absoluto em suas deliberações: não duvidamos, amparados com o art. XIV das bases juradas, reclamar e pedir a V. S. haja de não conferir, por ora, a posse do governo das armas ao brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, e sim fazer patente este negocio a todas as camaras da provincia, a fim de que estas, conformando-se com o pare-

cer e vontade dos povos, dêem os seus accordos, os quaes V. S. levará ao conhecimento do soberano congresso, para que, novamente, tomando em sua alta e profunda consideração, delibere o que fôr melhor. E offerecem esta por embargos, como fica ponderado, para serem decididos pelas soberanas côrtes, e receberão mercê.»

Para não dar execução á carta regia, a camara representou á junta sobre o não ter sido esse documento registado em Lisboa na contadoria geral.

Sob tal pretexto, convocou a junta um conselho de auctoridades, corporações e varios cidadãos. Depois de largo debate, decidiu a maioria que, para se evitar a guerra, fosse o governo militar entregue a uma junta, composta de sete membros, de que fizessem parte as duas auctoridades litigantes, quatro cidadãos por ellas escolhidos e um tirado á sorte. A junta militar, assim constituida, funccionaria até que de Portugal viessem novas decisões. Com esta deliberação não se conformaram numerosos portuguezes presentes á reunião.

Começou a cidade a apresentar aspecto bellicoso: sentinellas, guardas-avançadas, vedetas occupavam as ruas.

No mesmo dia 18 sahiram da fortaleza de S. Pedro e do quartel da legião de caçadores em Santo Antonio da Mouraria grandes piquetes que se postaram com duas peças de artilheria nas immediações do quartel do 12.° batalhão, em S. Bento; para impedir a hostilidade d'estas forças, determinou o general Madeira que outros piquetes marchassem d'aquelle quartel, conservando-se fronteiras as sentinellas avançadas de ambos;

n'essa occasião um dos piquetes da fortaleza de S. Pedro disparou dois tiros, que foram correspondidos por outros do 12.° batalhão.

Á vista d'estas hostilidades, o general ordenou ao capitão de engenheiros José Feliciano da Silva Costa fosse levar ao conhecimento da junta os factos occorridos e a declaração de que se não responsabilizava pelas consequencias da revolução que começava. Para chegar a uma conciliação officiou a junta ao general Madeira, convidando-o e a seus officiaes a reunirem-se em palacio; porém o official portuguez, sem attender á solicitação, preferiu fazer-se acompanhar de seus ajudantes de ordens, soldados, marinheiros, uma guarda do esquadrão de cavallaria, e foi visitar os quarteis dos corpos sujeitos ás suas ordens; pelo caminho a plebe que o seguia, ao passar pela praça de palacio, deu gritos de *fóra a camara! morra Manoel Pedro!*

No dia 19 ouviram-se tiros de fuzil na rua do Rosario do João Pereira (hoje do conselheiro Pedro Luiz): formou-se logo o 12.° batalhão e sabendo-se que as guardas avançadas do regimento de artilheria haviam rompido fogo, marchou para a praça da Piedade o tenente-coronel Francisco José Pereira, com parte d'aquelle batalhão, conseguindo depois apoderar-se de duas peças, uma collocada defronte da egreja do Rosario e a outra em frente do convento das Mercês. Ahi postou-se, obrigando, pela fuzilaria, os seus contrarios a recolherem-se á fortaleza de S. Pedro. Pouco tempo manteve-se em tal posição: viu-se desalojado pelo nutrido fogo de

mosquetaria e artilheria, partido do trem dos Afflictos. O tenente-coronel fez avançar para este ponto uma peça de artilheria, e atacou o trem, que foi desoccupado, indo a guarnição para a fortaleza, tendo abandonado tres peças; continuou forte tiroteio pelo lado do Passeio Publico.

Ordenou o general Madeira ao coronel João de Gouvêa Osorio puzesse em movimento a legião constitucional luzitana: em virtude d'esta ordem, marchou para o largo da Piedade o 1.° batalhão commandado pelo tenente-coronel Joaquim Antonio de Almeida, reunindo-se egualmente grande força de artilheria e sendo reforçadas as guarnições dos fortes de Santo Antonio e Barbalho.

Para proteger a tropa reunida na fortaleza de S. Pedro sahiu de seu quartel a legião de caçadores, e, encontrando em caminho uma companhia da legião luzitana e grande parte do esquadrão de cavallaria, travou renhido combate. Marchou logo o 1.° batalhão para aquelle logar, e quando chegava ao quartel da legião, encontrou ahi tão viva resistencia, que só depois de muitas perdas conseguiu occupal-o.

Na manhã do dia 19 havia tambem o 1.° regimento, commandado pelo tenente-coronel Rodrigo de Argollo Vargas Cirne de Menezes, sahido de seu quartel a incorporar-se ás forças do brigadeiro Manoel Pedro, mas, desamparado por aquelle chefe no campo da Polvora, reuniu-se a maior parte dos soldados aos da fortaleza de S. Pedro, regressando para o quartel apenas 32 praças, que mantiveram forte tiroteio com o 2.° batalhão luzitano e foram vencidas pela superio-

ridade das forças contrarias. Então entregaram-se a excessos os soldados do general Madeira: roubaram o cofre do regimento; rasgaram os livros-mestres; despedaçaram as bandeiras; sahiram a invadir casas particulares, a pretexto de represalias contra varios tiros, e a exercer depredações, insultando as familias. Não satisfeitos com a pratica de tantos attentados, violaram o convento das freiras da Lapa e, depois de as offenderem com improperios, assassinaram á baioneta a abbadessa Joanna Angelica, quando esta religiosa lhes abria a porta que pretendiam arrombar ([1]). Na furia d'este

---

(1) No salão nobre do Lyceu de Artes e Officios da Bahia existe um bello quadro do pintor brazileiro Firmino Monteiro, em que se acha representado o assassinato de Joanna Angelica.

A inspirada poetisa bahiana D. Amelia Rodrigues escreveu sobre o pungente assumpto este expressivo soneto, publicado no *Jornal de Noticias* da Bahia de 19 de Fevereiro de 1900:

A ABBADESSA DA LAPA

A soldadesca infrene, allucinada,
Sedenta de oiro, horrivel de furor,
Como um tufão de odio e de terror,
Corre pela cidade consternada,

E rouba, e mata, e vai desenfreada
Contra as portas da casa do Senhor,
Onde viceja da pureza a flôr
Pelos anjos do céo custodiada...

Vôa a madeira aos golpes da alavanca
Da turba vil... mas á segunda porta.
Uma figura surge, doce e branca...

É soror Joanna, que a passagem corta!
« Mate-se a freira! » E logo a entrada franca
Faz-se por cima da abbadessa morta!...

crime não respeitaram a vida do velho capellão do convento, padre Daniel da Silva Lisboa, morto a couces de espingardas.

Aterradas com esta horrorosa scena de sangue, as freiras abandonaram o convento e se foram recolher ao do Desterro.

Convém assignalar, como prova da nulla força moral do general Madeira, a proclamação que na manhã d'esse fatal dia 19 havia elle feito ao povo bahiano: «Habitantes da Bahia! A desordem desde ante-hontem reina desgraçadamente entre nós, e os meus esforços e sacrificios não foram sufficientes para embaraçar um tão grande mal: vós tendes patenteado a vossa moderação; eu vol-o agradeço em nome da nação e do Rei; e eu devo assegurar-vos que vão tomar-se todas as medidas para restabelecer o socego publico. Entes malvados vos intimidam com a idéa de um saque ás casas dos cidadãos; porém eu vos certifico, da parte da patria e do Rei, que a casa do cidadão será um logar inviolavel. Conservai-vos em vossas casas; não ateeis mais os males da patria; não vos intromettais nos negocios publicos, e vós gosareis de vossa segurança e propriedade. Quartel-general da Bahia, 19 de Fevereiro de 1822.—*Ignacio Luiz Madeira de Mello*, general das armas.»

Como os factos contradiziam de modo lamentavel as promessas do general Madeira, a maior parte da população bahiana abandonou, por falta de garantias, a capital anarchizada e passou-se para as povoações do Reconcavo.

As ruas tornaram-se desertas.

Na tarde d'esse dia ordenou o governador das armas que se reunissem as tropas no largo da Piedade e d'ahi expediu ordem ao commandante da fortaleza de S. Pedro para que se rendesse, e, obtendo resposta negativa, determinou proceder a bombardeio no dia seguinte.

Temendo assaltos da soldadesca e para collocar-se fóra do alcance das balas, as religiosas do convento das Mercês obtiveram permissão do general para mudar de asylo, e, de cruz alçada, se foram recolher ao convento da Soledade.

Não se effectuou, porém, o ataque á fortaleza.

A junta provisoria, por meio de energico officio, conseguiu que o brigadeiro Manoel Pedro capitulasse, evitando inutil perda de vidas. No dia 21 amanheceu aberta a fortaleza, que foi logo occupada pelas tropas luzitanas, achando-se ahi sómente o brigadeiro Manoel Pedro, o tenente-coronel Bernardino Alvares de Araujo, commandante do regimento de artilheria, o capitão Ignacio Corrêa, o capitão quartel-mestre João Simões Onovo e alguns cadetes, os quaes, com excepção dos cadetes, ficaram presos com sentinellas á vista.

Os portuguezes retiraram da fortaleza as bandeiras e as conduziram em triumpho pelas ruas da cidade.

A 23 de Fevereiro escrevia o general Madeira um longo officio a D. João VI dando conta dos acontecimentos occorridos por motivo de sua nomeação; n'esse documento queixava-se de continuas deserções em suas tropas e pedia reforços de soldados das tres armas, porque, no estado em que

se achava, não podia acudir a qualquer parte do Reconcavo para suffocar algum levantamento que os revolucionarios infallivelmente haviam de emprehender.

Este officio, pedindo remessa de tropas para continuar a guerra civil na Bahia, foi levado ao conhecimento das côrtes de Lisboa e lido em sessão de 30 de Abril.

Submettido o assumpto a debate, sobre si competia ao governo ou ás côrtes satisfazer á requisição, o deputado bahiano, dr. Lino Coutinho, externou-se favoravelmente á causa de Manoel Pedro, sustentando ter sido extemporanea a nomeação do general Madeira para governador das armas de uma provincia cujos habitantes ainda estavam resentidos de seu procedimento, quando proclamaram a constituição; que elle então se unira ao conde da Palma e a outros de eguaes sentimentos, para transtornarem o andamento da causa da liberdade, ao passo que o brigadeiro Manoel Pedro apresentou-se á frente de toda a tropa constitucional; que este official era o mimo da provincia, emquanto que o outro havia attrahido sobre si a execração dos povos; que era o general Madeira causador de todas as desordens, porque até indispuzera portuguezes contra portuguezes; que os bahianos, interessando-se pela causa constitucional, tinham-se distinguido por seu caracter e eram dignos de toda a consideração por seus sentimentos heroicos.

Antonio Carlos opinou que as côrtes não deviam ligar importancia alguma ao pedido, porque não era justo exercer perseguição contra victimas, sem serem ouvidas, só pela

carga que lhes fazia o seu oppressor, que não passava de um ignorante e inconsiderado.

Domingos Borges de Barros taxou de extravagante e exotica a lembrança do general Madeira em pedir tropas e foi de parecer que de modo algum deveriam ser enviadas.

Outros deputados apoiaram a nomeação e attitude do general Madeira, vencendo em votos a opinião de que competia ao governo satisfazer ao pedido.

Encerrada a sessão, fortemente agitada por opiniões pró e contra a requisição de tropas, nova discussão estabeleceu-se nos corredores do edificio das côrtes. Dois deputados pela Bahia, marechal Luiz Paulino Pinto da França e dr. Cypriano José Barata de Almeida—aquelle *madeirista* e este *anti-madeirista*—travaram-se de razões e chegaram a vias de facto. Azedada a polemica no meio de uma escada, o dr. Barata, no auge da indignação, impelliu por ella abaixo ao marechal Luiz Paulino, que se recolheu ao domicilio bastante machucado. N'esse mesmo dia dirigiu o marechal uma carta de desafio a seu aggressor. O dr. Barata acceitou, a seu modo, o repto, porém o encontro dos dois deputados não chegou a realizar-se ([1]).

---

(1) Como confirmação de que o estylo é o homem, damos a interessante carta com que o dr. Barata respondeu ao desafio. É um documento forte, que perfeitamente define a rigida franqueza de caracter do grande patriota bahiano.

« Sr. Luiz Paulino Pinto da França. — Lisboa e casa, 4 de Maio de 1822.

« Recebi a sua carta de desafio a 30 do passado mez pelas 5 ½ da tarde, e agora lhe respondo.

« Pouco pede V. S. a quem o póde servir tão bem como eu; mas antes de

Receoso de que o governo portuguez o considerasse parcial e vingativo, o general Madeira não se animava a remetter preso para Lisboa o seu rival brigadeiro Manoel

---

satisfazer ao que me propõe, quero provar-lhe que não sou nem perfido, nem covarde, porque o sacudi pela escada abaixo, e que não fui eu que o provoquei, e sim V. S. a mim; isto quero explicar para justificar-me no publico (*).

«Quando cheguei ao corredor das côrtes, veiu logo V. S. aggravar a magua que eu sentia com as novas de guerra civil no meu paiz, approvando o procedimento do Madeira e atacando com a injuria de bebado o meu muito amigo e honrado brigadeiro Manoel Pedro de Freitas, um dos heróes da Bahia: ao que lhe respondi com muito azedume. Largou-me V. S. e, acintemente, para fartar o seu genio adulador e mordaz, metteu-se na roda de cinco ou seis illustres deputados e foi continuar nos mesmos insultos. Havendo eu dado um pequeno passeio, na volta achei V. S. na mesma declamação; então cheguei e lhe disse que não offendesse a um homem tão honrado; que todos se embebedavam em funcções; que não devia injuriar assim a um varão illustre, que o tinha livrado da morte no dia 10 de Fevereiro, etc., e sahi (De parte d'estes factos é testemunha o illustre deputado Sr. Alexandre Gomes Ferrão).

«Tendo eu cumprido com aquelle dever para com o meu amigo Manoel Pedro, e exprobrado a insolente conducta de V. S., segui para deante, e d'ahi a dois minutos, pouco mais ou menos, voltei para ir entrar pela porta da direita, como é meu costume; a este tempo marchou V. S. para mim, e disse as seguintes palavras em tom picado: «Sr. Barata, o dito, dito.» Não me faltou vontade de responder como o caso pedia; mas, respeitando os sagrados paços das côrtes, respondi acerba e duramente e andei para deante (isto foi ouvido pelo illustre deputado o sr. Sarmento), e caminhando V. S. a par de mim, foi continuando com a mesma ladainha, talvez suppondo que me offuscava com os seus crachás e galões e com as suissas á russiana; mudei logo de direcção para me desembaraçar de V. S., e disse com palavras e semblante de um homem que ardia em colera: «Eu vou para baixo», e V. S., em vez de seguir para as côrtes, respondeu: «E eu tambem.»

«Desde esse momento devia V. S. conhecer que tinha um inimigo ao pé de si, e inimigo de quem tem mui certas noticias; e como as nossas armas eram as mãos, assim que sahissemos dos paços das côrtes era tempo de usar d'ellas. Diga-me: para que é pateta? Si nós já andavamos mal, como era possivel que eu soffresse tão repetidos ataques?

«Com que auctoridade me mandou V. S. calar, quando desciamos a segunda escada? Era eu seu filho ou seu famulo para me olhar com desdem? Quem lhe mandou campar de chibante, tomando-me a deanteira e perdendo a vantagem

(*) O marechal Luiz Paulino havia publicado em Lisboa a carta de desafio ao dr. Barata.

Pedro: para conseguir este desejo, fez com que lhe fossem dirigidas duas representações, uma assignada pelos officiaes de seu commando e a outra por luzitanos que lhe eram

---

de sua mão direita, á borda de um precipicio, no meio de uma escada? Que queria? Que eu o deixasse melhorar? Então foi que eu o peguei, e luctando V. S. com os braços um pouco, não poude suster-se, porque eu fui mais destro; portanto, queixe-se de seu mau caracter em atacar a Manoel Pedro, estimando os males da Bahia na minha presença; queixe-se de sua imprudencia em me atacar e me seguir, e da sua ignorancia em não saber o que deve obrar em uma briga singular de corpo e de mãos, e da sua philaucia em suppor que eu o não batia. Pergunto: onde está a covardia?

«Agora quero dizer alguma coisa sobre o me chamar traidor, e serei conciso. Eu nunca fui traidor. Traidor é V. S., pois que seguiu o partido dos francezes, crime pelo qual escapou de ser enforcado no Porto, estando preso por isso na cadeia chamada *Postigo do Sol* n'aquella cidade; traidor é V. S., que, depois de jurar a constituição no dia 10 de Fevereiro do anno passado, tornou a excitar os soldados para a contra-revolução, seguindo-se d'ahi ser acommettido pelo povo, de sorte que si lhe não acudira Manoel Pedro, seria feito em pedaços (para agora V. S. o tratar de debochado, bebado e indigno); traidor é V. S. que, fingindo-se patriota, alcançou, á força de rogos e de cabalas, ser deputado pela Bahia.

«Agora tocarei no terceiro objecto importante da sua carta. Diz V. S. que seria coisa impropria de seu espirito nobre e elevado castigar-me corporalmente. Ora, sempre V. S. é bem atrevido! Que quer dizer por isso? Miseravel besta! Qual é a nobreza de V. S.? Seu pae foi um barbeiro ou cirurgião de navio, e V. S. nada tem feito para que mereça ser chamado nobre, salvo si é nobreza andar de joelhos pelas portas dos grandes, fazendo humilhações, adulando e chorando. V. S. na minha presença é um bicho, pois que a natureza me dotou com mais relevantes qualidades—alma grande, cheia de sublimes pensamentos e de brio, amizade para os meus amigos, patriotismo para a minha patria, heroismo para o genero humano. Ser grande é ter grandeza d'alma, é pensar fóra do commum dos homens; ser nobre é sentir nobremente. Todas estas idéas só podem cahir para a minha banda e não para a de V. S., que, além de ser um ente negativo do verdadeiro merecimento, ainda hoje é um grande corcunda disfarçado, etc.

«Do que acabo de dizer, fica bem claro que não têm logar aquellas suas palavras cheias de orgulho e insolencia: «Quero ainda fazer-lhe esta honra!» Desgraçado! Como ha de dar quem não tem? Si V. S. soubera que coisa é honra, não soltaria taes palavras a um deputado em côrtes geraes. Honrado sou eu, pois que o povo inteiro de uma provincia poderosa me respeita entre applausos,

sympathicos. Dizia a segunda representação: «Nós abaixo assignados, reconhecendo quanto póde ser prejudicial á causa que abraçámos e ao socego publico, o conservar-se n'esta cidade o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que foi o auctor e principal chefe dos desastrosos acontecimentos do dia 19 de Fevereiro, por ter não só desobedecido ás ordens de S. M., não querendo entregar o governo das armas, mas até mesmo por ter mandado reunir no forte de S. Pedro a maior parte do 3.° e 4.° regimentos de milicias, e expedido ordem para egual reunião no mesmo forte ás milicias de fóra,

---

e me ama e me adora, quando V. S. é tratado na razão inversa; honrado sou eu, que me uni para combater o despotismo, livrando a minha patria dos embustes de V. S., factor do perfido systema aristocratico; honrado sou eu, que ainda depois de lhe bater com os ossos no chão... honrado sou eu, que ainda respeito seus filhos e parentes, e não passo adeante...

«Parece, pois, que tenho brevemente demonstrado que não sou perfido nem covarde; que V. S. foi que me excitou; que eu não sou traidor, pois até defendo a honra dos meus amigos ausentes; que V. S. não é verdadeiramente livre, antes um petulante audacioso, que novamente me provoca.

«Em consequencia do exposto, acceito a proposição: use V. S. das suas armas, que eu me servirei das minhas; em qualquer sitio, dia e hora que lhe parecer, acommetta-me, que farei o meu dever, pois sempre ando prompto para castigar petulancias de corcundas. — *Cypriano José Barata de Almeida.*»

O dr. Cypriano Barata nasceu na Bahia a 26 de Setembro de 1762 e falleceu na capital do Rio Grande do Norte a 1.° de Junho de 1838. Era formado em medicina pela universidade de Coimbra. Professava abertamente idéas republicanas e as propagava nos varios periodicos de sua creação: *Sentinella da Liberdade* na guarita de Pernambuco (1823); *Sentinella da Liberdade* á beira do mar da Praia Grande (Nictheroy, 1823); *Nova Sentinella da Liberdade* na guarita do forte de S. Pedro da Bahia de Todos os Santos (1831); *Sentinella da Liberdade* no Rio de Janeiro (1833). Perseguido pelo desassombro com que prégava doutrinas democraticas, foi preso varias vezes, mas em opusculos protestava contra as violencias que soffria e conseguia libertar-se por seus grandes merecimentos pessoaes. Foi o dr. Cypriano Barata um dos homens politicos de mais popularidade no Brazil.

chegando ao excesso de mandar atacar os nossos irmãos de armas de Portugal aqui destacados: rogamos a V. Ex. que, quanto antes, o faça enviar para Portugal, para alli responder perante El-Rei pela insubordinada conducta e responsabilidade em que se acha, do sangue que fez verter entre irmãos e amigos.»

Baseado em taes documentos adrede preparados, o general Madeira fez com que o brigadeiro Manoel Pedro embarcasse no navio *S. Gualter* e seguisse preso para Portugal.

Não consta de dados officiaes qual o numero de cidadãos mortos em ambas as parcialidades; foram, porém, calculados em 200.

Compungidos com estes luctuosos acontecimentos, os bahianos residentes no Rio de Janeiro mandaram celebrar por alma das victimas solemnes exequias na egreja de S. Francisco de Paula, prégando o celebre orador sagrado, illustre patriota, frei Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio [1].

---

(1) No sumptuoso catafalco levantado no templo liam-se muitos versos ungidos de piedade e de patriotismo. Citemos alguns:

O Brazil te dedica incenso e pranto,
O' sagrada porção da patria afflicta!
Gosai, ó manes, do descanço eterno!

Morrestes pela patria e a vossa sorte
Vai vos fazer viver além da morte.

Manes illustres, que girais vagando
Sobre o funereo altar que alçou Mavorte,
Si inda ouvis os que a vida vão gosando,
Não vos pene o azar da cruel sorte,
Porque da patria á liberdade exangue
É maior animante o proprio sangue.

Em data de 25 de Junho D. Pedro expedia ordem terminante ao general Madeira para que immediatamente voltasse para Portugal com a tropa que d'alli viera. «Os desastrosos acontecimentos que cobriram de lucto essa cidade nos infaustos dias 19, 20 e 21 de Fevereiro, magoaram profundamente o meu coração. Verteu-se o sangue de meus filhos, que eu amo como os que me deu a natureza, e não podendo restabelecer a paz, o bem e alegria dos habitantes d'essa provincia, nem a minha propria alegria, emquanto não se praticar na Bahiá o mesmo que felizmente se executou n'esta côrte e em Pernambuco; sendo até necessario, para a tranquillidade de todas as provincias, e para se apertarem de novo os relaxados vinculos de amizade entre os dois reinos, que o Brazil fique só entregue ao amor e fidelidade dos seus naturaes defensores: por tão ponderosos motivos, ordeno-vos, como principe regente d'este reino, do qual jurei ser defensor perpetuo, e depois de ouvir o meu conselho d'estado, que, logo que receberdes esta, embarqueis para Portugal com a tropa, que tão impoliticamente d'alli foi mandada, na certeza de que fico responsavel a meu augusto pae pela falta de suas reaes ordens, as quaes elle certamente vos teria dirigido, si pudesse ver de tão longe e no meio das escuras nuvens que rodeam o seu throno, a urgente e absoluta necessidade d'esta providencia. Espero que assim o executeis; e á junta provisoria d'esse governo escrevo tambem, para que aprompte embarcações e o que fôr necessario para o immediato e commodo regresso; quando não, ficareis responsavel a Deus,

a El-Rei, a mim, e ao antigo e novo mundo pelos deploraveis resultados e funestissimas consequencias da vossa desobediencia. »

Anteriormente havia o principe dirigido á provincia da Bahia uma forte proclamação:

« Amigos bahianos! O meu amor ao Brazil e o desejo de vos felicitar me chamam e a vós convidam a seguirdes o mesmo trilho de vossos irmãos brazileiros.

« Os sacrificios por mim de bom grado feitos, em honra do grande Brazil, e a verdade que rege o meu coração, me instam a dizer-vos: Bahianos, é tempo... sim, é tempo de seguir entre nós a honra (divisa do Brazil), desterrar o medo, e fazer apparecer o valor, a intrepidez dos invictos e immortaes Camarões. Vós sois doceis, candidos e francos; a prova é terdes-vos entregado nas mãos de facciosos, sectarios de outros, no dia 10 de Fevereiro de 1821, em que os estragos e insultos que hoje soffreis começaram (lancemos sobre isto um véo, fomos todos enganados). Nós já conhecemos o erro e nos emendámos; vós o conheceis agora; cumpre, para não serdes traidores á patria, fazer o mesmo. Vós vedes a marcha gloriosa das provincias colligadas; vós quereis tomar parte n'ella, mas estais aterrados pelos invasores: recobrai animo. Sabei que as tropas commandadas pelo infame Madeira são susceptiveis de egual terror; haja coragem, haja valor.

« Os honrados brazileiros preferem a morte á escravidão; vós não sois menos; tambem o deveis fazer, para comnosco entoardes vivas á independencia moderada do Brazil, ao

nosso bom e amavel monarcha, El-Rei o Sr. D. João VI e á nossa assembléa geral constituinte e legislativa do reino do Brazil. Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1822.—*Principe regente.*»

Tendo sido expulso do Rio de Janeiro o general Jorge de Avilez, parte das tropas portuguezas, sob o commando do brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, embarcada no navio *S. José Americano*, arribou ao porto da Bahia, a pretexto de falta de mantimentos. Alegraram-se com este facto os luzitanos e logo uma representação partida do commercio e assignada por 219 pessôas subiu á consideração da junta de governo, solicitando licença para que desembarcassem as tropas. Não se julgou o governo competente para decidir a grave occorrencia e a submetteu ao criterio do general das armas. Este official, em longo officio datado de 25 de Março, expoz a necessidade de se attender ao pedido do respeitavel corpo commercial, de quem a provincia auferia grandes vantagens, e assumiu a responsabilidade do desembarque, considerando-o medida militar que tinha por objecto «poder conservar-se mui fielmente a tranquillidade publica, perturbada por malvados que illudiam o povo.»

Desembarcadas as tropas, continuaram os habitantes da Bahia a emigrar para o interior e para o Reconcavo—tal a falta de confiança no governo militar do general portuguez, o qual, baldadamente, em proclamação de 31 de Março, concitou o povo a que regressasse a seus lares: «Habitantes da Bahia! Recobrai o vosso socego; vós achareis a segurança

em vossas proprias casas; ellas serão respeitadas, e vossas pessôas resguardadas de qualquer insulto. O intento dos perversos é fazer-vos desconfiar da estabilidade d'aquelles sagrados direitos e, debaixo d'este principio, attrahir partido, para organizarem o plano de desunião em que trabalham; fingem-se possuidos de medo para se retirarem da cidade, dando-vos exemplo, para que os imiteis, quando elles só têm em seus corações a perversidade que pretendem grassar nos povos do Reconcavo. Eu só desejo a vossa ventura e não sei falar-vos senão a verdade.»

Como estivessem ainda quentes os horrores praticados pelas tropas luzitanas no dia 19 de Fevereiro, em que eguaes promessas foram feitas e deixaram de ser cumpridas, ninguem pensou em regressar á capital bahiana, que ficou toda entregue ao general Madeira e á junta provisoria manifestada em seu favor.

A compressora paz que a cidade do Salvador gosava sob o dominio do militarismo portuguez foi perturbada de modo escandaloso por occasião de effectuar-se a procissão de S. José, que a 19 de Março sahiu da capella do Corpo Santo, freguezia da Conceição da Praia, e percorreu varias ruas da cidade alta.

Grande numero de moleques havia reunido montes de pedras no largo do theatro e em outros pontos por onde iria passar o prestito religioso, na criminosa intenção de hostilizar os luzitanos: e, com effeito, ao subir a procissão aquelle largo, foram lançadas sobre os portuguezes innumeras pedradas

que feriram a muitas pessôas, quebraram algumas imagens e debandaram o povo. Acompanhava a procissão uma guarda da legião constitucional luzitana, alvejada de preferencia pela plebe. Á noite reuniram-se em diversos logares grandes magotes de negros e apedrejaram soldados e paizanos portuguezes: tiros foram dados na ladeira do Taboão contra a guarda que se recolhia ao quartel. No dia 21 foi tal a agglomeração de apedrejadores na Baixa dos Sapateiros, que ficou por muitas horas impedido o transito publico. Não consta que o governo procedesse contra os amotinadores, segundo se lê no officio do general Madeira dirigido á junta provisoria, relatando os factos: «D'este modo têm sido insultados os soldados, seus officiaes e outras pessôas nas ruas d'esta cidade, e não sei que de modo algum se procedesse contra os perturbadores. Dignem-se Vv. Exas., pois, de empregar de sua parte todos os modos que lhes parecerem convenientes para evitar que tornem a repetir-se semelhantes insultos, pois que tal repetição me porá nas circumstancias de usar, contra os perturbadores do socego publico, de meios violentos que sempre me foram odiosos.»

Para que uma opposição regular fosse feita contra o general, patriotas do Reconcavo, em numero de cem, armaram-se e postaram-se no sitio de Belém, ou povoação de S. Felix, fronteira a Cachoeira, e á margem esquerda do rio Paraguassú; no dia 25 de Junho de 1822 passaram-se para a Cachoeira e alhi officiaram ás auctoridades declarando

a intenção que os movia — de acclamarem regente do Brazil ao principe D. Pedro.

Tal communicação fôra egualmente expedida a uma escuna de guerra que o general Madeira mandára, por prevenção, estacionar n'aquelle ponto estrategico. Todas as auctoridades, inclusive o commandante do navio — que por duas vezes empenhou palavra de honra de que nenhuma opposição faria ao movimento — manifestaram-se concordes com a homenagem, que se ia prestar ao principe.

A villa presenceou o espectaculo sensibilizador de ver muitos anciãos, como que rejuvenescidos pela idéa de contribuir para a independencia da patria, unirem-se aos moços, arrastados pelo mesmo impulso febril.

Ás 9 horas da manhã d'aquelle dia, reunidos na casa da camara todos os funccionarios civis e militares, convocados por officio do coronel de cavallaria miliciana José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, realizou-se a sessão solemne presidida pelo juiz de fóra Antonio de Cerqueira Lima, com assistencia de 250 cidadãos, d'entre os quaes citam-se os nomes do tenente-coronel Jeronymo José Albernaz, capitão Antonio de Castro Lima, Joaquim Pedreira do Couto Ferraz, coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão, capitão-mór de ordenanças José Antonio Fiuza de Almeida. Para saber qual a vontade do povo que enchia a praça, o procurador do senado da camara, alçando um estandarte, falou de uma das janellas, perguntando si concordavam que se acclamasse Sua Alteza Real como regente constitucional e defensor per-

petuo do Brazil, da mesma fórma que o havia sido na cidade do Rio de Janeiro. Povo e tropa responderam com grande enthusiasmo *sim!*

D'esta unanime acclamação lavrou-se acta e findas as assignaturas ás 3 horas da tarde, foram os patriotas ouvir o *Te-Deum* consagrado ao grande acontecimento ([1]).

Por essa occasião orou o vigario Francisco Gomes dos Santos e Almeida que com muita felicidade tomou por thema as palavras do evangelho «*Tu es Petrus* (Pedro ou pedra) e sobre esta pedra edificarei a minha egreja.»

Ás cinco horas da tarde, quando militares e povo regressavam a seus lares, na rua principal da villa foram disparados tiros de fuzilaria da casa do portuguez Manoel Machado Nunes, um dos quaes varou a barretina do major Joaquim José de Bacellar e Castro. A esses tiros juntaram-se descargas de metralha de tres peças de artilheria da escuna de guerra,

---

(1) Como glorificação a este bello movimento revolucionario, o poeta Agrario de Souza Menezes fez á cidade da Cachoeira uma levantada apologia:

Tu, Cachoeira, viverás eterna,
Eterna como o sol que hoje desponta!
Teu dia fulgirá no céo da patria!
Nem sou eu quem t'o diz; tu mesma o sentes!
Tu mesma, ó gran cidade, nos arroubos
    Do santo enthusiasmo,
Attestas grandemente esta verdade!
    Tu mesma hoje me ensinas
Que quem pelo Brazil o gladio empunha,
Transcende os évos, e immortal perdura,
    Porque defende a causa
Da razão, da justiça e liberdade!

cujas balas, por se achar a maré muito baixa, foram empregar-se no caes.

Para reprimir os ataques da escuna contra Cachoeira e São Felix e dos portuguezes Manoel Machado Nunes e Antonio Pinto de Lemos Bastos, organizou-se uma *Junta Conciliatoria de Defesa*, que ficou composta de Antonio Teixeira de Freitas Barbosa, presidente; Antonio Pereira Rebouças, secretario; padre Manoel José de Freitas (que se chamou depois Manoel Dendê Bus); José Paes Cardoso da Silva e Antonio José Alves Bastos.

Depois de um combate de tres horas, a escuna aggressora foi batida e tomada perto da meia noite de 28 de Junho de 1822, aprisionando-se a tripulação composta de 28 pessôas, tendo sido feridos 6 homens, inclusive o commandante. Como por encanto, a villa resplandeceu de luminarias, em regosijo á victoria dos brazileiros.

A camara da villa dirigiu ao principe a participação seguinte:

«Senhor.—O leal e brioso povo do districto da Cachoeira, de quem temos a honra de ser orgão, acaba de proclamar e de reconhecer a V. A. R. como regente constitucional e defensor perpetuo do reino do Brazil. Debalde o verdugo da Bahia, o oppressor Madeira, quiz renovar n'esta villa as sanguinolentas catastrophes do dia 19 de Fevereiro e seguintes na capital da provincia. Debalde tentou ainda augmental-as, destacando n'este rio uma escuna artilhada, para bombardear, como com effeito bombardeou, por alguns

dias com balas e metralha, não só os honrados cachoeirenses (cujo crime todo consistia em quererem ser brazileiros e subditos de V. A. R.), mas até seus innocentes edificios. Semelhante affronta, Senhor, foi dignamente repellida pelo denodo e patriotismo d'este povo; e o commandante da referida escuna, com mais vinte e seis pessôas que se achavam a bordo, ficam presos á ordem de V. A. R., tendo-se rendido á discripção na noite do dia 28 de Junho, depois de um renhido combate de tres horas.

«Altamente penetrado da mais viva gratidão para com V. A. R., este povo brioso almejava repetir o grito regenerador dos mais felizes fluminenses, paulistas, mineiros, continentistas e pernambucanos; almejava por apagar a feia nodoa do schisma que a seu bel prazer sete homens levantaram entre esta e as mais provincias brazilienses.

«Mas, Senhor, os cachoeirenses são bahianos; elles não queriam roubar a seus irmãos da capital uma gloria que lhes tocava com tanta maior justiça, quanta é a intima convicção que em todos reina, da perfeita egualdade de sentimentos que os liga. Cresceu o tempo; cresceram os grilhões e algemas que cada vez sopeavam mais a soberania inauferivel de seus illustres habitantes. E aquelles mesmos, Senhor, que outr'ora com denodado esforço arrancaram da poderosa França e da terrivel Hollanda as provincias brazilienses, hoje não podem unir a sua a essas que defenderam!!!

«Os cachoeirenses, Senhor, não puderam mais contemporizar: porção a mais brilhante da illustre descendencia da

primogenita do Brazil, elles fizeram repercutir em todos os pontos do globo o valente grito de oitenta mil brazileiros, proclamando sua liberdade e gritaram de improviso os generosos povos de Inhambupe, Santo Amaro, Sergipe do Conde, e Maragogipe; e, attentos á voz da patria, lavraram como nós o augusto titulo de sua verdadeira regeneração. Perto está o feliz momento de ser V. A. R. proclamado em todos os pontos do solo bahiano: assim pudessem as nossas forças inferiores esmagar as do tyranno com o massiço ariete do nosso patriotismo.

«V. A. R. é nosso defensor perpetuo. Nós somos opprimidos e soffremos crueis hostilidades. Cada dia augmenta mais o tyranno suas forças: cada dia maneja novas armas. Do tôrpe charco de venaes jornalistas surgem, á voz do infame, execraveis monstros de tyrannias: e, ora enxovalhando o respeito devido á junta do governo e ao senado da camara da capital, ora espalhando falsas noticias aterradoras fazendo-nos pelo tyranno a mais encarniçada guerra, reduzindo á inteira nullidade aquellas principaes auctoridades da provincia.»

No dia 29 effectuou-se na villa de Santo Amaro e na de S. Francisco de Sergipe do Conde o juramento de adhesão á regencia do principe. N'esta segunda villa, desde o romper da aurora viram-se as estradas cheias de povo e de tropa miliciana, a que se reuniram os dois regimentos de cavallaria e infanteria. Ás duas horas da tarde, ao toque do sino da cadeia, foi convocada a camara e, sciente, por uma depu-

tação, de qual era a vontade popular, annuiu immediatamente á proclamação por entre as maiores manifestações de enthusiasmo, celebrando-se, em acção de graças, um solemne *Te-Deum.*

Na festa religiosa prégou, de improviso, um eloquente sermão o inspirado frade franciscano frei Francisco Xavier de Santa Rita Bastos Baraúna, poeta e grande orador sagrado (1).

---

(1) Frei Bastos nasceu na Bahia no anno de 1785 e falleceu em 1846. Mais amante dos folguedos do mundo profano do que dos mysticismos do claustro, consagrou o melhor de sua existencia á paixão do jogo, do vinho e das mulheres, pelo que soffreu muitas prisões no carcere de seu convento.

«Um facto, diz o bibliographo Sacramento Blake (*), valeu-lhe o titulo de prégador regio. Em uma festa solemne, já presentes na capella real do Rio de Janeiro o Rei, toda a côrte e nobreza, faltou o orador por doente e foi frei Bastos lembrado para remediar a falta. Um alto personagem foi encontral-o n'uma botica á rua do Carmo, e elle improvisou, como costumava, um sermão em que a eloquencia sagrada tocou ao sublime, arrancando geraes applausos.»

Compungido de sua vida irreprimivelmente dissoluta, outro frade, outro poeta, outro bahiano illustre, Junqueira Freire, dirigiu a frei Bastos bellos versos de saudação e de censura:

> Salve, poeta, que teus vicios cantas,
> Que a noite, a plebe, a crapula desejam!
> Salve, orador, que os pulpitos respeitam,
> Que anáthemas ironicos desferes!
> Mescla atrevida do sublime e baixo,
> — Bussuet com Voltaire — tres vezes salve!
> Salve por mim, ó malfadado genio,
> Onde as cidades nem os claustros cabem!
> Tu, poeta, orador, porque te afogas
> No immundo pégo da lascivia impura?

Arrastado, uma occasião, da mesa do jogo para o pulpito, mal tivera tempo de esconder o baralho na manga do habito. Ao persignar-se, cahiram-lhe algumas cartas no chão. Sem perturbar-se, frei Bastos mandou a um menino que

(*) *Dicc. Bibl. Braz.*, tomo III, pag. 141.

Achava-se a Cachoeira sufficientemente guarnecida pelos esforços dos coroneis Garcia Pacheco e Falcão Brandão, quando alli appareceu, evadido da capital, o major José Joaquim Salustiano Ferreira, que organiza novo batalhão composto de 300 praças, destinado a ir fortificar a ilha de

---

as apanhasse e lhe dissesse que cartas eram; a creança obedeceu, mostrando conhecer os naipes; o frade ordenou-lhe em seguida que resasse o credo, e como o menino declarasse não saber a resa, frei Bastos serviu-se d'este facto para improvisar um sermão eloquentissimo sobre os vicios e a educação religiosa da mocidade, merecendo calorosos applausos pelo encanto de sua palavra fluente e luminosa.

Conta-se que indo uma vez assistir á festa de S. Francisco no respectivo convento, o arcebispo D. Romualdo de Seixas recebera recado de frei Bastos para que fosse ouvil-o em seu carcere. Molestado com os continuos escandalos do frade, não quiz o prelado ir vel-o na prisão, onde soffria castigo de sua paixão por mulheres. Ao sahir do convento, recebia D. Romualdo um soneto escripto ás pressas, a lapis, em que o poeta implorava a protecção de D. Romualdo, que era tambem um homem de lettras:

Soccorrei-me, Senhor! Quebrai piedoso
Minhas algemas cheias de dureza!
Si meu crime provem da natureza,
Quem de ser deixará réo criminoso?

David, que foi tão justo e virtuoso,
Por Bethsabé cahiu na vil fraqueza;
Samsão, perdendo o brio e fortaleza,
Ao orbe deu exemplo lastimoso.

Vêde Jacob, detido em captiveiro,
Pela gentil Rachel; vêde Suzana,
Vêde, a final, Senhor, o mundo inteiro!

Desculpa tenho na paixão insana;
Que ou mandasse-me o céo ser o primeiro,
Ou fizesse de ferro a carne humana.

Lagrimas de piedade assomaram aos olhos do indulgente arcebispo · frei Bastos foi immediatamente posto em liberdade.

Itaparica, de que foi commandante de regimento Antonio de Souza Lima, portuguez nacionalizado.

Fortificados todos os pontos da ilha e havendo necessidade de impedir que do Reconcavo fossem trazidos para a capital generos alimenticios, ordenou Lima que doze homens se collocassem no *Funil*, logar situado na parte meridional da ilha, assim chamado pela configuração do canal. Eram tambem incumbidos de impedir a passagem de presos que o capitão-mór de Nazareth, Manoel Bento [1], ia remetter á capital como criminosos revolucionarios.

Sabendo o general Madeira que o Funil se achava bloqueado, para alli mandou o capitão Taborda com 80 praças e duas canhoneiras na madrugada de 29 de Julho. Com o vento contrario não puderam as barcas acommetter a entrada, e seus tripulantes foram alvo dos tiros certeiramente disparados pelos insulares.

Cinco horas durou o combate, e já se achavam exgottadas as patronas dos bravos, quando em seu auxilio chegou da Cachoeira João Baptista Massa; depois de forte tiroteio recuaram as embarcações luzitanas e retiraram-se com grandes prejuizos para a capital.

Desorientados com as continuas derrotas, vingavam-se

---

(1) Triumphante a causa revolucionaria, Manoel Bento, para fugir á perseguição dos patriotas, escondeu-se em sua residencia, onde foi encontrado dentro de uma commoda — facto que lhe valeu o appellido de *Rato de gaveta*.

Por troça, os populares de Nazareth cantavam:

Seu capitão-mór,
Rato de gaveta,
Mas deu-lhe a formiga,
Sahiu pela greta.

os portuguezes em dar força e prestigio a dois periodicos recolonizadores, *Idade de Ouro* e *Semanario Civico*, os quaes eram com vantagem combatidos pelo *Constitucional*, redigido por Francisco José Côrte Real e Francisco Gê Acaiaba de Montezuma; d'este conflicto de idéas, resultou ser o ultimo periodico assaltado e completamente destruido pelo tenente-coronel Victorino José de Almeida Serrão, por antonomasia o *Ruivo*, genro do general Madeira.

O primeiro official bahiano que juntou forças em Pirajá foi o tenente-coronel de milicias Joaquim Pires de Carvalho e Aragão, conhecido por *Santinho*, agraciado mais tarde, com toda justiça, com o titulo de visconde de Pirajá. Reunindo ahi os batalhões da Torre, organizados na Feira de Capuame, e chamando ao serviço da liberdade grande numero de indigenas armados de arco e flecha, muitas vezes offereceu combate ás tropas do general Madeira, perseguindo-as até á Lapinha, vendo sempre coroadas de successo as suas patrioticas audacias. A estas forças juntou-se um batalhão de tropa de linha, que havia desertado da capital e se organizára na villa da Cachoeira, sob o commando do coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão, mais tarde barão de Belém.

Formaram-se na mesma villa corpos de voluntarios: o *Periquitos*, com 800 soldados, sob o commando de José Antonio da Silva Castro; o *Bellona*, de 400, commandado pelo capitão Ignacio Joaquim Pitombo; o *Mavorte*, de 300, sob o commando do capitão Verissimo Cassiano de Souza, e finalmente 500 milicianos da villa de Santo Amaro. Outros

batalhões, commandados por Antonio de Bittencourt Berenguer Cesar e capitão de caçadores Manoel Marques Pitanga, aquelle de 300 voluntarios e este de 600, foram incorporar-se ás demais forças estacionadas em Pirajá, tres leguas distante da capital. Ahi o patriotismo fez dos peitos bahianos um baluarte inexpugnavel.

Tornou-se merecedora de elogios a joven Maria Quiteria de Jesus Medeiros, residente em uma fazenda do Rio do Peixe; assentou praça em um regimento de artilheria, d'onde passou-se para o batalhão de infanteria *Voluntarios do Principe*, batalhão posteriormente chamado dos *Periquitos* pelo facto de as fardas terem golas e canhões de panno verde.

Maria Quiteria adoptava em seu fardamento um saiote escossez, que a differençava dos demais soldados.

Com tanta coragem e bravura empenhou-se em diversos combates, que D. Pedro I, por decreto de 20 de Agosto de 1823 concedeu-lhe a patente e o soldo de alferes do exercito e o uso da insignia de cavalleiro da imperial ordem do Cruzeiro, sendo elle proprio quem lhe collocou ao peito a gloriosa condecoração (1).

---

(1) O illustre poeta bahiano, dr. Franklin Doria fez, em seus *Enlevos*, referencia á denodada guerreira bahiana:

> Vede-a tão joven, coração virgineo,
> O amor da patria vehemente o alaga;
> Ella agora só cuida do exterminio
> Dos que tomaram-lhe a risonha plaga.
>
> Deixa de parte fascinantes galas;
> Os doces seios lhe comprime a farda;
> E, perfilada ante as imigas alas,
> Não sabe trepidar, não se acobarda!

O decreto concedendo a esta heroina o soldo de alferes de linha é concebido n'estes termos:

«Fazendo constar na minha imperial presença o commandante em chefe do exercito pacificador da provincia da Bahia o decidido valor, denodo e intrepidez com que Maria Quiteria de Jesus, natural d'aquella provincia, se alistára nas fileiras do exercito, para debellar os inimigos da patria, e se distinguira em occasiões as mais arriscadas de combate, em que sempre se portára heroicamente; e por quanto feitos taes mereceram um logar distincto na minha imperial consideração: hei por bem de conceder á referida Maria Quiteria de Jesus o soldo de alferes de linha, pago na sua respectiva provincia. Manoel Jacintho Nogueira da Gama, do meu conselho de estado, ministro e secretario de estado, dos negocios da fazenda e presidente do thesouro publico, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 20 de Agosto de 1823, 2.° da independencia e do imperio. Com a rubrica de S. M. I.—*João Vieira de Carvalho.*»

Como escasseasse a polvora, o tenente-coronel José Joaquim de Lima e Silva, por um rasgo de audacia, illudindo a vigilancia das embarcações portuguezas, foi ao Morro de S. Paulo e d'alli retirou cem barris do necessario explosivo e os entregou na Cachoeira ao coronel Garcia Pacheco, o qual os distribuiu por todo o exercito. A divisão de Pirajá, a da direita, era supprida de gado pelos senhores de engenhos e por lavradores, sendo a farinha trazida de Camamú e de

outros logares do sul; a divisão da Itapoan, a da esquerda, obtinha os mesmos supprimentos mandados pelo coronel Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, posteriormente visconde da Torre de Garcia d'Avila.

Como reforço, o principe mandou para a Bahia uma esquadrilha commandada pelo chefe de divisão Rodrigo Antonio de Lamare, com 300 praças, confiadas ao mando do general francez Pedro Labatut, que desembarcou no porto de Maceió (Alagôas) em 21 de Agosto de 1822.

Ahi, recebendo de Pernambuco o forte contingente de uma brigada e marchando a pé para a Bahia, conseguiu, em caminho, que Sergipe se submettesse ao governo brazileiro. Pedro Labatut dirigiu-se com as suas forças para a Feira do Capuame, fez seu quartel general no Engenho Novo, e, no sentido de circumscrever as forças do general Madeira, mandou reforçar as melhores posições, que eram Pirajá, Cabrito e Coqueiro, ficando assim estabelecido cerco regular.

Da Parahyba do Norte veiu tambem um batalhão de 400 homens a engrossar as fileiras patriotas.

Um frade egresso do convento do Carmo, frei José Maria Brunier, formou um batalhão intitulado *Voluntarios dos Pedrões* ou *Encourados* ou *Couraças*, por trajarem os soldados vestimentas de couro, como usam os vaqueiros no sertão.

Organizou Labatut as duas citadas divisões: a da direita, em Pirajá, sob o commando de José de Barros Falcão de Lacerda e a da esquerda, em Itapoan, commandada pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira.

As tropas que desertavam da capital iam pela costa do mar incorporar-se ás milicias da Torre, excedentes de 3.000 praças, commandadas pelo coronel Joaquim Pires de Carvalho ė Albuquerque.

Formou-se um batalhão de negros (creoulos) com a denominação de *Henriques Dias*, com 1.100 praças, commandadas pelo creoulo tenente-coronel Manoel Gonçalves da Silva, um bravo que pedia sempre collocação nos mais arriscados pontos.

A 7 de Setembro pretenderam os luzitanos effectuar desembarque no engenho de S. João, porém foram batidos pelas tropas estacionadas em Pirajá; a 19 do mesmo mez, no Cabrito, soffreram a perda de 11 soldados e do official Tourinho, sendo ferido o official Averge; no mesmo dia, na Cruz do Cosme, perderam egualmente 30 soldados e foi ferido o coronel Osorio.

Como um forte estimulo aos bahianos, veiu do Rio de Janeiro o batalhão do *Imperador* (1), com 800 praças, sob o commando do coronel José Joaquim de Lima e Silva, servindo como ajudante o tenente Luiz Alves de Lima e

---

(1) O grande patriota fluminense Evaristo Ferreira da Veiga compoz para este batalhão um hymno em que se faz bella referencia á Bahia:

Hoje a patria é quem vos chama
O' valentes brazileiros,
E do ferro dos guerreiros
Vossos braços vem armar.

Bravos filhos de Mavorte,
Já no campo estais da gloria;
Vamos, vamos á victoria!
Combater e triumphar!

Silva, gloria nacional conhecida depois pelo titulo de Duque de Caxias.

Pouco depois creou Labatut a divisão do centro, commandada pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva.

Sem liberdade alguma de acção, inteiramente subordinada ao despotismo do general Madeira, a junta provisoria da Bahia prestava-se deploravelmente a todos os caprichos d'este official, sem possuir ao menos a hombridade de exonerar-se de uma posição subalterna e aviltante. Em sua falta de patriotismo, procurava até adivinhar os desejos do despota. Um facto caracterizou esta degradação moral. No dia 25 de Setembro de 1822 aportou á Bahia, vindo de Pernambuco, um paquete inglez, trazendo a seu bordo o eminente patriota Gervasio Pires Ferreira (presidente da junta provi-

---

Do Brazil a mãe primeira,
Formosissima Bahia,
Da feroz aleivosia
Quer os vis grilhões quebrar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Do Janeiro sobre as margens
Seus clamores escutastes:
Desde logo alli jurastes
Os seus muros libertar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Eis da guerra o clarim sôa
E a triumphos mil nos chama;
Negra furia, que rebrama,
Não nos póde intimidar.

Bravos filhos de Mavorte, etc.

Seguem-se mais seis cantos.

soria pernambucana), que se dirigia ao Rio de Janeiro. Logo que na capital se propalou esta noticia, a junta, para lisonjear a tyrannia do general Madeira, deu-se pressa em dirigir officio ao consul de S. M. Britannica, William Pennel, requisitando o desembarque de Gervasio Ferreira, a pretexto de *se evitar qualquer sinistro acontecimento:* «Illmo. Sr.—De ordem da junta provisoria do governo, transmitto a V. S. a copia inclusa do requerimento de 16 emigrados de Pernambuco, os quaes pedem, em grande alvoroto, o desembarque do presidente da junta provisoria do governo d'aquella provincia, que affirmam achar-se a bordo do paquete inglez, ora chegado, com o fim de manterem seus direitos e evitarem os damnos que receiam do proseguimento de sua viagem; para que V. S., tomando-o em consideração, e o quanto convém evitar qualquer sinistro acontecimento, á vista da effervescencia em que se acham os animos dos que exigem esta medida, dê a competente providencia para se effectuar o desembarque requerido. Illmo. Sr. Guilherme Pennel, consul da nação britannica.—*Francisco Carneiro de Campos*, secretario.—Bahia, 25 de Setembro de 1822.»

E o consul inglez, consciente da ignominia que praticava —a exemplo da traição de seus compatriotas para com Napoleão I, quando este heroe, vencido em Watterloo, voluntariamente se acolhera sob a bandeira da poderosa nação— sem reflectir na deshonra de seu procedimento, ordenou ao commandante do vapor fizesse desembarcar, como preso, Gervasio Ferreira e o entregasse ás auctoridades da capital

bahiana—facto que para o brioso revolucionario importou em ver impudentemente rasgado o pavilhão a que se havia abrigado confiante.

Em meio de numerosa escolta, effectuou-se o desembarque á noite; multidão de taverneiros e de caixeiros portuguezes, munidos de archotes, acompanharam o patriota, desde o caes da ribeira ao forte de S. Pedro, dirigindo-lhe em caminho apupadas e insultos; não o apedrejaram, porque a este excesso oppoz-se energicamente o commandante de policia, tenente-coronel Antonio José Soares, a quem se deve o não consummar-se mais um crime. Algemado, foi o digno brazileiro lançado a um dos carceres do forte.

Este attentado ultrajante não attingiu á alma elevada do devotado propugnador da independencia do Brazil: recahiu sobre o prepotente paiz bretão, que, n'esse momento, perante a justiça e perante a posteridade, sentou-se em banco de réo.

Em substituição á junta provisoria da Bahia—corporação subserviente e degenerada porque procedia contra brazileiros—o heroico povo da Cachoeira, constituido coração e cerebro da grande provincia, elegeu um conselho de governo, que começou a funccionar, no salão do hospital de S. João de Deus, a 22 de Setembro, e foi composto do capitão-mór Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente; Francisco Gomes Brandão Montezuma, secretario; o desembargador corregedor da comarca, Antonio José Duarte de Araujo Gondin, deputado pela villa de S. Francisco; o

capitão-mór Manoel da Silva e Souza Coimbra, por Maragogipe; o capitão Manoel Gonçalves Maia Bittencourt, por Jaguaripe, e o padre Manoel Dendê Bus, pela villa de Pedra Branca. Este conselho, que augmentou com os deputados que foram chegando de outros pontos da provincia, imprimiu marcha regular á revolução, dirigindo-a convenientemente. Reformou as commissões das caixas militares, creadas nas differentes villas, tirando-lhes as attribuições governativas e reduzindo-as a simples commissariados de guerra; para facilitar communicações, estabeleceu correio terrestre, desde a villa de S. Francisco de Sergipe do Conde até á de S. Jorge de Ilhéos, e assumiu o commando da força militar. Esta ultima medida occasionou forte conflicto de auctoridade, entre o mesmo governo e o general Labatut, molestado pela indébita invasão do poder civil em serviços exclusivamente confiados á sua alta competencia militar, de que deu as mais exuberantes provas.

Para vingar continuas derrotas, resolveu o general Madeira atacar definitivamente o acampamento de Pirajá. Na madrugada de 8 de Novembro fez desembarcar nas praias de Itacaranhas e Platafórma 250 soldados escolhidos, e ao romper do dia, emquanto estes avançavam para o centro, outros iam, por terra, surprehender as posições occupadas por brazileiros. Descobertos, porém, pelas avançadas de Coqueiro e Batefolha, na estrada de Pirajá, travou-se renhido combate, sem se poder avaliar quem dispunha de maiores forças — tal a bravura desenvolvida entre uns e outros.

Depois de cinco horas de fogo, avançando os portuguezes pelo lado de Itacaranhas, tratavam de cortar a rectaguarda de nossos soldados, quando o major José de Barros Falcão, para evitar o imminente perigo, mandou tocar a retirada. Em vez de cumprir a ordem, o corneta portuguez Luiz Lopes, servindo-se de um clarim que usava para os toques da ordenança de caçadores, tocou *avançar a cavallaria e carregar.* Atemorizados com este signal, os portuguezes, persuadidos de que os nacionaes haviam recebido reforço de cavallaria, debandaram desordenadamente, proporcionando completa victoria aos bahianos.

N'este grande feito d'armas distinguiram-se os soldados da tropa expedicionaria de Pernambuco e, entre os officiaes, o major da mesma provincia Joaquim José da Silva S. Thiago, o capitão ajudante de campo Antonio Henriques Totta e o tenente ajudante Alexandre Gomes de Argollo Ferrão.

De nossa parte morreram dois bravos—o capitão de artilheria Cypriano Justino de Sequeira e tenente Pedro Jácome Ferreira (1).

---

(1) O dramaturgo e poeta bahiano dr. Agrario de Souza Menezes consagrou ao combate de Pirajá uma poesia, de que transcrevemos estes versos, reveladores de patriotico enthusiasmo:

Falcão a valente espada
Jamais empunhou assim!
Lopes—nunca a retirada
Soube tocar no clarim!

Não havendo em Pirajá uma só praça de cavallaria, o capitão-mór de Itapicurú, João Dantas dos Imperiaes Itapicurú, organizou um esquadrão de 500 soldados, que fez marchar para aquella localidade.

D. Braz Balthazar da Silveira formou das milicias que policiavam a Cachoeira um batalhão de 300 praças que se foi unir á divisão da direita.

Outras forças levantaram-se em diversos pontos e concentraram-se em Pirajá: 300 praças das milicias de Santo Amaro, sob o commando do coronel Luiz Manoel de Oliveira Mendes; um batalhão de 600 voluntarios da villa de Itapicurú; na villa de S. Francisco o coronel Bento Lopes Villas Bôas organiza um esquadrão de cavallaria e o entrega ao capitão Pedro Ribeiro.

O general Pedro Labatut organiza um batalhão de

Labatut — com o gladio fala;
Ferrão — sorri-se da bala;
Totta e Thiago — a bater!
Sequeira, Jácome, ousados,
Queriam — que eram soldados —
Como soldados morrer!

Morrer — a patria salvando
Das suas cadeias vis,
É um feito memorando,
É uma sina feliz!
Morrer no campo da guerra,
P'ra libertar sua terra,
É ditosa condição!
Antes morrer co'a victoria,
Que o estandarte da gloria
Ver atirado no chão!

libertos e o confia ao tenente José Joaquim Exposto, a quem promove a major.

O amor á causa da patria inspira sentimentos de generosidade e de abnegação. Antonio Joaquim de Oliveira e Almeida, como exemplo de civismo, forma esquadrão de cavallaria com 600 voluntarios e depois de os fardar, equipar e sustentar, os envia ao exercito. Egual procedimento teve Ignacio Pires de Carvalho e Albuquerque, organizando outro esquadrão de cavallaria, de 400 praças, concorrendo com todas as despezas de equipamento e depois de o mandar apresentar a Labatut, regressa para seus engenhos.

Outro esquadrão de cavallaria de linha é formado pelo capitão João Antonio dos Reis.

O major de artilheria Satyro foge da capital e comparece entre os patriotas com quasi todo o seu batalhão, composto de 400 praças.

O major Leite Pacheco, portuguez, companheiro de viagem de Labatut, organiza tambem um batalhão de 500 homens, distinctos por sua coragem e bravura.

Com a pericia que lhe era propria, o general commandante em chefe do exercito tratou de sitiar a cidade, estabelecendo uma grande linha de trincheiras, e fortificando as ilhas Maré, Bom Jesus, Loreto, das Vaccas, dos Frades e muitas outras.

Em Cabrito e Plataforma foram collocadas peças de grosso calibre. Arrazada a fortaleza de Itapagipe, mudaram os luzitanos o seu quartel para a praia do Papagaio.

Em S. Braz, montanha que fica sobranceira á enseada de Itapagipe, foi estabelecido um reducto, com duas grandes peças e guarnecido por 300 homens, com o fim de obstar a passagem pela enseada.

O padre Bernardo, vigario da Saubara, homem bastante rico e bastante patriota, creou á sua custa um batalhão de 400 voluntarios, de que elle proprio foi o instructor, e com a sua artilheria hostilizava aos navios do general Madeira quando se approximavam d'aquelle ponto.

Reconhecida a necessidade de se organizar uma flotilha regular em Itaparica—ilha considerada chave do Reconcavo—não só para offerecer forte resistencia aos navios inimigos, como para impedir a conducção de mantimentos á capital, foi esta idéa promptamente convertida em realidade, começando-se por se armar em guerra uma embarcação que teve a denominação de *Pedro I*, sendo o seu commando confiado ao 2.° tenente d'armada João Francisco de Oliveira Bottas (conhecido por João das Bottas), portuguez, mas fervorosamente dedicado á causa dos brazileiros.

No dia 8 de Dezembro de 1822 deu este official de marinha brilhante prova de arrojo e de valentia. Tendo sahido de Itaparica escoltando 18 barcos e lanchas carregados de mantimentos destinados a seguir pelo rio Cotegipe, encontrou em seu caminho a esquadrilha luzitana, composta dos brigues *Audaz* e *Promptidão*, escuna *Emilia*, dois grandes barcos, oito canhoneiras e alguns lanchões. Debaixo de vivissimo fogo, a que elle correspondia com denodo verda-

deiramente heroico, poude livrar-se de seus perseguidores e levar os mantimentos ao porto de seu destino. Á noite, voltou o tenente Bottas á Itaparica, sendo recebido com grande manifestação de enthusiasmo. Tão exaltado ficou este militar com os applausos recebidos, que sentiu-se com animo de ir atacar a esquadrilha portugueza, e no dia 23 de Dezembro travou combate com ella desde as 8 ás 11 ½ horas da manhã; vendo-se, porém, cercado por forças muito superiores, em risco imminente de ser aprisionado com sua embarcação, conseguiu romper a linha de fogo e abrigar-se ao porto das *Amoreiras*, onde a artilheria do commandante Galvão o livrou do perigo.

Novas embarcações armaram-se em guerra com os nomes de *D. Leopoldina*, *25 de Junho*, canhoneira *D. Maria da Gloria*, barcos *D. Januaria*, *D. Paula*, *Villa de S. Francisco*, *Preza*, escuna *Cachoeira*, lanchas baleeiras de abordagem e bombardeiras, com uma tripulação de 710 homens, sendo 514 itaparicanos e 196 de outros logares. Eram commandantes, além de João das Bottas, Francisco da Silva Castro, Philippe Alvares de Oliveira, que havia sido patrão-mór da Cotinguiba, José Antonio Gonçalves, André Avelino, Placido José da Maia, Manoel Pereira e Fortunato Alvares de Souza, que substituiu ao tenente da armada Balthazar Victor Moreira Boisson, quando este seguiu para o Rio de Janeiro com officios de Labatut, em uma escuna americana comprada para servir de correio. Entre força naval e terrestre dispunham os insulares de 3.257 homens, compre-

hendidos soldados do batalhão da Cachoeira e dos regimentos de Valença, Lage e Nazareth.

Pretendendo a todo transe apossar-se da ilha de Itaparica, o general Madeira preparou tropas de desembarque, em 41 lanchões de varios tamanhos, os quaes na tarde de 6 de Janeiro de 1823 dirigiram-se á ilha, que deveria ser tomada na manhã do dia seguinte. Muitos escaleres conduziam pessôas curiosas, que iam presencear o assalto, certas de que os insulares não poderiam offerecer prolongada resistencia a tão grande numero de gente armada.

Ao amanhecer de 7 de Janeiro appareceu a flotilha portugueza, formando duas linhas, uma pelo norte da praia das Amoreiras e outra em direcção ao Mocambo, collocando assim, entre dois fogos, a fortaleza de São Lourenço, commandada pelo major de artilheria Luiz Corrêa de Moraes.

Ás 9 horas da manhã avançaram para a terra os navios luzitanos, mas foram recebidos sob intenso e continuado fogo, tanto da fortaleza como dos pontos fortificados ao longo da costa até á ponta das Amoreiras, S. Pedro, Isidoro, Amoreiras pequenas, praia e ponta das Amoreiras, bem assim dos pontos collocados ao longo da contra costa, Quitanda, Fonte da Bica, Engenho da Bôa-Vista e outros.

A barca portugueza *Constituição* (chamada *Vôvó* pelo tamanho) foi a primeira a sentir estragos causados pelos tiros da fortaleza e pelas descargas de fuzilaria e das peças do barco *Pedro I*, dirigido pelo valoroso João das Bottas: desmantelada, retirou-se das linhas de fogo.

O chefe de divisão, luzitano, João Felix Pereira de Campos, que vinha dirigir a acção, prevendo a derrota, fez voltar o seu escaler e regressou para a capital.

Muitos soldados e marinheiros passaram-se para navios menores e ás 3 horas da tarde conseguiram saltar junto aos presidios do Mocambo e Amoreiras; surprehendidos, porém, por fortes descargas de fuzilaria foram forçados a reembarcar precipitadamente.

Novo desembarque foi intentado com reforços de outras embarcações; durou o combate até ás 6 horas da tarde, com a derrota completa dos portuguezes, cuja perda se avalia em 200 homens entre mortos e feridos.

Não desanimados com estes desastres successivos, tentaram os navios luzitanos, nos dias 8 e 9 de Janeiro, assaltar Itaparica; viram-se, porém, obrigados a retroceder a tiros de fuzilaria, e a regressar á capital, contando consideraveis perdas. Cahiram de todo por terra os grandes planos do general Madeira de conquistar a ilha e por meio d'ella dominar o Reconcavo.

Logo que teve noticia d'esta estrondosa victoria dos itaparicanos, o general Pedro Labatut brindou-os com uma bandeira nacional, que foi arvorada na fortaleza de S. Lourenço; promoveu a tenente-coronel de 1.ª linha o major Antonio de Souza Lima, governador da ilha; a 1.° tenente da armada brazileira o 2.° tenente João das Bottas, e fez distribuir pelos soldados um conto de réis como gratificação concedida pelo imperador.

Empenhado em romper o cerco, o general Madeira travou combates na Conceição e em Itapoan em 15 de Fevereiro; porém successivas derrotas o faziam sempre retroceder e recolher-se á cidade.

Pouco depois recebia elle de Portugal um reforço de 2.500 homens; mas nem assim animava-se a assaltar os pontos fortificados pelos brazileiros. A sorte lhe era adversa. Para aggravar a afflictiva situação, entrou elle em desaccordo com João Felix Pereira de Campos, commandante da esquadra portugueza, e d'esta divergencia entre os dois chefes resultou enfraquecimento de animo por parte dos luzitanos.

Apertado pelo sitio, desgostoso pelo insuccesso de suas armas, a ouvir queixumes da capital que sentia fome, o general Madeira experimentou ainda a magua de ver uma esquadra trazer fortes recursos a seus inimigos.

Em 1.° de Maio de 1823 surgiu nas costas da Bahia a esquadra brazileira, composta de oito navios: nau *Pedro I*, fragatas *Ypiranga* e *Nictheroy*, corvetas *Liberal*, *Carolina* e *Maria da Gloria* e brigues *Real* e *Guarany*, sob o commando do almirante inglez, lord Cochrane.

A esquadra portugueza era mais poderosa, pois compunha-se de treze navios — uma nau, cinco fragatas, cinco corvetas e dois brigues.

Não convinha aos brazileiros uma batalha naval. Mantendo tiroteios com algumas fragatas, lord Cochrane conseguiu ancorar defronte de Itapoan e pôr-se em communicação com as forças de terra. A nau *Pedro I* e a corveta *Maria da*

Gloria postaram-se defronte da cidade do Salvador, servindo de bloqueio ao porto.

Preparava-se o general Pedro Labatut para dar um ataque decisivo á capital, pois dispunha de muitos petrechos de guerra recebidos do Rio de Janeiro com a vinda da esquadra imperial e de uma força de 250 praças chegadas de Pernambuco, esperando-se ainda um batalhão que por terra deveria vir de Minas Geraes, quando deu-se grande discordia entre a divisão da esquerda, commandada pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira, e o proprio general.

Para suffocar a conspiração mandou Labatut prender ao coronel Caldeira e o remetteu para a fortaleza de S. Lourenço, em Itaparica; ao coronel José Joaquim de Lima e Silva, commandante da brigada do centro, expediu a seguinte ordem:

«Constando-me que alguns officiaes de cabeças esquentadas fazem alguns motins e alliciam soldados á revolta, ordeno a V. S. que marche já immediatamente com o seu batalhão ás Armações, e eu com a cavallaria marcho á Itapoan. E caso tenham (segundo se me diz) marchado alguns d'elles á Itapoan, V. S. das Armações seguirá atraz d'elles até encontral-os. Deus Guarde a V. S. Quartel general em Cangurungú, 21 de Maio de 1823.—*Labatut*, general.»

Esta ordem não foi cumprida; pelo contrario, apressou a deposição do valente general, que n'aquelle mesmo dia foi preso, bem como seu secretario José Maria Cambuci do Valle, paulista de grande instrucção, e o official maior José Mendes

da Costa Coelho. Assumiu o commando em chefe do exercito libertador o coronel José Joaquim de Lima e Silva.

Profundamente ferido em seus brios de militar cheio de relevantes serviços á causa da independencia, o general, antes de seguir para o Rio de Janeiro, a responder a conselho de guerra, dirigiu á Bahia uma despedida tocante, por onde poder-se-á avaliar a sinceridade de seus sentimentos:

«Patria de Catharina, magestosa Bahia! Eu vos deixo liberta dos vossos inimigos externos. Aquelles que pelo manejo da vil e manhosa intriga me roubaram a gloria de concluir trabalhos tão felizmente avançados, indo erguer em vosso seio a bandeira imperial como, vencendo mil difficuldades, fiz no Reconcavo, proclamando o augusto nome do imperador, nunca me poderão disputar a honra de ter obstado a marcha de vossos inimigos, desviando suas armas de todos esses logares, onde appareciam os bravos defensores de vossa segurança no interior.

«Não, não criminarei como cumplices da negra traição, que me deu a recompensa dos Themistocles e Scipiões, aos illustres bahianos, que á sombra das armas vencedoras do imperio, vinham encontrar as delicias, que não achavam no seio da capital. Os auctores da perfidia apparecerão algum dia aos olhos da posteridade, e esta, justa avaliadora do merecimento obscurecido, os privará da honra de serem considerados como brazileiros, vossos filhos. Por elles preso, calumniado, exposto a suas invectivas, eu lhes poderia dizer

como o herôe vencedor de Carthago: «Vamos solemnizar a memoria dos dias, em que eu, á testa do brioso exercito do meu commando, fiz reconhecer ao imperador nas provincias de Alagoas e Piauhy, etc.», mas a idéa de triumphos tão celebres accenderia o furor de meus inimigos, e o menor acto de resistencia de minha parte me constituiria indigno do nome de soldado brazileiro; a honra e minha consciencia invulneravel me dictaram que entregasse a espada; eu a entreguei, e a mesma honra, a minha consciencia serão as unicas egides de minha defesa. Homens exaltados no mais cego e infundamentado egoismo, não podiam ver um extrangeiro á frente da heroica terra brazileira: eis o meu crime, barbaros! Elles bem conheciam que o Brazil era por adopção minha patria; que eu, fugindo de uma terra vulcanizada por uma grande revolução, horrorizado de ser testemunha dos males da anarchia, e dos ferozes democraticos, viera procurar o solo virginal do Brazil, lisonjeando-me de poder cooperar no edificio politico de sua regeneração.

«Não esperava que me fosse entregue o commando da tropa; esta confiança accendeu contra mim, desde a côrte do Rio de Janeiro, os fachos do ciume e da rivalidade, e eu fiquei designado como victima de certos genios ambiciosos, que viam a fortuna e seus interesses particulares unidos com a gloria do commando. Promettam embora sahir á luz com as provas do seu brazileirismo e de seus desejos pelo bem da patria; uns já vos são conhecidos, outros o serão; a verdade combatida chega emfim a apparecer sobre as mesmas ondas

revolucionarias, si a opinião publica, verdadeira soberana dos povos constituidos, hoje apparece divergindo pelo impulso desorganizador dos partidos, e levando debaixo o homem de merecimento e incontaminado, amanhã, illuminada, ella se concentra e se vólta embravecida contra os seus malvados directores. N'estas epochas as grandes reacções se succedem mui de perto ás grandes e violentas acções: os povos cançam de obedecerem a caprichos, desprezam facilmente os mesmos idolos que um momento antes respeitavam, e nas mesmas praças em que os applaudiam, assoalham depois os seus crimes.

«Generosa Bahia! O dia 21 de Maio em Cangurungú nunca vos cobrirá de vergonha; não tardará muito que vós conheçais os motivos dos desacatos que então se praticaram: appéllo para a luz da razão, ella mostrará a inteireza de minha conducta. Aquelle que desviou de minha bocca o veneno preparado em Maragogipe, quando meus inimigos viram que eu sahia triumphante das duas devassas tiradas contra mim, será ainda meu protector, porque a innocencia dos crimes imputados me garante a presença de seu escudo.

«Eu apparecerei deante das leis tal como sempre fui: elles apparecerão de um modo bem diverso do que esperam. Acceitai, entretanto, as minhas saudosas despedidas; depois de vos haver conhecido tão de perto, eu seria indigno da nobreza do ser d'homem, si me esquecesse de vós. Si a minha ingrata fortuna me forçar a sahir d'este imperio, levarei commigo a lembrança do que vi e do que admirei em vosso

seio, e de longe vos pagarei o tributo de minha affectuosa gratidão. — A bordo da charrúa *Luconia*, fundeada na barra da Bahia, em 19 de Setembro de 1823. —*Labatut.*

O general apresentou ao conselho de guerra longa e circumstanciada defesa, destruindo todas as accusações que lhe fizeram seus invejosos inimigos, e indicando 38 testemunhas em seu abono. Por ser longo o documento, damos d'elle sómente o periodo final: «Apezar de me serem arrancados os papeis da secretaria, contra o que solemnemente protestei e me não responderam, existem em meu poder os inclusos documentos, em numero de 6, que verificam esta minha resposta, além de testemunhas que apresentarei, de todo credito e confiança publica, que farão ver a este Exmo. Conselho que não foi sem justiça que S. M. I. sempre approvou a minha conducta, como me foi participado pelos differentes secretarios de estado (documento n. 7), e que em logar de ignominia, peior que a mesma morte, que me quizeram dar os meus inimigos (ducumento n. 8), me compete a honra de ser de S. M. I. e da nação brazileira fiel subdito, e servidor. —*Pedro Labatut*, brigadeiro.»

A sentença do conselho de guerra diz, em resumo: «Vendo-se n'este conselho de guerra o processo verbal do réo, o brigadeiro Pedro Labatut, auto de corpo de delicto, devassas e mais papeis que lhe fazem culpa, interrogatorios que lhe foram feitos, sua defeza e allegações, testemunhas sobre as mesmas perguntadas e documentos que apresentou:

«Ponderando e combinando o conselho os pontos de

accusação com a defesa do réu, testemunhas e documentos, assenta unanimemente que o réu Pedro Labatut está innocente de todas as referidas arguições e manda que seja solto e livre e restituido ao exercicio de seu posto. Rio, 9 de Fevereiro de 1824.—*Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque*; *Francisco de Paula Magessi Tavares de Mello*, tenente-general, presidente; *Miguel Lino de Moraes*, marechal de campo, interrogante; *Francisco Manoel da Silva Mello*, marechal de campo, vogal do conselho; *João Francisco Neves*, brigadeiro, vogal; *Antonio [illegible]*, brigadeiro, vogal; *José Maria Pinto Peixoto*, brigadeiro, vogal.

O conselho supremo militar de justiça encerrou o processo com este despacho: «Confirmam a sentença. Rio, 18 de Março de 1824.—*Pinto Guedes, Oliveira, Portelli, Farinha, Oliveira Alves, Moreira, Telles, Sampaio, Souza, Pedreira, Leal.*

Decorridos muitos annos, veiu o general domiciliar-se em sua querida Bahia, onde falleceu a 24 de Setembro de 1849, sendo sepultado no convento da Piedade. A 4 de Setembro de 1853 foram trasladados seus ossos, segundo desejo seu (1),

(1) Alludindo ao desejo que o general Labatut manifestou, antes de morrer, de que seus ossos fossem levados para Pirajá, a juntar-se com os restos de tantos bravos da independencia, o inspirado poeta bahiano dr. Luiz Alvares dos Santos, compoz bellissimos versos:

O nosso bravo
Que alli vai é Labatut . . .
é o guerreiro
Que preferiu morrer na terra amada
Tanto do peito seu, que no momento
D'agonia fatal, pediu gemendo

para a capella de Pirajá e depositados em uma urna de marmore mandada vir da Europa por seu testamenteiro e dedicado amigo José Marcellino dos Santos, velho soldado da independencia.

A remoção dos restos mortaes de Labatut effectuou-se com grande solemnidade: formou-se procissão de todas as auctoridades e numerosa massa popular, trajando todos rigoroso lucto; foi a urna transportada da egreja da Piedade para o Arsenal de Marinha e d'ahi conduzido em vapor até ao Cabrito e d'este ponto á matriz de Pirajá, onde se acha depositada.

A posteridade curva-se reverente e agradecida ante a memoria do benemerito official francez; o povo bahiano não

---

Que seus ossos p'ra sempre descançassem
Alli, em Pirajá, entre os amigos
D'armas, no campo nú!
Oh! como é grande
Essa união de sentimentos nobres!
O general que jaz entre as reliquias
De seus caros soldados — os soldados
Que assim das sepulturas vão sahindo
P'ra obedecer de novo á voz querida
Do general, na noite do sepulcro!

No canto intitulado *Um brado nas selvas*, commemorativo do 2 de Julho de 1853, transcripto no *Jornal de Noticias* da Bahia de 1.° de Julho de 1901, fez este poeta um levantado appello a seus conterraneos:

O' povo! no porvir, no dia de hoje,
Marcha ovante p'ra lá!
Um monumento aos manes de teus bravos
Levanta em Pirajá!

Cumpriu-se em parte o desejo do bardo, erguendo-se a *Columna 2 de Julho* na mais bella praça da Bahia.

esquece os serviços por elle prestados á causa da independencia, e, todos os annos, como encerramento das festas populares consagradas a 2 de Julho, vai, em numerosa cavalgata, render-lhe homenagem em Pirajá.

Na madrugada do dia 22 de Maio de 1823 apresentaram-se em Itaparica tres officiaes que se diziam representantes, em commissão, das tres brigadas e reclamaram do governador da ilha a soltura do coronel Felisberto Caldeira — requisição que foi immediatamente satisfeita.

Regressavam os officiaes a bordo do barco *Villa de S. Francisco*, commandado pelo piloto Fortunato Alvares de Souza, e acompanhado pelos barcos *25 de Junho*, de que era commandante o destemido João das Bottas, e *D. Januaria*, commandado pelo tenente Philippe Alves dos Santos, quando o general Madeira expediu sete canhoneiras para aprisionar aquellas embarcações.

O *Villa de S. Francisco*, a pedido de Felisberto Caldeira, fel-o desembarcar no engenho Olaria, em quanto os dois barcos empenharam-se em fortissimo combate com as canhoneiras, e pouco tempo depois veiu envolver-se na luta.

Estava o barco *D. Januaria* a ponto de ser tomado por abordagem, quando o livrou do perigo um tiro disparado contra a melhor das canhoneiras inimigas, que teve partido o mastro grande e foi em seguida apresada pelo tenente João das Bottas.

Tão activo desenvolveu-se o fogo dirigido por este valente

official, que as seis canhoneiras viram-se forçadas a voltar apressadamente para a capital.

A embarcação aprisionada, guarnecida por 25 praças, deu como despojo 5 peças de artilheria, 25 espingardas, 90 saccos de polvora, 80 balas de diversos calibres, 100 lanternetas e outros petrechos.

Como galardão á inexcedivel bravura do tenente João das Bottas, o almirante Cochrane o promoveu a capitão-tenente.

Baldo de todos os recursos, resolveu o general Madeira, depois de uma convocação de officiaes, retirar-se com suas tropas, a bordo da esquadra luzitana e de navios mercantes.

Para o seu transporte achavam-se promptas 86 embarcações; temendo, porém, ser acommettido pelas forças revolucionarias, na occasião do embarque, recorreu ao coronel Manoel Ignacio da Cunha Menezes, mais tarde visconde do Rio Vermelho, para que empregasse seus bons officios junto ao coronel commandante Lima e Silva, a fim de que lhe não fosse combatida a retirada.

Cunha Menezes só conseguiu, como solução, palavras seccas e ameaçadoras: «Responde o commandante em chefe do exercito pacificador que tem todas as noticias da cidade marcadas até por horas, de todos os passos da tropa inimiga, e que, logo que saiba que esta principia a embarcar, pretende atacal-a, e n'esse momento romperá o fogo no mar: que se o general inimigo deseja retirar-se tranquillamente, proponha uma capitulação, que será concertada entre os commandantes de mar e terra, d'uma e outra parte contractante.»

Atemorizado com esta attitude e com a idéa de novo e e maior desastre, o general Madeira expediu ordem ás suas tropas que se reunissem em determinados pontos, e ás 4 horas da madrugada de 2 de Julho de 1823, ao signal ajustado de um tiro de peça disparado do forte de Santo Alberto, effectuou-se o embarque nos portos da Gambôa, arsenal de marinha e Noviciado, actualmente capella e collegio dos orphãos de S. Joaquim.

Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, em suas *Memorias historicas e politicas da Provincia da Bahia* (tom. III, pag. 66), assim descreve a entrada do exercito libertador na capital bahiana:

«Ao romper do dia achava-se a cidade quasi deserta; um morno silencio se divisava nas suas ruas e praças; as differentes guardas estavam abandonadas, e o coronel Antonio José Soares tratou consecutivamente de guarnecel-as com alguns milicianos e paizanos; poucas horas depois, chegou ao acampamento de Pirajá um transfuga do general Madeira communicando achar-se a mesma cidade livre das tropas luzitanas, noticia esta que immediatamente foi confirmada pelo coronel João de Souza Moura Girão, chegado áquelle acampamento, e é facil ajuizar do prazer que ella infundiria no coração d'aquelles, que por mais de anno supportavam os maiores incommodos e privações pela liberdade da patria.

«Já estava detalhada de antemão a entrada do exercito na capital, e, por ordem do commandante em chefe, se

formaram logo todos os corpos, que anciosamente esperavam o momento de ver seus lares e familias. Convidava o dia a augmentar o prazer, por isso que a atmosphera, limpa e serena, apresentava brilhante a natureza, e, á voz de marcha, começaram a desfilar aquelles corpos para a mesma capital, precedidos por um corpo de exploradores, commandado pelo coronel Antero José Ferreira de Britto, que passou a occupar os pontos e trincheiras abandonados pelos luzitanos.

«Seguia-se a este corpo o coronel Lima, commandante em chefe, com o seu estado maior, e o tenente-coronel José de Barros Falcão, commandante da divisão da direita, e logo o batalhão do imperador, commandado pelo major Lima; este batalhão, que em oito dias se aprompton no Rio de Janeiro, e embarcou para esta provincia: immediatamente o acompanhava o batalhão de Pernambuco, tendo por seu commandante o major Thomaz Pereira de Mello e Silva, divisando-se nos que o compunham o aspecto da bravura, caracteristica dos pernambucanos, e da qual tantas provas deram nos diversos ataques durante a lucta; mas um quadro certamente mais tocante e pathetico se offerecia n'um grande grupo, que marchava na rectaguarda d'esse batalhão, composto de defensores da patria, quasi no estado de nudez e descalços, apresentando gravado em si o cunho das privações soffridas na constancia da campanha, contra as quaes tantas vezes exigiu providencias o general Labatut.

«Após este grande grupo, que mais desafiava as attenções e a sensibilidade publica, marchava a columna commandada

pelo bravo tenente-coronel Manoel Gonçalves da Silva, composta do seu batalhão e dos libertos alistados, cujo valor muitas vezes reconheceu o mencionado Labatut, em seus officios; offerecia esta columna aos conhecedores da historia brasilica, uma perfeita scena das antigas proezas do celebrado Henrique Dias, ficando o restante da mesma divisão guarnecendo os pontos e abarracamentos, sem que, porém, murmurassem de se verem precedidos, na entrada da cidade, por aquelles que nunca os deixaram na retaguarda, na occasião dos combates.

«Pelo mesmo tempo, marchava pela estrada do Rio Vermelho a divisão da esquerda, commandada pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira, precedida, bem como a primeira, por uma partida de exploradores tirada do 4.° batalhão (1), e commandada pelo tenente Manoel Rocha Galvão, menos, porém, o batalhão n. 1, do commando do major José Leite Pacheco, que, pelo lado das Brotas, passou a occupar os entrincheiramentos da roça de Joaquim José de Oliveira, onde se conservou até o dia 3, em que foi abarracar-se no quartel do convento do Carmo; n'esta divisão não se mostrava a uniformidade militar, porque pela maior parte era composta de paizanos emigrados da cidade, mas via-se n'ella a firmeza da marcha, o conhecimento das evoluções e o bom armamento, fechando a sua retaguarda o batalhão n. 4, de que era commandante o distincto capitão Manoel Marques

---

(1) Este batalhão era chamado do *Pitanga*.

Pitanga, que passou a occupar a fortaleza de S. Pedro, apenas entrou na cidade.

«Tinham as religiosas do convento da Soledade mandado preparar um arco triumphal defronte do mesmo convento, e logo que a esta posição chegou a divisão da direita, ellas, abrindo as portas da sua clausura, sahiram a adornar com coroas marciaes os defensores da patria; avançou d'alli a mesma divisão até confrontar com a fortaleza do Barbalho, onde foi logo arvorado o pavilhão nacional pelo alferes José Adrião, creado do imperador, firmando-o com dois tiros de outras tantas peças que nellas se achavam encravadas, e fazendo alto no largo do Terreiro, teve aqui logar a grande parada, a qual se seguiu a distribuição de policia, occupação dos fortes e corpos de guarda da guarnição, retirando-se a quarteis, debaixo da maior ordem, os que folgaram d'esse serviço. O resto do dia foi consagrado ao desenvolvimento de todas as emoções do maior regosijo, pelos que se viam restituidos a seus lares, parentes e amigos, sem que entre os transportes do jubilo excessivo fosse posta em pratica a menor acção, que tendesse a demonstrar qualquer acto de resentimento.

«Ainda hoje se observa a mesma ordem n'esse dia, em que annualmente se rememora a entrada do exercito pacificador, reunindo-se para isto o povo e tropa na praça da Lapinha, d'onde proseguem, como em triumpho, para a cidade. O decurso de tempo não tem podido apagar as idéas do enthusiasmo patriotico, e, importando aquella recordação uma pura

ficção da realidade, comtudo o povo experimenta então as mais doces sensações de prazer.»

No memoravel dia, o heroico João das Bottas entrou no Forte do Mar ou Fortaleza de S. Marcello com a tripulação de sua barca e arvorou a bandeira nacional, que tinha sido feita, a occultas, pelos officiaes e cadetes presos no Forte de S. Pedro e para alli removidos. O bicolor pavilhão foi firmado por uma salva de 21 tiros, acontecimento que produziu na capital vivissimo enthusiasmo.

A frota do general Madeira não sahiu incolume da Bahia: o almirante Cochrane apresou-lhe muitas embarcações — o bergantim *Promptidão*, que transportava 70 praças do 12.° batalhão; a galera *Leal Portugueza*, com 244 do 5.° batalhão; um navio russo com 233 do 2.° batalhão; o navio *Pizarro*, capturado pela fragata *Carolina*, com 164 soldados da legião luzitana; a charrúa *Conde de Peniche*, com 135 praças do 3.° batalhão; algumas sumacas que transportavam familias e outras presas.

Todos annos, festeja a Bahia o 2 de Julho, fazendo desfilar dois carros conduzindo duas bellas estatuas de madeira que representam uma cabocla, empunhando na dextra o pavilhão nacional e na esquerda um papel com a legenda *Independencia ou morte* ([1]), e um caboclo, na posição em que se acha o indio no alto da Columna.

---

(1) Inspirado por esta imagem da patria, Junqueira Freire escreveu a poesia:

A rua de Santo Antonio Além do Carmo, por onde passa a procissão civica, enfeita-se com extraordinario capricho. O prestito vem do largo da Lapinha ([1]) para o largo de S. Antonio. Cavalleiros, em trajos brancos e adornados de topes e de flores, formam a guarda de honra dos carros. Batalhões patrioticos e muitas bandas de musica militares e particulares abrilhantam a festa; poesias em avulsos são profusamente espalhadas entre o povo. Uma commissão vai

---

O HYMNO DA CABOCLA

Sou india, sou virgem, sou linda, sou debil,
É quanto vós outros, oh tapes, dizeis!
Sabei, bravos tapes, que eu sei com destreza
Cravar minhas settas no peito dos reis!

. . . .

As minhas façanhas espantam aos tapes,
Invejam-me todos as altas façanhas:
Só ellas são como penhascos gigantes,
Só ellas são como brazileas montanhas!

Só ellas não curvam-se ao mando dos homens,
Só ellas conculcam despoticas leis:
Só ellas humilham a fronte aos tyrannos,
Só ellas abalam o throno dos reis!

Meus membros são debeis qual junco flexivel,
Meu pé tão mimoso, dizeis, tão maneiro!
Meu pé tão mimoso sabei que elle esmaga
O collo possante do vil extrangeiro!

(1) Uma sociedade patriotica, *Dois de Julho*, instituida na Bahia no anno de 1835, mandou edificar no largo da Lapinha um elegante pavilhão onde são guardados estes emblemas da independencia bahiana.

O carro do caboclo, fabricado em 1828, tem as rodas feitas das carretas das peças tomadas ao inimigo. A estatua é devida ao talento do esculptor Bento Sabino. O outro carro, de gosto moderno, representando a cabocla, foi construido em 1840.

á praça Duque de Caxias e deposita no monumento valiosa coroa.

Os carros symbolicos da victoria bahiana são levados para um arco triumphal armado no largo de Santo Antonio e ahi permanecem expostos ao publico durante tres dias, em que se realizam variados divertimentos.

Por pastoral datada de 26 de Junho de 1830, o arcebispo D. Romualdo Antonio de Seixas, deferindo requerimento que lhe foi dirigido em nome dos habitantes da Bahia, considerou 2 de Julho como *dia santo* dispensado.

A victoria dos bahianos, felizmente não assignalada pelo sangue, acha-se perpetuada em um padrão glorioso, inaugurado brilhantemente a 2 de Julho de 1895—a Columna 2 de Julho.

Este monumento—o mais bello que no genero possue o Brazil—acha-se levantado ao centro da praça Duque de Caxias, antigo Campo Grande, districto da Victoria, e compõe-se de uma formosa columna de bronze de ordem corynthia, medindo 25^{m},86 de altura total e assente sobre um pedestal de marmore de Carrara formado de dois corpos, sobre-posto um ao outro, d'onde partem para os quatro lados escadarias do mesmo marmore.

No alto da columna ostenta-se a vigorosa figura de um indio armado de arco e flecha, como emblema do Brazil, na attitude de ferir com lança a cabeça de um dragão, symbolo do governo portuguez que a Bahia expelliu a 2 de Julho de 1823.

O capitel da columna é constituido de folhagens de carvalho e louro com ornatos allegoricos, tudo de bronze dourado, com um 1^{m},65. O fuste e a base da columna medem 9^{m},81, tendo o primeiro terço inferior octogonal, em que se destacam quatro grinaldas com inscripções; na frente: *Entrada das tropas libertadoras, 2 de Julho de 1823;* no fundo: *Reunião das côrtes, 26 de Agosto de 1821*; ao lado direito: *Batalha contra a frota luzitana, 4 de Maio de 1823*, e ao lado esquerdo: *Organisação da Junta na Cachoeira, 25 de Junho de 1822.*

Os dois terços da columna são estriados, tendo, de espaço em espaço, faixas contendo os nomes dos 24 heróes que mais combateram em prol da independencia do Brazil e da liberdade da terra bahiana:

BORGES DE BARROS.
LINO COUTINHO. CYPRIANO BARATA.
GOMES FERRÃO. PEDRO BANDEIRA. MONTEZUMA.
VISCONDE DE PIRAJÀ. CARNEIRO DE CAMPOS.
GARCIA PACHECO. RODRIGO BRANDÃO.
SEQUEIRA BULCÃO.
PEREIRA REBOUÇAS. BRIGADEIRO MANOEL PEDRO.
GENERAL PEDRO LABATUT.
TENENTE-CORONEL SOUZA LIMA.
CORONEL LIMA E SILVA.
MAJOR SILVA CASTRO. CORNETA LUIZ LOPES.
TENENTE JOÃO DAS BOTTAS.
TENENTE JOSÉ PINHEIRO DE LEMOS.
TENENTE JACOME DOREA. TENENTE SILVA LISBOA.
CAPITÃO CYPRIANO SEQUEIRA.
ALMIRANTE COCHRANE.

Entre essa parte da columna e o capitel notam-se festões dourados.

O pedestal superior, de marmore, em fórma quadrangular, tem no meio da face da frente as armas da Republica, encimando a divisa: *Liberdade, egualdade, fraternidade.*

Na face opposta, as armas da cidade com a legenda: *Sic illa ad arcam reversa est.*

Ao lado direito, encostado ao pedestal, figura sobre um plintho a estatua de uma mulher envolta em uma bandeira fortemente empunhada: representa a Bahia.

Do lado opposto, outra estatua de mulher de cabellos soltos, coroada de louros; em uma das mãos uma arma em posição de defesa, na outra um escudo com a legenda: *Independencia ou morte:* representa Catharina Paraguassú.

O pedestal inferior, ainda de fórma quadrangular e em maiores proporções, tem nos quatro cantos columnas de ordem toscana, no meio de cujos fustes se lêem, em escudos de bronze e lettras douradas datas memoraveis: *Chegada de Cabral a Porto Seguro, 22 de Abril de 1500; Fundação da Bahia, 6 de Agosto de 1549; Proclamação da Independencia, 7 de Setembro de 1822; Entrada do Exercito Libertador, 2 de Julho de 1823.*

Sobre essas columnas elevam-se trophéos de armas e objectos indigenas artisticamente combinados.

Nas almofadas da frente e do fundo d'esse pedestal existem quadros de bronze, em relevo, onde o artista com pericia e arte soube, n'aquelle, mostrar os actos de heroismo praticados pelos itaparicanos na tomada da barca luzitana a 7 de Janeiro de 1823, e, n'este, o denodo dos cachoeirenses a 28

de Junho de 1822; figurando, aqui, uma barca no rio Paraguassú, que é invadida por pessoas armadas, e alli, outra barca defronte do forte de S. Lourenço, em Itaparica, onde sobem soldados e gente do povo.

Nas outras duas almofadas lêem-se inscripções; em uma face:

ANNO DE 1895
AOS HERÓES DA INDEPENDENCIA
A PATRIA AGRADECIDA
IN PERPETUUM VIVERE INTELLIGITUR
QUI PRO PATRIA CECIDERUNT

Na face opposta:

Anno VII da Republica

Governador do Estado, Dr. J. M. Rodrigues Lima
Intendente Municipal, Dr. J. L. Almeida Couto
Presidente do Conselho, Dr. J. E. Freire de Carvalho

Commissão Executiva:

Dr. Augusto A. Guimarães, P.
Dr. M. V. Pereira, S.
Coronel Manoel L. Pontes, T.
Dr. J. L. Almeida Couto
Dr. Cincinnato P. Silva
Dr. Frederico A. S. Lisboa
Dr. A. Monteiro de Carvalho
Coronel Aristides Novis
Dr. A. F. Maia Bittencourt, Engenheiro Fiscal
Dr. A. Augusto Machado, Engenheiro das obras
Capitão Thomaz P. Palma, Auxiliar.

No plano de que partem as escadarias estão collocadas, em soccos de trinta centimetros de alto, na frente e fundo, duas grandes aguias de azas abertas, pousando esta sobre canhões, ancora, estandarte da metropole com um escudo

circulado por uma grinalda de folhas de café com a data de 25 de Junho de 1822, e aquella sobre a prôa de uma barca em destroços, com a data de 7 de Janeiro de 1823 escripta em uma fita orlada de ramo de café, correspondendo aos quadros já descriptos.

Dos outros dois lados, estatuas recostadas, de fórmas colossaes, representam os dois principaes rios da Bahia: o *S. Francisco* e o *Paraguassú*. O primeiro é um velho de longas barbas, cercado de indigenas e pirogas, tendo na dextra um remo e deixando ver proxima a cachoeira de *Paulo Affonso*. O segundo descança o braço direito em um rochedo e mergulha os pés no oceano, cercado de peças allegoricas. Em frente aos dois rios, grandes pias em forma de caramujos para receber as aguas que correm das allegorias de bronze dos mesmos rios. Ainda n'esse plano, nos quatro angulos, existem dados de marmore branco sobre os quaes descançam quatro gigantescos leões, tendo, debaixo das patas, allegorias: um, quebra uma corrente; outros pisam armas e escudos.

Das bases d'esses leões jorra agua para pequenas pias de marmore vermelho, em fórma de conchas, presas aos dados. Ainda n'essas bases, em fitas com lettras douradas, lêem-se as seguintes datas: *Cabrito, 8 de Novembro de 1822; Funil, 29 de Julho 1822; Pirajá, 8 de Novembro de 1822* e *Engenho da Conceição, 29 de Novembro de 1822.*

O monumento é cercado de um passeio de marmore com 2^m,50 de largura, formado de mosaico de varias côres e com os seguintes lettreiros de marmore negro no meio de cada

lado; na frente: *Dois de Julho de 1823*, ao fundo o lemma da bandeira republicana brazileira: *Ordem e Progresso;* ao lado direito: *Estado da Bahia* e ao lado esquerdo: *Independencia ou morte.*

Esse passeio com altura de $0^m,25$ é fechado por um gradil de ferro fundido decorado com folhagens e escudos, onde figuram, em baixo relevo, as armas da republica e da cidade, representadas estas por uma pomba com um ramo de oliveira no bico.

Um segundo passeio de $3^m,50$ de largura e $0^m,40$ de altura, com orla de cantaria de Santo Antonio das Queimadas e ladrilho de marmore preto, branco e cinzento, bem combinados, circula aquelle outro.

N'esse passeio, sobre plinthos de cantaria das Queimadas e da serra da Itiúba, com altura de $0^m,65$, foram montados oito bem trabalhados candelabros com quatro grandes globos, para illuminação a gaz, dos quaes tres nos braços e um acima da cabeça de uma figura, todos ornamentados de anjos, folhagens, grinaldas, festões e outras peças decorativas.

A delineação do projecto coube em grande parte ao secretario da commissão, dr. Manoel Victorino Pereira, e a confecção ao esculptor Carlos Nicoli, vice-consul brazileiro em Carrara.

O contracto para execução dos trabalhos foi celebrado

com a firma Pitombo, Pedestá & C. pela quantia de trezentos e noventa mil francos ([1]).

Toda esta descripção foi extrahida do importante trabalho intitulado *O Monumento*, do dr. Alexandre Freire Maia Bittencourt, publicado no *Rev. do Inst. Geog. e Hist.* da Bahia, tom. II, pags. 231 a 236.

A acta da inauguração do monumento foi lavrada n'estes termos:

«Gloria ao Dois de Julho de 1823. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos. Aos dois dias do mez de Julho do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e cinco, LXXIII da Independencia e VII da Republica, ás duas horas da tarde, sendo Governador do Estado o cidadão dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima; intendente do municipio o cidadão dr. José Luiz de Almeida Couto, e presidente do Conselho Municipal o cidadão dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, depois de celebrada a Missa Campal pelo revmo. conego provisor, Clarindo de Souza Aranha, e lançada a benção pelo Sr. D. Manoel dos Santos Pereira, bispo de Olinda, e após o discurso proferido pelo senador Augusto Alvares Guimarães, presidente da

---

(1) Para occorrer á despeza do monumento, obtiveram-se as seguintes quantias:

Contribuição do Estado nos exercicios de 1892 a 1894. .	300:000$000
Subscripção popular	43:806$788
Subvenção da camara, saldo de loterias, etc.	45:171$255
	388:978$043

commissão executiva, foi declarado inaugurado pelo cidadão Governador do Estado, entre ruidosas acclamações, com maxima solemnidade, na praça Duque de Caxias, antigo Campo Grande, o MONUMENTO destinado a perpetuar, no bronze, os feitos gloriosos das grandes luctas que tiveram por brilhantissimo desfecho a entrada triumphal do valoroso exercito pacificador n'esta briosa capital no dia 2 de Julho de 1823.

«A inauguração, que despertou legitimas expansões de verdadeiro enthusiasmo, condigno do patriotismo do povo bahiano, effectuou-se perante alguns Veteranos da Independencia, preciosas reliquias de nossa emancipação politica, principaes auctoridades civis, militares e ecclesiasticas, corpo consular, representantes da imprensa, officiaes do exercito, da armada e honorarios, da guarda nacional e do regimento policial, funccionalismo federal, estadual e municipal, corporações politicas, scientificas, litterarias, commerciaes e artisticas, representantes do clero e confrarias religiosas, associações beneficentes e recreativas, representantes do commercio, da lavoura e das industrias, batalhões patrioticos, alumnos dos diversos estabelecimentos de instrucção e a generosa mocidade das Academias de Direito, de Medicina e Pharmacia, do Instituto Official, das Escolas Normaes e de Bellas Artes, do Lyceu de Artes e Officios, do Centro Operario, e, finalmente, de numeroso concurso de cidadãos de todas as classes.

«Por essa occasião, foi cantado pelos alumnos e alumnas do intelligente professor Ludgero José de Souza, e sob a sua

direcção, o tradicional hymno ao Dois de Julho. Em seguida, saudou a Bahia, em nome do Estado de Pernambuco, o cidadão Silva e Oliveira, recitando depois o cidadão Costa e Silva uma poesia ao *Dois de Julho.*

«E, para constar, eu, Cincinnato Pinto da Silva, secretario interino da commissão executiva, fiz escrever esta acta, que assigno »

Das 175 assignaturas salientavam-se as seguintes: Dr. *Joaquim Manoel Rodrigues Lima*, Governador do Estado; dr. *Antonio Pacifico Pereira*, representando o dr. Prudente de Moraes, Presidente da Republica; † *Manoel*, bispo de Olinda; *Cincinnato Pinto da Silva*, representando o dr. Manoel Victorino Pereira, Vice-Presidente da Republica, e o senador dr. Virgilio C. Damazio; dr. *José Luiz de Almeida Couto*, intendente municipal; dr. *José Eduardo Freire de Carvalho Filho*, presidente do conselho municipal; *Antonio José Machado*, secretario do conselho municipal; *Ernesto Pereira Coelho da Cunha*, membro do conselho municipal; *Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque*, idem; *Leopoldino Antonio de Freitas Tantú*, idem; *João Manoel de Seixas*, idem; dr. *J. Agrippino Dorea*, idem; *João de Teive e Argollo*, idem; dr. *Frederico Lisboa*, representante do presidente do senado e do senador Virgilio Damazio; dr. *Francisco Moniz*, presidente da camara dos deputados; *barão de Camaçari*, presidente do senado; dr. *Manoel Antonio Melgaço*, senador estadual; dr. *Horacio Cesar*; dr. *José de Aquino Tanajura*; *Americo Barretto Filho*, da commissão da camara dos depu-

tados; *Francisco de Araujo Aragão Bulcão*; *Augusto Ferreira França*, membro da commissão do senado; *Antonio Pedro de Mello*, secretario do governo; *M. Adalberto de Oliveira Guimarães*, 1.° secretario da camara; *Miguel Ribeiro de Oliveira*, 2.° secretario da camara dos deputados; *Pedro Moniz Leão Velloso*; vigario *Hermelino Marques de Leão*, deputado estadual; *Antonio Barbosa de Souza*, chefe de policia; *Manoel Pedro de Rezende*; *Rogociano Pires Teixeira*; dr. *Manoel Bonifacio da Costa*, do Instituto Geographico e Historico; *Antonio Alexandre Borges dos Reis*, idem; bacharel *José Octacilio dos Santos*, advogado do municipio; *barão de S. Francisco*, presidente do Instituto Bahiano de Agricultura; *Francisco Alvares dos Santos Souza*; dr. *Glycerio Velloso*, representante da *Gazeta de Noticias*; *Arlindo Fragoso*, engenheiro civil; dr. *Satyro de Oliveira Dias*, director da instrucção publica; *Severino dos Santos Vieira; Cassiano da França Gomes*, director da escola normal; *Aloysio de Carvalho*, representando o *Jornal de Noticias* e o Instituto Geographico e Historico da Bahia; *Alfredo Requião*, do *Jornal de Noticias; Maximiano dos Santos Marques; Pedro Eustaquio de Oliveira Porto;* o consul de Portugal, *Joaquim Baptista Moreira;* o vice-consul da Italia e da Austria, *Stefano Fodestá;* o consul da Venezuela, *barão de S. Raymundo;* o consul da Russia, *Duryer; Tranquilino L. Torres; João N. Torres; Augusto A. Guimarães*, presidente da commissão do monumento; *Aristides Novis; Manoel Lopes Pontes; Cincinnato Pinto da Silva*, secretario

interino da commissão; *Ignacio Alves Nazareth; Francisco de Assis Gomes; Constantino Nunes Mucugê.*

Depois da inauguração da Columna, foi rendida tocante homenagem a tres velhos batalhadores de 1823, que se achavam presentes á glorificação da bravura e do patriotismo e tiveram a ventura de ouvir palavras solemnizadas pela justiça da historia:

SAUDAÇÃO DO POVO AOS VETERANOS DA INDEPENDENCIA

«Si a mudez do marmore e do bronze do monumento, destinado a commemorar os feitos gloriosos de nossa emancipação politica, fala com maior eloquencia do que tudo quanto poderia dizer a linguagem humana; a presença veneranda dos benemeritos cidadãos FRANCISCO DE ASSIS GOMES, IGNACIO ALVES NAZARETH e CONSTANTINO NUNES MUCUGÊ, nas festas d'este anno ao immortal Dois de Julho, constitue para nós, que somos o povo, que somos a Patria agradecida, a resurreição luminosa dos heróes e martyres da independencia da Bahia. Sombras augustas de um passado de glorias! É de joelhos que saudamos os Veteranos da liberdade!»

É-nos grato apresentar agora uma pequena anthologia bahiana —grinalda de flores litterarias enlaçada em espiral na magestosa Columna, como em espiral se elevam ao céo as nuvens de incenso de corações transformados em oscillantes e ardentes thuribulos.

Topicos do discurso do dr. Satyro de Oliveira Dias:

«Aquillo não é uma ficção, nem uma vaidade; é a prodigiosa realidade da fé e do amor; da fé no dia de amanhã, a cuja santa alvorada cantarão as novas gerações melodias de paz e de liberdade; de amor e reconhecimento aos que já foram caminho da eternidade, marcando com o proprio sangue, no chão da patria, o sulco para o alicerce d'aquella columna monumental.

«Alli não está sómente a Bahia, soberba da sua fama de mãe fecunda de heróes e engenhos peregrinos. Aquelle bronze não está sómente cantando ao futuro a sua invejavel historia, desde o formoso idyllio

> «Onde gemeu Paraguassú de amores
> E os echos falam de Moema ainda,»

até á patriotica tragedia, em que se nos afigura, cada vez mais luminosa, a tunica de soror Joanna Angelica. Não. Mais do que a Bahia, e por condão d'esta *alma mater* brazileira, aquelle monumento, todo da inspiração e do esforço bahiano, é a synthese homerica do sentimento nacional, no momento genesico da nossa pujante nacionalidade.

«O symbolo do genio do Brazil lá está de pé sobre o capitel da columna gigantesca. Sobranceiro ao primoroso trophéo, que a arte creou para perpetuar a memoria dos heróes de 23, parece que elle immerge a cabeça no infinito azul, pedindo inspirações ao céo para o vasto caminho aberto ao nosso progresso e á nossa felicidade, á sombra da paz e da liberdade de todos os direitos e de todas as consciencias.»

Do discurso do dr. Augusto Alvares Guimarães:

. . . .

« As acções gloriosas que n'aquelle monumento se consagram á veneração publica não são assim as de uma parte do territorio do Brazil: são as de toda a nação, que viu n'aquelle dia abrirem-se-lhe as portas da historia, como vê n'aquelle monumento a solidificação da memoria egregia de todos os seus herócs, a consagração de todos os seus feitos de patriotismo e de valor.

« Monumentos d'essa ordem não são, porém, unicamente preitos de gratidão a acções nobilitadoras, padrões da immortalidade de homens illustres, que derramaram seu sangue por uma idéa: são tambem ensinamento aos vindouros. Aqui, reflectindo sobre os destinos humanos, embevecidos ao contemplar os echos longinquos de nossa historia e de nossas tradições, as gerações futuras aprenderão a ser patrioticas, altivas, e buscarão beber na instrucção e no trabalho forças que consigam fazer que o progresso e a civilisação penetrem n'este sólo, por todas as suas mil fórmas e acharão lenitivo para as dôres excruciantes de presente maligno, certas na chegada proxima de um futuro melhor e mais duradouro, e quando os cataclysmos nos ameacem, encontrarão aqui, n'estas pedras symbolicas de nosso patriotismo e de nossa hombridade, resistencia feroz a todas as oppressões.

. . . .

« Felizes os que puderem dizer, á claridade esplendida dos arrebóes d'esse dia de nosso ideal, ouvindo o hymno

perenne entoado pelas exuberancias de nossa natureza junto ao tabernaculo augusto das glorias nacionaes: Somos dignos de vós e do vosso heroismo, geração mascula da independencia!»

Do estro sempre inflammado do poeta João de Britto colhemos alguns versos, notaveis pelo arrojo das hyperboles:

. . . .

O inspirado cinzel da antiga estatuária
Revive e fulge ahi nos traços mais distinctos;
Accendem-nos a fé, no peito, extraordinaria,
Estatuas varonis firmadas em seus plinthos.

No largo pedestal de marmore transparente
As aguias, os leões de jubas desgrenhadas,
N'essa attitude hostil, que infunde medo á gente,
Os sitios deixam ver das luctas empenhadas.

Este — é a Cachoeira, o baluarte invicto;
Aquelle — Itaparica, a terra dos denodos,
Ninho d'aguias do mar; seguem-se após Cabrito,
Funil. . . e Pirajá, que em si resume todos.

Jamais poude um trophéo, na praça levantado,
Falar de tradições, de herões, de feitos grandes,
Como este que assignala em luz nosso passado,
Cravando o cimo além dos coruchéos dos Andes!

Sómente um filho teu, oh terra do prodigio,
Italia! que dos céos houveste o genio em dote,
Devia aqui deixar, olympico prodigio
D'arte que eternizou o nome a Buonarotti,

Este poema em pedra, esta memoria immensa,
Que assume as proporções titanicas de um monte,
Onde da nossa historia o brilho se condensa
E em face á qual o tempo ha de curvar a fronte.

. . . .

Si um dia, sacudido o chão n'um cataclysmo,
Com medonho fragor tombar esta cidade,
E tudo se engolfar em negro, hiante abysmo,
Do qual sómente Deus sonde a profundidade,

Erecto ha de ficar na vastidão do espaço,
Tal qual se mostra aqui, este trophéo brilhante,
Tendo para o suster as azas rijas, de aço,
Das aguias que elle traz no pedestal gigante.

Do poeta João Baptista Guimarães Cerne:

ANTE O MONUMENTO DE DOIS DE JULHO

Graças, ó Patria, pódes orgulhosa
Levantar a cerviz, fitar a historia:
No carrára, no bronze escreve a gloria
A estrophe que alli vês maravilhosa.

Já não temes que a pena opprobriosa
De ingrata e vil te lancem na memoria;
Alli, grande qual és, alta e marmorea,
Tua imagem, ó mãe, surge garbosa.

Agora, sim: quando no céo bahiano
De *Julho 2* o sol gentil desponta,
Beija primeiro o indio americano.

Dois monumentos este dia conta:
A carta que o sagrou republicano
E o capitel que os seculos affronta!

Só em livro especial poderiamos reunir composições poeticas de illustres bahianos consagradas febrilmente a 2 de Julho.

Em nossas investigações encontramos uma poesia que, apezar de extensa, devemos citar, pelo arrojo da concepção e pelo grande effeito causado.

Foi na Bahia, no anno de 1846.

O theatro S. João, enfeitado externa e internamente, encheu-se na noite de 2 de Julho para a realização de imponente espectaculo de gala.

Sóbe o panno e em scena aberta os artistas, ladeando o retrato do imperador D. Pedro II, cantam um hymno, a que pertence esta quadra bellamente energica:

Nunca mais o despotismo
Regerá nossas acções:
Com tyrannos não combinam
Brazileiros corações.

N'essa occasião, em um camarote da ordem nobre, junto á tribuna occupada pelo presidente e commandante das armas, general portuguez Francisco José de Souza Soares d'Andréa, barão de Caçapava, surge o poeta satyrico Manoel Pessoa da Silva, e, repetindo aquelles versos como um mote, recitou a seguinte glosa, dirigindo fortes accionados ao general:

Pela marcha lisonjeira
Que leva o genero humano,
Hoje tentar ser tyranno
É inaudita cegueira.
Ver-se-á frustrado o que queira
Renovar o terrorismo;
Uma vez com heroismo
Conquistada a liberdade,
Reger, dominar não ha de
Nunca mais o despotismo!

Erra o que amammentado
Por leite do captiveiro,
Queira o povo brazileiro
Dominar pelo passado.
Vai caminho desviado
Nutrindo taes intenções;
Varie de opiniões,
Pense melhor e conclúa
Que nunca vontade sua
Regerá nossas acções!

Escoria da humanidade,
Quem seu berço renegou
N'outra terra nunca amou
Lealmente a liberdade!
Porém calcal-a não ha de
Nos que d'ella heróes se assignam;
Entre si elles se ensinam
De gosal-a eterno jus!
São filhos de Santa Cruz!
Com tyrannos não combinam!

Este, que heroicos bahianos
Memoram, tão nobre feito,
Seja proficuo preceito
Á correcção dos tyrannos;
Escarmente-os, p'ra que insanos
Não manchem nossos brazões;

Vejam n'elle seus mandões
Que, livres, em peitos bravos,
Jamais podem ser escravos
Brazileiros corações!

Esta allusão directa á primeira auctoridade da provincia, atrozmente injuriada nos versos candentes da terceira decima como *portuguez renegado*, accendeu os brios do ajudante de ordens, filho do general: ás ultimas palavras do poeta, o ajudante dirigiu-se ao camarote em que elle se achava e a chicote vingou as crueis offensas jogadas contra seu pae. Uma das senhoras ahi presentes, indignada contra esta affronta praticada em seu camarote, adeantou-se ao official e, n'um impeto de colera, partiu-lhe o leque nas faces. Curvando-se á justa vingança feminina, o ajudante limitou-se a dizer: — V. Exa. póde fazer em mim o que quizer.

Levantou-se a platéa em favor do poeta bahiano, e o official teria pago com a vida o seu attentado publico, si o presidente o não mandasse recolher preso ao quartel general, como satisfacção dada aos espectadores.

As opiniões dividiram-se pró e contra Manoel Pessoa, que d'aquelle modo escandaloso desabafára enorme despeito, por ter sido dispensado de seu emprego na repartição de obras publicas, que havia sido extincta.

Innegavelmente essa glosa, com todas as suas inconveniencias de occasião, é um raio brilhante e fulminador como aquellas immortaes chispas que nos *Chatiments* de Victor Hugo esmagaram Napoleão III perante a posteridade.

No anno de 1862 installou-se na Bahia a *Sociedade dos Veteranos da Independencia do Brazil*, associação de beneficencia, tendo por fim soccorrer, na vida e na morte, a todos quantos tomaram parte nas gloriosas luctas, ou proporcionando pensões aos invalidos ou enterro decente aos que se finavam. Ungida de fé christã, a sociedade mandava celebrar missas em determinados dias do anno: a 24 de Setembro por alma de D. Pedro I, fundador do imperio do Brazil; a 8 de Novembro, anniversario do combate de Pirajá, por alma do general Labatut e de seus companheiros d'armas fallecidos na guerra; a 6 de Abril por alma do patriarcha José Bonifacio de Andrada e Silva, o instigador da idéa da independencia; a 19 de Abril por alma do general José Joaquim de Lima e Silva, commandante do exercito libertador, e, finalmente, a 25 de Junho — data do movimento revolucionario na Cachoeira — por alma dos patriotas que fizeram a independencia e falleceram depois do celebrado dia *2 de Julho* de 1823.

A sociedade tinha, como brazão d'armas, uma espada e uma palma coroadas e sob a corôa as iniciaes P I (Pedro Primeiro), circumdando este emblema as palavras *Veteranos da Independencia na Bahia em 1823*.

Nos grandes dias de festas patrioticas (2 de Julho e 7 de Setembro) desfraldava-se na frente do palacete do presidente da sociedade, Joaquim Antonio da Silva Carvalhal, uma bandeira legendaria, desbotada e crivada de balas — reliquia symbolica, representando a bravura de uma geração de valentes invenciveis.

A 2 de Julho de 1873, ao passar a procissão civica defronte d'esse pavilhão nacional, a ondular no espaço como si o agitasse a alma heroica da revolução redemptora, o grande repentista Francisco Moniz Barretto (1), em um surto

(1) O poeta Francisco Moniz Barretto nasceu na villa de Jaguaripe a 10 de Março de 1804 e falleceu na Bahia a 2 de Junho de 1868. Publicou em 1855 dois volumes de poesias, sob o titulo *Classicos e Romanticos*. Grande improvisador, foi elle o Bocage brazileiro pelos elevadissimos vôos da inspiração a irromper espontanea e resplandecente em suas odes patrioticas e pela extravagancia de, na velhice, offerecer á *rapaziada* versos obscenos reunidos em *album*.

Como exemplo de seu finissimo humorismo citamos um facto. Desejando o poeta bahiano visconde da Pedra Branca (Domingos Borges de Barros) ter á sua mesa o notavel repentista, dirigiu-lhe o seguinte

CONVITE

Si de mascar um perú
Tem hoje gana o seu dente,
Venha trinchal-o em familia
Com seu amigo e parente.

Mas saiba que sobre a mesa
Verá perú, nada mais;
Nem mesmo si a gulosina
Soltar suspiros e ais.

23 de Dezembro de 1851.

Visconde da Pedra Branca.

Não poude Moniz Barretto satisfazer ao convite, por havel-o recebido tarde, mas enviou immediatamente ao visconde estes espirituosos versos:

RESPOSTA

Não quiz, meu visconde, a sorte,
Que para mim nunca presta,
Que eu comesse perú gordo
Sem ser em dia de festa.

O seu convite a trinchal-o
Recebi quasi ao sol posto,
Quando para a casa entrava
Cheio de afan e desgosto.

de enthusiasmo patriotico—como tantos que lhe occorriam á mente sempre inspirada—apontou á multidão a veneranda insignia, exclamando:

Olhai a sua bandeira
Que quasi dez lustros tem:
Nunca abateu-se a ninguem
Esse estandarte ancião!
Guiou ao combate, á gloria
E deu renome na historia
A valente batalhão!
Signal de um povo guerreiro
Na presença do extrangeiro
Nunca rojou pelo chão!

O delirio que este improviso provocou justificou-se não só por seu rasgo oratorio, mas ainda pelo facto de tambem ter

---

Sendo já passada a hora
D'ir á pitança excellente,
Na caseira carne magra
Metti sem vontade o dente.

Não pude engulir boccado
Da costumeira panella,
Tendo o perú-não-comido
Atravessado na guela.

Um de seus melhores improvisos foi feito no theatro S. João por occasião de festejar a Bahia a coroação de D. Pedro II. Ahi, sendo-lhe dado o mote

O seu Rei, seu irmão, seu pae, seu nume,

o poeta, depois de breve concentração de espirito, fez ouvir, perante um silencio quasi religioso, este bello soneto:

Do thesouro que é meu, d'esse thesouro
Que a ninguem usurpei, hoje despendo;
O tributo, Brazil, que a Pedro rendo,
Como elle, nobre, não custou teu ouro!

sido o poeta um bravo da independencia, combatendo, aos 18 annos, pela causa que electrizava a multidão.

Levar seu nome ao seculo vindouro,
Após a gloria nossa, eu só pretendo!
Ao nada a van grandeza irá descendo!
Eu irei de immortal colhendo o louro!

Esse que hoje elevado á mór altura (*)
Deus talvez sobre a terra se presume,
Ha de emfim conhecer sua loucura!

Grande é o vate quando a láurea assume,
Quando canta ao Brazil sua ventura,
O seu Rei, seu irmão, seu pae, seu nume!

Testemunha presencial d'este litterario successo, o venerando octogenario bahiano dr. Luiz Rodrigues Dultra Rocha teve a gentileza de nos enviar a seguinte informação:

«O presidente da provincia, dr. Paulo José de Mello de Azevedo e Britto, poeta eximio e companheiro das lides bocagianas em Lisboa, enthusiasmado, sahiu de seu camarote, foi abraçar o poeta e trouxe-o em sua companhia.»

Applausos unanimes da platéa festejaram o amplexo dos dois litteratos bahianos.

O notavel repentista brazileiro deixou dois filhos (hoje fallecidos) dotados de talento poetico: Rosendo Moniz Barretto e Francisco Moniz Barretto Junior, concorrendo n'este a qualidade de violinista de raro merecimento.

Após a morte do eximio improvisador, publicou-se um folheto de 60 paginas, sob o titulo *Suspiros e goivos lançados sobre o ataúde do primeiro poeta repentista da lingua portugueza Francisco Moniz Barretto, por alguns de seus discipulos, amigos e admiradores* (Bahia, 1868). Ahi foram colleccionadas as homenagens que á sua memoria prestou a imprensa bahiana e sentimentaes poesias, assignadas por Domingos Joaquim da Fonseca, A. A. de Mendonça, J. A. da Cunha, A. Lopes Cardoso, Adelina Josephina de Castro Fonseca, A. P. Chichorro da Gama, Antonio Eustaquio Moniz Barretto, D., Salles Guimarães, Maria Leopoldina Ribeiro Sanches, Francisco Moniz Barretto Junior, Manoel Pessoa da Silva e Sylvio Mauro Moniz Barretto.

(*) Allusão ao ministro da fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquez de Abrantes, que demittira o poeta do cargo de primeiro escripturario da alfandega da Bahia, onde foi depois reintegrado.

O arrojado poeta Castro Alves ([1]), o genial combatente pela causa dos escravos, em sua *Ode ao Dois de Julho*, recitada no theatro da cidade de S. Paulo, definiu — de modo febricitante como a sua mocidade, vehemente e arrebatado como o seu patriotismo — a guerra bahiana:

Não! Não eram dois povos que abalavam
N'aquelle instante o solo ensanguentado . . .
Era o porvir — em frente do passado,
A liberdade — em frente á escravidão!
Era a lucta das aguias — e um abutre,
A revolta dos pulsos — contra os ferros,
O pugilato da razão — com os erros,
O duello da treva — e do clarão!

---

(1) O poeta Antonio de Castro Alves nasceu a 14 de Março de 1847, na fazenda *Cabaceiras*, situada a sete leguas da cidade de Curralinho, hoje denominada *Cidade de Castro Alves*, e falleceu na Bahia a 6 de Julho de 1871. Foram seus paes o dr. Antonio José Alves, lente da faculdade de medicina, e d. Clelia Brazilia da Silva Castro. Frequentou ás faculdades de direito do Recife e de S. Paulo, porém não chegou a formar-se, porque a molestia interrompeu-lhe os estudos. Em S. Paulo, ao effectuar uma caçada, succedeu-lhe a fatalidade de disparar a arma, indo a carga empregar-se em um pé, que teve de ser amputado. Após este desastre, sobreveiu-lhe a tuberculose pulmonar de que falleceu.

São d'este auctor: *Espumas Fluctuantes*, poesias (Bahia, 1870); *Gonzaga ou a revolução de Minas*, drama (Bahia, 1870); *A cachoeira de Paulo Affonso*, poema (Bahia, 1876); *Fragmento dos Escravos, manuscripto de Stenio* (Bahia, 1876); *O navio negreiro*, tragedia no mar, a mais bella e mais valente de suas producções poeticas. Deixou ineditos os poemas *Escravos* e *Calhau*, o drama *D. Juan* e uma traducção do *El Diablo Mundo*, de Espronceda.

Rival do poeta sergipano Tobias Barretto de Menezes, excedeu a este em hyperboles á Victor Hugo.

No decennario de sua morte (1881) o gremio litterario *Castro Alves* instituido no Rio de Janeiro celebrou sessão magna como homenagem á sua memoria e fez imprimir um livro, em que collaboraram 53 litteratos nacionaes e extrangeiros.

O escriptor portuguez José Palmella, o imaginoso auctor d'*A Aristocracia*

A 7 de Janeiro de 1900, a ilha de Itaparica festejou de modo extraordinario o 77.° anniversario do grande combate naval travado entre os insulares e as forças do general Madeira.

Houve pela manhã missa campal no largo da Piedade, em frente á capellinha historica de N. S. da Piedade, sendo celebrante o revd. conego Bemvindo Teixeira, vigario de

---

do genio e da belleza feminil na antiguidade, ao votar-lhe o preito de sua admiração, fez á Bahia uma poetica referencia: «Nascido na primogenita filha de Cabral, na terra de Rocha Pitta, de Moniz Barretto, Dantas, Paranhos, Deiró, Chagas Rosa e tantos outros talentos que fulguram no céo da poesia, das bellas-artes, lettras e sciencias, e d'onde surgem os maiores estadistas e oradores do imperio, Castro Alves não podia deixar de revelar que era um abençoado filho d'aquella luxuosa terra, onde a natureza ergue-se em deslumbrantes thronos de esmeralda, coroados de perfumosas grinaldas, que ao lançal-as para os céos, fazem cahir para a terra, como inebriados de amor e poesia, os proprios deuses!»

A Bahia consagrou-lhe tambem n'essa occasião uma festa glorificadora, em que se fez ouvir a palavra demosthenica de Ruy Barbosa em uma oração que lembra marmoreo monumento grego. Destaquemos para esta pagina uma columna corinthia: «O que faz a sua grandeza são essas qualidades, superiores a todas as escholas, que, em todos os estados da civilisação, constituiram e hão de constituir o *poeta*, aquelle que, como o pae da tragedia grega, possa dedicar as suas obras *ao Tempo*: sentiu a natureza; teve a inspiração universal e humana; encarnou artisticamente nos seus cantos o grande pensamento da sua epocha.

«Que não cantou elle, e que não cantou como poeta, desde os primeiros ensaios do seu genio? Dir-se-hia que a sua musa roçára os labios no mel de todas as doçuras e na essencia amarga de todas as agonias do nosso destino passageiro pela face da creação; que por azas escolhera dois raios amorosos do sol, para afagar todas as harmonias do universo, e, como o epico do céo e do inferno, na extrema visão do empyreo, molhára as palpebras no rio de luz em que Dante humedeceu os olhos para a contemplação da suprema belleza (*)».

A faculdade de direito de S. Paulo mandou embutir na frente de seu edificio tres marmores contendo os nomes dos tres poetas de mais vulto que frequentaram o estabelecimento: CASTRO ALVES, ALVARES DE AZEVEDO, FAGUNDES VARELLA.

(*) RUY BARBOSA: *Decennario de Castro Alves — Elogio do poeta* (Bahia, 1881), pag. 9.

Itaparica. Assistiu á cerimonia o veterano Francisco das Chagas, de 111 annos de edade, ultimo representante dos herões que combateram na ilha, nos dias 7, 8 e 9 de Janeiro de 1823.

Ás tres horas da tarde—depois de percorrer as principaes ruas o carro allegorico, triumphal, commemorativo do 7 de Janeiro—Francisco das Chagas, carregado em braços, foi conduzido ao coreto levantado na praça da Quitanda e ahi recebido com enthusiasticos applausos; um côro de meninas cantou o hymno da independencia.

Á enorme multidão que se premia em torno do coreto o distincto poeta bahiano João de Britto apresentou o veterano, recitando em seguida uma vibrante poesia, como glorificação ao patriota. Transcrevamos tres estrophes:

Sob os auspicios da Exma. Sra. D. Adelaide de Castro Alves Guimarães, irmã do poeta e viuva do dr. Augusto Alvares Guimarães, proprietario do *Diario da Bahia*, o poeta rio-grandense Mucio Teixeira publicou um volume de 338 paginas, sob o titulo *Vida e obras de Castro Alves* (Bahia, 1896).

Um joven escriptor contemporaneo, armado cavalleiro pelo proprio talento, a terçar com galhardia em defesa da justa critica litteraria, fez sobre o vate bahiano excellente apreciação:

«Castro Alves, poeta condoreiro, não teve rival no fogo do estro. A sua imaginação foi como um insofreavel corcel. Brilho, fulgor de imagens, arrojo de antitheses, enthusiasmo de doutrinario, tudo elle teve no seu verso poderoso e arrebatado. A par de seus formidaveis poemas da escravidão, como *O navio negreiro* e *As vozes d'Africa*, compoz poesias que o não deixam mal na companhia dos nossos mais celebrados romanticos. Na *Cachoeira de Paulo Affonso*, respigando-se com bom gosto, encontram-se paginas admiraveis, e, entre as suas poesias avulsas, uma das que passaram, póde-se dizer, para o cancioneiro popular é essa languida e lasciva *Boa Noite*.»

FROTA PESSÔA: *Critica e polemica* (Rio de Janeiro, 1902), pags. 60 e 61.

Filha da vaga, esplendida cidade,
Que és como altar erguido á liberdade,
Que o tempo não destróe,
Por mais que te enfeitasse a natureza,
Deixa que o mundo inveje-te a grandeza,
Honrando o teu heróe.

. . . .

Venham beijar-lhe a mão essas creanças
Que são da patria as vivas esperanças,
Cidadãos do porvir:
Prestem-lhe todos civica homenagem,
Como si vissem n'elle a propria imagem
Da gloria a nos sorrir!

Tu não pódes morrer, velho guerreiro,
Que realças o Sete de Janeiro,
O grande festival!
Na corôa que o povo te dedica
Recebe o coração de Itaparica,
Que te sagra immortal!

Francisco das Chagas nasceu no anno de 1789 e falleceu a 29 de Setembro de 1900.

A data 2 *de Julho* ficou assignalada como a da maior gloria bahiana, porque recorda a expulsão de um poder ignorante, violento e barbaro que durante o seu dominio só traçou paginas luctuosas; porque exprime a tranquillidade do lar, que havia sido perturbada pela força ao serviço do despotismo; porque representa aos olhos do historiador um conjuncto de feitos memoraveis—rasgos de abnegação, luctas pertinazes e sempre victoriosas — com que a Bahia pagou largo tributo de precioso sangue á sagrada independencia da patria.

CAPITULO XXIII

MANIFESTO DE D. PEDRO ÀS NAÇÕES AMIGAS CONTRA AS CÔRTES DE LISBOA. PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DO BRAZIL A 7 DE SETEMBRO DE 1822. MOTINS DE TROPAS NA BAHIA. MORTE DO CORONEL FELISBERTO GOMES CALDEIRA. VINDA DE D. PEDRO À BAHIA. DESORDENS NAS CÔRTES PORTUGUEZAS—1822-1824

COMO prolegomenos da independencia, surgiu a 6 de Agosto de 1822 o *Manifesto de D. Pedro de Alcantara ás nações e governos amigos e alliados*, documento que é um libello accusatorio contra as côrtes de Lisboa em pretenderem, calcando as leis do evolucionismo social, recolonizar o Brazil. O *Manifesto* offerece-nos duplo valor: o de ter sido escripto por um portuguez compenetrado da felicidade d'esta terra, e o de ter sido inspirado pela energia patriotica de José Bonifacio. O espirito ardente, bellicoso, altivo de D. Pedro adaptou-se ao estylo violento do velho paulista e da fusão d'estes dois bellos elementos de força resultou o protesto fulminador contra o congresso luzitano—paginas que representam um brado de revolta partido de um povo inteiro, um grito de vingança da victima contra as oppressões do algoz.

Inventario feito com justiça, expõe o que era o Brazil

colonial, humilhado ante as prepotencias da metropole, e de modo evidente elucida que foi o proprio Portugal quem, por meio de medidas de exaggerado rigor, apressou a independencia do opulento reino que fundou na America. A aspiração dos brazileiros teve prompto desenlace, porque para elle cooperaram as exigencias anti-liberaes dos deputados portuguezes.

Apresentar á publica apreciação documento de tal ordem é offerecer um vibrante retrospecto de nossa vida politica durante o decorrer dos tres primeiros seculos.

Eis o *Manifesto:*

«Desejando eu e os povos que me reconhecem como seu Principe Regente, conservar as relações politicas e commerciaes com os governos e nações amigas d'este reino, e continuar a merecer-lhes a approvação e estima de que se faz credor o caracter brazileiro, cumpre-me expôr-lhes succinta, mas verdadeiramente, a serie dos factos e motivos que me têm obrigado a annuir á vontade geral do Brazil, que proclama á face do universo a sua independencia politica e quer como reino irmão e como nação grande e poderosa conservar illesos e firmes seus imprescriptiveis direitos, contra os quaes Portugal sempre attentou, e agora mais do que nunca, depois da decantada regeneração politica da monarchia pelas côrtes de Lisbôa ([1]).»

. . . .

---

(1) Seguem-se os topicos transcriptos a pags. 172 e 173 d'estas *Memorias*.

«Si a actividade de algum colono offerecia a seus concidadãos, de quando em quando, algum novo ramo de riqueza rural, naturalizando vegetaes exoticos, uteis e preciosos — impostos onerosos vinham logo dar cabo de tão felizes começos. Si homens emprehendedores ousavam mudar o curso de caudalosos ribeirões para arrancarem de seus alveos os diamantes, eram logo impedidos pelos agentes crueis do monopolio e punidos por leis inexoraveis. Si o superfluo de suas producções convidava e reclamava a troca de outras producções extranhas, privado o Brazil do mercado geral das nações e por conseguinte da sua concorrencia, que encareceria as compras e abarataria as vendas — nenhum outro recurso lhe restava senão mandal-as aos portos da metropole e estimular assim, cada vez mais, a sordida cobiça e prepotencia de seus tyrannos. Si, finalmente, o brazileiro, a quem a provida natureza deu talentos não vulgares, anhelava instruir-se nas sciencias e nas artes, para melhor conhecer os seus direitos ou saber aproveitar as preciosidades naturaes com que a Providencia dotára o seu paiz, mister lhe era ir mendigal-as a Portugal, que pouco as possuia, e de onde muitas vezes lhe não era permittido regressar.

«Tal foi a sorte do Brazil por quasi tres seculos, tal a mesquinha politica que Portugal, sempre acanhado em suas vistas, sempre faminto e tyrannico, imaginou, para cimentar o seu dominio e manter o seu ficticio esplendor. Colonos e indigenas, conquistadores, seus filhos e os filhos de seus filhos, tudo foi confundido, tudo ficou sujeito a um anathema

geral. E porquanto a ambição do poder e a sede de ouro são sempre insaciaveis e sem freio, não se esqueceu Portugal de mandar continuamente bachás desapiedados, magistrados corruptos, e enxames de agentes fiscaes de toda a especie, que, no delirio de suas paixões e avareza, despedaçavam os laços da moral assim publica como domestica, devoravam os mesquinhos restos dos suores e fadigas dos habitantes e dilaceravam as entranhas do Brazil, que os sustentava e enriquecia, para que, reduzidos á ultima desesperação, seus povos, quaes submissos musulmanos, fossem em romarias á nova Meca, comprar com ricos dons e offerendas uma vida, bem que obscura e languida, ao menos mais supportavel e folgada. Si o Brazil resistiu a esta terrente de males, si medrou no meio de tão vil oppressão, deveu-o a seus filhos fortes e animosos que a natureza tinha talhado para gigantes; deveu-o aos beneficios d'essa boa mãe, que lhe dava forças sempre renascentes, para zombarem dos obstaculos physicos e moraes, que seus ingratos paes e irmãos oppunham acintemente ao seu crescimento e prosperidade.

«Porém o Brazil, ainda que ulcerado com a lembrança de seus passados infortunios, sendo naturalmente bom e honrado, não deixou de receber com inexplicavel jubilo a Augusta Pessoa do Senhor D. João VI e a toda a Real Familia. Fez mais ainda: acolheu com braços hospedeiros a nobreza e povo, que emigrára, acossados pela invasão do despota da Europa; tomou contente sobre seus hombros o peso do throno de meu Augusto Pae; conservou com esplen-

dor o diadema que lhe cingia a fronte; suppriu com generosidade e profusão as despezas de uma nova côrte desregrada, e, o que mais é, em grandissima distancia, sem interesse algum seu particular, mas só pelos simples laços da fraternidade, contribuiu tambem para as despezas da guerra, que Portugal tão gloriosamente tentára contra os seus invasores.

«E que ganhou o Brazil em paga de tantos sacrificios?

«A continuação dos velhos abusos e o accrescimo de novos, introduzidos, parte pela impericia, parte pela immoralidade e pelo crime.

«Taes desgraças clamavam altamente por uma prompta reforma de governo, para a qual o habilitavam o accrescimo de luzes, os seus inauferiveis direitos, como homens que formavam a porção maior e mais rica da nação portugueza, favorecidos pela natureza na sua posição geographica e central no meio do globo, nos seus vastos portos e enseadas, e nas vastas riquezas de seu solo; porém sentimentos de lealdade excessiva e um extremado amor para com seus irmãos de Portugal embargaram seus queixumes, sopearam sua vontade e fizeram ceder esta palma gloriosa a seus paes e irmãos da Europa.

«Quando em Portugal se levantou o grito da regeneração politica da monarchia, confiados os povos do Brazil na inviolabilidade dos seus direitos e incapazes de julgar aquelles seus irmãos differentes em sentimentos e generosidade, abandonaram a estes ingratos a defeza de seus mais sagrados interesses e o cuidado da sua completa reconsti-

tuição, e na melhor fé do mundo adormeceram tranquillos á borda do mais terrivel precipicio. Confiando tudo da sabedoria e justiça do Congresso Lisbonense, esperava o Brazil receber d'elle tudo o que lhe pertencia por direito. Quão longe estava então de presumir que esse mesmo Congresso fosse capaz de tão vilmente atraiçoar suas esperanças e interesses—interesses que estão estreitamente enlaçados com os geraes da nação!

«Agora já conhece o Brazil o erro em que cahira; e si os brazileiros não fossem dotados d'aquelle generoso enthusiasmo que tantas vezes confunde phosphoros passageiros com a verdadeira luz da razão, veriam, desde o primeiro manifesto que Portugal dirigira aos povos da Europa, que um dos fins occultos de sua apregoada regeneração consistia em restabelecer astutamente o velho systema colonial, sem o qual crêo sempre Portugal, e ainda hoje o crê, que não póde existir rico e poderoso.

«Não previu o Brazil que seus deputados, tendo de passar a um paiz extranho e arredado, tendo de luctar contra preoccupações e caprichos inveterados da metropole, faltos de todo o apoio prompto de amigos e parentes, de certo haviam de cahir na nullidade em que ora os vemos; mas foi-lhe necessario passar pelas duras licções da experiencia para reconhecer a illusão das suas erradas esperanças.

«Mas merecem desculpa os brazileiros, porque, almas candidas e generosas, muita difficuldade teriam de capacitar-se que a gabada regeneração da monarchia houvesse de começar

pelo restabelecimento do odioso systema colonial. Era mui difficil, quasi incrivel, conciliar este plano absurdo e tyrannico com as luzes e liberalismo que altamente apregoava o Congresso protuguez! E ainda mais incrivel era que houvesse homens tão atrevidos e insensatos, que ousassem, como depois direi, attribuir á vontade e ordens de Meu Augusto Pae El-Rei o Senhor D. João VI, a quem o Brazil deveu a sua categoria de reino, querer derribar de um golpe o mais bello padrão que o ha de eternizar na Historia do universo. É incrivel por certo tão grande allucinação; porém falam os factos e contra a verdade manifesta não póde haver sophismas.

« Emquanto Meu Augusto Pae não abandonou, arrastado por occultas e perfidas manobras, as praias do Janeiro para ir desgraçadamente habitar de novo as do velho Tejo, affectava o Congresso de Lisboa sentimentos de fraternal egualdade para com o Brazil e principios luminosos de reciproca justiça, declarando formalmente (art. 26 das bases da Constituição) que a lei fundamental que se ia organizar e promulgar só teria applicação a este reino si os deputados d'elle, depois de reunidos, declarassem ser esta a vontade dos povos que representavam. Mas qual foi o espanto d'esses mesmos povos, quando viram, em contradicção d'aquelle artigo, e com desprezo de seus inalienaveis direitos, uma fracção do Congresso geral decidir dos seus mais caros interesses, quando viram legislar o partido dominante d'aquelle Congresso incompleto e imperfeito sobre objectos de transcendente

importancia e privativa competencia do Brazil, sem a audiencia sequer de dois terços de seus representantes!

«Este partido dominador, que ainda hoje insulta sem pejo as luzes e probidade dos homens sensatos e probos que nas côrtes existem, tenta todos os meios infernaes e tenebrosos da politica para continuar a enganar o credulo Brazil com apparente fraternidade, que nunca morára em seus corações e aproveita astutamente os desvarios da junta governativa da Bahia (que occultamente promovêra) para despedaçar o sagrado nó que ligava todas as provincias do Brazil á minha legitima e paternal Regencia. Como ousou reconhecer o Congresso, n'aquella junta facciosa, legitima auctoridade para cortar os vinculos politicos da sua provincia e apartar-se do centro do systema a que estava ligada, e isto ainda depois do juramento de meu Augusto Pae á Constituição promettida a toda a monarchia? Com que direito, pois, sanccionou esse Congresso, cuja representação nacional só se limitava á de Portugal, actos tão illegaes, criminosos, e das mais funestas consequencias para todo o Reino Unido? E quaes foram as utilidades que d'ahi vieram á Bahia? O vão e ridiculo nome de provincia de Portugal—e o peor é, os males da guerra civil e da anarchia em que hoje se acha submergida por culpa do seu primeiro governo, vendido aos demagogos lisbonenses e de alguns outros homens deslumbrados com idéas anarchicas e republicanas.

«Porventura ser a Bahia provincia do pobre e acanhado reino de Portugal, quando assim podesse conservar-se, era

mais do que ser uma das primeiras do vasto e grandioso Imperio do Brazil? Mas eram outras as vistas do Congresso. O Brazil não devia mais ser reino: devia descer do throno de sua categoria; despojar-se do manto real de sua magestade, depôr a corôa e o sceptro e retroceder na ordem politica do universo, para receber novos ferros e humilhar-se como escravo perante Portugal.

«Não paremos aqui: examinemos a marcha progressiva do Congresso. Auctorizam e estabelecem governos provinciaes anarchicos e independentes uns dos outros, mas sujeitos a Portugal. Rompem a responsabilidade e harmonia mutua entre os poderes civil, militar e financeiro, sem deixarem aos povos outro recurso a seus males inevitaveis senão atravez do vasto oceano — recurso inutil e ludibrioso. Bem via o Congresso que despedaçava a architectura magestosa do imperio brazileiro; que ia separar e pôr em continua lucta suas partes; annihilar suas forças e até converter as provincias em outras tantas republicas inimigas. Mas pouco lhe importavam as desgraças do Brazil; bastava-lhe por então proveitos momentaneos, e nada se lhe dava de cortar a arvore pela raiz, comtanto que, á semelhança dos selvagens da Louisiana, colhesse logo seus fructos, sequer uma vez sómente.

«As representações e esforços da junta governativa e dos deputados de Pernambuco, para se verem livres das baionetas europeas, ás quaes aquella provincia devia as tristes dissensões intestinas que a dilaceravam, foram baldadas. Então o Brazil começou a rasgar o denso véo que cobria seus olhos,

e foi conhecendo o para que se destinavam essas tropas; examinou as causas do mau acolhimento que recebiam as propostas dos poucos deputados que já tinha em Portugal e foi perdendo cada vez mais a esperança de melhoramento e reforma nas deliberações do Congresso, pois via que não valia a justiça de seus direitos, nem as vozes e patriotismo de seus deputados.

«Ainda não é tudo. Bem conheciam as côrtes de Lisboa que o Brazil estava esmagado pela immensa divida do Thesouro ao seu Banco Nacional, e que, si este viesse a fallir, de certo innumeraveis familias ficariam arruinadas ou reduzidas a total indigencia. Este objecto era da maior urgencia: todavia nunca o credito d'este Banco lhes deveu a menor attenção; antes parece que se empenhavam com todo o esmero em dar-lhe o ultimo golpe, tirando ao Brazil as sobras das rendas provinciaes que deviam entrar no Thesouro Publico e Central, e até esbulharam o Banco da administração dos contractos que El-Rei Meu Augusto Pae lhe havia concedido, para amortização d'esta divida sagrada.

«Chegam emfim ao Brazil os fataes decretos de minha retirada para a Europa e da extincção total dos Tribunaes do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que ficavam subsistindo os de Portugal.

«Desvaneceram-se então em um momento todas as esperanças, até mesmo de conservar uma Delegação do Poder Executivo, que fosse o centro commum de união e de força entre todas provincias d'este vastissimo paiz, pois que, sem

este centro commum, que dê regularidade e impulso a todos os movimentos de sua machina social, debalde a natureza teria feito tudo o que d'ella profusamente dependia para o rapido desenvolvimento das suas forças e futura prosperidade. Um governo forte e constitucional era só quem podia desempeçar o caminho para o augmento da civilização e riqueza progressiva do Brazil; quem podia defendel-o de seus inimigos externos e cohibir as facções internas de homens ambiciosos e malvados que ousassem attentar contra a liberdade e propriedade individual e contra o socego e segurança publica do Estado em geral e de cada uma de suas provincias em particular. Sem este centro commum, torno a dizer, todas as relações de amizade e commercio mutuo entre este reino e o de Portugal e paizes extrangeiros, teriam mil collisões e embates; e em vez de se augmentar a nossa riqueza debaixo de um systema solido e adequado de economia publica, a veriamos pelo contrario entorpecer, definhar e acabar talvez de todo. Sem este centro de força e união, finalmente, não poderiam os brazileiros conservar as suas fronteiras e limites naturaes e perderiam, como agora machína o Congresso, tudo o que ganharam á custa de tanto sangue e cabedaes, e o que é peor, com menoscabo da honra e brio nacional e dos seus grandes e legitimos interesses politicos e commerciaes. Mas, felizmente para nós, a justiça ultrajada e a sã politica levantaram um brado universal, e ficou suspensa a execução de tão maleficos decretos.

«Resentiram-se de novo os povos d'este reino, vendo o

desprezo com que foram tratados os cidadãos benemeritos do Brazil, pois na numerosa lista de diplomaticos, ministros de estado, conselheiros e governadores militares não appareceu o nome de um só brazileiro.

« Os fins sinistros por que se nomearam estes novos bachás, com o titulo doirado de *Governadores d'Armas* estão hoje manifestos; basta attender ao comportamento uniforme que hão tido em nossas provincias, oppondo-se á dignidade e liberdade do Brazil, e basta a consideração com que as côrtes ouvem seus officios e a ingerencia que tomam em materias civis e politicas, muito alheias de qualquer mando militar.

« A condescendencia com que as côrtes receberam as felicitações da tropa fratricida expulsa de Pernambuco e, ha pouco, as approvações dadas pelo partido dominante do Congresso aos revoltosos procedimentos do general Avilez, que, para cumulo de males e soffrimento, até deu causa á prematura morte de meu querido Filho o Principe D. João; o pouco caso e escarneo com que foram ultimamente ouvidas as sanguinosas scenas da Bahia, perpetradas pelo infame Madeira, a quem vão reforçar com novas tropas, apezar dos protestos dos deputados do Brazil: tudo isto evidencía que depois de subjugada a liberdade das provincias, suffocados os gritos de suas justas reclamações, denunciados como anti-constitucionaes o patriotismo e honra dos cidadãos, só pretendem esses desorganizadores estabelecer debaixo das palavras enganosas de união e fraternidade, um completo despotismo militar, com que esperam esmagar-nos.

«Nenhum governo justo, nenhuma nação civilizada deixará de comprehender que, privado o Brazil de um Poder Executivo; que extinctos os Tribunaes necessarios e obrigado a ir mendigar a Portugal, atravez de delongas e perigos, as graças e a justiça; que chamadas a Lisboa as sobras das rendas das suas provincias; que anniquilada a sua categoria de reino, e que dominado este pelas baionetas que de Portugal mandassem — só restava ao Brazil ser riscado para sempre do numero das nações e povos livres, ficando outra vez reduzido ao antigo estado colonial e de commercio exclusivo.

«Mas não convinha ao Congresso patentear, á face do mundo civilizado, seus occultos e abominaveis projectos: procurou portanto rebuçal-os de novo, nomeando commissões encarregadas de tratar dos negocios politicos e mercantis d'este reino.

«Os pareceres d'estas commissões correm pelo universo, e mostram terminantemente todo o machiavelismo e hypocrisia das côrtes de Lisboa, que só podem illudir a homens ignorantes, e dar novas armas aos inimigos solapados que vivem entre nós.

«Dizem agora esses falsos e maus politicos que o Congresso deseja ser instruido dos votos do Brazil e que sempre quiz acertar em suas deliberações: si isto é verdade, porque ainda agora rejeitam as côrtes de Lisboa tudo quanto propõem os poucos deputados que lá temos?

«Essa commissão especial, encarregada dos negocios politicos d'este reino, já lá tinha em seu poder as representações

de muitas de nossas provincias e camaras, em que pediam a derogação do decreto sobre a organização dos governos provinciaes e a minha conservação n'este reino como Principe Regente.

«Que fez, porém, a commissão? A nada d'isso attendeu, e apenas propoz a minha estada temporaria no Rio de Janeiro, sem entrar nas attribuições que me deviam pertencer, como delegado do Poder Executivo. Reclamavam os povos um centro unico d'aquelle poder, para se evitar a desmembração do Brazil em partes isoladas e rivaes. Que fez a commissão? Foi tão machiavelica, que propoz se concedesse ao Brazil dois ou mais centros, e até que se correspondessem directamente com Portugal as provincias que assim o desejassem.

«Muitas vezes levantaram seus brados a favor do Brazil os nossos deputados, mas suas vozes expiraram suffocadas pelos insultos da gentalha assalariada das galerias.

«A todas as suas reclamações responderam sempre que eram ou contra os artigos decretados na constituição ou contra o regulamento interior das côrtes, ou que não podiam derogar o que já estava decidido, ou finalmente respondiam orgulhosos: «Aqui não ha deputados de provincias, todos são deputados da nação, e só deve valer a pluralidade.» Falso e inaudito principio de direito publico, porém muito util aos dominadores, porque, escudados pela maioria dos votos europeus, tornavam nullos os dos brazileiros, podendo assim escravizar o Brazil a seu sabor.

«Foi presente ao Congresso a carta que me dirigiu o

governo de S. Paulo, e logo depois o voto unanime da deputação que me foi enviada pelo governo, camara e clero de sua capital. Tudo foi baldado. A junta d'aquelle governo foi insultada, taxada de rebelde e digna de ser criminalmente processada (1). Emfim pelo orgão da imprensa livre os escri-

---

(1) Em sessão de 17 de Junho, o deputado portuguez Ferreira de Moura, depois de fazer acerbas censuras ao principe e invectivar a junta de governo e auctoridades de S. Paulo, o senado da camara do Rio de Janeiro e os ministros, a quem taxava de maus conselheiros de D. Pedro, disse violentamente: «Não quero insistir mais! Observarei sómente as insolentes palavras com que ousaram insultar a nação inteira, representada n'este soberano Congresso. Chama aquella rebelde junta um roubo... um roubo! o haverem as côrtes tirado a logartenencia ao Principe Real! Dizem que é um despotismo inaudito, um perjurio politico o legislarem as côrtes para o Brazil! Mas deixemos isto, que mais não é senão uma rapsodia de tudo quanto ha de mais baixo e de mais pueril. Eu me proponho a buscar o crime, está perto, vai a ser presente.

«Proscriptos sejam sempre da terra homens tão malvados e perversos, mas que por desgraça ainda existem, e, por cumulo de calamidades, existem ainda governando! Tal é o enorme crime d'aquella rebeldissima junta! Senhores! O Principe Real na sua conducta politica tem feito por merecer as censuras das côrtes. Ora, si elle tem feito tudo isto sendo Principe, que fará quando fôr Rei? Deve-se mandar já proceder contra a rebelde junta de S. Paulo, contra o bispo, contra todos os culpados de haverem assignado representações ao Principe Real, instigando-o a desobedecer ao Congresso. Venha desde já elle para Lisboa. Venha apprender a ser constitucional: ou dentro dos muros da quinta de Queluz, ouvindo diariamente os dictames de seu Augusto Pae e diligenciando imital-o para ser como elle amado de todos os seus subditos portuguezes, ou n'esta capital, ouvindo as discussões e deliberações das côrtes. Deixe a quinta de S. Christovão, aonde respira sómente o empestado halito de vis e aduladores conselheiros. Venha o Principe para a Europa e El-Rei seu Pae nomêe uma delegação de seu poder, como melhor entender, e dê-se-lhe as attribuições mais amplas.»

O deputado Ferreira Borges accusou fortemente a José Bonifacio como tendo praticado crimes e horrores em Portugal, quando intendente interino da policia do Porto, pelo facto de julgar isentos do crime de conspiradores alguns ministros que acceitaram empregos no governo francez do general Junot. Antonio Carlos defendeu com energia a seu irmão, affirmando que os ministros de D. Pedro eram tão honrados como os mais honrados deputados portuguezes;

ptores brazileiros manifestaram ao mundo as injustiças e erros do Congresso, e em paga da sua lealdade e patriotismo foram invectivados de venaes e só inspirados pelo genio do mal, no machiavelico parecer da commissão.

«Á vista de tudo isto, já não é mais possivel que o Brazil lance um véo de eterno esquecimento sobre tantos insultos e atrocidades; nem é egualmente possivel que elle possa jamais ter confiança nas côrtes de Lisboa, vendo-se a cada passo ludibriado, já dilacerado por uma guerra civil começada por essa iniqua gente, e até ameaçado com as scenas horrorosas de Haiti, que nossos furiosos inimigos muito desejam reviver.

«Por ventura não é um começo real de hostilidades prohibir aquelle governo que as nações extrangeiras, com quem livremente commerciavamos, nos exportem petrechos militares e navaes?

«Deveremos egualmente soffrer que Portugal offereça ceder á França uma parte da provincia do Pará, si aquella potencia lhe quizer subministrar tropas e navios com que possa melhor algemar nossos pulsos e suffocar nossa justiça?

«Poderão esquecer-se os briosos brazileiros de que eguaes propostas e para o mesmo fim foram feitas á Inglaterra, com

---

declarou que as representações das auctoridades e do povo eram legitimos direitos garantidos pela constituição, e com voz trovejante perorou dizendo que o Brazil exigia ser livre e havia de sel-o em breve, apezar de toda a opposição das côrtes.

N'essa sessão falaram tambem em defesa da patria o dr. Cypriano Barata, padre Marcos de Souza, Lino Coutinho, Moniz Tavares e Villela Barbosa,

offerecimento de se perpetuar o tratado de commercio de 1810 e ainda com maiores vantagens?

«A quanto chega a má vontade, a impolitica d'essas côrtes!

«De mais, o Congresso de Lisboa, não poupando a menor tentativa de opprimir-nos e escravizar-nos, tem espalhado uma cohorte de emissarios occultos, que empregam todos os recursos da astucia e da perfidia, para desorientarem o espirito publico, perturbarem a boa ordem e fomentarem a desunião e anarchia do Brazil.

«Certificados do justo rancor que têm estes povos ao despotismo, não cessam esses perfidos emissarios, para perverterem a opinião publica, de envenenar as acções mais justas e puras de meu governo, ousando temerariamente imputar-me o desejo de separar inteiramente o Brazil de Portugal e de reviver a antiga arbitrariedade. Debalde tentam, porém, desunir os habitantes d'este reino; os honrados europeus, nossos conterraneos, não serão ingratos ao paiz, que os adoptou por filhos, e os tem honrado e enriquecido.

«Ainda não contentes os facciosos das côrtes com toda esta serie de perfidias e atrocidades, ousam insinuar que grande parte d'estas medidas desastrosas são emanações do Poder Executivo, como si o caracter d'El-Rei, do Bemfeitor do Brazil, fosse capaz de tão machiavelica perfidia, como si o Brazil e o mundo inteiro não conhecessem que o Senhor D. João VI, Meu Augusto Pae, está realmente prisioneiro d'Estado, debaixo de completa coacção e sem vontade

livre, como a deveria ter um verdadeiro Monarcha que gosasse d'aquellas attribuições que qualquer legitima constituição, por mais estreita e suspeitosa que seja, lhe não deve denegar; sabe toda a Europa e o mundo inteiro que dos seus ministros, uns se acham nas mesmas circumstancias, e outros são creaturas e partidistas da facção dominadora.

« Sem duvida as provocações e as injustiças do Congresso para com o Brazil são filhas dos partidos contrarios entre si, mas ligados contra nós: querem uns forçar o Brazil a se separar de Portugal para melhor darem alli garrote ao systema constitucional; outros querem o mesmo, porque desejam unir-se á Hespanha: por isso não admira em Portugal escrever-se e assoalhar-se descaradamente que aquelle reino utiliza com a perda do Brazil.

« Cegas, pois, de orgulho ou arrastadas pela vingança e o egoismo, decidiram as côrtes com dois rasgos de penna uma questão da maior importancia para a grande familia luzitana, estabelecendo, sem consultar a vontade geral dos portuguezes de ambos os hemispherios, o assento da monarchia em Portugal, como si essa minima parte do territorio portuguez e a sua povoação estacionaria e acanhada devesse ser o centro politico e commercial da nação inteira.

« Com effeito, si convem a estados espalhados, mas reunidos debaixo de um só chefe, que o principio vital de seus movimentos e energia exista na parte a mais central e poderosa da grande machina social, para que o impulso se communique a toda a peripheria com a maior presteza e vigor,

de certo o Brazil tinha o incontrastavel direito de ter dentro de si o assento do Poder Executivo.

«Com effeito: este rico e vasto paiz, cujas alongadas costas se extendem desde dois graus além do Equador até ao Rio da Prata e são banhadas pelo Atlantico, fica quasi no centro do globo, á borda do grande canal por onde se faz o commercio das nações, que é o liame que une as quatro partes do mundo.

«Á esquerda tem o Brazil a Europa e a parte mais consideravel da America; em frente a Africa; á direita o resto da America e a Asia, com o immenso archipelago da Australia, e nas costas o Mar Pacifico ou o Maximo Oceano, com o estreito de Magalhães e o cabo de Horn quasi á porta (1).

---

(1) Seria talvez correcta, em 1822, esta determinação geographica, dando-se a Europa á esquerda do Brazil, e o resto d'America, a Asia, com o immenso archipelago da Australia, á direita. Hoje é elementar que á esquerda, ou oeste, do Brazil ficam as republicas Argentina, Paraguay, Bolivia e Perú; e á direita, ou leste, o Oceano Atlantico. Nosso paiz, infelizmente, não vê nas costas o Oceano Pacifico.

Historiadores brazileiros têm claudicado na designação de nossos limites. O circumspecto Rocha Pitta diz, á pag. 6 de sua *Historia da America Portugueza* (Bahia, 1878), que ao occidente do Brazil estão situados os reinos do Congo e Angola! Um escriptor moderno, dr. Urias A. da Silveira, em sua *Galeria historica da revolução brazileira de 15 de Novembro de 1889* (Rio de Janeiro, 1890), pag. 112, dá estes limites para o Estado do Rio Grande do Sul: «É limitado ao norte por Santa Catharina, ao sul pelo Uruguay, ao oeste pelo mar oceano e a leste pelo Paraguay e Republica Argentina.»

A verdade geographica é que o Rio Grande do Sul tem por limites: ao norte os Estados de Santa Catharina e do Paraná e Republica Argentina; ao sul o Estado Oriental do Uruguay; a oeste as Republicas Argentina e do Uruguay, e a leste o Oceano Atlantico.

Á vista d'estas erradas definições de escriptores brazileiros, está desculpada a inexactidão do principe regente, que não era historiador nem geographo.

«Quem ignora, egualmente, que é quasi impossivel dar nova força e energia a povos envelhecidos e defecados? Quem ignora hoje que os bellos dias de Portugal estão passados, e que só do Brazil póde esta pequena porção da monarchia esperar seguro arrimo e novas forças para adquirir outra vez a sua virilidade antiga? Mas de certo não poderá o Brazil prestar-lhe estes soccorros, si alcançarem esses insensatos decepar-lhe as forças, desunil-o e arruinal-o.

«Em tamanha e tão systematica serie de desatinos e atrocidades, qual deveria ser o comportamento do Brazil? Deveria suppor, acaso, as côrtes de Lisboa ignorantes de nossos direitos e conveniencias? Não, por certo, porque alli ha homens, ainda mesmo entre os facciosos, bem que malvados, não de todo ignorantes. Deveria o Brazil soffrer e contentar-se sómente com pedir humildemente o remedio de seus males a corações desapiedados e egoistas? Não vê elle que, mudados os despotas, continúa o despotismo? Tal comportamento, além de inepto e deshonroso, precipitaria o Brazil em um pélago insondavel de desgraças, e, perdido o Brazil, está perdida a monarchia.

«Collocado pela Providencia no meio d'este vastissimo e abençoado paiz, como herdeiro e legitimo Delegado d'El-Rei Meu Augusto Pae, é a primeira de minhas obrigações não só zelar o bem dos povos brazileiros, mas egualmente os de toda a nação que um dia devo governar. Para cumprir estes deveres sagrados, annui aos votos das provincias que me pediram não as abandonasse; desejando acertar em todas as

minhas resoluções, consultei a opinião publica dos meus subditos e fiz nomear e convocar procuradores geraes de todas as provincias, para me aconselharem nos negocios d'Estado e da sua commum utilidade (1). Depois, para lhes dar uma nova prova da minha sinceridade e amor, acceitei o titulo e encargos de Defensor Perpetuo d'este reino que os povos me conferiram (2): e, finalmente, vendo a urgencia dos acontecimentos e ouvindo os votos geraes do Brazil, que queria ser salvo, mandei convocar uma Assembléa Constituinte e Legislativa, que trabalhasse a bem da sua solida liberdade. Assim requeriam os povos, que consideram a Meu Augusto Pae e Rei privado de sua liberdade e sujeito aos caprichos d'esse bando de facciosos, que domina nas côrtes de Lisboa, das quaes seria absurdo esperar medidas justas e uteis aos destinos do Brazil e ao verdadeiro bem de toda a nação portugueza.

«Eu seria ingrato aos brazileiros, seria perjuro ás minhas promessas, e indigno do nome de Principe Real do Reino

---

(1) Em carta confidencial de 21 de Maio, havia o principe escripto a D. João declarando-lhe «que se generalizava a idéa de que era necessario que o Brazil tivesse côrtes, porque as leis feitas tão longe por homens que não eram brazileiros nem conheciam as necessidades do Brazil, não podiam ser boas.»

(2) A 13 de Maio de 1822, por occasião de se festejar o anniversario de D. João VI, no acto de desfilarem as tropas no largo do Paço, foi D. Pedro acclamado pelo povo como *protector e defensor perpetuo do Brazil*, titulo que lhe foi levado por intermedio do senado da camara, de que era presidente José Clemente Pereira. O principe modestamente recusou o nome de *protector*, dizendo que o Brazil se protegia a si mesmo, e acceitou o de *defensor perpetuo* como prova de amor e dedicação que lhe consagrava o paiz.

Unido de Portugal, Brazil e Algarves, si obrasse de outro modo. Mas protesto ao mesmo tempo, perante Deus e á face de todas as nações amigas e alliadas, que não desejo cortar os laços de união e fraternidade que devem fazer de toda a nação portugueza um só todo politico bem organizado; protesto egualmente que, salva a devida e justa reunião de todas as partes da monarchia debaixo de um Rei, como chefe supremo do Poder Executivo de toda a nação, hei de defender os legitimos direitos e a constituição futura do Brazil—que espero seja boa e prudente—com todas as minhas forças e á custa do meu proprio sangue, si assim fôr necessario.

«Tenho exposto com sinceridade e concisão aos governos e nações, a quem me dirijo n'este manifesto, as causas da final resolução dos povos d'este Reino.

«Si El-Rei o Sr. D. João VI, Meu Augusto Pae, estivesse ainda no seio do Brazil, gosando da sua liberdade e legitima auctoridade, de certo se comprazeria com os votos d'este povo leal e generoso; e o immortal fundador d'este reino, que já em Fevereiro de 1821 chamára ao Rio de Janeiro as côrtes brazileiras, não poderia deixar n'este momento de convocal-as, do mesmo modo que eu agora fiz; mas achando-se o nosso Rei prisioneiro e captivo, a mim me compete salval-o do affrontoso estado a que o reduziram os facciosos de Lisboa. A mim pertence, como seu delegado e herdeiro, salvar não só o Brazil, mas com elle toda a nação portugueza.

«A minha firme resolução e a dos povos que governo, estão legitimamente promulgadas.

«Espero, pois, que os homens sabios e imparciaes de todo o mundo e que os governos e nações amigas do Brazil hajam de fazer justiça a tão justos e nobres sentimentos.

«Eu os convido a continuarem com o reino do Brazil as mesmas relações de mutuo interesse e amizade. Estarei prompto a receber os seus ministros e agentes diplomaticos, e a enviar-lhes os meus, emquanto durar o captiveiro d'El-Rei Meu Augusto Pae.

«Os portos do Brazil continuarão a estar abertos a todas as nações pacificas e amigas, para o commercio licito, que as leis não prohibem: os colonos europeus que para aqui emigrarem poderão contar com a mais justa protecção n'este paiz rico e hospitaleiro.

«Os sabios, os artistas, os capitalistas e os emprehendedores encontrarão tambem amizade e acolhimento.

«E como o Brazil sabe respeitar os direitos dos outros povos e governos legitimos, espera egualmente, por justa retribuição, que seus inalienaveis direitos sejam tambem por elles respeitados e reconhecidos, para se não ver, em caso contrario, na dura necessidade de obrar contra os desejos de seu generoso coração. Palacio do Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1822. *Principe Regente.*»

Briosamente sedenta de liberdade, a junta provisoria governativa de S. Paulo começava a inquietar-se, vendo a irresolução de D. Pedro em face das hostilidades provindas de Portugal, e ameaçava rebellar-se.

Aconselhado pelo paulista José Bonifacio de Andrada e Silva, tomou o principe a deliberação de ir com a sua presença acalmar os espiritos e garantir a sinceridade de suas idéas de separação. Chegando a S. Paulo a 25 de Agosto, ahi conseguiu, por sua energia e franqueza, aquietar os animos desconfiados e angariar sympathias enthusiasticas.

De S. Paulo foi a 5 de Setembro visitar a cidade de Santos, com o fim de prover o melhoramento das fortalezas que defendiam o porto principal e o canal da Bertioga e augmentar a guarnição da cidade.

Na madrugada de 7 de Setembro sahiu de Santos e regressou para S. Paulo: ás quatro e meia horas da tarde d'esse dia, ao chegar ao alto da collina proxima ao regato Ypiranga — tres quartos de legua distante da cidade — encontrou o principe o sargento-mór de milicias Antonio Ramos Cordeiro e o official da secretaria do supremo tribunal militar Paulo Emilio Bregaro ([1]). Das mãos d'estes dois emissarios

---

([1]) Sobre a incumbencia desempenhada por Bregaro, diz o conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond nas *Annotações* á sua biographia (Rio de Janeiro, 1890), pag. 40: « Emquanto o conselho trabalhava, já Paulo Bregaro estava na varanda prompto a partir em toda a diligencia para levar os despachos ao principe regente. José Bonifacio, ao sahir, lhe disse: « Si não arrebentar uma duzia de cavallos no caminho, nunca mais será correio: veja o que faz. » Não sei si Bregaro arrebentou muitos cavallos, o que sei é que elle deu boa conta de sua commissão, e que fez a viagem em menos tempo do que até então se fazia muito á pressa. »

O illustre historiador Pereira da Silva narra a proclamação da independencia de diverso modo, dizendo que o regente, achando-se em S. Paulo a 7 de Setembro, resolvera n'esse dia dar um passeio pelos arredores da cidade. « Copiosa comitiva seguiu os passos do principe. O bispo diocesano com os principaes

recebeu cartas do ministro José Bonifacio e da princeza D. Leopoldina e quatro decretos das côrtes de Lisboa datados de 1.° de Agosto de 1822: o 1.° annullando a convocação de procuradores das provincias; o 2.° mandando responsabilizar os ministros do principe, os membros da junta de S. Paulo e os signatarios das representações de Janeiro; o 3.° ordenando a mais completa obediencia ás deliberações e leis das côrtes; o 4.° nomeando novos ministros para o governo do regente, privando-o assim de escolher seus conselheiros.

Os novos ministros escolhidos pelo governo de Lisboa eram: do reino e justiça, o desembargador Luiz José Tinoco da Silva; da fazenda, Mariano José Pereira da Fonseca; da

---

officiaes da egreja, os membros da extincta junta, as auctoridades que governavam já a provincia, os militares de mais elevada patente, os funccionarios civis e cidadãos de todas as classes acompanhavam-n'o respeitosamente, chegando-se para perto d'elle este ou aquelle que D. Pedro convidava para honral-o com o seu entretenimento. Desejava visitar o sitio da celebrizada povoação de Piratininga, cuja historia primitiva lhe accendia a curiosidade. Ao appropinquar-se do ribeirão do Ypiranga, assentou em descançar, descendo do cavallo, e acolhendo-se á sombra das arvores que adornam as margens da agua estrepitosa e crystallina do pequeno riacho, rolando por cima de pedrinhas miudas e murmurando com ineffavel doçura.»

É certamente poetica esta descripção, porém não de inteiro accordo com a realidade, a começar pelo *Ypiranga*, agua amarella, que nunca póde ser crystallina. Diz depois, em nota, que se chamava *Gabizzo* o official portador dos despachos vindos do Rio de Janeiro (*). A nossa descripção nada tem de imaginosa: está de inteiro accordo com a exposição feita por uma testemunha presencial do acontecimento, major Francisco de Castro Canto e Mello em seu *Episodio da historia patria* (*Rev. do Inst. Hist.*, tom. XLI, 2.a part., pags. 339 e seguintes).

(*) PEREIRA DA SILVA: *Historia da fundação do imperio brazileiro*, tom. VI, pags. 213 a 215.

guerra, o tenente-general Manoel Martins do Couto Reis, e da marinha, o vice-almirante José Maria de Almeida.

Acompanhava os decretos uma carta particular do Rei: «Meu filho. Não tenho respondido ás tuas cartas por se terem demorado as ordens das côrtes. Agora receberás os seus decretos, e te recommendo a sua observancia, e obediencia ás ordens que recebes, porque assim ganharás a estimação dos portuguezes, que um dia has de governar, e é necessario que lhes dês decididas provas de amor pela nação.

«Quando escreveres, lembra-te que és um Principe e que os teus escriptos são vistos por todo o mundo, e deves ter cautela, não só no que dizes, mas tambem no modo de te explicares. Toda a familia real estamos bons. Resta-me abençoar-te como pae que muito te ama—JOÃO.

Paço de Queluz, 3 de Agosto de 1822.»

Lidos os decretos e as cartas, communicou D. Pedro aos que o rodeavam quaes as intenções das côrtes portuguezas, e, depois de reflexionar um momento, bradou, possuido de justa indignação:—É tempo! Independencia ou morte! Estamos separados de Portugal! Acto continuo, arrancando do chapéo o laço portuguez e desembainhando a espada, prestou, com as pessoas presentes, juramento de honra pela defesa do Brazil.

Assistiram á proclamação da independencia os seguintes cidadãos:

DA GUARDA DE HONRA: Commandante, coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, veador.

De Pindamonhangaba: segundo commandante, o capitão-mór Manoel Marcondes de Oliveira Mello, veador, depois barão de Pindamonhangaba; sargento-mór Domingos Marcondes de Andrade; tenente Francisco Bueno Garcia Leme, depois moço da imperial camara; Miguel de Godoy Moreira e Costa; Manoel de Godoy Moreira; Adriano Gomes Vieira de Almeida; Manoel Ribeiro do Amaral; Antonio Marcondes Homem de Mello; Benedicto Corrêa Salgado.

De Taubaté: Francisco Xavier de Almeida; Vicente da Costa Braga; Fernando Gomes Nogueira; João José Lopes; Rodrigo Gomes Vieira; Bento Vieira de Moura.

Da Parahybuna: Flavio Antonio de Andrade.

De Mogy das Cruzes: Salvador Leite Ferraz.

De Guaratinguetá: José Monteiro dos Santos; Custodio Leme Barbosa.

De Arêas: sargento-mór João Ferreira de Souza.

De S. João Marcos: Cassiano Gomes Nogueira; Floriano de Sá Rios; Joaquim José de Souza Breves.

De Rezende: Antonio Pereira Leite, depois moço da imperial camara; sargento-mór Antonio Ramos Cordeiro; José da Rocha Corrêa; David Gomes Jardim.

Do Rio de Janeiro: Eleutherio Velho Bezerra; Antonio Luiz da Cunha.

Sem fazerem parte da guarda de honra os cidadãos: D. Luiz de Saldanha da Gama, depois marquez de Taubaté; official de gabinete Joaquim Floriano de Toledo; padre Belchior Pinheiro de Oliveira; guarda-roupa João Maria

Berquó, depois marquez de Cantagallo; os creados particulares João Carlota e João de Carvalho Raposo; ajudante Francisco Gomes da Silva, appellidado *Chalaça;* o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão; Francisco de Castro do Canto e Mello, depois moço da imperial camara; e Paulo Emilio Bregaro.

Em seguida, D. Pedro e sua comitiva, a galope, dirigiram-se para a cidade, entre saudações enthusiasticas dos que foram recolhendo a agradabilissima nova. Chegado a palacio, compoz o principe a musica do *Hymno da independencia* para ser executado, á noite, no theatro, em espectaculo de gala. Ahi apresentou-se levando no braço esquerdo uma placa de ouro com a legenda *Independencia ou morte.* Logo que chegou ao camarim, foram corridas as cortinas pelo gentil-homem Francisco de Castro Canto e Mello, e, ao mesmo tempo, o alferes Thomaz de Aquino e Castro e o padre Ildefonso Xavier Ferreira bradaram: Independencia ou morte! Viva a independencia do Brazil!

Delirante foi a manifestação popular feita ao principe regente. Profundamente gratos á idéa de ser proclamada a independencia em sua terra natal — facto historico de summa relevancia como justo premio áquelles brazileiros que por sua tenacidade de exploradores ampliaram valentemente o perimetro de nossa patria, do Amazonas ao Rio Grande do Sul; desvanecidos por verem surgir d'esse acontecimento a formosa e veneranda figura de José Bonifacio como d'entre um nimbo de gloria, os paulistas transformaram o theatro

mais do que em arco de triumpho, em templo, e ahi fizeram, de seus corações, thuribulos, para entre nuvens de invisivel incenso cantar grandioso *Ave, Libertas!* Sim! O enthusiasmo attingiu a seu auge quando se fez ouvir o hymno cantado por duas jovens, Maria Egypciaca Alvim e Joaquina Luz, tomando parte no côro o proprio D. Pedro.

HYMNO DA INDEPENDENCIA

CANTO

Já podeis, da patria filhos,
Ver contente a mãe gentil:
Já raiou a liberdade
No horisonte do Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira,
Longe vá temor servil:
Ou ficar a patria livre,
Ou morrer pelo Brazil!

CANTO

Os grilhões que nos forjava
Da perfidia astuto ardil . . .
Houve mão mais poderosa . . .
Zombou d'elles o Brazil . . .

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

O real herdeiro augusto,
Conhecendo o engano vil,
Em despeito dos tyrannos,
Quiz ficar no seu Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

Revoavam sombras tristes
Da cruel guerra civil;
Mas fugiram apressadas
Vendo o anjo no Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

Mal soou na serra, ao longe,
Nosso grito varonil,
Nos immensos hombros, logo,
A cabeça ergue o Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

Filhos, clama, caros filhos,
É depois de affrontas mil,
Que a vingar a negra injuria
Vem chamar-vos o Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

Não temais impias phalanges
Que apresentam face hostil;
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

Mostra Pedro, á vossa frente,
Alma intrepida e viril;
Tendes n'elle o digno chefe
D'este imperio do Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

Parabens, ó brazileiros!
Já com garbo varonil
Do universo entre as nações
Resplandece a do Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

CANTO

Parabens! Já somos livres!
Já brilhante e varonil
Vai juntar-se em nossos lares
A assembléa do Brazil.

CÔRO

Brava gente brazileira, etc.

A lettra d'este hymno é producção do grande jornalista fluminense Evaristo Ferreira da Veiga, que o compoz a 16 de Agosto de 1822 e o offereceu ao principe.

Freneticamente applaudido foi o soneto que o alferes Thomaz de Aquino e Castro recitou, concluindo por acclamar

D. Pedro como imperador do Brazil. Eis a producção sensacional:

Sem receio, Senhor, e sem suspeita
De anarchia, má fé ou de vil trama,
Vinde honrar o paulista que vos ama,
Que vos busca, vos quer e vos respeita.

Si ao longe o nome vosso liga e estreita
Adhesão, que gera amor, só pela fama (*),
Fiel povo vos pede e por vós chama
Para a fé confirmar, que a vós sujeita.

A grandeza do Brazil é já um axioma (**);
Lembrar que foi colonia causa horror!
Cabral o descobriu e Lysia o toma.

E si é Pedro seu perpetuo defensor,
Será logo o Brazil mais que foi Roma,
Sendo Pedro seu primeiro *Imperador!* (***)

Na manhã de 8 de Setembro D. Pedro fez espalhar pela cidade de S. Paulo uma proclamação de despedida:

« Honrados paulistas. O amor que consagrei ao Brazil em geral e á vossa provincia em particular, por ser aquella que perante mim e o mundo inteiro fez conhecer, primeiro que todos, o systema machiavelico, desorganizador e faccioso das côrtes de Lisboa, me obrigou a vir entre vós fazer consolidar

(*) Verso excedente da medida de decasyllabo.

(**) Idem.

(***) Idem.

Vê-se que Thomaz de Aquino era um patriota exaltado, mas incorrecto poeta.

a fraternal união e tranquillidade que vacillava, e era ameaçada por desorganizadores, que em breve conhecereis.

«Qnando eu mais que contente estava junto de vós, chegam noticias de Lisboa que os traidores da nação, os infames deputados, pretendem fazer atacar o Brazil e tirar-lhe do seio o seu defensor. Cumpre-me como tal tomar as medidas que minha imaginação me suggerir, e para que estas sejam tomadas com aquella madureza que em taes crises se requer, sou obrigado, para servir ao meu idolo — o Brazil — a separar-me de vós, o que muito sinto, indo para o Rio, ouvir meus conselheiros, e providenciar sobre negocios de tão alta monta.

«Eu vos asseguro que nenhuma coisa me poderia ser mais sensivel que o golpe que minha alma soffre, separando-me dos meus amigos paulistanos, a quem o Brazil e eu devemos os bens que gosamos e esperamos gosar de uma constituição liberal e judiciosa.

«Agora, paulistanos, só vos resta conservardes união entre vós, não só por ser esse o dever de todos os bons brazileiros, mas tambem porque a nossa patria está ameaçada de soffrer uma guerra que não só nos ha de ser feita pelas tropas que de Portugal forem mandadas, mas egualmente pelos seus servis partidistas e vis emissarios que entre nós existem, atraiçoando-nos.

«Quando as auctoridades vos não administrarem aquella justiça imparcial que d'ellas deve ser inseparavel, representai-me, que eu providenciarei.

«A divisa do Brazil deve ser *independencia ou morte.*

«Sabei que quando trato da causa publica não tenho amigos e validos em occasião alguma. Existi tranquillos. Acautelai-vos dos facciosos sectarios das côrtes de Lisboa e contai em toda a occasião com o vosso defensor perpetuo. — PRINCIPE REGENTE.»

Partiu no dia seguinte para o Rio de Janeiro, onde chegou a 15 de Setembro.

Effectuada a independencia da Bahia, foi licenciado o exercito libertador, e o coronel José Joaquim de Lima e Silva, por já haver cumprido a sua patriotica tarefa, pediu e obteve dispensa do cargo de commandante das armas, sendo substituido pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira.

Pouco depois amotinaram-se as tropas, commettendo gravissimos actos de insubordinação, nos quaes tiveram saliente papel o 3.° e 4.° batalhão de infanteria e o corpo de artilheria. Os soldados do 3.° batalhão, appellidados *Periquitos*, levaram tão longe os seus excessos de indisciplina, a ponto de na manhã de 25 de Outubro de 1824 cercarem o quartel-general [1] e assassinarem o coronel Caldeira.

Segundo lemos em valioso documento escripto por um contemporaneo do facto, commendador Agostinho Dias Lima e

(1) O quartel general e residencia do coronel Felisberto Caldeira era á ladeira do Berquó, (rua visconde de Itaparica n. 8) edificio occupado actualmente pelo *Gymnasio S. Salvador*, dirigido pelo dr. Adolpho Frederico Tourinho.

publicado pelo illustrado dr. José Francisco da Silva Lima ([1]) o assassinato deu-se do seguinte modo:

«No dia 25 de Outubro de 1824, um destacamento de soldados e officiaes do batalhão 3.°, em numero de 60 a 80, cercaram o quartel-general e intimaram ao general Caldeira que se entregasse á prisão; mandasse pôr em liberdade o major João Antonio da Silva Castro, e se considerasse preso. O general recusou assentir a esta ousada e insubordinada tropa, mas lhe fez ver que para a socegar ia fazer o que lhe pedia, apezar de ser contra a disciplina militar, e, por consequencia, contra as ordens de S. M. I.; e que confiassem em sua palavra.

«Isto era dito das janellas da frente de seu palacio. Logo que acabou de falar (ainda teve tempo de se fardar com quasi todo o seu uniforme), ouviu-se uma voz que foi accusada por quasi toda a tropa sediciosa: *Morra Felisberto!* e in-continenti lhe desfecharam quatro tiros, um dos quaes lhe acertou no peito. Nas janellas immediatas achavam-se sua mulher e filhos com a imagem do Redemptor, pedindo por elle, que o respeitassem. Foi invadido o palacio e se lhe apresentaram os alferes Gurgel e Jacintho, uns cadetes e quatro ou seis soldados batendo na porta que dá para a secretaria. Felisberto, com animo incrivel, já ferido mortalmente e atacado por todas as partes por seus crueis inimigos, vem ensanguentado e com valor abrir a porta a seus assassinos . . .

---

(1) Vide *Rev. do Inst. Geog. e Hist. da Bahia*, vol. II, pag. 300.

«Continuando na rua as vozes de *Morra o general!* é pelos officiaes intimada a ordem de prisão e já elle se encaminhava para descer as escadas quando no patamar quatro soldados, que traçoeiramente o esperavam, dispararam contra elle as armas que o conduziram á sepultura ([1]).

«Dizem algumas pessoas que elle ainda resistiu por algum tempo com a espada e duas pistolas, mas isso de nada valeu. Comtudo não morreu covardemente ás mãos de tantos assassinos . . .

«N'esse mesmo desastrado dia foi a casa do velho Francisco Vicente Vianna tambem cercada de tropas, mas não consta que o offendessem. De sorte que depois de terem satisfeito a sua damnada ferocidade no corpo do desgraçado Felisberto, o 3.° e 4.° batalhões, com polvora e bala, marcharam para o campo de S. Pedro, para repellir o 1.° e 2.° de linha e todos os corpos de milicias que tratavam de vingar tão horroroso attentado.

«Tudo se moveu, e n'um momento se transformou a cidade em uma Babel.

«O povo correu por toda a parte a refugiar-se; as lojas, que principiaram a abrir no começo do dia, n'um momento se fecharam; e sabendo do horrivel assassinato, não se considerando seguros, brazileiros e portuguezes moradores na Praia,

---

(1) «Quatro dos accusados d'este attentado perderam a vida em virtude de sentença do conselho de guerra que os julgou; outros expatriaram-se voluntariamente, e o 3.° batalhão, chamado dos *Periquitos*, foi remettido para Matto Grosso.» *Nota da Redacção*, á pag. 301, vol. II, da *Rev.* citada.

fugiram para bordo das embarcações com o cabedal que puderam levar em taes circumstancias.

«Os revoltosos ficaram dentro do forte de S. Pedro.»

Sedentos de pequenas vinganças, pretenderam os insubordinados praticar mais actos de selvageria; foram, porém, contidos pelos coroneis Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, José Leite Pacheco e Antonio de Souza Lima, da ilha de Itaparica. O batalhão dos *Periquitos* foi obrigado a embarcar para Pernambuco em 1.° de Dezembro de 1824.

Em consequencia d'estes disturbios, resolveu D. Pedro ir com a sua presença congraçar os animos exaltados e para a Bahia transportou-se a 3 de Fevereiro de 1826. Conseguiu com o seu prestigio chamar á ordem os descontentes e a 1.° de Abril do mesmo anno regressou tranquillizado para o Rio de Janeiro.

Minas Geraes não adheriu desde logo ao partido do Regente. Ainda lembrados do modo como Portugal puniu os patriotas da *Conjuração*, os mineiros confiaram pouco na sinceridade do neto de D. Maria I; foi mister que o principe para lá seguisse a 25 de Março e de viva voz lhes incutisse no animo as disposições em que se achava sobre a reforma que pretendia dar á governança do paiz. Quando voltou, a 25 de Abril, tinha deixado em sua passagem pelas cidades mineiras fervorosos adeptos.

Que occorrencias se passaram nas côrtes de Lisbôa quando ahi chegou a noticia de que o Regente desobedecia ás

ordens de Portugal e declarára de modo peremptorio ficar no Brazil?

Ouçamos uma testemunha ocular, o illustre deputado brazileiro visconde de S. Leopoldo, que se achava presente á sessão:

« A sessão de 15 de Abril 1822 foi uma das mais tempestuosas do congresso de Lisboa. Rompeu n'esse dia entre deputados grande explosão de colera com a noticia communicada em cartas do general Avilez, da resolução ultima do principe de ficar no Brazil.

« . . . Propoz Borges Carneiro o recurso extraordinario de se chamarem as tropas de Montevidéo sobre o Rio de Janeiro, *para castigar e obrigar o principe a cumprir o decreto das côrtes, que ordenára a sua retirada do Brazil.*

« Passou a combater esta moção o deputado dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, impugnando com vehemencia a proposição do precedente orador—de que o principe vivia enganado pelos que o rodeavam no Brazil. Respondendo com a arrogancia e impetuosidade de seu genio, o animoso deputado paulista declarou que os empregados a que se alludia eram tão honrados e dignos como os que estavam n'aquelle recinto.

« Levantou-se grande vozeria e tumulto nas galerias; o orador foi chamado á ordem, proferindo-se contra elle diversos insultos.

« As deputações de S. Paulo e Pernambuco deram-se por aggravadas por esse facto, e deixaram de comparecer á sessão

seguinte. Havendo eu apresentado o meu diploma á commissão de poderes, no intuito de tomar assento na sessão de 16, julguei dever retiral-o, duvidando fazer parte de um congresso que injuriava a um membro seu, como o havia sido o meu collega por S. Paulo.

«A 30 de Abril abriu-se a sessão com grande expectação, achando-se as galerias apinhadas de povo. Na tribuna do corpo diplomatico notava-se a presença do embaixador da Hespanha. Havia curiosidade de saber-se noticias da Bahia, que tinham chegado por via de Gibraltar; mas o grande interesse da sessão concentrava-se na grave questão que prendia a attenção de todos: *a evacuação de Montevidéo.*

«Não pude conter-me sobre um asssumpto de tanto alcance para o Brazil, e por elle estreei no congresso, oppondo-me ao proposto abandono d'aquella praça á Hespanha.

«Seguiu-se, na mesma sessão, renhido debate, motivado por participações recebidas de guerra civil e derramamento de sangue na Bahia: cuja discussão ficou ainda adiada.

«Esta questão trouxe exaltamento de animo, e por amor d'ella deu-se a lamentavel occorrencia de correr sangue no mesmo palacio das côrtes.

«Passando o deputado pela Bahia Cypriano José Barata de Almeida por um dos corredores em que se achava o marechal Luiz Paulino Pinto da França, deputado pela mesma provincia, falando em um circulo contra o brigadeiro (Freitas Guimarães) que tinha recusado entregar o commando ao general Madeira, nomeado pelas côrtes, rompeu aquelle

em maltratar ao referido marechal com palavras violentas e aggressivas, do que resultou desafiarem-se ambos ([1]). Refere o mesmo marechal que Barata atraiçoadamente o empurrára ([2]), fazendo-lhe uma brecha sobre a sobrancelha e ferindo-o gravemente. Divulgou-se logo o facto com grande escandalo, o que muito me magoou, por se ter passado esse triste acontecimento entre deputados brazileiros, sobre os quaes, em razão das rivalidades e exaltação do momento, todos têm a vista attenta.

«Em 20 de Maio, apresentaram os deputados pela Bahia uma indicação, para que se suspendesse a remessa de tropas para aquella provincia.

«Na sessão seguinte debateu-se com animação a questão, a qual ficou adiada para o dia seguinte. A maior parte dos deputados adheriu á indicação dos deputados bahianos, e a subscreveu com as suas assignaturas.

«A final a indicação foi rejeitada, tendo a favor 44 votos.

«No correr da discussão patenteou-se que as tropas iam para a Bahia com o fim de embaraçar a propagação das idéas pelo norte do Brazil. *Já os facciosos do Rio têm vistas sacrilegas sobre a costa d'Africa!* exclamaram os deputados sustentadores do projecto; e Borges Carneiro ameaçou com violencia o Brazil, promettendo fazer seguir contra o mesmo uma expedição de dez mil homens.

---

(1) O dr. Cypriano Barata, em carta que publicou em Lisboa, narrou o conflicto de modo differente. Veja-se a nota que vai de pags. 12 a 15 d'este tomo.

(2) Por uma escada abaixo, esqueceu-se de dizer o visconde de S. Leopoldo.

«Magoando-me profundamente a longa e diaria repetição de improperios e sarcasmos contra a junta provisoria de S. Paulo, levantei-me, e pedi a minha demissão de membro da commissão dos negocios do ultramar, visto não poder eu, deputado por essa provincia, ouvir sem indignação as expressões com que constantemente nos doestavam, e declarei sem rebuço que não tinha liberdade alguma para o bom desempenho de minhas funcções.

«No fim da sessão de 10 de Julho, transmittiu El-Rei ao congresso duas cartas do principe real: em uma d'ellas exigia que se creassem côrtes no Brazil, e declarava que ellas alli se organizariam, ainda quando o congresso não quizesse assentir a esse voto dos povos. Egual requisição fez a Bahia por intermedio de seus deputados.»

Pela transcripção que acabamos de fazer, vê-se que as côrtes portuguezas, ao terem noticia da rebellião de D. Pedro, ficaram tomadas de terror panico. Surprehendidos, assustados com a revolta, os portuguezes imaginavam até que os brazileiros pretendiam ir *sacrilegamente* desapossal-os de suas colonias na costa d'Africa! Só o medo poderia crear phantasma tão extravagante.

Deliberaram as côrtes fossem chamados todos os deputados a jurar e assignar a constituição, antes de ser apresentada a D. João VI. O deputado por S. Paulo, Fernandes Pinheiro, formulou uma indicação, declarando que, achando-se os seus constituintes em desaccordo com o governo de Lisboa, não podia elle jurar e assignar um documento

hostil a direitos brazileiros. Eguaes protestos foram feitos por Antonio Carlos de Andrada, padre Diogo Feijó, José Ricardo da Costa Aguiar, Antonio Manoel da Silva Bueno, Francisco Villela Barbosa, Pedro de Araujo Lima, Domingos Borges de Barros, padre José Martiniano de Alencar e cerca de 16 deputados mais das provincias do Brazil.

Nomeada uma commissão para elucidar o grave assumpto, foi ella de parecer que « nenhum deputado podia, sob qualquer pretexto, deixar de jurar e assignar o pacto fundamental da monarchia, porque era obrigação rigorosa de todos, que concorreram para a sua confecção, dar-lhe o primeiro exemplo de adhesão e obediencia, convindo até infligir penas aos que se não quizessem sujeitar á deliberação das côrtes. »

Em vão opinaram contra este parecer o padre Marcos Antonio de Souza, Villela Barbosa, Borges de Barros e Fernandes Pinheiro: venceram os votos da maioria, approvando a idéa. Foi fixado o dia 23 de Setembro de 1822 para o juramento da constituição. Compareceram, n'essa occasião, 35 deputados do Brazil, sendo, pela Bahia: Gomes Ferrão, padre Marcos, Pedro Rodrigues Bandeira, Lino Coutinho e Borges de Barros; por Alagoas: Assis Barbosa, Martins Ramos e Marques Grangeiro; pelo Rio de Janeiro: Gonçalves Ledo, Villela Barbosa, Soares Brandão, Martins Bastos e Luiz Varella; por S. Paulo: unicamente Fernandes Pinheiro; por Pernambuco: Araujo Lima, Moniz Tavares, Felix de Veras, Almeida e Castro, Domingos Malaquias, Tavares Lyra, Zeferino dos Santos e Ferreira da Silva; pelo Ceará: padre

Alencar, Antonio Moreira e Philippe Gonçalves; por Santa Catharina: Lourenço de Andrade; por Goyaz: Segurado; pelo Maranhão: Vieira Belford e Beckman Caldas; pela Parahyba: Monteiro da França e Costa Cirne; pelo Pará: o bispo D. Romualdo Coelho, Souza Moreira e Lopes da Cunha; pelo Piauhy: Manoel Borges.

Antonio Carlos officiou ao congresso, declarando que lhe repugnava a consciencia jurar e assignar a constituição portugueza e assim resignava o seu logar de deputado ás côrtes. Os outros deputados brazileiros nenhuma satisfação deram de sua ausencia ao solemne congresso. Todos quantos se acharam presentes ás côrtes juraram e assignaram a constituição, em meio de applausos dos portuguezes.

Incompatibilizados com o governo e côrtes de Lisbôa e receosos de serem assassinados, sete deputados brazileiros — Antonio Carlos, Costa Aguiar, Silva Bueno, padre Feijó, Francisco Agostinho Gomes, Cypriano Barata [1] e Lino Couti-

---

(1) Tendo este deputado pedido ás côrtes portuguezas a fundação de academias no Brazil, ouviu um aparte ironico, aconselhando-o a que, de preferencia, pedisse a creação de escolas primarias.

— D'estas, rebateu o dr. Cypriano Barata, d'estas ainda mais precisa Portugal, cujos filhos vão para o Brazil aprender a ler com as mulheres brazileiras que desposam. »

Em carta publicada no *Jornal de Noticias* da Bahia de 26 de Junho de 1900, o cidadão Gabriel Zuth dá sobre este revolucionario bahiano muitos esclarecimentos:

« De Falmouth, veiu o dr. Barata para esta capital, onde desembarcou de chapéo de couro, trajando vestes de tecido grosso, de algodão.

« Foi recebido debaixo de pallio e conduzido triumphante pelas ruas da cidade.

nho—a occultas, tomaram passagem no paquete inglez *Malbourough* e passaram-se para a Inglaterra. Em Falmouth,

---

.« Durante os sete annos de prisão no Rio de Janeiro, foi-lhe vedado aparar a barba e o cabello e assim os conservou até sua morte.

« Nos carceres da fortaleza da Lage e depois nos da de Santa Cruz, recebia o dr. Barata uma pensão, que lhe concediam a maçonaria e os seus parentes, por intermedio do revm. padre José Custodio Dias.

« Mesmo da prisão, dirigia á regencia do seu correligionario padre Diogo Feijó apostrophes d'este quilate :

« De soberbos rochedos rodeado,
Onde bramem mil ondas furiosas,
Dos males nunca gemo sossobrado,
Nem me assustam as parcas pressurosas.
Inda mesmo nos pulsos arrochado,
Desprezando desgraças sanguinosas,
Mordo os ferros, e altivo ranjo os dentes,
Desafio os tyrannos mais potentes. »

« Obtida a liberdade, voltou o dr. Barata para esta capital, onde continuou a campanha pelo seu ideal, nas columnas da *Sentinella da Liberdade*.

« Da Bahia transferiu-se para o Recife, e ahi, em successivas eleições senatoriaes, o seu nome fez parte da lista triplice, mas a sua escolha só dependia de uma circumstancia — repudiar os seus ataques ao governo.

« Eleito deputado provincial por Pernambuco, combateu da tribuna a administração do presidente d'essa então provincia, dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida, a quem chamava « curioso em leis ».

« Padecendo de grave enfermidade — o diabetes — dirigiu-se para o Rio Grande do Norte, em cuja capital fixou residencia, em fins de 1836 ou principios de 1837, installando alli a primeira loja maçonica.

« Na cidade do Natal procurou viver de sua profissão.

« O dr. Cypriano Barata falleceu na casa que n'aquella capital tem hoje o n. 39 da rua Corrêa Telles, do bairro da Ribeira, sendo seus restos mortaes inhumados, em sepultura rasa, na egreja do Bom Jesus, do referido bairro.

O mesmo *Jornal* de 5 de Julho de 1900 publicou outra carta, de um neto do patriota, Antonio Pedro da Silva Barata. D'ella extrahimos topicos :

« Quando Cypriano Barata voltou de Coimbra, foi portador não só da carta de cirurgião como tambem das de bacharel em philosophia e mathematicas.

« Elle era filho legitimo do tenente Raymundo Nunes Barata e d. Anna Luiza Xavier.

« Chegando á Bahia, consorciou-se com a sra. d. Anna Joaquina de Oliveira.

Antonio Carlos e Costa Aguiar dirigiram ao congresso energico e patriotico protesto, de que damos os trechos de mais interesse:

«Os abaixo assignados, representantes da provincia de S. Paulo nas côrtes de Portugal, forçados pelos mais ponderosos motivos a abandonar a commissão com que os honraram os seus constituintes, julgam de seu dever expôr ao mundo, e mórmente ao Brazil, um resumo de sua vida parlamentar e as causas da resolução que tomaram.

«Os abaixo assignados guardariam o mais profundo silencio e não teriam a presumpção de chamar sobre si a attenção

---

«D'esse consorcio, além de um filho varão, teve quatro filhas: d. Iria, mãe de Cypriano, actualmente no Rio de Janeiro, e do humilde signatario d'estas linhas; d. Laura, d. Veridiana, da qual ainda existem dois filhos — o dr. Candido Barata, lente cathedratico da escola de medicina e senador federal, e o dr. Athanagildo Barata, engenheiro naval; d. Sibylla, da qual ainda existe um filho — o dr. Silvino José de Moura.

«É preciso que se torne bem accentuado que Barata não era inimigo dos portuguezes. Brazileiro, elle queria livrar a patria da tyrannia da metropole.

«E a prova do que digo está não só na circumstancia de ter possuido muitos amigos, filhos de Portugal, como no facto bastante significativo, que é assim narrado no *Resumo Chronologico e Noticioso da Bahia: 13 de abril — 1831* — n. 151 — «Foi a Bahia theatro de scenas luctuosas e aterradoras, em que a morte de um brazileiro de nome Victor Pinto de Castro, na cidade baixa, bairro do commercio, abriu espaço a horriveis aggressões contra portuguezes; e muito maiores seriam as calamidades, si não interviessem o visconde de Pirajá, então commandante das armas, e o dr. Cypriano José Barata d'Almeida, patriota muito popular.»

«José Alvares do Amaral, auctor do *Resumo*, não sabia mentir.

«A popularidade do honrado velho não se limitava á sua terra natal: em Pernambuco recebeu, como no Rio de Janeiro, innumeras provas de apreço.

«No Pará, o enthusiasmo pelo grande patriota chegou a tal ponto, que a classe mais abastada usava, como distinctivo, uma baratinha de ouro; a media — uma de prata, e a plebe — uma de cobre.»

O dr. Barata era de baixa estatura e franzino: pequeno envolucro em que se agitava uma alma de gigante.

da Europa, si, na sua qualidade de homens publicos, não temessem que, sendo a sua conducta attribuida a motivos menos puros pelo partido que nas côrtes tem pretendido escravizar o Brazil, houvesse de reflectir algum desar sobre a provincia que os elegeu.

«Quando o Brazil repetia sôfrego o grito de liberdade que em Portugal se erguêra, jámais cuidou que palavras meigas e convites assucarados de fraternidade e egualdade cobrissem as mais sinistras e dolosas intenções. Julgando Portugal por si, adheriu de coração á nova ordem apregoada com tanta êmphase, e, na escolha de seus deputados, deu o maior testemunho de sua bôa fé e afinco aos principios liberaes.

«O primeiro dos abaixo assignados não deveu seguramente a confiança de sua provincia senão ao seu paiz, pelo qual tantos trabalhos acabára de soffrer, lançado por espaço de quatro annos em lobregas prisões e por mais de dois e meio conservado no mais estreito segredo, privado da luz, do ar e de toda communicação humana.

«Da escolha do segundo dos abaixo assignados foi egualmente o unico titulo o conhecido teor de suas opiniões politicas. Com que altas esperanças chegaram os abaixo assignados ás côrtes de Lisbôa é facil de conhecer, attentando-se nas insidiosas expressões das ditas côrtes, tantas vezes repetidas, e tantas vezes vergonhosamente desmentidas pelas suas obras.»

Em seguida, fizeram franca exposição do modo como as côrtes se manifestaram, sempre contrarias á felicidade do

Brazil, que pretendiam recolonizar a todo transe, e da fórma por que devia ser considerado o reino americano—egual, por todos os principios, ao reino de Portugal. Alludindo ao facto de recusarem jurar e assignar a constituição, escreveram os dois dignos paulistas:

«Com a franqueza propria de seu caracter publico e particular, declararam os abaixo assignados a firme resolução em que estavam de jamais assignarem e menos jurarem uma constituição contraria á sua dignidade, porque o não deviam fazer sem offenderem a sua consciencia, e sem se deshonrarem a seus proprios olhos; e persistiram em sua declaração, desprezando os sophismas e subterfugios de seus oppressores Choviam as ameaças anonymas, repetiam-se os avisos de alguns poucos, bem intencionados, que lhes prégavam cautelas e avisavam do resolvido projecto de assassinal-os, adoptado pelas sociedades secretas, a que pertence a maior parte dos deputados influentes do congresso.

«Si os abaixo assignados não tivessem dado o saudavel passo de baldarem, com a sua retirada, os intentos dos cannibaes, teriam perecido, victimas de sua cega furia, como se deprehende de uma denuncia feita ao intendente geral da policia. Todavia, si os abaixo assignados pudessem enxergar ainda o mais pequeno bem que de sua morte viésse ao Brazil; si mesmo não devessem obedecer á voz do chefe de seu governo, offerecer-se-iam, em voluntario sacrificio, á brutalidade dos portuguezes. Mas nem a prudencia nem o patriotismo lhes apontava esse verdadeiro suicidio.

«Seguros os abaixo assignados com o testemunho de sua consciencia, apresentam-se sem medo ao tribunal da geração presente, e não declinam o severo escrutinio da posteridade, cuja imparcial decisão esperam favoravel. — Falmouth, 20 de Outubro de 1822.»

Na mesma occasião publicou Antonio Carlos um manifesto em que, pessoalmente, destruia as accusações feitas a seu caracter por alguns periodicos de Lisboa.

«Quando me achei no Rio de Janeiro, dizia elle, ninguem ainda pensava em independencia ou em legislaturas separadas. Foi mister toda a cegueira, precipitação e despejado annuncio de planos de escravização para accordar do somno de boa fé o amadornado Brazil, e fazel-o encarar a independencia como o unico antidoto contra a violencia portugueza.

«Não pretendo com isto incluir-me no numero dos que não sonhavam com este desejado futuro. Não por certo. Não tenho tão curta vista que me escapassem as vantagens de só pertencermos ao pacifico systema americano, e nos desprendermos dos laços da revolta Europa.»

Como conclusão, declarou «ter procurado sempre evitar que as côrtes portuguezas adoptassem resoluções que irritassem o Brazil e o precipitassem nas ancias ardentes e nos perigos manifestos de romper os laços de união dos dois reinos e de proclamar uma independencia extemporanea; não conseguindo, porém, conter a maioria exaltada dos portuguezes, tranquilla sentia a sua consciencia, e acompanhava a sua patria na marcha a que ella fôra arrastada pelas côrtes e

governo de Lisboa, com tanto maior prazer quanto, em vez de uma nova republica que se devia mais tarde installar na America [1], uma monarchia livre lhe garantia no seu paiz um principe generoso, a qual daria de certo todos os beneficios que buscára como republicano de outr'ora, posto a sua cooperação no levante de Pernambuco de 1817 não houvesse passado de passiva tolerancia. »

A 22 de Outubro os outros cinco deputados fugidos de Lisboa publicaram seu manifesto, protestando contra os insultos quotidianos de que eram alvo nas ruas e praças de Lisboa e denunciando planos de attentados a suas pessoas e vidas.

No dia 1.° de Outubro, D. João VI acompanhado de seus ministros e côrte, dirigiu-se ao palacio do congresso e ahi leu á assembléa este pequeno discurso:

«Fiel aos meus principios [2], lisonjeio-me de haver offerecido á nação, ainda nas mais difficeis circumstancias, provas decisivas do amor que lhe consagro e da lealdade que convém á minha propria dignidade. Os portuguezes o reconhecem, e é esta a recompensa mais digna dos meus desvelos, assim como o unico termo da minha ambição. Sendo, pois, o novo pacto social a expressão da vontade geral e o producto

(1) Essa aspiração do ardente democrata paulista só se realizou a 15 de Novembro de 1889.

(2) Com que difficuldade não proferiria o Rei essas palavras! Elle, genuino representante do absolutismo! . . .

das vossas sabias meditações, accommodado á illustração do seculo, e cimentado sobre a reciprocidade de interesses e sentimentos, inseparavel da causa da nação, eu venho hoje ao seio da representação nacional acceitar a constituição que acabais de fazer, e firmar com o mais solemne juramento a inviolavel promessa de a guardar e fazer guardar. »

Antes de se dissolverem, as côrtes extraordinarias e constituintes elegeram uma deputação especial, incumbida de fiscalizar e superintender o governo, até á reunião de nova assembléa: a eleição recahiu nos portuguezes Trigoso de Aragão Morato, Ferreira de Moura, Braancamp de Sobral, e nos brazileiros José Feliciano Fernandes Pinheiro, Villela Barbosa, bispo do Pará D. Romualdo Coelho e Vieira Belford, e como supplente, Domingos Borges de Barros.

Só em Outubro de 1822 — quando no mez anterior havia sido proclamada a independencia do Brazil — lembrou-se Portugal, pela primeira vez, de conceder posições elevadas e honrosas a brazileiros. Pretendeu dar aos americanos um exemplo de cortezia, mas tão intempestivamente o fez, que lhes não aproveitou e só conseguiu attrahir o ridiculo sobre taes actos.

CAPITULO XXIV

ACCLAMAÇÃO E COROAÇÃO DE D. PEDRO I, IMPERADOR DO BRAZIL.
LUCTAS DE PARTIDOS POLITICOS. REVOLTAS
NO MARANHÃO E PARÁ. BARBARIDADE DE GREENFELL.
A PROVINCIA CISPLATINA. — 1823

PÓDE-SE bem imaginar que manifestações de apreço acompanharam o principe regente em seu regresso ao Rio de Janeiro, depois de ter inaugurado em S. Paulo o feito glorioso de nossa independencia. Ao chegar a S. Christovão fez expedir tres decretos em data de 18 de Setembro: o 1.° adoptando escudo de armas sobre as côres verde e amarella; o 2.° determinando aos adherentes á independencia o uso de um tope nacional no chapéo e no braço a divisa *independencia ou morte*; o 3.° concedendo amnistia geral aos cidadãos envolvidos em motins politicos ([1]), acolhendo os portuguezes que esposassem a idéa do principe e o quizessem defender e

---

(1) Por decreto particular mandou D. Pedro nullificar o processo instaurado em S. Paulo contra os auctores do levante havido a 23 de Maio de 1822, conhecido pelo nome de *bernarda Francisco Ignacio*, motim que teve por objectivo a deposição de dois prestantes membros do governo provisorio, coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada e brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão.

marcando aos não adherentes o prazo de trinta dias para deixar o domicilio e de quatro mezes para se retirarem do territorio brazileiro.

O illustre portuguez José Clemente Pereira reuniu a 21 de Setembro o senado da camara, a cuja sessão compareceram João Soares de Bulhões, José Pereira da Silva Manoel, Domingos Vianna Gurgel do Amaral e o procurador José Antonio dos Santos Xavier. Designou-se o dia 12 de Outubro, 24.° anniversario natalicio de D. Pedro e 330.° anniversario do descobrimento da America, para o acto solemne da acclamação de D. Pedro; para o que, foi expedido o seguinte edital:

«O senado da camara faz saber ao povo e tropa d'esta cidade que, tendo previsto que era vontade unanime de todos acclamar imperador constitucional do Brazil a sua Alteza Real, o Principe Regente; desejando acautelar que algum passo precipitado apresentasse com as côres de partido faccioso um acto que a vontade de todo o Brazil requer e que por esta razão e pela importancia de suas consequencias deve apparecer á face do mundo inteiro revestido das formulas solemnes que estão reconhecidas por enunciativas da vontade unanime dos povos, tem principiado a dar as providencias necessarias para que a acclamação de Sua Alteza Real se faça solemnemente no dia 12 de Outubro, natalicio do mesmo senhor, não só n'esta capital, mas em todas as villas d'esta provincia, e tem justos motivos para esperar que a maior parte das provincias colligadas pratiquem outro tanto no

mesmo fausto dia. E porque será muito importante á causa do Brazil, muito glorioso ao acerto com que este vai dirigindo a grande obra da sua independencia, e de muita admiração finalmente para os povos espectadores, si no mesmo dia 12 de Outubro fôr Sua Alteza Real acclamado imperador constitucional do Brazil solemnemente em todas ou quasi todas as suas provincias, roga o mesmo senado ao povo e tropa d'esta cidade que suspendam os transportes do seu enthusiasmo até ao expressado dia, e ao mesmo tempo os convida para que, unindo-se a elle, o acompanhem a fazer solemne, grande e glorioso tão importante acto. »

No dia designado amanheceu a cidade do Rio de Janeiro sob ridente aspecto: fluctúava a nova bandeira nos mastros das embarcações, nas fortalezas, á frente dos edificios publicos e das casas particulares; salvaram as fortalezas e os navios ancorados na bahia; adornavam-se as janellas de colchas de seda; tapetavam-se as ruas principaes de folhas de laranjeira; de distancia em distancia arcos de ramagens imprimiam á formosa capital a idéa de grandioso triumpho. Todo o contentamento de um povo, que ia entrar na posse de seus direitos de nação livre, transluzia nos semblantes.

Ao campo de Sant'Anna convergia a multidão arrebatada de patriotico impulso: ahi, junto ao palacete imperial ([1]), agglomerou-se, para assistir de perto ao magno acontecimento.

---

(1) Esse palacete, construido de madeira, fôra levantado por occasião da coroação de D. João VI em Fevereiro de 1818, para que a familia real assistisse

Numerosos populares acompanharam o principe e a princeza, que se transportaram em seus coches da quinta de S. Christovão ao campo, ao som de saudações enthusiasticas.

Chegado ao palacete, D. Pedro recebeu o senado da camara bem como os procuradores ou deputados das villas do Rio de Janeiro e de Minas.

Por essa occasião falou José Clemente Pereira rememorando as oppressões e violencias exercidas pelas côrtes portuguezas contra o governo de D. Pedro; exaltou o acto da independencia, terminando com estas palavras: «O dia anniversario do feliz nascimento de Vossa Alteza Real é o designado para o solemnissimo acto de sua acclamação e exaltação ao supremo titulo e sublimado emprego de imperador constitucional do Brazil, titulo de que ha muito gosaria si tivesse querido e só dependia de sua soberana vontade.»

D. Pedro respondeu: «Acceito o titulo de imperador constitucional e defensor perpetuo do Brazil, porque tendo ouvido o meu conselho de estado e procuradores geraes, e

---

aos festejos. Circumdavam-no varandas constituidas por arcos entre columnas unidas por uma balaustrada: a da frente, saliente mais de dois metros, era sustentada por cinco arcos, tres na parte anterior e dois menores, lateraes, formando um vestibulo; a escada ficava fronteira ao arco central. Havia no palacete um salão e tres quartos forrados de damasco e velludo. O edificio foi depois construido de pedra e cal.

A 22 de Julho de 1841, quando o artista pyrotechnico Francisco de Assis Peregrino preparava ahi grande fogo de artificio para as festas da sagração e coroação de D. Pedro II, houve medonha explosão que destruiu o palacete, perecendo na catastrophe os artistas José da Costa Velho, seu filho Candido José da Costa e Francisco Peregrino: este, ao saltar uma janella, foi apanhado pelo desabamento de uma parede.

examinado as representações das camaras das differentes provincias, estou inteiramente convencido de que tal é a vontade geral de todas as outras, que só por falta de tempo não têm ainda chegado.»

Da varanda da frente do edificio o presidente do senado ergueu vivas ao imperador constitucional e defensor perpetuo do Brazil o Senhor D. Pedro I, á imperatriz do Brazil, á assembléa geral e legislativa e ao povo constitucional. Soaram por todo o campo de Sant'Anna prolongados vivas, delirantes acclamações, como si a multidão desejasse que as expansões de seu extraordinario prazer fossem ouvidas nas plagas luzitanas.

A acta foi lavrada pelo escrivão do senado da camara José Martins Rocha e assignada: pelo imperador; José Clemente Pereira, Juiz de Fóra; João Soares de Bulhões, vereador; José Pereira da Silva Manoel, vereador; Domingos Vianna Gurgel do Amaral, vereador; José Antonio dos Santos Xavier, procurador; Ignacio d'Assis Saraiva e Fonseca, procurador da villa Nova Friburgo; o vigario Jacob Joye, procurador da mesma villa; José Joaquim Soares, procurador da villa de São Pedro de Cantagallo; o padre Antonio João de Lessa, procurador pela mesma villa; José Pereira Peixoto, procurador da camara da ilha Grande; Leandro Antonio de Marins Rangel, procurador da cidade de Cabo Frio; Francisco Antunes Suzano, procurador da villa de S. Francisco Xavier de Itaguahy; João Francisco de Azeredo Coutinho, procurador da villa de Santo Antonio de Sá; Antonio José Pereira da

Silva, procurador da camara de Rezende; Francisco Peixoto de Lacerda, procurador pela villa do Paty do Alferes; José Joaquim Ferreira Duque Estrada, procurador pela villa de Maricá; Manoel Joaquim de Figueiredo, procurador pela villa de Macahé; Miguel Gonçalves dos Santos, procurador pela villa real da Praia Grande; Agostinho Nunes Montes, procurador pela villa de S. José d'El-Rei; José Ayres da Gama, procurador pela villa de Paraty, etc.

Chovia torrencialmente. A imperatriz, findo o acto, seguiu em coche para o paço da cidade; D. Pedro preferiu ir a pé, e, debaixo de pallio, sob uma nova chuva, de flores, que das janellas lhe eram lançadas pelo sexo gentil associado á patriotica manifestação, seguiu para a capella inperial onde, em companhia de sua esposa, assistiu ao *Te-Deum*, celebrado em acção de graças pelo grande e memoravel acontecimento.

Feita a independencia e acclamado o imperador, quando necessitava o paiz de que todos os fortes elementos politicos se congregassem para firmar em bases solidas o inicio da nacionalidade, levantou-se grande lucta entre o partido liberal, com aspirações republicanas, chefiado pelo jornalista Joaquim Gonçalves Ledo e o partido dos irmãos Andradas—José Bonifacio e Martim Francisco—ministros de D. Pedro. O Grande Oriente da Maçonaria protegia os liberaes, que pelo jornal *Reverbero* faziam energica opposição ao governo: os ministros, pelas columnas do *Regulador*, davam combate aos adversarios.

Conscientes de sua popularidade e para, por meio d'ella,

tirarem partido contra os opposicionistas, os Andradas pediram demissão de seus cargos, antevendo reclamações populares que este facto provocaria: acompanhou-os o ministro da justiça Caetano Pinto de Miranda Montenegro (marquez da Praia Grande). Acceitando a demissão, nomeou D. Pedro: para a pasta do imperio, João Ignacio da Cunha; para a da fazenda e justiça, Sebastião Luiz Tinoco da Silva; para a da guerra, João Vieira de Carvalho, marquez de Lage; para a da marinha, Luiz da Cunha Moreira, posteriormente visconde de Cabo Frio.

Como se previa, esta mudança ministerial levantou adhesões em favor dos Andradas, e tão poderosas foram as representações levadas ao imperador, que este se viu obrigado a reintegral-os em suas pastas e a Montenegro, conservando, porém, em seus logares os ministros da guerra e da marinha.

Voltando ao governo, desenvolveram os Andradas perseguição cruel contra seus adversarios politicos e promoveram grande numero de prisões e processos, em vista dos quaes foram deportados Luiz Pereira da Nobrega de Azeredo Coutinho, que havia pouco occupára a pasta da guerra; o benemerito José Clemente Pereira, que tanto havia contribuido para a independencia do Brazil, como presidente do senado da camara do Rio de Janeiro, e o conego Januario da Cunha Barbosa ([1]).

([1]) Além d'esses cidadãos notaveis, foram processados: o marechal de campo Domingos Alves Branco Moniz Barretto, João da Rocha Pinto, Luiz Manoel Alves de Azevedo, Thomaz José Tinoco de Almeida, José Joaquim Gouvêa,

Para fugir á perseguição dos Andradas, o grande jornalista Joaquim Gonçalves Ledo (segundo conta Mello Moraes) «occultou-se em diversas partes, até que uma noite, com o rosto, peito e braços pintados de preto, vestido de mulher e

---

Joaquim Valerio Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes e padre Antonio João Lessa. No *Brazil Historico* do dr. Mello Moraes acha-se publicado todo o processo.

O conego Januario da Cunha Barbosa nasceu no Rio de Janeiro a 10 de Julho de 1780 e falleceu na mesma capital a 22 de Fevereiro de 1846. Com o marechal de campo Raymundo José da Cunha Mattos fundou o Instituto Historico e Geographico do Brazil, installado a 25 de Novembro de 1838, sob a presidencia do visconde de S. Leopoldo.

Referindo-se ao conego Januario Barbosa, diz o dr. Sacramento Blake em seu *Diccionario Bibliographico* (tom. III, pag. 291):

«N'um discurso que na occasião de baixar seu corpo á sepultura proferiu o orador do Instituto, assim se exprime este: «Vinte e seis titulos honrosos adornam a sua memoria! Em dezoito corporações illustres foi seu nome proclamado como de um sabio nos paizes extranhos, pois que no nosso de ha muito havia conquistado os inalteraveis direitos que lhe asseguravam os grandes feitos de sua vida, a sua eloquencia como orador sagrado, os seus vastos conhecimentos e sobretudo os padrões de gloria que levantára á nossa patria.»

A 6 de Abril de 1848 foi solemnemente collocado o seu busto com o do marechal Raymundo de Mattos na sala das sessões do Instituto: ahi prestaram-lhe homenagens o presidente Candido José de Araujo Vianna, (marquez de Sapucahy) o orador poeta Manoel de Araujo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Souza Silva, 2.° secretario dr. Francisco de Paula Menezes e Gonçalves Dias.

Do *Canto inaugural* d'este poeta trasladamos duas bellas estrophes:

Porfioso e tenaz no duro empenho,
No manto do porvir bordava ufano,
Sob os trophéos da liberdade sacra,
Os destinos da patria!

. . . .

Dorme, ó luctador, teu somno eterno;
Mas sobre a lousa do sepulcro humilde,
Como na vida foi, surja o teu busto
Austéro e glorioso!

Rev. do Inst., tom. XI, pags. 285 e 287.

com um balaio á cabeça, acompanhado por alguns amigos que o seguiam dispersos, embarcou em uma falúa para a fazenda de S. Gonçalo em Nictheroy, onde hospedou-se em casa de um seu amigo, Bellarmino (depois barão de S. Gonçalo), que muita parte tomou na independencia de sua patria. Permaneceu Ledo occulto, e d'ahi, por intermedio e protecção de Lourenço Westin, consul da Suecia, embarcou em um navio d'essa nação, que se dirigia para Buenos Aires, onde refugiou-se até que a influencia dos Andradas se desvaneceu pela dissolução da constituinte a 12 de Novembro de 1823, sendo elles deportados no mesmo mez por accórdão do conselho de estado. »

A 1.° de Dezembro de 1822 effectuou-se com grande apparato a cerimonia da coroação do imperador.

Na mesma occasião publicaram-se decretos creando a *Imperial Ordem do Cruzeiro* e a *Guarda de Honra* (1), composta de tres esquadrões de cavallaria, tirados das tres provincias Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas.

Nas vesperas da coroação, organizou-se em palacio uma lista de cidadãos benemeritos que por seus serviços á causa da independencia deveriam ser distinguidos com a ordem do Cruzeiro. Desejou o imperador que Martim Francisco e, especialmente, José Bonifacio — a quem tão grandes beneficios devia a patria — fossem contemplados com a gran-cruz da

---

(1) Essa *Guarda*, que se achava de posse de privilegios sobre os demais corpos do exercito, foi extincta pela lei de 25 de Outubro de 1832.

ordem. Os illustres paulistas, porém, recusaram terminantemente a mercê. Pezaroso com a recusa, lembrou-se D. Pedro do papel saliente que Antonio Carlos havia desempenhado perante as côrtes portuguezas. «Quero, disse elle, que esta distincção fique em um membro da familia de José Bonifacio.» E sem opposição dos irmãos, conferiu ao energico orador democrata, que se achava ausente, a gran-cruz do Cruzeiro. Não satisfeito com este premio, e desejoso de galardoar publicamente os relevantissimos serviços de José Bonifacio, o imperador, aconselhado pelo camarista Antonio Telles da Silva, mais tarde marquez de Rezende, resolveu causar ao velho patriarcha uma surpresa: na egreja, após o acto da coroação, tiraria a sua gran-cruz e por suas proprias mãos a collocaria ao pescoço de José Bonifacio. Conhecendo, porém, o genio altivo de seu primeiro ministro, preveniu-o na vespera, á noite, do que se ia dar por occasião da solemnidade.

—Não faça tal! exclamou o ministro contrariadissimo. Não me obrigue a perturbar o acto, declarando que V. M. está fóra de seu juizo! É um paulista que lhe fala; faça agora o que quizer e verá o resultado.

Á vista de tão formal protesto, não foi dada a José Bonifacio a gran-cruz da ordem do Cruzeiro (1).

---

(1) Em um bello volume adornado de estampas, intitulado *Resumo da Historia do Brazil para uso das escolas primarias brazileiras* (Boston, 1894), trabalho da professora Maria G. L. de Andrade, figura, defronte da pag. 169, o retrato de José Bonifacio com gran-cruz ao pescoço. É preciso que se torne bem

D. Pedro não se deu por vencido. Sem consultar ao grande amigo e conselheiro, nomeou-o seu mordomo-mór. Assim deu-se o facto:

No dia da coroação de D. Pedro, extraordinario prazer apossou-se de José Bonifacio. Parecia ter conseguido o mais bello ideal de toda a sua existencia. Jantava-se no paço; o imperador compareceu no meio do jantar á mesa de estado e disse que ia fazer uma saude e um pedido a José Bonifacio e esperava que lhe não faltasse. No excesso de contentamento em que se achava, o ministro collocou a mão direita sobre o hombro de D. Pedro e disse: «Peça V. M. o que quizer; hoje não lhe recuso nada.»

O imperador bebeu á saude de José Bonifacio, seu mordomo-mór. Como era de ver, o brinde foi enthusiasticamente applaudido por todos os assistentes.

O austero ministro respondeu seccamente: «Sim, Senhor, sou mordomo-mór; sou tudo que V. M. quizer que eu seja.»

No dia seguinte, o digno paulista declarou francamente ao imperador que este havia procedido incorrectamente, prevalecendo-se de um momento de alegria para surprehendel-o deante de muitas pessoas e extorquir-lhe um sim, que aliás nunca lhe daria. Seguiu-se uma questão de razões de parte á

---

patente que o immortal patriarcha de nossa independencia nunca acceitou distincção alguma honorifica, nem titulo algum de nobreza que lhe substituisse o glorioso nome.

Quiz ser e foi unicamente *José Bonifacio.*

parte, sendo necessario todo esforço de D. Pedro para que José Bonifacio não sahisse do ministerio ([1]).

A participação official da independencia do Brazil foi levada á Europa por embaixadas commettidas a Manoel Rodrigues Gameiro Pessôa, visconde de Itabaiana; a Antonio Telles da Silva, marquez de Rezende e Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquez de Barbacena, perante os governos da França, Austria e Inglaterra.

No sentido de cortar todas as relações com os luzitanos, o governo, por decreto de 30 de Dezembro de 1822, concedeu cartas de corso para que fossem apprehendidos todos os navios portuguezes que demandassem os portos do Brazil.

Necessitava D. Pedro tirar do proprio paiz os reforços necessarios para enfrentar a guerra que Portugal lhe faria por todos os meios a seu alcance. Para ampliar o quadro das forças brazileiras concedeu perdão a desertores e a presos prestes a preencher o tempo de sentença; favoreceu a libertação dos escravos para que fossem alistados no serviço do exercito; consentiu no engajamento de extrangeiros; e por estes e outros meios viu-se em breve rodeado de elementos fortes, proprios para fazer com que o acto da independencia fosse respeitado pelos portuguezes.

Voltando aos successos que occorriam na Bahia depois da chegada da esquadra commandada por lord Cochrane — que

(1) ANTONIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND: *Annotações á sua biographia*, pag. 57.

havia sido chamado do Chile para o desempenho da importante incumbencia—repetimos que este almirante, após os successos de 2 de Julho, mandou perseguir a esquadra portugueza, aprisionando-lhe navios, para escarmento dos que ainda nutriam pretenções auctoritarias sobre o Brazil.

O commandante da fragata brazileira *Nictheroy*, João Taylor, depois de apresar pequenos navios á barra do Tejo, tocou em seu regresso em uma das ilhas dos Açôres, onde fez constar que o navio pertencia á Inglaterra e regressava de uma viagem á India; conseguiu das auctoridades mantimentos e armas de que tinha necessidade; depois de receber o que havia pedido, offereceu ao governador da ilha um jantar a bordo, como prova de reconhecimento; mas ao pôr-se ao largo a fragata, mandou hastear a bandeira brazileira e firmal-a com uma salva de 21 tiros.

Recolhidos á Bahia e Pernambuco os navios aprisionados, seguiu o almirante Cochrane em a nau *Pedro I* para o Maranhão, em cujo porto entrou com bandeira portugueza. Por meio d'este ardil effectuou a captura do brigue de guerra *S. Miguel* e conseguiu com facilidade que a praça lhe fosse entregue a 27 de Julho de 1823.

Depois de alguma reluctancia por parte do governador de Piauhy, major João José da Cunha Fidié, reconheceu esta provincia o governo de D. Pedro por meio da capitulação de 31 de Julho.

Por ordem de Cochrane, seguiu no brigue *Maranhão* (ex-*S. Miguel*) para a provincia do Pará o capitão inglez

João Pascoe Greenfell, que, sevindo-se egualmente da bandeira portugueza para illudir os revoltosos, conseguiu, a 11 de Agosto, que a provincia reconhecesse, como auctoridade suprema, o imperador. Fez prender o governador, general José Maria de Moura, e outras auctoridades e as enviou para Portugal em navios mercantes.

Reconhecendo, porém, os portuguezes que haviam sido enganados, resolveram exercer vingança contra o commandante do brigue, e na noite de 21, quando este official se dirigia para bordo, foi traiçoeiramente ferido por um marinheiro do brigue mercante *General Noronha.*

Dias antes, Greenfell mandára formar no largo do Palacio o parque de artilheria e, sem fórma alguma de processo, fuzilar dois sargentos, dois soldados e o porteiro do arsenal de marinha, Custodio. Por intervenção e rogos da junta de governo deixou de ser justiçado horrorosamente o conego Baptista Campos, amarrado já á bocca de uma peça de artilheria.

Foram depois presos 256 revoltosos, e, a pedido da junta, conduzidos para bordo de um pontão, *Diligente*, depois denominado *Palhaço.*

Horrivel, monstruoso o castigo infligido a tantos cidadãos indefesos e expostos á sanha de desenfreada paixão partidaria.

No porão do velho navio, agglomerados em um espaço que media 7 metros de comprimento, por 5 de largura e 3 de altura, foram acommettidos os presos de violentas dores de cabeça e sede abrazadora. Em gritos reclamaram agua e os

guardas lhes deram agua do rio, salgada e turva, lançada em uma grande tina existente no porão: arrojaram-se a ella, bebendo-a, ou de bruços, ou nas mãos ou nos chapéos, amontoando-se desordenadamente e pisando-se no atropello e sofreguidão. Abafados pelo calor, quasi todos puzeram-se nús e agitavam o ar com as roupas e com os chapéos. Uns lançavam-se á tina d'agua; outros, possuidos de vertigens, cahiam desfallecidos. Logo que a agua se tornou immunda, pediram renovação do liquido, e, sendo satisfeitos, travaram desesperada lucta a punhadas, a disputar a preferencia em beber. Parecia que a loucura tinha-se apoderado d'aquelles infelizes: entre pragas e maldições, arrojavam-se uns contra os outros e dilaceravam-se com as unhas, com os dentes, luctando corpo a corpo, ensanguentados e febris, em accessos de raiva. A feroz guarnição do brigue, para aplacar aquella scena horrorosa—só comparavel ás do *Inferno* de Dante—deu uma descarga de fuzilaria para dentro do porão; em seguida, derramou sobre os miseros grande porção de cal, e, para que a barbaridade fosse completa, cobriu a escotilha, ficando o porão hermeticamente fechado. Por espaço de duas horas ouviram-se gritos abafados, gemidos, estertores de agonizantes, brados de misericordia; mas o surdo rumor foi pouco e pouco se extinguindo... Tres horas depois do encerramento, ao escurecer, viu-se que no porão reinava socego, tranquillidade propria de cemiterio. No dia seguinte, ás 7 horas da manhã, corrida a escotilha, verificou-se a existencia de 252 cadaveres e 4 presos sobreviventes, dos quaes 3 morreram

pouco depois e só um poude salvar-se para narrar a pavorosa tragedia que presenceou e de que demos pallido resumo. Era commandante do pontão o 2.° tenente Joaquim Lucio de Araujo [1].

Esta barbara acção, que ennegrece a memoria de Greenfell, faz lembrar o monstruoso procedimento do revolucionario francez Carrier, que, em Nantes, no anno de 1794, encerrava centenas de victimas em barcos preparados com valvulas, que no mar se abriam para que se afogassem os miseros vencidos pelo governo do Terror. Os ferozes demagogos chamavam a esta execravel execução *baptismo republicano*.

Em recompensa dos serviços prestados á causa da independencia do Brazil foi lord Cochrane agraciado, a 3 de Novembro de 1823, com o titulo de marquez do Maranhão.

Pacificado o Norte, convergiram as vistas para o extremo Sul, para a provincia Cisplatina, cujo governador, D. Alvaro da Costa de Souza de Macedo, entrincheirado em Montevidéo com 4.000 homens, resistiu por espaço de dezesete mezes ao sitio que lhe poz o general Lecór, visconde da Laguna, e só capitulou a 18 de Novembro de 1823 e com a *Divisão de Voluntarios Reaes* regressou para Portugal.

Foram essas as ultimas forças portuguezas expellidas do Brazil, para que o novo imperio se constituisse com solidez, argamassado pelo esforço dos nacionaes.

---

(1) Dr. DOMINGOS ANTONIO RAYOL: *Motins politicos ou historia dos principaes acontecimentos politicos do Pará, desde 1821 até 1835.*

Depois de tantas vicissitudes, a formosa banda oriental, que serve de elegantissimo portico de marmore ao Rio da Prata, passou a exclusivo dominio brazileiro, offerecendo ao paiz a mais bella e natural delimitação ao sul e ao mesmo tempo importante emporio de nosso commercio com a Republica Argentina e com o Paraguay.

Era a Cisplatina uma das joias do imperio, não só pela magnifica situação topographica, como pela riqueza do solo, pela originalidade dos costumes, pela suavidade da lingua (hespanhola), pelo bom gosto das edificações—sem paridade alguma com as desgraciosas e tristes construcções luzitanas —e, especialmente, pelo forte espirito de iniciativa que impelle os orientaes á realização de grandes empresas.

Conserval-a e imprimir-lhe o maximo desenvolvimento seria uma gloria para o Brazil.

CAPITULO XXV

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA E CONSTITUINTE. OPPOSIÇÃO. DISSOLUÇÃO. PRISÃO DOS CHEFES OPPOSICIONISTAS. A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR EM PERNAMBUCO. SUPPLICIO DE FREI CANECA E DE RATCLIFF — 1823-1825

CONVOCADA a assembléa geral legislativa e constituinte por decreto de 3 de Junho de 1822, effectuou-se a primeira sessão preparatoria a 17 de Abril de 1823, sob a presidencia do bispo, D. José Joaquim Coutinho da Silva, e só a 3 de Maio seguinte foi ella solemnemente aberta, pronunciando D. Pedro a fala do throno. A opposição na camara era representada por cidadãos de grande influencia politica — Joaquim Gonçalves Ledo (que no exilio havia sido lembrado pelas urnas), Pedro José da Costa Barros, Pedro de Araujo Lima e José da Costa Carvalho.

Precisamos explicar a razão por que incorria D. Pedro na antipathia publica.

Coroado imperador, outra ambição começou a preoccupar-lhe o espirito: a idéa de unir o Brazil a Portugal.

Herdeiro presumptivo da corôa portugueza, reservava-lhe

a sorte a dupla gloria de ser imperador na America e rei na Europa.

O paço imperial achava-se constantemente cheio de portuguezes—militares e civis—desejosos de ver outra vez a nossa patria incorporada á antiga metropole.

Percebendo a surda machinação, que tinha por fim destruir a obra da independencia, José Bonifacio experimentava em seu coração patriota profundissimo desgosto.

Para que mais afflictiva lhe fosse a situação, o imperador mandára vir de S. Paulo uma mulher mundana, Domitilia, conhecida posteriormente pelo titulo de marqueza de Santos.

Tendo succedido a D. Pedro o desastre de cahir de um cavallo, quebrado duas costellas e machucado uma côxa, onde se lhe formou um abcesso, foi Domitilia admittida n'alcova imperial, e desde ahi começou escandalosamente a exercer influencia no paço [1].

Empregou o patriarcha os maiores esforços para cohibir o concubinato indecoroso: só conseguiu ver agrupados em torno da cortezã impudíca maior numero de portuguezes combinados em hostilizal-o.

Para fugir ao contacto da immoralidade, com toda a sua degradante serie de baixezas, José Bonifacio, que prezava a

---

(1) Das illicitas relações de D. Pedro I com Domitilia nasceram tres filhas e um filho. A filha mais velha, Isabel Maria Brazileira, foi legitimada a 4 de Julho de 1826 e n'essa occasião concedeu-lhe o imperador o titulo de duqueza de Goyaz, mercê que ella perdeu ao casar-se com o conde Fischer de Fleuberg. Os demais filhos falleceram na infancia.

D. Pedro como a um filho, declarou-se demittido do cargo de ministro do imperio e extrangeiros a 15 de Julho de 1823; no dia 16 Martim Francisco dispensou-se de ministro da fazenda, e sua irmã, D. Maria Flora de Andrada, das funcções de camareira-mór.

Foram os dois irmãos substituidos por José Joaquim Carneiro de Campos e Manoel Jacintho Nogueira da Gama, os quaes só contribuiram para tornar mais acirrada a opposição.

Logo que os Andradas sahiram do ministerio, surgiram duas gazetas de opposição ao governo: *A Sentinella* e o *Tamoyo*.

Fundado por Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, o *Tamoyo* teve como redactores effectivos Drummond e o desembargador Francisco da França Miranda e como collaboradores os tres Andradas. Mais tarde incorporou-se á folha Antonio José de Paiva Guedes, que D. Pedro havia demittido de redactor do *Diario do Governo* por ter, em artigo de fundo, applicado a José Bonifacio um qualificativo honroso e affirmado que elle havia bem servido a seu paiz.

O *Tamoyo* teve no dia de seu apparecimento duas edições; a primeira, com a seguinte epigraphe acintosa ao monarcha:

Pour qu'on vous obéisse, obéissez aux lois.

Na segunda edição, a epigraphe adoptada para todos os numeros appareceu mais frisante n'estes dois alexandrinos, suggeridos por José Bonifacio:

Tu vois de ces tyrans la fureur despotique ;
Ils pensent que pour eux le ciel fit l'Amérique.

A voz mais poderosa e auctorizada que se levantou n'esse primeiro congresso brazileiro foi a do arrojado paulista Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, já conhecido nas côrtes portuguezas pela fórma energica e brilhante por que defendeu os direitos do Brazil ao elaborar-se a constituição portugueza.

Homem de idéas elevadas e superiores ao meio em que agia, avantajou-se aos demais deputados pelo modo como considerou o pacto fundamental da nação.

Foi elle o relator da commissão incumbida do projecto da constituição. Trabalho revelador de acendrado patriotismo, o projecto reconhecia tres poderes: o judiciario, o legislativo e o executivo. Não admittia o poder moderador — a attribuição suprema concedida ao monarcha, como ultima instancia. Não facultava ao chefe da nação o poder de dissolver a camara: só poderia adial-a ou prorogal-a, em caso de necessidade publica; não lhe era permittido conceder perdão total a seus ministros, a quem só podia perdoar a pena capital; a todos podia conceder perdão, mas não amnistia. Não precisavam de sancção a constituição formulada pela assembléa constituinte, as modificações que soffresse essa lei, nem as deliberações da assembléa geral sobre o resultado do exame do emprego da força armada pelo poder executivo.

A assembléa geral legislativa seria composta de duas camaras: uma vitalicia, o senado, e outra temporaria, a

camara dos deputados, com duração de 4 annos; para a formação do senado, eram eleitos os cidadãos por meio de voto popular: as vagas seriam preenchidas por designação do imperador em listas triplices organizadas pelos deputados. Taes eram, em resumo, as idéas primordiaes sobre que assentava o projecto da constituição brazileira.

N'esse tempo, apresentaram-se no Rio de Janeiro, como emissarios de D. João VI, o conde do Rio Maior, o general Luiz Paulino Pinto da França e o desembargador Francisco José Vieira. Com geral contentamento soube-se que o imperador recusou recebel-os pelo facto de não terem trazido instrucções que reconhecessem a independencia do Brazil: foram forçados a regressar para Portugal, á excepção de Luiz Paulino, que falleceu na capital fluminense.

Continuava na assembléa a lucta dos Andradas contra o governo e tornou-se esta mais violenta quando o deputado Montezuma apresentou moção declarando nulla a concessão do titulo de marquez do Maranhão feita a lord Cochrane, como reconhecimento aos serviços prestados nas provincias do Norte.

O chefe da opposição, o eloquente Antonio Carlos, com a impetuosidade propria de seu temperamento, offereceu a seguinte emenda: «Que se diga ao governo de Sua Magestade que emquanto a assembléa não decretar a existencia de distincções nobiliarias e de titulos, não se dêem mais titulos e distincções.»

Na tribuna e na imprensa era continuamente hostilizado

D. Pedro, sobresahindo d'entre os jornaes *A Sentinella*, que empregava aspereza de linguagem, atacando-o, pela protecção decidida que dispensava a officiaes portuguezes, com preterição de brazileiros.

A tal ponto accenderam-se as rivalidades, que a officialidade portugueza em guarnição na capital para, de vez, pôr termo a taes ataques, organizou uma representação ao imperador para que fossem expulsos do seio da assembléa os tres irmãos Andradas, auctores das censuras.

Como os ministros se não prestassem a commetter tamanha violencia, D. Pedro organizou novo ministerio assim composto: marquez de Paranaguá, Francisco Villela Barbosa, com a pasta do imperio e extrangeiros; marquez de Nazareth, Clemente Ferreira França, com a da justiça; Sebastião Luiz Tinoco da Silva, com a da fazenda; visconde do Rio Comprido, José de Oliveira Barbosa, com a da guerra; e continuando o visconde do Cabo Frio, Luiz da Cunha Moreira, com a da marinha.

Um facto particular deu ganho de causa ao partido luzitano.

Cartas sob a assignatura *Um brazileiro resoluto* foram publicadas na *Sentinella* estigmatizando a protecção dispensada a officiaes portuguezes. Um d'estes, capitão José Joaquim Januario Lapa, melindrado com taes publicações, ao passar pelo largo da Carioca na noite de 5 de Novembro de 1823, defrontando uma pharmacia, lhe foi mostrado o boticario David Pamplona Côrte Real como auctor das cartas aggres-

sivas. O official penetrou na botica e ahi, a bengaladas, feriu a cabeça do indigitado auctor das missivas, o qual protestava não ser o *brazileiro resoluto*, procurado pelo capitão. Consummado o attentado, reconheceu-se, com effeito, a innocencia de David Pamplona e soube-se que o incognito articulista chamava-se Francisco Antonio Soares (1).

Em vez de apresentar queixa ás auctoridades judiciaes, David Pamplona representou contra o facto á assembléa, que tomou conhecimento do delicto, como si elle affectasse a honra nacional, e nos dias 8, 9 e 10 de Novembro discutiu com calor o assumpto, sob manifestações de agrado e de hostilidade por parte das galerias.

A assembléa constituiu-se em sessão permanente e requisitou o comparecimento do ministro do imperio, Villela Barbosa, para explicações.

Este funccionario apresentou-se á assembléa ás 11 horas da manhã do dia 12. Interrogado sobre a representação dos officiaes, deu a seguinte explicação:

« Segundo ouvi a Sua Magestade, foram motivos da representação os insultos feitos aos officiaes em alguns periodicos e especialmente á sua augusta pessoa, chegando até a ser ameaçada a sua existencia physica e politica no *Tamoyo;* pediu-se que sendo redactores d'este os illustres deputados — os Srs. Andradas — fossem expulsos da assembléa, o que Sua Magestade declarou logo inadmissivel. »

---

(1) *Annotações* de Drummond, pag. 137.

Pouco depois da sahida do ministro, o general Manoel José de Moraes entregava á assembléa o decreto pelo qual o imperador dissolvia a representação nacional. Era assim concebido:

«Havendo eu convocado, como tinha o direito de convocar, a assembléa geral constituinte e legislativa, por decreto de 3 de Junho do anno proximo passado, a fim de salvar o Brazil dos perigos que lhe estavam imminentes, e havendo esta assembléa perjurado ao tão solemne juramento que prestou á nação, de defender a integridade do imperio, sua independencia e a minha dynastia: Hei por bem, como imperador e defensor perpetuo do Brazil, dissolver a mesma assembléa, e convocar já uma outra, na fórma das instrucções feitas para convocação d'esta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projecto de constituição que eu lhe hei de em breve apresentar e que será duplicadamente mais liberal do que a que a extincta assembléa acabou de fazer. Os meus ministros e secretarios de estado de todas as differentes repartições o tenham assim entendido e façam executar, a bem da salvação do imperio. Paço, 12 de Novembro de 1823, segundo da independencia e do imperio. PEDRO I.»

Na mesma occasião foram presos José Bonifacio, que se achava em sua residencia, Martim Francisco, Antonio Carlos, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, José Joaquim da Rocha e Francisco Gê Acayaba de Montezuma.

Ao sahir da assembléa, preso e acompanhado de soldados, Antonio Carlos olhou para uma peça de artilheria apontada

para a porta, e, tirando o chapéo, disse-lhe: «Respeito muito o teu poder!»

Declarou-se officialmente que os canhões alli se achavam postados para garantir os deputados contra aggressões do povo . . .

Os presos foram levados para o arsenal de marinha e ahi vaiados com assobios e gritos de *Viva o imperador e abaixo os anarchistas!* sem que a escolta puzesse côbro á vozeria da garotagem.

O sabio José Bonifacio, calmo, deante do alarido enorme, teve uma phrase de espirito: «Hoje é o dia dos moleques.»

Dirigiu-se depois ao general Moraes e proferiu estas palavras: «Diga ao imperador que me sinto com o coração maguado, não por mim, que estou velho, e, morrer hoje fuzilado ou amanhã de qualquer molestia, é para mim cousa indifferente; mas é por seus filhos innocentes que eu choro hoje; que trate de salvar a corôa para elles, porque para si está perdida; o imperador mesmo lavrou a sentença, e já não póde subtrahir-se a seus effeitos, porque si o castigo de Deus é tardio, esse castigo nunca falta (1).»

---

(1) No exilio, José Bonifacio vingava-se de seus perseguidores escrevendo cartas em estylo mordente e versos satyricos. Chegou a compor um poema humoristico, *Sonho*, a que pertencem estes versos:

> No mesmo dia em que se dissolvêra,
> Com autômatos azues postos em fila,
> A assembléa geral inepta e fraca,
> Eu vi sobre um andor, que fatigava
> Becas e fardas e os toutiços gordos

Do arsenal passaram os presos para o pavimento subterraneo da fortaleza da Lage; quatro dias depois era José Bonifacio mudado para a fortaleza de Santa Cruz. No dia 24 de Novembro de 1823 foram os presos transportados para bordo de uma velha charrúa, de nome *Luconia*, que os levou exilados para a França.

Para elaborar outra constituição, foi nomeada uma commissão sob o titulo de Conselho d'Estado, que promptificou o trabalho com a necessaria rapidez.

A 25 de Março de 1824, o imperador, a imperatriz, ministerio, bispo e camara municipal prestaram publica e solemnemente juramento de fidelidade á nova constituição.

Dissolvida a assembléa geral por um acto despotico de D. Pedro I, exaltaram-se os animos dos patriotas, e rebentou uma revolução em Pernambuco, instigada por Cypriano José Barata de Almeida, frei Caneca, João Soares Lisboa (ex-redactor do *Correio do Rio*), Francisco de Souza Rangel, José Gomes do Rego (*Casumbá*) e outros espiritos adeantados e insubmissos a humilhações.

Manoel de Carvalho Paes de Andrade, eleito presidente de uma junta governativa, recusou dar posse a Francisco

---

De parvos fradalhões, o Despotismo
Carregado de faixas e veneras
E das ventas fumando orgulho e sanha,
Para fazer alarde ás Domitilias
E ás fendingas réles. . .

Paes Barreto ([1]), depois marquez do Recife, nomeado presidente da provincia, e proclamou a *Confederação do Equador* a 2 de Julho de 1824.

A Confederação abrangia as provincias da Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, e pretendeu alliciar tambem o Pará.

Os seguintes trechos do *Manifesto* de Manoel de Carvalho darão idéa do protesto dos pernambucanos contra a prepotencia do imperador:

«Reuniu-se a soberana assembléa, e quando nos parecia que haviamos entrado no goso de nossos inauferiveis direitos, e apenas tinha ella dado principio á organização de nosso pacto social, vimos que o imperador, postergando os mais solemnes juramentos e os mesmos principios que lhe deram nascimento politico, auctoridade e força, insultou calumniosamente o respeitavel corpo que representava a nova soberania, e desembainhando a homicida espada, de um golpe fez em pedaços aquelle soberano corpo e dilacerou seus membros.

«Não é preciso, brazileiros, n'este momento fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do imperador, nem das desgraças que acarretámos sobre nossas cabeças por havermos escolhido, enganados, ou preoccupados, tal systema de governo e tal chefe do poder executivo. Vós todos e todo o mundo que os tem observado, os conhecem e enumeram; porém, comquanto estivessem prevenidos na espectativa de males,

---

(1) Vulgarmente conhecido por *morgado do Cabo*.

nunca a ninguem podia passar pela idéa, talvez nem como possibilidade, que o imperador havia de trahir-nos e abandonar-nos ao capricho de nossos sangrentos e implacaveis inimigos luzitanos . . . »

A provincia da Parahyba sentiu-se egualmente revoltada contra o acto dictatorial de D. Pedro e tomou armas contra o governo de Philippe Nery Ferreira, representante da facção européa, e filiado ao plano de absolutismo que se pretendia implantar em nossa patria.

Impotente para debellar a rebellião e suppondo proposito de D. Pedro a repulsão dos portuguezes adversos á causa do Brazil, Philippe Nery renunciou o cargo de presidente da provincia.

Por parte dos revolucionarios havia sido nomeado presidente temporario o sargento-mór Felix Antonio Ferreira de Albuquerque.

A Philippe Nery devia succeder o conselheiro Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, porém não chegou a assumir o cargo pela opposição que lhe moveu o cidadão Alexandre Francisco de Seixas Machado, que se empossára da presidencia.

Energicas providencias postas em acção em Agosto de 1824 pelo governo imperial conseguiram dispersar os grupos revolucionarios da Parahyba.

Submettido a processo por haver abandonado o governo, Philippe Nery justificou-se e obteve plena absolvição por accordão da relação de 13 de Janeiro de 1825.

O Rio Grande do Norte acompanhou Pernambuco em suas idéas separatistas.

Em Março de 1824 enviou Manoel de Carvalho um emissario, Januario Alexandrino, adjunto de cirurgia de um dos batalhões pernambucanos, á cidade de Natal com a incumbencia de levantar o espirito publico, por meio do Manifesto impresso.

Seguira Januario na escuna de guerra *Maria Zeferina:* chegado ao ponto de seu destino, foi intimado pelo vice-presidente Manoel Teixeira Barbosa a deixar o porto da capital.

Succedeu, porém, que fosse nomeado presidente da provincia o sexagenario Thomaz de Araujo Pereira, enfermo, quasi cego, e incapaz de conter a provincia nos limites da legalidade.

Sem saber que providencias devêra tomar na difficil conjunctura, Thomaz Pereira negava-se a remetter tropas para combater a rebellião da Parahyba e inconscientemente fornecia elemento armado ao presidente d'aquella provincia, Felix de Albuquerque.

Só depois de estabelecido forte bloqueio no porto e de haver recebido contingente de tropas imperiaes, realizou-se a pacificação do Rio Grande do Norte.

Na Fortaleza, capital do Ceará, reuniu-se, a 26 de Agosto de 1824, no palacio do governo, enorme multidão de cidadãos graduados, e sob a presidencia de Tristão Gonçalves

d'Alencar Araripe, celebrou-se sessão extraordinaria e grande conselho provincial.

Pelo presidente revolucionario foi dito:

«Que á vista dos perjurios de D. Pedro, principe de Portugal (chamado imperador do Brazil), estava rôto nosso pacto social, tantas vezes assegurado por elle e outras tantas violado publicamente á face das nações, em affronta d'aquelles mesmos povos, dos quaes elle de motu-proprio havia tomado o titulo de defensor perpetuo ([1]), não lhes tendo sido até agora senão um oppressor encarniçado, não respeitando os fóros de liberdade do Brazil, quando despoticamente e á força de armas, aboliu a assembléa geral constituinte da nação inteira, prendendo, degradando, ainda para reinos extrangeiros, e despedindo com ignominia os seus representantes, arrogando a si o direito absoluto de legislar e constituir por si, como se viu do infame projecto de constituição, que não só deu, mas tambem mandou arbitrariamente jurar por todas as camaras das provincias do Brazil, reputando-nos escravos ou propriedade sua, contra suas promessas e juramentos;

«Que além de todos estes motivos do mais descarado despotismo, accresciam mil traições visivelmente apparecidas nos seus decretos, alvarás, avisos, manifestos e proclamações,

---

(1) E' inexacta esta asserção. D. Pedro não tomou de motu-proprio o titulo de defensor perpetuo. Esta honrosa designação foi-lhe dada por acclamação popular, como se acha explicado á pag. 109 d'este tomo, nota n. 2.

com que pretendia sujeitar-nos novamente ao dominio portuguez, não cumprindo assim com as condições essenciaes, pelas quaes havia subido ao throno;

«Attentas, pois, tantas circumstancias de justos resentimentos dos povos, a patria estava no maior perigo, e era necessario salval-a do captiveiro, apezar de todos os sacrificios de seus filhos; pelo que, o conselho deliberasse, lançando mão dos meios mais promptos e energicos e mais plausiveis da sua segurança.»

E, em seguida, leu um plano de nova fórma de governo, constante de doze artigos, leitura feita sob vivas manifestações de applausos.

Approvado o plano, propoz o presidente que o popular congresso elegesse presidente e secretario para as suas sessões; foram eleitos: presidente, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e secretario, padre Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó.

De palacio, seguiu o presidente, acompanhado do commandante das armas e compacta multidão, para os quarteis da 1.ª linha: ahi encontraram o senado da camara, com o novo estandarte da liberdade, egual ao arvorado pelo presidente do congresso; a immensa massa popular encaminhou-se para a egreja. Benzeram-se as bandeiras, uma das quaes foi depois entregue pelo commandante das armas á tropa reunida. Sobre estes acontecimentos pregou sermão congratulatorio, em phrases repassadas de patriotismo, o vigario da villa de Arronches.

O juramento que todos prestaram á Confederação do Equador foi concebido n'estes termos: «Juro aos Santos Evangelhos dar a ultima gotta de sangue para manter e ser fiel á Confederação do Equador, que é a união das quatro provincias ao norte do cabo de Santo Agostinho, e das demais que para o futuro se forem unindo, debaixo do governo que estabelecer a assembléa constituinte. Juro fazer crúa guerra ao despotismo imperial, que pretende usurpar nossos direitos, escravizar-nos e obrigar-nos a fazer união do Brazil com Portugal, a qual jámais admittiremos, por nenhum titulo que seja. Juro, emfim, fazer guerra eterna a todo o despotismo que se oppuzer á liberdade de nossa patria, e egualmente juro obediencia ao governo supremo salvador. Assim Deus me ajude.»

A 28 do mesmo mez procedeu-se á eleição dos deputados á nova constituinte. Antes da votação, proferiram eloquentes e patrioticos discursos frei Alexandre da Purificação e o reverendo Estevão da Porciuncula Pereira.

Apurados os votos, foram eleitos deputados: padre José Martiniano de Alencar, vigario Manoel Pacheco Pimentel, Luiz Pedro de Mello e Cesar, padre José da Costa Barros Jaguaribe, tenente-coronel Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Mariano Gomes da Silva, vigario Antonio José Moreira, tenente-coronel João da Costa Alecrim; e supplentes: padre Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães, major José Francisco Gouvêa Ferraz, capitão José Ferreira Lima Sucupira, tenente-coronel Francisco Alves Pontes, reverendo Joa-

quim de Paula Galvão, vigario Francisco Antonio da Cunha Pereira, vigario Francisco Gomes Parente, ouvidor interino Miguel Antonio da Rocha Lima.

Punham-se em movimento as tropas, com o fim de unir-se ás de Pernambuco e da Parahyba, quando ao presidente Tristão Araripe foram levadas noticias do Aracaty de que o seu companheiro de idéa, Luiz Rodrigues Chaves, se havia bandeado para as forças imperiaes e operava uma contra-revolução em Mossoró.

Immediatamente passou o presidente o governo ao conselheiro José Felix de Azevedo e Sá e marchou ao encontro do traidor, a quem derrotou, fazendo-o evacuar Aracaty; em seguida, dirigiu-se ao Crato, para juntar-se ás forças do commandante das armas José Pereira Filgueiras; no caminho, porém, foi encontrado, a 31 de Outubro, pouco adeante da villa das Russas, com forças legaes chefiadas pelo commandante geral das fronteiras, Manoel Antonio de Amorim. Ahi, abandonado pelo commandante de artilheria, Antonio Roberto Borges da Fonseca, viu o denodado presidente debandar-se a tropa republicana, ao soffrer destroço no logar chamado *Santa Rosa*. Sem elementos de defesa, Tristão Araripe achou-se na emergencia de retirar-se, atravessando o rio Jaguaribe, porém foi alcançado e barbaramente morto.

Chronista contemporaneo dos factos e citado por Antonio Pereira Pinto consagra a este mallogrado republicano justo elogio:

«Os padecimentos de Tristão Gonçalves e de sua familia

em 1817, a firmeza e resignação com que supportou, já nas prisões do Ceará, já nas da Bahia, os rigores do despotismo real, a dedicação com que trabalhou em prol da independencia nacional, sendo o principal promotor e director da expedição do Piauhy e Maranhão, mostrando n'ella caracter decidido, resolução prompta e perseverante, tinham-lhe grangeado na provincia geral estimação, que elle por suas maneiras lhanas e cavalheirosas augmentava no animo d'aquelles com quem tratava. Nascido no Crato, não tivera superior instrucção scientifica, applicando-se cedo á agricultura; mas na cadeia da Bahia, onde o conselheiro Antonio Carlos estabelecêra uma especie de lyceu para o estudo de humanidades, elle se applicára a uma leitura proveitosa, com que em breve enriqueceu o seu espirito. Era humano e generoso, e a sua moralidade, sem mancha alguma, jámais foi arguida, mesmo no furor dos odios politicos [1]. »

Desejára Manoel de Carvalho unir a provincia do Pará á Confederação do Equador, generalizando, em todo o norte do paiz, a idéa da republica, unica acceitavel e capaz de derrocar o absolutismo do filho de D. João VI.

Em Abril de 1824 mandou a Belém a escuna *Camarão*, commandada por José Caetano de Mendonça, com emissarios incumbidos de distribuir o Manifesto e fazer populares concitações á revolta. Distinguiam-se entre os exaltados, José

---

(1) *Rev. do Inst.*, tom. XXIX, 2ª part., pag. 118.

Baptista da Silva (o *Camecran*) e Marcos Antonio Rodrigues da Silva (o *Paiquicê*).

Chegados ao Pará, os revolucionarios prenderam, a 27 de Abril, os membros da junta governativa, coronel Geraldo José de Abreu e arcediago Romualdo Antonio de Seixas (mais tarde arcebispo da Bahia e marquez de Santa Cruz); instituiram um governo provisorio e destinavam o dia 1.° de Maio para ser alli proclamada a Confederação do Equador, quando a chegada do novo presidente da provincia, coronel José de Araujo Roso, mudou a face dos acontecimentos, restabelecendo o governo legal.

Voltando aos successos occorridos em Pernambuco, devemos, d'entre as peripecias do grande drama da revolução, mencionar os principaes encontros.

Ás forças revolucionarias reuniu-se no *Poço Comprido* um contingente parahybano, sob o commando do capitão João da França Camara: ahi effectuou-se grande conselho em que tomaram parte o presidente faccioso da Parahyba, governador das armas José Victoriano Delgado de Borba e Albuquerque e muitos cidadãos respeitaveis: foi deliberado que nenhuma capitulação se acceitasse, proposta pelo coronel Francisco de Lima e Silva senão sob as clausulas de retirar-se do Recife com suas forças; installar-se a assembléa constituinte em um ponto central do Brazil, fóra da influencia das tropas do Rio de Janeiro; não se respeitar outra constituição que não fosse elaborada pela referida assembléa.

Com taes intuitos, tiveram as tropas a denominação de *Divisão Constitucional da Confederação do Equador.*

Empenhada a lucta, deu-se mortifero encontro no sitio chamado *Couro d'Anta*, morrendo em combate o energico patriota João Soares Lisboa, que antes de expirar concitou seus correligionarios a que proseguissem com denodo em fazer triumphar a causa da honra e da liberdade brazileira.

Do sitio passaram á povoação do *Agreste*, onde se deu outro sanguinolento combate; d'ahi seguiu a divisão para *Lavras;* n'esse ponto começou ella infelizmente a enfraquecer, pelo desanimo, falta de recursos e deserções.

No *Engenho do Juiz*, fazenda dos frades benedictinos de Olinda, preparava-se a divisão commandada por José Gomes do Rego para ir á *Missão Velha*, com direcção ao Crato, quando, ás 4 horas da tarde de 28 de Novembro, foram os revolucionarios surprehendidos pela retaguarda por numerosas forças imperiaes. Postos immediatamente em linha de combate, iam travar a lucta, embora desegual, quando appareceu por parte dos imperiaes uma bandeira parlamentaria: recebido o emissario, foi lido um officio do major Bento José Lamenha Lins convidando os republicanos a capitular.

Reunidos em conselho os officiaes, acceitaram a proposta.

Effectuada a capitulação, foram immediatamente presos e conduzidos para a villa de Lavras os considerados cabeças da revolução: frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o presidente da Parahyba Felix Antonio, capitão França, major José Maria Ildefonso, frei Antonio Joaquim das Mercês, major

Agostinho Bezerra Cavalcanti de Souza, padre Ignacio Bento de Avila, major Joaquim José Alves, Francisco de Souza Rangel, capitães Antonio do Monte e Oliveira e Lazaro de Souza Fontes, tenente José Gonçalves, frei João de Santa Miquelina. De Lavras seguiram para o Recife, onde chegaram a 17 de Dezembro de 1824.

Suffocada a Confederação do Equador, pela capitulação do Engenho do Juiz, constituiu-se uma commissão militar para julgar os réos, composta do coronel Francisco de Lima e Silva, presidente; Thomaz Xavier Garcia de Almeida, juiz relator; coronel de engenheiros Salvador José Maciel, tenente-coronel de caçadores Francisco Vicente Souto e coronel do mesmo batalhão Manoel Antonio Leitão Bandeira como vogaes, e o conde de Escragnolle como interrogante.

D'entre os cidadãos que soffreram o supplicio, salientava-se pelas suas funcções, pelo seu patriotismo e pelos seus talentos de orador e de publicista, frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Este herőe pernambucano nasceu no Recife em Julho de 1779. Tomou parte activa na revolução de Pernambuco de 1817, exercendo o cargo de conselheiro do governo republicano. Preso n'essa occasião, foi obrigado pelo governo a percorrer as principaes ruas de sua terra natal, descalço, de cabeça descoberta e de corrente de ferro ao pescoço.

Remettido para a cadeia da Bahia, n'ella permaneceu por espaço de quatro annos: ahi compoz um compendio de grammatica portugueza. Em attenção á sua capacidade

intellectual, foi-lhe concedido perdão. Logo que sahiu da cadeia, regressou a Pernambuco, a envolver-se na politica, sua paixão dominante.

O crime de frei Caneca na revolução de 1824 era servir-se da imprensa e do pulpito para instigar os patriotas contra a nova constituição imposta por D. Pedro e prégar a excellencia da republica sobre a oppressão ferrea da monarchia [1].

Logo que teve conhecimento da pena de morte, escreveu da prisão á mulher que lhe fôra companheira na existencia e que d'elle tivera tres filhos, a seguinte copla, conhecida popularmente sob o titulo de *Hymno de frei Caneca:*

Entre Marilia e a Patria
Colloquei meu coração,
A Patria roubou-me a vida;
Marilia que chore em vão.

Marilia, dá a teus filhos,
Por minha propria, a benção,
Morram como eu pela Patria;
Marilia que chore em vão.

Apenas forem crescendo,
Cresçam com as armas na mão,
Saibam morrer como eu morro;
Marilia que chore em vão.

---

(1) Frei Caneca advogava a causa da republica no periodico *Typhis Pernambucano*, gazeta politica. Escreveu tambem *Dissertação sobre o que se deve entender por patria do cidadão; Cartas de Pythias a seu amigo Damão; o Caçador atirando á arara pernambucana* e um *Itinerario*, descriptivo da marcha das forças republicanas desde Pernambuco ao Ceará.

Defender os patrios lares
É dever do cidadão,
Quando exhalem pela Patria,
Marilia que chore em vão.

Para defender a Patria,
O menino homem se faz;
Eu dando a vida por ella,
Morrendo não peno mais.

De que me serve viver
Entre suspiros e ais?
Si vivo, vivo penando,
Morrendo não peno mais.

Inda que eu queira, não posso
Existir entre os mortaes;
A morte serve de allivio,
Morrendo não peno mais.

Ó morte, porque não vens
Findar meus dias fataes?
Si vivo, vivo penando,
Morrendo não peno mais.

A sentença que o condemnou á pena ultima lhe foi lida a 10 de Janeiro de 1825. Conduzido ao oratorio, dirigiu uma eloquente pratica ás pessoas que o ouviam commovidas, perseverando sempre em suas idéas democraticas.

Pediu que o acompanhasse na agonia o seu prelado, provincial da ordem dos carmelitas, padre-mestre frei Carlos de S. José, com o qual fez confissão geral e commungou no dia 12.

Todo o clero pernambucano, compadecido da sorte de

frei Caneca, juntou-se ao cabido e incorporado, de cruz alçada, dirigiu-se ao palacio, a supplicar ao coronel Francisco de Lima e Silva sustivesse a execução da sentença, até que viesse resposta da petição de graça que o mesmo cabido ia dirigir ao imperador; porém os religiosos intercessores foram desattendidos e ameaçados de cadeia, como cumplices da rebellião.

Designado carrasco o pardo preso Agostinho Vieira, recusou terminantemente ser o executor da sentença. Castigado com açoites por sua desobediencia, persistiu em não servir de algoz.

Foram, em seguida, chamados dois negros, tambem presos, para servirem de executores: egualmente recusaram cumprir a lei. Não houve remedio senão fuzilar o réo, e, para isso, o penduraram á haste horisontal da forca.

Antes de lhe ser enrolada ao pescoço a corda, o martyr pernambucano, tão grande como Tiradentes, quiz fazer aos soldados uma predica, explicando-lhes qual a natureza de seu crime; frei Carlos de S. José pediu-lhe que se calasse; o frade obedeceu e recebeu a descarga, serenamente, como aquelles christãos que no tempo de Nero eram, em amphitheatro, martyrizados por animaes ferozes.

Deu-se este acontecimento ás 9 horas da manhã do dia 13 de Janeiro de 1825.

Tão revoltante manifestou-se o crime imperial, que nenhum juiz togado quiz, como era de uso, comparecer á morte do illustrado frade.

É do teor seguinte a certidão passada sobre o luctuoso acontecimento:

«Certifico que o réo frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi conduzido ao logar da forca das Cinco Pontas e ahi, pelas nove horas da manhã, padeceu morte natural, em cumprimento da sentença da commissão militar que o julgou, depois de ser desautorado das ordens da egreja do Terço, na fórma dos sagrados cánones; sendo atado a uma das hastes da referida forca, foi fuzilado, á ordem do exmo. sr. general e mais membros da dita commissão, visto não poder ser enforcado pela desobediencia dos carrascos; do que tudo dou fé, sendo este acto presidido pelo vereador mais velho do senado d'esta cidade, dr. Antonio José Alves Ferreira, arvorado em juiz de fóra. Recife de Pernambuco, em 13 de Janeiro de 1825. O escrivão do crime da relação, *Miguel Archanjo Pôsthumo do Nascimento.*

Soffreu tambem o supplicio da forca o prestigioso major Agostinho Bezerra Cavalcanti de Souza, homem de côr preta, dotado de nobres sentimentos e de acrisolado amor á patria. Foi um dos implicados no movimento revolucionario de 1817.

Este digno brazileiro por muitas vezes obstára o desenvolvimento de motins no Recife, promovidos pela plebe contra inoffensivos extrangeiros.

Logo que se soube que elle tinha sido condemnado á morte, subiram representações ao governo provincial, pedindo commutação da pena; baldados, porém, foram todos os esforços para salval-o: subiu ao patibulo no dia 21 de Março,

assistido por frei Carlos de S. José. Antes de morrer declarou á multidão, com voz forte, que seu crime fôra desejar o governo do povo pelo povo e votar adoração á liberdade.

Indignado por se effectuar este supplicio quando a egreja celebrava os actos da semana santa, o revolucionario frei Antonio Joaquim das Mercês escreveu, como protesto, este energico soneto:

Tenebroso amanhece o fatal dia
Que *vinte e um de Março* se contava,
Quando a paixão de Christo se chorava,
Quando o povo christão mais se affligia;

N'um tempo de perdões, oh! sorte impía!
Tempo que a religião santificava
E que o rei mais cruel só costumava
Da morte perdoar quem delinquia:

Ao contrario o tyranno, alçando o braço
Sacrilego, raivoso, encarniçado,
Aperta ao collo de Agostinho o laço!

Que é da clemencia d'este bruto irado?
E inda chamam christão um tal devasso,
Que de sangue enluctou templo sagrado! (1)

Foram tambem enforcados Lazaro de Souza Fontes, a 20 de Janeiro; Antonio Macario de Moraes, a 3 de Fevereiro; Francisco Antonio Fragoso, capitães Antonio do Monte e Oliveira, Nicolau Martins Pereira e o norte-americano James Heide Rodgers, a 12 de Abril de 1825.

---

(1) Major CODECEIRA: *A idéa republicana no Brazil*, obra citada pelo general Bezerra Cavalcanti em seu *Calendario Perpetuo*, pag. 32.

Nicolau Martins Pereira merece menção especial, por serviços relevantes prestados á patria.

Nasceu este revolucionario na provincia da Parahyba a 31 de Maio de 1800; no anno de 1817 assentou praça no regimento de primeira linha de Pernambuco. Transferido para o Rio de Janeiro, matriculou-se na escola militar, cujas aulas cursou até ao terceiro anno. Teve occasião de se distinguir no motim promovido pelo general portuguez Jorge de Avilez. Reunidos na praça da Constituição povo e tropa brazileira, sentia-se falta de munições, quando o joven Nicolau Martins offereceu-se a ir buscal-as ao arsenal de guerra. Para illudir a vigilancia dos luzitanos, disfarçou-se em soldado preso, ao serviço do mesmo arsenal, e d'ahi, de combinação com o director, conduzia dentro de uma pipa, que simulava conter agua, armamento e petrechos necessarios para supprir a tropa.

Na guerra que a Bahia travou contra o general Madeira, Nicolau Martins poz á prova o seu valor em muitos combates e fez parte do Exercito Libertador, que victoriosamente penetrou na capital bahiana a 2 de Julho de 1823. Promovido a capitão por actos de bravura, regressou a Pernambuco a assumir o commando da fortaleza do Brum. Quando as forças imperiaes penetraram no Recife e que soldados exaltados tencionavam perpetrar depredações no bairro commercial, o brioso official conseguiu contel-os e chamal-os á ordem. Livrou da morte ao tenente da legalidade João Maria de

Sampaio, que já se achava com os olhos vendados para ser fuzilado.

Por todos estes honrosos precedentes, grande numero de cidadãos conceituados intercederam pelo revolucionario, apresentando como attenuante o exaltado amor que elle consagrava á patria. O proprio coronel Lima e Silva prestou favoravel informação á petição de graça enviada a D. Pedro. Quando chegou do Rio de Janeiro o vapor que conduzia o indeferimento da supplica, achava-se o capitão Nicolau em casa de sua familia, pois lhe havia sido concedida licença de conviver entre os seus. Propalada a recusa do perdão, o official que o guardava correu apressadamente á residencia do joven patriota, temendo que este se occultasse ou fugisse. Nicolau Martins tranquillizou-o, dizendo-lhe que havia sahido da prisão sob palavra de honra de para alli voltar e o seu compromisso era sagrado. Despediu-se da familia e dos amigos, tornou para o carcere e pouco depois a justiça de D. Pedro I contava mais um martyr.

Para castigar os revolucionarios do Ceará, foi creada, por decreto de 5 de Outubro de 1824, a commissão militar que teve como presidente o coronel Conrado Jacob de Niemeyer, relator o ouvidor Manoel Pedro de Moraes Meyer, vogaes o major José Gervasio de Queiroz Carreira e os capitães Luiz Maria Cabral do Teive, João Sabino Monteiro e João Bloem: installou-se no paço da camara municipal da Fortaleza a 22 de Abril de 1825.

Foram condemnados á morte e executados o padre Gon–

çalo Ignacio de Albuquerque Maranhão Loyola Mororó, secretario do governo revolucionario, coronel João de Andrade Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, major Luiz Ignacio de Azevedo (*Bolão*) e Feliciano José da Silva Carapinima, secretario militar do governador das armas Filgueiras.

O illustre padre Gonçalo Mororó, homem de talento e profundamente republicano, recebeu a morte com o maior sangue frio, cantando em voz alta a oração e o memento consagrado aos mortos [1].

Outro revolucionario distincto, João Guilherme Ratcliff, assumiu papel preponderante por sua aversão á tyrannia, por seus grandes dotes intellectuaes e pelo alcance de seus conhecimentos.

Ratcliff era portuguez de nascimento e de origem polaca. Nascera no Porto, a 8 de Setembro de 1783. Havia um anno apenas que se achava no Brazil. Homem de idéas liberaes, sentia prazer em ser um dos directores da corrente revolucionaria. Alto, reforçado, faces incendidas de calor, cabellos louros e olhos azues, e, além dos bellos predicados physicos, illustrado, conhecedor de varias linguas, tendo já feito viagens á Asia, era elle um forte, um sympathico instigador das massas.

Expliquemos em que occasião viéra elle para o Brazil.

Quando, por occasião da revolução promovida pelo

---

(1) O coronel Pessoa Anta e o padre Mororó foram fuzilados a 30 de Abril e Carapinima a 28 de Maio de 1825.

principe D. Miguel para apossar-se do throno portuguez, D. João VI fez sua entrada em Lisboa como rei absoluto; quando, para recebel-o, foi o povo ao seu encontro a muitas leguas de distancia da capital, e desatrelou-lhe o carro, disputando todos a honra insigne de puxal-o até á cidade, renovando as postas para que maior numero de portuguezes gosasse tamanha ventura; quando se cunharam commemorativas medalhas de ouro e de prata representando a effigie do tyranno, e metade de Lisboa sentiu-se orgulhosa com semelhante condecoração—que o motejo dos sensatos appellidou *Ordem da Poeira*, por ter sido conquistada em um calido e poeirento dia de Junho (1); quando a liberdade, envergonhada, foragida, asylada em peitos patriotas, ia pedir garantias a navios extrangeiros, ou procurava novo campo de acção na America, o illustre Ratcliff, ameaçado de prisão pela franqueza de suas opiniões altivamente expostas, viu-se compellido a abandonar o lar precipitadamente e emigrar para o Brazil.

Conhecendo as tradições democraticas de Pernambuco, escolhera-o para ponto de exilio e grande scenario apropriado ao desenvolvimento de suas idéas.

No interesse de attrahir Alagoas á causa revolucionaria, Manoel de Carvalho incumbira a Ratcliff a tarefa de revolucionar aquella provincia por meio de concitações verbaes.

---

(1) AUGUSTO BUCHOT: *Historia de Portugal e suas colonias*, trad. de F. F. da Silva Vieira (Bahia, 1884), pag. 445.

Embarcou este patriota no caracter de 2.° commandante do brigue *Constituição ou Morte*, sendo o 1.° o maltez João Metrowich, e fazendo-se acompanhar pela escuna *Maria da Gloria*, commandada pelo pernambucano Joaquim da Silva Loureiro, dirigiu-se, a 17 de Julho de 1824, a Tamandaré, onde este segundo navio desembarcou trinta contos de reis em quinze caixões, quantia entregue ás tropas revolucionadas.

De Tamandaré dirigiram-se os navios para a Barra Grande (provincia de Alagoas), a fim de bloqueal-a, impedindo a passagem de mantimentos ás tropas imperiaes. No Porto das Pedras aprisionaram e saquearam o brigue *Bomfim* (ou *Bandurra*) e varias sumacas carregadas de farinha e de outros generos alimenticios. N'isso occupavam-se quando foram surprehendidos com a chegada de dois fortes navios imperiaes, corveta *Maria da Gloria*, commandada pelo capitão de fragata Theodoro de Beaurepaire, e brigue *Guarany*.

Para evitar a entrega, Ratcliff mandou que se lançasse fogo ao paiol da polvora da embarcação que commandava; esta ordem, porém, não foi obedecida pela tripulação, composta de portuguezes retirados de carceres.

Ao entrar preso pelo portaló da corveta, Ratcliff exclamou com firmeza de animo:

«Sei que vou morrer; porém Pernambuco ha de florescer um dia!»

Os tres commandantes foram remettidos para o Rio de Janeiro e ahi submettidos a processo ([1]).

Recolhido com seus companheiros á fortaleza de Santa Cruz, Ratcliff, emquanto aguardava a fatal decisão, preoccupou-se, como distracção de seu alto espirito, em escrever notas de summa importancia á margem da obra *Principes éternels de politique constitutionelle ou Manuel des peuples et des rois*, por A. T. Desquiron de Saint-Agnan.

Essas annotações, que revelam fundo criterio philosophico e vasta erudição, foram lançadas «para doutrinação moral de seus filhos, visto não ter tempo para escrever uma obra destinada a esse fim ([2]).»

Como documentos intimos, destinados a reconstruir e retratar fielmente a feição moral d'este illustre portuguez revolucionario, apresentamos duas notas, que traduzimos do francez em que foram escriptas:

«João Guilherme Ratcliff Junior nasceu a 31 de Janeiro de 1822. Ignoro o sexo e a edade do outro, que não tinha ainda nascido, quando fui forçado a me separar d'elle e talvez para sempre! Digo-o com a mais profunda dôr: si me fosse dada a ventura de me reunir a meus filhos, bons, sensiveis,

---

(1) No folheto in-32, sob os titulos *Martyres da Liberdade — João Guilherme Ratcliff* (Rio de Janeiro, 1889) por Esquiros, pseudonymo do infatigavel investigador historico e geographico, dr. Alfredo Moreira Pinto, encontra-se o processo de Ratcliff e de seus dois companheiros de infortunio.

(2) Conselheiro Tristão de Alencar Araripe: *Notas de João Guilherme Ratcliff* (*Rev. do Inst. Hist.*, tom. LX, 2.a part., pag. 235).

virtuosos, oh! depois da liberdade de minha patria, seria esse o voto mais ardente de meu coração! Mas, distante d'elles 1.490 leguas, sem noticia alguma de sua sorte e de sua mãe, desde o dia 18 de Novembro de 1823, isto é, desde quasi um anno, que me vi obrigado pela mais ferrenha tyrannia a abandonal-os, sem meio algum de subsistencia; quando eu proprio estou encerrado em uma fortaleza, como preso de estado, á disposição de um despota joven e vingativo, poderei acaso consolar-me com a idéa de que esse voto possa realizar-se um dia? Não o espero. Porém minha alma não succumbe! Não, não, ella nunca succumbirá! Quando eu cahir, victima do despotismo e da tyrannia, ao descer á sepultura levarei aos mortos a consoladora esperança de que minhas cinzas hão de ser vingadas!

«Santa Cruz, 30 de Outubro de 1824. *João Guilherme Ratcliff.* Data de meu nascimento: 8 de Setembro de 1783.»

—

«Os homens probos e esclarecidos, que honram sua patria, illustrando-a, e que, tendo consciencia de seus direitos e dos deveres do governo, podem mostrar ao povo as machinações de seus oppressores, são diffamados perante elle, até do pulpito, como conspiradores e impios, com o fim de que se tornem odiosos e se possa exercer contra elles, impunemente, as mais horriveis perseguições. Ó Portugal! ó minha patria! Tu apresentas uma cruel e terrivel prova d'este systema infernal de iniquidade e de tyrannia! Teus melhores filhos, aquelles que só aspiram a doce satisfação de te verem

florescer e prosperar, erram aqui e além, em sólo extrangeiro, longe de ti, longe de suas lacrimosas familias sujeitas á miseria, longe de seus amigos e de todos os objectos emfim que lhes são caros; cercados de privações—alguns exilados para os climas pestiferos da costa d'Africa têem acabado com a vida os seus soffrimentos atrozes—emquanto que tu gemes, opprimida sob o peso de cadeias e de miserias, e os perjuros, os traidores, os scelerados, que te reduziram a este deploravel estado, saciam-se em teu sangue!»

Na parede da prisão escreveu:

Quid mihi mors nocuit? Virtus post fata virescit.
Nec sævi gladio perit illa tyranni.

D'estes versos foram feitas as seguintes traducções:

A morte em que me offende? Além da campa
Reverdece a virtude e não se extingue
Sob o cutello do feroz tyranno.

—

Que mal terrivel traz comsigo a morte
Si a virtude com ella mais se eleva?
Si esta da espada não receia o córte,
Que importa do tyranno a furia seva? (1)

—

Que mal me faz a morte? É sonho, é nada;
Vive depois dos fados a virtude;
Nem a póde extinguir a vil e rude
Do tyranno cruel sangrenta espada.

---

(1) General BEZERRA CAVALCANTI: *Calendario Perpetuo* (Rio de Janeiro 1895), 3.a ed., pag. 33.

Impavido como um heróe, ouviu ler a sua sentença de morte, e na vespera da execução escreveu uma carta em quatro linguas a seu advogado, Ovidio Saraiva de Carvalho, agradecendo-lhe os esforços que havia empregado para salval-o. No dia fatal, quando o quizeram revestir da alva, repelliu-a com repugnancia; só mediante exhortação de seu confessor cumpriu a lugubre formalidade. «Pois bem; vamos ornar a victima para o sacrificio», disse elle, recordando usança barbara. Em caminho para a forca, um frade atirou-lhe uma covarde injuria: «Vai receber o teu castigo, rebelde!» O martyr encarou-o sereno e exclamou: «Deus me dê paciencia! Um ministro do altar calumniando-me! . . . »

Ao despedir-se de seus companheiros de supplicio, disse-lhes: «Sinto que sejais arrastados ao supplicio por meu respeito, porque só eu sou o alvo a quem se dirige a tyrannia.»

Á frente do prestito, o pregoeiro lia em voz alta:

«Justiça que manda fazer o imperador constitucional e defensor perpetuo do Brazil aos réos João Guilherme Ratcliff, João Metrowich e Joaquim da Silva Loureiro, pelos crimes de rebellião e alta traição, commettidos como agentes do infame e perfido Manoel de Carvalho Paes de Andrade, fazendo hostilidades contra embarcações e subditos do imperio, e attentando contra a união e integridade do mesmo imperio; que com baraço e pregão sejam levados pelas ruas publicas ao logar da forca, onde morrerão de morte natural para sempre.»

Esperavam os amigos dos revolucionarios que a sentença não fosse executada. Domitilia, a marqueza de Santos, assim o havia promettido, e a cada estrepito de cavalleiros suppunha-se que de S. Christovão, onde residia o imperador, viesse o perdão. A anciedade era geral.

Ao passarem pela egreja de Santa Rita, os padecentes ajoelharam, por momentos, á porta do templo, cujo sino dobrava a finados, e proseguiram depois a marcha. Irmãos da Santa Casa de Misericordia e irmãos das Almas ladeavam os réos. Dois carrascos seguravam a ponta dos baraços, presos em nó corredio ao pescoço das victimas.

Emquanto marchava o prestito, a maçonaria enviava uma commissão ao imperador, indo como presidente o medico do paço, dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. Conseguiu-se encontrar o imperador, não em S. Christovão, nem no paço da cidade, mas no palacete de sua amasia, ao largo do Rocio. Ahi, Domitilia cumpriu a promessa de interceder pelos rebeldes: dirigiu-se ao aposento imperial e pediu perdão para elles. Depois de afflictiva demora, recebeu de D. Pedro um papelinho com duas palavras: «É tarde!»

Seguiu a grande procissão até ao largo da Prainha.

Ratcliff subiu com firmeza a escada da forca e ao chegar ao setimo degrau voltou-se para o povo que enchia a praça e proferiu em alta voz: «Brazileiros! Eu morro innocente! Morro pela causa da razão, da justiça e da liberdade! Praza ao céo que meu sangue seja o ultimo que se derrame no Brazil e no mundo por motivos politicos!»

E como o sacerdote que o acompanhava lhe observasse que não devia proseguir, terminou:

«Eu me resigno e morro pela causa da liberdade!»

Perdida a esperança de perdão, foram enforcados no Rio de Janeiro, no centro do largo da Prainha ([1]), ao meio dia de 17 de Março de 1825, João Guilherme Ratcliff ([2]), João Metrowich e Joaquim da Silva Loureiro.

Os desembargadores da casa da supplicação que assignaram com rubrica os accordãos condemnatorios, foram: João Ignacio da *Cunha*, depois visconde de Alcantara, regedor; Antonio *Garcez* Pinto de Madureira; Joaquim Ignacio Silveira da *Motta;* Francisco *Carneiro de Campos;* José Bernardo de *Figueiredo;* José Francisco *Leal;* João *Evangelista* de Faria Lobato e João Gomes de *Campos.*

Tão tumultuariamente eram processadas, enforcadas ou fuziladas as victimas da imperial prepotencia, e tão grande

---

(1) ESQUIROS (dr. Alfredo Moreira Pinto) diz, á pag. 104 dos *Martyres da liberdade:* « . . . occupemo-nos de João Guilherme Ratcliff, de João Metrowich, de Loureiro, traiçoeira e cobardemente decapitados no logar em que se ergue a estatua de José Bonifacio.» Com a devida venia ao emerito pesquisador historico, devemos declarar que os tres cidadãos foram enforcados, não no largo de S. Francisco de Paula, onde se levantou a estatua ao promotor de nossa independencia, mas no largo da Prainha.

(2) Em relação ao infeliz Ratcliff diz ESQUIROS (pag. 109): «Seria, porém, seu corpo entregue á sepultura como os de seus dois companheiros? Não! Infamia! Ratcliff (*) havia copiado em Portugal o decreto de expulsão da rainha Carlota. E D. Pedro I salgou a cabeça de Ratcliff e remetteu-a á sua mãe!»

Segundo informação verbal que recebemos do mesmo auctor, foi decepada a cabeça d'este revolucionario pelo dr. Francisco Julio Xavier, como consta de jornaes da epocha, publicados em Minas Geraes.

(*) Ratcliff era eximio em calligraphia.

o seu numero, que o povo pernambucano e cearense, pelos seus representantes immediatos, reclamou contra as vingativas execuções que produziam indignação geral.

O coronel Lima e Silva attendeu ás vozes da propria consciencia e dirigiu ao gabinete imperial, em data de 13 de Fevereiro de 1825, criterioso officio, pedindo a suppressão do execrando tribunal militar. Dizia este official:

«E na actual crise, o systema de terrorismo, bem longe de firmar a integridade do imperio e consolidar a paz, promoverá o odio e accenderá de novo o facho da discordia. É debaixo d'estes incontestaveis principios que eu, com a franqueza com que sempre hei falado a Sua Magestade, asseguro que a continuação da commissão militar, depois dos exemplos já feitos, produzirá resultados oppostos áquelles que se desejam para o bem do Brazil.»

O imperador impressionou-se com tantos clamores e por decreto de 7 de Março extinguiu as ferozes commissões, ordenando que os réos pronunciados respondessem perante o fôro civil e amnistiando a todos os outros isentos de pronuncia.

Foram absolvidos e postos em liberdade, entre outros, o democratico padre José Martiniano de Alencar e Luiz Borges da Fonseca Primavera.

O chefe da revolução, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que se havia refugiado a bordo da fragata ingleza *Tweed*, fugira para os Estados Unidos; amnistiado, regressou ao Brazil em 1831; foi eleito e escolhido senador pela provincia

da Parahyba em 1834; occupou cadeira no senado até 1855, anno de seu fallecimento.

E assim foi anniquilada a primeira idéa de federação levantada no Brazil. Percebiam os espiritos cultos collocados á frente do movimento que deviam reagir contra D. Pedro, libertino como particular, autocrata como imperador. O facto de dissolver, pela força armada commandada por elle proprio, a assembléa geral constituinte ([1]) e organizar, a seu talante,

---

(1) O imperador poz-se á frente da tropa e fez alto no campo de Sant'Anna, d'onde destacou uma brigada, commandada pelo general Lazaro, portuguez, que marchou sobre a assembléa. D. Pedro, officiaes e soldados achavam-se com os chapéos adornados de folhas de café. Domitilia (*) tomou parte n'este triumpho estrondoso, exhibindo-se com exaggerado ramo de café ao peito. A victoria que havia conseguido sobre seus conterraneos Andradas fôra esplendida!

(*) Sobre a amante de D. Pedro I dá o dr. J. A. Teixeira de Mello em suas *Ephemerides nacionaes* (Rio de Janeiro, 1881), tom. II, pag. 226, os seguintes apontamentos:

«3 de Novembro de 1867.—Fallece em S. Paulo a marqueza de Santos, d. Demithildes de Castro Canto e Mello, filha do visconde e viscondessa de Castro, nascida n'aquella cidade a 27 de Dezembro de 1797. Pela sua extraordinaria belleza, mais do que pelo cultivo do espirito, exerceu a marqueza de Santos, como se sabe, a mais poderosa influencia no animo e no coração do 1.º imperador, que a tinha visto pela primeira vez em S. Paulo, separada de seu primeiro marido, quando D. Pedro, então ainda principe regente, visitára em Agosto de 1822 aquella provincia. Chamada para o Rio de Janeiro, admittida na côrte como dama de honor da 1.ª imperatriz e feita successivamente viscondessa e marqueza de Santos, não disfarçou nunca o imperador as suas relações com a formosa paulista. Viveu ella na capital do imperio reconhecidamente, abertamente como sua amante e com principesco tratamento.

«D'ella nasceram tres filhas: Isabel Maria, duqueza de Goyaz, que se casou em 1843 com o conde Feichler de Freiberg, fidalgo da Baviera; Maria Isabel, duqueza do Ceará, que falleceu em Outubro de 1828 com pouco mais de um anno de edade, e Maria Isabel, nascida em S. Paulo a 27 de Fevereiro de 1830 e casada a 2 de Setembro de 1848 com o sr. conde de Iguassú.

«Casando-se 2.ª vez o imperador, retirou-se a marqueza de Santos para

CAPITULO XXVI

A ESQUADRA IMPERIAL NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR.
LORD COCHRANE. PAGAMENTO DA INDEPENDENCIA
DO BRAZIL A PORTUGAL. CISPLATINA. BATALHA DE ITUZAINGO.
INSUBORDINAÇÃO DE CORPOS ALLEMÃES E IRLANDEZES
NO RIO DE JANEIRO — 1824-1828

COMO complemento aos successos narrados no capitulo precedente, devemos mencionar qual o movimento maritimo que D. Pedro poz em acção para combater a Confederação do Equador.

Logo que foi levada ao Rio de Janeiro a noticia do que occorria em Pernambuco, seguiu para esta provincia uma divisão composta das fragatas *Nictheroy* e *Piranga*, brigue *Bahia* e charrúa *Gentil Americana*, sob o commando do capitão de mar e guerra João Taylor, divisão posteriormente augmentada com os brigues *Cacique* e *Guarany* e escuna *Leopoldina*, commandados estes navios pelo capitão-tenente Francisco Bibiano de Castro, 1.° tenente Rodrigo Theodoro de Freitas e 1.° tenente James Nicols.

Interessado em extinguir a revolução por meios brandos, Taylor dirigiu officios a Manoel de Carvalho, ao comman-

dante das armas Barros Falcão e á camara de Olinda, no sentido de tomar posse da presidencia o morgado do Cabo, Paes Barretto, respeitando-se assim o decreto imperial. Só conseguiu que se nomeasse uma commissão de tres membros, incumbida de ir levar a D. Pedro representação contra a nomeação d'este funccionario, «que (dizia a acta) tinha perdido a opinião publica e contrahido o odio e execração geral da provincia, que de nenhum modo podia ser senão desgraçada com o seu governo (1).» Foi composta a commissão dos cidadãos: vigario João Evangelista Leal Periquito, como representante do clero; Basilio Quaresma Torreão, por parte da milicia e Joaquim Francisco Bastos Junior, em nome dos civis.

Em vez de acceitar a designação de Manoel de Carvalho, o imperador nomeou presidente da provincia João Carlos Mayrink da Silva Ferrão e este facto occasionou o geral rompimento. Propalava-se que a politica de D. Pedro era reconduzir o Brazil a estado de colonia.

Aprisionados os navios revolucionarios, brigue *Constituição ou Morte* e escuna *Maria da Gloria*, presos os seus commandantes e remettidos para o Rio de Janeiro onde foram enforcados; constando a D. Pedro que de Portugal partira uma forte esquadra trazendo tropas de desembarque para

(1) Vide *A marinha de guerra do Brazil na lucta da independencia — Apontamentos para a historia* (Rio de Janeiro, 1880), pag. 65. Este interessante folheto in-8.°, de 80 pags., não apresenta o nome do auctor.

combater a independencia do Brazil, ordenou, por portaria de 11 de Junho de 1824, que todos os vasos de guerra estacionados nas provincias se recolhessem á capital do imperio e que, n'esta emergencia, cada villa ou cidade se defendesse com seus proprios recursos.

Verificando-se, porém, não ser exacta a noticia da expedição da esquadra luzitana, foi mandado lord Cochrane (marquez do Maranhão) para as provincias do Norte, com uma força maritima, composta da nau *Pedro I*, commandante Crosbie; charrúa *Carioca*, commandante capitão de fragata Antonio Joaquim do Couto; brigue *Maranhão*, commandante 1.º tenente Jorge Manson e transportes *Harmonia* e *Caridade*, commandantes os capitães de fragata graduados Antonio Gomes de Moura e José Antonio dos Santos.

Esta expedição partira do Rio de Janeiro a 2 de Agosto de 1824 com 1.200 soldados ao mando do coronel Francisco de Lima e Silva. O desembarque das tropas effectuou-se no porto de Jaraguá (perto de Maceió), a 13 d'aquelle mez, e a 14 aportou a esquadra a Pernambuco.

Lima e Silva marchou com suas tropas para Pernambuco; fez juncção com as de Paes Barretto e conseguiu entrar no Recife a 12 de Setembro de 1824.

Em meio d'estes acontecimentos, lord Cochrane, sob pretexto de abrigar-se contra um temporal, dirigiu-se em a nau *Pedro I* para a Bahia.

Porém o bloqueio da capital pernambucana continuou a ser feito e reforçado pela fragata *Paraguassú*, commandada

pelo capitão de fragata Matheus Welsh e as corvetas *Maceió* e *Maria da Gloria*, sob o mando de José Pedro de Carvalho e Theodoro de Beaurepaire.

O desembarque, porém, só poude effectuar-se depois que ás forças existentes juntou-se a divisão commandada por David Jewett e composta das fragatas *Pyranga* e *Nictheroy*, aquella sob o commando do mesmo chefe e esta de James Norton. A 17 de Setembro o coronel Lima e Silva, auxiliado pela divisão de Jewett, conseguiu apoderar-se de Olinda.

Pacificado Pernambuco, seguiu lord Cochrane da Bahia para o Ceará e ahi conseguiu que José Felix de Azevedo e Sá, que substituira no governo republicano a Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, acceitasse a contra-revolução e arvorasse a bandeira imperial na Fortaleza a 18 de Outubro de 1824.

Acalmado o Ceará, partiu lord Cochrane para o Maranhão, que se achava anarchisado.

Ahi substituiu o presidente Miguel Bruce por Manoel Telles da Silva Lobo, creatura malleavel e submissa ás imposições do almirante inglez. Apresentando conta das indemnizações a que se julgava com direito, lord Cochrane exhauriu os cofres da thesouraria de fazenda e, ainda não satisfeito, embolsava o rendimento da alfandega, quando chegou ao Maranhão o novo presidente da provincia, Pedro José da Costa Barros, que ia disposto a oppôr embargos á espoliação. Sabedor das intenções legaes de Costa Barros, o ambicioso lord não permittiu que elle tomasse conta do

cargo: prendeu-o; metteu-o a bordo do brigue *Cacique* e o fez seguir para a provincia do Pará.

Logo que recebeu a ultima prestação das centenas de contos de réis que para si proprio havia arbitrado, o pouco escrupuloso almirante passou o commando da nau *Pedro I* ao chefe de divisão Jewett, e, sem offerecer ao governo imperial a minima explicação, retirou-se para a Inglaterra na fragata brazileira *Piranga*. Pagou-se por suas proprias mãos e levou comsigo um vaso de guerra!

A arbitrariedade de tal procedimento depreciou, perante a historia, os serviços prestados por este official em favor da independencia do Brazil.

Ainda não desanimado com a attitude assumida pelos brazileiros, quiz Portugal, a todo transe, fazer reviver na America a sua antiga colonia. N'esse sentido pediu auxilio ás côrtes de Hespanha, França, Prussia e Russia. A Inglaterra, porém, interpoz-se, fazendo-lhe reconhecer a impraticabilidade da idéa.

Quando a nação britannica mandou ao Brazil o embaixador Carlos Stuart, este, ao passar em Lisboa, recebeu de D. João VI a incumbencia de em nome de Portugal acceitar e reconhecer a nossa independencia. O embaixador entendeu-se n'este sentido com o ministro de extrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, com o do imperio, Francisco Villela Barbosa, e com o conselheiro d'estado, barão de Santo Amaro. Connivente com as exigencias de Portugal—quando a inde-

pendencia já se achava feita — D. Pedro I, em vista de um tratado que se engendrou, comprometteu-se a remetter para o governo de Inglaterra, por conta da divida portugueza, dois milhões de libras esterlinas, a titulo de indemnização a prejuisos soffridos pelo governo luzitano...

Este illegal procedimento só é comparavel ao que em menor escala teve lord Cochrane antes de regressar para os nevoeiros de Albion. O nosso thesouro nacional soffreu durante annos mais este formidavel e escandaloso assalto.

Perigava no extremo sul a Provincia Cisplatina. As nunca extinctas rivalidades entre hespanhóes e portuguezes ou descendentes de portuguezes aproveitaram a occasião para accenderem de novo odios a custo sopitados.

Inopinadamente, 32 orientaes ás ordens de João Antonio Lavalleja, vindos da Republica Argentina, desembarcaram no porto das Vaccas, na Agraciada (Estado Oriental), a 19 de Abril de 1825. Aos 33 heroes juntaram-se dois batalhões de Fructuoso Rivera e numerosos patriotas anciosos de conquistar a liberdade. A 25 de Agosto do mesmo anno reuniram-se na villa de Florida os revolucionarios e ahi proclamaram a independencia do Estado Oriental ([1]).

([1]) O documento declaratorio da independencia da Provincia Cisplatina foi escripto nos seguintes termos:

«La sala de Representantes de la Provincia Oriental del Rio de la Plata, en uso de la soberania ordinaria y extraordinaria que legalmente inviste, para construir la existencia politica de los pueblos que la componen, y establecer su

O governo de Montevidéo achava-se entregue ao general Carlos Frederico Lecór, visconde da Laguna.

A 24 de Setembro travou-se o primeiro combate no Rincão de Haedo ou das Gallinhas. Ahi foram derrotadas as forças brazileiras, mais de 400 praças, commandadas pelos coroneis rio-grandenses Jeronymo Gomes Jardim e José Luiz Menna Barretto, os quaes, por mal entendida rivalidade, não marcharam juntos, mas em denodada porfia, sobre qual

---

independencia y felicidad, satisfaciendo el constante, universal y decidido voto de sus representados; — despues de consagrar á tan alto fin su más profunda consideracion; obedeciendo la rectitud de su intima conciencia, en el nombre y por la voluntad de ellos, sanciona con valor y fuerza de ley fundamental lo seguiente:

1.º — Declara irritos, nulos, disueltos y de ningun valor para siempre, todos los actos de incorporacion, reconocimientos, aclamaciones y juramentos arrancados á los pueblos de la Provincia Oriental, por la violencia de la fuerza unida á la perfidia de los intrusos poderes de Portugal y el Brazil, que la han tiranizado, hollado y usurpado sus inalienables derechos, sujetádole al yugo de un absoluto despotismo desde el año de 1817 hasta el presente de 1825. Y por cuanto el pueblo oriental aborrece y detesta hasta el recuerdo de los documentos que comprendem tan ominosos actos, los Magistrados Civiles de los pueblos em cuyos archivos se hallan depositados aquellos, luego que reciban la presente disposicion, concurriran al primer dia festivo en union del Párroco y vecindario y con asistencia del Escribano, Secretario, ó quieu haga sus veces, á la casa de Justicia, y antecedida la lectura de este Decreto se testará y borrará desde la primera linea hasta la ultima firma de dichos documentos, extendiendo en seguida un certificado que haga constar haberlo verificado, con el que deberá darse cuenta oportunamente al gobierno de la Provincia.

2.º — En consecuencia de la antecedente declaracion, reasumiendo la Provincia Oriental la plenitud de los derechos, libertades y prerrogativas inherentes á los demás pueblos de la tierra, se declara hecho y de derecho libre é independiente del Rey de Portugal, del Emperador del Brazil y de cualquier otro del universo, y con ámplio y pleno poder para darse las formas que en el uso y ejercicio de su soberania estime convenientes.

« Dado en la sala de sesiones de la Representacion Provincial en la Villa de San Fernando de la Florida, á los 25 dias del mes de Agosto del año 1825. »

chegaria primeiro ao ponto de combate. Fructuoso Rivera os destroçou, cada um por sua vez.

Menna Barretto, valente official de 27 annos de edade, morreu na acção.

«Apezar de ouvir os repetidos gritos do inimigo, intimando-lhe que se rendesse, combateu, como um verdadeiro heróe, morrendo afinal com mais de dez honrosos ferimentos e conquistando a admiração de seus proprios adversarios (1).»

Victorioso, Rivera apoderou-se da cavalhada que existia no Rincão e foi leval-a a Lavalleja, que se achava em preparo para atacar Bento Manoel Ribeiro. Este valente paulista sahira, com uma brigada, de Montevidéo, incumbido pelo visconde da Laguna de ir reconhecer o inimigo; partiu com 1.100 homens e incorporou-se no dia 10 de Setembro, nas nascentes do rio Yi, ao coronel Bento Gonçalves da Silva, que commandava um regimento de cavallaria de 400 homens.

Confiante em seu valor, Bento Manoel, em vez de fazer o reconhecimento, resolveu ir atacar o inimigo em seu proprio campo.

No dia 12 de Outubro — quando no Brazil se festejava o anniversario natalicio de D. Pedro I — avistou elle o inimigo

---

(1) Vide o opusculo *Libello argentino e a verdade historica* por E. DE SENNA PEREIRA (Rio de Janeiro, 1857) 1.° vol. e a *Biographia do coronel José Luiz Menna Barretto* (Montevidéo, 1825), obras citadas por JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR (actual barão do Rio Branco) em seu estudo *Esboço biographico do general José de Abreu, barão do Serro Largo* (*Rev. do Inst. Hist.*, tóm. XXXI, 2.ª part., pag. 107, nota 49).

collocado junto ao arroio Sarandy, confluente do arroio Castro, sendo este affluente do Yi.

Lavalleja com 2.500 homens das tres armas, perfeitamente descançados, disciplinados, e palpitantes do ardoroso enthusiasmo que a idéa republicana desperta em todos os corações amantes da liberdade da patria, tendo além d'isso terreno escolhido e proprio para as evoluções de seus soldados, esperou tranquillo a temeraria aggressão. Á primeira carga de seus gaúchos dispersou-se a infanteria guarany e o desbarato de Bento Manoel foi completo. Para não sacrificar de todo sua columna, viu-se este official obrigado a operar a retirada para a fronteira de Sant'Anna; o regimento de dragões retrocedeu para Montevidéo e Bento Gonçalves, cujo regimento não chegára a entrar em fogo, seguiu para a fronteira de Jaguarão.

As duas victorias, do Rincão e de Sarandy, foram de extraordinario alcance para a causa justa e nobre dos orientaes revolucionados, pois não só serviram de ardoroso incitamento a toda a provincia uruguaya, como attrahiram a forte sympathia da Republica Argentina para pelejar em favor da grande idéa libertadora. Arrancar a Cisplatina ao dominio militar e ao poder pessoal e tyrannico do imperador do Brazil impunha-se, como um dever, aos povos confederados do Rio da Prata.

Fortemente interessada no desenlace da questão, favoravel aos republicanos, a Republica Argentina deu sciencia ao Brazil, em data de 24 de Novembro de 1825, de que a Pro-

vincia Cisplatina passava a pertencer ás Provincias Unidas do Rio da Prata — o que importava em declaração de guerra, acceita pelo governo imperial em 10 de Dezembro seguinte.

Tomaram-se medidas urgentes, exigidas pela nova face dos acontecimentos. A força maritima de Montevidéo foi in-continenti reforçada, e o commandante da esquadrilha, vice-almirante Rodrigo Lobo, teve ordem de bloquear os portos do Rio da Prata.

Á frente das Provincias Unidas collocou-se um homem de merecimento, Bernardino Rivadavia, e para commandar os navios de guerra argentinos o almirante inglez Jorge Guilherme Brown.

A 9 de Fevereiro de 1826 deu-se o combate naval de Corales, em que as nossas forças conseguiram estrondosa victoria.

A esquadra argentina, commandada por Brown, compunha-se de 19 navios: corveta *25 de Maio*, brigues *Belgrano*, *Congresso*, *Republica* e *Balcarce*, escunas *Sarandi* e *Pepa* e 12 canhoneiras; e a nossa esquadra, de 11 embarcações: corvetas *Liberal* (com a insignia do vice-almirante), *Itaparica* (com a insignia do chefe de divisão Diogo Jorge de Britto) e *Maceió*; brigues *29 de Agosto*, *Caboclo*, *Real Pedro*, *Rio da Prata*; brigue-escuna *Pará*; canhoneira *Leal Paulista*, escunas *Liberdade do Sul* e *Conceição*.

Geral foi o destroço dos argentinos: fugiram quasi todos os seus navios — a corveta *25 de Maio* e 12 canhoneiras — abandonando o seu almirante.

N'esse grande combate lamentamos a morte do commandante do brigue *29 de Agosto*, capitão-tenente Glidders.

O vice-almirante Rodrigo Lobo perseguiu os navios fugitivos até defronte da cidade de Buenos-Ayres.

Foi necessario á Republica Argentina mandar comprar navios ao Chile e emquanto estes não chegavam, concedia cartas de corso contra os nossos navios mercantes.

Preparou-se, porém, o inimigo para tirar desforra da derrota maritima que havia soffrido, e, exactamente no anniversario do feito de Corales, a 9 de Fevereiro de 1827, deu-se o combate do Juncal, em que foi destruida a nossa chamada *flotilha do Uruguay*, commandada pelo capitão de fragata Jacintho Roque de Senna Pereira.

Compunha-se a flotilha de 19 navios, porém de tal fórma occorreu o nosso desastre, que 11 foram aprisionados, 3 incendiados por seus commandantes e apenas 2 conseguiram salvar-se, a canhoneira *Victoria da Colonia* e a escuna *D. Paula*.

O almirante Brown reivindicou de modo brilhante os seus creditos.

Convem declarar que só mereciam o nome de navios de guerra as escunas *Oriental* e *Bertioga* e o brigue-escuna *D. Januaria*: os outros eram pequenos hiates do Rio Grande e saveiros do Rio de Janeiro arvorados em canhoneiras.

Como continuação de nossos insuccessos, uma expedição mandada á Patagonia, no sentido de tomar a povoação de Carmen, valhacouto de corsarios, cahiu toda em poder do

inimigo: só 244 prisioneiros puderam salvar-se. Era commandada pelo capitão Shepperd, que morreu combatendo.

A má fortuna ainda nos perseguiu, acompanhando as evoluções de nosso exercito e favorecendo a legitima aspiração dos povos platinos em conseguir a independencia dos orientaes.

Para substituir ao visconde da Laguna (Carlos Frederico Lecór), cuja inactividade em Montevidéo permittiu o desenvolvimento revolucionario da Cisplatina, D. Pedro I nomeou general commandante em chefe das forças brazileiras o marquez de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), homem notavel por grandes serviços prestados á patria ([1]).

---

(1) O marquez de Barbacena nasceu a 19 de Setembro de 1772, no arraial de S. Sebastião, perto da cidade de Marianna, estado de Minas Geraes, e falleceu no Rio de Janeiro a 13 de Junho de 1843. Foi senador do imperio, conselheiro de Estado, marechal de exercito, gentil-homem da imperial camara, mordomo-mór da imperatriz D. Amelia (depois duqueza de Bragança), alcaide-mór da villa de Jaguaripe na Bahia, cavalleiro da ordem de D. Pedro I, gran-cruz das do Cruzeiro e Rosa, commendador da de Christo, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, gran-cruz da Corôa de Ferro da Austria.

Durante o tempo em que exerceu o cargo de inspector dos corpos na Bahia, promoveu ahi melhoramentos de alta importancia: introduziu a primeira machina a vapor applicada aos engenhos de moer canna, melhorando assim a fabricação de assucar e aguardente; deu desenvolvimento á plantação de canna *cayenna*; a expensas suas, introduziu a canna rajada denominada *imperial*, mandou apparelhar uma estrada de rodagem na extensão de 42 leguas para o interior e fez levantar a carta hydrographica da Bahia; em 1819 estabeleceu a primeira navegação a vapor entre a capital bahiana e a cidade da Cachoeira; estabeleceu uma fabrica de espingardas; para facilitar as transacções commerciaes, fundou na Bahia a caixa dos descontos, filial ao banco do Brazil.

Minuciosos apontamentos sobre este grande brazileiro foram publicados em grosso volume de 974 pags. por ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, sob o titulo *Vida do marquez de Barbacena* (Rio de Janeiro, 1896).

Partiu este titular para o Rio Grande do Sul, a 3 de Novembro de 1826, levando como ajudante-general o brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa (depois barão de Caçapava); deputado do ajudante-general o sargento-mór João Pedro da Silva Ferreira; quartel-mestre general o brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos; ajudante de ordens o sargento-mór Ponsadilha; commandante de artilheria o coronel Thomé Fernandes Madeira.

Acompanharam-no o marechal Gustavo Henrique Brown e brigadeiro Sebastião Barretto Pereira Pinto.

Um ou outro combate se havia travado na fronteira do Uruguay, com o fim de fazer cessar as continuas correrias em estancias brazileiras, d'onde os republicanos arrebatavam gado e cavalhada e praticavam outras depredações. O encontro mais notavel fôra o combate na barra de Toro Passo, perto do rio Quarahy. Uma columna de 500 cavalleiros rio-grandenses, commandada pelo coronel José Antonio Martins, destroçou uma força de orientaes que deixou no campo 120 mortos.

Fazia-se mister cessar os tiroteios esparsos e sem resultado apreciavel e reunir elementos para uma batalha decisiva que conduzisse nossas armas a fim determinado.

Era plano de Barbacena: 1.° expulsar o inimigo além do Uruguay; 2.° occupar em seguida a provincia de Entre-Rios; 3.° obrigar a Confederação Argentina a solicitar paz, sem possibilidade de renovar hostilidades. Para a realização d'estes designios solicitou do governo um effectivo de 15.000

homens das tres armas, uma reserva de 4.000, o indispensavel armamento e seis milhões de cruzados para as despesas da guerra durante um anno.

As forças seriam assim distribuidas: 2.500 homens de guarnição nas fronteiras do Rio Grande do Sul; 7.500 para combater o inimigo; 3.700 para defender Montevidéo; 200 em Serrito e 1.100 na Colonia do Sacramento.

Esta requisição não foi satisfeita, por mais que se praticasse com rigor e violencia o recrutamento nas provincias do Ceará e Minas Geraes.

Por esse tempo resolveu D. Pedro partir para o theatro dos acontecimentos, como um forte incentivo ás tropas brazileiras. Infelizmente esta viagem não teve o exito que se esperava: apenas o monarcha chegou a Porto Alegre, recebeu noticia de que sua esposa, a imperatriz Leopoldina ([1]), havia

---

(1) A imperatriz Maria Leopoldina Josepha Carolina, archiduqueza d'Austria, era irmã de Maria Luiza, imperatriz da França e segunda mulher de Napoleão I.

Falleceu em consequencia de um aborto, succedido a 2 de Dezembro de 1826, sendo o feto do sexo masculino.

O escriptor allemão Carlos Seidler, contemporaneo dos factos, fez as seguintes apreciações sobre o funebre acontecimento:

« Leopoldina d'Austria tinha fallecido subitamente. Levantaram-se mil suspeitas, cada uma sobrepujando a outra em exaggeração, loucura e despeito, mas, entre todas, algumas talvez tenham suas razões de ser. Asseverava-se que D. Pedro I, ao sahir do Rio de Janeiro, deixou ordens para o envenenamanto da imperatriz durante sua ausencia, o que fez enorme sensação; todos os negocios paralysaram-se; uma revolução geral, que primeiro sahiu da terra como um verme, foi successivamente levantando sua cabeça de hydra. Os inimigos do imperador aproveitaram com avidez esta occasião para conseguirem seus fins particulares e tornar Sua Magestade sempre mais odioso ao povo; aventuraram-se

fallecido a 11 de Dezembro—facto que o obrigou a regressar immediatamente para o Rio de Janeiro, a 15 de Janeiro de 1827.

Ao chegar a Sant'Anna do Livramento, reconheceu o marquez que as forças foram mal acampadas alli, em terreno mau, arenoso, desarborizado, regado por pequenos regatos affluentes do Ibicuhy, os quaes, seccando no verão, tornavam insalubre a localidade, que os soldados denominavam ***matadouro do exercito.*** Para esse ponto havia o brigadeiro Francisco de Paula Damasceno Rosado convergido as tropas, retirando-as d'outros logares da fronteira onde as collocára seu antecessor, o general José de Abreu, barão do Serro Largo.

Para dar ás forças organização regular o general em chefe formou duas divisões compostas de quatro brigadas, dividindo-as em tres linhas de batalha, commandadas estas pelo ajudante-general Soares de Andréa, o quartel-mestre general Cunha Mattos e o coronel Jeronymo Gomes Jardim.

Soube-se que o inimigo partira de Durasno, sob o commando de Carlos de Alvear, no intento de invadir o Rio Grande

---

até a nomear o medico que, na qualidade de verdugo secreto, teve parte n'esta scena de assombro. Infelizmente, poucos dias depois, o mesmo homem foi nomeado Enviado Extraordinario perante a côrte de França e com isto a desconfiança geral obteve nova segurança. Outro boato, talvez melhor fundado, dizia que D. Pedro, em um momento de colera, havia maltratado sua esposa, que se achava gravida, calcando-a aos pés, e que isto foi a origem da morte d'ella. »

HENRI RAFFARD: *Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brazil* (*Rev. do Inst. Hist.*, tom. LXI, 2.ª part.. pags. 212 e 213).

do Sul por Bagé. Deu-se com effeito a invasão, e chegou a attingir a cidade de S. Gabriel, que foi saqueada.

A 17 de Fevereiro a vanguarda do barão do Serro Largo chegou a S. Gabriel e livrou esta povoação do incendio que já havia destruido tres edificios.

Convencido o general Barbacena de que Alvear, por temer as nossas forças, fugira de S. Gabriel e procurára o Passo do Rosario no rio Santa Maria; crente o marquez de que o exercito brazileiro augmentaria, de fórma a não só subjugar a Banda Oriental, como a invadir a Republica Argentina, em cuja capital hastearia triumphante o pavilhão imperial, fez ás tropas uma proclamação transbordante de arrojadas promessas:

«Soldados! Quando o inimigo se apresentou n'esta fronteira, estava o centro do exercito imperial a mais de 80 leguas de distancia das divisões da esquerda; estaveis sem transportes e até com faltas de armamento e munições de guerra. Vosso valor, vosso patriotismo venceu todas as difficuldades, e por marchas forçadas e atrevidas, quasi á vista do inimigo, e estando os postos avançados em constante tiroteio, conseguistes fazer a juncção com a maior parte das tropas da esquerda no dia 5 do corrente; as outras se reuniram nos dias 11 e 13.

«Então fazia o inimigo todas as demonstrações de atacar-nos, é posto que, por sua superioridade numerica e pela linguagem de suas proclamações, o ataque parecia provavel, não passou de demonstrações, e, deixando as margens do Camacuan, colorou aquelle principio de retirada, dizendo que nos

esperava nos campos de S. Gabriel ou que seguiria para Porto Alegre.

«Por novas marchas forçadas aqui chegastes esta manhã, e, longe de encontrarmos o inimigo, achámos a certeza de sua vergonhosa e precipitada fugida, havendo a retaguarda, commandada por Lavalleja, deixado a povoação de S. Gabriel hontem pelas 4 ½ horas da tarde, entretanto que Alvear adeantou de quatro marchas a infanteria e artilheria.

«Bem quizera eu dar-vos algum descanço, depois de tantos centos de leguas de marcha, com um sol abrazador, e até alguns dias sem agua e muitos sem pão ou farinha; mas um instante de demora nos privaria de colher os fructos de nossos trabalhos e de terminar a guerra para sempre, como o exigem a honra e a gloria do exercito imperial.

«Soldados! Redobremos de esforços, e em poucos dias alcançaremos o inimigo: a victoria é certa, e na cidade de Buenos-Ayres vingaremos as hostilidades commettidas nas pequenas povoações de Bagé e S. Gabriel!

«Quartel-general em S. Gabriel, 17 de Fevereiro de 1827. —*Marquez de Barbacena*, tenente-general, commandante em chefe (¹).»

Continuou o general em chefe a forçar as marchas, em perseguição do inimigo, que rapidamente abandonava o terreno: a 19, depois de reforçar a vanguarda, acampou a

---

(1) Antonio Augusto de Aguiar: *Vida do marquez de Barbacena*, pags. 264 e 265.

3 ½ leguas de S. Gabriel, no campo dos Salsos, depois de atravessar o banhado de Inhatium que se achava quasi secco em consequencia do rigor do verão. Ahi conseguiu a nossa vanguarda alcançar o inimigo, manter com elle um tiroteio forte e pol-o em fuga precipitada.

Satisfeito com estas lisonjeiras escaramuças, Barbacena transferiu o acampamento para uns banhados seccos da estancia de Antonio Francisco, tres leguas adeante do local anterior.

Ahi foi elle avisado por soldados desertores, mandados propositalmente por Alvear, de que este chefe argentino passava o rio Santa Maria. Barbacena quiz surprehender os orientaes n'essa operação, e, tendo dado ao exercito tres horas apenas de descanço, ordenou que a cavallaria e a infanteria se mantivessem de promptidão ao primeiro signal.

Alta noite, ao apparecimento da lua, o marquez deu ordem de marcha.

A vanguarda do barão do Serro Largo, augmentada com a brigada do coronel Bento Gonçalves da Silva, composta de 590 praças, perfazia o numero de 1.150 cavalleiros.

Quando começou a despontar o dia, nossa vanguarda avistou o inimigo. Persuadido o general Barbacena de que o grosso do exercito oriental-argentino se havia com effeito passado para a margem esquerda do Santa Maria, deu ordem de atacar o que se lhe apresentava deante e que só poderia ser fracção do mesmo exercito.

Alvear, porém, havia retrocedido velozmente do Cacequy

pela margem direita do Santa Maria e fôra occupar posição escolhida e de garantido exito.

Ao amanhecer do dia 20 de Fevereiro, reconheceu o marquez de Barbacena, com grande e dolorosa surpresa, que tinha deante de si, em linha de batalha, um exercito duas vezes maior do que o seu e dispondo de quadruplicada força de cavallaria (8.379 praças).

Surtia effeito o premeditado plano do general argentino.

Barbacena viu-se, portanto, constrangido a acceitar combate em terreno onde o inimigo escolhera a melhor posição, collocando-se na coxilha de Santa Rosa; ahi travou-se a memoravel batalha de Ituzaingo ([1]).

Variam as opiniões si houve intenção da parte do general Alvear em attrahir para o indicado local o exercito brazileiro, ou si, forçado pela perseguição que soffria, viu-se obrigado a fazer ahi campo de batalha.

Interrogado officialmente sobre este assumpto pelo Instituto Historico e Geographico Brazileiro, o duque de Caxias declarou que a marcha do exercito argentino, retrocedendo de S. Gabriel com direcção ao Passo do Rosario, no rio Santa Maria, foi um movimento estrategico, que poderia ser previsto e o não foi pelo marquez de Barbacena; não attendeu este official ás circumstancias de que um exercito invasor e superior não podia fugir á perseguição de outro inferior,

---

(1) Os platinos pronunciam *Itussaingó.*

nem abandonar os pontos que occupára, sem ter conseguido o fim a que viéra; o campo em que elle esperou as tropas brazileiras, que marchavam ás cegas e sem do inimigo ter noticias certas, foi escolhido por Alvear, que n'elle exercitou suas tropas durante dois ou tres dias. Perplexo o exercito brazileiro com a presença do argentino, viu-se obrigado a acceitar a batalha no terreno a que fôra attrahido propositalmente. A surpresa não permittiu reflexão. Deu-se deploravel confusão ao avistar-se o inimigo em logar onde não era esperado. O terreno occupado pelos argentinos era mais apropriado ás operações de sua cavallaria que ás de infanteria, e dominava o que era occupado por nosso exercito, offerecendo, além d'isso, vantagem á sua artilheria, superior á nossa em numero e qualidade. Entre ambos existia uma sanga enxuta, que só em poucos logares dava passagem á cavallaria; aquelle dos dois exercitos que a transpuzesse para ir atacar o inimigo, offereceria o perigo de desfilar á vista de seu contrario, sob risco de ser dizimado. Barbacena, porém, não attendeu á superioridade de forças nem á vantagem da posição dos argentinos, e ordenou o ataque, em vez de guardar a defensiva, esperando o inimigo na posição que fôra obrigado a occupar e compellindo-o a deixar aquella em que se collocára, para vir combatel-o. De todas estas imprevidencias resultou o insuccesso de nossas armas [1].

---

(1) *Resposta do duque de Caxias* (*Rev. do Inst. Hist.*, tom. XXIII, pags. 571 e 572).

O illustrado tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira, que, no caracter de secretario do exercito, foi testemunha ocular da batalha de Ituzaingo, em suas *Recordações historicas*, é de opinião que o inimigo viu-se forçado pelos brazileiros a combater alli, onde a irregularidade do terreno offerecia obstaculos e desfiladeiros improprios para as livres manobras da grande cavallaria argentina.

Nosso pequeno exercito, que não tivera descanço desde a madrugada do dia 19 e quasi nada se alimentára, viu-se compellido a acceitar combate com tropas descançadas havia dois dias e superiores em numero e em qualidade de armas.

No atropelamento com que tomou posição o nosso exercito, ficaram a grande distancia uma da outra a 1.ª divisão, do brigadeiro Sebastião Barretto, e a 2.ª, do brigadeiro Callado, sem se puderem auxiliar durante a acção.

Defronte da 1.ª havia-se collocado o barão do Serro Largo com seus voluntarios, a brigada ligeira de Bento Gonçalves e uma peça de artilheria, mantendo nutrido fogo com o 1.° corpo do exercito argentino.

Ouvido o signal de ataque, a divisão do general Sebastião Barretto, composta de 2.635 homens, avançou contra a esquerda e centro do exercito republicano e n'este movimento foi acompanhada pela brigada de Bento Gonçalves.

Em nosso flanco esquerdo permaneceu o barão do Serro Largo com a peça que no começo lhe entregára o brigadeiro Callado.

Ao ver o movimento de nossa 1.ª divisão, ordenou Alvear

que a cavallaria do general Laguna a atacasse, e a do general Lavalleja se lançasse contra as forças de nossa esquerda.

Sebastião Barretto repelliu com denodo as duas cargas que lhe foram feitas e continuou a avançar contra o inimigo, para desalojal-o da posição eminente.

A 2.ª divisão mantinha-se immovel, quando Lavalleja, com a sua cavallaria de vanguarda, forte de 3.690 homens, foi atacal-a, tendo, porém, de passar pela pequena columna do barão do Serro Largo, postada em nosso flanco esquerdo como vanguarda d'aquella divisão.

Foi sobre esta columna de 560 homens pessimamente montados que se precipitou a cavallaria republicana. Vendo o barão do Serro Largo que seria louca temeridade resistir a força seis vezes superior á sua, tratava de recuar para abrigar-se junto á divisão do brigadeiro Callado, quando subitamente appareceu uma columna de cerca de 700 homens que o atacou de flanco, ao passo que Lavalleja vinha sobre elle de frente. Aggredida por dois lados, não poude sustentar-se em fórma a columna de paizanos rio-grandenses, e, possuida de insuperavel terror, pela certeza da derrota, precipitou-se desordenadamente, perseguida pelo inimigo, sobre a 2.ª divisão, que immediatamente formou quadrado.

Debalde quiz o barão impedir a retirada de seus cavalleiros e gritou que fizessem frente ao inimigo; porém elle proprio sentiu-se arrastado no tumulto vertiginoso, de imperiaes e de republicanos, que em confusão se lançaram sobre

o quadrado da divisão. Esta, não podendo distinguir, pela semelhança dos vestuarios, quaes os inimigos, rompeu fogo sobre a massa informe de assaltantes, e n'essa occasião cahiu mortalmente ferido o barão do Serro Largo — o heróe que tantas vezes conquistára victoria nas campanhas do sul.

Momentos depois expirava o bravo soldado rio-grandense, o invicto veterano, a quem o illustre brazileiro barão do Rio Branco, em elevado preito, consagrou estas palavras: «A posteridade ha de destinar a tão eximio cidadão e a tão illustre victima um logar distincto entre os mais gloriosos e prestantes filhos da terra de Santa Cruz!»

Antes da batalha, o barão do Serro Largo insistira com o general em chefe para que lhe fossem dados novos cavallos, visto que os seus se achavam cançados pelas continuas marchas. Para esse effeito expediu-se ordem ao general Sebastião Barretto, encarregado da distribuição da cavalhada que devia entrar em acção. A justa exigencia do barão foi desprezada sob a evasiva de que não havia cavallos disponiveis. A inimizade do general Barretto permittiu esta recusa.

«O general barão do Serro Largo, diz Machado de Oliveira em suas *Recordações historicas*, sujeitou-se silencioso a esta acintosa negativa, e, resignado, marchou para seu posto d'honra, como empuxado pela dura mão de um destino, que si tão adverso lhe fôra na ultima quadra de sua vida, outr'ora lhe soube inspirar esses gloriosos feitos d'armas

de que sua patria tanto se ufana e a historia, commemorando-os, os tem apreciado e applaudido ([1]).

«Não se deve sinão mui severamente extranhar que, em momento tão critico, em que se ia empenhar o pundonor da nação, se antepuzessem antigas e mesquinhas animosidades, odienta rivalidade, ao bom proveito que se devia esperar do emprego d'aquella força commandada por tão distincto chefe, si fôra para isso convenientemente preparada.»

Segundo documento que temos á vista, quando se deslocou a ala direita da linha primitiva abriu-se um largo intervallo entre as duas alas, espaço que deveria ser defendido pelo coronel Thomé Fernandes Madeira, commandante de uma bateria; porém as peças ahi collocadas não se fizeram ouvir. Extranhando este facto, o marquez de Barbacena corre ao ponto indicado a reconhecer o motivo do silencio da artilheria e encontra o coronel Madeira escondido debaixo de um carro de munições, deitado de bruços, como si quizesse sumir-se pela terra. Indignado deante de tanta cobardia, o marquez

(1) O general José de Abreu, barão do Serro Largo, nasceu na povoação do Povo Novo, situada entre as cidades do Rio Grande e Pelotas (Estado do Rio Grande do Sul). Por duas vezes livrára sua terra natal da invasão inimiga; dezenove foram os combates em que provára sua heroica valentia. Achava-se o general retirado, esquecido, em um arrabalde de Porto Alegre, quando Pedro I chegára a esta capital, a estimular os brios rio-grandenses contra as pretenções uruguayas. Apezar de sua avançada edade, o general Abreu apresentou-se; reuniu um corpo de paizanos, 560 homens, seus amigos e seus admiradores, e foi como d'antes collocar-se intrepidamente na vanguarda do exercito. Como si previsse o seu tristissimo fim, dizia aos que o felicitavam e applaudiam por vel-o de novo em armas que ia restituir á guerra o que só d'ella tinha recebido.

fez levantar-se o coronel e travando-lhe do braço o conduziu á bateria, lançando-lhe em rosto a pusillanimidade de seu procedimento. A cada tiro de canhão o misero official cahia por terra, allegando tropeçar em pedras ([1]).

Esta escandalosa fraqueza, de effeito desmoralizador pelo exemplo que offerecia aos soldados, foi motivo de paralysação da ala esquerda commandada pelo brigadeiro Callado.

Durante o combate, vendo Lavalleja que a nossa divisão da direita ganhava terreno cada vez mais, atacando os argentinos que occupavam as coxilhas, e receando da sorte de suas armas, tomou um alvitre desesperado: mandou atear fogo ao macegal do campo. Era seu fim servir-se do elemento destruidor para estabelecer confusão entre os nossos, dispersando-os, e assim confundir os da direita, sobre os quaes iam as chammas precipitar-se.

Executado este plano, começou o campo a arder em grandes labaredas, impellidas pelo vento que rijamente soprava de leste para oeste, ficando os argentinos a barlavento do

---

(1) Foi submettido a conselho de guerra o coronel Thomé Madeira, tendo contra si os testemunhos do marquez de Barbacena, marechal Brown, tenente-coronel Machado de Oliveira, coronel Seweloh e outros officiaes de patente superior. Os membros do conselho o absolveram, fazendo ouvir testemunhas que mencionaram occasiões em que o coronel revelára valor e presença de espirito.

Protestando contra esta parcialissima decisão, Barbacena, em officio de 15 de Maio de 1827, dirigido ao conde de Lages, ministro da guerra, disse:

«V. Exa., tomando em consideração as consequencias d'este processo, quer seja pela impunidade do crime, quer pelo desprezo de testemunhos dos generaes contra os subditos, dará a providencia que fôr propria para corrigir tanta immoralidade, tanta indisciplina e tanta cobardia.»

incendio. Espesso fumo, uma atmosphera pesada e suffocante, calor insupportavel, densa escuridão, tudo isto envolveu os nossos combatentes, a ponto de não avistarem o inimigo.

O incendio, de que lançaram mão os argentinos como recurso, foi um evidente signal de fraqueza.

Um exercito que tem em seu favor as vantagens resultantes do numero, da qualidade das armas e da posição, não se soccorre do fogo para envolver o inimigo: combate a peito descoberto, consciente de seu valor e seguro da victoria; não colloca a sua valentia por traz de labaredas.

O ardil foi suggerido como um meio efficaz de salvação. Temiam os republicanos que a chegada de Bento Manoel Ribeiro, com a reserva de 1.200 homens de cavallaria, decidisse a sorte da batalha, conseguindo o nosso triumpho.

Deram ao incendio o papel de concluir a batalha, sem riscos de suas vidas.

Quando occorria este imprevisto incidente que a todos encheu de surpresa, soube o general em chefe que haviam sido tomadas as carretas de bagagens e de munições. Um destacamento de cavallaria inimiga, atacando esses trens que mal defendidos haviam ficado á retaguarda do exercito, apprehendeu, sem disparar um tiro, duas caixas, encontrando, em uma d'ellas, duas velhas bandeiras brazileiras, que foram depois figurar jactanciosamente na cathedral de Buenos-Ayres como esplendidos trophéos conquistados em combate! Com ellas festejavam os argentinos o anniversario da batalha de Ituzaingo, como si a tivessem ganho realmente!

Vendo que a falta de munições tornava impossivel a continuação da batalha; que o incendio ameaçava contornar o exercito; que a brigada ligeira de Bento Manoel Ribeiro não vinha em auxilio de seus companheiros ([1]), o general marquez de Barbacena, obrigado por força maior, mandou tocar a retirada, a qual se effectuou em ordem, sem que os argentinos perseguissem as nossas forças. A batalha durára 11 horas.

---

(1) Bento Manoel, que dispunha de excellente cavallaria, fôra incumbido de observar e hostilizar os flancos do inimigo, mas com ordem de manter-se a uma legua de distancia, para, aos primeiros tiros, reunir-se ao exercito.

Ouviu, com effeito, os tiros, das 6 para as 7 horas da manhã de 20 de Fevereiro. Varios officiaes instaram com elle para que marchasse para o logar do combate; Bento Manoel mandou montar e seguiu, não em direcção ao Passo do Rosario, mas para ponto opposto: foi acampar tranquillamente na estancia do *Pau Fincado*, pertencente ao coronel Manoel Carneiro, a 10 leguas de distancia de Ituzaingo! Como explicar tão impatriotico procedimento? Parece que, escarmentado com a derrota soffrida em Sarandy, não quizera expôr a sua reputação a novo e inevitavel desastre.

O coronel allemão A. A. F. de Seweloh, em suas *Reminiscencias da campanha de 1827*, escreveu sobre Bento Manoel curiosas observações:

«Bento Manoel devia assumir gloriosamente o papel de uma reserva activa, si nós chegassemos a alcançar o inimigo e o fizessemos parar.

«Que occasião esplendida para conquistar uma reputação immorredoura, para colher louros eternos, para tirar uma desforra da ignominia de Sarandy, para gravar o nome de herói nos fastos da gloria brazileira! Bento Manoel tem de dar estricta conta de seu inexplicavel comportamento. Era gordo de mais, amigo dos commodos, muito inclinado ao *dolce far niente*, querendo todos os deleites em torno de si e no acampamento; nenhum cavallo podia supportar tão pesada massa: uma grande alma não podia habitar em tamanho corpo.»

A esta ultima asserção oppomos um pensamento do latinista, grammatico e poeta satyrico rio-grandense, Bibiano Francisco de Almeida:

Annibal, carthaginez,
De grande e robusto porte,
Foi tambem de uma alma forte
E grandes façanhas fez.

« A retirada, diz o insuspeito coronel allemão Seweloh, foi executada á custa de muitos esforços, na melhor ordem e com uma tal serenidade e sangue frio dos soldados, como eu nunca esperára no Brazil; e si Buenos-Ayres era muito superior em patriotismo, tactica, organização, equipamento e meios de ataque, nós não nos mostrámos inferiores na brilhante disposição de nossa retirada, para a qual muito concorreu a tranquillidade e coragem inexcedivel do general em chefe. »

Estudada hoje, á luz serena dos factos documentados, a batalha de Ituzaingo apresenta o caracter de uma acção indecisa; não houve derrota de nosso exercito, mas uma interrupção de combate, uma retirada honrosa, determinada por imperiosas circumstancias occasionaes.

O proprio commandante em chefe do exercito republicano, Carlos de Alvear, submettido a conselho de guerra pelo governo de seu paiz, pretendeu justificar-se, em sua *Exposicion*, de não ter podido conseguir victoria, allegando que só dispunha de 6.200 homens, ao passo que as forças brazileiras subiam a 10.000!

Os algarismos apresentados por Alvear desapparecem deante de provas que foram exhibidas por meio de mappas authenticos da qualidade e numero das forças em acção. De taes documentos colhemos os seguintes dados estatisticos, por meio dos quaes vamos demonstrar detalhadamente a importancia dos dois exercitos:

Estatistica da batalha de Ituzaingo travada a 20 de Fevereiro de 1827

EXERCITO ARGENTINO

Armas, Corpos e Commandos.	Praças	
Cavallaria: 1.° Corpo — Coronel Frederico Brandsen	460	
» 2.° » » José Maria Paz (morreu o 2.° commandante Bizary)	444	
» 3.° » » Angelo Pacheco	466	
» 4.° » » Juan Lavalle	509	
» 8.° » » Juan Zufriategui	520	
» 9.° » » Manoel Oribe	560	
» 16 » » José Olavarria	475	
» Couraceiros — Coronel Anacleto Medina	495	
» Colorados — Coronel José Maria Villela	500	
» Allemães — Barão Hein	260	
» Vanguarda — General Juan Antonio Lavalleja	3.690	8.379
Artilheria: 1.° Corpo — Coronel Zuarte com 24 peças		600
Infanteria: 1.° Batalhão — Manoel Corrêa	400	
» 2.° » Vicente Alegre	470	
» 3.° » Eugenio Garzon	300	
» 5.° » Antonio Dias ou Olazabal	408	1.578
Total do exercito argentino		10.557

EXERCITO BRAZILEIRO

Forças em combate

Corpos e Commandos	Caval.	Infant.	Artil.	Total
1.a Divisão: Brigadeiro Sebastião Barretto P. Pinto	1.496	1.139	—	2.635
2.a » » João Chrysostomo Callado	645	897	—	1.542
Artilheria: Coronel Thomé Fernandes Madeira, com 10 peças	—	—	240	240
1.a Brigada ligeira: Coronel Bento Manoel Ribeiro	—	—	—	—
2.a » » » Bento Gonçalves	590	—	—	590
Sommas parciaes	2.731	2.036	240	5.007

Forças fóra de combate

Corpos e Commandos	Caval.	Infant.	Artil.	Total
1.ª Divisão: Brigadeiro Sebastião Barretto P. Pinto	197	95	—	292
2.ª » » João Chrysostomo Callado	170	58	—	228
Artilheria: Coronel Thomé Fernandes Madeira, com 10 peças	—	—	—	—
1.ª Brigada ligeira: Coronel Bento Manoel Ribeiro	1.200	—	—	1.200
2.ª » » » Bento Gonçalves. . .	—	—	—	—
Sommas parciaes	1.567	153	—	1.720

Forças em combate	5.007
» fóra de combate	1.720
Total do exercito brazileiro	6.727

Nota — Não foi comprehendida n'esta estatistica a columna de 560 paizanos de cavallaria, commandada pelo general José de Abreu, barão do Serro Largo, que fazia a vanguarda, porque debandou no começo da acção.

Por estes dados estatisticos vê-se que a força numerica do exercito argentino era de 10.557 praças contra 5.007, de que se compunha o exercito brazileiro.

Confrontando-se dois mappas do inimigo: um organizado no dia da batalha e o outro a 22 de Abril seguinte, verificou-se 1.710 homens de differença para menos — o que demonstra, na opinião do duque de Caxias, que a perda dos republicanos subiu a mais de 1.000 soldados [1]; outros, porém, reduzem-n'a a 250 homens.

Os brazileiros tiveram 242 mortos, segundo consta de documentos officiaes.

---

(1) Vide a resposta do marquez (depois duque) de Caxias ás perguntas do Instituto Historico sobre a batalha de Ituzaingo.

Quasi todos os historiadores têem commettido a injustiça de acoimar de inepto o marquez de Barbacena e de recriminal-o pelo facto de não vencer a batalha, como si fosse possivel a qualquer general obter victoria com um exercito pequeno, mal armado, pessimamente mantido, indisciplinado, tendo já soffrido os desastres do Rincão das Gallinhas e do Sarandy, contra um exercito superior em numero, em organização, em disciplina, e, além de tudo, exaltado pelo grande sentimento do amor da patria, que produz em todos os animos uma especie de fervoroso fanatismo. Taes escriptores seguem erroneamente a tradição, impressionados pelas accusações tremendas que n'aquella epocha de effervescencia politica foram levantadas contra o marquez, accusações que tinham por objectivo magoar profundamente a D. Pedro I, amigo intimo do illustre titular.

Contra Barbacena ergueu-se no parlamento a voz poderosa do deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, o mais possante antagonista do poder pessoal do monarcha (1). De todos os revezes da batalha apontou como responsavel o general, sem lhe levar em conta o deploravel estado das tropas confiadas á sua direcção. Desprestigiando-o, Bernardo de Vasconcellos attrahia sobre o imperador a odiosidade popular —empenho para o qual todas as armas lhe pareciam bôas.

---

(1) O grande estadista Bernardo Pereira de Vasconcellos, o mestre do parlamentarismo brazileiro, o organizador de nosso *Codigo criminal* no primeiro reinado, nasceu em Villa Rica, hoje Ouro Preto (Minas Geraes), a 27 de Agosto de 1795 e falleceu no Rio de Janeiro a 1.° de Maio de 1850.

Como confirmação valiosa d'estes assertos, fazemos nossas as palavras que sobre o assumpto escreveu o emerito publicista bahiano Eunapio Deiró:

«Bernardo de Vasconcellos analysou todos os erros da campanha; encareceu todos os sacrificios do sangue do povo. Não poupou em seu rigor o general que, victima da ineptidão do governo, se comportára dignamente no campo de batalha. Nos seus intuitos convinha expôr a direcção da guerra aos odios populares para ferir, desprestigiar e abater o imperador, que teimava em ser senhor absoluto. As accusações que o deputado mineiro accumulou contra o general marquez de Barbacena, da intima confiança do imperador, foram tão graves e calaram tanto no animo nacional, que, transmittidas ás gerações successivas, ainda são repetidas. O marquez de Barbacena passou aos olhos de seus contemporaneos como o responsavel de erros que não commetteu e ainda é victima dos supersticiosos da tradição (1).»

Mas a posteridade não póde, não deve constituir-se echo inconsciente de paixões partidarias, porém formar friamente o seu criterio pelo estudo dos documentos que instruem os factos. Releva dizer que mesmo n'aquelle tempo outros parlamentares preponderantes, como Hollanda Cavalcanti e

---

(1) EUNAPIO DEIRÓ: *Estudos de historia politica — O senador Bernardo Pereira de Vasconcellos. Revista da União Academica* (Rio de Janeiro, 1897), fasc. I, pags. 13 e 14.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ([1]), imputaram os desacertos da campanha á incapacidade do ministro da guerra, de quem amargamente se queixava o marquez em sua correspondencia official.

Obedecendo ao progresso da sciencia historica, que determina inquirições novas e imparciaes para a instauração de novos processos de analyse e de julgamento, cumprimos o dever de rehabilitar a memoria do marquez de Barbacena, collocando-o no logar de honra condigno de sua dedicação e de seu patriotismo. A retirada por elle effectuada de Ituzaingo ao Passo de S. Lourenço, isento de perseguição do inimigo, foi um bello feito de armas, pois equivaleu a uma victoria: tal o juizo dos profissionaes.

Accusado ainda por seus companheiros de armas, brigadeiro Cunha Mattos e marechal Gustavo Brown, que, opinando contra a retirada, admittiram a possibilidade de nossa victoria, foi o marquez de Barbacena dispensado do cargo de general

---

(1) «Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti asseverou que o culpado de todas as derrotas que o exercito brazileiro soffria era o ministro da guerra, João Vieira de Carvalho (barão de Lages), pela incapacidade reconhecida e constante de que dava abonos claros no exercicio da repartição que lhe estava confiada. Vergueiro, alargando o circulo estabelecido pelos oradores que o tinham precedido na tribuna, combateu o systema politico e administrativo inaugurado e seguido pelo governo desde 1823: quaesquer que tivessem sido as mudanças de ministros, perseverava sempre a mesma direcção — o que provava a existencia do governo pessoal e não de regimen representativo; de secretarios de estado e não de ministros responsaveis; não havia liberdade consignada na constituição que não houvesse sido violada; não se apontava direito de que o governo não tivesse zombado.»

J. M. PEREIRA DA SILVA: *Segundo periodo do reinado de Dom Pedro I no Brazil — Narrativa historica* (Rio de Janeiro, 1871), pags. 210 e 211.

em chefe do exercito em operações no sul. Reassumiu taes funcções o general Carlos Frederico Lecór, visconde da Laguna. Porém o marquez não decahiu do grande conceito em que o tinha o imperador: este chamou-o a si para confiar-lhe missões da alta relevancia (1).

---

(1) O marquez de Barbacena foi incumbido de desempenhar duas importantes commissões na Europa: acompanhar ás côrtes de Vienna e de Inglaterra a princeza D. Maria da Gloria, advogando para ella a causa do throno portuguez usurpado por seu tio D. Miguel, e conseguir nova esposa para o imperador.

Para o segundo empenho, dirigiu-se D. Pedro a seu sogro, o imperador d'Austria, solicitando-lhe a mão de uma cunhada. É natural que este monarcha, sabendo quanto soffrêra sua filha, a princeza Leopoldina, recebesse com extranheza semelhante pedido. A recusa foi delicada, mas formal.

Pretendeu D. Pedro casar com uma princeza da Baviera, porém alguns jornaes allemães o denunciaram como mau esposo, e nada se conseguiu.

Escolhida uma princeza da Sardenha, nova recusa correspondeu aos empenhos de Francisco I, interessado em contentar a seu genro. Lembraram-se de tres princezas da casa de Wurtenberg, *todas lindas e mui bem educadas*, Paulina, Isabel e Antoinette: nenhuma acceitou o pedido.

Depois da recusa de oito princezas, foi o marquez de Barbacena visitar o duque de Orleans e sondou-lhe a opinião sobre o casamento com uma princeza de sua casa. O duque apresentou-lhe esta objecção: — E a marqueza de Santos? — Oh! meu principe, atalhou o marquez, com rapidez e destreza, *c'est une affaire finie!* E accrescentou logo, para se não comprometter em tão melindroso negocio: A questão é que não tenho auctorização alguma a este respeito, pois o casamento foi confiado ao imperador d'Austria e não a mim — e passou ligeiramente a conversação para outro assumpto.

Em carta dirigida ao marquez a 27 de Junho de 1828 dizia-lhe D. Pedro: «O meu desejo e grande fim é obter uma princeza que por seu nascimento, formosura, virtudes e instrucção, venha a fazer a minha felicidade e a do imperio. Quando não seja possivel reunir as quatro condições, podereis admittir alguma diminuição na primeira e quarta, comtanto que a segunda e terceira sejam constantes. Todos os meios que a vossa sagacidade e zelo empregar para conseguir este fim, serão por mim approvados, e por isso vos inclúo tres assignaturas em branco e ponho á vossa disposição a minha legitima. Estou certo que desempenhareis as funcções de fiel creado, tanto acompanhando minha filha e rainha de Portugal para Vienna, como minha augusta noiva para o Brazil.»

Atravez de mil difficuldades e intrigas politicas de Metternich, celebre ministro de Francisco I, conseguiu o marquez de Barbacena celebrar contracto

Descontente o governo argentino pelo facto de não ter o general Carlos de Alvear conquistado a victoria que se esperava da superioridade de suas forças, que nem foram empregadas em perseguir os brazileiros, quando estes, suspendendo o fogo, se recolheram para o Rio Grande do Sul,

---

matrimonial, a 30 de Maio de 1829, entre D. Pedro e a princeza Amelia Augusta Eugenia, filha da duqueza de Leuchtenberg e sobrinha da imperatriz d'Austria. (*) Este satisfactorio resultado foi obtido por interferencia do visconde da Pedra Branca. Para obstar-se o casamento propalou-se, ora que a marqueza de Santos iria á Europa, ora que Pedro I havia tratado casamento com ella.

Na opinião dos ministros austriacos, o imperador do Brazil fôra *assassino de sua esposa.*

Logo que teve noticia de que se tratava de segundas nupcias, a marqueza de Santos pretendeu impedir que o casamento se effectuasse e exigiu a destituição do marquez de Barbacena: este foi substituido pelo marquez de S. João da Palma. Em obediencia á amante, escreveu D. Pedro a Barbacena desistindo do casamento; porém chegou tarde esta deliberação, pois que o contracto já havia sido effectuado. Mallogrou-se a victoria de Domitilia. Findou o escandaloso romance. Após fortissima altercação com D. Pedro, retirou-se ella do paço.

A 20 de Julho de 1829 mandou D. Pedro o ministro do imperio á residencia da marqueza declarar-lhe que, estando justo o seu casamento, era necessario ao decóro imperial que ella sahisse do Brazil; que se lhe daria 300:000$000 por seus predios. A marqueza respondeu que por coisa alguma abandonaria o paiz; que não se julgava criminosa para ser desterrada. Como apezar de todos os empenhos, persistisse em ficar, o imperador expediu ordem para que lhe fossem retirados os creados e escravos que a serviam e que ella só recebesse a pensão de 1:000$000 mensal, garantida por decreto. Assim findaram definitivamente as relações que durante 7 annos manteve D. Pedro com a celebre Domitilia ou Domitilla ou Demithildes, marqueza de Santos.

A 2 de Agosto de 1829 celebrou-se officialmente em Munich o casamento do imperador com a princeza D. Amelia de Leuchtenberg.

A 27 de Agosto reuniram-se a bordo da fragata brazileira *Imperatriz*, surta no porto de Portsmouth, a imperatriz D. Amelia, seu irmão o principe Augusto, a rainha de Portugal D. Maria da Gloria, D. Leonor da Camara, preceptora da rainha, e os marquezes de Barbacena e de S. João da Palma.

(*) D. Amelia nasceu em Munich a 31 de Julho de 1812. Casou, portanto, aos 17 annos. Falleceu em Lisboa, no Palacio das Janellas Verdes, a 26 de Janeiro de 1873.

demittiu o referido official de seu elevado cargo e o substituiu pelo general Dorrego.

Por intervenção da Inglaterra firmou-se no Rio de Janeiro, a 27 de Agosto de 1828, o tratado de paz, figurando por parte da Republica Argentina os generaes Balcarce e Guido.

A 16 de Outubro de 1829 chegavam ao Rio de Janeiro as duas soberanas.

Effectuou-se no dia seguinte o casamento religioso.

Para solemnizar este acontecimento, D. Pedro creou a ordem da Rosa, inspirado na côr do vestido com que desembarcára a imperatriz.

Plenamente satisfeito com as commissões desempenhadas pelo marquez de Barbacena, o imperador agraciou-o com a gran-cruz da ordem da Rosa; concedeu o titulo de visconde de Barbacena, com grandeza, a seu filho primogenito, Felisberto Caldeira Brant e nomeou camarista a seu filho segundo, Pedro Caldeira Brant.

« O marquez de Barbacena, diz o seu biographo, foi o primeiro subdito a quem o imperador deu o habito da ordem de Pedro I, concorrendo a circumstancia de, indo um dia o marquez ao paço receber as ordens de D. Pedro, ter a imperatriz segurado na fita do habito, emquanto o imperador com um alfinete prendia-a na casaca do marquez (*). »

Como publico testemunho da mais alta consideração, dirigiu-lhe o monarcha a seguinte carta-alvará:

« Honrado marquez de Barbacena, amigo. Eu, o imperador constitucional e defensor perpetuo do Brazil, vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo.

« Havendo-vos encarregado não só de acompanhar á Europa minha muito amada e prezada filha, a rainha de Portugal e Algarves, D. Maria II, que hoje por ordem minha e zelo vosso se acha n'esta muito heroica e leal cidade do Rio de Janeiro; mas tambem de tratar do meu casamento, já felizmente effectuado: E tendo muito a meu contento e com o vosso costumado desinteresse desempenhado commissões tão delicadas: Hei por bem hourar-vos por estes singulares serviços, e para que todos os meus subditos conheçam o apreço que faço de vossa pessoa, vos mando esta.

« Nosso Senhor vos tenha em sua santa guarda.

« Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Dezembro de 1829, 8.º da independencia e do imperio. IMPERADOR. — *José Clemente Pereira.* — Snr. marquez de Barbacena. »

(*) A ordem de Pedro I, creada a 16 de Abril de 1826, distinguiu, além de alguns membros da familia imperial, sómente a dois brazileiros: o marquez de Barbacena e o duque de Caxias, quando voltou da guerra do Paraguay.

N'esse documento o Brazil reconhecia a independencia da Provincia Cisplatina, que passou a chamar-se *Estado Oriental do Uruguay*.

Em virtude do tratado, a 24 de Abril de 1829 o general Francisco José de Souza Soares de Andréa retirou as forças brazileiras que occupavam a cidade de Montevidéo.

No decorrer dos annos de 1827 e 1828 grande numero de tratados commerciaes foram estabelecidos com as principaes potencias européas e com os Estados Unidos da America do Norte; inaugurou-se a Faculdade de Direito de S. Paulo a 1.° de Março de 1828 e a de Olinda a 15 de Maio do mesmo anno; por lei de 15 de Outubro de 1827, foram estabelecidas muitas escolas de primeiras lettras em todas as cidades, villas e povoações, e d'este modo satisfeitas as reclamações do commercio e da instrucção popular.

Desejoso de combater a impopularidade em que o seu governo demasiadamente pessoal cahia cada vez mais, D. Pedro, attendendo ás reclamações feitas contra os vexames do recrutamento, mandou engajar na Europa colonos, sob promessa de empregal-os no serviço da agricultura, mas destinados a reforçar os corpos de soldados allemães existentes no paiz.

D'esta commissão foi incumbido o coronel inglez Cotter, por cuja influencia vieram para o Brazil cerca de 3.000 homens, irlandezes e allemães, attrahidos por um contracto

que lhes offerecia as vantagens seguintes: passagens, salarios de um shilling diario (vigesima parte de uma libra esterlina); alimentação; vestuario por determinado tempo; concessão gratuita de quarenta geiras de terras ferteis a quantos servissem no exercito por espaço de 5 annos e faculdade de regressar á patria, caso não quizessem permanecer no Brazil. Pelo contracto eram obrigados a apprender exercicios militares durante 4 horas por dia. Acceitas estas bases, chegaram ao Rio de Janeiro os colonos, e como o governo lhes não tivesse mandado preparar alojamentos, foram recolhidos aos quarteis de S. Christovão, da rua dos Barbonos e da Praia Vermelha.

Pungente desengano os esperava.

Suppunham vir encontrar collocação immediata em terras devolutas e instrumentos de trabalho que lhes garantissem bem estar e relativo conforto; infelizmente, a imprevidencia do governo os deixou em cruel abandono. Quando sahiam a percorrer as ruas, fugindo ao ar insalubre dos alojamentos, e expunham em espectaculo a sua desoladora miseria, desfigurados, andrajosos, semi-nús, descalços em sua maior parte, a garotagem os perseguia com apupos, levando ás vezes a sua selvajaria a ponto de os aggredir a pedradas.

Protestaram os infelizes contra a barbaridade de tal acolhimento, e, queixando-se de que haviam sido illudidos, pediram ao governo os fizesse regressar a seus paizes.

Como solução a tão justificado descontentamento, viram-se obrigados a assentar praça, formando assim tres batalhões.

No quartel do campo da Acclamação, hoje Campo de Sant'Anna, estacionou um corpo de irlandezes e em S. Christovão e Praia Vermelha dois corpos de allemães, com as denominações: aquelle, 3.° de granadeiros, e estes, 2.° de granadeiros e 28.° de caçadores.

Os allemães que guarneciam S. Christovão (2.° de granadeiros) levantaram-se, pelo facto de ser castigado um soldado pertencente ao referido corpo: insubordinaram-se tambem os outros dois corpos, a ponto de na Praia Vermelha assassinarem o major Benedicto Theola, accusado de lhes roubar o soldo.

Deu-se o primeiro conflicto do seguinte modo: A um soldado allemão, que deixára de fazer a continencia devida a um official, fôra applicado certo numero de chibatadas, e no dia seguinte, recusando elle despir-se para continuar o castigo, ia-se-lhe duplicar a flagellação, quando sobre o facto intervieram seus camaradas, indignados pela severidade brutal: conseguiram pela força arrancar a victima a seus verdugos, declarando que a continencia não era obrigada depois das Ave-Marias. Alguns irlandezes reuniram-se aos allemães de S. Christovão e dois batalhões allemães chegados, havia pouco, de Pernambuco, juntaram-se aos irlandezes do Campo de Sant'Anna. Por ordem do ministro da guerra, commandou as forças brazileiras o conde do Rio Pardo. Durante os dias 10 e 11 de Junho de 1828 esteve o Rio de Janeiro em alarme.

No conflicto morreram 60 extrangeiros, ficando feridos cerca de 100.

O soldado allemão Steinhausen, chefe dos que intercederam

em favor de seu compatriota deshumanamente punido, foi fuzilado, recebendo a descarga com o sangue frio proprio de heroe que se sacrifica por uma causa justa.

Ordenou o governo fossem dissolvidos os tres batalhões e se retirassem do Rio de Janeiro; 1.400 irlandezes regressaram para a sua patria; 600 allemães seguiram para as colonias do Rio Grande do Sul e 101 familias irlandezas, compostas de 222 pessoas, patrocinadas pelo visconde de Camamú, presidente da provincia da Bahia, foram estabelecer um nucleo colonial no sitio do Rio do Engenho, comarca de Ilhéos.

Para restabelecer a ordem, o imperador demittiu do cargo o ministro da guerra Francisco Cordeiro da Silva Torres e o substituiu por Joaquim de Oliveira Alvares, mais tarde visconde de Jerumirim. Solidarios com seu collega, pediram demissão o ministro do imperio Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda; o da justiça Lucio Soares Teixeira de Gouvêa e o da fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquez de Abrantes.

CAPITULO XXVII

A IMPRENSA BRAZILEIRA EM 1828. LEVANTAMENTO DE PRETOS NA BAHIA. O CONTRA-ALMIRANTE FRANCEZ ROUSSIN. MOTIM NO RECIFE. ATTITUDE DA CAMARA CONTRA AS COMMISSÕES MILITARES. MINISTROS ACCUSADOS. A FALA DE ENCERRAMENTO DA CAMARA — 1828 E 1829.

Do anno de 1827 em deante começou D. Pedro a sentir em seu throno fortissimos abalos. Como as trombetas que, segundo a tradição lendaria, derrocaram os muros de Jerichó, outra tuba mais sonorosa e mais potente convulsionava de sul a norte as velhas instituições, proclamando as garantias e os direitos do povo e reclamando o serio cumprimento das praticas constitucionaes e representativas, abertamente falseadas pelo imperador. Surgia a imprensa livre, a imprensa flagelladora, erguida contra humilhações e opprobrios; na phrase hugoana, «o clarim vivo da humanidade, a tocar a alvorada dos povos, annunciando em voz alta o reinado do direito.»

Em 1828 existiam no paiz 37 jornaes, discriminados do seguinte modo, por provincias, por partidos — *livres*

ou opposicionistas e *ministeriaes* ou governistas — e neutros:

PARÁ — *Telegrapho Paraense*, neutro.

MARANHÃO — *Pharol Maranhense*, *Observador Constitucional*, livres; *A Minerva*, ministerial.

CEARÁ — *O Cearense*, neutro.

PERNAMBUCO — *Abelha Pernambucana*, *Constitucional*, *Diario de Pernambuco*, livres; *Cruzeiro*, *Amigo do Povo*, ministeriaes.

BAHIA — *O Bahiano*, livre; *O Pharol*, *A Gazeta da Bahia*, *Correio da Bahia*, ministeriaes.

RIO DE JANEIRO — *A Malagueta*, *A Astréa*, *Luz Brazileira*, *A Aurora Fluminense*, livres; *Diario Fluminense*, *Jornal do Commercio*, *Analysta*, *Courrier du Brésil*, ministeriaes; *Diario do Rio* (só de annuncios), neutro; em Nictheroy — *Echo da Praia Grande*, neutro.

MINAS GERAES — *Ouro Preto*, *O Universal*, *S. João d'El-Rei*, *O Astro*, *Tejuco*, *O Echo do Serro*, livres; *S. João d'El-Rei*, *Amigo da Verdade*, *Ouro Preto*, *Telegrapho*, ministeriaes.

S. PAULO — *Pharol Paulista*, livre.

RIO GRANDE DO SUL — *Constitucional Rio Grandense*, *O Amigo do Homem e da Patria*, livres.

Antes de assignalar a decidida influencia que *A Aurora Fluminense* exerceu nos destinos de nossa patria, temos prazer em apresentar, como homenagem de homem de imprensa, rapida noticia sobre a mais antiga e a maior das gazetas que presentemente honram o continente sul-americano.

O francez Emilio Seignot Plancher, dono de uma typographia situada á rua do Ouvidor n. 203, encetou no anno

de 1824 a publicação do *Spectador Brazileiro*, periodico publicado tres vezes por semana e diariamente quando funccionava a assembléa legislativa. Pela abundancia de noticias e pelo criterio de sua redacção, mereceu a gazeta acceitação do publico fluminense, o que animou Emilio Plancher a melhorar as condições materiaes de sua empreza. No anno de 1827 mudou o proprietario o titulo da folha para *Jornal do Commercio.*

O primeiro numero d'este jornal appareceu a 1.° de Outubro de 1827: era de tamanho de uma folha de papel almasso, commum, a duas columnas, formato em quatro paginas de 20×30cm.

Abaixo do cabeçalho lia-se:

«De hoje por deante continuar-se-ha a publicação d'este JORNAL DO COMMERCIO.

«Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores negociantes conterá diariamente tudo o que diz respeito ao commercio, tanto em annuncios, como em preços correntes exactos de importação e exportação, entrada e sahida de embarcações, etc., etc.

«Os proprietarios bem ao facto de todos os ramos mercantis d'esta capital não pouparão nem despezas nem zelo para tornar esta empreza digna de acceitação publica, e rogam para melhor desempenho dos seus deveres a protecção e assistencia do honrado corpo do commercio.

«As assignaturas se fazem na rua d'Alfandega n. 47, onde igualmente se recebem, antes do meio dia, todos os annun-

cios mercantis, que devem *sem falta* ser inseridos no dia seguinte.

«O preço da assignatura é de 640 réis por mez, pagos adeantados» (1).

A 21 de Dezembro de 1827 surgiu da typographia do *Diario do Rio de Janeiro* a folha politica e litteraria intitulada *A Aurora Fluminense*, fundada por José Apollinario de Moraes, estudante do seminario de S. José e natural de Porto Alegre, dr. José Francisco Sigaud, Francisco Chrispiniano Valdetaro e Evaristo Ferreira da Veiga. Trazia como epigraphe esta quadra de uma poesia de D. Pedro I:

> Pelo Brazil dar a vida
> Manter a constituição,
> Sustentar a independencia
> É a nossa obrigação.

---

(1) Actualmente o *Jornal do Commercio* apresenta o formato de 58 × 76cm, a nove columnas por pagina, typo corpo 7. A media das paginas diarias é de 10, tendo já publicado 40 em occasiões especiaes.

A assignatura é de 60$000 por anno.

Em 1901 seu pessoal effectivo compunha-se de 459 pessoas.

É seu gerente e redactor-chefe o dr. José Carlos Rodrigues, que o adquiriu por compra a 17 de Outubro de 1890, com 23 associados, pela quantia de 3.500:000$000, sob a firma Rodrigues & C.

Pela auctoridade de suas opiniões e por seu brilhante desenvolvimento — testemunho diario e eloquente de nossa civilisação — é esta gazeta uma das mais importantes da America latina.

Um de seus redactores e chefe da reportagem, Ernesto Senna, publicou em 1901 um opusculo de 17 paginas sob o titulo *Jornal do Commercio*, com apontamentos minuciosos sobre esta illustre empreza.

Em fins do anno de 1828 assumiu Evaristo Ferreira da Veiga ([1]) a exclusiva redacção da *Aurora*, imprimindo-lhe caracter fortemente politico e contrario ao governo do imperador. Pela elevação e brilhantismo das idéas, moderação da linguagem e sisudez dos conceitos, tornou-se esta notavel gazeta orgão do partido liberal *moderado* e impulsionou o espirito publico, orientando-o na apreciação dos factos politicos. Todas as grandes qualidades que distinguem um jornalista possuia-as o fluminense patriota, tornando-o distincto entre seus collegas.

Em seu artigo *Progresso do jornalismo no Brazil*, offerecido no anno de 1846 ao Instituto Historico e Geographico do Brazil, Francisco de Souza Martins consagrou á folha liberal este elogio:

« Entre os jornaes que subsequentemente se publicaram, faremos especial menção da *Aurora Fluminense*, periodico politico, que começou a sahir á luz em Dezembro de 1827 e que em todo o tempo de sua existencia de 8 annos gosou de uma voga extraordinaria, porque parecia dirigir a opinião publica das principaes classes da população, pela justeza de sua critica, pela polidez de suas expressões e jovial ironia

(1) Evaristo Ferreira da Veiga, que exercia a profissão de livreiro, nasceu no Rio de Janeiro a 8 de Outubro de 1799 e falleceu a 12 de Maio de 1837. Foi eleito deputado por Minas Geraes em tres legislaturas, de 1830 a 1837, sendo n'esta ultima tambem eleito pelo Rio de Janeiro. Era socio benemerito da sociedade *Amante da instrucção*, socio do Instituto Historico da França e da Arcadia Romana (Vide Blake).

com que tratava seus adversarios, e principalmente pelas doutrinas liberaes professadas com moderação e bom senso politico, o que acarretou ao partido de que era orgão a denominação de moderado (1).»

Da *Aurora* diz o dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo em seu estudo *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*: «Em vez de divagações indiscretas e insulsas, que pejavam as paginas dos periodicos da epocha, lia-se n'aquelle jornal uma linguagem expressiva, porém commedida, uma ironia frisante, porém branda, precisão e fluidez no estylo, belleza e riqueza de idéas (2).» Em seu *Diccionario Bibliographico*, o dr. Sacramento Blake faz de Evaristo da Veiga esta laudatoria apreciação: «Foi na *Aurora* que Evaristo elevou-se á altura a que nenhum jornalista nosso tem subido: esta folha póde ser consultada com segurança como um thesouro da historia da epocha.»

Com um contendor d'esta ordem, serenamente formidavel, e com a opposição chefiada na camara por Bernardo Pereira de Vasconcellos, nosso Mirabeau pela energia das accusações, o poder auctoritario de D. Pedro sentia-se desamparado de todos os patriotas e tendia a desapparecer rapidamente de nosso scenario politico.

Um levantamento de escravos appareceu na Bahia em Março de 1828. Na madrugada do dia 8 grande multidão de

(1) *Rev. do Inst. Hist.* tom. VIII, pag. [illegible].

(2) *Rev. do Inst. Hist.*, tom. XXVIII, 2ª part. pag. [illegible].

africanos abandonaram os engenhos em que serviam e foram reunir-se em Pirajá, dispostos a reagir contra a oppressão semi-barbara de seu captiveiro.

Logo que o presidente da provincia José Egydio Gordilho de Barbuda, visconde de Camamú, teve conhecimento d'esta rebellião, antes que os pretos, por vingança, praticassem correrias e attentados, fez aprompttar um corpo de policia e um batalhão de milicianos, visto que as tropas de linha haviam marchado para as guerras no Rio Grande do Sul e na Cisplatina, e expediu aquellas forças contra os negros sublevados.

Deu-se o encontro nas immediações de Pirajá: mais de 600 pretos foram mortos a tiro e a espada; 350 presos, acorrentados e conduzidos á capital, calculando-se em 200 os que conseguiram escapar á perseguição, internando-se nas mattas.

A 5 de Julho de 1828 partiram para a Europa a fragata *Imperatriz* e a corveta *D. Francisca*, levando a princeza D. Maria da Gloria, rainha de Portugal, acompanhada do marquez de Barbacena, incumbido por D. Pedro de interceder, junto ás côrtes d'Austria ou de Inglaterra em favor d'aquella soberana, cujo throno havia sido usurpado por D. Miguel de Bragança.

N'este mesmo dia 5 entrou a barra do Rio de Janeiro o contra-almirante francez barão de Roussin com a nau *Jéan Bart* e as fragatas *La Terpsichore* e *L'Arethuse* e o brigue *La Railleuse*. Juntaram-se estes navios aos existentes no porto

—corvetas *L'Isis* e *Lesbia* e brigue *L'Iris*, pertencentes á divisão naval franceza do Brazil e do Rio da Prata. A esta força incorporaram-se o brigue *Le Cygne*, chegado de Montevidéo a 8 e a fragata *La Magicienne* no dia 17.

Encarregado por seu governo de empregar meios violentos, Roussin reclamou de nosso governo a prompta entrega dos navios de sua nacionalidade que foram apresados no bloqueio do Rio da Prata.

Não era possivel resistir a esta formal intimação, porque a capital do imperio só tinha em seu porto a nau *Pedro I*, a fragata *Principe Imperial*, a corveta *Carioca*, os brigues *Pampeiro* e *Pirajá* e a canhoneira *Despique Paulistano*.

Dizem alguns historiadores que dispunha-se Roussin a bombardear o Rio de Janeiro e já tinha para isso mandado accender morrões ([1]), quando o governo imperial ordenou a entrega dos navios questionados. Exigiu este official o pagamento immediato de indemnização por prejuisos e damnos soffridos pelas embarcações. Convencionou-se que tal pagamento se effectuaria no decorrer do anno de 1829 e assim apaziguou-se o conflicto internacional ([2]).

---

(1) O illustrado pesquisador brazileiro, barão do Rio Branco, nega este facto, dizendo á pag. 174, 1.º vol., de suas *Ephemérides Brazileiras* (Rio de Janeiro, 1892): « É inexacto que Roussin houvesse apresentado de morrões accesos a sua reclamação e que as duas camaras estivessem dispostas a resistir. »

(2) « A convenção para pagamento das indemnizações reclamadas pelo barão Roussin foi celebrada a 21 de Agosto de 1828, e encontra-se (não tendo sido publicada na collecção das leis) á pag. 64 do vol. II dos *Apontamentos para o direito internacional* pelo conselheiro Antonio Pereira Pinto. »

LUIZ FRANCISCO DA VEIGA: *O primeiro reinado estudado á luz da*

Em principio do anno de 1829 deu-se um motim popular no Recife, conseguindo os sediciosos arrombar a cadeia e soltar os presos, para auxilial-os no intento de se depôr o governo legal e inaugurar-se de vez a republica. Suffocada a revolta, D. Pedro, por decreto de 27 de Fevereiro de 1829, declarou a provincia em estado de sitio, isto é, foram suspensas todas as garantias constitucionaes, para que uma commissão militar, presidida pelo governador das armas, brigadeiro Antéro José Ferreira de Britto, pudesse *verbal e summarissimamente* julgar os implicados em crime de rebellião.

Por um só decreto viram-se *doze* provincias privadas da liberdade individual, entregues a verdadeiros tribunaes inquisitoriaes, sem terem para quem appellar, porque o crime de lesa-constituição partia do proprio monarcha.

O execravel decreto, com que D. Pedro, ainda uma vez, feriu os brios de nossa patria, foi concebido n'estes termos:

«Tendo apparecido na provincia de Pernambuco uma rebellião que pretende destruir a fórma do Governo Monarchico Constitucional, estabelecido e jurado n'este imperio (1); e sendo possivel que se desenvolvam algumas ramificações d'esta rebellião na provincia do Pará: Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, fazer ostensivo a essa provincia o decreto da data de hoje que crêa uma commissão

---

sciencia ou a Revolução de 7 de Abril de 1831 justificada pelo direito e pela historia (Rio de Janeiro, 1877) pag. 126, nota n. 1.

(1) E perjurado pelo chefe da nação . . .

militar na provincia de Pernambuco; a qual será semelhantemente composta do governador das armas como presidente; de um juiz relator, que será o ouvidor da comarca ou magistrado da terra mais visinha, e de tres vogaes, nomeados pelo dito governador das armas, logo que na mesma provincia se suspendam as formalidades que garantem a liberdade individual. As auctoridades, a quem o conhecimento d'este pertencer, o tenham assim entendido e o façam executar. Paço, em 27 de Fevereiro de 1829, 8.° da independencia e do imperio. Com a rubrica de sua magestade imperial e *constitucional.* Referendado pelo ministro da guerra Joaquim de Oliveira Alvares. »

De egual teor foram expedidos decretos para as provincias do Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Matto-Grosso e Rio Grande do Sul [1], com differença, porém, que para esta ultima provincia foi em data de 16 de Março do mesmo anno, e para as provincias do Ceará, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas e Sergipe, se declarou — Commandante das armas como presidente. E para as de Maranhão e Bahia se dizia, quanto ao juiz relator: que será o ouvidor do crime, seguindo-se logo: e de tres vogaes, etc.

Interprete dos clamores e protestos que se erguiam de norte a sul do imperio, abriu-se a assembléa geral, extraordinaria, a 2 de Abril de 1829.

---

(1) Apavorado com a sua propria sombra, D. Pedro I via conspiradores em toda a parte do Brazil.

Em vez de procurar diminuir os effeitos causados pelas medidas de extremo rigor com que affrontára todo o paiz, D. Pedro empregou na fala do throno expressões de ameaça, como si fôra o czar de todas as Russias, ou como si, em pleno parlamento, quizesse, de botas e chicote, caricaturar Luiz XIV e affirmar perante a America: «O Estado sou eu.»

Fazendo referencia ao motim popular occorrido em Pernambuco, disse D. Pedro no documento official apresentado á nação:

«A ordem e o socego interior das nossas provincias que se acham em perfeita tranquillidade foi alterada sómente na de Pernambuco, onde *um partido desorganisador* ousou, a despeito de todas as considerações, levantar a voz da rebellião, contra a qual o governo foi obrigado a tomar medidas extraordinarias, por ser de meu rigoroso dever *alçar*, em casos taes, *a espada da justiça, como sempre farei com egual energia* contra qualquer partido que se arrojar a offender a fórma do governo monarchico, constitucional, representativo.»

A espada da justiça alçada pelo imperador era a suspensão de garantias individuaes e o julgamento por militares, sem fórma alguma de processo.

Discursos energicos foram proferidos na camara dos deputados, a estigmatizar o deshumano procedimento do monarcha e de seus ministros da guerra e da justiça. Os decretos de 27 de Fevereiro de 1829, espalhados no paiz como pregões de tremendos castigos a todos os brazileiros patriotas,

constituiram o assumpto de discussões calorosas, de que devemos dar idéa n'esta obra, por meio de topicos de sensação.

Em sessão de 11 de Abril, disse o deputado Xavier de Carvalho:

«Srs. A provincia de Pernambuco soffre hoje o maior dos flagellos; entregue á commissão militar, que obrará conforme a vontade de seu commandante das armas, está sendo devastada! E poderá a camara ser indifferente a tão grande calamidade publica?»

Em sessão de 14 do mesmo mez, o deputado Hollanda Cavalcanti:

«A patria, srs., está em perigo, como se deduz da fala do throno; e quem nos diz que o poder moderador reconhece que devemos lançar mão de um expediente forte para remediarmos os nossos males? Deverão os ministros ficar como Nero, rindo-se á vista do incendio de Roma? É preciso, srs., que façamos sentir aos ministros o peso de seus crimes; nada de contemporização; o negocio é urgente, seja prompto o remedio.»

O sr. Ferreira França:

«Que é isto, sr. presidente? A camara pede ao governo informações sobre decretos que entregam á morte cidadãos brazileiros, sem a menor formalidade, e o governo diz que não quer mandar taes informações? A camara deve fazer um acto pelo qual declare que ninguem cumpra nem obedeça a

taes decretos! Violou o governo a constituição e havemos de ser mudos espectadores d'estes acontecimentos?»

Em sessão de 24, o sr. Custodio Dias:

«Ousou o ministerio suspender todas as garantias individuaes do cidadão, creou um tribunal horroroso, para, sem a menor das formalidades, entregar á morte os pacificos cidadãos brazileiros, e ha de esta camara demorar a punição de tanto crime?»

O sr. Hollanda Cavalcanti:

«Chegaram noticias de Pernambuco e sabe-se a tranquillidade de que gosa aquella provincia. O ministerio, que tão prompto fôra em lavrar esses *decretos de sangue*, fica esquecido de os suspender, como lhe cumpria! Ignora alguem que o ministro da guerra lavrou um decreto, creando uma commissão militar n'aquella provincia, facto este que é sufficiente para o cobrir de ignominia eterna? Desenganem-se os despotas e seus satellites: a liberdade é actualmente partilha da America! O genio da liberdade adeja sobre o continente americano, desde o estreito de Behring até ao cabo d'Horn!»

Após estas vehementes palavras, o digno deputado por Pernambuco apresentou duas denuncias formaes contra o ministro da guerra, Joaquim de Oliveira Alvares, e contra o ministro da justiça, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, por terem violado a constituição.

O sr. Xavier de Carvalho:

«Pernambuco, uma das principaes provincias do imperio,

não parece hoje provincia de um estado constitucional, parece antes pertencer á Turquia do que ao Brazil. Ahi não impera a lei, não ha garantias; só domina uma commissão militar, flagello da humanidade e corpo de delicto dos crimes dos actuaes ministros. Ahi só governa a vontade de um commandante das armas, a cujo aceno corre o sangue brazileiro... *quis talia fando temperet à lacrimis?*»

Em sessão de 6 de Maio apresentou Bernardo de Vasconcellos requerimento, exigindo do governo esclarecimentos sobre os successos de Pernambuco. «Havemos de consentir, exclamou, que continue a executar-se um *decreto sanguinario*, um decreto tão barbaro como ainda o mundo não viu?»

Em sessão de 11 de Maio, o sr. Limpo de Abreu:

«É indispensavel que n'esta occasião, a mais propria que se offerece, a camara dos deputados dê á provincia de Pernambuco, á nação brazileira e a todo o mundo uma prova irrefragavel de que jamais approvará medidas que forem oppostas á constituição politica do imperio...»

O sr. Bernardo de Vasconcellos:

«E como ousaram estes ministros chamar no discurso do throno *espada da justiça* o que é realmente espada da iniquidade, do crime e do horror? Póde haver justiça no paiz em que não ha garantias? Ah! saiba o mundo que o Brazil todo abomina ministros que desembaínham taes espadas!

«Pouco ha que se leu o officio do ministro da guerra, declarando que as commissões militares não têem regimento! Oh! meu Deus! Sem regimento uma auctoridade, um juizo

que decide da vida de brazileiros! Horrores sobre horrores! A França revolucionaria deu regimento ás suas commissões (1); e o Brazil, monarchico, constitucional e representativo, vê julgar seus filhos por semelhante maneira!»

O sr. Cunha Mattos:

«Não acho este tribunal estabelecido em nossa legislação; o mesmo ministro o reconhece pelo officio que ha pouco se leu, em que elle diz que não existe regimento para as commissões militares. Estes juizos, entre nós, são novos e abusivos; a primeira vez que se crearam foi no anno de 1817 em Pernambuco e nos de 1824 e 1825 nas provincias do sul. Eu estou ainda nos mesmos principios que emitti nas sessões de 1826 e 1827: as commissões militares são instrumentos do inferno.»

Em sessão de 12 de Maio, sr. Lino Coutinho:

«A humanidade que n'esses decretos ha é egual á da inquisição em Hespanha, que, esmagando os homens sobre o potro, dizia-lhes ao mesmo tempo: «Soffra, irmão, que isto é em honra do Altissimo!» Por maior pena que uma lei imponha ao salteador, ao ladrão, etc., nunca ella será egual a decretos que mandam suspender todas as fórmas de processo e entregar os cidadãos ao arbitrio de um militar, destro sim em bater-se com o inimigo, mas hospede na sciencia de julgar.»

(1) Houve aqui exaggeração da parte do illustre deputado mineiro. A feroz *commissão de salvação publica*, que inundou de sangue a França, não obedecia a regimento algum.

A commissão de constituição, composta do general Raymundo José da Cunha Mattos, José Antonio da Silva Maia e José Carlos Pereira de Almeida Torres, apresentou, em sessão de 29 de Maio de 1829, parecer isentando de responsabilidade o ministro da justiça, porém denunciando o da guerra, como culpado da creação da commissão militar.

Foi nomeada uma commissão especial incumbida de examinar a denuncia: seu relator, Bernardo Pereira de Vasconcellos, em sessão de 2 de Junho de 1829, apresentou parecer, considerando o denunciado incurso nas penas do art. 3.° § 2.° e dos arts. 4.° e 5.° da lei de 15 de Outubro de 1827.

Depois de vehementes discussões, foi exonerado de responsabilidade o ministro da justiça.

Em sessão de 22 de Junho foi eleita outra commissão especial, composta dos deputados L. P. de Araujo Bastos, João Medeiros Gomes e José da Cruz Ferreira, incumbida de examinar a denuncia contra o ministro da guerra: opinou que este funccionario estava egualmente isento de responsabilidade.

Na discussão do parecer, falaram:

O sr. Odorico Mendes [1].

---

(1) Manoel Odorico Mendes, o eminente patriota, nasceu na cidade de S. Luiz do Maranhão a 24 de Janeiro de 1799 e falleceu em Londres, em um carro de estrada de ferro, acommettido de um accesso de asthma complicado de lesão cardiaca, a 17 de Agosto de 1864.

Traduziu em versos portuguezes as tragedias *Mérope* e *Tancredo* de Voltaire; a *Eneida*, *As bucolicas* e *As Georgicas*, de Virgilio; *A Iliada* de de Homero, versão do grego. A todas estas obras enriqueceu de eruditas annotações.

«Como é, srs., que uma commissão d'esta casa, tendo contra si a lettra da constituição, defende a um ministro que mandou entregar ao rigor de um *tribunal de sangue*, d'onde se não appella, todos os pernambucanos que não aprouvessem aos membros do mesmo tribunal?»

O sr. Limpo de Abreu:

«Si a responsabilidade dos ministros e conselheiros de estado é uma lei inutil e illusoria, então queime-se desde já, para que d'ella não exista mais noticia, nem memoria alguma, ou, pelo menos, como costumava praticar-se no tempo do imperador Caligula, mande escrever-se em caracteres tão miudos e affixar-se em um póste tão alto, que ninguem d'ora em deante a possa ler, nem entender!»

Submettida a questão a votos—havendo precedido compressão por parte do imperador sobre muitos deputados a quem se ameaçou de exilio—pronunciaram-se, a favor do ministro, 39 deputados, e, contra, 32.

Por diminuta maioria, deixou de ser processado quem affrontosamente *havia apunhalado a constituição do imperio*, segundo a phrase da epocha.

Apresentou-se como razão preponderante o facto de ter ficado inactiva a commissão militar de Pernambuco.

Conta o conselheiro Pereira da Silva que D. Pedro I tomára tanto a peito a questão de seu secretario Joaquim de Oliveira Alvares, a ponto de falar a muitos deputados para o absolverem e «diariamente se collocava ás janellas do paço fronteiras á camara dos deputados, sem o menor receio

de insultos das bastas massas de povo, derramadas por todas aquellas visinhanças, animando amigos, por meio de emissarios que transitavam constantemente entre o paço e a camara, recebendo a todos os momentos noticias do que se passava (1).»

É certo que nenhum dos dois ministros—obrigados a comparecer á camara para defender-se de seus actos—foi processado, porque ambos tiveram em seu favor o empenho imperial; porém a opinião publica, sobranceira á politica machiavelica de D. Pedro, deu ao gabinete a denominação de *ministerio liberticida*, e o considerou animado do proposito anti-nacional de menosprezar a constituição e inaugurar o regimen de puro absolutismo.

Os senadores—cidadãos escolhidos, de intimidade do imperador—as gazetas governistas, o mundo official, a multidão de portuguezes que a revolução *miguelista* impellira para o Brazil, as tropas em que predominava o elemento extrangeiro, tudo isto constituia a força em que o monarcha se sentia encastellado para governar arbitrariamente. Faltava-lhe, porém, uma base de resistencia: as sympathias do povo.

Entre a prepotencia do imperante e as energias de brazileiros patriotas que contra elle se rebellavam, travava-se renhida lucta, para reconhecer quem merecia exemplar castigo por se achar fóra da lei.

Toda a sessão da camara de 1829 foi de inquietações

---

(1) J. M. Pereira da Silva: *Segundo periodo do reinado de D. Pedro I no Brazil*, pag. 367.

para o espirito do imperador, que não podia tolerar discussões sobre actos de seus ministros, de que era elle o unico responsavel.

Antes mesmo de serem votadas as leis de orçamento, escolheu D. Pedro o paço da propria camara dos deputados, para, a 3 de Setembro de 1829, fechar, brusca e insolitamente, os trabalhos legislativos com esta laconica fala de encerramento:

« Augustos e dignissimos senhores representantes da nação. Está fechada a sessão. »

D'esta fórma, desusada e contraria a todas as praticas parlamentares, em desaccordo até com simples elementos de civilidade particular, pretendeu o monarcha dar a toda a nação brazileira testemunho official de seu despeito e de sua vingança.

Devia o imperador cumprir a fórmula consagrada, referindo á representação nacional os factos governativos e sociaes de mais importancia, occorridos desde a sessão de abertura; agradecer as medidas votadas e assegurar o exacto cumprimento das leis, estabelecendo assim, entre a coroa e a camara, laços de sympathica harmonia, congraçadores dos poderes legislativo e executivo. Fogoso, indomavel em seus caprichos, suggestionado pela creadagem luzitana, que lhe servia de conselheira nas graves deliberações, D. Pedro revelou a irascibilidade de sua desordenada educação, violando aquella fórmula admittida pelo uso.

Está fechada a sessão foi a phrase desabrida e rude que

a sua soberba entendeu lançar contra cidadãos de alta importancia social porque representavam o Brazil.

No conceito imperial, que mais merecia uma camara que ousára trazer á barra de seu tribunal o ministro da justiça e e o ministro da guerra—instrumentos passivos da vontade do chefe da nação?

A que considerações tinham direito, deputados que haviam commettido a audacia de condemnar as commissões militares, tribunaes a quem elle ordenava — como prova de *paternal clemencia*—que as execuções fossem feitas de modo verbal e summario?

Em sua opinião, a camara compunha-se de demagogos incontentaveis, atrabiliarios, violentos, indignos de attenções respeitosas.

Está fechada a sessão foi a affronta que o irritado despota jogou á face do paiz, na pessoa de seus illustres e energicos representantes.

Não lhe foi dada immediata resposta, a que fazia jus: só a 7 de Abril de 1831 recebeu elle, sob a pressão das armas, o primeiro e ultimo correctivo de seus desmandos.

CAPITULO XXVIII

USURPAÇÃO DO THRONO DE PORTUGAL POR D. MIGUEL. EVARISTO DA VEIGA, JOSÉ BONIFACIO, MARQUEZ DE BARBACENA. ASSASSINATO DE LIBERO BADARÓ. NOITES DAS GARRAFADAS. REPRESENTAÇÃO A D. PEDRO I — 1829-1831.

POR fallecimento de D. João VI, a 10 de Março de 1826 ([1]), coube o throno portuguez a seu filho primogenito, D. Pedro I no Brazil e D. Pedro IV em Portugal. Sendo impossivel a este monarcha dirigir simultaneamente os dois paizes, D. Pedro outorgou a Portugal, a 29 de Abril, uma carta constitucional e a 2 de Maio de 1826 ([2]) abdicou a corôa

(1) D. João VI falleceu na edade de 57 annos, depois de 24 de regencia e 10 de reinado. Tão rapida foi sua morte, precedida de vomitos, convulsões e syncopes, que se suppõe causada por veneno.

(2) Pela carta regia de 2 de Maio de 1826, a abdicação da corôa portugueza em D. Maria II ficava dependente de duas clausulas: 1.ª — acceitação ou juramento por parte dos portuguezes á carta constitucional que D. Pedro lhes outorgára; 2.ª — realização do casamento de D. Miguel com aquella princeza. Só se tendo effectuado a 1.ª clausula, ficava sem effeito a referida abdicação e o monarcha exercia cumulativamente os cargos do imperador do Brazil e de rei de Portugal, investiduras que gosou até 7 de Abril de 1831.

portugueza em sua filha, D. Maria da Gloria ou D. Maria II, que então contava apenas 7 annos de edade (1).

Combinou-se que D. Miguel de Bragança, irmão de D. Pedro, acceitaria por esposa D. Maria da Gloria, e, até á maioridade da rainha, governaria Portugal no caracter de logar-tenente.

Mas porque esta posição subalterna satisfizesse pouco as altas ambições de D. Miguel, que era influenciado e instigado por sua mãe, rainha viuva D. Carlota Joaquina, o principe dissolveu a camara dos deputados, convocou nova camara e por decisão dos tres estados do reino (clero, nobreza e povo), tomada a 11 de Julho de 1828, foi proclamado rei — usurpação que entregou Portugal aos horrores da guerra civil (2), entre *miguelistas* e *malhados* ou *pedreiros livres*, assim denominados porque D. Pedro I era maçon.

No empenho de sustentar os direitos de sua filha ao throno lusitano, o imperador fel-a seguir para a Europa, em companhia do marquez de Barbacena, com destino a Austria,

---

(1) A princeza D. Maria da Gloria nasceu no Rio de Janeiro a [illegible] de Abril de [illegible].

(2) Segundo uma estatistica ingleza ([illegible]), no mez de Maio de [illegible] contavam-se, como victimas da reacção absolutista promovida por D. Miguel de Bragança, [illegible] pessoas presas, inclusive mulheres e creanças, [illegible] emigradas para o estrangeiro, [illegible] assassinadas publicamente nas ruas, [illegible] sentenciadas [illegible], [illegible] propriedades confiscadas, [illegible] herdades sequestradas. [illegible] anno a emigração de portuguezes para a ilha Terceira, para a Inglaterra e para o Brazil foi consideravel. A guerra civil terminou [illegible] de Maio de [illegible], data da convenção assignada em Evora-Monte.

cujo imperador era avô materno d'aquella princeza. Em viagem, resolveu Barbacena conduzir a rainha á Inglaterra para que esta nação intercedesse em prol da justissima causa.

Como a Inglaterra, pelas estreitas relações que mantinha com a nação portugueza, de quem se constituia *fiel alliada*, recusasse ir, pelas armas, obrigar D. Miguel a desapossar-se do throno, voltou D. Maria para o Rio de Janeiro, trazendo em sua companhia a princeza D. Amelia de Leuchtenberg, destinada a ser esposa do imperador.

Realizou-se o casamento a 17 de Outubro de 1829, e por decreto de egual data, em signal de regosijo nacional, foi creada a Imperial Ordem da Rosa.

Como demonstração de contentamento, galardoar a seus amigos e attrahir sympathias, D. Pedro concedeu graus e insignias d'essa ordem a grande numero de pessoas, bem como titulos de barões, viscondes, condes e marquezes, actos que significavam apenas lisonjas á vaidade, ostentações acintosas ao espirito democratico da epocha.

Criticando esta profusão de honrarias, concedidas ás vezes a individuos sem credito publico e destituidos de merecimento pessoal, Evaristo da Veiga perguntou a D. Pedro, pelas columnas de sua *Aurora Fluminense*, si não era preferivel que se realizasse o regimen representativo; que se observasse á risca a constituição; que se désse praticamente incentivo ás industrias, ás artes, ao commercio, á agricultura; que fossem escolhidos, para ministros, representantes do povo, homens indigitados pela opinião como abalisados e de pro-

vada competencia, e não aulicos, de idéas absolutistas, imbuidos em maximas do direito divino.

Irritado contra estas sensatas observações, mandou D. Pedro processar a *Aurora Fluminense* e bem assim a *Astréa;* foram, porém, despronunciadas as duas gazetas, como prova do quanto se desprestigiára o governo do imperador.

Por essa occasião voltava do desterro José Bonifacio de Andrada e Silva, ausente da patria desde 1823. Recebeu-o o imperador com a sympathia que os grandes homens despertam, sentindo reviver a antiga amizade e consideração que lhe consagrava. Decretou-lhe uma pensão annual de 4:000$000 como gratidão da patria aos seus relevantissimos serviços. Ou por indicação de José Bonifacio ou—o que é mais acceitavel—por suggestões do marquez de Barbacena, D. Pedro, no mez de Dezembro de 1829, demittiu o ministerio, composto de cidadãos antipathizados por suas idéas anti-liberaes, e nomeou para substituil-os: o marquez de Barbacena, com a pasta da fazenda; o visconde de Alcantara com a da justiça; o marquez de Paranaguá, com a da marinha; o marquez de Caravellas, com a do imperio; o conde do Rio Pardo, com a da guerra; o marquez de Abrantes, unico representante do ministerio anterior, passou para a pasta de extrangeiros.

Teve o marquez de Barbacena a hombridade de declarar ao imperador que o povo acreditava em um gabinete secreto,

formado no paço pelos creados elevados a conselheiros— camarilha de portuguezes aferrados ao regimen absoluto e chefiados por Francisco Gomes da Silva (o *Chalaça*)—e convinha afastar de junto de si taes intimos, prejudiciaes á marcha regular dos negocios publicos, continuamente perturbados pela intriga de baixa proveniencia. Foi preciso que empregasse o marquez todo o seu valimento para que D. Pedro, fazendo violencia a seus sentimentos de gratidão, se resolvesse ao penoso sacrificio de ordenar embarcassem para a Europa seus prestigiosos creados Francisco Gomes da Silva, secretario particular, e João da Rocha Pinto, confidentes de influencia no animo voluvel do monarcha ([1]). Ficou, desde esse momento, desopprimido o ministerio de interferencia subalterna em suas deliberações.

De longe mesmo, actuou no espirito do imperador a perniciosa influencia de Francisco Gomes da Silva e de Rocha Pinto: dirigiram de Londres a seu augusto amo cartas denunciadoras de grandes extravios de dinheiros, de contas em duplicata, que haviam encontrado na capital ingleza, documentos comprobatorios de que o marquez de Barbacena

---

(1) «O serviço do paço era feito por portuguezes. Os mais intimos do imperador eram: Francisco Gomes da Silva (o *Chalaça*), João Carlota e Placido. Este era um barbeiro, que o foi de José Egydio Alvares (*); o outro tinha sido moço de carregar as caixas da cosinha e o primeiro mau official de ourives.»

ANTONIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND: *Annotações á sua biographia*, pag. 59.

(*) José Egydio Alvares de Almeida, barão, visconde, depois marquez de Santo Amaro.

exaggerára as despezas feitas com as duas commissões desempenhadas na Europa. O despeito, a inveja e a intriga abalaram a confiança que o monarcha depositava no marquez, a ponto de inspirar-lhe este deprimente decreto:

«Convindo liquidar-se, quanto antes, a divida de Portugal contrahida pelo tratado de 29 de Agosto de 1825 [1]; e sendo

---

(1) A 29 de Agosto de 1825 foi assignado no Rio de Janeiro o tratado de reconhecimento do imperio do Brazil pelo rei de Portugal, ajustado por mediação da Inglaterra, entre D. Pedro I e seu pae, D. João VI. Foi assignado, por parte do Brazil, pelo ministro dos negocios extrangeiros, conselheiro Luiz José de Carvalho e Mello, depois visconde da Cachoeira; José Egydio Alvares de Almeida, barão de Santo Amaro, e Francisco Villela Barbosa, depois marquez de Paranaguá; e, por parte de Portugal, pelo conselheiro privado de sua magestade britannica, o cavalheiro Carlos Stuart, que chegára á capital a 18 de Julho. Quando os brazileiros haviam expellido o ultimo soldado luzitano e a independencia se achava firmada e reconhecida por todos os paizes, D. Pedro firmou esse tratado, em vista do qual offereceu, de mão beijada, a seu pae, a somma de dois milhões de libras esterlinas, a titulo de indemnização dos prejuizos que a nossa independencia acarretára a Portugal! Para maior affronta, a 15 de Novembro do mesmo anno, publicou D. João VI uma carta regia, declarando aos brazileiros *que cedia a seu filho D. Pedro seus direitos sobre o Brazil, mas reservava para si o titulo de imperador!*

O escriptor francez Pedro Chapuis, residente no Rio de Janeiro, publicou no anno de 1826 um folheto *Reflexões sobre o tratado da independencia e a carta de lei de D. João VI*, em que demonstrou quanto era vergonhoso para o Brazil semelhante tratado, pois, em virtude d'elle, compravamos por dois milhões de libras esterlinas o que já haviamos obtido pelas armas; que concediamos o titulo de imperador do Brazil a D. João VI; que n'esse documento se mencionava a não desistencia de D. Pedro da qualidade e direitos de principe real e herdeiro presumptivo da corôa de Portugal — declaração reveladora da intenção de reunir mais tarde as duas corôas debaixo de um só sceptro.

Logo que appareceu esse folheto elucidador do revoltante escandalo, foi o auctor procurado pela policia com si se tratasse de um grande criminoso; depois de muitas diligencias, conseguiu-se encontral-o, e, infringindo-se a constituição que garantia a liberdade de imprensa, ordenou-se a deportação de Pedro Chapuis para fóra do imperio.

O reconhecimento de nossa independencia foi, em ultima analyse, um indecoroso arranjo de familia.

necessario para esse fim tomarem-se primeiramente as contas da caixa de Londres ([1]), examinando-se as grandes despezas feitas pelo marquez de Barbacena, do meu conselho de estado, tanto com sua magestade fidelissima, minha augusta filha, como com os emigrados portuguezes em Inglaterra, e especialmente com o meu casamento; e não podendo estas verificarem-se legalmente exercendo ao mesmo tempo o mencionado marquez o logar de ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda: Hei por bem demittil-o do dito cargo de ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda.

«Palacio do governo do Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1830, 9.° da independencia e do imperio. P. — *Visconde de Alcantara.*»

Não medrou a calumnia.

O marquez de Barbacena justificou-se cabalmente, destruindo pela base o castello que a maledicencia havia erguido contra a sua illibada reputação ([2]).

Em uma carta datada de 15 de Dezembro de 1830, cheia de ensinamentos, recriminações e justo desabafo, documento em que se revela inquebrantavel força de dignidade, disse o marquez ao imperador:

---

(1) A caixa filial que o thesouro mantinha em Londres para pagamentos á Inglaterra, era conhecida por varios nomes, dados pelos deputados opposicionistas: *Caixa magica*, *Sorvedouro das rendas do imperio*, *Cancro do Tamisa*.

(2) Consulte-se a importante obra, já citada, *Vida do marquez de Barbacena*, por ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR.

«Estamos em vesperas de uma revolução; mas V. M. ainda póde sustar semelhante calamidade, suspendendo sua viagem a Minas e tomando já outra actividade e outro norte. Mude de systema; identifique-se com os brazileiros; separe de junto de sua pessoa e de sua casa essa quadrilha de portuguezes, que o tornam inimigo da nação... Si, porém, V. M., proseguindo na carreira que actualmente trilha, hostil á nação e instrumento cego de uma facção inimiga do Brazil, persistir em realizar a viagem a Minas, talvez nunca mais volte ao Rio de Janeiro, e é esse o menor mal que prevejo.

«Um dos tios-avós de V. M. acabou seus dias em uma prisão em Cintra (1). V. M. poderá acabar os seus em alguma prisão de Minas, a titulo de doido, e realmente só um doido sacrifica os interesses de uma nação, da sua familia e da realeza em geral, aos caprichos e seducções de creados caixeiros portuguezes, que aliás constituem a escoria do que ha de mais vil e ignorante na Europa civilisada (2).»

Quando irritadas se achavam as auctoridades com as continuas censuras que ao governo fazia a imprensa de norte a sul do imperio, deu-se na cidade de S. Paulo o assassinato do jornalista dr. João Baptista Libero Badaró, redactor do

(1) D. Affonso VI, a quem seu irmão D. Pedro II, depois de lhe haver usurpado o throno, mandou conduzir preso para a ilha Terceira e depois para Cintra, onde morreu.

(2) *Vida do marquez de Barbacena*, pags. 808 e 809.

Observador Constitucional, attentado succedido na noite de 20 de Novembro de 1830.

Libero Badaró nascera na Italia, na cidade maritima de Laigueglia (provincia de Genova), no anno de 1798. Era formado em medicina pelas universidades de Pavia e Turim.

Viéra para o Brazil em 1826. Depois de dois annos de estada no Rio de Janeiro, onde se applicou com vantagem ao estudo de nossa flora, partiu para S. Paulo e encetou ahi a sua carreira medica.

Collocado em um meio agitado de idéas politicas, de que a academia paulistana inaugurada a 1.° de Março de 1828 se fazia um dos centros de propaganda, o dr. Badaró, que tinha em seus appellidos um symbolo de liberdade, sentiu-se com prazer arrastado na onda reaccionaria, de opposição a um governo deploravelmente retrógrado.

Moço e enthusiasta pelos grandes ideaes que constituiam as aspirações de um povo recem liberto da cadeia colonial, o joven medico italiano fraternizou com os patriotas os exaltados sentimentos de seu coração e as fulgurações de seu cultivadissimo talento.

«Suas virtudes e sua instrucção, disse a gazeta *Astrêa*, o tinham disposto a prestar-se naturalmente para tudo que fosse dirigido a beneficiar a especie humana; e a esperança de lhe ser util com seus conhecimentos, unida aos convites de uma grande multiplicidade de vozes que se erguiam de toda a parte contra os inimigos do systema politico estabelecido e jurado, o determinaram a desposar a causa d'este

mesmo systema e a levantar como escriptor publico a espada sobre as indignidades e as machinações dos perversos, fazendo-se para com os povos o interprete da razão e da lei e o orgão geral da gente livre e cordata.»

Durante quasi um anno leccionou elle gratuitamente geometria no curso (depois faculdade) de sciencias sociaes e juridicas, e a convivencia mantida com os estudantes facilitou-lhe o rapido conhecimento da lingua portugueza e o fez interessar-se vivamente por nossas questões politicas.

Desejoso de prestar aos brazileiros um serviço relevante, como era o seu apoio intellectual á justa causa que defendiam, Libero Badaró fundou o *Observador Constitucional*, destinado, de accordo com seu titulo, a chamar os homens de governo ao cumprimento dos deveres constitucionaes.

No desempenho de sua missão, como jornalista de idéas adeantadas e dignas de applausos pela coragem com que eram emittidas, Badaró escreveu fortes accusações contra o vice-presidente da provincia de S. Paulo, bispo diocesano D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade e contra o ouvidor, desembargador Candido Ladislau Japiassú, por ter esta auctoridade mandado prender estudantes na occasião em que festejavam o estrondoso desthronamento do rei absoluto Carlos X, facto occorrido em Pariz nos memoraveis dias 27, 28 e 29 de Julho de 1830.

Como testemunho insuspeito de que o ouvidor era um espirito violento, atrazado, hostil a todas as manifestações liberaes, instrumento de ferro do absolutismo, damos os

seguintes topicos da representação que contra elle dirigiu a camara municipal de S. Paulo ao conselho do governo da provincia, em data de 8 de Outubro de 1830:

«O procedimento anti-constitucional, arbitrario e tyrannico do ouvidor tem posto em perigo a tranquillidade publica. Cidadãos pacificos, obedientes ás leis, amantes da constituição, que por felicidade nossa rege este imperio, são ameaçados de prisão e quem sabe de que outros castigos, só pelo facto de terem illuminado suas janellas na noite de 5 do corrente e de se terem alegrado porque o governo tyrannico que pesava sobre a França fôra destruido. Consta que uma devassa geral está aberta. Cada um, olhando para as consequencias que póde n'isto trazer o desenvolvimento das vinganças particulares, receia por si; a indignação é universal, e quem é que nos póde afiançar que n'este estado se não perca a prudencia e não se lance mão de medidas violentas? Quem nos póde afiançar que uma sublevação contra este ouvidor não se realize? Senhores, a camara ponderou tudo isso e se reuniu extraordinariamente só para este fim e vem requerer a V.V. EExas. a suspensão d'esse magistrado, porque de sua conservação, ao menos na crise actual, podem, e é quasi certo que resultarão males incalculaveis.»

Esta representação nenhum effeito produziu: o ouvidor continuou em pleno uso de perseguições illegaes e vexatorias.

Indignado contra a critica acerada, mas justa, de Libero Badaró, o ouvidor Japiassú exerceu contra o illustre jornalista uma vingança barbara.

Segundo lemos em *Alguns apontamentos biographicos de Libero Badaró e Chronica de seu assassinato perpetrado na cidade de S. Paulo a 20 de Novembro de 1830*, memoria escripta por Argimiro da Silveira [1], o facto criminoso deu-se do seguinte modo, exposto pelo periodico de propaganda republicana, *Rebate*, em seu numero de 26 de Junho de 1888:

« No correr de Novembro de 1830, apeou-se na freguezia do Braz, em a chacara do dr. Justiniano de Mello Franco, o tenente de caçadores Carlos José da Costa, vindo por terra do Rio a S. Paulo para *executar a sentença*, sob promessa de ser promovido ao posto de capitão.

« Não conhecendo o condemnado, pediu a Mello Franco um seu filho que lh'o fosse mostrar: foi-lhe negado o concurso do menino, dando-se-lhe como substituto o allemão Henrique Stock, que de boa vontade se prestou.

« Na noite de 20 de Novembro, apercebidos de armas e disfarçados, foram os dois sicarios postar-se junto á casa em que morava Badaró e que ficava na rua de S. José [2], ao lado esquerdo de quem ia para o largo de S. Francisco, em frente á propriedade que é hoje do sr. Proost Rodovalho.

« Magnifico, soberbo, claro como o dia, era o luar d'essa noite nefanda.

« A rua estava cheia de transeuntes; familias, innocentes

(1) *Rev. do Inst. Hist.*, tom. LIII, 2.a part., pags. 309 a 384.

(2) Hoje rua Libero Badaró.

meninas passeavam por junto dos vultos que, fingindo-se ebrios, aguardavam a victima.

«Por essas mesmas horas, em casa do dr. Candido Ladislau Japiassú jogavam com elle ao voltarete Thomaz José Pinto de Siqueira (vulgo *Siqueira Moleque*), João Caldas Vianna e Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, depois barão do Quarahy ([1]). No correr da conversação, com que entre-sachavam o jogo, escaparam ao dr. Japiassú estas palavras: «Não tardará muito que pague Badaró as injurias que tem vomitado.»

«Após breve lapso de tempo, o tenente Costa e o allemão Stock avistaram Badaró que, dobrando a rua Direita, vinha apressado para a casa. Puzeram-se de promptidão e foram ao encontro do benemerito popular.

«Stock reconheceu-o, acercou-se-lhe, travou conversação com elle nos seguintes termos:

«— Sr. dr. Badaró, quero que V. S. ponha na sua folha o ouvidor Japiassú, que me lesou em um negocio de farinha de trigo..

«— Amigo, é um pouco tarde para tratarmos d'isso; venha depois de amanhã, segunda-feira, e então arranjaremos.

«— Pois virei.

«— Bem; então, bôa noite.

---

(1) O dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, natural do Rio Grande do Sul, mais tarde senador do imperio e chefe do partido conservador em sua provincia natal, falleceu em Pisa, na Italia, a 23 de Junho de 1866, com 56 annos de edade.

«Este dialogo, verdadeiro beijo de Judas, tinha por fim dar a conhecer o infeliz democrata ao matador, que, levantando por baixo da japona uma pistola previamente engatilhada, disparou um tiro de bala, que se foi empregar no baixo ventre da victima.

«Cahir Badaró ferido de morte, gritando por soccorro, evadirem-se assassino e cumplice e acudir o estudante Varella, foi obra de um momento só.

«Badaró declarou logo que os assassinos eram dois allemães, que o procuraram dizendo quererem fazer no *Observador Constitucional* uma publicação contra o ouvidor, desembargador Japiassú.

«Contam pessoas antigas que no final do dialogo o tenente dissera: «A correspondencia contra o dr. Japiassú é esta . . . » e disparou a arma.

Narra uma testemunha presencial da morte de Badaró [1]:

«Aos amigos que o cercavam, aos collegas que o procuravam illudir acerca da gravidade do ferimento (ruptura por bala em um ramo importante da arteria iliaca), elle respondia tranquillo:

«Não me illudem; eu sei que vou morrer; não importa! MORRE UM LIBERAL, MAS NÃO MORRE A LIBERDADE!»

«Palavras memorandas que a tradição conserva ainda cheias de vida e que as successivas gerações levarão á mais

---

(1) Dr. JOAQUIM ANTONIO PINTO JUNIOR: *Assassinato do dr. João Baptista Libero Badaró.*

remota posteridade, para que todos conheçam com quanta resignação morre aquelle que se sacrifica por uma causa santa.»

Libero Badaró falleceu 24 horas depois do attentado, ás 10 horas da noite de 21 de Novembro.

O assassinato d'este energico homem de imprensa produziu dolorosa impressão em todos os espiritos patriotas: o proprio monarcha não foi isento da pecha de cumplice no horroroso crime, divulgada a noticia de que o tenente Carlos José da Costa partira do Rio de Janeiro.

Para sustentar os direitos de sua filha á corôa portugueza, via-se D. Pedro I em circumstancias difficeis, que o obrigaram a um meio extremo: a illegalmente lançar mão dos cofres publicos brazileiros para manter guerra contra D. Miguel, auxiliando com fortes sommas a todos os portuguezes que se revelavam anti-miguelistas e se dispunham a contra-revolucionar Portugal. O procedimento do imperador foi fortemente censurado tanto na assembléa como pela imprensa, a cuja frente se achava Evaristo Ferreira da Veiga. Dia a dia avultavam desconfianças contra o monarcha, que se patenteava mais sympathico a interesses portuguezes do que a brazileiros. As manifestações populares de que elle era alvo transformaram-se em indifferença, senão em hostilidade. O povo começava a consideral-o um traidor ao Brazil, ao qual officialmente chamava elle de *patria*.

Para acalmar os mineiros que lhe contrariavam a politica,

propagando idéas republicanas, de federação das provincias, e para fazer com que fosse re-eleito deputado o ministro do imperio José Antonio da Silva Maia, D. Pedro partiu para Ouro Preto em Fevereiro de 1831, encontrando por toda parte desanimadora frieza.

Quando passou por Barbacena, viu o povo revestido de lucto celebrar exequias á memoria de Libero Badaró, demonstração evidente de que os mineiros eram solidarios com as idéas do adeantado jornalista.

A 22 de Fevereiro de 1831 publicou D. Pedro na cidade de Ouro Preto a seguinte *Proclamação aos mineiros*, documento de grave inconveniencia politica, pois acirrou ainda mais os odios levantados contra sua pessoa:

«É esta a segunda vez que tenho o prazer de me achar entre vós. É esta a segunda vez que o amor que eu consagro ao Brazil aqui me conduz.

«Mineiros, não me dirigirei sómente a vós; o interesse é geral; eu falo, pois, com todos os brazileiros.

«Existe um partido desorganisador, que, aproveitando-se das circumstancias puramente peculiares da França, pretende illudir-vos com invectivas contra a *minha inviolavel e sagrada pessoa* e contra o governo, afim de representar no Brazil secenas de horror, cobrindo-o de lucto; com o intento de empolgarem empregos e saciarem sua vingança e paixões particulares, a despeito do bem da Patria, que não attendem, aquelles que têem traçado o plano revolucionario.

«Escrevem sem rebuço e concitam os povos á federação;

e cuidam salvar-se d'este crime com o art. 174 da lei fundamental que nos rege. Este artigo não permitte alteração alguma ao essencial da mesma lei.

«Haverá um attentado maior contra a constituição que jurámos defender e sustentar, do que pretender alteral-a na sua essencia? Não será isto um ataque manifesto ao sagrado juramento que perante Deus todos nós mui voluntariamente prestámos? Oh! Caros brazileiros, eu não vos falo agora como vosso inperador e sim como vosso cordial amigo.

«Não vos deixeis illudir por *doutrinas que tanto têem de seductoras, quanto de perniciosas;* ellas só podem concorrer para a vossa perdição e do Brazil e nunca para a vossa felicidade e da Patria. Ajudai-me a sustentar a constituição, tal qual existe e nós jurámos. Conto comvosco, contai commigo.»

Tal proclamação foi tida pelos mineiros, solidarios com o marquez de Barbacena e com Bernardo Vasconcellos, como um desafio revolucionario.

Desilludido, regressou o monarcha ao Rio de Janeiro, chegando incognitamente ao paço da Boa Vista ás 3 horas da madrugada do dia 11 de Março.

Como acinte a brazileiros, resolveram os portuguezes realizar, em regosijo á volta do imperador, vistosas festas, em tres noites consecutivas, a 12, 13 e 14, com illuminação e fogueiras nas ruas principaes.

Na primeira noite, deram-se provocações e insultos por parte dos luzitanos contra os brazileiros, porque nenhum d'estes havia deitado luminarias.

Na noite de 13, alguns brazileiros foram assistir aos festejos, e, chegando á rua da Quitanda, onde havia um coreto de musica, depois de erguerem vivas á constitnição e ao imperador, correspondidos pelos portuguezes, deram vivas á *nação brazileira*. A esta manifestação correspondeu, como signal, um tiro de pistola e em seguida foram os nacionaes acommettidos de paus, espadas, e fundos de garrafas arremessados das janellas; a rua tornou-se uma praça fechada e ahi acutilados e espancados os brazileiros, aos gritos de *morram os caibras*, *morra o Republico* (1), *morra a federação*, *viva o imperador absoluto!* Os brazileiros foram perseguidos pelas ruas até ao largo da Constituição.

Teve este conflicto o nome popular de *noite das garrafadas*.

Na noite de 14, mais de 400 portuguezes atacaram varias casas de brazileiros, como a loja de encadernação de Silvino José de Almeida, a qual pretenderam incendiar, a botica de Juvencio Pereira Ferreira, e espancaram os nacionaes que encontravam.

Certos de impunidade, pois contavam com a protecção dimanada desde o monarcha até ao commandante da policia, os luzitanos foram, em grande algazarra, apedrejar a casa do eminente jornalista e deputado liberal Evaristo Ferreira da

---

(1) Além do *Republico*, appareceram no Rio de Janeiro, no anno de 1830, os periodicos: *Sagittario*, *Tribuno do Povo*, *Pyrilampo Popular*, *Campeão Brazileiro*, *Observador das Galerias da Assembléa Geral*, *Verdadeiro Patriota*, *Brazileiro Imparcial*, *Espelho da Justiça*.

Veiga, residente á rua da Quitanda. Travou-se combate, sendo necessaria a força policial para dar fim ao sangrento conflicto, de que resultou a prisão de 13 brazileiros e de tres officiaes tambem brazileiros, capitão Marianno Joaquim de Siqueira, e dois alferes, Faustino dos Reis e Francisco Joaquim Bacellar, estes ultimos enviados para a fortaleza de Santa Cruz e da Lage ([1]).

Orgulhosos de suas façanhas, campeavam impunes os portuguezes.

Em vista de factos tão revoltantes, deputados e o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro reuniram-se na residencia do deputado mineiro padre José Custodio Dias, á rua da Ajuda, e depois de calorosa discussão, resolveram reclamar officialmente providencias do governo.

Foi incumbido Evaristo da Veiga de redigir a representação em termos energicos, porém dignos, proprios dos brios nacionaes ultrajados.

A pundonorosa representação datada de 17 de Março de 1831, que decidiu da sorte de D. Pedro I no Brazil e á qual o principe, por mal aconselhado, não ligou importancia, é um documento historico de alto valor pelas consequencias decisivas que d'elle se originaram. Foi concebido nos seguintes termos:

---

(1) SILVERIO CANDIDO DE FARIA: *Breve historia dos felizes acontecimentos politicos no Rio de Janeiro, em os sempre memoraveis dias 6 e 7 de Abril de 1831* (Rio de Janeiro, 1831), pags. 28 e 29.

«Senhor. — Os representantes da nação abaixo assignados, doídos profundamente dos acontecimentos que tiveram logar n'esta capital, especialmente no dia 13 do corrente mez, por occasião dos festejos que se dispuzeram, não tanto para solemnizar o feliz regresso de V. M. I. e C., como principalmente para ludibriar e maltratar os brazileiros amigos da liberdade e da patria, que foram de facto cobertos de opprobrios pelo partido luzitano, que se insurgiu de novo no meio de nós, entre gritos de *vivam os portuguezes* e de *morram os sediciosos e anarchicos*, e violencias de todos os generos, de que têem sido victimas alguns patriotas, cujo sangue foi derramado em uma aggressão perfida, e já de antemão premeditada por homens que no delirio de seus crimes eram claramente protegidos pelo governo e pelas auctoridades subalternas, como elles mesmos blasonavam, compromettendo até com incrivel audacia o nome augusto e respeitavel de V. M. I. e C., julgam de seu dever, como cidadãos, em quem recahiram os votos de seus compatriotas, como bons brazileiros, muito de perto interessados na conservação da honra e dignidade da nação, e na estabilidade do throno constitucional, elevar a sua voz até á augusta presença de V. M. I. e C., pintando-lhe, n'este breve quadro, a cuja mesquinhez supprirá a alta concepção de S. M. I. e C., a triste situação em que se acham os negocios da patria e pedindo instantemente as providencias necessarias, já para o restabelecimento da ordem e do socego publico, já para a desaffronta do Brazil, vilipendiado e pungido no mais delicado e sensivel do brio e pundonor nacional;

providencias estas que não devem, todavia, exorbitar do circulo ordinario da fiel execução das leis, punindo-se na conformidade d'ellas os auctores e cumplices dos attentados commettidos, e responsabilizando-se as auctoridades que, por notoria connivencia ou apathica indifferença, deixaram o campo livre aos assassinos e perturbadores da paz e tranquillidade commum.

«Senhor, os sediciosos, á sombra do augusto nome de V. M. I. e C., continuam na execução de seus planos tenebrosos; os ultrages crescem, a nacionalidade soffre, e nenhum povo tolera, sem resistir, que o extrangeiro venha impôr-lhe no seu proprio paiz um jugo ignominioso. De extrangeiros que se honram de ser vassallos de D. Miguel e de outros, subditos da Sra. D. Maria II, se compunham, em grande parte, esses grupos que, nas noites de 13 e de 14, nós vimos e ouvimos encher de improperios e baldões o nome brazileiro, espancar e ferir a muitos de nossos compatriotas, a pretexto de federalistas, de uma questão politica cuja decisão pende do juizo e deliberação do poder legislativo, e nunca do furor insensato e sanguinario de homens grosseiros, cujo entendimento é demais alienado por suggestões traidoras.

«Os brazileiros, tão cruelmente offendidos, os brazileiros que se ameaçam ainda com prisões parciaes e injustas, nutrem em seu peito a indignação mais bem fundada e mais profunda, não sendo possivel calcular até onde chegarão os seus resultados, si acaso o governo não cohibir desde já semelhantes

desordens, si não tomar medidas para que a affronta feita á nação seja quanto antes reparada.

« Os representantes abaixo assignados assim o esperam, confiados na sabedoria e patriotismo de V. M. I. e C., a despeito dos traidores que possam rodear o throno de V. M. I. e C., os quaes não terão força bastante para suffocar ahi estes clamores que saem de corações ulcerados, mas amigos de seu paiz e da justiça. As circumstancias são as mais urgentes, e a menor demora póde em taes casos ser funestissima.

« A confiança que convinha ter no governo está quasi de todo perdida, e si por ventura ficarem impunes os attentados contra os quaes os abaixo assignados representam, importará isso uma declaração ao povo brazileiro de que lhe cumpre vingar, elle mesmo, por todos os meios, a sua honra e brio, tão indignamente maculados.

« Esta linguagem, Senhor, é franca e leal: ouça-a V. M. I. e C., persuadido de que não são os aduladores que salvam os imperios, sim aquelles que têem bastante força d'alma para dizerem aos principes a verdade, ainda que esta os não lisonjeie. A ordem publica, o repouso do estado, o throno mesmo, tudo está ameaçado, si a representação que os abaixo assignados respeitosamente dirigem a V. M. I. e C. não fôr attendida e os seus votos completamente satisfeitos. »

Assignaram esta representação o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e 23 deputados: Evaristo Ferreira da Veiga, Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), Honorio Hermeto Carneiro Leão (marquez de

Paraná), padre José Martiniano de Alencar, Manoel Odorico Mendes, Candido Baptista de Oliveira, José Joaquim Vieira Souto, Venancio Henriques de Rezende, Antonio João de Lessa, José Maria Pinto Peixoto, Augusto Xavier de Carvalho, padre José Custodio Dias, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Francisco de Paula Barros, Baptista Caetano de Almeida, Manoel Pacheco Pimentel, Antonio de Castro Alvares, João Fernandes de Vasconcellos, Antonio José da Veiga, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Honorato José de Barros Paim e Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barretto.

A representação foi entregue ao ministro da justiça, visconde de Alcantara, a 17 de Março; no dia seguinte, o mesmo ministro enviou esta laconica e banal resposta aos representantes:

«O governo tem tomado as medidas necessarias e dado as convenientes providencias para manter o socego e tranquillidade publica e continuará a empregar esforços conducentes ao mesmo fim.»

Nenhumas providencias, porém, foram dadas para a punição dos criminosos.

A 25 de Março realizaram os patriotas uma solemnidade religiosa na egreja de S. Francisco de Paula, em commemoração do 7.° anniversario do juramento da constituição e para suffragar a alma de Libero Badaró. Compareceu o imperador á egreja, sendo recebido com vivas a D. Pedro *emquanto constitucional*, ao que elle respondeu: «Fui e

serei sempre constitucional.» Muitos exaltados ergueram vivas a D. Pedro II. Elle retorquiu: «Ainda é muito creança.»

Molestado com estas hostilidades continuas, desejoso de operar uma reacção energica, propria de seu temperamento bellicoso, resolveu D. Pedro, a 5 de Abril de 1831, mudar o ministerio, escolhendo para seus secretarios, titulares não tirados da camara, mas frequentadores do paço. Designou para o novo gabinete: ministro da fazenda, marquez de Baependy (Manoel Jacintho Nogueira da Gama); ministro da marinha, marquez de Paranaguá (Francisco Villela Barbosa); ministro do imperio, marquez de Inhambupe (Antonio Luiz Pereira da Cunha); ministro da guerra, marquez de Lages (João Vieira de Carvalho); ministro de extrangeiros, marquez de Aracaty (João Carlos Augusto de Oyenhausen Grevenburg) e ministro da justiça, visconde de Alcantara (João Ignacio da Cunha), homens já conhecidos e detestados pelo povo, em consequencia de seu aferro a idéas de absolutismo.

D'este modo atirava D. Pedro novo repto aos liberaes exaltados e aos federalistas.

CAPITULO XXIX

ASSASSINATO DO VISCONDE DE CAMAMÚ NA BAHIA. A REVOLUÇÃO DE 6 E 7 DE ABRIL DE 1831. A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I. PARTIDA PARA PORTUGAL. — 1830-1831.

ANTES de citarmos os gravissimos acontecimentos succedidos no Rio de Janeiro, após a inauguração do gabinete de 5 de Abril, devemos mencionar um attentado commettido na Bahia.

A 28 de Fevereiro de 1830, o presidente d'essa provincia e commandante das armas, José Egydio Gordilho de Barbuda, visconde de Camamú, recolhendo-se de um passeio, ao apear-se de seu carro no largo do theatro, foi aggredido por um cavalleiro desconhecido, que o matou com um tiro de bacamarte. O crime foi praticado ao escurecer. Acto continuo, o assassino evadiu-se a todo o galope. Nenhuns outros esclarecimentos pudemos encontrar sobre este facto, que ficou para sempre envolto em mysterioso véo.

Publicada a 6 de Abril a nova organisação ministerial, composta de cidadãos impopulares, fidalgos prepotentes e só malleaveis á vontade do imperador, grande multidão

começou a affluir ao campo da Acclamação, chamado *Campo da Honra*, calculando-se, ás 5 horas da tarde, em 4.000 o numero dos populares.

O commercio havia fechado suas portas, bem como grande numero de casas particulares. A revolução *estava na rua.*

Oradores inflammados protestavam contra a formação do novo ministerio e reclamavam o restabelecimento do anterior; os mais enthusiastas concitavam as massas para que se proclamasse desde logo a republica.

Os deputados liberaes reuniram-se na residencia do padre José Custodio Dias e ahi discutiram o que lhes cumpria fazer em tão perigosa emergencia.

Odorico Mendes e o padre Custodio Dias opinaram que se désse curso á revolução.

Triumphou a idéa de que deviam os deputados collocar-se á frente do movimento para encaminhal-o de modo a que não cahisse em lamentavel anarchia.

Uniram-se ao povo os que assignaram a representação de 17 de Março, tornando-se salientes por sua actividade Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Henriques de Rezende, Limpo de Abreu e padre Alencar.

Foram convocados os juizes de paz, tres dos quaes se reuniram no quartel do campo de Sant'Anna.

Ao ver que o levantamento era geral, o general commandante das armas Francisco de Lima e Silva [1] expediu

---

(1) Pae de Luiz Alves de Lima e Silva, duque de Caxias.

o major Miguel de Frias e Vasconcellos ao paço de S. Christovão a participar a D. Pedro a origem do tumulto.

O monarcha respondeu que de bom grado ouviria os juizes de paz que lhe fossem falar em nome do povo. Pelo mesmo official remetteu elle uma proclamação que foi lida aos patriotas amotinados.

Sem prestar attenção alguma ao documento imperial, a multidão prorompeu em brados de *abaixo o ministerio!*

Ás oito horas da noite, tres juizes de paz, da freguezia de S. José, do Sacramento e de Sant'Anna, foram em commissão a S. Christovão pedir, em nome do povo, demissão do ministerio de 5 de Abril e restabelecimento do de 18 de Março, que se compunha do visconde de Goyanna, Bernardo José da Gama, ministro do imperio; Manoel José de Souza França, ministro da justiça; Francisco Carneiro de Campos, ministro de extrangeiros; José Manoel de Almeida, ministro da marinha; brigadeiro José Manoel de Moraes, ministro da guerra e visconde de Albuquerque, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, ministro da fazenda.

Rodeado de seus ministros e do intendente geral de policia, D. Pedro ouviu, de muito mau humor, a exposição que sobre o acontecimento lhe fizeram os juizes de paz, e deu-lhes esta resposta, em tom de colera:

—Digam ao povo que procedi constitucionalmente, porque a constituição me dá o direito de nomear e demittir livremente os ministros. Hei de defender os meus direitos,

garantidos pela constituição, á custa de todos os meus bens e sacrificio de minha pessoa.

E como prova de que seu procedimento era legal, abriu o volume da constituição e leu em voz alta o artigo que lhe garantia a livre escolha de seus ministros.

Iam retirar-se os juizes, quando D. Pedro lhes perguntou:

—Quantas pessoas estão no campo de Sant'Anna?

—Tres a quatro mil pessoas.

—Nem duas mil! disse elle com desdem. Em fim, já respondi. Procurem socegar o povo. Tudo farei para o povo; nada pelo povo. Podem retirar-se.

Levada esta resposta ao campo de Sant'Anna, subiu a indignação a seu auge; gritos insultantes revelaram que a multidão dispunha-se a reagir, por todos os meios, contra a deliberação imperial.

Generalizou-se o movimento revolucionario, communicando-se com rapidez aos quarteis: para o Campo da Honra começaram a affluir ardorosamente os corpos de artilheria, 1.° batalhão de granadeiros, batalhão de artilheria de marinha, o proprio batalhão do imperador ou Guarda de Honra, estacionada em S. Christovão e commandada pelo coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva. O comparecimento d'esta ultima força, de confiança do monarcha, foi saudado com patrioticos vivas.

Vendo que a revolução havia perfeitamente unido povo e tropas e pela superexcitação dos animos era capaz de commetter attentados, muitos deputados moderados incumbiram

a Odorico Mendes e a Vieira Souto irem pedir ao general commandante das armas fosse elle em pessoa relatar a D. Pedro a gravissima situação em que o governo se achava, pois já não podia contar com apoio algum da tropa.

Ás dez horas da noite partiu para S. Christovão o general Francisco de Lima e Silva que acceitára a delegação popular. O imperador respondeu-lhe da mesma fórma por que o fizera aos juizes de paz.

Logo que a multidão teve sciencia da pertinaz resposta de D. Pedro, predispoz-se a marchar sobre S. Christovão, para, por sua vez, falar ao imperador, mas de módo mais positivo: pela bocca dos canhões.

Lima e Silva interpoz-se a este movimento desesperado, e, por segunda vez, como energico *ultimatum*, expediu para S. Christovão o major Miguel de Frias para saber si com effeito estava proferida a ultima palavra sobre a questão, que ia ser immediatamente resolvida pelas armas.

Em caminho, o major Frias encontrou a artilheria ligeira que havia sido chamada para reforçar S. Christovão, pois que a guarda do paço o abandonára; a artilheria vinha tambem incorporar-se ás forças reunidas no campo de Sant'Anna, tendo, porém, obtido do imperador licença para este procedimento.

—Vão, dissera D. Pedro. Não quero sacrificio de pessoa alguma.

O paço da Boa Vista ficára quasi abandonado.

O major Frias contou em voz alta ao imperador, com

todos os fortes detalhes, que a revolução havia assumido caracter perigoso; todas as tropas achavam-se reunidas ao povo; a multidão só acalmaria com a substituição do ministerio . . .

—Não! Isso nunca! exclamou D. Pedro com voz arrebatada. Voltar o mesmo ministerio, de fórma alguma! É contra a minha honra e contra a constituição. Antes abdicar! Antes a morte!

E passeava, de braços cruzados, os cabellos em desordem, pallido e febril.

Como nada resolvesse, o major ia sahir, quando D. Pedro lhe disse que se demorasse um pouco mais, para levar a resposta ao commandante das armas. Deu então ordem ao intendente geral da policia para que fosse procurar o senador Vergueiro e o incumbisse de organisar novo ministerio.

A penosa e afflictiva situação obrigou aquelle caracter violento e altivo a transigir com a vontade do povo. O prestigio do senador Vergueiro ([1]) apparecia-lhe como taboa de salvação no imminente naufragio — ultima esperança de continuar a reinar n'esta terra.

Na manhã do dia 6 correra o boato de que havia sido

---

(1) Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o grande patriota, um dos mais valentes cooperadores da independencia do Brazil, senador por Minas Geraes, nasceu em Valporto, termo da cidade de Bragança, em Portugal, a 20 de Dezembro de 1779. Bacharel pela universidade de Coimbra, veiu para o Brazil em 1805, estabelecendo banca de advogado em S. Paulo. Por esta provincia foi deputado ás côrtes portuguezas em 1822. Falleceu no Rio de Janeiro a 17 de Setembro de 1839.

expedida ordem de prisão contra o senador lembrado por D. Pedro: teve de occultar-se o energico representante de Minas Geraes.

Emquanto o intendente procura encontrar-se com o dr. Vergueiro, D. Pedro passeia no paço da Bôa Vista, agitado, nervoso, proferindo palavras desconnexas, ora ao ministro francez, ora ao ministro inglez; algumas vezes chega á sacada, imaginando ouvir ao longe rumores da tempestade popular.

—Não ha nem mais um soldado no paço? perguntou elle a um creado.

—Ha poucos, mas fieis e leaes.

—Estes não são como muitos a quem enchi de beneficios e que estão agora no campo a apregoar-se de patriotas, disse elle com desprezo.

Ás 2 ½ horas da madrugada chegou o desembargador Lopes Gama, banhado em suor e fatigadissimo. Informou ao imperador de que baldados haviam sido todos os esforços e diligencias na procura do senador Vergueiro: não foi encontrado em parte alguma.

A inquietação do imperador pareceu acalmar, com este resultado infructifero: convidou os dois ministros extrangeiros a que o acompanhassem ao seu gabinete.

Dez minutos depois, voltava elle, com os olhos injectados, ruborizadas as faces. Não poude reprimir a commoção que o assoberbava: com voz tremula, soluçante, disse ao major Frias, ao entregar-lhe um papel:

— Aqui tem a minha abdicação. Estimarei que sejam

felizes. Eu me retiro para a Europa, e deixo um paiz que muito amei e amo ainda.

O papel continha as seguintes palavras:

«Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara. Bôa Vista, 7 de Abril de 1831. PEDRO»

O official partiu a todo o galope, levando aos revolucionarios mais do que elles pediam—a abdicação, o retirar-se o monarcha, d'este paiz, deixando a coroa a uma creança brazileira de 6 annos de edade.

Indescriptivel contentamento atroou de *vivas a D. Pedro II* o vasto campo, em que se revolvia, em agitadas ondas, o povo, plenamente vingado de tantos ultrages ultimamente soffridos.

A faustosa noticia da abdicação chegou ao Campo da Honra ás quatro horas da madrugada de 7 de Abril.

Emquanto a multidão expandia de modo delirante o seu regosijo, proveniente de victoria tão completa quanto inesperada, no palacio da Boa Vista procedia D. Pedro a seus preparativos de viagem.

Fundamente impressionado com tamanhos acontecimentos occorridos em tempo tão breve, o desthronizado monarcha ora abraçava a esposa, que chorava copiosamente, ora debruçava-se sobre o berço de seus pequenos filhos D. Januaria Maria, de 9 annos de edade; D. Paula Marianna, de 8;

D. Francisca Carolina, de 7, e D. Pedro de Alcantara, de 5 annos e 4 mezes ([1]).

Aos primeiros alvores da madrugada de 7 de Abril, os ex-imperadores beijaram com lagrimas as creanças adormecidas, e, acompanhados pela rainha D. Maria II, pelo duque de Leuchtenberg, pelos marquezes de Loulé e outros titulares, seguiram para bordo da fragata *Warspite*, onde se demoraram 5 dias.

Antedatando uma carta, que appareceu como escripta a 6 de Abril, pediu D. Pedro a José Bonifacio aceitasse a tutoria de seus filhos e especialmente do herdeiro da corôa:

« *Amicus certus in re incerta cernitur.*

« É chegada a occasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação de meu muito amado e prezado filho, seu Imperador.

« Eu delego em tão patriotico cidadão a tutoria de meu querido filho, e espero que, educando-o n'aquelles sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, elle venha um dia a fazer a fortuna do Brazil, de quem me retiro saudoso.

« Eu espero que me faça este obsequio, acreditando que a não m'o fazer, eu viverei sempre atormentado.

« Seu amigo constante, PEDRO. »

---

(1) A princeza D. Januaria nasceu a 11 de Março de 1822; D. Paula a 17 de Fevereiro de 1823; D. Francisca a 2 de Agosto de 1824 e D. Pedro de Alcantara a 2 de Dezembro de 1825.

O decreto de nomeação foi assim concebido:

«Tendo maduramente reflectido sobre a posição politica d'este imperio, conhecendo quanto se faz necessaria a minha abdicação e não desejando mais nada n'este mundo senão gloria para mim e felicidade para a minha patria: Hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no cap. V, art. 130, nomear, como por este imperial decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriotico cidadão José Bonifacio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo. Boa Vista, aos 6 de Abril de 1831, 10.° da independencia e do imperio.— D. PEDRO, imperador constitucional e defensor perpetuo do Brazil.»

No dia 8 dirigiu á camara dos deputados esta attenciosa communicação:

«Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação:

«Participo-vos, Senhores, que no dia 6 do corrente Abril, usando do direito que a Constituição me concede no cap. V, art. 130, nomeei tutor de meus amados filhos ao muito probo, honrado e patriotico cidadão, o meu verdadeiro amigo José Bonifacio de Andrada e Silva.

«Não vos hei, Senhores, feito esta participação logo que a Augusta Assembléa Geral principiou seus importantissimos trabalhos, porque era mister que o meu amigo fosse primeiramente consultado e que me respondesse favoravelmente, como acaba de fazer, dando-me d'este modo mais uma prova

de sua amizade; resta-me agora como pae, como amigo de minha Patria adoptiva e de todos os brazileiros, por cujo amor abdiquei duas corôas, uma offerecida e outra herdada, pedir á Augusta Assembléa Geral que se digne confirmar esta minha nomeação.

«Eu assim o espero, confiado nos serviços que de todo o meu coração fiz ao Brazil, e em que a Augusta Assembléa não deixará de querer alliviar-me d'esta maneira um pouco as saudades que me atormentam, motivadas pela separação de meus caros filhos e da Patria que adoro.

«Bordo da nau ingleza *Warspite*, surta n'este porto, aos 8 de Abril de 1831, 10.° da independencia e do imperio.—PEDRO.»

Poucos dias depois do embarque do imperador, a mãe de creação de D. Pedro II, D. Marianna Carlota de Verna Magalhães Coutinho [1], auxiliou o menino imperador a escrever algumas linhas de despedida a seu pae. Este respondeu do seguinte modo:

«Meu querido filho e meu Imperador.—Muito lhe agradeço a carta que me escreveu; mal a pude ler, porque as

(1) D. Marianna Carlota de Verna Magalhães Coutinho era esposa de Joaquim José de Magalhães Coutinho, ambos portuguezes; chegaram ao Brazil em 1808, fazendo parte do acompanhamento de D. Maria I. Era tia em segundo grau de Ernesto Frederico de Verna e Bilstein, que, de seu casamento com D. Maria do Carmo de Castro Canto e Mello, deixou dois filhos: Miguel de Castro de Verna e Bilstein e José de Castro de Verna e Bilstein. Miguel de Verna manteve, com muito espirito, em Porto Alegre, um periodico *O Seculo*, dedicado especialmente á critica individual.

lagrimas eram tantas que me impediram o ver; agora que me acho, apezar de tudo, um pouco mais descançado, faço esta para lhe agradecer a sua e certificar-lhe que, emquanto vida tiver, as saudades jámais se extinguirão em meu dilacerado coração.

« Deixar filhos, patria e amigos, não póde haver maior sacrificio; mas levar a honra illibada não póde haver maior gloria. Lembre-se sempre de seu pae; ame a sua e a minha patria; siga os conselhos que lhe derem aquelles que cuidarem de sua educação e conte que o mundo o ha de admirar e que eu me hei de encher de ufania por ter um filho digno da patria. Eu me retiro para a Europa; assim é necessario, para que o Brazil socegue, o que Deus permitta, e possa para o futuro chegar áquelle grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho; receba a benção de seu pae, que se retira saudoso e sem mais esperança de o ver.

« Bordo da nau *Warspite*, 12 de Abril de 1831.—PEDRO.»

Tambem a ex-imperatriz D. Amelia despediu-se de seu enteado em uma carta poetica, emocionante, orvalhada de lagrimas, bello documento que prova a extrema sensibilidade de que era dotado seu coração.

Dizia assim:

« Adeus, menino querido, delicias de minha alma, alegria de meus olhos, filho que meu coração tinha adoptado! Adeus, para sempre, adeus!

« Quanto és formoso n'este teu repouso! Meus olhos chorosos não se podem fartar de te contemplar! A magestade de

uma corôa, a debilidade da infancia, a innocencia dos anjos cingem tua engraçadissima fronte de um resplandor mysterioso que fascina a mente.

« Eis o espectaculo mais tocante que a terra póde offerecer! Quanta grandeza e quanta fraqueza a humanidade encerra, representadas em uma creança! Uma corôa e um brinco, um throno e um berço!

« A purpura ainda não serve senão de estofo, e aquelle que commanda exercitos e rege um Imperio, carece de todos os desvelos de uma mãe!

« Ah! querido menino, si eu fosse tua verdadeira mãe; si minhas entranhas te tivessem concebido, nenhum poder conseguiria separar-me de ti! Nenhuma força te arrancaria de meus braços! Prostrada aos pés d'aquelles mesmos que abandonaram meu esposo, eu lhes diria entre lagrimas: « Não vêdes mais em mim a Imperatriz; mas uma mãe desesperada! Permitti que eu vigie o nosso thesouro! Vós o quereis seguro e bem tratado; e quem o haveria de guardar e cuidar com maior devoção? Si não posso ficar a titulo de mãe, eu serei a sua creada ou a sua escrava! »

« Mas tu, anjo de innocencia e de formosura, não me pertences senão pelo amor que dediquei a teu augusto pae; um dever sagrado me obriga a acompanhal-o em seu exilio, atravez dos mares, a terras extranhas! Adeus, pois, para sempre, adeus!

« Mães brazileiras, vós que sois meigas e afagadoras dos vossos filhinhos, a par das rôlas dos bosques e dos beija-flôres

das campinas floridas, suppri minhas vezes; adoptai o orphão coroado; dai-lhe todas um logar na vossa familia e no vosso coração.

«Ornai o seu leito com as folhas do arbusto constitucional; embalsamai-o com as mais ricas flôres de vossa eterna primavera; entrançai o jasmim, a baunilha, a rosa, a angelica, o cinnamomo, para coroar a mimosa testa quando o pesado diadema de ouro a tiver machucado!

«Alimentai-o com a ambrosía das mais saborosas fructas: a ata, o ananaz, a canna melliflua; acalentai-o á suave toada das vossas maviosas modinhas!

«Afugentai para longe de seu berço as aves de rapina, as subtis viboras, as crueis jararacas, e tambem os vis aduladores, que envenenam o ar que se respira nas côrtes.

«Si a maldade e a traição lhe prepararem ciladas, vós mesmas armai em sua defesa vossos esposos com as espadas, os mosquetes e as baionetas.

«Ensinai á sua voz terna as palavras de misericordia que consolam o infortunio, as palavras de patriotismo que exaltam as almas generosas, e, de vez em quando, sussurrai ao seu ouvido o nome de sua mãe de adopção!

«Mães brazileiras, eu vos confio este preciosissimo penhor da felicidade de vosso paiz e de vosso povo. Eil-o, tão bello e puro como o primogenito de Eva no paraiso. Eu vol-o entrego. Agora sinto minhas lagrimas correr com menos amargura.

«Eil-o adormecido.

«Brazileiros! Eu vos supplico que o não accordeis antes que me retire. A boquinha molhada de meu pranto ri-se, á semelhança do botão de rosa ensopado do orvalho matutino. Elle sorri, e o pae e a mãe o abandonam para sempre!

«Adeus, orphão imperador, victima de tua grandeza antes que a saibas conhecer! Adeus, anjo de innocencia e de formosura! Adeus! Toma este beijo! e este... e este ultimo! Adeus! Adeus para sempre, adeus!...»

A 12 de Abril D. Pedro fazia publicar uma despedida geral, em francez, a seus amigos de todas as nacionalidades, pedindo-lhes perdão dos aggravos e injurias que, sem intenção de offendel-os, houvesse para com elles praticado. Este documento é um de tantos rasgos de nobreza d'alma do principe:

«Comme il est impossible que je m'adresse en particulier à chacun de mes vrais amis pour prendre congé et les remercier de toutes les preuves d'attachement qu'ils m'ont données, ainsi que pour les prier de me pardonner les griefs qu'ils pourraient avoir, les assurant que si j'ai pu les offenser en quelque chose je l'ai fait sans aucune intention de les injurier, j'écris cette lettre pour qu'étant imprimée elle remplisse le but que je me propose, qui est de leur faire à tous mes adieux.

«Je me retire en Europe, où j'emporte d'amers regrets de la Patrie, de mes enfants et de tous mes vrais amis; abandonner de si chers objects est cruel, même pour le cœur le plus dur; mais les abandonner pour conserver son honneur intact devient ainsi le comble de la gloire.

« Adieu, Patrie, amis, adieu pour toujours!

« Bord du vaissau anglais le *Warspite*, 12 Avril 1831.— D. PEDRO D'ALCANTARA BRAGANÇA ET BOURBON ([1]). »

No dia 13 de Abril passaram para bordo da fragata ingleza *Volage* D. Pedro, D. Amelia, o duque de Leuchtenberg, acompanhados pelo marquez de Cantagallo, barões da Saude e Inhomirim, Mr. Plasson, redactor do *Moderado*, dr. Tavares, e para a fragata franceza *La Seine* a rainha D. Maria II, Mr. Pezerat, seu secretario, o duque de Loulé e sua esposa (tia da rainha) e o conde de Sabugal.

N'esse mesmo dia fizeram-se de vela os dois navios, que foram acompanhados pela corveta brazileira *D. Amelia*, até abandonarem aguas do Brazil.

Depois de collocar sobre a cabeça de seu filho a corôa do Brazil, seguiu D. Pedro ([2]) para a Europa, no interesse de

---

(1) « Como é impossivel dirigir-me particularmente a cada um de meus verdadeiros amigos para me despedir d'elles e lhes agradecer todas as provas de affecto que me deram, bem como para lhes pedir perdão de aggravos que poderiam ter de mim, assegurando-os de que, si os offendi em alguma cousa, o fiz sem intenção alguma de os injuriar, escrevo esta carta, para que, impressa, preencha o fim a que me proponho, que é o de dirigir a todos os meus adeuses.

« Retiro-me para a Europa, para onde levo amargas saudades da Patria, de meus filhos e de todos os meus verdadeiros amigos; abandonar tão caros objectos é cruel, mesmo para o coração mais duro; porém abandonal-os para conservar intacta a sua honra passa a ser o cumulo da gloria.

« Adeus, Patria, amigos, adeus para sempre!

« Bordo do navio inglez *Warspite*, a 12 de Abril de 1831. — D. PEDRO D'ALCANTARA DE BRAGANÇA E BOURBON. »

(2) D. Pedro I nasceu em Lisboa, no paço de Queluz, a 12 de Outubro de 1798 e falleceu no mesmo paço e no mesmo aposento, a 24 de Setembro de 1834. Era de figura altiva e insinuante, olhos grandes, pretos e vivos, cabellos castanhos, escuros, annelados, nariz levemente aquilino, bocca regular, labios grossos, testa

combater a usurpação feita por seu irmão D. Miguel e entregar o throno de Portugal a sua filha, D. Maria II, cobrindo-se assim de immorredoura gloria.

Temperamento talhado mais para guerrear do que para governar, foi o duque de Bragança ou D. Pedro IV praticar prodigios de valor em sua terra natal, desopprimindo-a do dominio do terror, alli implantado pela ambição e pela absoluta falta de educação civica.

Para resgatar os erros do imperante, é dever de gratidão ([1]) reconhecer que elle inaugurou n'este paiz muitas

---

larga, barba cerrada, rosto oval, pallido e bexigoso, côr morena, estatura mediana, voz forte e sonora. Excellente musico, habil torneiro e toureiro destro. Gabava-se de dispôr de grande força physica.

(1) Como gratidão nacional, inaugurou-se, a 30 de Março de 1862, no Rio de Janeiro, na praça da Constituição ou largo do Rocio, imponente estatua equestre consagrada á memoria de D. Pedro I. O pedestal octogono é de bronze como todo o monumento e assenta sobre uma base de granito. Nas faces principaes, quatro grupos representam os rios Amazonas, Madeira, S. Francisco e Paraná.

A india do Amazonas apresenta nas costas uma creança a dormir, trabalho de perfeição admiravel: formam o grupo um jacaré de rara perfeição, uma giboia, um tigre, um ouriço cacheiro e uma ave.

O Madeira é figurado por um selvagem armado de arco, em attitude de despedir a flecha: compõem o grupo alguns peixes, uma tartaruga e uma ave.

É magestoso o indigena que representa o S. Francisco; está sentado e tem junto de si um tamanduá bandeira e uma capivara.

É bello o symbolo do Paraná: a um grupo de indios juntam-se duas grandes aves, um tatú e uma anta.

Pela correcção e arrojo dos trabalhos cada um d'estes grupos constitue um monumento.

Na face principal do pedestal lê-se a inscripção:

A
D. PEDRO PRIMEIRO
GRATIDÃO
DOS BRAZILEIROS

instituições liberaes, que fortemente impulsionaram o nosso progresso; e, depois de prestar assignalados serviços ao Brazil, foi ser em Portugal o primeiro principe que, por amor á liberdade dos povos, deitou por terra o absolutismo dos reis luzitanos.

É sobre este duplo pedestal que a sua figura de luctador impõe-se, atravez de todas as paixões politicas, ao respeito da posteridade.

Sobre o pedestal ergue-se a figura de D. Pedro em uniforme de general, montado em grande e garboso ginete; o braço direito levantado apresenta a declaração da independencia do Brazil.

Altura do monumento 15m, 70cm; peso do bronze 55.000 kilogrammas.

Esta grandiosa obra foi executada em Pariz pelo estatuario Luiz Rochet: importou na quantia de 334:710$375.

Por occasião da inauguração, d'entre muitas poesias, appareceram heroicos versos do dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, neto do velho José Bonifacio; d'essa producção colhemos duas estrophes:

Que vida foi a tua, heróe valente,
De povos dois libertador soldado!...
Quem póde erguer um hymno alevantado,
Egual a tanta gloria e tão ingente?
Teu nome é um sec'lo! Não precisa um hymno!
Não morrem sec'los, não! É teu destino!

Roma—fundou-a o braço do bandido!
A Grecia surge annuviada e triste;
Mas no brazileo céo onde luziste
O rei foi povo, e o povo rei tem sido!
Salve, heróe, que na c'roa tens illesa
A gloria, a liberdade, a realeza!

CAPITULO XXX

GOVERNO REGENCIAL DO BRAZIL. CONSEQUENCIAS DA ABDICAÇÃO DE D. PEDRO.
SEDIÇÕES MILITARES EM VARIAS PROVINCIAS — 1831

PARA a montagem do novo governo que deveria substituir o de D. Pedro, reuniram-se no paço do senado, na manhã do mesmo dia 7 de Abril de 1831, vinte e seis senadores e trinta e seis deputados; constituiram-se em assembléa e receberam do general commandante das armas, Francisco de Lima e Silva, o acto da abdicação. Como as circumstancias urgiam, investiram-se de poderes extraordinarios e elegeram uma *regencia provisoria*, destinada a governar o paiz, até á proxima eleição de uma *regencia permanente* que funccionaria durante a menoridade de D. Pedro II.

Para a regencia provisoria foram eleitos tres membros: o marquez de Caravellas, o general Francisco de Lima e Silva e o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, os quaes prestaram juramento nas mãos do senador bispo, capellão-mór D. José Caetano da Silva Coutinho, presidente acclamado

na occasião, em substituição d'aquelle marquez, que até então exercera o cargo.

Assumiu o supremo governo o partido liberal moderado. A Evaristo da Veiga foi commettida a elevada tarefa de redigir o manifesto explicador dos acontecimentos. Como a multidão se agglomerasse em frente ao senado, o illustre jornalista pronunciou eloquente discurso, expondo qual o programma do partido que tomava a si a responsabilidade de dirigir os destinos da patria. Concluiu com estas palavras exhortadoras: «Moderação, compatriotas, moderação!»

Depois de applaudir com ardor o homem que pelo criterio e honradez era segura garantia da firmeza do novo regimen, dispersou-se o povo, plenamente satisfeito com a victoria extraordinaria que havia alcançado n'aquelle memoravel dia.

A 8 de Abril foi restabelecido o ministerio de 20 de Março, sendo substituido o ministro da fazenda Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque pelo deputado José Ignacio Borges.

Logo que o novo governo teve noticia de que o ex-imperador deixára o porto do Rio de Janeiro, fez publicar uma proclamação assim concebida:

«A regencia provisoria em nome do imperador D. Pedro II aos brazileiros.

«Compatriotas. Está ultimado o primeiro e mais perigoso periodo de nossa tão necessaria como gloriosa revolução. O ex-imperador acaba de sahir do porto d'esta capital, reti-

rando-se para a Europa; uma embarcação de guerra nacional o acompanha até largar as aguas do Brazil. Os nossos inimigos são tão poucos e tão fracos, que não merecem consideração; comtudo o governo vela sobre elles, como si fossem muitos e fortes. Mas si nada temos a temer de nossos inimigos, devemos temer de nós mesmos, do enthusiasmo sagrado do nosso patriotismo, do amor pela liberdade e pela honra nacional que nos poz as armas na mão. Vossa nobre conducta, vossa moderação depois da victoria póde servir de modelo a todos os povos do mundo; não lanceis n'elle a mais pequena mancha; e continuai a dar-vos reciprocos conselhos de sabedoria e generosidade; a patria vos abençoará nas gerações futuras e os povos extranhos reconhecerão a vossa dignidade até agora deprimida por quem devia levantal-a. O Brazil, hoje livre, vai mostrar o que é, muito differente do que parecia ser. A lei começa a reinar entre nós: respeitai o seu poder e as auctoridades que a exercem. Contra os abusos e contra os crimes tendes o direito de petição: exercitai-o, deixando ás auctoridades o prover de remedio legal. Somos livres: sejamos justos. Viva a nação brazileira, viva a constituição, viva o imperador constitucional Pedro II.—Palacio do governo, 13 de Abril de 1831.—*Marquez de Caravellas.*—*Francisco de Lima e Silva.*—*Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.*»

O governo da regencia foi todo de agitações nas provincias brazileiras: anceavam os povos libertar-se do dominio portuguez que os opprimia, e contra o qual tinham o dever de

rebellar-se para que a nossa independencia não fosse uma ficção.

As perseguições exercidas pelos militares reclamavam medidas que reprimissem os seus continuos abusos, de maneira a garantir os cidadãos contra a livre pratica de violencias. A força armada parecia subjugar o paiz sob punho de ferro, provocando justa reacção da parte dos civis, ciosos de seus direitos.

Apreciando este afflictivo periodo de transição, e criticando o militarismo, que exorbitava de suas altas e nobilissimas funcções, diz o illustrado historiador Moreira de Azevedo:

«Indisciplinada, arrogante, tendo a espada como sceptro da lei, crendo que tudo deveria decidir-se pelas armas, pela vontade dos soldados, orgulhosa por ver que desde 1821 satisfizera suas exigencias, e conspicuo papel representára nos negocios publicos, deixára a força militar de ser a depositaria da ordem, da tranquillidade publica. Debellava os cidadãos em vez de garantil-os; não era um elemento de ordem, nem sustentaculo da lei, mas um corpo anarchico, que alçava a cabeça logo que havia um motim, quando não era o primeiro a atear o facho da rebellião (1).»

A 18 de Junho de 1831 reuniu-se a assembléa geral legislativa composta de 35 senadores e 88 deputados e

(1) Dr. MOREIRA DE AZEVEDO: *Historia Patria. O Brazil de 1831 a 1840* (Rio de Janeiro, 1884), pag. 23.

procedeu-se á eleição da *regencia trina permanente;* obtiveram maioria de votos e foram proclamados regentes do imperio: o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho (marquez de Monte Alegre) e João Braulio Moniz.

Em começo de seu governo tiveram os regentes de luctar com uma sedição militar occorrida no Rio de Janeiro e instigada pelo partido *exaltado.* A 12 de Julho revoltou-se o 26.° batalhão de infanteria; o ministro da justiça, energico paulista, padre Diogo Antonio Feijó, conseguiu, por acertadas providencias, suffocar a rebellião e ordenar o embarque d'aquelle batalhão para a Bahia; porém na noite de 14 levantaram-se de novo os militares — a maior parte dos batalhões de linha e o corpo de policia — e, rebeldes ás ordens do commandante das armas, general José Joaquim de Lima e Silva, foram occupar o campo de Sant'Anna. Indagada a causa do motim, soube-se que a tropa exigia fossem deportados 89 cidadãos do partido governista.

O ministro da justiça desenvolveu a maxima energia para se não deixar vencer deante do apparato bellico: reuniu a familia imperial no paço da cidade, e bem assim os membros da regencia, do ministerio e das duas camaras que se conservaram em sessão permanente desde a manhã de 15 até 20.

Em um altivo discurso, disse Bernardo Pereira de Vasconcellos, criticando o movimento revolucionario:

« As nossas deliberações não podem ser reconhecidas livres, desde que se tem violado o artigo da constituição, que

determina a obediencia passiva da tropa . . . Mas o Brazil ha de ser salvo . . . Mostremos aos inimigos da ordem publica que os representantes da nação não se aterram!»

Todos os deputados de influencia, como Evaristo da Veiga, Carneiro Leão e Rebouças, cercaram o governo do necessario prestigio, amparando-o fortemente pela imprensa. Para debellar os sediciosos, o padre Feijó conseguiu reunir, com brevidade, 3000 cidadãos em armas, que se reuniram ás forças legaes — o 5.º batalhão de infanteria, a artilheria de marinha e o 1.º corpo de artilheria de posição.

Como se revelassem timidos e discordantes das fortes providencias tomadas pelo padre Feijó, os ministros José de Souza França e José Manoel de Moraes foram substituidos por cidadãos capazes de enfrentar a situação: assumiram, a 16 de Julho, Bernardo Pereira de Vasconcellos a pasta da fazenda, Lino Coutinho a do imperio e Manoel da Fonseca Lima e Silva a da guerra. A 17 o deputado Sebastião do Rego Barros tomou posse do commando do corpo municipal. Tão promptas e efficazes foram as ordens emanadas do governo, que no dia 22 poude o padre Feijó declarar ás camaras achar-se inteiramente restabelecida a tranquillidade publica.

Necessitando premunir-se contra novos levantamentos militares, creou o governo a guarda nacional por decreto de 18 de Agosto, e da tropa de linha apenas conservou na capital o corpo de artilheria de marinha. Este mesmo batalhão, aquartellado na ilha das Cobras, rebellou-se a 7 de Outubro.

Foram instigadores d'esta sedição o capitão José Custodio, alferes Camillo José Ribeiro e notadamente o dr. Cypriano José Barata de Almeida, detido na ilha em consequencia da violencia de seus artigos na *Sentinella da Liberdade* (1).

Contra a ilha seguiu numerosa força dividida em tres columnas.

Não sendo possivel, no primeiro encontro, arrombar o portão, o tenente-coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa subiu a muralha, sem auxilio de escada, firmando-se nas anfractuosidades das pedras e assim galgou o parapeito.

Muitos officiaes seguiram este exemplo de bravura, e outros, por meio de escadas, attingiram ao espaldão da forta-

---

(1) A revolução de 7 de de Abril conflagrou os espiritos, exacerbou rivalidades, expandiu sentimentos de odio e de vingança. Desvirtuada de sua missão elevada e doutrinaria, esquecida de que deve pairar acima das paixões com a serenidade do pharol — irradiante e sobranceira ao raivar espumante das ondas — a imprensa da epocha perdeu a compostura que lhe é propria, despiu a sagrada roupagem e converteu-se na estatua mutilada em que outros Pasquinos affixavam não só a satyra mordente, mas o insulto sem peias, que ás vezes commettia o sacrilegio de rasgar o reposteiro da vida privada.

Em 1831 publicavam-se no Rio de Janeiro os periodicos: *Sete de Abril*, *O Grito da Patria contra os anarchistas*, *Clarim da Liberdade*, *Defensor da Liberdade*, *Bussola da Liberdade*, *Voz da Liberdade*, *Voz da Razão*, *Voz Fluminense*, *Medico dos Malucos*, *Enfermeiro dos Doidos*, *Dois compadres liberaes*, *Exaltado*, *Matraca dos Farroupilhas*, *Jurujuba dos Farroupilhas*, *Brazileiro Offendido*, *Filho da Terra*, *Doutor Tira-teimas*, *Americano*, *Brazileiro Vigilante*, *Espelho da Justiça*, *Espelho dos Brazileiros*, *Vigilante*, *Lyceu Liberal*, *Moderador*, *Regenerador do Brazil*, *Recopilador*, *Novo Brazileiro Imparcial*, *Novo Conciliador*, *Novo Censor*, *Cartas ao Povo*, *Simplicio*, *Filho do Simplicio*, *Simplicio Rigorista*, *A Verdadeira Mãe do Simplicio*, *Semanario Politico*, *Buscapé*, *Patriota Brazileiro*, *Velho Casamenteiro*, *Mensageiro*, *Constitucional*, *Veterano*, *Regente*, *Narciso*, *Correio da Camara dos Deputados*, *O Homem e a America* e *Independente*.

leza e intimaram a rendição da praça. Na mesma occasião penetrava uma columna pelo ponto opposto, tendo derribado o portão. Foram aprisionados 200 sediciosos e os presos por elles soltos recolhidos ao navio *Presiganga*.

Na tomada da ilha das Cobras distinguiram-se os chefes das columnas de ataque, coronel João Paulo dos Santos Barretto, major Luiz Alves de Lima e Silva e cidadão Manoel Antonio Airosa. O commando geral foi confiado ao general José Maria Pinto Peixoto. Da força legal morreu o guarda municipal Estevão de Almeida Chaves, cujo enterramento se fez com apparato official.

O governo dissolveu o corpo de artilheria de marinha, e o ministro d'essa repartição, José Manoel de Almeida, foi substituido por Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaborahy.)

Emquanto estes acontecimentos succediam no Rio de Janeiro, outras desordens, egualmente graves, occorriam em algumas provincias, de que daremos rapidos apontamentos.

Sem entrar em apreciações sobre cada um d'esses movimentos, apenas os assignalamos de modo summario em seus delineamentos principaes e na ordem geographica, de norte a sul do paiz.

Quando, a 22 de Maio de 1831, chegou ao Pará a noticia da abdicação de D. Pedro, alarmou-se a população, extremando-se os partidos. Para contel-os, o presidente da provincia,

barão de Itapicurú-mirim (José Felix Pereira de Burgos), fez publicar uma proclamação, aconselhando paz. Amotinado o povo, acoroçoado pelo partido liberal, exigiu a deposição do brigadeiro portuguez Francisco José de Souza Soares de Andréa, commandante das armas.

Com difficuldade conseguiu o partido legal que tanto o commandante como o presidente fossem conservados em seus cargos, até que do Rio de Janeiro chegassem novas auctoridades para substituil-os.

De facto, a 16 de Julho alli aportaram o visconde de Goyanna (Bernardo José da Gama) como presidente e José Maria da Silva Bittencourt como commandante das armas. Envolvidos em facções, estes funccionarios collocaram-se desde logo em serio antagonismo de idéas, e de tal sorte se desharmonizaram, que, em menos de um mez, a 7 de Agosto, uma sedição militar depoz o barão de Goyanna e o obrigou a regressar para o Rio de Janeiro. Seis cidadãos e entre elles o revolucionario conego Baptista foram remettidos para varios presidios da provincia.

A 23 de Fevereiro de 1832 chegaram ao Pará os tenentes-coroneis José Joaquim Machado de Oliveira e Antonio Corrêa Seara, presidente e commandante das armas.

Tendo o conego Baptista conseguido evadir-se, em caminho da prisão, ao saber que novas auctoridades achavam-se á frente da administração do Pará, poz em armas o interior da provincia. D'este movimento de reacção resultou a morte do coronel Joaquim Philippe dos Reis, comman-

dante militar da barra do Rio Negro, attentado occorrido a 12 de Abril. Exaltados os animos contra o governo legal, os revoltosos, por acto de 23 de Junho, declararam a comarca do Rio Negro independente da provincia paraense. Foi necessario, para a conciliação, que o presidente Machado de Oliveira se ligasse ao partido do conego e o attrahisse á capital, satisfazendo-lhe varias exigencias.

Em Abril de 1833 os partidarios do padre impediram que desembarcassem o novo presidente, desembargador José Mariani, e o commandante das armas, tenente-coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

No anno de 1835 foram nomeados, presidente o deputado Bernardo Lobo de Souza e commandante das armas o tenente-coronel Joaquim José da Silva Santiago.

Ciosos de sua independencia, agitaram-se os revolucionarios contra estas duas auctoridades; na manhã de 7 de Janeiro de 1835 foram ambas assassinadas: os cadaveres, inteiramente nús, permaneceram, até á tarde, expostos ao escarneo da plebe; foram depois levados ao cemiterio e lançados á mesma cova.

A revolução paraense collocou na presidencia o tenente-coronel de milicias Felix Antonio Clemente Malcher, que se achava preso na fortaleza da Barra, e no commando das armas um negociante de borracha, *traficante de seringas*, Francisco Pedro Vinagre, homem turbulento e rancoroso.

Por occasião da posse do presidente, lavrou-se uma acta popular, em que se declarava que o governo de Malcher não

reconhecia o governo da regencia durante a menoridade de D. Pedro II.

Poucos dias depois, entraram em lucta o presidente e o commandante das armas; vencendo este, foi preso e fuzilado o presidente Malcher a 26 de Fevereiro [1].

Senhor da situação, Vinagre investiu-se do supremo cargo civil e militar, até que em Julho do mesmo anno chegou ao Pará o marechal Manoel Jorge Rodrigues (depois barão de Taquary), novo presidente nomeado.

Fingindo obedecer ás ordens da regencia, Vinagre entregou o governo ao marechal, porém foi ao interior alliciar tropas para combatel-o.

Perseguido por forças superiores ás de que dispunha, Manoel Jorge viu-se compellido a abandonar a capital e a refugiar-se na ilha de Tatuóca, onde se conservou, até que em fins de Abril de 1836 passou o governo ao brigadeiro Soares de Andréa, e regressou para a capital do imperio.

Com um reforço de mais de 1.000 homens de infanteria, dispostos e disciplinados, Soares de Andréa, auxiliado pelas forças navaes do capitão de mar e guerra Frederico Mariath,

---

(1) O dr. AMERICO BRAZILIENSE, em suas *Lições de Historia Patria* (S. Paulo, 1877), 2.a ed., pag. 179, dá sobre a morte de Malcher as seguintes particularidades:

«Foi derrotado o partido de Malcher e este, do arsenal de guerra, onde se havia refugiado, dirigiu-se para bordo de um vaso de guerra brazileiro, de que era commandante Wandenkolk. Este entregou Malcher aos vencedores, que logo o assassinaram á vista da tripulação. Seu corpo foi arrastado pelas ruas, ao som de musica, em signal de triumpho.»

tomou posse da presidencia a 11 de Abril de 1836, investindo-se ao mesmo tempo do cargo de commandante das armas: n'esse duplo caracter fez entrada solemne em Belém do Pará a 13 de Maio. Perseguidos e desbaratados os bandos sediciosos de Vinagre, de Eduardo Francisco Nogueira Argelim e de outros revolucionarios, conseguiu o brigadeiro Andréa pacificar o Pará no anno de 1837.

O Maranhão experimentou forte abalo com a abdicação de D. Pedro: baldadamente o presidente da provincia, Candido José de Araujo Vianna (marquez de Sapucahy), empregou esforços para reprimir explosão de odios de nacionaes contra luzitanos; não poude impedir que a tropa se reunisse no campo de Ourique, a 13 de Setembro de 1831, e ahi fizesse descabidas e arbitrarias exigencias — como expulsão de brazileiros adoptivos ou portuguezes do serviço do exercito; suspensão de varios magistrados; eliminação de brazileiros adoptivos dos empregos de fazenda e de justiça; deportação de cidadãos antipathicos á causa nacional; prohibição de entrada de portuguezes na provincia, com excepção de artistas e industriaes, e outras imposições inconvenientes.

Não contando com elementos para enfrentar a attitude bellicosa dos insurgentes, Araujo Vianna concordou na deposição do commandante das armas, tenente-coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, e bem assim que fossem deportados varios magistrados suspeitos de *absolutistas* e

frades franciscanos, remettidos para a provincia do Pará, d'onde pouco depois regressaram.

Audacioso pelas vinganças exercidas, o partido *brazileiro* quiz levar mais longe as suas insólitas pretenções, e a 19 de Setembro concitou a soldadesca contra o proprio presidente; este, porém, poude reagir contra os anarchistas, mandando estacionar defronte de palacio um regimento de artilheria. Pretenderam os sediciosos tomar de assalto o quartel do 15.º batalhão de infanteria, porém foram repellidos; a policia fez causa commum com os rebeldes, reunindo-se a elles no campo de Ourique. Felizmente, por bem combinadas medidas, conseguiu aquelle batalhão attrahir o corpo de policia ao gremio da legalidade, e restabeleceu-se a paz na capital, sem que se désse derramamento de sangue. Reconcentraram-se os revolucionarios no interior da provincia, e, chefiados por um ourives cearense, Antonio João Damasceno, commetteram roubos e assassinatos em diversos pontos, e invadiram a villa de Itapicurú-mirim, Icatú e freguezia do Rosario.

Vencido o chefe dos insurgentes perto de Caxias, refugiou-se na povoação do Estanhado e d'ahi marchou para o Boqueirão. Dispondo de uma força de 400 homens atacou esta villa; porém foi derrotado e morto em Julho de 1832. Só assim pacificou-se completamente o Maranhão, contribuindo para tal effeito a energia desenvolvida pelo commandante das armas Corrêa de Vasconcellos.

Tremenda foi a repercussão causada no Ceará pela noticia da abdicação de D. Pedro: a provincia, palpitante ainda do sangue derramado pela truculenta commissão militar, ardia em desejos de vingança contra seus oppressores e concentrou odios no coronel de milicias Joaquim Pinto Madeira, realista exaltado e adepto da restauração do ex-imperador. Obrigado a abandonar a capital, onde se via perseguido, retirou-se para a villa do Jardim, e ahi, allegando ter sido Pedro I forçado pelos liberaes a abdicar, declarou-se abertamente contra o governo regencial. Procedeu a rigoroso recrutamento, e, á frente de numeroso bando, deu combate, no engenho Burity, a forças do governo, alcançando victoria. Orgulhoso com este triumpho, penetrou na villa do Crato, onde fez espalhar uma proclamação em termos violentos e insultuosos contra os promotores da revolução de 7 de Abril:

«Brazileiros! É chegada a epocha de nossa regeneração politica, epocha em que os malvados liberaes vão ser punidos de tão horrorosos crimes por elles perpetrados! Brazileiros! Eu estou em campo! Reuni-vos a mim, e vamos desaffrontar a nossa honra, honra tão manchada por essa vil escoria de sevandijas, que, com o titulo de *liberaes*, tem feito viva guerra á religião e ao throno do melhor dos soberanos.

«Brazileiros! Nem mais um dia devemos esperar e mostraremos ao mundo inteiro o nosso resentimento quanto ao extraordinario insulto feito ao nosso adorado imperador, o Senhor D. Pedro I, no sempre execravel dia 7 de Abril! dia que cobriu de lucto e de vergonha a todos os bons brazileiros!

dia que sepultará para sempre a honra brazileira no tumulo infernal da ingratidão e do opprobrio, si um rompimento inesperado, si uma vingança terrivel contra os malvados não apparecer n'esta occasião para nos separar do numero d'elles!

«Brazileiros! O Senhor D. Pedro I, nosso adorado Defensor Perpetuo, foi insultado e esbulhado de nosso solo e d'entre nós; porém ha de ser vingado em o nosso solo e por nós!

«Brazileiros! Ás armas! Vamos dar fim a essa obra gloriosa já por nós encetada! Os malvados não nos resistem, pois os seus mesmos crimes os fazem cobardes, emquanto que a nossa virtude e a santidade de nossa causa redobra nossos esforços, o que praticamente já foi demonstrado no campo da honra de Burity!

«Brazileiros! Estou á vossa frente com 3.800 herões bem armados e municiados e jamais retrogradarei meus passos, sem que no mais remoto sertão do Brazil se respeite a religião de nossos paes e o throno do Senhor D. Pedro I. E em abono d'isso que vos acabo de dizer, só vos recommendo que si eu avançar, segui-me; si fugir, matai-me; si morrer, vingai-me com a vossa honra!

«Brazileiros! Viva a religião catholica e apostolica de N. S. Jesus Christo! Viva o nosso adorado imperador o Senhor D. Pedro I e sua augusta dynastia! Vivam os bons e fieis brazileiros em geral e em particular os habitantes do Jardim!»

«Villa do Crato, em 2 de Janeiro de 1832.—*Joaquim Pinto Madeira.*»

Em Abril do mesmo anno, travou em Icó sanguinolento combate com os legalistas; teve ahi completa derrota, vendo-se obrigado a fugir, deixando no campo de batalha 100 mortos, 200 feridos e prisioneiros.

Cançado de tantas luctas improficuas e sabendo quanto o general Pedro Labatut era humano, Pinto Madeira, acompanhado de 1.590 dissidentes, rendeu-se a 13 de Outubro de 1832, no acampamento do Correntinho, sob promessa de ser enviado para Pernambuco com seu companheiro de luctas, o vigario do Jardim, conego Antonio Manoel de Souza (appellidado *Benze-cacete*), a fim de seguirem ambos para o Rio de Janeiro, onde pretendiam justificar-se. Iam embarcar com direcção á côrte, quando houve ordem em contrario, visto não terem ainda culpa formada, nem haverem sido interrogados nem ouvidos.

Depois de vagar de prisão em prisão, em varias provincias, Pinto Madeira voltou ao Ceará para ser julgado no local de seu domicilio, a villa do Crato.

A 22 de Outubro de 1834 seguiu para ahi o criminoso, escoltado por uma força de 60 praças commandada pelo ajudante de ordens da presidencia da provincia, tenente João da Rocha Moreira.

Era presidente do Ceará o padre José Martiniano de Alencar, senador do imperio.

Nos officios que esta auctoridade dirigiu ao juiz de direito interino, José Victoriano Maciel, e ao promotor publico, Antonio Raymundo Brigido dos Santos, recommendou que,

na fórma do art. 319 do codigo do processo criminal, se convocasse o jury extraordinariamente, para que o réo fosse julgado com brevidade e reconduzido á capital, no caso de, sendo condemnado, appellar para o jury da capital, como lhe permittia a lei.

A 23 de Novembro chegou Pinto Madeira ao Crato, percebendo feroz contentamento por parte de seus inimigos, dominadores da situação. Convocado extraordinariamente o jury, no edificio da camara, compareceram todos os jurados, combinados todos em cavar-lhe prompta ruina.

O crime escolhido para o julgamento não foi o de rebellião, como parecia razoavel, mas de homicidio.

Disse a accusação que no combate de Burity, tendo sido preso o portuguez Joaquim Pinto Cidade pelos sequazes de Pinto Madeira, este o mandára fuzilar, usando da expressão: «Prendam e desbaratem.»

Por não ter defensor, Pinto Madeira só poude apresentar uma pequena defesa escripta, reportando-se ao depoimento de suas testemunhas.

Pessoas que assistiram á morte do moço portuguez affirmaram que o assassinato fôra perpetrado pela tropa de Francisco Xavier Veneno, guarda avançada de Pinto Madeira.

As pessoas independentes que, apezar de toda a pressão politica, se animaram a depôr em defesa do réo, foram, ao sahir a porta do tribunal, espancadas deante da propria tropa de linha.

A 26 de Novembro teve o réo condemnação á pena de morte, grau maximo do art. 192 do codigo criminal.

Acto continuo á leitura da sentença, Pinto Madeira levantou-se e disse repeitosamente: «Appéllo.»

Indignado porque o criminoso usava de recurso garantido por lei, o presidente do tribunal, tenente-coronel José Victoriano Maciel, proferiu estas violentas palavras: «Não tem appellação nem aggravo, senhor coronel; aprompte-se para morrer!»

E sem que lhe fosse permittido appellar para novo jury nem impetrar perdão ao poder moderador, o réo passou no dia seguinte para o oratorio.

Ás 8 horas da manhã de 28 de Novembro de 1834, foi Pinto Madeira retirado da cadeia, e, seguido de enorme acompanhamento, conduzido ao alto do *Barro Vermelho*, logar da forca. Á frente do prestito, o official de justiça Antonio Alves lia em alta voz a sentença; seguia-se-lhe Pinto Madeira em trajo militar, de corda ao pescoço, cujas pontas segurava o carrasco—o sentenciado á pena ultima, Cosme Pereira (o *Cavaco*); ladeavam o réo os padres que o haviam assistido no oratorio, reverendos José Joaquim de Oliveira Bastos e José Felix dos Santos; compunham o grupo o juiz de direito interino, capitão Antonio Ferreira Lima (a quem Victoriano Maciel passára o exercicio), o juiz de paz Antonio Vicente de Moura e o escrivão Antonio Duarte Pinheiro; fechavam o prestito a tropa e o povo.

Ao chegar ao patibulo, pediu o réo que o não enforcassem,

mas o fuzilassem, como militar. Concordando na commutação da pena, collocaram junto á forca uma cadeira de pau, em que sentou-se Pinto Madeira, com desembaraço e sangue frio. Cobriu a cabeça com um lenço, como era de praxe; collocou em seguida a dextra sobre o coração, como indicando o alvo; após a descarga, tombou de bruços exclamando: «Valha-me o Sacramento!»

Para acabar de matal-o, pois cahira com um braço partido e o tronco atravessado por uma bala, o cabo de esquadra que commandava a escolta disparou-lhe no ouvido o tiro de misericordia ou de honra ([1]).

O cadaver foi sepultado no corpo da matriz do Crato.

Pinto Madeira nasceu na fazenda *Silverio*, da cidade da Barbalha; contava cerca de 50 annos de edade; era casado e sem filhos.

Dando conta d'estes acontecimentos ao presidente da provincia, em officios de 27 de Novembro, 1.° e 10 de Dezembro de 1834, assim se externou, em resumo, o juiz de direito interino José Victoriano Maciel:

---

(1) Pouco tempo depois, compadecido da sorte de Pinto Madeira, o povo o considerou um martyr. Quando alguem perdia um objecto, nutria esperança de achal-o, resando um Padre Nosso e uma Ave Maria por alma d'este revolucionario cearense.

«Os ultimos momentos do condemnado fizeram calar no animo do povo tamanho sentimento de veneração por elle, que ficou, muitos annos, como um intercessor para os infelizes. Resavam-lhe para obter favores do céo.»

Major JOÃO BRIGIDO DOS SANTOS: *Estudos biographicos de cearenses illustres.*

«Tenho de participar a V. Exa. que apezar de ser o réo odiado de todas as pessoas benemeritas d'esta villa, nem por isso soffreu o mais pequeno insulto, nem se lhe fez injustiça; não se lhe faltou com um só requisito da lei; os juizes que o julgaram foram escolhidos, desinteressados, despidos de paixões e vinganças; foi-lhe concedida a escolha dos juizes; deu testemunhas em sua defesa: finalmente, encheram-se todos os recursos da lei . . .

«O réo Joaquim Pinto Madeira, sendo julgado pelo jury d'esta villa, foi sentenciado á pena ultima, não havendo, na conformidade da lei, motivo para appellar da sentença; o recurso que lhe competia era fazer a petição de graça, a qual deixou de fazer por saber que a conspiração dos povos que se reuniram n'esta villa, requisitavam a justa punição de seus crimes e o cumprimento da sentença, e temendo algum rompimento que lhe seria peor, dispoz-se a soffrer a sorte que lhe marcava a sua sentença, e, depois de executados os recursos da lei, no dia 28 de Novembro expiou os seus crimes com a vida; não foi enforcado por não haver carrasco, foi fuzilado, exemplo que segui de outras auctoridades que o têem praticado em eguaes condições . . .

«Com o réo Joaquim Pinto Madeira preencheram-se todas as formalidades da lei; não foram acceitos os recursos que a mesma lei concede aos réos sentenciados á pena ultima, porque o mesmo réo, á vista de seus horrorosos crimes, *não quiz recorrer*, nem á petição de graça, e mesmo declarou aos sacerdotes que o assistiram *que a não fazia.*»

A estes embustes officiaes respondeu de modo severo, reprehensivo, o presidente do Ceará, padre Alencar:

«Assaz desagradavel foi a esta presidencia e creio que o será a todo brazileiro sensivel e amigo da ordem e da legalidade em seu paiz, a leitura do officio de Vmc. de 27 do passado mez, em que, relatando o julgamento de Joaquim Pinto Madeira, diz que elle fôra entregue ao 2.° conselho de jurados no dia 26, sentenciado á pena ultima, subira no dia 27 para o oratorio, a fim de expiar no dia immediato seus horrorosos crimes!

«Por mais coberto de crimes que fosse esse réo, elle era um cidadão brazileiro, com quem se devia guardar todos os recursos que a constituição e as leis prescrevem; e de mais elle era homem e como tal não se lhe devia negar a defesa que a humanidade, a natureza e a razão, em um paiz livre, sempre afiançam aos homens, ainda os mais desgraçados.

«E como se atreve Vmc. a affirmar, em seu dito officio, que se não negou ao réo requisito algum da lei, quando confessa que elle ia morrer 48 horas depois do julgamento?

«Deixaria elle de lançar mão do recurso do art. 308 do codigo penal, protestando para um novo jury na capital da provincia? Mas como usaria d'esse recurso, si Vmc. lhe não permittiu os 8 dias marcados no art. 310 do mesmo codigo?

«Além d'isso, poderia Vmc. ignorar a lei de 11 de Setembro de 1825, onde se acha a expressa determinação de que nenhuma sentença de morte, proferida em qualquer parte do imperio, seja executada sem que primeiro suba á presença

do imperador, lei que já por precaução se havia mandado reimprimir no periodico da provincia *Recopilador Cearense*, desde 24 de Maio, periodico que Vmc. não deixaria de ler, e lei de que eu já o havia prevenido em circular aos juizes de direito d'esta provincia, datada de 6 de Novembro ultimo, a qual Vmc. infallivelmente recebeu, pois foi d'aqui no correio de 10 de Novembro que chegou a essa villa a 26, isto é, no mesmo dia em que o réo estava sendo julgado, e, accusando Vmc. o recebimento de um officio meu, de 7 de Novembro que havia ido pelo mesmo correio, claro está haver recebido a mencionada circular.

«Á vista, pois, do expendido, é evidente que nem ao menos com a ignorancia póde Vmc. desculpar-se de haver commettido uma infracção manifesta de tantos e tão claros artigos de lei e até da constituição, e isto em um caso em que todos os principios de direito e de humanidade exigiam que pendesse para a parte mais favoravel ao infeliz, ainda quando qualquer duvida se suscitasse.

«Baldou Vmc. todas as diligencias d'esta presidencia, que não sem grave peso á fazenda publica havia mandado escoltar este réo com uma força que fizesse a sua perfeita segurança, livrando-o de algum resentimento popular. Não foram pessoas do povo, foi Vmc., foram as auctoridades do Crato quem o mataram anarchica e illegalmente, compromettendo assim a propria reputação da provincia, que, por estes e outros eguaes factos sanguinolentos, vai talvez adquirindo a nota de estupidez e ferocidade.

«Não é por certo praticando d'esta maneira que nós poderemos firmar a paz, a liberdade e a ordem em nossa provincia: pelo contrario, si as auctoridades são as mesmas que dão o exemplo de transgressão das leis, mesmo d'aquellas que a humanidade e a razão mais requerem na sociedade; si ellas, calcando os sentimentos da natureza, são as primeiras que se distinguem em actos de ferocidade, derramando illegalmente o sangue dos infelizes, que não fará o povo, sempre guiado por seus maiores?

«D'este modo ficaram baldadas todas as diligencias que esta presidencia começou a pôr em pratica para fazer parar a torrente de barbaros assassinatos que todos os dias vão succedendo por toda a provincia. Como conseguir este fim, quando as auctoridades se não querem convencer que só na prompta e facil execução das leis é que existem liberdade e segurança publica?

«Cumpre, pois, que se faça a responsabilidade de quem tão ás claras aberra de seus deveres; por conseguinte ordeno a Vmc. que, quanto antes, responda a esta presidencia, com os motivos que teve para mandar executar o réo Pinto Madeira, sem esperar pelos recursos que as leis e a constituição lhe garantiam, a fim de que, satisfeito este requisito constitucional, se possa deliberar em conselho, conforme fôr de direito, contra Vmc. e as mais auctoridades que se julgar terem tomado parte em tão triste acontecimento.

«Deus Guarde a Vmc. Palacio do governo do Ceará, 15 de Dezembro de 1834.—*José Martiniano de Alencar.*—

Sr. José Victoriano Maciel, juiz de direito interino do Crato.»

Não foi levada a effeito a responsabilidade do juiz, talvez por se ter Alencar convencido de que elle apenas fôra instrumento do dictador da comarca do Crato, José Francisco Pereira Maia (o *Maínha*), homem sagaz, que, da penumbra em que se collocára, preparou contra seu rival essa lugubre tragedia.

Para compensar o acto mau, Pereira Maia proporcionou a absolvição do conego Antonio Manoel de Souza, ex-deputado á assembléa constituinte.

Com a retirada de D. Pedro I e inauguração de novo governo, amotinaram-se as tropas em guarnição na capital de Pernambuco, a 5 de Maio de 1831. D'ahi sahiram revolucionadas para Olinda, d'onde regressaram para depôr o commandante das armas, coronel Lamenha Lins.

Acalmado este movimento, surgiu na noite de 14 de Setembro do mesmo anno outra sedição militar, que tomou espantosas proporções. Em deploravel anarchia, os soldados tomam conta da cidade e commettem verdadeiros desatinos, arrombando portas a golpes de machado, saqueando armazens e lojas. Em todo o dia 15 reinou terror na capital pernambucana. No dia 16, cançadas de correrias e ebrias, foram as tropas batidas por milicianos e grande numero de cidadãos armados, que as acommetteram pelos bairros da Boa Vista e do Recife. Cerca de 300 soldados morreram ás mãos

do povo e mais de 800 seguiram presos para a ilha de Fernando Noronha.

Tal sedição ficou vulgarmente conhecida por *Setembrizada.*

Outro tumulto deu-se a 15 de Novembro do mesmo anno, sendo escolhida a fortaleza das Cinco Pontas para séde da acção. Felizmente, dentro de poucas horas suffocou-se o movimento pelas energicas providencias tomadas pelo presidente da provincia Francisco de Carvalho Paes de Andrade.

Ainda outra commoção revolucionaria poz em sobresalto a capital de Pernambuco a 14 de Abril de 1832.

O tenente-coronel Francisco José Martins e major José Gabriel de Moraes Meyer, á frente de um batalhão de milicianos, apoderaram-se do bairro do Recife, tendo a seu favor o pronunciamento da fortaleza do Brum.

Para dominar a revolta, o presidente da provincia reuniu as milicias de outros bairros e attrahiu a si a força naval, e com estes contingentes conseguiu impedir que os rebeldes passassem a ponte do Recife; sitiando-os, fez abortar a revolução fóra da cidade, d'onde os chefes sediciosos esperavam recursos bellicos. Depois de 40 horas de indecisões, dissolveu-se o batalhão rebelde: deante da debandada, o povo atravessou em tropel a ponte do Recife, em perseguição dos que haviam recusado combater, e, por vingança partidaria, commetteu muitos assassinatos que encheram de lucto a capital.

Pouco depois, em *Panellas de Miranda*, ateava-se a grande guerra civil, chamada dos *Cabanos*, contra a qual o

governo legal poz em armas 6.000 soldados. Depois de encarniçada lucta de quatro annos approximadamente, conseguiu o major Joaquim José de Souza aplacar inveterados odios, e auxiliado por uma edificante pastoral do bispo, D. João da Purificação Marques Perdigão, attrahiu ao gremio da religião e da sociedade, em Novembro de 1835, os povos rebellados.

A 4 de Abril de 1831, deu-se na Bahia um grande tumulto em que tomaram parte povo e tropas, que se reuniram na fortaleza e no largo do Barbalho, revoltados pela prisão de dois officiaes brazileiros, e d'ahi foram a palacio pedir ao presidente da provincia Luiz Paulo de Araujo Bastos, visconde dos Fiaes, a demissão do commandante das armas, marechal João Chrysóstomo Callado. A demissão foi conseguida, embarcando este official para o Rio de Janeiro a 6 do mesmo mez.

A 13 de Abril, novas desordens alarmaram a cidade do Salvador. Para vingarem a morte do brazileiro Victor Pinto de Castro, occorrida na cidade baixa, bairro do commercio, morte attribuida a luzitanos, grupos de turbulentos e malfeitores percorreram as ruas, arrombando e saqueando lojas e tavernas de portuguezes.

Deu-se n'essa occasião um facto lamentavel.

Perseguido por um grupo de amotinadores, o portuguez João Teixeira de Carvalho lançou-se do caes ao mar, no intento de recolher-se a bordo de alguma embarcação. Com a rapidez propria do desespero, nadou na direcção de uma

canoa que passava, tripulada apenas por um preto. Persuadido de que ia encontrar humanitario refugio, Teixeira de Carvalho approximou-se da canoa, suppondo-se salvo. Infelizmente, não houve generosidade da parte do rude homem do mar. Este barbaramente o matou a pancadas de remo, causando este facto profunda indignação aos proprios perseguidores.

O assassino conseguiu fugir para o sertão da provincia, onde, pouco tempo depois, foi preso e condemnado a galés perpetuas. Falleceu na prisão.

Os turbulentos foram, afinal, contidos pelas energicas providencias tomadas pelo dr. Cypriano Barata de Almeida e pelo visconde de Pirajá (Joaquim Pires de Carvalho e Aragão), que exercia interinamente o cargo de commandante das armas.

A povoação, hoje cidade, de S. Felix acclamou a republica em Fevereiro de 1832; porém este movimento, sem recursos para prolongar-se, teve de cessar deante de medidas energicas tomadas pelo presidente da provincia. Cerca de cem presos politicos foram conduzidos para a capital bahiana e recolhidos á fortaleza de S. Marcello ou forte do Mar. Ahi revoltaram-se a 26 de Abril, hasteando a bandeira da *Federação*, formada de uma listra branca e duas azues. Na vespera haviam alliciado parte do destacamento, ferido ao commandante e ao irmão d'este, prendendo a ambos. Senhores da fortaleza, assestaram as peças de artilheria contra a cidade e começaram a bombardeal-a.

Immediatamente convocou o presidente as auctoridades civis e militares; foram postas de promptidão a força de linha e a guarda nacional; contra a fortaleza postaram-se cinco peças de artilheria no adro da Sé, tres no arsenal de marinha e na corveta *Regeneração.* Apossaram-se os sediciosos de uma barca ao serviço da fortaleza e de quatro embarcações chegadas do Reconcavo com mantimentos. Durante quatro dias travou-se forte tiroteio; cessou, quando desmontadas algumas peças da fortaleza, tiveram os revoltosos de ceder, por ser materialmente impossivel a resistencia.

Tambem a provincia de Minas Geraes sentiu os effeitos da exaltação dos partidos; uma sedição militar explodiu, em Ouro Preto, a 22 de Março de 1833, e conseguiu depôr o vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcellos; esta auctoridade installou governo em S. João d'El-Rei, onde preparou reacção. Logo que d'estes factos teve conhecimento, a regencia enviou a Minas o marechal José Maria Pinto Peixoto, o qual apenas com quatro officiaes e sem tropa alguma, seguiu para as immediações de Ouro Preto e collocou-se á frente de um corpo de guardas nacionaes. Depois de um pequeno assedio, conseguiu o marechal tomar conta da capital, a 19 de Maio, sendo presos e processados os rebeldes, á excepção de alguns que puderam evadir-se e de outros que se mantiveram occultos, até que no anno seguinte uma amnistia geral absolveu-os a todos.

Em S. Paulo a noticia da abdicação de D. Pedro foi recebida com grandes manifestações de alegria popular: bandas de musica percorreram as ruas ao som de hymnos e de vivas; a capital poz luminarias durante tres noites consecutivas; a mocidade academica proporcionou espectaculo gratuito ao povo. Com a victoria da causa liberal transbordaram de jubilo todos os corações patriotas.

Na capital do Espirito Santo o 26.° batalhão de infanteria sublevou-se, depoz o commandante e o substituiu por outro. Vangloriosos com este triumpho, acommetteram os soldados diversas casas, forçando os moradores a fugir aterrorizados; puzeram a saque varios estabelecimentos; só se contiveram ante força regular de milicianos e de cidadãos armados.

Em Santa Catharina revoltaram-se os soldados contra o presidente e o commandante das armas, nomeados pelo governo de Pedro I. Convocado o conselho da provincia, deliberou-se, para evitar effusão de sangue, que aquellas auctoridades fossem substituidas por funccionarios immediatos; assim satisfeitas, voltaram as tropas a seus quarteis.

Até a longinqua provincia de Matto Grosso sentiu os estragos da guerra civil, que assolava as provincias maritimas. A capital, Cuyabá, viu-se entregue, por falta de força moral das auctoridades, a desenfreada carnificina, sem fim

algum politico, desde 30 de Maio a 5 de Julho de 1834, perecendo ás mãos da populaça muitos paes de familia, muitas pessoas ricas e de consideração.

A attitude energica de um official valente, coronel João Propino Chagas, dominou a anarchia e poude restabelecer a tranquillidade na capital e no interior.

Feita esta rapida resenha dos motins que por motivo da abdicação convulsionaram o paiz, occupemo-nos das difficuldades com que o governo regencial teve de luctar, para salvar o Brazil da anarchia em que parecia querer precipitar-se.

CAPITULO XXXI

SEDIÇÃO MILITAR DE 3 DE ABRIL DE 1832 NO RIO DE JANEIRO.
TENTATIVAS DE RESTAURAR D. PEDRO I NO THRONO DO BRAZIL.
SUSPENSÃO DE JOSÉ BONIFACIO DO CARGO DE TUTOR.
1832-1834

EM meio dos continuos movimentos sediciosos que entorpeciam a marcha do paiz, poude a regencia attender a muitas necessidades publicas de vital interesse. Com a creação da guarda nacional, extinguiu os corpos de milicias e ordenanças e a guarda de honra por lei de 18 de Agosto de 1831; fundou o Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda nas provincias, fazendo cessar o Conselho de Fazenda, por lei de 4 de Outubro, e a 31 de Dezembro do mesmo anno deu definitiva organização á academia de Bellas Artes.

No anno de 1832 accentuaram-se fortemente os partidos que aspiravam preponderar no paiz e que se reduziam a tres [1]: o *restaurador*, que impatrioticamente desejava o

---

(1) Como em todas as epochas revolucionarias, os partidarios trocavam entre si appellidos escarninhos: os *restauradores* eram alcunhados de *caramurús;* os *exaltados*, de *farroupilhas* ou *jurujubas*, e os *moderados*, de *chimangos*. *Chimango* é no Rio Grande do Sul uma especie de gavião, ave sem

regresso do ex-imperador e de que eram indigitados chefes José Bonifacio, Antonio Carlos, Martim Francisco, viscondes de Santo Amaro e de Cayrú e marquez de Paranaguá; o *moderado*, representado pelos tres regentes, ministerio e uma parte da camara, Evaristo da Veiga, Paula e Souza, Honorio Hermeto Carneiro Leão (marquez do Paraná) e Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté); e o *exaltado*, composto de alguns deputados bahianos, de Paes de Andrade e major Miguel de Farias e Vasconcellos.

Tendo sido lida na camara uma proposta, embora rejeitada, para que fossem aposentados ou reformados empregados publicos, civis e militares, adeptos do antigo regimen, esta idéa, por intolerante, causou indignação a muitos espiritos e deu causa a que se ligassem ostensivamente os partidarios de D. Pedro.

Trataram os restauradores de fundar uma *Sociedade Conservadora da Constituição Brazileira*, que foi installada no Rio de Janeiro em uma casa do morro do Castello. Como orgão do partido surgiu o jornal *Caramurú*, a estabelecer confronto entre o governo do ex-imperador e o da regencia, a salientar a superioridade d'aquelle sobre este, a criticar fortemente as medidas postas em execução e a desejar o regresso do duque de Bragança, quer como monarcha, quer como regente.

---

valor como caça. Os gaúchos, quando querem mostrar que não ligam importancia alguma a certa pessoa, empregam ás vezes esta figura: «Não costumo gastar polvora com chimango.»

Por excesso de linguagem, foi processado o redactor da *Matraca* e desappareceu este periodico; declarou-se, porém immediata reacção, de caracter forte. Fundiram-se os dois partidos, exaltado e restaurador, com o fim commum de combater o governo regencial, effectuando-se a liga em sessão secreta de uma loja maçonica estabelecida ao valle do Passeio Publico. Correram boatos de que a revolução explodiria na noite de 2 para 3 de Abril de 1832; que seriam assassinados membros da regencia e do ministerio; que, reunidos no Campo da Honra, a um signal convencionado, sahiriam diversos grupos a impedir o comparecimento da guarda nacional, com cujo apoio contavam os insurgentes.

Logo que teve conhecimento d'estas murmurações, o ministro da justiça officiou ao intendente e juizes de paz nos seguintes termos:

«Tendo-se ha dias espalhado o rumor de que dois partidos, com o fim ou pretexto de salvar a patria, tendem abysmal-a nos horrores da anarchia, pois que pretende um proclamar a federação já e já, e outro preparar a entrada do ex-imperador, collocando na regencia e administração pessoas affectas ao antigo governo, cumpre que sejam pesquisados os auctores e cumplices de taes crimes, para que sejam punidos com toda a severidade da lei.»

Foram immediatamente dadas as providencias para suffocar a projectada rebellião; poz-se de promptidão a tropa de linha; reuniu-se a guarda nacional; reforçaram-se as guardas nos edificios publicos; na residencia do ministro da justiça

houve conferencia de auctoridades civis e militares, accordes todas em destruir as pretenções dos partidos colligados.

Na noite de 2 de Abril espalharam os exaltados uma proclamação em que diziam, em nome do exercito e do povo, que os membros da regencia e do ministerio deviam ser substituidos, porque haviam, por seus actos, perdido de todo a confiança publica; que a continuação d'elles no governo importava em abalar os fundamentos constitucionaes do paiz; que especialmente os ministros da fazenda (Bernardo Pereira de Vasconcellos) e da justiça (padre Diogo Antonio Feijó) não podiam mais governar, porque haviam incorrido no odio de todas as classes. Era accusada a regencia de não impedir que se tramasse na Europa o regresso do ex-imperador; não mandar fortificar as fortalezas; não contribuir para que se desenvolvesse a renda publica.

Depois de outras increpações futeis, a proclamação apresentava como capazes de salvar o imperio tres cidadãos, tres novos regentes: Antonio Carlos, Pedro Maynard e Paes de Andrade.

Amanheceu o dia 3 de Abril sem que se manifestasse a grande perturbação apregoada pelos terroristas: abortára a revolução. Não tendo noticia d'este mallogro e cumprindo o plano anteriormente combinado, o major Miguel de Frias e Vasconcellos levantou os presos militares da fortaleza de Villegaignon, apossou-se de duas peças de artilheria ahi existentes, desembarcou na praia de Botafogo e com perto

de 200 companheiros marchou para o Campo da Honra, logar consagrado ás imposições.

Debalde amigos intentaram demovel-o da temeridade, antevendo o desastre da empreza; elle limitou-se a responder-lhes: «Agora é tarde; já dei o primeiro passo.»

Em caminho, os facciosos concitaram o povo á que os auxiliasse na deposição da regencia, na mudança do ministerio, na proclamação da republica e na convocação de outra assembléa constituinte.

Por ordem do ministro da justiça, marchou para o Campo da Honra o corpo de permanentes reforçado por alguns batalhões da guarda nacional.

Ao penetrar no campo, deu a infantaria uma descarga, a que os rebeldes corresponderam com um disparo de artilheria que matou a um pobre homem que da rua dos Ciganos (hoje da Constituição) observava a lucta.

Uma carga de vinte cavalleiros bastou para pôr em debandada os revoltosos que fugiram, refugiando-se nas casas que encontraram abertas: mais de 70 renderam-se e 10 morreram na acção.

Perseguido pelo major Luiz Alves de Lima e Silva (depois duque de Caxias), Miguel de Frias asylou-se em uma casa da rua do Sabão (hoje do visconde de Itaúna) e deveu o não ser preso á generosidade d'aquelle official, que, encontrando-o occulto em um aposento, fingiu não vel-o.

Este chefe da sedição embarcou pouco depois para os Estados Unidos.

Tratando da fusão dos exaltados e restauradores, Evaristo da Veiga traçou na *Aurora Fluminense* o destino dos dois partidos:

«Por mais que os caramurús genuinos trabalhem para fingir sympathia com os exaltados, que por vergonhosa aberração das leis moraes se lhes uniram, impossivel é que não descubram seus sentimentos para com elles e o destino que lhes reservam logo que venham a obter o triumpho. É liga de materias repugnantes, cuja solda unica está na aversão que todos votam ao poder actual. Caso o poder actual succumbisse na lucta, os dois corpos extranhos separar-se-iam, e, sahindo da metaphora, rijamente se bateriam até á exterminação.»

Fracassada a revolução de 3 de Abril, resolveu o partido restaurador enfrentar, elle só, as forças do governo para derribal-o.

Na tarde de 16 de Abril alliciou praças de marinha, incumbidas de tomar de assalto o arsenal de guerra.

No dia 17 reuniram-se no paço de S. Christovão ou Quinta da Boa Vista 250 conspiradores, entre elles creados do paço, guardas nacionaes do Engenho Velho, officiaes brazileiros e extrangeiros, commandados pelo general, barão de Bulow, allemão, cujo verdadeiro nome era Augusto Hugo auf Houser, e, arrastando duas peças de artilheria, marcharam para o Rocio da cidade nova, a dar vivas a D. Pedro I e a clamar *abaixo a regencia!*

Immediatamente mandou o governo formar a tropa de

linha na praça da Acclamação e vir do quartel de Matapor-cos, hoje Estacio de Sá, o corpo de cavallaria de Minas.

Á vista d'estes aprestos bellicos, retrocederam os insurgentes e foram postar-se junto a uma chacara em caminho de S. Christovão. Para esse ponto seguiram as forças do governo, mandando o major Luiz Alves de Lima e Silva avançar o batalhão da guarda nacional e fazer fogo.

Depois de rapido tiroteio, debandaram os sediciosos, fugindo em differentes direcções, protegidos pelas sombras da noite.

Dispersos os insurgentes, preso o barão de Bulow, voltaram os legaes ao paço da cidade, sob enthusiasticas acclamações a D. Pedro II e á regencia.

Deu-se busca no paço de S. Christovão e alli foram encontradas armas e munições — facto que muito depoz contra José Bonifacio, tutor do joven monarcha.

O padre Diogo Feijó accusou-o perante a camara como connivente nos motins do partido restaurador.

Dividiu-se a camara em dois partidos, pró e contra José Bonifacio. Uns apregoavam-lhe os grandes serviços prestados á patria e profligavam as calumnias de seus inimigos; bradavam outros, á vista dos acontecimentos, que o paço de S. Christovão era asylo de conspiradores, criminosos, gente armada, castello feudal em que tremulava a bandeira dos caramurús...

Desconfiada do velho patriarcha, resolveu a camara dos

deputados suspendel-o do cargo de tutor—idéa não approvada pelo senado por maioria de um voto.

Ou desgostoso com tantas e tão profundas luctas, ou porque desejasse provocar uma moção de confiança, o governo—regencia e ministerio—recorreu a um *Golpe de Estado* e a 30 de Julho de 1832 pediu ás camaras demissão collectiva de seus cargos.

Comprehendendo a camara o perigo enorme que resultaria da immediata substituição de todos os membros do governo, abalo que produziria serias conflagrações, manteve-se em sessão permanente, até que fosse resolvida a crise.

Depois de forte debate, prevaleceu a orientação calma e criteriosa de Evaristo da Veiga, Carneiro Leão e Miguel Calmon: resolveu-se enviar á regencia uma mensagem, convidando-a a que permanecesse no governo, correspondendo assim á confiança que n'ella depositára a assembléa geral, disposta a sustental-a em todos os terrenos.

O governo regencial acquiesceu ao pedido da camara, conservando-se no poder, e a 3 de Agosto de 1832 chamou para fazer parte do ministerio Pedro de Araujo Lima (mais tarde marquez de Olinda) com a pasta da justiça e extrangeiros; Hollanda Cavalcanti com as do imperio e da fazenda (esta interinamente) e Bento Barroso de Lima com as da marinha e guerra. Este ministerio de transição foi substituido a 13 de Setembro por outro, composto de membros preponderantes do partido moderado.

Debellada a crise, continuaram os deputados a decretar

necessarias reformas constitucionaes, como a reducção da regencia a um só membro, e a conversão dos conselhos geraes das provincias em assembléas provinciaes.

Por lei de 3 de Outubro houve reforma das academias medicas, que passaram a denominar-se escolas medicas ou faculdades de medicina e de cirurgia, sendo uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia.

A 29 de Novembro foi sanccionado o codigo do processo criminal, reformando-se as Ordenações; instituiu-se o jury; deu-se nova organização ao poder judiciario, egualando-se os tribunaes de relação, supprimindo-se a casa de supplicação e incluindo-se no codigo civil novas disposições.

No anno de 1833, convocou-se extraordinariamente a assembléa geral a 1.° de Abril para se providenciar sobre a superabundancia das moedas de cobre, falsificadas em grande quantidade; sobre a maneira de melhorar o meio circulante; sobre a reforma de pesos e medidas: encerrou-se a 3 de Maio, sem que nada se deliberasse ácerca d'aquelles assumptos.

Em começo da sessão ordinaria, compareceu na camara dos deputados o ministro dos negocios extrangeiros, e ahi leu uma extensa mensagem denunciando que, segundo informações enviadas por diversos diplomatas, tratava-se na Europa da restauração do duque de Bragança ao throno do Brazil; que para a realização d'este projecto preparavam-se graves sedições militares em varias provincias; que o partido restaurador ousava congregar elementos na propria capital do

imperio, propagando a idéa por meio de periodicos de linguagem violenta e incendiaria; que muitos individuos estavam sendo engajados em Portugal, em nome de uma associação que se dizia colonial e commerciante, dando-se preferencia a officiaes desempregados do serviço do exercito; que existiam no Rio de Janeiro requerimentos cobertos de assignaturas, pedindo a volta do ex-imperador; que, reconhecendo a regencia o perigo imminente de uma guerra civil, si em algum ponto do Brazil se effectuasse a restauração, vinha procurar no seio da representação nacional meios energicos e efficazes para garantir a monarchia constitucional ameaçada.

Discutiu-se o assumpto em dez sessões consecutivas para se adoptar o voto do deputado Costa Ferreira:

«Responda-se que a camara dos deputados, firme em sustentar a honra brazileira, o systema monarchico constitucional, o throno de D. Pedro II e a revolução de 7 de Abril, coadjuvará efficazmente o governo em tudo que fôr constitucional e justo, para se evitar o opprobrio de uma restauração e que tomará em consideração as suas propostas.»

Para precaver-se contra perigosas emergencias, pediu o governo á assembléa auctorização para proceder a recrutamento; para conceder o premio de 40$000 aos engajados por mais de dois annos; para fixar a força do exercito em 12.000 baionetas; para chamar ao serviço da guerra corpos da guarda nacional, e, finalmente, para despender a quantia de 300:000$000 em reforçar as fortalezas.

No patriotico interesse de inutilizar a attitude dos restau-

radores, apresentou o deputado Venancio Henriques de Rezende o seguinte projecto:

«O ex-imperador do Brazil D. Pedro I fica para sempre inhibido de entrar no territorio do Brazil e de residir em qualquer parte d'elle, ainda que seja como extrangeiro e individuo particular; si o contrario fizer, de qualquer fórma que seja, será tido e tratado como inimigo e aggressor da nação brazileira.»

Contra os insultos da imprensa decretou-se a responsabilidade immediata de editores dos diarios e periodicos; o impressor era obrigado a prestar uma caução de 400$000; nenhuma gazeta podia sahir á rua sem declarar no cabeçalho o nome do responsavel, sob pena de incorrer na multa de 100$000, paga pelo impressor.

Um facto occasional attrahiu sobre os Andradas vehementes suspeitas de restauração. Tendo partido para a Europa Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, propalou-se, em jornaes da França e da Inglaterra, que elle ia investido da missão especial de proporcionar ao duque de Bragança a volta para o Brazil.

O periodico *Albion*, de Liverpool, em seu numero de 12 de Agosto de 1833, publicou esta noticia alarmante:

«Occupam-se os ministros em um accôrdo para a volta de D. Pedro para o Brazil. Têem já havido varias conferencias entre Mr. Talleyrand e lord Palmerston a este respeito.

«Foi enviado um agente particular influente no Brazil, onde tudo se acha em confusão, e chegou já a este paiz, de

caminho para Portugal, encarregado de tratar com D. Pedro seu regresso para o Brazil, para que assuma alli sua imperial auctoridade.»

A Sociedade Conservadora da Constituição fundada em começo de 1832 tomou novo impulso e a 11 de Agosto de 1833 passou a intitular-se *Sociedade Militar*, para revestir-se do prestigio proprio de uma classe respeitavel. Estabeleceu-se em um predio do largo de S. Francisco de Paula. Fazia propalar que tinha como programma zelar pelo cumprimento da constituição, pelos direitos de D. Pedro II e pela disciplina do exercito. Era seu presidente o tenente-general Nobrega Botelho.

No interesse de agremiar o maior numero possivel de partidarios, a *Sociedade Militar* admittia empregados civis das repartições da guerra, officiaes da segunda linha, os de ordenanças, os honorarios da guarda de honra, os cavalheiros de ordens honorificas e em geral todos os cidadãos capazes de robustecel-a.

Corriam boatos de que no paço de S. Christovão conspirava-se abertamente; que ao partido restaurador estavam sendo alliciados corpos de linha e da guarda nacional, aos quaes já se havia distribuido cartuchame embalado; alarmava-se o povo com a perspectiva de uma revolução, quando a 2 de Dezembro de 1833 deu-se um tumulto de más consequencias para aquelle partido.

Festejava-se o 8.° anniversario natalicio de D. Pedro II. Após o espectaculo de gala no theatro *Constitucional Flumi-*

nense, agglomerou-se o povo no largo de S. Francisco de Paula, defronte do edificio da *Sociedade Militar* e em altos brados denunciou que alli existia, entre figuras de officiaes, o retrato do duque de Bragança, bem como grande quantidade de armas. Chamado um juiz de paz para verificar o fundamento das accusações, penetrou no edificio, acompanhado de populares. Verificadas falsas as informações sobre o retrato e sobre o armamento, os que acompanharam a auctoridade, arrebatados por um movimento irreflectido, arrojaram á rua os móveis e o distico da sociedade. Applaudindo o escandalo, a multidão que enchia o largo exigiu da regencia dissolvesse, por perigosa, a *Sociedade Militar* e demittisse José Bonifacio do cargo de tutor de D. Pedro II.

Exacerbadas as iras populares contra jornaes restauradores, muitos individuos assaltaram dois estabelecimentos typographicos, *Diario do Rio*, na rua da Ajuda, e *Paraguassú*, na do Senhor dos Passos, e lhes causaram grandes prejuizos, rasgando collecções, despedaçando prelos e caixas, empastelando typos ([1]).

---

(1) No anno de 1833 publicavam-se no Rio de Janeiro os periodicos: *Burro Magro*, *Andradista*, *Limão de Cheiro*, *Brazileiro Pardo*, *Homem de Côr*, *Brazil Afflicto*, *Par de Têtas*, *Babosa*, *Marmota*, *Meia Cara*, *Mineiro no Rio de Janeiro*, *Cabôclo*, *Hospital Fluminense*, *Esbarra*, *Verdadeiro Caramurú*, *Paquete de Portugal*, *Torre de Babel*, *Inferno*, *Guarda Nacional*, *Grito dos Opprimidos*, *Cidadão Soldado*, *Carioca*, *Restaurador*, *Rusguentinho*, *Cabrito*, *Iman*, *Tôrto da Artilharia*, *Militar*, *Mestre José*, *Loja de Belchior*, *Idade de Pau*, *Adoptivo*, *Tamoyo Constitucional*, *Obras de Santa Engracia*, *Arca de Noé*, *Formiga*, *Bemtevi*, *Pedro II*, *Liberdade Legal* e *Papeleta*.

Eram chamados *papeletas* os portuguezes que se muniam de certificados ou

Casas de chefes caramurús foram apedrejadas.

Cessaram os desmandos com a proclamação que a regencia dirigiu ao povo, aconselhando prudencia, confiança no governo, respeito á lei e ás auctoridades constituidas, e obediencia ás suas ordens.

«É ao governo, dizia o documento official, que, sciente das verdadeiras necessidades da patria, cumpre tomar medidas justas e prudentes para manter a segurança individual e fazer respeitar a Constituição, o throno de nosso Augusto Monarcha Brazileiro, o Sr. D. Pedro II, e as leis; o governo está vigilante; descançai sobre elle e não-vos manchеis com actos que nos podem desdourar e dar razão e força aos inimigos da prosperidade do Brazil. Confiai no governo; recolhei-vos ás vossas casas e estai tranquillos: assim vol-o ordena a regencia em nome do Imperador, o Sr. D. Pedro II.»

Com a data de 14 de Dezembro de 1833 appareceram os decretos de suspensão de José Bonifacio do cargo de tutor do joven monarcha e de nomeação interina do marquez de Itanhaen (Manoel Ignacio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho) para aquelle cargo.

No dia seguinte, acompanhados de mais de cem soldados de infanteria e de egual numero de cavallaria, foram os

---

papeletas do consul, com o fim de se eximirem do serviço do exercito ou da guarda nacional.

Pelos titulos expostos, alguns de espirituosa extravagancia, poderá o leitor imaginar a indole das facções de que aquellas gazetas se constituiam ephemeros orgãos.

juizes de paz á quinta da Boa Vista entregar ao tutor o decreto de suspensão.

O velho patriarcha indignou-se com a violenta deliberação da regencia e declarou aos portadores do deprimente decreto que se não conformava com elle, nem se dava por suspenso de um cargo que recebera directamente de D. Pedro I e que só deixaria pela força. E, acto continuo, officiou ao ministro do imperio communicando-lhe a firme deliberação adoptada:

«Tendo de responder ao officio de V. Exa., que acompanhava o decreto da Regencia de 14 do corrente, digo que não reconheço na mesma o direito de suspender-me de tutor de Sua Magestade e de suas Augustas Irmãs.

«Cederei á força, porque a não tenho, mas estou capacitado que n'isto obro conforme a lei e a razão, pois que nunca cedi a injustiças e a despotismos, ha longo tempo premeditados para vergonha d'este Imperio. Os juizes de paz fizeram tudo para me commoverem, porém a tudo resisti, e torno a dizer que só cederei á força.»

Á vista d'esta inabalavel attitude, resolveu a regencia enviar ao paço de S. Christovão os generaes Lima e Silva e Cunha Mattos e o marquez de Itanhaen, incumbidos de pedir ao imperador a sua mudança para o paço da cidade, e de intimar a José Bonifacio a sua suspensão de tutor. Tiveram ordem os juizes de effectuar a prisão do ex-tutor, que, acompanhado de um capitão, foi conduzido a seu domicilio, na ilha de Paquetá.

Sendo-lhe instaurado processo por crime de conspiração, viu-se compellido a comparecer perante o tribunal do jury da côrte a 6 de Março de 1834; foi, porém, absolvido por absoluta falta de provas.

Seus tres advogados, Montezuma, Japiassú e Pantoja, evidenciaram falsas as cinco testemunhas que, de ordem da policia, foram jurar contra o illustre brazileiro.

Da ilha de Paquetá passou José Bonifacio a residir no bairro de S. Domingos da cidade de Nictheroy, e ahi falleceu a 6 de Abril de 1838, contando 75 annos de edade.

O cadaver só levou, pendente ao peito, como galardão de seus memoraveis serviços á sciencia, ás lettras e á patria, o habito de Christo, com que em Portugal o mimoseára D. Maria I (1).

---

(1) José Bonifacio de Andrada e Silva, filho do coronel Bonifacio José de Andrada e D. Maria Barbara da Silva, nasceu na cidade de Santos, Estado de S. Paulo, a 13 de Junho de 1763. Fez os seus primeiros estudos com o bispo, D. frei Manoel da Resurreição. Formou-se bacharel pela Universidade de Coimbra.

Socio da Academia Real de Sciencias de Lisboa, deixou Portugal em Junho de 1790 e foi ouvir as lições de Werner, Jussieu, Lavoisier e varias summidades consagradas ás sciencias naturaes; quiz depois estudar a sciencia visitando não só estabelecimentos metallurgicos como as mais importantes minas, e n'este duplo empenho percorreu a França, Inglaterra, Escossia, Allemanha, Dinamarca, Suecia, Noruega, Belgica, Hollanda, Bohemia, Hungria, Italia e Turquia. Em uma revista scientifica de Genebra publicou estudos que fez sobre as minas da Suecia e da Noruega; em jornaes allemães deu a conhecer doze novos mineraes, que descobriu n'estes dois paizes.

A memoria que sobre estas descobertas publicou em allemão, dirigida ao engenheiro Beyer, inspector das minas em Schneeberg, mereceu ser traduzida nas gazetas scientificas da França e Inglaterra—gloria bastante para lhe immortalizar o nome. Outra memoria, sobre as minas de Salha, na peninsula scandinava, foi egualmente publicada em allemão na gazeta das Minas de Freiberg.

A volta de D. Pedro e de suas irmãs para o paço da cidade foi motivo de regosijo geral; á noite, edificios publicos e casas particulares illuminaram-se, e a multidão percorreu as ruas ao som de enthusiasticos vivas, como um protesto vehemente, nacional, contra a infeliz idéa dos restauradores.

Em digressão pela Italia, escreveu a memoria *Viagem geognostica aos montes Euganeos no territorio de Padua*; outra sobre o fluido electrico.

Amigo do grande barão de Humboldt, mantinha honrosa correspondencia com o immortal scientista allemão.

Era membro das sociedades scientificas de Stockolmo, de Copenhague e de Turim; da geologica de Londres, da mineralogica de Iena e de Edimburgo e da dos naturalistas de Genebra, de Berlim e de Pariz. N'esta capital da França leu perante a Sociedade de Historia Natural um trabalho historico e scientifico sobre a descoberta dos diamantes do Brazil, estudo que lhe grangeou o titulo de membro da mesma sociedade; uma memoria sobre pedras preciosas brazileiras foi impressa nos Annaes de Chimica de Fourcroy.

Recolheu-se a Portugal em Setembro de 1800. Para galardoar o sabio naturalista, o governo portuguez nomeou-o intendente geral das minas, desembargador da relação do Porto, creou para elle na universidade de Coimbra uma cadeira de geognesia e metallurgia, e a faculdade de sciencias da universidade laureou-o com o diploma de doutor em philosophia natural.

Em Portugal apresentou á Academia de Sciencias varias memorias: *Viagem mineralogica pela provincia de Estremadura até Coimbra*, *Memoria sobre o carvão de pedra de Portugal*, *Memoria sobre a nova mina de ouro, da outra banda do Tejo, chamada Principe Regente*.

Por occasião da invasão franceza em Portugal (1807), o sabio José Bonifacio, embora festejado pelos generaes francezes, foi um dos primeiros a collocar-se á frente da reacção contra o inimigo, auxiliando os portuguezes, com todo o ardor de seu patriotismo, a pôr fóra do territorio o extrangeiro audaz. Como tenente-coronel do batalhão de estudantes, bateu-se valentemente em defesa da causa luzitana.

Depois da expulsão dos francezes, occupou o cargo de intendente de policia do Porto, tendo então ensejo de praticar bellos rasgos de humanidade, livrando da morte a muitos cidadãos perseguidos como amigos dos invasores.

Em 1812 foi eleito secretario perpetuo da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Residiu em Portugal até o anno de 1819.

Regressando ao Brazil, foi residir em um sitio que possuia nos Outeirinhos, junto á cidade de Santos, onde se entregou ao preparo das seguintes obras:

A 12 de Agosto de 1834 obtinha a constituição notavel melhoramento com a lei do *Acto Addicional*, que substituiu os conselhos geraes das provincias pelas assembléas provin–

I—*Jornal de viagens pela Europa.*

II—*Tratado de mineralogia.*

III—*Traducção das poesias de Virgilio*, acompanhadas de commentarios.

IV—*Compendio de montanistica, geometria subterranea e docimasia metallurgica*, serie de licções proferidas em sua cadeira de geognesia e metallurgia da Universidade de Coimbra.

V—*Memoria sobre o trabalho e manipulação das minas de ouro em geral.*

VI—*O testamento metallurgico*, obra de que appareceram em Lisboa as primeiras folhas, sendo interrompida a publicação porque o trabalho apresentava idéas contrarias á crença catholica.

VII—*Ensaio de historia contemporanea.*

VIII—*Elogios a personagens historicos.*

IX—*Estudos e observações sobre diversas minas da Europa.*

X—*Apontamentos sobre o Brazil, colhidos nas bibliothecas de Lisboa.*

Infelizmente para a sciencia brazileira e para a sciencia universal, não foram publicadas estas obras de José Bonifacio. Os manuscriptos acham-se condemnados ao esquecimento em bibliothecas e em mãos particulares.

Em 1820 effectuou com seu irmão Martim Francisco uma viagem de exploração pela provincia de S. Paulo, com o fim de determinar terrenos auriferos, abundantes e ricas minas de ferro, publicando suas importantes investigações no *Journal des Mines.*

Entregava-se aos variados labores de sciencia, de historia e de litteratura, quando foi distrahido de suas graves preoccupações pelo perigo que corria a patria, ameaçada pelas côrtes portuguezas, que entendiam dever o Brazil voltar a ser colonia, repartida em feudos por fidalgos privilegiados.

Tendo José Bonifacio ido ao Rio de Janeiro como vice-presidente da Junta Governativa de S. Paulo, foi logo aproveitado pelo principe, que o nomeou ministro do reino e extrangeiros e a seu irmão, Martim Francisco, ministro da fazenda, no Ministerio de 16 de Janeiro de 1822.

Sobre a simplicidade e honradez d'estes dois irmãos quando ministros, mencionemos um facto curioso, relatado por testemunha presencial:

«Os ministros da Regencia de D. Pedro reduziram seus ordenados á metade do que eram no tempo de D. João VI. Ficaram com 4:800$000 annuaes, pagos mensalmente.

«José Bonifacio, recebendo 400$000 em bilhetes do Banco, de um mez de seu ordenado, os metteu no fundo do chapéo. No theatro lhe roubaram o chapéo e o conteúdo.

ciaes, extinguiu o conselho de Estado e determinou a eleição de um só regente.

N'esse mesmo anno desappareceu o partido restaurador

«O primeiro ministro do Imperio do Brazil achou-se no dia seguinte sem ter com que mandar comprar o jantar. Não possuia nem um vintem mais, e seu sobrinho Belchior Fernandes Pinheiro foi quem pagou as despesas do dia.

«Em conselho, José Bonifacio referiu esta occorrencia e a extrema necessidade a que ella o reduzira e á sua familia.

«O Imperador entendeu que o ministro, visto a penuria em que se achava, devia ser indemnizado, pagando-se-lhe outro mez de ordenado, e n'este sentido deu alli as suas ordens ao ministro da Fazenda. Martim Francisco não obedeceu. Disse ao Imperador que não havia lei que puzesse a cargo do Estado os descuidos dos empregados publicos; que o anno tinha para todos 12 mezes, e não 13 para os protegidos; e finalmente pedia a S. Magestade retirasse a sua ordem, porque não era exequivel. Que elle, Martim Francisco, repartiria com seu irmão o seu ordenado, e que viveriam ambos com mais parcimonia n'aquelle mez, o que era melhor do que dar ao paiz o funesto exemplo de se pagar ao ministro duas vezes o ordenado de um só mez. Este incidente não foi mais adeante. Martim Francisco repartiu com seu irmão o dinheiro que tinha, e José Bonifacio d'ahi por deante tomou mais cuidado no chapéo e no dinheiro que recebia (*).»

Com a dissolução da primeira assembléa constituinte, foi preso José Bonifacio e deportado para fóra do paiz. Preferiu residir em Bordeaux. Ahi publicou, no anno de 1825, um livro de versos, *Poesias Avulsas de Americo Elysio*, collecção de odes horacianas e de cantatas, traducções de Pindaro, Hesiodo, Virgilio, Ossian, Young.

Quando se achava no exilio, procedeu-se por duas vezes no Brazil á eleição de deputados; a Bahia lembrou-se do velho patriarcha, e em ambas as occasiões o elegeu seu representante, sem que o digno brazileiro pudesse vir satisfazer a subida honra.

O benemerito proscripto correspondeu á prova de alta distincção com uma *Ode aos Bahianos*, de que transcrevemos as seguintes estrophes:

Embora nos degraus de excelso throno
Rasteje a lesma, para ver si abate
A virtude que odeia; a mim me alenta
Do que valho a certeza.

(*) Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond: *Annotações á sua biographia*, pag. 87.

ou caramurú, com a morte do duque de Bragança, a 24 de Setembro de 1834. D. Pedro succumbiu a uma febre hectica, aos 36 annos de edade.

E vós tambem, Bahianos, desprezastes
Ameaças, carinhos; desfizestes
As cabalas que perfidos urdiam
Inda no meu desterro.

Duas vezes, Bahianos, me escolhestes
Para a voz levantar a pró da patria
Na assembléa geral; mas duas vezes
Foram baldados votos.

Porém, emquanto me animar o peito
Este sopro de vida que inda dura,
O nome da Bahia, agradecido,
Repetirei com jubilo.

Amei a liberdade, a independencia
Da doce cara patria, a quem o luso
Opprimia sem dó, com riso e mofa:
— Eis o meu crime todo!

José Bonifacio viveu desterrado seis annos. Regressando de Portugal no anno de 1829, abandonou as luctas politicas, que tantos desgostos lhe causaram, e foi repousar de suas atribulações em Paquetá, na mais formosa e mais poetica das ilhas da bahia Guanabara.

Só voltou ao paço imperial em Abril de 1831, chamado a exercer as funcções de tutor e de mestre dos filhos de D. Pedro I.

Por decreto de 14 de Dezembro de 1833 foi elle violentamente suspenso do nobilissimo encargo e obrigado a regressar preso para a sua ilha predilecta.

Após o seu fallecimento na cidade de S. Domingos de Nictheroy, foi embalsamado o cadaver e conduzido para a terra natal, a cidade de Santos, em cuja egreja do Carmo se acha depositado como sagrada reliquia.

A gratidão nacional, que não conhece partidos quando trata de glorificar os grandes homens, perpetuou-lhe a memoria, erigindo-lhe estatua de bronze, levantada no Rio de Janeiro, no largo de S. Francisco de Paula, a 7 de Setembro de 1872.

Na grande e importante obra do dr. Alfredo Moreira Pinto, intitulada *Apontamentos para o diccionario geographico do Brazil* (tomo III, pags. 493 e 495)

Logo que teve noticia do fallecimento, José Bonifacio escreveu a D. Pedro II esta carta de pezames:

«Senhor.—Depois do fatal dia 15 de Dezembro do anno

---

encontram-se as seguintes homenagens prestadas aos manes do sabio-poeta, na cidade de seu nascimento:

«A commissão encarregada de erigir um mausoléo a José Bonifacio, depois da acquiescencia do conego dr. Eduardo Duarte da Silva, a 7 de Dezembro de 1889, reuniu-se na capella-mór do convento do Carmo e procedeu á exhumação dos ossos do grande morto. Erguendo-se a pedra marmore que existia sobre a sepultura, mandada collocar pelo paulista, artista e director de uma companhia equestre, Antonio Carlos do Carmo, estavam os ossos do finado dentro de um caixão de zinco, tendo por fóra do mesmo taboas de outro caixão. Recolhidos em uma urna ficaram depositados na capella-mór até ao dia 12 do mesmo mez de Dezembro, em que foram conduzidos para o mausoléo, no centro do claustro do convento, onde ainda descançam. O mausoléo é de muito gosto artistico e obra de Bernardelli. Ha sobre elle o corpo do patriarcha, de marmore, sobre um caixão sem tampa, repousando a cabeça sobre o travesseiro e coberto com um manto de bronze. Está resguardado por um alpendre de vidro e cercado por um gradil de marmore. Aos pés foi collocada a pedra offerecida por aquelle artista, na qual lê-se:

AQUI JAZ
O PATRIARCHA DA INDEPENDENCIA
DO BRAZIL
GRANDE E DESINTERESSADO
PATRIOTA, DISTINCTO CIDADÃO
JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA
TRIBUTO Á VIRTUDE
HONRA E MERITO
PELO ARTISTA A. C. DO CARMO

«Na casa n. 29, da rua 15 de Novembro (Santos) nasceu José Bonifacio. N'ella acha-se collocada, por iniciativa de Silva Jardim, uma placa de marmore com a seguinte inscripção:

ESTA É A CASA EM QUE NASCEU E MOROU JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA, PATRIARCHA DA INDEPENDENCIA DO BRAZIL. A CIDADE DE SANTOS RECONHECIDA MANDOU AQUI COLLOCAR ESTA LAPIDE NO DIA 13 DE JUNHO DE 1888, ANNIVERSARIO DE SEU NASCIMENTO.

«Dos lados estão a data de 11 de Abril de 1888 e a seguinte inscripção: *Um grupo de abolicionistas.*

«Na parte superior existe representado um livro com o distico *A Lei.*»

passado, deixei de escrever pessoalmente a Vossa Magestade e ás suas Augustas Irmãs, a quem um só momento não tenho cessado de fazer ardentes votos pela sua prosperidade; hoje, porém, não ha razão, por mais poderosa que seja, que possa vedar meu coração de ir á presença de V. M. e Altezas.

«Carregado de pezares e de profunda amargura, venho dar pezames pela irreparavel perda de seu Augusto Pae e meu Amigo. Não disse bem; D. Pedro não morreu. Só morrem os homens vulgares e não os heróes: elles vivem eternamente na memoria, ao menos dos homens de bem, presentes e vindouros. Sua alma immortal vive no céo, para fazer a felicidade do Brazil e servir de modelo de magnanimidade e virtudes a V. M. Imperial, que o ha de imitar, e ás suas Augustas Irmãs, que nunca o perderão da saudade.

«Deus Guarde a preciosa vida de V. M. Imperial, como de coração lhe deseja este que sempre foi e será, Senhor,

«De V. Magestade
«subdito amante e fiel,
«*José Bonifacio de Andrada e Silva.*

«Paquetá, 4 de Dezembro de 1834.»

Ao concluir estes ligeiros apontamentos sobre o illustre paulista, devemos uma rectificação á nota exarada a pags. 148 e 149 d'este tomo. Dissemos ahi que elle nunca acceitára distincção alguma honorifica; deviamos ter accrescentado: «de D. Pedro I,» porque de D. Maria I, rainha de Portugal, não recusára o habito da ordem de Christo. Explicado assim o facto, é acceitavel a estampa com que a professora D. Maria de Andrade adornou seu interessante livro de historia brazileira, figurando o patriota revestido de insignia.

Procedendo-se a 7 de Abril de 1835 á eleição do regente, feita a apuração de votos em sessão da assembléa geral legislativa de 9 de Outubro do mesmo anno, foi proclamado regente o padre Diogo Antonio Feijó.

Por esse tempo, achava-se a regencia trina do Brazil reduzida a um só membro, o general Francisco de Lima e Silva: os outros, José da Costa Carvalho, doente e desgostoso, se havia retirado para S. Paulo, e João Braulio Moniz fallecêra a 21 de Setembro de 1835.

Foi na regencia do padre Feijó que a provincia do Rio Grande do Sul, travou com o governo instituido a grande e prolongada lucta, conhecida sob a denominação de *Guerra dos Farrapos.*

CAPITULO XXXII

A Revolução Rio-Grandense de 1835. Principaes causas.
Presidentes Manoel Antonio Galvão, José Mariani,
Antonio Rodrigues Fernandes Braga, José de Araujo Ribeiro.
Bento Gonçalves da Silva, Bento Manoel Ribeiro.
De 1833 a 4 de Outubro de 1836.

No momento em que vamos expôr os principaes factos que constituem o movimento revolucionario do Rio Grande do Sul em 1835—guerra mais duradoura e mais desastrosa que quantas sedições militares e motins civis foram levantados em outras provincias—devemos, como objecto de meditação e de estudo, indicar algumas das causas que, a nosso ver, determinaram a conflagração rio-grandense.

Apresenta-se-nos, como primeiro factor, o exemplo, offerecido pelo Estado Oriental do Uruguay, nossa antiga Provincia Cisplatina, com a qual os rio-grandenses mantinham relações immediatas, oriundas da intima visinhança, do entrelaçamento dos negocios, das propriedades ruraes situadas nos dois paizes limitrophes, da semelhança de usos e costumes campestres e da lingua, legitima irmã da portugueza.

Constituida a republica do Uruguay desde 1828, a idéa de gosar a mesma liberdade actuava no espirito rio-grandense, propenso como o dos orientaes a gosar os fructos da democracia. Essa foi a causa latente.

Diversas, porém, as causas efficientes: vexatoria absorpção de suas rendas pelo poder central, que parecia querer extinguir as fontes de riqueza provincial; exaggerados impostos sobre a carne secca (*charque*), sobre couros cavallares e vaccuns, sujeitos ao *quinto*, sobre o sebo, a graxa, a herva-matte, e o trigo, unico genero de exportação e riqueza principal do Rio Grande. Do definhamento de todas estas industrias apontava-se como responsavel o governo geral, que só se lembrava dos sulistas quando se fazia mister a lucta pelas armas contra a invasão do inimigo e então os concitava a inspirar-se no sentimento do patriotismo. Farto de ser largamente explorado, o povo, consciente de sua força e valor, usou do direito de revolucionar-se.

Foram tambem causas da guerra as renhidas luctas entre os dois partidos em que se dividia a nação, o dos *exaltados* e o dos *retrogrados* (1), combates que começaram

---

(1) Os exaltados eram alcunhados de *farrapos*, *farroupilhas*, *anarchistas*, *pés de cabra* (allusão aos mulatos). Contra o nosso hymno, cujo estribilho é *Brava gente brazileira*, appareceu a seguinte parodia, attribuida a portuguez:

> Cabra-gente brazileira,
> Descendente de Guiné!
> Trocaram as cinco chagas
> Pelo fumo e o café!

pela palavra na sessão da primeira assembléa legislativa provincial, installada a 20 de Abril de 1835, e se desenvolveram pelas armas em campos de batalha, ensanguentando, por mais de nove annos, aquella varonil provincia.

Os retrogrados eram chamados *caramurús, absolutistas, camellos, corcundas*, e especialmente os portuguezes appellidados de *gallegos, pés de chumbo, marotos*. Trocavam-se de parte á parte sarcasmos em versos:

Ó maroto, pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu a confiança
De casar com brazileira?

Fóra, marotos, fóra!
Viagem podem seguir,
Que os brazileiros não querem
Marotos mais no Brazil!

A veia poetica dos gaúchos rio-grandenses achava na revolução incentivos para grande numero de satyras, de que só poderemos dar algumas, como curiosidades historicas.

PERSIGNAÇÃO CONTRA OS FARRAPOS

Tristes tempos malfadados!
Nunca vistas maravilhas!
Distinguem-se os *farroupilhas*
Pelo signal

De pistola e de punhal!
Divaga a raivosa gente,
Assolando o continente
Da Santa Cruz.

Chamam-nos *caramurús;*
Nos ameaçam de saque;
Mas de semelhante ataque
Livrai-nos Deus.

Assim como appareceu em S. Paulo um italiano de idéas livres, espirito adeantado e energico, Libero Badaró, tambem o Rio Grande do Sul viu comprehendido em suas agitações politicas outro italiano, devotado patriota, grande incitador

---

As leis andam aos boléos;
O povo, tremendo, fóge;
Bento Gonçalves é hoje
Nosso senhor!

Os que furtam sem pudor,
Espancam os seus patricios,
Chamam-se, sem artificios,
Dos nossos! . . .

Os que, temendo destroços,
Querem viver retirados,
Logo são appellidados
Inimigos!

Dizem inda taes amigos
Que ha de Caldas (*) governar,
E que a lei se ha de dictar
Em nome do padre.

E no emtanto, anda o compadre
Do compadre dividido;
Foge da esposa o marido
E do filho!

Ó grande Deus! Eu me humilho
Ante a vossa divindade!
Mandai-nos a claridade
Do Espirito Santo!

Enxugai o nosso pranto,
Acalmai nossa discordia,
Por vossa misericordia!
Amen, Jesus!

(*) Na fala do presidente Fernandes Braga proferida a 20 de Abril de 1835,

das massas, quer na loja maçonica porto-alegrense *Continentinos*, de que foi fundador, quer no jornalismo, prégando em uma e outra parte idéas francamente republicanas. Referimo-nos ao intitulado conde Tito Livio de Zambicari. Compromettido na revolução européa de 1830 e condemnado á morte, procurára refugio na America e fôra levar ao Rio Grande do Sul o concurso de sua illustração e de seu amor á causa da liberdade.

Sobre este notavel cidadão fez nosso illustre conterraneo Assis Brazil honrosa referencia:

« Levado por esse sentimento quasi fanatico de cosmopolitismo que foi tão commum aos homens d'aquella epocha e que tambem dominava Garibaldi, Rosseti, Griggs e tantos outros extrangeiros que serviram a Republica Rio-Grandense, Zambicari fez-se amar de todos os patriotas do Rio Grande e pôde ser considerado o seu verdadeiro e real mentor mental.

---

perante a assembléa provincial, denunciando conspiração, lê-se o topico seguinte sobre o padre Caldas:

« Consta-me que João Antonio Lavalleja ainda não deixou o nosso territorio e que juntamente com o seu mentor, o indigno padre José Antonio Caldas, trabalha de mãos dadas com differentes ambiciosos para perturbar o socego da provincia e levar avante seus planos de separação do imperio e federação com a Cisplatina. »

O padre Caldas, deputado á assembléa constituinte por sua provincia natal, Alagoas, fôra preso, por haver tomado parte na revolução pernambucana de 1824, e encarcerado na fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, d'onde conseguiu evadir-se e fugir para a Republica Argentina; ahi obteve o logar de capellão do exercito. Passou-se depois para a republica Oriental e conseguiu nomeação de vigario no departamento do Cerro Largo. Arrastado por seu espirito irrequieto, Caldas, unido a Lavalleja, em largas conferencias effectuadas em Jaguarão, instigava Bento Gonçalves a proclamar a republica, separada do imperio.

Assim explica-se o influxo que exerciam no Rio Grande as doutrinas da *Joven Italia*, de Mazzini: appareciam alli atravez de Zambicari ([1]).

Lançadas estas preliminares, exponhamos antecedentes da revolução.

Já no governo do desembargador Manoel Antonio Galvão, em 1833, corriam rumores de que a provincia projectava revolucionar-se, e, presentindo o facto, aquelle funccionario e o commandante das armas, marechal Sebastião Barretto Pereira Pinto, denunciaram reservadamente ao governo o plano que se formava e de que era cabeça dirigente o coronel Bento Gonçalves da Silva, commandante superior de toda a guarda nacional da provincia e tambem commandante da fronteira de Jaguarão. Para justificar-se, foi Bento Gonçalves chamado ao Rio de Janeiro, onde cultivou relações com espiritos adeantados d'aquella epocha, Evaristo da Veiga, padre Feijó e outros liberaes. Conseguiu do governo a pensão de 1:200$000 annuaes por serviços relevantes prestados ao paiz; prohibição do estabelecimento da *Sociedade Militar* na provincia e a nomeação do bacharel Antonio Rodrigues Fernandes Braga para presidente do Rio Grande do Sul.

Demittido Galvão, foi nomeado para substituil-o José Mariani, tendo para este facto precedido accordo com Bento

---

(1) ASSIS BRAZIL: *Historia da Republica Rio-Grandense* (Rio de Janeiro, 1882) vol. I, pags. 55 e 56.

Gonçalves. O novo presidente assumiu o exercicio do cargo a 22 de Outubro de 1833.

Pretendeu o partido restaurador ou caramurú, tendo á sua frente o marechal Sebastião Barretto, installar em Porto Alegre uma succursal da *Sociedade Militar*, destinada, como a do Rio de Janeiro, a congregar adeptos de D. Pedro I. Tratava-se de inaugurar a associação, a 24 de Outubro, quando os liberaes recorreram á camara municipal para que interviesse, junto ao presidente da provincia, no sentido de obstar a installação. Em vez de corresponder á geral espectativa, José Mariani reprehendeu a camara por envolver-se em assumpto alheio á sua competencia. Melindrado com esta attitude da primeira auctoridade provincial, tomou armas o partido exaltado, disposto a impedir pela força o estabelecimento da *Sociedade* (1). Dois officiaes de prestigio incumbiram-se de dirigir o movimento, o major José Marianno de Mattos, commandante do corpo de artilheria, e o major João Manoel de Lima e Silva, ambos fluminenses, sendo o ultimo tio do major Luiz Alves de Lima e Silva e irmão de um dos regentes, general Francisco de Lima e Silva. Não se effectuou a projectada inauguração, pela certeza que tinham os retrogrados de que seriam vencidos na lucta, si esta se empenhasse.

Para acalmar os animos, resolveu o governo regencial

---

(1) Para ridicularizal-a, o povo alcunhára a *Sociedade Militar* de *Espadachina*.

cumprir a promessa feita a Bento Gonçalves, nomeando Fernandes Braga presidente do Rio Grande do Sul. Nomeado por decreto de 14 de Fevereiro de 1834, Braga empossou-se do cargo a 2 de Maio. Na noite d'esse dia foi elle alvo de uma grande manifestação popular.

Restabelecida a tranquillidade publica, houve necessidade de remover de Porto Alegre os majores José Marianno e Lima e Silva, com seus corpos, sendo aquelle para Rio Pardo e este para S. Borja.

Dotado de boa indole e honesto, Fernandes Braga inaugurou seu governo cercado de sympathias e inspirando confiança pelo empenho que mostrava em conciliar os partidos. Os meios brandos que empregava para com os adversarios politicos acabaram por irritar os exaltados: começou a imprensa a critical-o com aspereza de linguagem, servindo-se ás vezes de allusões insultuosas.

Um facto despertou e fez recrudescer velhas hostilidades de partidos.

Em Outubro de 1834 recebia-se em Porto Alegre a noticia das reformas liberaes realizadas pela assembléa constituinte em Agosto, e na noite de 24 immensa massa compacta de povo percorria as ruas, com os juizes de paz á frente, ao som de hymnos musicaes e enthusiasticos vivas. E como essa noite recordasse o primeiro anniversario do movimento popular que impedira a installação da *Sociedade Militar*, consideraram os retrogrados a manifestação como um acinte affrontoso ás suas idéas.

Achava-se n'essa occasião o presidente na cidade do Rio Grande, e occupava-lhe o logar, interinamente, seu irmão, o juiz de direito dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves.

Este politico, dotado de genio irascivel, concebendo a infeliz idéa de oppor-se ás festas publicas, mandou occupar militarmente o arsenal de guerra, e, por não confiar na guarda nacional, engajou extrangeiros mercenarios. Á prudencia de muitos liberaes sensatos se deve o não ter havido em Porto Alegre graves conflictos n'essa noite memoravel. Revoltou-se a multidão especialmante contra dois retrogrados intransigentes — o visconde de Castro e o brigadeiro Manoel Carneiro da Silva Fontoura, accusados de haverem disparado tiros sobre o povo. Tumultuariamente preso o brigadeiro, foi apresentado ao juiz municipal Vicente Ferreira Gomes, redactor do *Constitucional Rio-Grandense* (1).

Nada, porém, se poude conseguir, como desaffronta do povo, em consequencia das estreitas relações mantidas entre o presidente interino e o official.

Logo que no Rio Grande Fernandes Braga teve noticia do que succedia em Porto Alegre, mandou chamar seu parente, o coronel Bento Gonçalves — um dos rio-grandenses de mais prestigio na occasião — e depois de rapida conferen-

(1) Vicente Ferreira Gomes era pae do illustre educacionista rio-grandense, uma das glorias do magisterio particular, Fernando Ferreira Gomes, que nasceu em Porto Alegre a 30 de Maio de 1830 e ahi falleceu a 28 de de Dezembro de 1896. A biographia d'este grande professor foi traçada por nosso conterraneo Carlos Maximiliano e publicada, acompanhada de perfeito retrato, no *Annuario do Estado do Rio Grande do Sul* para o anno de 1898, pags. 193 a 201.

cia, em que fez appello ao seu patriotismo, deu-lhe cartas brancas para que na capital da provincia puzesse em pratica as medidas que entendesse convenientes para garantir a tranquillidade publica.

Foi valiosa a interferencia do coronel nos disturbios em que se agitava a capital. Com sua presença, com seus conselhos conseguiu o restabelecimento da ordem.

De volta a Porto Alegre e perfeitamente inteirado da situação precaria em que o governo se via—antipathizado geralmente em vista de perseguições exercidas pelo dr. Pedro Chaves—o presidente, baldo de recursos para conjurar os adversarios, representou ao governo regencial, denunciando a existencia de um partido separatista. Tramava-se, dizia elle, annexar o Rio Grande do Sul ás republicas do Prata, e, para que se não effectuasse este desmembramento, fazia-se mister que o governo central expedisse para o sul tropas das tres armas e em grande numero; si lhe fossem negados os recursos pedidos, solicitaria sua demissão, para não acarretar com a responsabilidade dos males que adviessem á sua terra natal.

Impossibilitado materialmente de acudir a este appello, o governo, a braços com forte opposição no Rio de Janeiro e em varias provincias do norte, respondeu-lhe que defendesse as instituições com os elementos reunidos na provincia e aguardasse substituto.

Deu-se mezes depois uma lamentavel occorrencia na provincia.

Portuguezes residentes na cidade de Rio Pardo lembraram-se de exhibir, no sabbado de alleluia do anno de 1835, alguns judas adornados de córnos e de pés de cabra, como escarneo a nacionaes.

Indignado contra estes objectos de zombaria e vilipendio, um mulato escravo clamou em altas vozes, accusando os auctores das ridiculas figuras e proroinpia em improperios, quando foi morto por um tiro de espingarda disparado do interior de uma casa fronteira. Alarmou-se a população rio-pardense com este attentado.

O governo provincial agitou ainda mais a situação, ordenando o proseguimento de anteriores processos politicos, acção a que se não prestaram os juizes de paz, com excepção unica do retrogrado Casimiro de Vasconcellos Cirne. A casa d'esta auctoridade foi assaltada por mascarados, que exigiram do funccionario entrega dos autos. Cirne resistiu á intimação e com um tiro de pistola mutilou um dedo ao chefe, ao passo que sua filha, n'um assomo de heroina, arrancava-lhe a mascara, reconhecendo n'esse assaltante Simeão Gomes Barretto. Depois de lucta desesperada, Cirne cedeu ao numero e cahiu morto.

Os attentados commettidos em Rio Pardo apressaram a revolução. Com estes factos coincidiu a inauguração da assembléa legislativa provincial a 20 de Abril de 1835.

Apezar da pressão exercida pelo governo, conseguiu o partido nacional collocar na assembléa seus homens de maior proeminencia, como Bento Gonçalves da Silva, Bento Manoel

Ribeiro, o distincto medico dr. Marciano Pereira Ribeiro, o escriptor Antonio José Gonçalves Chaves, José de Paiva Magalhães Calvet, Domingos José de Almeida; por sua parte, os retrogrados tinham alli como seus representantes homens de apaixonada energia como o dr. Pedro Chaves, o juiz de direito Rodrigues Pontes e o chicanista Manoel Felizardo de Souza e Mello, fortemente antipathizado pelos exaltados.

Na abertura da assembléa, o presidente, instigado pelo espirito atrabiliario e vingativo de seu irmão Pedro Chaves, denunciou aos representantes da provincia um plano de separal-a da communhão brazileira para confederal-a ás republicas platinas, levando a sua imprudencia a ponto de designar quaes os chefes revolucionarios.

É certo que os exaltados pensavam em federação, mas no proprio paiz — autonomia das provincias, sem, comtudo, desobrigar-se da obediencia a um poder central, a que estariam subordinadas por meio de leis geraes. Republica federal como a dos Estados Unidos era a idéa dos patriotas, desde a conjuração mineira á Confederação do Equador e d'esta á republica dos farrapos.

A injusta accusação formulada pelo presidente contra homens pundonorosos acirrou ainda mais os odios politicos.

Como não chegassem tropas do Rio de Janeiro, para darem força á auctoridade, a assembléa creou um corpo de policia, de 700 soldados, aos quaes Bento Gonçalves denominou *janizaros*. Cercava-se o presidente de apparato bellico, e na necessidade de occorrer a novas despesas, decretou a assem-

bléa tributos vexatorios, taes como de 10$000 por legua quadrada, imposto sobre chapeados, esporas e estribos de cavalleiros, e outras contribuições rigorosas.

A tal ponto chegaram as luctas partidarias, que os opposicionistas reconheceram não haver outro alvitre a tomar senão depôr o presidente.

Na manhã de 19 de Setembro espalhou-se a noticia de que a cidade de Porto Alegre ia ser tomada pelos revolucionarios. Ante a imminencia do perigo, o presidente Fernandes Braga reuniu as forças de que podia dispôr na occasião e que se limitavam a 270 praças, mercenarias na maior parte. Muitos portuguezes foram alliciados ao serviço militar, exemplo não seguido pelos allemães, cujo vice-consul de Hamburgo, Antonio Gonçalves Pereira Duarte, aconselhou completa neutralidade aos hamburguezes. Revoltado contra este procedimento, Braga representou ao governo e conseguiu fosse cassado o exequatur da auctoridade consular, ao passo que Portugal, avisadamente, demittia seu representante, Victorino José Ribeiro, por se não ter opposto ao alistamento de luzitanos.

Para promover o assalto á capital, haviam-se collocado á frente do movimento dois prestigiosos revolucionarios, o capitão de milicias José Gomes de Vasconcellos Jardim, rico estancieiro, residente na visinha povoação das Pedras Brancas, á margem direita do Guahyba, cidadão grandemente considerado, e o coronel de legião, Onofre Pires da Silveira Canto, homem de proporções athleticas e de reconhecida bravura.

Reunidos na capella de Viamão, distante quatro leguas

a leste da cidade, os dois chefes, com uma força de mais de 200 homens, d'alli marcharam e vieram acampar na Azenha, arrabalde de Porto Alegre.

Quizeram os legaes, com uma força de 200 homens, commandada pelo major Gordilho, visconde de Camamú ([1]), surprehender na Azenha os rebeldes, os quaes, avisados pelo medico dr. Manoel Antonio de Magalhães Calvet, prepararam-se para a resistencia.

Defendida a ponte da Azenha pelo capitão Manoel da Rocha Vieira (*cabo Rocha*) com 30 homens apenas, collocados de emboscada, foram os legaes rechassados, perseguidos e obrigados a recolher-se desordenadamente á capital. Attingido por uma lançada em uma côxa e desmontado, o visconde de Camamú conseguiu salvar-se, graças á escuridão da noite e ás cercas de espinho (*unhas de gato*), onde poude refugiar-se.

N'esse primeiro encontro, foi morto o legalista Antonio José da Silva Monteiro, redactor da folha retrograda *O Periodico dos Pobres* e poeta satyrico, vulgarmente conhecido pelo appellido de *Prosodia*.

Alta noite, chegou a palacio o visconde de Camamú, banhado em sangue, declarando ter sido atacado por 400 homens bem armados.

---

(1) Assis Brazil, em sua *Historia da Revolução Rio-Grandense*, menciona em muitos pontos o visconde de Camamú, partidario legal. Que relação ha entre este personagem e José Egydio Gordilho de Barbuda, visconde de Camamú, presidente da Bahia, assassinado a 28 de Fevereiro de 1830, facto de que tratámos á pag. 281 d'este tomo?

Á vista d'esta occorrencia, Fernandes Braga fez remover sua familia para bordo de uma canhoneira, onde reuniu objectos de valor e dinheiro pertencente á provincia.

A 20 de Setembro Onofre Pires e Gomes Jardim approximaram-se da cidade, para effectuar a entrada. No largo do Portão, como si pretendesse obstar a marcha dos revolucionarios, achava-se postado um corpo de permanentes, o qual fez logo causa commum com elles, ao som de acclamações enthusiasticas.

Achava-se o presidente no arsenal de guerra, onde fazia ponto de resistencia; sabendo, porém, que se haviam bandeado os permanentes e vendo-se completamente desamparado de recursos, embarcou na escuna de guerra *Rio-Grandense* e, seguido de outra escuna *Dezenove de Dezembro*, fez-se de vela para a cidade do Rio Grande.

Penetraram as forças revolucionarias em Porto Alegre na melhor ordem, garantindo a todos o respeito ás leis.

Bento Gonçalves, que havia abandonado a guarnição de Jaguarão, apresentou-se nas Pedras Brancas a 21 de Setembro e n'esse mesmo dia fez entrada solemne na capital; constituindo-se chefe da revolução, proclamou á provincia, expondo e justificando o movimento de rebeldia.

No mesmo dia a camara municipal deu posse ao 4.° vice-presidente, dr. Marciano Pereira Ribeiro, visto se acharem ausentes os tres cidadãos que o precediam na ordem dos vice-presidentes e eram os bachareis Joaquim Vieira da Cunha, Rodrigo de Souza Silva Pontes e Americo Cabral de Mello.

Dias depois, presenceou a capital factos escandalosos.

Um sacerdote catholico, o padre Pedro, já conhecido por seu genio violento na revolução de 7 de Abril no Rio de Janeiro, e desterrado para o Rio Grande, entendeu dever maltratar de modo cruel e affrontoso os portuguezes que haviam adherido ao partido legalista. Munido de uma palmatoria, castigou a *bolos* muitos luzitanos, obrigando-os depois a passar *recibo*, «em pagamento das offensas que haviam praticado contra o partido nacional.»

Um individuo, José Ignacio da Silva (*Juca Ourives*), corredor de carreiras e soldado de Gomes Jardim, acompanhado de meia duzia de ladrões, dirigia-se ás casas de negocio e as espoliava a seu salvo. O presidente Marciano conteve a selvajaria do padre, e o capitão Gomes Jardim mandou prender por algum tempo o famigerado Juca Ourives.

Uma partida de revolucionarios foi ao valle do rio Gravatahy convidar a vir a Porto Alegre o estancieiro Vicente Ferrer da Silva Freire, influente legalista, a fim de expôr quaes os seus intentos. Por falta de garantias, o venerando chefe de numerosa familia, ancião por todos os titulos respeitavel, recusou acompanhar a escolta, pelo que foi barbaramente assassinado, bem como seu filho menor Diogo Ferrer.

A revolução manchou-se com estes actos de cobardia e malvadez.

A 25 de Setembro foi publicado o manifesto de Bento Gonçalves; expunha os profundos desgostos que a passada administração havia causado á classe militar e principalmente

a Bento Manoel, acintosamente exonerado do commando da fronteira de Rio Pardo; declarava que o fim revolucionario era depôr o presidente e o commandante das armas, auctoridades incompativeis com o espirito liberal rio-grandense; aconselhava o respeito á constituição, ao throno constitucional e á integridade do imperio.

Chegando ao Rio Grande, o presidente Braga proclamou mudada para essa cidade a séde do governo provincial, sendo reconhecida a sua auctoridade pelas villas de Pelotas e de S. José do Norte. Enviou ao Rio de Janeiro o cidadão Manoel Vaz Pinto, incumbido de expôr os acontecimentos e reclamar soccorros bellicos. Solicitando apoio a varios officiaes, teve a adhesão do major Manoel Marques de Souza (depois conde de Porto Alegre) e do tenente-coronel da guarda nacional João da Silva Tavares (mais tarde barão do Cerro Formoso).

Para que o não hostilizasse a imprensa adversa, suspendeu a publicação do periodico *Noticiador*, orgão dos exaltados.

Emquanto estes factos occorriam ao sul da provincia, o presidente interino dr. Marciano Pereira suspendia do commando das armas o marechal Sebastião Barretto e por acto de 12 de Outubro nomeava Bento Manoel para substituil-o. Como se achasse ausente este official, occupou o cargo interinamente o major João Manoel de Lima e Silva.

Tendo os legalistas Marques de Souza e Silva Tavares reunido alguma força em Pelotas, cahiram inesperadamente sobre uma partida de revolucionarios que a 13 de Outubro

transitava pelo Arroio Grande, sob o commando de Manoel Antunes da Porciuncula, cunhado de Bento Gonçalves. Antunes foi derrotado, quando suppunha que os legalistas respeitassem o pacto, firmado entre aquelles officiaes e o capitão Domingos Crescencio, de temporaria suspensão de armas. A traição dos legaes deu brado de revolta em toda a provincia.

Depois da victoria do Arroio Grande, tratou Manoel Marques de retirar-se, para reunir-se ao presidente na cidade do Rio Grande, o que conseguiu por meio de cautelosa marcha. Não teve egual exito o tenente-coronel Silva Tavares. Encontrando, no dia 16 de Outubro, no passo do Retiro, sobre o arroio Pelotas, um corpo de mais de 400 praças de cavallaria commandado pelo coronel Antonio de Souza Netto, auxiliado pelo oriental Raphael Verdum, viu assaltada e debandada a sua tropa e elle proprio obrigado, com 8 soldados, a refugiar-se no Estado Oriental.

Reconhecida a necessidade de ser posto fóra da provincia o presidente Braga, determinou Marciano que Onofre Pires, com uma força de 100 praças, fosse tomar a villa de S. José do Norte, emquanto Bento Gonçalves iria apossar-se da cidade do Rio Grande, fechando assim toda a communicação com o exterior.

No dia 21 de Outubro apresentou-se Onofre, já com 300 homens, deante de S. José do Norte, que repelliu com admiravel denôdo os assaltantes, facto que, unido a posteriores rasgos de bravura, deu á villa o titulo de *heroica*.

No mesmo dia Bento Gonçalves intimava a cidade do Rio Grande a que se rendesse.

Vendo-se completamente desamparado de forças, Fernandes Braga transportou-se para um vaso de guerra e no dia 23 seguiu para o Rio de Janeiro, levando comsigo grande quantidade de papeis publicos, setenta contos de réis dos cofres nacionaes, muitos funccionarios e familias.

Em virtude da reforma constitucional de 12 de Agosto de 1834 [1], procedeu-se á eleição de um regente unico para o imperio, obtendo maioria de votos o padre Diogo Antonio Feijó, o qual, perante a assembléa geral, tomou posse do cargo a 12 de Outubro de 1835.

Empenhado em tranquillizar o Rio Grande do Sul, o padre Feijó nomeou novo presidente da provincia, o dr. José de Araujo Ribeiro, illustrado rio-grandense, aparentado com os chefes Bento Gonçalves e Bento Manoel, e homem criterioso, capaz de congraçar seus patricios [2].

---

(1) Art. 26. Si o Imperador não tiver parente algum que reuna as qualidades exigidas no art. 122 da Constituição, será o Imperio governado, durante a sua menoridade, por um Regente electivo e temporario, cujo cargo durará 4 annos, renovando-se para este fim a eleição de 4 em 4 annos.

(2) O dr. José de Araujo Ribeiro, visconde do Rio Grande, nasceu a 20 de Julho de 1800 no districto da Barra, municipio de Porto Alegre, no logar denominado *Estancia Velha*. Doutorou-se em direito na universidade de Coimbra no anno de 1823. Encetou depois carreira diplomatica, exercendo o cargo de secretario de nossa legação em Napoles e em Pariz, e o de encarregado de negocios nos Estados Unidos e na Inglaterra. Foi aposentado como ministro plenipotenciario. Representou sua provincia como deputado á assembléa geral legislativa e como senador. Era commendador das ordens de Christo e do Cruzeiro, official

Embarcou Araujo Ribeiro no brigue-barca *Sete de Setembro*, sem força armada alguma e apenas munido de uma proclamação, em que o regente chamava os rio-grandenses á concordia.

Confiava o governo que o nomeado, ex-deputado geral por sua terra, cidadão acatado por virtudes e conhecimentos superiores, e fortemente relacionado, por si só bastasse para aplacar a lamentavel conflagração.

Chegou Araujo Ribeiro á cidade do Rio Grande a 6 de

---

da Legião de Honra e de Henrique IV da França, e membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. Falleceu no Rio de Janeiro a 25 de Julho de 1879.

Aos 75 annos de edade, publicou na capital do paiz um grosso volume in-8.°, de mais de 650 paginas, sob o titulo *O Fim da Creação ou a Natureza interpretada pelo senso commum*, obra que appareceu sem designação de auctor. Em largo estudo, o visconde do Rio Grande trata ahi de demonstrar que a terra é dotada de vida propria, nutre-se como os seres organizados e cresce constantemente. «Não é rigorosamente uma hypothese, diz elle, que vou offerecer á consideração do leitor; é antes uma serie de factos que me parecem dever conduzir-nos á crença de que a terra se apropria, nos seus giros, de substancias que existem fóra d'ella, e, como consequencia natural d'essas apropriações, ella deve ter um crescimento.»

Critico brazileiro de grande illustração emittiu sobre o trabalho do visconde do Rio Grande estes commentarios:

«Nosso auctor revela, em todo o seu escripto, uma grande tenção de espirito e um elevado senso critico. Grandes meritos deixa ver em seu livro; os principaes são: o ser franco sectario do darwinismo, como nol-o mostra no cap. XIV, pags. 532 e seguintes; o delucidar com vantagem muitos pontos obscuros da geologia brazileira; o demonstrar sufficientemente o fim principal que se propoz. A tudo isto junta-se ainda a clareza da exposição; o trabalho é methodico e o estylo do escriptor simples e chão. Estas qualidades são bons predicados e raros n'este paiz. Quem supporia, por exemplo, que no senado brazileiro, classe que não brilha muito pela sua illustração, tinhamos um sectario intelligente e adeantado das idéas de Darwin, nome que muitos alli não pronunciam sem primeiro se benzerem?»

SYLVIO ROMÉRO: *A Philosophia no Brazil* (Porto Alegre, 1878), pag. 99.

Novembro de 1835, d'onde seguiu para Pelotas a conferenciar com o coronel Bento Gonçalves, então em Jaguarão: combinaram em encontrar-se em Porto Alegre, indo o official por terra concitar os povos á paz.

A 5 de Dezembro aportava Araujo Ribeiro á capital da provincia e immediatamente enviou á assembléa seu titulo de nomeação, acompanhado de officio em que pedia fosse marcado dia e hora para a prestação do juramento e tomada da posse. A 8 do mesmo mez, reuniu-se a assembléa em sessão secreta para deliberar sobre si devia ou não investil-o do cargo. Levantaram-se duvidas. Propalou-se que pertencia elle ao partido retrogrado e por esse facto achava-se em desaccordo de idéas com a assembléa e com a provincia em geral.

Com a chegada de Araujo Ribeiro coincidiu a publicação da ordem do governo—em satisfacção á representação de Fernandes Braga—de mandar submetter a processo o vice-consul de Hamburgo, Pereira Duarte, pelo facto de haver com prudencia aconselhado aos hamburguezes neutralidade na lucta dos partidos. Esta medida poz de sobreaviso os revolucionarios, revoltados deante de perseguição tão impolitica e injusta, e mais antipathica tornou a posição de Araujo Ribeiro, como representante da vontade do regente.

Toda a assembléa, composta, em sua maior parte, de supplentes, seguia o partido revolucionario. Eram então deputados provinciaes os seguintes cidadãos:

Francisco Xavier Ferreira, presidente; conego Thomé

Luiz de Souza, vice-presidente; Antonio Alvares Pereira Coruja, 1.° secretario ([1]); Bento Gonçalves da Silva, Bento Manoel Ribeiro, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, Domingos José de Almeida, Pedro José de Almeida, vulgo *Pedro Boticario*, redactor da *Idade de Pau;* padre Juliano de Faria Lobato, major José Marianno de Mattos, tenente-coronel Silvano José Monteiro de Araujo e Paula, editor d'*O Echo Porto-Alegrense;* Seraphim dos Anjos França, Vicente Ferreira Gomes, José de Paiva Magalhães Calvet, dr. Americo Cabral de Mello, Vicente José da Silva França, padre Francisco das Chagas Martins Avila e Souza, padre

---

(1) Antonio Alvares Pereira Coruja nasceu em Porto Alegre a 31 de Agosto de 1806 e falleceu no Rio de Janeiro a 4 de Agosto de 1889. Foi um de nossos mais dedicados propugnadores da instrucção popular.

Publicou:

Compendio da grammatica da lingua nacional (Porto Alegre, 1835), obra que obteve muitas edições e foi vulgarizada em todo o paiz.

Manual dos estudantes de latim (Rio de Janeiro, 1838).

Compendio de orthographia da lingua nacional (Rio de Janeiro, 1848).

Arithmetica para meninos.

Licções de historia do Brazil (Rio de Janeiro, 1855).

A vida de José Bernardino de Sá depois de sua morte (Rio de Janeiro, 1856).

Algumas annotações ás Memorias historicas de monsenhor Pizarro na parte relativa ao Rio Grande do Sul. Rev. do Inst., anno de 1858, tom. XXI, pags. 303 a 315.

Notas á memoria do tenente-coronel José dos Santos Viegas. Rev. do Inst., anno de 1860, tom. XXIII, pags. 585 a 602.

Collecção de vocabulos e phrases usados na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul (Rio de Janeiro, 1861). Foi anteriormente publicada em 1852 na *Rev. do Inst.*, tom. XV, 2.a ed., pags. 205 a 238.

Antigualhas e reminiscencias de Porto Alegre (Rio de Janeiro, 1881).

Publicava o *Anno historico sul-rio-grandense*, em pequenos fasciculos, quando a morte o colheu aos 83 annos de edade.

Fidencio José Ortiz, coronel Oliverio José Ortiz e Gabriel Martins Bastos.

Opinaram os representantes da provincia que se retardasse a posse do novo presidente.

Contra semelhante falta de confiança oppoz-se o coronel Bento Manoel, dizendo que este facto acarretaria renovação da guerra; que elle, paulista, não desejava contribuir para o derramamento do sangue rio-grandense; garantiu sinceras as intenções de Araujo Ribeiro e do regente, padre Feijó; declarou que respeitaria a deliberação da maioria e no cara-

---

O professor Coruja foi por muitos annos thesoureiro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.

O *Annuario do Rio Grande do Sul*, dirigido pelo dr. Graciano Alves de Azambuja e destinado ao anno de 1890, consagrou, a pags. 209 e 210, tocantes palavras á memoria d'este utilissimo escriptor:

« Foi uma perda lamentavel, especialmente para esta provincia, a quem o finado adorava com ardor juvenil e para cuja historia reunia sem cessar apontamentos e documentos interessantes. O *Annuario* perde no commendador Coruja um incançavel collaborador, cujas chronicas de *Antigualhas rio-grandenses* e *Notas historicas* têem sido uma das secções mais apreciadas do publico.

« O amor que Coruja dedicava a esta provincia, o interesse com que acompanhava, dia por dia, todos os factos do Rio Grande do Sul, eram extraordinarios e dignos de sincera admiração. De Porto Alegre, onde residiu, até á sua retirada para o Rio de Janeiro, elle tudo sabia, as casas velhas e as novas, as que se demoliam e as que se construiam, os numeros de umas e outras, nenhuma minudencia emfim lhe escapava. Era sobretudo um chronista fiel dos homens e dos acontecimentos de sua mocidade, que sua memoria guardava com fidelidade rara. »

O inditoso poeta rio-grandense Pedro Antonio de Miranda assim disse, em final de carta dirigida ao director do *Annuario*:

« Homenagem seja prestada ao cidadão benemerito! Indelevel recordação fique na memoria publica dos serviços que prestou a bem da instrucção nacional, como da nossa historia e chronologia! Estes e o seu entranhado amor a esta provincia exigem que o veneremos agora e que transmittamos o seu nome, rodeado de respeitosa admiração, ás gerações futuras! »

cter de revolucionario acompanharia seus amigos na sorte das armas, com quanto lhe fosse penoso ir arrancar de seus esconderijos aquelles que só sabiam insuflar a guerra e não luctar francamente. Após esta defesa na assembléa, Bento Manoel conferenciou secretamente com Araujo Ribeiro, promettendo prestar-lhe apoio e abandonar a revolução. Infelizmente a firmeza de caracter não era um de tantos predicados d'este bravo guerrilheiro.

No dia 9 de Dezembro, em sessão publica, acceitou a assembléa uma representação dos juizes de paz de Porto Alegre e das Pedras Brancas para que a posse fosse adiada; approvou esta indicação, allegando a conveniencia de dirigir-se ao governo geral a fim de que resolvesse o conflicto.

Como era de dever, a assembléa explicou seu procedimento em proclamação dirigida ao povo.

Bento Manoel, que havia assumido o commando das armas, cargo occupado interinamente por João Manoel de Lima e Silva, partiu para a campanha, allegando necessidade de ir em pessoa acalmar os espiritos e vulgarizar aquella proclamação. Procedeu, porém, de fórma inteiramente diversa.

Foi tornar conhecida uma proclamação assignada por Araujo Ribeiro e operar contra-revolução, erguendo armas contra seus companheiros da vespera.

Em S. Gabriel publicou a seguinte ordem do dia, datada de 30 de Dezembro de 1835, concitando os rio-grandenses a reconhecer o dr. José de Araujo Ribeiro como presidente da provincia:

« Tendo as camaras municipaes das cidades do Rio Grande e Pelotas e da villa de S. José do Norte se dirigido officialmente ao commandante das armas, conjurando-o a que, em cumprimento das promessas emittidas em suas proclamações, salve a provincia dos males da anarchia, em que a pretende envolver um partido republicano, o qual tem chegado a dominar a assembléa legislativa provincial, conseguindo obstar que se désse posse ao dr. José de Araujo Ribeiro da presidencia da provincia, para que fôra legalmente nomeado pelo Regente em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, dando com este proceder o primeiro passo a desmembrar a provincia da associação brazileira; declarando ao mesmo tempo aquellas mesmas camaras a justa indignação que semelhante repulsa causára nos animos dos cidadãos de seus municipios, por conhecerem evidentemente os males que se seguirão á patria, e desejosos todos de prevenil-os, tinham resolvido, como o fizeram, reconhecer ao dr. José de Araujo Ribeiro, nosso compatriota, como presidente da provincia.

« O commandante das armas está demasiadamente ao facto dos manejos do partido republicano e dos meios que emprega, e mais certo ainda das desgraças que acompanharão a separação da provincia, firme nos principios que proclamou depois do memoravel dia 20 de Setembro, em desempenho da sua palavra, de accordo com aquellas illustres e patrioticas camaras e com a totalidade dos cidadãos bons da provincia, solemnemente reconhece a legitima auctoridade do Illm.

Exm. Sr. presidente dr. José de Araujo Ribeiro, desconhecendo outra qualquer que o partido republicano da capital intente levantar ou sustentar; e em consequencia ordena a todos os militares da provincia, sujeitos ao seu commando, que reconheçam ao mesmo Exm. Sr. dr. José de Araujo Ribeiro como nosso legitimo presidente.

« Camaradas! Nós manifestámos, quando tomámos as armas para libertar a patria da oppressão, que o nosso fim era sermos sempre brazileiros, mantendo a constituição reformada, o throno imperial do Sr. D. Pedro II; e hoje não faltaremos aos nossos empenhos, pois seriamos perjuros e inimigos da patria — procederes que por indignos não cabem em corações animados pela aura e pelo sagrado lume do patriotismo.

« É mais glorioso, camaradas, conservarmos a patria isenta de anarchia, que ganhar batalhas sobre inimigos externos. Mantenhamo-nos firmes na associação brazileira, do que provirão á provincia prosperidades e grandeza, quando de uma separação extemporanea sómente teremos a ruina e as desgraças. Não sejamos submissos escravos do pequeno partido republicano, que desvairadamente assim o pretende.

« O commandante das armas conta com os seus camaradas e a pluralidade da provincia, e todos devem contar com elle a favor da ordem e do bem publico. Viva a nação brazileira! Viva a constituição reformada! Viva o Sr. D. Pedro II, nosso Imperador constitucional, e o Regente em seu nome! Vivam os militares da provincia! »

Assim garantido por Bento Manoel, o dr. Araujo Ribeiro,

de volta ao Rio Grande, accedeu ao convite que lhe fez a municipalidade d'esta cidade para tomar posse do cargo de presidente, e perante ella prestou juramento e entrou em exercicio de suas funcções a 15 de Janeiro de 1836.

Communicou sua posse á assembléa provincial, porém esta não se conformou com o facto, por illegal, á vista da incompetencia da camara, e convidou Araujo Ribeiro a empossar-se do cargo perante ella propria. Recusado, com razão, o convite, a assembléa, a 25 de Fevereiro, proclamou á provincia para que não reconhecesse a auctoridade do presidente Araujo Ribeiro e só prestasse obediencia ao vice-presidente, dr. Americo Cabral de Mello.

Começou a provincia a ser governada por duas auctoridades distinctas, que trataram de alliciar soldados para que uma supplantasse a outra.

Estava de novo travada a guerra.

Por acto de 16 de Fevereiro a assembléa provincial suspendeu de suas funcções o commandante das armas Bento Manoel Ribeiro, por estar promovendo a guerra civil na provincia, e de egual modo suspendeu os vereadores da camara municipal do Rio Grande por se terem arrogado attribuições que lhes não competiam, dando posse a Araujo Ribeiro.

O *Mercantil*, do Rio Grande, de 24 de Fevereiro, publicava actos d'esta auctoridade, suspendendo de suas funções o coronel chefe da legião de guardas nacionaes, Antonio de Souza Netto, e o coronel commandante superior da guarda nacional Bento Gonçalves da Silva, por andarem reunindo guardas

contra expressa determinação de lei e manifesto perigo da segurança publica.

O *Mensageiro*, de Porto Alegre, de 26 de Fevereiro, publicava o officio do vice-presidente dr. Cabral de Mello á camara municipal do Rio Grande, participando a suspensão de Bento Manoel Ribeiro do commando das armas; nomeação de seu substituto interino, major João Manoel de Lima e Silva, e designação do coronel Bento Gonçalves da Silva para pacificar o sul da provincia.

A 28 de Fevereiro, Bento Gonçalves expedia um officio, de que foi portador o capitão Joaquim Teixeira Nunes, dirigido ao dr. Araujo Ribeiro, intimando-o a dissolver as reuniões armadas e a sahir immediatamente da provincia, a fim de poder pacifical-a, garantindo a sustentação da constituição reformada, a integridade do imperio, o governo de D. Pedro II e a gloriosa revolução de 20 de Setembro ([1]).

Na mesma data communicou á camara municipal do Rio Grande a posse do vice-presidente dr. Cabral de Mello, intimando-a que o reconhecesse como tal, para não obrigar a elle coronel fazer uso das armas e dispersar todos os rebeldes e desordeiros existentes no Rio Grande, S. José do Norte e Pelotas.

A camara respondeu que tinha reconhecido como legitimo presidente ao dr. José de Araujo Ribeiro, declarando não

---

(1) *Liberal Rio-Grandense* n. 26, de 31 de Março de 1836.

desesperar de que Bento Gonçalves se afastasse da estrada do crime ([1]).

Emquanto Bento Manoel reunia na campanha elementos de ataque, Araujo Ribeiro fortificava-se no Rio Grande para guardar a defensiva, obtendo para este effeito um contingente de 500 homens engajados nas tres povoações maritimas pelo capitão Procopio Gomes de Mello.

Contra o commandante das armas, que dispunha de uma força de 200 praças, partiu de Porto Alegre uma columna de cerca de 800 homens, ao mando do coronel Affonso José de Almeida Côrte Real: ia effectuar-se o encontro no logar denominado *Irapuá*, onde seria certa a derrota de Bento Manoel, quando este lembrou-se de recorrer a um expediente. Mandou a seu adversario um emissario, o capitão Demetrio Ribeiro, com a declaração de que ia no dia seguinte licenciar sua tropa e retirar-se para a provincia de S. Paulo, d'onde era filho, pois não desejava que por sua causa corresse o sangue rio-grandense. Côrte Real, moço dotado de caracter sincero e magnanimo, permittiu que elle acampasse em paz e tambem acampou a distancia. Bento Manoel trahiu

---

(1) *Correio Official* n. 66, de 23 de Março de 1836.

Durante a revolução appareceram em Porto Alegre muitos periodicos de pequeno formato, orgãos das paixões violentas que tumultuavam. Eram do partido dos farrapos o *Recopilador Liberal*, redigido por D. Manoel Roedas, emissario do dictador argentino D. Juan Manuel de Rosas; a *Idade de Pau*, de Pedro Boticario; o *Inexoravel*, o *Sete de Abril*, o *Democrata Rio-Grandense* e o *Federal*. Pertenciam aos caramurús a *Sentinella da Liberdade*, o *Inflexivel*, a *Idade de Ouro* e a *Bellona*.

a sua palavra e fugiu, a procurar melhores elementos de ataque.

Sabendo que havia sido enganado e ignorando o rumo tomado pelo inimigo, seguiu Côrte Real em marchas vagarosas e foi acampar no passo do Rosario, á margem esquerda do rio Santa Maria.

Sem perda de tempo tratou Bento Manoel de fazer juncção com as forças de Vidal José do Pilar, Manoel dos Santos Loureiro e Silva Tavares, elevando a 700 o numero dos legalistas, e assim forte, marchou á procura da columna revolucionaria.

Quasi eguaes em numero, avançaram os combatentes uns contra outros, no dia 17 de Março, resultando grande derrota para Côrte Real, que levado por seu ardor guerreiro não quiz esperar o reforço de 600 homens de excellente cavallaria commandados por Bento Gonçalves, quando este lhe ficava a tres dias de marcha. Os homens da campanha, mais destros que os dos arredores de Porto Alegre, colheram logo as vantagens resultantes da disciplina e levaram de vencida os rebeldes, que soffreram a mortandade de 172 praças. Côrte Real foi feito prisioneiro com 153 soldados ([1]).

Para compensar esta enorme perda os revolucionarios conseguiram no mez de Abril duas victorias.

Chegando a Pelotas o commandante das armas, farrapo,

---

(1) Informação prestada por João da Silva Tavares e publicada no *Paquete do Rio* n. 100, de 5 de Maio de 1836.

João Manoel de Lima e Silva, que havia reunido suas forças ás de Antonio Netto e Domingos Crescencio, deu combate, a 7 d'esse mez, ao major Manoel Marques de Souza, alli destacado com 80 homens de infanteria, obrigando-o a entrincheirar-se em um sobrado que servia de quartel ([1]). Marques esperava prompto soccorro de uma força de 120 homens acampada no passo dos Negros ([2]), e commandada pelo coronel de milicias Albano de Oliveira Bueno; porém viu-se obrigado a capitular. Lima Silva correu no dia 8 a dar combate a Albano. Tencionava este official atravessar o rio S. Gonçalo no passo dos Negros e seguir para o Rio Grande, sob a protecção da canhoneira *Occano*, alli estacionada. Começava a transportar bagagem e cavalhada, quando chegou João Manoel a impedir-lhe o intento. Durante 8 horas, resistiu valentemente o coronel Albano, auxiliado ao principio pela canhoneira. Vendo-se, afinal, perdido, arrojou-se ao rio, de botas e poncho como se achava. Perseguido por algumas canôas, foi preso e seria morto, si João Manoel não bradasse que lhe respeitassem a vida.

O major Manoel Marques foi conduzido para Porto Alegre e ahi recolhido ao velho brigue-barca arvorado em *Presiganga*.

Acompanhado de uma escolta commandada pelo capitão

(1) Esse edificio fica situado na esquina da rua Felix da Cunha e praça da Republica. Ahi estiveram successivamente a typographia do *Diario de Pelotas*, o *Club Liberal*, o quartel da guarda municipal e a *União Republicana*.

(2) Passo no rio S. Gonçalo, perto da foz do arroio Pelotas.

Martiniano Teixeira Pinto e com outros prisioneiros, seguiu tambem para Porto Alegre o coronel Albano; infelizmente iam entre os soldados dois inimigos seus, Fileno e Vidal, naturaes de Piratiny, os quaes, nas immediações do arroio Velhaco, o mataram a tiros, com o fim, allegaram, de lhe impedir a fuga (1).

Este cobarde assassinato causou desgosto aos chefes revolucionarios, especialmente a Bento Gonçalves, de quem Albano era amigo e compadre duas vezes.

---

(1) Sobre a morte d'este legalista encontramos divergencias entre historiadores.

O auctor da *Memoria sobre a revolução de 20 de Setembro*, major João da Cunha Lobo Barretto, escreveu que o referido official foi assassinado por ordem de Bento Gonçalves da Silva.

Em sua *Guerra Civil do Rio Grande do Sul* diz o conselheiro Tristão de Alencar Araripe: «O coronel da guarda nacional Albano d'Oliveira Bueno é assassinado em viagem para Porto Alegre, dando-se por motivo d'esse acto de cobardia e deslealdade o ser elle paizano e bater-se por espontanea deliberação e não por obrigação como official de linha.»

Assis Brazil (*Historia da Republica Rio-Grandense, pag. 135*) dá que Albano foi fuzilado na frente da tropa, em cumprimento de ordem do commandante das armas João Manoel de Lima e Silva.

O dr. Fernando Osorio, em sua *Historia do General Osorio* (Rio de Janeiro, 1894) pag. 309, nota 5, conta que João Manoel fez seguir o coronel Albano escoltado para Porto Alegre, porém com ordem de ser assassinado em caminho pelo commandante de uma segunda escolta que permanecia junto ao arroio Velhaco; esse commandante passou recibo do preso ao capitão Martiniano Teixeira Pinto e cumpriu a ordem.

Nenhuma d'estas quatro versões funda-se em documentos de inteira fé.

O facto acha-se hoje perfeitamente elucidado pela fórma que deixamos exposta no texto, á vista das minuciosas pesquisas procedidas por um incançavel historiador rio-grandense, Alfredo Ferreira Rodrigues, e publicadas, sob o titulo *Um episodio da revolução, combates de 7 e 8 de Abril de 1836 e morte do coronel Albano*, no *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul* para o anno de 1898, pags. 252 a 274.

Com a derrota do major Manoel Marques, ficou Pelotas em poder dos revolucionarios e o governo legal circumscripto ao Rio Grande e S. José do Norte; longe, porém, de desalentar-se com este facto, Araujo Ribeiro determinou a mudança da thesouraria e da alfandega de Porto Alegre para a cidade do Rio Grande, privando a capital de entreter commercio directo com o exterior e interceptando-lhe a correspondencia pelo correio.

A 9 de Abril o legalista capitão Francisco Pinto Bandeira conseguiu tomar de surpresa a guarnição das Torres, ao norte da provincia, apoderando-se de todo o armamento e munições.

Regressando a Porto Alegre, João Manoel de Lima e Silva chegou a tempo de impedir fosse a cidade tomada por Juca Ourives, que se havia bandeado para os legalistas e á frente de 300 homens chegára até ao arsenal de guerra, no dia 12 de Abril.

Repellido este chefe, reprimida a anarchia em que se revolvia a cidade, marchou João Manoel ao Fachinal, onde dispersou forças legalistas; engajou em S. Leopoldo 200 allemães e regressou para Pelotas, em companhia do major José Marianno de Mattos, com o corpo de artilheria a cavallo, conduzindo 6 boccas de fogo.

Depois do brilhante feito das Torres, Pinto Bandeira, fazendo juncção com as forças de Juca Ourives, desceu ao sul pela costa do Atlantico a fim de ir defender a villa de S. José do Norte, sitiada pelo revolucionario Onofre Pires.

Avisado da approximação, foi Onofre esperar os legaes nas immediações de Mostardas, onde tomou posição vanta josa: dispunha de 350 praças e os contrarios de mais de 400.

Empenhado o combate, a 22 de Abril, coube a victoria aos revolucionarios; soffreram os legaes a perda de 30 homens, que foram mortos; dos prisioneiros ordenou Onofre o fuzilamento de 12, entre os quaes o capitão Francisco Pinto Bandeira, que debalde implorou misericordia, allegando ser casado e possuir 11 filhos. Dos revolucionarios só ficaram mortos 4.

Entre os prisioneiros achavam-se dois coroneis do exercito, Antonio e Jacintho Pinto de Araujo Corrêa, sob as ordens do paizano Juca Ourives. Este conseguiu fugir com os restos da tropa.

Alimentando a gloria de restaurar Porto Alegre, Bento Manoel marchou, em fins de Maio, certo de conseguir o seu fim, quando a 1.° de Junho encontrou-se ás 8 horas da noite, em uma sanga, junto ao arroio dos Ratos, com forças do revolucionario Bento Gonçalves e sob vivissimo tiroteio viu-se obrigado a retroceder precipitadamente.

Chegando a Pelotas, a 1.° de Junho, João Manoel fez juncção com as forças de Antonio Netto, na intenção de dar combate ás canhoneiras que lhe interceptavam a passagem do rio S. Gonçalo, e para tal designio marchou com toda a columna para o passo dos Negros, fazendo embarcar a infanteria e cavallaria em 3 hiates que encontrára no porto.

Durante toda a noite trabalhou na construcção de dois

reductos, firmados na barra do arroio Pelotas, o da esquerda ao mando do major Mattos e o da direita dirigido por José Ferreira Villaça.

Começou o ataque ás 5 horas da madrugada do dia 2 e prolongou-se até meio dia. Tão certeiros foram os tiros disparados contra os navios legaes, que estes debandaram, grandemente damnificados: a barca *Liberal*, commandada pelo chefe da esquadrilha Joaquim Raymundo de Lamare, afastou-se para a barra do S. Gonçalo, conduzindo a reboque a *Oceano*, commandada por Luiz Alves dos Santos Marques; a *S. Pedro Duarte*, de que era commandante Manoel Joaquim Junqueira, ficou inutilizada e abandonada.

Com um pedaço de metralha foi João Manoel ferido no rosto e impossibilitado de acompanhar a infanteria e artilheria que atravessaram o rio: banhado em sangue, o conduziram em rede para a cidade de Pelotas ([1]).

---

(1) Como no combate do arroio dos Ratos, Bento Manoel, na rapidez da fuga, deixára uma bota no campo da acção e este facto motivára versos chistosos por parte dos republicanos, os legalistas, em represalia, publicaram no *Liberal Rio-Grandense* esta satyra:

> «Fogo e mais fogo!» grita o estulto Lima;
> «Ao saque! ao saque! ó cafilas rusguentas!»
> Eis nossos bravos subditos respondem:
> «Vôa, metralha, e dá-lhe pelas ventas!»
>
> Lá vai na rede o general das pilhas,
> Assaz bem convidado d'esta vez!
> Folga a justiça; as furias se esguedelham;
> Faz a metralha o que o algoz não fez.

Recolhido a bordo da *Presiganga*, em Porto Alegre, o major Manoel Marques de Souza, reconhecendo que o meio unico de pôr termo ás desordens que flagellavam a capital, era libertal-a da oppressão revolucionaria, por meio de uma reacção, entrou em communicação com os legalistas, e, fortemente auxiliado pelo marechal João de Deus Menna Barretto e seu filho general Gaspar Francisco Menna Barretto, conseguiu a restauração da cidade a 15 de Junho de 1836.

Na mesma data o marechal João de Deus proclamou aos porto-alegrenses:

«Habitantes de Porto Alegre! Foi para minorar vossos males, para defender a causa da justiça e da humanidade, que me puz á frente do presente movimento, annuncio feliz de que as armas da legalidade hão de triumphar d'esse partido infame, que tantos horrores tem espalhado sobre a nossa cara patria.

«Acha-se, pois, esta capital livre do perigo que a opprimia, sem que se derramasse uma só gotta de sangue; mas para que continue a manter-se a boa ordem, unica divisa dos defensores do governo legal, eu vos rogo, caros patricios, que me coadjuveis, pondo em pratica vossa prudencia e todas as mais virtudes de que sois dotados, não permittindo que se commetta o mais pequeno insulto, pois só ao governo compete castigar os criminosos.

«Habitantes de Porto Alegre! Vivei tranquillos em vossas casas, e tende confiança nas minhas disposições, que todas se dirigem a prol do vosso socego e do vosso bem estar. Viva o

sr. D. Pedro II! Viva a constituição! Viva a assembléa legislativa! Viva o exmo. sr. presidente dr. José de Araujo Ribeiro! Viva o exmo. sr. general das armas Bento Manoel Ribeiro! Vivam os rio-grandenses amantes da legalidade!»

Restaurada a cidade de Porto Alegre, foram immediatamente postos em liberdade os seguintes cidadãos, prisioneiros dos farrapos: brigadeiros Manoel Carneiro da Silva Fontoura e Thomaz José da Silva; coronel visconde de Castro; major Manoel Marques de Souza; capitães José Pinto de Carvalho, João da Costa, João Machado da Silveira, Antonio Manoel de Souza, Francisco José d'Amorim e Henrique Maucier; alferes Victor d'Oliveira Pinto, Luiz Antonio da Silva e padre Francisco de Paula Macedo.

Foram presos e remettidos para o Rio de Janeiro, a bordo do patacho *Pojuca*, os revolucionorios: dr. Marciano Pereira Ribeiro, ex-presidente; Francisco Xavier Ferreira, ex-presidente da assembléa; José de Paiva Magalhães Calvet, ex-conselheiro; tenente-coronel da guarda nacional Silvano José Monteiro de Araujo, capitão João José Pimentel, ajudante Alexandre Ferreira Ramos, tenente de artilheria Luiz José dos Reis Alpoim, cadete Pedro Carlos da Gama Pitta, tenente Pedro Joaquim dos Reis, Antonio Gonçalves da Silva Sobrinho e Vicente Xavier de Carvalho.

Poucos dias depois da restauração de Porto Alegre, o marechal João de Deus, bastante alquebrado de forças por sua avançada edade, passou o commando ao general Francisco das Chagas Santos.

A 27 de Junho Bento Gonçalves intima a cidade a render-se n'aquelle mesmo dia, antes do pôr do sol, e não sendo obedecido ataca-a no dia 30 por terra com uma força de 1.500 homens e pelo Guahyba com uma esquadrilha chefiada por José Pereira da Silva e composta do brigue *Bento Gonçalves*, commandante o chefe; patacho *Herval*, commandante Miguel Pratico; escuna *Farroupilha*, commandante Juca Mulatinho e um palhabote, commandante Joaquim Gonçalves do Saibro.

Depois de tres horas de sanguinolento combate, foram completamente desbaratados os farrapos.

«Não ganharam um palmo de terra, diz o general Francisco das Chagas em sua proclamação de 7 de Julho [1], á sua voz de avançar e ao saque, intrepidos lhes respondestes: «Legalidade! Victoria!» Vencedores generosos e compassivos, apenas cessou o fogo, ainda por entre o fumo das descargas, correstes a buscar, por entre os cadaveres, os inimigos feridos para salvar-lhes as vidas—perfeito contraste aos ferozes que a sangue frio mutilaram e assassinaram seus contrarios rendidos.»

Os revolucionarios tiveram 14 mortos, ao passo que foi quasi nulla a perda dos legalistas.

Derrotado, Bento Gonçalves recolheu-se com suas forças á capella de Viamão, conservando, porém, impedidas todas as sahidas da capital. Era tambem impraticavel a commu-

---

(1) *Paquete do Rio* n. 184, de 22 de Agosto de 1836.

nicação pela lagoa dos Patos: á sua entrada, na ponta de Itapuan, levantaram uma pequena fortaleza, cuja bateria era commandada pelo portuguez Simeão Barretto, partidario ardoroso dos farrapos. Defronte, na ilha do Junco, haviam erguido um fortim, destinado a cruzar fogos com aquella fortaleza.

Animadas pela victoria, convergiram as forças legaes para estes pontos. A 26 de Agosto desembarcava na Itapuan o brazileiro adoptivo, brigadeiro Francisco Xavier da Cunha ([1]), á frente de 320 soldados de linha e sob o auxilio de uma esquadrilha, ao mando do capitão-tenente Guilherme Parker,

---

(1) Pae do poeta, dramaturgo e inspirado orador politico Felix Xavier da Cunha, uma das glorias rio-grandenses.

É de Felix da Cunha este valentissimo soneto:

7 DE SETEMBRO

Silencio! Não turbeis na paz da morte
Os manes que o Brazil quasi esquecia!
É tarde! Eis que espedaça a lousa fria
De um vulto venerando o braço forte!

Surgiu! A magestade traz no porte
Onde o astro da gloria se irradia!
Vem, grande Andrada, adivinhaste o dia!
Vem juntar ao da Patria o teu transporte!

Recúa! Não se apressa em vir saudal-a!
Cobre a fronte brilhante de heroismo
E soluça! . . . Que tem? Eil-o que fala:

« O' Patria que eu salvei do depotismo!
« Lá vejo a corrupção que te avassalla!
« Não te conheço! »
E se afundou no abysmo!

que obedecia a ordem do vice-almirante João Pascoe Greenfell. Mortifero e rapido realizou-se o ataque. Cerca de 30 homens da guarnição foram mortos, e, no desespero de causa, o chefe Simeão Barretto, cançado de luctar, arrojou-se ao rio e afogou-se. Tomado egualmente o fortim do Junco, ficou restabelecida a navegação da lagoa dos Patos, facilitada a communicação maritima entre Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Quando o dominio legal ia ganhando terreno, entendeu o governo do padre Feijó dar substituto a Araujo Ribeiro, nomeando presidente o marechal Antonio Elisiario de Miranda Britto.

Desgostosa com a nomeação do novo presidente, quando nenhum motivo havia para a demissão de Araujo Ribeiro, a camara municipal do Rio Grande entregou, em data de 3 de Julho, uma representação ao marechal Antonio Elisiario, pedindo retardasse a sua posse, até que o governo central decidisse a petição que n'este sentido lhe dirigira, e fôra levada á côrte em mão do dr. Joaquim Vieira da Cunha.

Como era de seu dever, o marechal não annuiu ao pedido e deu á camara conveniente resposta:

«Acabo de receber a carta que VV. SS. me dirigiram n'esta data, á qual só me cumpre responder que, sendo eu obediente ao governo de S. M. o Imperador, devo executar os seus mandados, e que seria criminoso, si, em contravenção d'elles, annuisse a quaesquer observações que fossem de encontro ás attribuições dos poderes politicos marcados na

Constituição do Imperio do Brazil, que jurei e que estou firme em sustentar ([1]). »

No dia seguinte, empossou-se do cargo perante a municipalidade rio-grandense e publicou proclamação, concitando o povo a restabelecer a legalidade.

Foi, porém, ephemera a sua administração, pois findou a 20 do mesmo mez. O regente attendeu á reclamação dos vereadores; nomeou de novo Araujo Ribeiro presidente da provincia, cargo de que este entrou em exercicio a 24 de Julho. Pouco depois transferia-se para Porto Alegre a séde do governo da provincia.

Sabendo que na capella de Viamão fazia Bento Gonçalves seu quartel general, sahiu de Porto Alegre, a 7 de Setembro de 1836, uma força de legalistas, desejosos de desalojar d'aquelle ponto os farrapos; foram, porém, rechassados e obrigados a retroceder. Portou-se ahi com singular valentia o paizano legalista José Joaquim de Andrade Neves, logo após promovido, por actos de bravura, a alferes da guarda nacional.

Emquanto este successo occorria nos arredores de Porto Alegre, realizavam-se na campanha feitos de valor.

Uma partida de revolucionarios, em que iam os chefes João Antonio, David Canabarro e Jacintho Guedes da Luz, conseguiu debandar uma brigada que se preparava para entrar em acção, ao mando dos coroneis José dos Santos Loureiro e José Maria de Almeida Gama Lobo Coelho d'Eça.

---

(1) *Jornal do Commercio* de 26 de Julho de 1836.

A 7 de Setembro, David Canabarro deu combate ao legalista Albernaz, a quem encontrou nas vertentes do Ibicuhy. Soube-se, pela correspondencia apprehendida, que outro legalista, o major Terencio, occupava-se no Estado Oriental em comprar boa cavalhada para o governo e tencionava entrar na provincia, transpondo o Quarahy, para reunir-se, no logar chamado *Cerca de Fedra*, a seu correligionario, major Lopes, alli acampado com 300 homens d'aquella brigada.

Ao encontro de Terencio, marchou Jacintho Guedes, acompanhado apenas de 40 companheiros valentes. Brilhante exito coroou a empreza do ousado revolucionario. No dia 10 encontraram-se os inimigos. Em um feito de armas feliz, conseguiu Guedes dispersar a gente de seu contrario e tomar conta da excellente cavalhada, em numero de 800 animaes.

Jubilosos com semelhante despojo de guerra, deliberaram os tres chefes João Antonio, Canabarro e Guedes atacar no dia 11 o acampamento de Lopes, para o que dividiram as forças: 65 homens ao mando dos dois ultimos e 80 ás ordens de João Antonio, os quaes ficaram occultos em uma quebrada, como necessario reforço.

Com tanta violencia cahiram os 65 revolucionarios sobre os 300 legalistas, que estes, persuadidos de que iam luctar com forças muito superiores ás suas, abandonaram o terreno. Quando, ao cahir da noite, chegou João Antonio ao campo, encontrou sómente vestigios do acampamento inimigo.

Guedes, que havia sido aggredido a lança, deveu a vida ao facto de trazer enrolado á cintura um poncho; foi, porém,

alcançado nas costas por um golpe de bolas que o fez deitar sangue pela bocca.

As forças legalistas dispersas nos dias 7, 10 e 15 de Setembro iam juntar-se ás de Silva Tavares, que, como dissemos, fôra derrotado no Seival.

No dia 11 do mesmo mez travava-se na villa de Rio Pardo renhido combate entre forças legaes, commandadas pelo tenente-coronel Antonio de Medeiros Costa, e farrapos, chefiados pelo temido Menino Diabo.

Achava-se a cidade entregue a festas commemorativas da restauração de Porto Alegre, quando alli appareceu, a 21 de Agosto, este chefe revolucionario, cujo appellido, por si só, infundia terror.

Á frente de tropas que conduzira em lanchões, o Menino Diabo havia tomado conta da villa, pelo abandono em que a deixaram os poucos soldados que a guarneciam; depois de saqueal-a, officiou ao juiz de paz José Ignacio da Silveira, intimando-o a convocar todos cidadãos validos capazes de engrossar as fileiras revolucionarias. Preparava-se para proseguir em suas excursões depredadoras pela campanha, quandó a 11 de Setembro o surprehenderam forças do tenente-coronel Medeiros, compostas da 3.ª brigada, companhias de Taquary e Santo Amaro e partidas do Cerro do Roque e Pederneiras.

Em numero de 270 homens das tres armas, os farrapos haviam occupado posição vantajosa na ponte do Couto, mas foram destroçados, deixando no campo, mortos 2 officiaes e

35 soldados, e prisioneiros 4 officiaes, 32 soldados e 10 escravos, e bem assim grande quantidade de munições de guerra e de bocca.

Dos legalistas sahiram feridos os capitães Severo, Jardim e Marianno, 2 cabos e 12 soldados.

Commovente foi a entrada da força libertadora em Rio Pardo. Com lagrimas de reconhecimento festejaram as familias este facto, que as desopprimia das violencias do Menino Diabo.

N'esse mez de Setembro de 1836 a causa revolucionaria assumiu novo e gravissimo caracter. Um dos chefes, coronel Antonio de Souza Netto, para dar ao movimento feição inteiramente democratica, resolveu fazer a separação da provincia do Rio Grande do Sul, e, á margem esquerda do rio Jaguarão, em frente ao Estado Oriental do Uruguay, dirigiu a seus commandados esta solemne proclamação:

«Bravos companheiros da 1.ª brigada de cavallaria! Hontem obtivestes o mais completo triumpho sobre os escravos da côrte do Rio de Janeiro, a qual, invejosa das vantagens locaes de nossa provincia, faz derramar sem piedade o sangue de nossos compatriotas, para d'este modo fazel-a presa de suas vistas ambiciosas. Miseraveis! Todas as vezes que seus vis satellites se teem apresentado deante das forças livres, teem succumbido, sem que este fatal desengano os faça desistir de seus planos infernaes. São sem numero as injustiças feitas pelo governo. Seu despotismo é o mais atroz. E soffreremos calados tanta infamia? Não; nossos compatriotas, os rio-

grandenses, estão dispostos como nós a não soffrer por mais tempo a prepotencia de um governo tyranno, arbitrario e cruel, como o actual.

«Em todos os angulos da provincia não sôa outro echo que o de *Independencia*, *Republica*, *Liberdade* ou *Morte.*

«Este echo magestoso que tão constantemente repetis, como uma parte d'este sólo de homens livres, me faz declarar que proclamemos a nossa Independencia Provincial, para o que nos dão bastante direito nossos trabalhos pela Liberdade e o triumpho que hontem obtivemos sobre estes miseraveis escravos do poder absoluto.

«Camaradas! Nós que compomos a 1.ª brigada do exercito liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a Independencia d'esta Provincia, a qual fica desligada das demais do Imperio, e fórma um Estado livre e independente com o titulo de *Republica Rio-Grandense* e cujo manifesto ás Nações civilisadas se fará competentemente.

«Camaradas! Gritemos pela primeira vez:

«Viva a Republica Rio-Grandense! Viva a Independencia! Viva o Exercito Republicano Rio-Grandense!

«Campo de Menezes, 11 de Setembro de 1836.

«*Antonio de Souza Netto*, Coronel commandante da 1.ª brigada.»

A acta da proclamação da republica foi lavrada no dia 12, nos seguintes termos:

«Aos doze dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e trinta e seis, no acampamento volante da costa do

rio Jaguarão, achando-se a primeira brigada de cavallaria em grande parada, estando presente o coronel commandante da mesma, Antonio de Souza Netto e officiaes e officiaes inferiores que subscrevem, por unanime vontade d'estes e tropa da dita, foi declarado que: a provincia do Rio-Grande do Sul, d'ora em deante, se constituia Nação livre e independente, com o titulo de *Republica Rio-Grandense*, não só por ter todas as faculdades para representar entre as demais Nações livres do Universo, se não tambem obrigada pela prepotencia do Rio de Janeiro, que por tantas vezes tem destruido seus filhos, ora deprimindo sua honra, ora derramando seu sangue e finalmente desfalcando-a de suas rendas publicas.

«Por todos os motivos que se declararão em a primeira reunião da Assembléa Nacional Constituinte e Legislativa, protestam ante o Ser Supremo do Universo não embainhar suas espadas, e derramar todo o seu sangue, antes que retroceder de seus principios politicos, proclamados em a presente declaração.»

Assignaram a acta o coronel Antonio de Souza Netto e 52 officiaes, superiores e inferiores.

Acceitando este acto, a camara municipal da villa de Jaguarão reuniu-se a 20 de Setembro, primeiro anniversario da revolução, e declarou ao municipio separada a provincia do Rio Grande das demais do imperio; officiou ao coronel Bento Gonçalves da Silva, convidando-o a dirigir o governo da republica e a designar dia para a eleição da assembléa constituinte.

O officio da camara de Jaguarão deveria chegar ás mãos de Bento Gonçalves, por intermedio de João Manoel de Lima e Silva, que se achava ainda em Pelotas: não seguiu seu destino em consequencia do revez soffrido por aquelle coronel na ilha do Fanfa, com passamos a expôr.

Convencido Bento Gonçalves de que sua estada em Viamão já lhe não offerecia probabilidades de retomar Porto Alegre, ponto que mais se havia fortificado com a recente chegada de Bento Manoel, e tendo noticias dos factos occorridos na fronteira do Jaguarão, onde lhe reclamavam a presença, resolveu abandonar o inutil sitio do Porto Alegre e seguir para o sul, transpondo os rios tributarios do Guahyba.

Logo que soube d'este movimento, o commandante das armas, legal, Bento Manoel, deliberou ir interceptar-lhe a passagem no rio Jacuhy.

Por meio de espiões mandados ao encalço dos farrapos, ficou perfeitamente orientado da marcha e sabedor do local em que pretendiam elles passar o rio para ganhar a margem direita, onde os esperava Domingos Crescencio com um reforço de 400 homens, nas immediações das Charqueadas.

Reuniu o chefe legalista mais de 1.000 homens que embarcou nas canhoneiras (hiates artilhados), sob as ordens de Greenfell, e, subindo o rio, foi esperar os farrapos no ponto escolhido.

Bento Manoel fez desembarcar as tropas no dia 2 de Outubro, á frente dos revolucionarios, á distancia de pouco mais

de um tiro de canhão; guarneceu todas as passagens que conduziam para a campanha, deixando sómente livre a coxilha ([1]) existente ao fundo de um rincão ou recanto formado por uma pronunciada curva do rio Jacuhy. N'esse local, á margem esquerda, ha um bom porto, que apezar de não ter correspondente na margem opposta, offerece passagem facil por meio de balsas, impellidas a vara.

Suppuzeram os farrapos que, transposto o braço de rio e transferida a columna para a ilha do Fanfa, poderiam fuzilar as forças legaes que se approximassem da barranca, ao passo que iriam, pelo lado opposto, atravessando o outro braço, para ganhar a margem direita. Moveu-se Bento Gonçalves na noite de 2 de Outubro para a barranca; fez construir balsas para o transporte; montou uma bateria composta de 3 peças e um obuz sobre uma eminencia que domina o rincão e é a unica por onde se póde transitar, e guarneceu-a com 200 soldados de infanteria.

Appareceram na manhã do dia 3 as canhoneiras de Greenfell, em numero de cinco; hostilizadas vivamente pela bateria da barranca, retiraram-se pouco depois.

Para entreter a attenção dos farrapos, Bento Manoel occupou-se durante esse dia em manter intervallados disparos de artilheria contra a bateria collocada na eminencia, e mandou occultamente, para a ponta da ilha, 400 homens,

---

(1) *Coxilha*, extensa collina de pouca elevação, com pastagens. Chama-se *campo dobrado*, no Rio Grande do Sul, o que apresenta coxilhas parallelamente dispostas.

que deveriam, em dado momento, atacar os revolucionarios pela retaguarda, collocando-os entre dois fogos.

Durante a noite grande parte da tropa de Bento Gonçalves passou-se para a ilha do Fanfa.

Na madrugada do dia 4 de Outubro travou-se o grande e sanguinolento combate.

Commandada pelo coronel de legião Gabriel Gomes Lisboa, a cavallaria legal, apeando-se e servindo-se de armas de fogo, marchou a passo de carga, a fim de tomar a bateria da eminencia, e atravez de cerradas descargas apoderou-se d'ella, destroçando os infantes que a defendiam.

No desespero de salvar-se, muitos rebeldes arrojaram-se a uma balsa para transportar-se á ilha. Com o demasiado peso afundou-se a embarcação e alguns farrapos morreram afogados; outros foram mortos a bala e poucos puderam livrar-se do perigo, fugindo.

Sobre a barranca as peças de artilheria começaram a varrer a ilha a metralha, ao mesmo tempo que as canhoneiras de Greenfell, em repetidos disparos, punham os insulados em situação afflictissima. Serviam-lhes de trincheiras as arvores e os barrancos da ilha. De repente, cessou o fogo dos canhões e ouviu-se espantosa e inesperada descarga de fuzilaria. Eram os 400 infantes legaes que por um dos flancos atacavam as forças rebeldes.

Em face de tamanha audacia, os farrapos repelliram a aggressão a arma branca, desenvolvendo indomita bravura, e obrigando os contrarios a recuar com grandes perdas.

Mortalmente ferido, o commandante legal, tenente-coronel Carlos José Ribeiro da Costa, mandou retirar a sua força.

Cercados os revolucionarios por todos os lados; impossibilitados de receber soccorro da força de Domingos Crescencio, que se achava á vista, na outra margem; reconhecendo que a sua resistencia só daria como resultado alastrar de cadaveres a ilha; extenuados da porfiada lucta e exgottadas as munições, capitularam.

Os farrapos tiveram 120 mortos, grande numero de feridos e entregaram 15 boccas de fogo. Muitos, envergonhados porque não puderam vencer e eram obrigados a depôr suas armas nas mãos do vencedor, ou as inutilizaram ou as lançaram ao rio.

Tiveram os legalistas 40 mortos, entre elles o tenente José Egydio Rodarte, commandante do 3.° corpo de cavallaria de linha.

Permittiu Bento Manoel que se retirassem muitos prisioneiros, concedendo até salvo-conductos a alguns, e remetteu no dia 5 para Porto Alegre 12 officiaes presos—Bento Gonçalves, Onofre Pires, Affonso Côrte Real, Tito Livio de Zambicari e outros.

Como garantia de que não seriam perseguidos os chefes revolucionarios que depuzessem as armas, Bento Manoel deu a seu adversario Bento Gonçalves este importante documento, prova de que houve capitulação:

« Recebo como irmãos e afianço serem livres de perseguições, conforme as ordens do governo do Brazil, os individuos

que se apresentarem e reconhecerem o governo legal do mesmo Brazil e da provincia: os que se acham n'esta ilha, hoje mesmo; os que estão na Charqueada, dentro de quatro dias, e os de Jaguarão e Pelotas no praso de quinze dias, inclusos n'estes todos os chefes que têem acompanhado o coronel Bento Gonçalves da Silva e o mesmo coronel, entregando todo o parque de artilheria, armamentos e munições na occasião de se apresentarem.

«Campo no porto do Fanfa, 4 de Outubro de 1836.— *Bento Manoel Ribeiro*, commandante das armas (1).»

Tal documento nenhum effeito produziu em favor do chefe da revolução: Bento Gonçalves e seus companheiros foram mettidos na *Presiganga* de Porto Alegre e mais tarde transferidos para as fortalezas Santa Cruz e Lage, do Rio de Janeiro.

Entre os presos politicos mandados para o Rio de Janeiro é digno de especial menção Pedro José de Almeida, vulgamente conhecido por Pedro Boticario.

---

(1) D'este documento extrahiu copia na *Presiganga* o popular grammatico e deputado revolucionario Antonio Alvares Pereira Coruja, que a deu ao dr. Assis Brazil (*Historia da Revolução Rio-Grandense*, pag. 180).

O original foi encontrado entre os papeis do revolucionario Domingos José de Almeida e publicado em 1886 na gazeta *Discussão*, de Pelotas.

Não se achava cabalmente informado nosso distincto consocio de Instituto, conselheiro Tristão de Alencar Araripe, quando escreveu no final do § 17, capitulo IV de sua *Guerra Civil do Rio Grande do Sul:*

«A capitulação, jamais provada por documento, foi argumento dos vencidos para encobrir o desastre e attenuar na opinião da provincia os naturaes effeitos d'elle em descredito do movimento revolucionario.»

Quando em Porto Alegre se tratou da fundação da *Sociedade Militar*, gremio de restauradores, portuguezes em sua maior parte, Pedro Boticario, como acinte á *Sociedade*, creou um periodico, tão diminuto no tamanho quanto violento na linguagem, e lhe deu o significativo nome de *Idade de Pau.* A folha jacobina apresentava, abaixo do titulo, uma gravura tôsca, representando um enorme cacete: tanto bastava para indicar a indole do redactor.

Exercia elle, uma occasião, o cargo de juiz de paz, quando lhe foi presente o requerimento em que um portuguez pedia exclusão do alistamento para o serviço da guarda nacional, allegando ser extrangeiro, como provava com a *papeleta* annexa ao requerimento. O Boticario deitou na petição este despacho:

«Como requer, á vista do documento junto, e nem a nação brazileira precisa de aventureiros para o seu serviço, pois que tem em seus filhos a força precisa para sustentar a gloriosa revolução de 7 de Abril.»

Na presidencia do dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga deu-se um facto demonstrativo da coragem de Pedro Boticario, quando se tratava do cumprimento da lei.

O visconde de Camamú, amigo intimo do presidente, julgou-se por esse facto acoberto de responsabilidades, e em um folha retrograda injuriou atrozmente o major João Manoel de Lima e Silva, commandante do 8.° batalhão de caçadores. O official offendido instaurou-lhe processo, de que resultou ser o aggressor condemnado a quatro mezes de cadeia

e multa correspondente á metade do tempo. A sentença fôra lavrada por Pedro José de Almeida, juiz de paz. O visconde appellou da sentença, porém esta foi confirmada. Para proteger ao seu amigo, evitando-lhe vexame, o presidente determinou que o titular fosse cumprir a sentença no quartel do corpo de permanentes. Boticario officiou immediatamente a Fernandes Braga, citando-lhe disposições de lei e requisitando o preso, para que cumprisse a sentença na cadeia, pois *do contrario a lei se tornaria inutil e o crime triumphante, por falta de verdadeira punição.*

A contra-gosto officiou o presidente ao commandante do corpo de permanentes mandando pôr o visconde á disposição do juiz; porém, acto continuo, ordenou se recolhesse o titular ao hospital da santa casa de misericordia, por achar-se doente, conforme lhe havia representado.

Na lucta com o presidente, o Boticario não se deu por vencido. Compenetrou-se de seu papel como homem da lei e dirigiu á primeira auctoridade da provincia este aspero officio:

«Prescindindo da promptidão com que V. Exa. concebeu a inopinada enfermidade do réo, cuja manha é assaz patente a V. Exa., sem se lembrar das artimanhas e ardis que se costumam empregar para illudir a lei e ficar impune o crime, por isso declaro a V. Exa. que jámais julgarei o réo visconde de Camamú á minha disposição, sem o haver recebido, e muito principalmente havendo-o V. Exa. mandado recolher ao hospital, sem eu ser ouvido, estando elle já á minha disposição.

CAPITULO XXXIII

ATTITUDE DE ANTONIO NETTO. INSTITUIÇÃO DA REPUBLICA EM PIRATINY. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES. PROPOSTA DE PAZ. DEMISSÃO DE ARAUJO RIBEIRO. NOMEAÇÃO DO MARECHAL ANTERO DE BRITTO. DEFECÇÃO DE BENTO MANOEL. — 1836-1839.

A GRANDE derrota soffrida pelos farrapos na ilha do Fanfa incutiu extraordinario alento ás forças legaes, que viram n'esse facto a proxima conclusão da guerra.

O presidente Araujo Ribeiro aproveitou o ensejo para, ainda uma vez, chamar á conciliação seus patricios e especialmente os habitantes do Rio Grande e da villa de Piratiny, ponto este em que se congregavam, em avultado numero, os revolucionarios.

Em proclamação datada do Rio Grande, em 22 de Outubro de 1836, dizia elle:

«O triumpho que acaba de adquirir a lei na completa derrota das forças em que mais se escorava o chefe dos rebeldes, a captura d'este e sua seguida ao logar aonde ha muito o chamavam seus crimes, já vos não podem ser desco-

nhecidos, assim como a generosa conducta praticada n'esse acto com vossos companheiros no erro.

«É tempo de ouvirdes os dictames da razão tranquilla, não vos deixando mais illudir por essas cavillosas e mal intencionadas influencias que com ultrage ao céo e ao mundo infelizmente ainda vos dominam. Vêde que elles tocaram ao cumulo da maldade, extorquindo e inutilizando a propriedade alheia, abusando a tal ponto de vossa bôa fé, que se não pejam de incorporar-vos a hombros de africanos! Que execração á posteridade rio-grandense!

«Desviai-vos do precipicio, a que ainda vos arrastam, e vinde ao abrigo da lei reparar os males da patria e chorar a perda de irmãos sacrificados ao capricho da ambição e á hypocrisia de um chefe que ainda na queda deixou satellites que, tendo de o acompanhar a ella, empenham-se por ensurdecer-vos aos gritos da honra, do dever e do verdadeiro interesse.

«Eis o que vos aconselha o presidente da provincia, vosso patricio e amigo ([1]).»

Logo que teve conhecimento do espantoso desastre occorrido a 4 de Outubro, o coronel Antonio de Souza Netto, em uma proclamação vigorosa, concitou de novo os rio-grandenses á lucta, garantindo-lhes victoria.

«Sim, patricios, dizia elle, si um dia ousarem nossos

---

(1) *Jornal do Commercio* de 15 de Novembro de 1836.

antagonistas disputar a contenda, formados em batalha, conto repetireis a terrivel licção do Seival.

« Preparai-vos, amigos, disponde-vos, resignai-vos, que ides ouvir de minha bocca um revez que soffremos, revez ingente, que, em vez de vos desalentar, vos deve animar.

« Hoje, sabei, soldados, que nosso inclito commandante, o exmo. Bento Gonçalves da Silva, na passagem do Jacuhy, sendo atacado por todas as tropas inimigas, resistiu com denôdo, mas, concluidas as munições de guerra, capitulou dignamente, entregando sua pessoa aos algozes e livrando aos bravos que o acompanhavam e que marcham já em tropel a unir-se ao veterano Domingos Crescencio.

« Concidadãos! Nosso chefe está preso entre os seus e vossos verdugos, e é força arrostar perigos para libertal-o.

« Nós marcharemos ao fim, carregando, envolvendo-nos em meio das phalanges contrarias, com a espada em mão, e o heroe será restituido aos nossos braços. Não o duvideis, camaradas; as grandes emprezas são dignas de vós e da magna causa que imos defender. Nós, dominantes das amenas campinas do Rio Grande, senhores dos melhores recursos para a guerra, quem nos roubará a victoria? Quem duvidará do exito de nossas armas?

« Ninguem, que conheça nossa firmeza e posição.

« O revez que soffremos é grande; mas é um só, no circulo de tantos triumphos; por isso, redobrai vosso valor, e venceremos.

« Os Orientaes trabalharam tambem como vós e contra o

mesmo Imperio contra quem lutamos: elles conseguiram sua liberdade e é facil que, protegendo a nossa causa, a victoria em breve se decida por nossa parte.

«Mas eu não conto sinão comvosco, com os vossos braços fortes e armados.

«Valor, pois, e perseverança, concidadãos, e nossa causa triumphará de quantos obstaculos e resistencias o Brazil tódo descarregue sobre nós.

«O homem que trabalha por sua independencia e liberdade, jámais contramarchará, tendo constancia, união e virtuosa conducta.

«Eia, pois, ao proposto fim, o qual é sustentar a guerra, a independencia e liberdade de nossa patria.»

Resolveram os revolucionarios reunir-se na villa de Piratiny e lançar as bases da constituição republicana. Ahi chegado a 1.° de Novembro, o commandante das armas interino, João Manoel de Lima e Silva, foi eleito commandante em chefe das forças revolucionarias, durante o impedimento de Bento Gonçalves da Silva.

De toda a parte da provincia affluiam cidadãos a Piratiny, arrastados pela curiosidade de assistir á inauguração solemne e definitiva da republica e á eleição dos membros que a deveriam compôr.

A 5 de Novembro reuniu-se a camara municipal em sessão preparatoria, em que tomaram parte os vereadores Vicente Lucas de Oliveira, presidente, Seraphim José da

Silveira, José Pereira da Silva Cacorio, João Antonio de Moraes, Antonio Corrêa da Silva e Francisco Moreira da Silva Verde.

Declarou o presidente que a sessão tinha por exclusivo objecto proclamar n'aquelle municipio a independencia e a republica, acto necessario não só por estar de accordo com a maioria do povo rio-grandense, como porque era o unico recurso que tinham os patriotas, deante da perseguição desenvolvida pelo governo brazileiro; propoz a independencia e a republica, com a clausula de poder o novo Estado ligar-se pelos laços da federação ás provincias do Brazil que adoptassem o mesmo systema de governo; propoz mais que se tratasse immediatamente da eleição do pessoal administrativo, e que n'este sentido se consultasse a opinião do commandante em chefe do exercito, e fosse elle convidado a vir perante a camara prestar juramento á republica. Approvadas estas medidas, foi uma commissão composta de tres membros transmittir o convite a João Manoel, que por doente não poude cumprir a formalidade, mas indicou para presidente da republica o cidadão Ignacio José de Oliveira Guimarães.

Foi designado o dia 6 de Novembro para a definitiva installação da republica e eleição de seus primeiros magistrados.

O popular comicio attrahiu grande multidão ao edificio da camara municipal de Piratiny: viam-se alli os cidadãos preponderantes da situação: coronel Antonio de Souza Netto, formosa physionomia, que sabia reunir a graça do cavalheiro

á energia do soldado; José Gomes de Vasconcellos Jardim, descuidoso do peso dos annos e da fortuna com que a sorte o quinhoára; Domingos José de Almeida, o ardoroso mineiro, uma das mais sisudas cabeças da revolução; Joaquim Pedro Soares, tenente-coronel, ajudante general e commandante do 1.° corpo de lanceiros, formado de escravos arrebatados pelos farrapos; major Joaquim Teixeira Nunes, typo de destemido gaúcho, cuja valentia mereceu elogios de Garibaldi; padre Miguel Justino Garcez Moncada, tenente-coronel José Alves de Moraes, Antonio Vicente da Fontoura, dr. Antonio Pereira de Sequeira Leitão, major José Marianno de Mattos, capitão Manoel de Macedo Brum da Silveira, advogado José Pinheiro de Ulhoa Cintra.

Procedida a eleição, obteve maioria de votos, para presidente da republica rio-grandense, o coronel Bento Gonçalves da Silva.

Foram eleitos em seguida quatro vice-presidentes: Antonio Paulo da Fontoura, conhecido por Antonio Paulino, José Marianno de Mattos, Domingos José de Almeida e Ignacio José de Oliveira Guimarães.

Como não fosse conveniente que durante a ausencia de Bento Gonçalves se mantivesse interino o supremo governo da republica, resolveu-se eleger um substituto effectivo: para o novo cargo foi eleito José Gomes de Vasconcellos Jardim. Todas estas auctoridades prestaram logo juramento e entraram em exercicio de suas funcções, compromettendo-se a resignal-as no seio da assembléa geral constituinte, que

seria convocada quando as eventualidades da guerra o permittissem.

Estava installada a Republica Rio-Grandense ([1]).

Ao assumir a presidencia, Vasconcellos Jardim nomeou seus auxiliares de administração: Domingos José de Almeida, ministro do interior e interino da fazenda; José Marianno de Mattos, ministro da guerra e interino da marinha, e dr. José Pinheiro de Ulhoa Cintra, ministro da justiça e interino de extrangeiros.

Por decreto de 8 de Novembro, aboliram-se os postos de brigadeiro, marechal de campo, tenente-general e marechal de exercito: foram substituidos pela patente unica de *general.*

A 12 do mesmo mez decretou-se o seguinte escudo de armas:

«O escudo de armas do estado rio-grandense será em fórma de um quadrado, dividido em tres côres, assim dispostas:

«A parte superior, junto á haste, verde, formada por um triangulo isósceles, cuja hypotenusa é parallela á diagonal do quadrado.

«A parte central, escarlate, formada por um exágono

---

(1) Quando a Porto Alegre chegou a noticia da proclamação da republica, os imperiaes a alcunharam, por desprezo, *republica de Piratiny* e deram á nova administração o nome de *governicho*. A *Gazeta Mercantil*, da capital, em seu numero de 31 de Dezembro de 1836, fez a respeito do presidente republicano o seguinte commentario:

«Foi este pobre velho José Gomes, junto com o quadrupede Onofre Pires, quem os sediciosos acharam com mais aptidão para encarregal-os da abertura da revoltante scena da sua rebellião, quando em Setembro do anno passado, sob pretexto de expulsarem o presidente Fernandes Braga, se apoderaram d'elle, para depois irem gradatim conduzindo agua ao seu moinho.»

determinado pela hypotenusa d'aquelle triangulo e pela de outro egual, symetricamente disposto, côr de ouro, que formará a parte inferior ([1]).»

Foram logo promovidos a generaes os chefes Bento Gonçalves da Silva, David Canabarro, João Antonio e Antonio de Souza Netto.

Dos ministros nomeados foi Domingos José de Almeida o que mais trabalhou e se distinguiu na organisação interna dos serviços publicos, em relação a finanças, conseguindo um regular systema fiscal, com o estabelecimento de impostos destinados a manter as despezas da guerra.

Dotado de grande tino administrativo, fundou uma repartição com o titulo de Thesouro Publico, dirigido por elle, ministro da fazenda, auxiliado por um contador e escripturarios, e tendo como subordinados collectores municipaes incumbidos da arrecadação das rendas.

Muitas medidas de elevado alcance foram postas em pratica por este homem superior, em quem concorriam raras qualidades para optimo governo. A elle deveu a republica a

---

(1) Para maior clareza, representamos typographicamente o escudo revolucionario n'esta figura :

conversão da moeda de cobre, operação realizada com exito e não conseguida pelos imperiaes; a lei da nacionalização dos extrangeiros; o regular serviço da exportação de gado; estabelecimento de colonias no Alto Uruguay; protecção ás industrias de cortume e fabricas de arreios; levantamentos de emprestimos internos; cunhagem de moeda de cobre; emissão de moeda papel; a mudança da séde do governo, de Piratiny para a villa de Caçapava, local menos exposto a assaltos do inimigo; direcção da imprensa official; regularização do serviço de correios; austera distribuição de justiça; installação de escolas de instrucção primaria; arrendamento dos bens abandonados pelos legaes; redacção do pacto constitucional e muitos outros trabalhos, reveladores de levantadas vistas.

Instituida a republica, recobraram novo animo os farrapos, dispostos a vingar a derrota do Fanfa, pondo em evidencia o valor de suas armas. O anno de 1836 não deveria findar sem uma satisfactoria desforra.

E, com effeito, a 17 de Dezembro, forças commandadas pelo legalista coronel João da Silva Tavares, em marcha para Jaguarão, viram-se perseguidas tenazmente pelos soldados do bravo David Canabarro; travado o combate, soffreram a perda de 8 soldados, mortos, e aprisionados 5 officiaes e 30 praças de pret. Para não sacrificar sem resultado a sua gente, Silva Tavares capitulou, de modo honroso ([1]).

Não era o presidente da republica homem de guerra.

([1]) *Jornal do Commercio* de 16 de Janeiro de 1837.

Impellido á causa dos farrapos pela necessidade que reconhecia de se dar ao Rio Grande do Sul governo consentaneo com as suas aspirações, Vasconcellos Jardim, ao occupar o supremo cargo, imaginou poder conseguir, por sua influencia pessoal, a pacificação do Rio Grande, sem quebra de dignidade para os companheiros de luctas. O sangue derramado em tantos combates, sem uma solução definitiva, reclamava dos chefes um movimento generoso. Só uma condição exigia o sincero democrata, para que a concordia reatasse os vinculos da familia rio-grandense: o reconhecimento da republica. Admittida a extranha possibilidade—pretenção de todo ponto ingenua e insubsistente—enviou dois emissarios ao commandante das armas, brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, incumbidos de entrar em negociações de paz.

Como era de esperar, não poude effectuar-se a conciliação. No officio dirigido ao presidente legal, Bento Manoel expõe o melindroso assumpto do seguinte modo:

«Illmo. e Exmo. Sr.—Conforme me havia assegurado o anarchista Antonio de Souza Netto e eu participei a V. Exa. no meu officio de 30 de Dezembro, vieram hontem Antonio Paulo da Fontoura e Joaquim Pedro Soares, auctorizados por José Gomes de Vasconcellos Jardim, que se intitula presidente da republica do Rio Grande, para fazer as proposições tendentes a se terminar a guerra.

«Foram, porém, tão exorbitantes as proposições que me fizeram e todas ellas tendentes a um explicito reconhecimento da phantastica republica, que tive de desprezar, e

hoje me puz em marcha sobre os rebeldes com o designio de os bater.

«Elles seguem com direcção ao Velleda e acredito que d'ahi farão a mesma volta que da viagem passada e com o fim de nos cançar e estragar a cavalhada, e esta columna necessariamente tem de seguir na retaguarda d'elles.

«Asseguro, porém, a V. Exa. que, conseguindo approximar-me a elles, o menor descuido que tiverem farei aproveitar. — Deus Guarde a V. Exa. — Campo em marcha no Seival, 1.º de Janeiro de 1837. — Illmo. e Exmo. Sr. José de Araujo Ribeiro. — *Bento Manoel Ribeiro* [1].

Interessado em manter entre os rio-grandenses os principios religiosos, o governo republicano investiu o venerando padre Francisco das Chagas Martins Avila do cargo de vigario apostolico, com prerogativas de bispo, encarregado de superintender todos os assumptos religiosos e ao qual deviam os sacerdotes da provincia inteira obediencia.

Reconhecendo o governo rebelde a necessidade de manter estreitas relações de amizade com as republicas sul-americanas, commissionou o cidadão Antonio Manoel Corrêa da Camara para ir ao Paraguay entabolar tratado de mutua protecção; porém o dictador Francia, ou porque desconfiasse da estabilidade do novo regimen ou porque não desejasse indispôr-se com o Brazil, recusou annuir ás propostas da embaixada.

---

(1) *Jornal do Commercio* de 18 de Fevereiro de 1837.

Desprezadas as negociações de paz, o general Bento Manoel, para vingar-se da derrota soffrida pelo coronel Silva Tavares, marchou contra os farrapos e em Velleda, a 3 de Janeiro de 1837 e na Candiota, a 4 do mesmo mez, conseguiu derrotar forças de Antonio de Souza Netto, tomando-lhes 5 peças de artilheria.

Prolongava-se a lucta, sem gloria para os contendores, quando a assembléa legislativa imperial auctorizou o presidente da provincia a pôr em execução medidas violentas contra os farrapos, as quaes foram outros tantos motivos para accentuar ainda mais os odios entre os belligerantes.

Foi o presidente auctorizado:

I—A prender e conservar em prisão, sem sujeitar a fórma alguma de processo, os individuos complicados em crimes de resistencia, conspiração, sedição ou homicidio.

II—A expellir do Rio Grande do Sul os perturbadores da ordem.

III—A mandar varejar as casas, de dia ou de noite, para a prisão dos criminosos, apprehensão de armas e munições.

IV—A prohibir o funccionamento de sociedades secretas.

V—A mandar dissolver pela força reuniões publicas suspeitas.

VI—A marcar praso aos officiaes do exercito e da armada para se apresentarem a serviço, sob pena de perderem seus postos em caso de desobediencia.

VII—A mandar recrutar os guardas nacionaes que se recusassem ao serviço.

Vendo o governo imperial que a guerra civil continuava, a despeito de todas as providencias postas em acção, e persuadido de que só um official superior, habil em assumptos bellicos, poderia, sob o prestigio da espada, pacificar a provincia, nomeou o marechal Antero José Ferreira de Britto para exercer os cargos de presidente e commandante em chefe do exercito. Este official entrou em exercicio de suas funcções, em Porto Alegre, a 5 de Fevereiro de 1837.

Como um acinte ao novo presidente, os farrapos, em numero superior a 400, sob o mando de Agostinho de Mello, foram, a 10 do mesmo mez, atacar a villa de Rio Pardo, defendida por 140 praças legaes.

Logo que a força republicana se approximou da villa, metade dos defensores fez juncção com os assaltantes; no combate morreram 70 soldados imperiaes, sendo insignificante a perda dos rebeldes.

Bento Manoel desgostou-se profundamente com a demissão de Araujo Ribeiro e nomeação do marechal Antero de Britto, e, desejoso de dar áquelle illustrado rio-grandense uma prova de alto apreço, resolveu regressar aos antigos arraiaes, passar-se para os farrapos, incorrendo embora na pecha de transfuga duas vezes. Fazia pasmar a dubiedade de caracter d'este homem valente. A historia rio-grandense não teve traidor de mais nomeada.

Por esse tempo, achava-se internado na provincia o caudilho oriental Fructuoso Rivera, rival de Manoel Oribe. Este havia assumido o cargo de presidente da republica do

Uruguay, facto devido á protecção emanada do dictador argentino, João Manoel de Rosas.

O brigadeiro Bento Manoel entendeu-se com Rivera, e prometteram ambos proteger-se mutuamente.

Tanto Rivera como o general João Lavale foram obrigados a seguir para Porto Alegre e ahi permaneciam sob a vigilancia das auctoridades.

Para inutilizar os tramas do conspirador oriental, o marechal Antero de Britto aconselhou-o a ir ao Rio de Janeiro valer-se de influencias officiaes e conseguir voltar para seu estado natal, onde Oribe dar-lhe-ia conveniente posição.

Rivera, porém, que se não satisfazia com collocação subalterna, mas aspirava o cargo de presidente de seu paiz, recusou a proposta do marechal, pelo que foi considerado prisioneiro.

Dando conta d'esta prisão que cautelosamente havia effectuado, Antero de Britto pediu ao governo imperial destituição de Bento Manoel do cargo de commandante das armas, por ser voz corrente que o brigadeiro premeditava depol-o da presidencia.

No duplo intuito de fazer abortar o plano de Bento Manoel e de destruir a republica de Piratiny, infligindo aos rebeldes a mais completa das derrotas, o marechal seguiu para o interior da provincia, acompanhado de uma guarda de poucas praças.

Havia expedido ordens para que o coronel Gabriel Gomes Lisboa, que se achava em Rio Pardo com 600 homens, se fosse juntar ao tenente-coronel João Chrysostomo da Silva,

estacionado em Caçapava com 900 soldados das tres armas: reunidas as duas forças, marchariam contra os rebeldes collocados em Jaguarão e Piratiny.

Encaminhava-se o presidente Antero de Britto para Caçapava, quando, a 23 de Março de 1837, viu-se acommettido no passo de Itapevy e aprisionado por uma força de 100 homens, commandada pelo proprio Bento Manoel. A deslealdade d'este militar causou justa indignação na provincia. Muitas satyras foram cantadas e publicadas contra a sua absoluta falta de caracter politico [1].

---

(1) D'entre as muitas satyras, arrojadas como lanças de arremesso contra Bento Manoel, apresentamos as seguintes:

Póde um altivo humilhar-se,
Póde um teimoso ceder,
Póde um pobre enriquecer,
Póde um pagão baptizar-se,
Póde um avaro prestar-se,
Um lascivo confessar-se,
Póde um mouro ser christão,
O arrependido salvar-se;
Tudo póde ter perdão:
Só o Bento Manoel—não!

Quando elle, de revolucionario que era, passou-se para os legalistas, os farrapos vingavam-se de sua perfidia, cantando:

Quem é do inferno instrumento?
O Bento.
Quem da traição é painel?
Manoel.
Quem ao inferno vai primeiro?
Ribeiro.
Para soffrer no brazeiro?
O Bento Manoel Ribeiro.

Na occasião de ser preso, Antero de Britto trazia comsigo quantia superior a sete contos de réis, pertencente aos cofres da provincia: tal importancia passou ao poder dos farrapos.

No processo instaurado em Porto Alegre contra Bento Manoel, seu filho dr. Sebastião Ribeiro e mais quatro cidadãos, por crime de sedição e de rebellião, figurou tambem o crime de roubo. Este processo foi posteriormente annullado pela geral amnistia.

Na mesma data de 23 e na de 24 de Março dirigiu Bento Manoel officios aos generaes Bento Corrêa da Camara, Manoel Carneiro da Silva Fontoura, Gaspar Francisco Menna Barretto, João de Deus Menna Barretto e Francisco das Chagas Santos, convidando-os a acompanhal-o na traição. Servia-se dos seguintes termos:

«Conhecendo os infinitos males que o despotismo e arbitrariedade do brigadeiro Antero José Ferreira de Britto faziam pesar sobre os mais distinctos e leaes rio-grandenses e bem assim os que por sua pessima administração ameaçavam submergir para sempre em um pélago de desgraças esta infeliz provincia, prendi-o, para evitar, emquanto é tempo, o precipicio a que, em tão curto espaço, nos ia elle arrojando.

Uma corajosa republicana rio-grandense, D. Joaquina Borges, mulher de João Borges Pereira, morador em S. José do Hortensio, ao saber que Bento Manoel se bandeára para os imperialistas, mandou comprar um copo com duas caras. Algum tempo depois, succedeu passar por alli Bento Manoel e pedir agua áquella sincera farrapa. Ao servil-o, D. Joaquina apontou para o vaso, dizendo:

— Este copo está muito a proposito para V. Exa!

Bento Manoel riu-se e bebeu.

« Posso assegurar a V. Exa. que com este passo se extinguirá entre nós a guerra civil, si V. Exa. lhe prestar coadjuvação, como espero de seus serviços e patriotismo.

« Tudo se harmonizará: os republicanos desistem de seus projectos e se submettem ao governo imperial, si quanto antes vier occupar a vice-presidencia o dr. Joaquim Vieira da Cunha, e si fôr entregue ao brigadeiro Gaspar Francisco Menna Barretto o commando da guarnição d'essa cidade (1).

« Adoptadas estas medidas, eu respondo ao governo imperial pela detenção do brigadeiro Antero de Britto.

« É ainda necessario que se faça, quanto antes, partir para entre seus companheiros o general D. Fructuoso Rivera; na certeza de que o dito brigadeiro responderá com a vida a toda a omissão que haja a este respeito.

« Espero que V. Exa. aproveitará esta occasião para fazer mesmo um distincto serviço á nossa patria, promovendo efficazmente a conclusão d'este assumpto. »

Preso o presidente da provincia e por este facto desmoralizadas as forças legaes, tornou-se facil aos farrapos a tomada de Caçapava: para esta villa dirigiu-se o general Antonio de Souza Netto e a 7 de Abril de 1837 occupou-a, sem se disparar um tiro. Entregaram-se os 900 homens das forças de João Chrysostomo, passando ao poder dos farrapos 15 peças de artilheria e mais de 4.000 armas de infanteria.

De posse de Caçapava, reuniram-se os chefes republi-

---

(1) Porto Alegre.

canos, inclusive Bento Manoel e Fructuoso Rivera, evadido de Porto Alegre, e a 14 de Abril nomearam o general Antonio Netto commandante em chefe das forças revolucionarias, o qual d'alli marcharia á villa de Rio Pardo e, em seguida, poria em sitio a capital da provincia.

Com effeito, Antonio Netto chegou a Rio Pardo com 300 homens, ao Triumpho com 400, passou os rios Cahy e Gravatahy a 6 de Maio; no dia 11 intimou Porto Alegre a render-se e a 13 montou uma bateria em uma collina proxima á cidade. Por maiores, porém, que fossem os esforços empregados em assaltar a capital, não conseguiu seu intento o valente commandante farrapo. Foi-lhe impossivel vencer a resistencia opposta pela guarnição da cidade [1].

Porto Alegre dispunha então de 700 praças de infanteria, 250 de cavallaria e muitos paizanos armados. Todo o lado de terra achava-se entrincheirado e forte de 22 peças de artilheria.

No impedimento de Antero de Britto, governava a provincia o vice-presidente Americo Cabral de Mello.

Em proclamação de 5 de Abril, feita em Pelotas, dizia o commandante superior dos guardas nacionaes, coronel João da Silva Tavares:

---

(1) Como zombaria ao projecto do general Antonio Netto de tomar a capital da provincia, os imperialistas cantavam:

> Senhor Netto, vá-se embora,
> Não se metta a capadocio:
> Vá cuidar dos parelheiros,
> Que fará melhor negocio.

«Bravos defensores da legalidade! A todos vós é patente o facto mais horroroso e só proprio d'esse traidor que pela segunda vez é perjuro ao Imperador e ingrato á sua patria.

«Sim, o Exmo. Sr. presidente, o brigadeiro Antero José Ferreira de Britto, foi traiçoeiramente arrancado do seio dos legalistas e entregue aos anarchistas pelo ex-commandante das armas Bento Manoel Ribeiro.

«Este horroroso attentado, só digno de um monstro com figura humana, prova exuberantemente que este perfido se desligou da communhão brazileira.

«Os bravos defensores da legalidade, Gabriel Gomes, Gama Lobo, Bonifacio Calderon e João Chrysostomo marcham a bater os anarchistas e a resgatar o presidente legal.

«Não trepideis, pois, na escolha do dever ou da indifferença; quem vos fala é vosso patricio e fiel companheiro [1].»

A 14 do mesmo Abril era Bento Manoel exonerado do commando das armas da provincia, *por assim o haver requerido*, dizia o decreto [2].

Para substituir o presidente e o commandante das armas, nomeou o governo o tenente-general Francisco das Chagas Santos, que assumiu o exercicio dos dois cargos a 16 de Maio de 1837, e logo depois, a 6 de Junho seguinte, era substituido pelo cidadão Feliciano Nunes Pires, que nada fez em favor de sua terra natal.

---

(1) *Jornal do Commercio* de 21 de Abril de 1837.

(2) *Jornal do Commercio* de 2 de Maio de 1837.

No governo do general Chagas houve idéa de ser pacificada a provincia. O commandante da esquadrilha, João Pascoe Greenfell, e coronel Silva Tavares chegaram a entabolar um armisticio com o coronel farrapo Domingos Crescencio, que occupava Pelotas. Greenfell incumbiu-se de levar a Porto Alegre dois parlamentarios para entender-se com Antonio Netto, na capella de Viamão ou Setembrina e com o general presidente da provincia, sobre as condições em que deveria ser firmada a paz.

Chagas não concordou com o armisticio, e mallogrou-se a generosa conciliação.

A continua mudança de presidentes prejudicava a causa legal, pois era considerada pelos farrapos como evidente signal de fraqueza.

Em proclamação datada de 25 de Junho, o commandante republicano Antonio Netto concitava os legaes á paz.

Assim dizia elle do campo em marcha dos Palmares aos habitantes do Curral Alto:

«Compatriotas! O orgulhoso grito dos despotas que então vos opprimia, hoje succumbe ante esta pequena cohorte de homens livres que vedes acompanhar-me. Elles empunham a cortadora espada, não para vos escravizar, mas para vingar ultrages que haveis feito; não para seguir o terrivel direito de conquista; não para exigir tributos do innocente sangue por vós e vossos cumplices derramado, e sim para dar-vos a liberdade, para restituir cidadãos á republica, filhos a uma patria, hontem patrimonio do Brazil e hoje nação independente. . .

«Abjurai o dominio braziliense, dominação injusta e oppressora; attentai sómente que chegou o praso, a epocha feliz que marcada estava pela mão superior para a regeneração do Rio Grande, e que defendeis hoje aquelle mesmo direito que defendeu o Brazil, quando se desligou de Portugal ingrato.

«Amados concidadãos! Extincta a vossa illusão, extincta está a guerra em nossa patria. Abandonai a venda do engano e vinde com firmeza a nossos braços.

«Vossas pessoas, vossas familias e vossas propriedades serão religiosamente respeitadas. Uma constituição, que jurámos no dia de nossa emancipação, vos afiança o infallivel goso de taes direitos...»

Na infeliz administração de Feliciano Pires soffreram os legaes completa derrota em combate havido na freguezia do Triumpho. Ahi se achava o coronel Gabriel Gomes com uma guarnição de 352 praças, quando foi aggredido por forças em numero de 700 sob o mando de Antonio Netto. Travou-se renhidissima lucta a 12 de Agosto de 1837. Os imperiaes viram-se obrigados a ceder ao numero; tiveram 14 mortos, 30 prisioneiros e 100 extraviados. Ahi morreu combatendo como um heróe o valente chefe Gabriel Gomes Lisboa.

Emquanto occorriam estes graves acontecimentos no Rio Grande do Sul, soffria o governo do paiz profunda alteração. Cançado de arcar contra a perseguição tenaz e violenta que lhe moviam adversarios politicos, o regente padre Diogo

Antonio Feijó entregou o supremo cargo que exercia ao ministro do imperio Pedro de Araujo Lima [1].

Deu-se esta mudança a 19 de Setembro de 1837.

No dia 20, constava do programma governamental estes topicos em relação á guerra do sul:

«A ninguem se esconde que debellar e escarmentar a rebellião é um dever de todos os brazileiros; é o interesse vital da verdadeira liberdade, essencialmente ligado á união e integridade do Brazil. O governo não perderá instantes, não poupará esforços para restaurar alli o imperio da lei.»

Designado interinamente regente do imperio, Pedro de Araujo Lima, reconhecendo que o Rio Grande do Sul necessitava de um official experimentado, que por meio de bem combinadas operações conseguisse pôr termo á anarchia, nomeou presidente o já conhecido marechal portuguez Antonio Elisiario de Miranda Britto.

A 3 de Novembro de 1837 tomou elle posse, em Porto Alegre, dos cargos de presidente e commandante em chefe do exercito imperial.

Quanto ao marechal Antero de Britto, preso por Bento Manoel, foi por este conduzido para Alegrete; d'ahi para a

---

(1) Sobre este facto notavel na politica brazileira escreveu o conselheiro Araripe em sua citada obra:

«Arguido por haver dado o poder ao partido adverso, respondia o regente demissionario. «Chamei os amigos, pedindo lhes conselho, e como não consultava si devia abdicar porque isso estava por mim resolvido, mas sim a quem devia entregar o governo, e Paula Souza dissesse na ultima conferencia que o Pedro de Araujo podia ser um bom rei constitucional, a elle entreguei a regencia.»

costa do Quarahy, d'onde o fizeram vir a Piratiny; d'este ponto seguiu para a Setembrina. Chegado ao quartel general dos farrapos, foi ajustada troca de prisioneiros: a liberdade do marechal, effectuada a 9 de Janeiro de 1838, importou na liberdade do revolucionario coronel Francisco de Paula do Amaral Sarmento Menna, preso dos legaes.

Passou-se o marechal immediatamente para Porto Alegre; pouco depois, seguia para o Rio de Janeiro.

É agora de opportunidade relatar o que occorreu aos chefes revolucionarios, aprisionados por Bento Manoel no combate do Fanfa.

Após alguns dias de prisão a bordo da *Presiganga*, fundeada defronte de Porto Alegre, foram transferidos para a fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, Bento Gonçalves, Onofre Pires, Affonso Côrte Real, Zambicari, Pedro Boticario e outros rio-grandenses.

Conseguiu Zambicari expôr seu estado ao consul ou ministro italiano, e, por interferencia d'esta auctoridade, poude livrar-se da prisão, com a condição imposta de abandonar in-continenti o Brazil. Teve deportação para a Europa.

Bento Gonçalves e Pedro Boticario foram mudados para a fortaleza da Lage.

Uma noite, proporcionou-se a ambos excellente opportunidade para fugirem. Achava-se a pequena distancia a embarcação que os deveria receber; atravessaram estreito corredor

subterraneo: forçavam uma grade de ferro, quando, após enormes difficuldades, reconheceram que só Bento Gonçalves poderia passar por entre os varões deslocados. Pedro Boticario viu com tristeza que era demasiadamente gordo para fugir por alli. Conformou-se em ficar. Bento Gonçalves, porém, comprehendendo a grave responsabilidade que sua evasão acarretaria ao leal amigo e correligionario, cedeu ao impulso de seu coração generoso. . . e voltaram ambos para o carcere.

Affonso Côrte Real e Onofre Pires conseguiram fugir da fortaleza de Santa Cruz na noite de 10 para 11 de Março de 1837, e regressar ao Rio Grande do Sul, onde reassumiram suas posições entre as forças republicanas.

Cinco mezes depois d'este facto, ordenou o governo que fosse mudado Pedro Boticario para uma fortaleza de Pernambuco e transferido Bento Gonçalves para o forte do Mar ou fortaleza de S. Marcello, na Bahia.

O illustre bahiano Francisco Gê Acayaba de Montezuma, então ministro da justiça, expediu, em data de 9 de Agosto de 1837, officio reservado ao presidente da provincia da Bahia, Francisco de Souza Paraiso, recommendando toda vigilancia para com o chefe revolucionario:

«Logo que ahi chegue o brigue de guerra *Constança*, V. Exa. expeça as ordens que forem convenientes para que o preso Bento Gonçalves da Silva seja recolhido á prisão mais segura, quer civil, quer militar, ficando V. Exa. por elle estrictamente responsavel.»

Julgou o presidente que a prisão mais segura para Bento

Gonçalves era a fortaleza de S. Marcello e para ahi o enviou, a 26 de Agosto, com muitas recommendações ao commandante.

A despeito, porém, de todas as cautelas, poude o republicano rio-grandense entrar em relações com muitos bahianos sympathicos á sua causa e especialmente com a maçonaria. Em poucos dias concertou-se um plano de evasão, que deveria surtir o mais completo resultado.

Bento Gonçalves conseguiu do commandante permissão para tomar banhos de mar, e, ás 10 horas da manhã de 10 de Setembro de 1837, evadiu-se, nadando valentemente ao encontro de uma canôa de 8 remos, que o esperava.

Conduzido com rapidez á ilha de Itaparica e ahi recebido por amigos dedicados, pouco depois passava para a cidade do Salvador, onde, após um mez de esconderijo, embarcou a 7 de Outubro para o Desterro, capital da provincia de Santa Catharina. Proporcionou-lhe conducção o rio-grandense, ex-consul de Hamburgo, Antonio Gonçalves Pereira Duarte, proprietario do patacho *Estrella do Sul.*

De Santa Catharina transportou-se, por terra, ao Rio Grande do Sul e foi, entre acclamações de enthusiasmo, reassumir o commando em chefe das forças revolucionarias e empossar-se do cargo de presidente da republica.

É de conveniencia historica mencionar-se aqui a participação official da evasão de Bento Gonçalves, documento existente no archivo publico do estado da Bahia:

«Illmo. e Exmo. Sr. — Logo que aqui chegou o preso

Bento Gonçalves da Silva, mandei-o recolher á prisão mais segura, qual a Fortaleza do Mar, responsabilizando por elle o respectivo commandante, como se vê da copia n. 1, e expedindo a ordem da copia n. 2, para ir um official de patente commandar o destacamento estacionado n'aquella Fortaleza, além de outras recommendações verbaes, que fiz no dia seguinte ao dito commandante da mesma Fortaleza, fazendo-lhe então ver que tinha mandado fundear, na proximidade d'ella, a barca de guerra n. 1, para lhe prestar qualquer auxilio que fosse necessario, pelo que se deveria entender com o commandante da dita barca; e tendo recebido na noite do dia 2 d'este mez uma carta anonyma, communicando-me que tentava fugir aquelle preso, ordenei n'essa mesma noite que mandassem á mencionada Fortaleza os escaleres do brigue-barca *29 de Agosto*, que depois rendeu aquella barca, a fim de vedar que se pudesse realizar a denunciada fuga, segundo o mostram as copias ns. 3 e 4; e no dia seguinte, mandando chamar o commandante da Fortaleza, lhe fiz ver aquella carta, recommendando-lhe toda cautela e vigilancia, e recordando-lhe a sua responsabilidade e que se prevenisse de qualquer illusão que lhe pudesse ser tramada, e porque me dissesse o mesmo commandante ter alguma suspeita d'um sargento e um soldado, dos que compunham o destacamento da Fortaleza, immediatamente os mandei substituir por outras eguaes praças e continuar em todas as noites as rondas já ditas dos escaleres.

« Em resultado de tantas recommendações minhas, recebi,

antes de hontem, d'aquelle commandante da Fortaleza, o officio de copia n. 5, e quando contava com a boa guarda do preso, aconteceu que hontem, pelas dez horas da manhã, se evadisse elle pela maneira que se deixa colher das partes tambem juntas por copias ns. 6 e 7, occorrendo a circumstancia mencionada no meu officio de copia n. 8, dirigido ao commandante das armas para a prisão e julgamento, tanto do commandante da Fortaleza como do do destacamento [1].

«Immediatamente que foi percebido este acontecimento, nem eu, nem o intendente da marinha poupámos uma só diligencia que pudesse ser empregada, fazendo partir em seguimento da canôa que conduziu o preso quantos escaleres se puderam expedir do arsenal, bem como de bordo do brigue-barca, logo que o respectivo commandante poude perceber a referida fuga, e assim tambem foi expedido um official acompanhado da ordem n. 9 e outro da mesma fórma acompanhado da de n. 10, e de algumas praças, além da circular por copia n. 11, que n'essa occasião dirigi ás auctoridades policiaes mais proximas, com especialidade ás do littoral, não se tendo até ao presente conseguido a captura do referido preso, constando apenas que elle saltára no logar denominado *Ponta do Manguinho*, onde foi achada a canôa, em que se evadira, pela gente de um dos escaleres que a conduziu para

---

(1) Submettidos a conselho de guerra, o commandante da fortaleza foi privado de qualquer commando durante dois annos, e o do destacamento condemnado a expulsão do serviço do exercito e á pena de 10 annos de prisão.

esta cidade, aonde se acha, ficando lá os outros escaleres, praças e officiaes, pelos quaes logo que receber as ultimas noticias, resultado das diligencias ordenadas, as communicarei a V. Exa., pois que continúo a dar outras providencias. —Deus Guarde a V. Exa.—Illmo. e Exmo. Sr. Francisco Gê Acayaba de Montezuma.—*Francisco de Souza Paraiso.*»

Maguado e doente com a extraordinaria incuria ou connivencia dos commandantes, a cuja guarda fôra confiado Bento Gonçalves, o honrado e pundonoroso presidente bahiano pediu na mesma data demissão de seu cargo, em officio dirigido ao ministro do imperio, Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravellas:

«Illmo. e Exmo. Sr.—Tendo-se gravemente deteriorado meu estado de saude, a ponto de ser-me hoje impossivel continuar no exercicio em que me acho e que tão pesado se tem ultimamente tornado, ao que tudo accresce, além de outros, o incomportavel desgosto que acabo de experimentar com o successo da fuga do preso Bento Gonçalves da Silva, de que n'esta data dou conta ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, vou por isto pedir a V. Exa. instantemente haja de obter-me do Regente em Nome do Imperador a minha demissão, para que de todo se não arruine a pouca saude que me resta, por cuja Graça serei sempre grato ao mesmo Regente e a V. Exa.—Palacio do Governo da Bahia, 11 de Setembro de 1837.—Illmo. e Exmo. Sr. Manoel Alves Branco.—*Francisco de Souza Paraiso.*

Uma carta firmada pelo proprio Bento Gonçalves e

publicada na *Aurora Fluminense*, n. 12, de 28 de Maio de 1838, apresenta outros pormenores sobre a audaciosa evasão, realizada em pleno dia.

Diz o importante documento:

«Bahia, 7 de Outubro de 1837.—Já saberá que no dia 10 do pp. logrei evadir-me do Forte do Mar, ás 10 horas da manhã, deitando-me a nado, por um descuido que tiveram, e ganhando uma canôa de pescadores, na qual fiz levarem-me para Itaparica; e, ainda que fui logo perseguido, consegui pôr pé em terra n'aquella ilha, onde, cercado e perseguido por muitos dias, nada conseguiram os tyrannos.

«D'alli passei para esta, e, fazendo espalhar a voz de que havia embarcado para o Norte America, em uma corveta de guerra que sahiu no dia 19 do pp., logrei fazer o governo acreditar e cessaram as perseguições.

«Hoje, porém, embarco para Buenos Aires em um buque extrangeiro [1], e conto ir livre.

«Os malvados procuraram envenenar-me no forte, e, por acaso raro, me livrei, sendo victimas dois pobres animaes, um gato e um cachorro [2]. Porém, como livrar-me de outra

---

(1) Embarcou no patacho nacional *Estrella do Sul*, como ficou dito.

(2) Um filho do chefe revolucionario, Joaquim Gonçalves da Silva, assim relata a tentativa de envenenamento:

«Succedeu que n'esse dia (10 de Setembro) o commandante da fortaleza mandasse de presente a meu pae um pastelão, em nome de sua filhinha. Ao almoço meu pae quiz comer o tal pastelão, e, tirando uma talhada, viu que tinha grande quantidade de cebola, tempero que desde menino nunca pudéra comer. Meu pae deu essa talhada a um cãosinho que quasi sempre, á hora de comida,

cilada, sem o meu escravo (1) e servido pelos escravos dos tyrannos? Só arrostando a morte, como fiz, e, sem plano algum (2), consegui livrar-me.»

---

se lhe apresentava. O cãosinho comeu-a e logo depois entrou em convulsões e morreu. Meu pae, vendo tão extraordinario facto, escondeu o cãosinho.

« Communicando-lhe o commandante da fortaleza que ia á cidade, meu pae disse-lhe haver comido um pedaço do pastelão e que sentia como um fogo nas entranhas, pelo que lhe pedia deixasse ordem a seu immediato para permittir-lhe o costumado banho. O commandante affirmou que deixaria a ordem e que poderia tomar os banhos que quizesse. Por esse modo de exprimir-se, parece que o commandante sabia o conteúdo do pastelão e que os banhos não evitariam o seu effeito.»

(1) Referencia ao amigo fiel, africano, do Congo, a quem chamavam João do Congo ou *Conguinho*, inseparavel companheiro nos combates e nas prisões de Bento Gonçalves. Estiveram juntos na fortaleza da Lage.

(2) Para não comprometter a amigos, Bento Gonçalves allegava não ter seguido plano algum.

Seu filho Joaquim Gonçalves explica o plano de modo concludente :

« Depois da sahida do commandante, fundeou perto da fortaleza uma baleeira, a qual, pelos signaes, meu pae conheceu ser a que esperava e por isso foi logo para o banho, acompanhado, como sempre, por um soldado. Costumava meu pae nadar em roda da fortaleza, desapparecendo assim da vista do soldado e demorando seu regresso, a fim de que, na occasião da fuga, o guarda não pudesse desconfiar de seu desapparecimento.

« Chegando ao logar do banho, despiu-se e disse ao soldado :

« — Cuide de minha roupa ; no bolso do collete tem uma onça de ouro. »

« E com effeito tinha. Lançou-se n'agua, e, desapparecendo, nadou a toda força na direcção da baleeira. Esta veiu logo a seu encontro, e, apenas o recebeu, fez-se de vela. Ahi encontrou meu pae não só a precisa roupa, como um espelho e uma tesoura, com que na viagem cortou a barba que propositalmente deixára crescer.

« O soldado, vendo-o embarcar na baleeira, foi dar parte ao 2.° commandante. Este quiz falar por meio de uma busina a um brigue de guerra que estava não longe, mas não poude, porque meu pae, n'esse dia, muito cedo, a tinha quebrado, e tambem tinha molhado as escorvas de todas as peças de artilheria. Não podendo, por meio de tiros, fazer signal algum, o immediato içou a bandeira a meio pau. Com este signal, do brigue partiu logo um escaler, que pouco se demorando junto da fortaleza, regressou para o brigue, d'onde sahiu com um

Arrebatados de indizivel contentamento pelo acto de coragem e de admiravel denodo praticado por Bento Gonçalves, todos os officiaes inferiores e guardas nacionaes da 1.ª brigada dirigiram-lhe calorosa felicitação:

« Heróe do continente!

« Com que jubilo empunhamos a penna para vos saudar e bendizer o momento feliz que nos annuncia vossa chegada!

« Nós careciamos da eloquencia de um Cicero, para traçar-vos com expressivas côres o solemne encomio; porém os bons desejos supprirão a escassez das luzes.

« Sim, benemerito da patria! Imcomparavel foi a dôr que soffremos com a triste, lugubre e acerba nova da vossa prisão, e mais se renovou o desgosto e a pena, quando crueis verdugos da humanidade decretaram a barbara sentença da vossa deportação, carregado de pesados ferros, como o maior criminoso.

« Porém hoje a Providencia Divina satisfez os nossos desejos, ouviu nossos votos, e nós vos vemos apparecer alegre e triumphador!

« Oh! prazer! oh! jubilo! oh! gloria para os amigos da patria!

« Cruel remorso do crime fará prestes succumbir essa horda

---

official e escolta em perseguição da baleeira. Esta, navegando á vela e tocada a 8 remos, chegou a Itaparica muito antes do escaler. Meu pae, desembarcando, foi devidamente acoutado, ou melhor recebido em casa de um commandante de corpo de guarda nacional. »

Bento Gonçalves esteve preso no forte de S. Marcello 15 dias apenas.

sanguinaria e inerme ante vossos fieis amigos, os livres republicanos.

« A vossa obra, primeiro chefe do Estado, os livres a depositam em vossas mãos, illesa e sem mancha; premiai a virtude, puni o delicto e o crime, e ella será brevemente consummada.

« Nas sabias mãos a tendes; aperfeiçoai-a, fazendo justiça.

« Firmai, em justas leis, que proclamamos simplices e apropriadas ás circumstancias presentes, a futura sorte do Rio Grande, e immortalizareis vosso nome provendo a nossa prosperidade. »

O herôe revolucionario correspondeu a esta manifestação de apreço, proclamando:

« Benemeritos cidadãos, officiaes inferiores e guardas nacionaes da 1.ª brigada! Bravos sustentaculos da liberdade do continente!

« Extasiado de prazer, li a honrosa felicitação que me dirigistes; jamais riscarei de minha memoria tão distincto obsequio, agradecendo vossas lisonjeiras expressões na mesma exarados.

« Longo tempo oppresso, victima dos verdugos de nossa patria, eu encarava contente minha acerba sorte, a par dos triumphos e louros que ornavam vossas frontes.

« Trabalhei incessantemente por vir secundar vossos esforços e felizmente não foram improficuas minhas diligencias: eis-me, pois, entre vós!

« Oh! que prazer desfructo n'este delicioso momento!

« Si a patria, si os virtuosos rio-grandenses de mim confiam a alta missão de dirigir seus futuros destinos, ouso afiançar-vos que me não pouparei a sacrificios para consolidar no continente o unico systema que lhes garante a paz e verdadeira felicidade, firmadas nas solidas bases da justiça e equidade, punindo o crime e alentando a virtude, forte égide das democracias.

« Mister é, pois, ora esforçar-vos por exterminar nossos inimigos; para o que, devereis em tudo contar com o vosso antigo companheiro.

« O throno do Brazil se acha por toda parte convulso, e prestes se antolha sua queda e nosso triumpho, ficando-nos a gloria immortal de haver orientado as demais provincias na senda de sua felicidade.

« A virtude, constancia e união que haveis manifestado, é sufficiente garante de nosso prestes triumpho, de que extasiado vos dirijo parabens. »

No principio do anno de 1838 contavam os revolucionarios cerca de 3.100 homens, assim distribuidos: 1.600 sob o commando de Bento Gonçalves, estacionado na Setembrina e occupado em manter o assedio de Porto Alegre; 400, em Bagé, com Antonio Netto; 600 em Piratiny, com Domingos Crescencio; 500 em movimento por diversos pontos da campanha, chefiados por Bento Manoel e David Canabarro.

Todo o armamento e munições de que necessitavam lhes eram fornecidos pelo Estado Oriental.

As forças imperiaes occupavam Porto Alegre, Rio Grande

e S. José do Norte, e, comprehendida a esquadrilha, eram calculadas em 6.000 homens.

Reconhecendo a conveniencia de serem os farrapos desalojados da Setembrina, o marechal Elisiario, a 31 de Janeiro de 1838, moveu as forças de que dispunha em Porto Alegre e dirigiu-se para aquelle ponto, disposto a dispersar os rebeldes, sem derramar sangue em batalha campal.

Ao perceber este movimento, Bento Gonçalves abandonou seu quartel-general e com suas tropas atravessou o Cahy, em marcha para a campanha.

Satisfeito por haver effectuado a dispersão, o marechal dirigiu-se no mez de Março á villa de Rio Pardo, d'onde conseguiu desalojar Bento Manoel, no dia 17.

Não lhe sendo possivel proseguir a excursão militar pela campanha, em consequencia do mau estado da cavalhada, regressou o presidente para a capital, deixando, porém, em Rio Pardo, como commandante geral das forças o marechal Sebastião Barretto Pereira Pinto; como commandante da infanteria o brigadeiro Francisco Xavier da Cunha e como commandante da cavallaria o brigadeiro Bonifacio Isás Calderon.

Não conformado com sua expulsão da villa, Bento Manoel fez juncção com forças de David Canabarro, João Antonio e Antonio Netto, perfazendo um total de 2.500 homens, dos quaes 800 de cavallaria: assim robustecido, regressou a Rio Pardo e a 30 de Abril travou sanguinolento combate com os imperialistas, a quem infligiu completa derrota.

Por parte do governo legal, morreram 2 coroneis, 4 capitães, 5 alferes e 60 soldados e cahiram prisioneiros 30 officiaes e mais de 100 praças.

Os commandantes lograram escapar desordenadamente.

A perda dos revolucionarios foi insignificante.

Bento Gonçalves aproveitou o magnifico ensejo para estimular suas tropas a novos triumphos. A força mascula do estylo define bem a rija tempera do bravo revolucionario:

«O general presidente da republica ao exercito de operações em Rio Pardo.

«Guerreiros e companheiros d'armas!

«Vossas recentes operações militares cobrem de gloria a republica; acabam de immortalizar-vos.

«O dia 30 de Abril levará a memoria de vosso estrondoso triumpho á mais remota posteridade; e a vossa descendencia, orgulhosa de pertencer-vos, dirá, cheia de ufania, assignalando, sobre a carta do novo continente, a famosa posição do Rio Pardo: — «Aqui fizeram morder a terra a seus inimigos nossos briosos antepassados; aqui deram golpe mortal ao despotismo, que pretendia devorar-nos; aqui plantaram os pendões da republica sobre montões de cadaveres; aqui, passado o conflicto, ainda cobertos de sangue de seus crueis verdugos, alargaram-lhes a mão protectora da clemencia e ensinaram ao perfido feroz aristocrata a não manchar a espada dos valentes no sangue de um inimigo desarmado!»

«Não o duvideis, camaradas: os altos destinos da Republica Rio-Grandense serão completos.

«Bem depressa purgareis o sólo sagrado da patria da presença injuriosa d'esses restos fugitivos que em vão pretendem escapar-vos; bem depressa, forçados em seus ultimos entrincheiramentos, arrojados para sempre de nossas praias, irão levar ao despotico governo, que os envia, a confusão e a vergonha de tão assignaladas derrotas e a convicção irresistivel de vossa superioridade.

«Defensores da republica, confiai no governo; uni-vos em annel firme aos generaes e chefes encarregados de vos guiar; repelli para longe a feia intriga, quando intente supplantar-vos. Eis o vosso mais temivel inimigo; só ella poderá trocar em funereo manto e em ferros da escravidão e de opprobrios tantos triumphos, tantos louros tão custosamente adquiridos, tantos titulos á gloria, á admiração do universo... vossa liberdade e independencia a preço de tantos sacrificios conquistadas.

«Republicanos! Mais um esforço ainda; mais um momento de constancia, de circumspecção e de prudencia: a patria será livre e nossa independencia para sempre firmada.

«Do meu quartel general no Herval, em frente do inimigo, aos 6 de Maio de 1838.—*Bento Gonçalves da Silva.*

A derrota soffrida pelas forças legaes em Rio Pardo causou inquietadora impressão ao governo imperial: foram immediatamente submettidos a conselho de guerra os generaes Sebastião Barretto, Francisco Xavier da Cunha e Bonifacio Calderon, os quaes, em sua defesa, allegaram a

superioridade da força inimiga e a surpresa do assalto: o conselho julgou-os isentos de responsabilidade.

Á frente de suas tropas victoriosas, Bento Gonçalves regressou á villa Setembrina e continuou o sitio de Porto Alegre.

Por esse tempo, mudaram os farrapos a séde da republica, de Piratiny para Caçapava, onde se estabeleceu o governo sob vice-presidencia.

As ordens e decretos partiam de Setembrina, residencia habitual de Bento Gonçalves.

A 21 de Janeiro de 1839 tentou o marechal Antonio Elisiario levantar o assedio em que se via a capital e com 1.600 homens marchou sobre a villa farrapa: os rebeldes a abandonaram, partindo para diversos pontos, a fim de que suas forças não fossem inutilmente sacrificadas.

Em soccorro dos revolucionarios veiu de Missões o general Bento Manoel, e, a 1.° de Fevereiro, tomando posição conveniente á margem do rio Cahy, dirigiu certeiros tiros contra canhoneiras legaes e um lanchão: matou o commandante de uma das canhoneiras e o mestre do lanchão e apoderou-se das embarcações artilhadas.

Para obstar os effeitos d'esta surpresa e evitar a tomada de Porto Alegre, já cercada por 4.000 homens e ameaçada por 7 boccas de fogo, o marechal regressou á capital e defendeu-a contra o projectado assalto.

Levada ao Rio de Janeiro a noticia de mais um desastre, acompanhado do boato de que o presidente, por suas sympa-

em que se acham os bandos rebeldes, indisciplinados, nús, discordes e desmoralizados, é evidente que a duração da guerra não póde ser longa e que a victoria da constituição e do throno não está distante. »

Mas o exercito legal não realizou as façanhas imaginadas pelo ministro, nem mesmo impediu que os farrapos déssem ás suas forças a direcção que entendessem.

Impossibilitados de occupar a villa de S. José do Norte ou a cidade do Rio Grande, e tendo necessidade de um porto, por onde estabelecessem communicação com o exterior, lançaram os revolucionarios as vistas sobre a Laguna, porto da provincia de Santa Catharina.

Esta idéa, partida de Bento Manoel, tomou corpo; uma expedição de 150 homens organizou-se na Setembrina sob o commando de David Canabarro e marchou para o ponto indicado.

A villa da Laguna era guarnecida por forças legaes dirigidas pelo tenente-coronel Vicente de Paulo de Oliveira Villas Boas. Suppoz este official que ia ser atacado por grande numero de farrapos e, receoso de completa derrota, achou de bom aviso abandonar seu posto e retirar-se para logar distante e abrigado, o Morro dos Cavallos. As forças de seu commando sustentaram combate desegual com os revolucionarios: tiveram 15 mortos e 77 prisioneiros, ao passso que os farrapos só perderam um homem.

A Laguna foi tomada a 22 de Julho de 1839, deixando como opulento despojo ao general Canabarro 4 escunas de

guerra [illegible] embarcações mercantes, 16 peças de artilheria, [illegible] armas de infanteria, [illegible] cartuchos embalados e muitos outros artigos bellicos.

[illegible] continuo o general officiou á camara municipal, convidando-a a declarar a independencia de Santa Catharina sob fórma republicana. Foi contagiosa a febre democratica. Reunidos os vereadores proclamaram a republica, nomearam unanimemente presidente do novo Estado o cidadão Vicente Ferreira dos Santos Cardoso, dois outros cidadãos, João Antonio de Oliveira Tavares e Antonio Claudino de Souza Medeiros, tomaram conta das 6 pastas, da marinha, da guerra, fazenda, justiça, interior e extrangeiros.

O governo republicano de Santa Catharina promulgou tres decretos: elevando á cidade a villa da Laguna, sob a denominação de cidade *Juliana* (como recordação do mez de Julho de 1839); creando o tope e pendão nacional com as côres verde, branca e amarella e nomeando David Canabarro general em chefe do exercito catharinense.

O commando das quatro canhoneiras de guerra foi confiado ao celebre democrata italiano José Garibaldi, o immortal herói a quem a Italia deve a gloria de sua unificação (1).

---

(1) Na Laguna encontrou-se José Garibaldi com a formosa joven Anna de Jesus. Apaixonaram-se um pelo outro. Filha de um legalista intransigente, Bento da Silva, que odiava Garibaldi, por ter este o duplo defeito de ser *farrapo* e *gringo*, Annita, para unir-se ao dilecto de seu coração, consentiu em fugir com

Algumas palavras sobre este valoroso revolucionario.

Por achar-se envolvido em crime de conspiração, fôra Garibaldi obrigado a abandonar a patria e a refugiar-se na America. Chegado ao Rio de Janeiro, travou relações com seu compatriota Rossetti e por meio d'este poude falar com Zambecari, Onofre e Bento Gonçalves, presos nas fortalezas fluminenses.

Para defender a causa republicana, arvorou-se em corsario, e, ao sahir do Rio de Janeiro, aprisionou uma escuna brazileira; passou-se para ella; deu-lhe o nome de *Farroupilha* e levou-a para Maldonado. Perseguido por navios orientaes, conseguiu pôr-se fóra do alcance d'elles.

Pouco depois penetrava no Rio Grande do Sul; ahi, munido de carta de corso que lhe déra João Manoel de Lima e Silva e com dois lanchões armados em guerra, o *Rio Pardo* e o *Republicano*, dava caça a navios mercantes, recolhendo provisões para os farrapos.

---

elle para bordo da canhoneira *Itaparica*. Pouco tempo depois uniam-se em matrimonio. Annita foi uma mulher digna de Garibaldi.

Em um combate naval travado em Santa Catharina occorreu um episodio que deu á nossa compatriota as proporções de verdadeira heroina.

Relata-o José Garibaldi em suas *Memorias*:

« Eu senti n'esta lucta uma das mais vivas e crueis commoções de minha vida. Como Annita, sobre a coberta da goleta, animava os homens com o sabre na mão, uma bala de artilheria arrastou-a com dois d'elles. Eu corri para ella, julgando não encontrar mais do que um cadaver, porém levantou-se san e salva: os dois homens tinham morrido. Pedi-lhe então que descesse para a segunda coberta.

« — Sim, respondeu ella, vou descer para fazer sahir de lá os cobardes que estão escondidos!

« Desceu, com effeito, e voltou bem depressa, trazendo deante de si dois ou tres marinheiros, envergonhados de serem menos valentes do que uma mulher. »

Com o posto de capitão-tenente, commandante da esquadrilha republicana, Garibaldi fazia centro de suas operações á foz do rio Camaquam, tributario da lagoa dos Patos, e tinha como quartel um galpão de charqueada da estancia da Barra, pertencente a D. Antonia Gonçalves, irmã de Bento Gonçalves.

Ahi, na manhã de 17 de Abril de 1839, viu-se elle inesperadamente atacado por uma força de mais de 100 homens, commandada pelo coronel Francisco Pedro de Abreu, conhecido por Chico Pedro ou vulgarmente *Chico-Moringue* (1), distinguido mais tarde com o titulo de barão de Jacuhy.

Existiam no galpão sómente 11 farrapos, porém foi numero sufficiente para resistir á força legal. Depois de algumas horas de forte tiroteio, Chico Pedro, ferido no peito e em uma mão, mandou tocar a retirada, deixando no campo 6 mortos e levando muitos feridos; tiveram os rebeldes 6 homens levemente feridos e um morto (2).

Por occasião da expedição á Laguna, não podendo Garibaldi passar seus lanchões pela barra no Rio Grande, interceptada pela esquadrilha legal, tomou o alvitre de fazel-os transportar por terra, da lagoa dos Patos ao Oceano Atlantico.

---

(1) O appellido *Moringue* provinha de seu pae, Pedro José Gomes de Abreu, porque sendo este cidadão possuidor de uma grande cabeça, adornada de orelhas muito salientes e assente sobre pescoço fino, parecia trazer sobre os hombros um moringue.

(2) Officio de José Garibaldi dirigido ao commandante de policia Seraphim Ignacio e publicado no n. 68 do *Povo* de 22 de Maio de 1839.

Com esse arrojado intento, collocou-os á margem esquerda da lagoa; ahi montou-os cada um em quatro rodas, e puxados um a um por 50 juntas de bois, penosamente, atravessando extenso areal, conseguiu leval-os ao rio Tramandahy, e, por elle descendo, chegou á costa do Atlantico.

Infelizmente no encapellado mar, a que se afoutou, naufragou o lanchão *Rio Pardo*, entre Torres e o cabo de Santa Martha, perdendo-se 16 homens dos 30 de que se compunha a tripulação.

Garibaldi viu-se obrigado a continuar a viagem, a pé, até á Laguna.

Ahi chegado, deu-lhe o general Canabarro o commando da esquadrilha, composta das 4 canhoneiras, de que a *Itaparica* era o navio chefe.

Em ordem do dia de 29 de Julho o presidente da provincia de Santa Catharina, João Carlos Pardal, chamou ao serviço de guerra todos os guardas nacionaes da capital (Desterro), os da reserva e os funccionarios publicos; incumbiu o chefe de esquadra, Miguel de Souza Mello Alvim, da defesa maritima, o brigadeiro Francisco de Mello Albuquerque do commando geral das forças reunidas na capital e na ilha, e o coronel Joaquim de Almeida Coelho do commando de todos os cidadãos que não fossem guardas nacionaes do serviço activo [1].

A 18 de Agosto assumiu o marechal Soares de Andréa

---

(1) *Correio Official*, n. 44, de 22 de Agosto de 1839.

os cargos de presidente da provincia e de commandante das armas, e de tal fórma soube combinar as forças de terra, commandadas pelo tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira, com as maritimas, sob as ordens do capitão de mar e guerra Frederico Mariath, que dentro de tres mezes conseguiu expellir da Laguna os invasores.

Devido á sua rara actividade, a republica de Santa Catharina teve curta duração: proclamada a 25 de Julho, extinguiu-se a 15 de Novembro de 1839, dia em que alli chegou a esquadrilha imperial composta de 13 navios com 300 praças de guarnição, 600 de abordagem e fortalecida de 33 peças de artilheria.

Dispunham os farrapos de 5 navios, armados em guerra, com 16 peças e commandados por José Garibaldi. Em terra, David Canabarro achava-se á frente de 1.200 homens.

Pretenderam os farrapos fechar a barra da Laguna, atravessando-lhe grossa corrente de ferro; esta idéa, porém, não teve execução pela impossibilidade de fixar-se uma das extremidades da corrente no ponto arenoso e movediço, fronteiro ao forte.

Sem esse obstaculo, a flotilha imperial penetrou no porto da Laguna, sustentando vivissimo tiroteio com as 7 peças de artilheria postadas no forte e com as descargas partidas da margem esquerda. Encarniçada foi a lucta, resultando para os legaes o desbarato de 180 homens entre mortos e feridos e para os republicanos o de 200. Dos que commandavam os navios rebeldes só escapou Garibaldi, que, ao abandonar

a sua canhoneira *Itaparica*, viu sobre a tolda mortos todos os seus companheiros de luctas.

Ao retirar-se, os farrapos incendiaram as canhoneiras *Itaparica* e *Libertadora* e abandonaram as demais embarcações, escuna *Caçapava*, canhoneiras *Sant'Anna* e *Lagunense*, palhabote *Seival*, 4 sumacas, 7 hiates, 4 escunas, 1 patacho e 3 lanchões (1).

David Canabarro cedeu ao numero e regressou para o Rio Grande do Sul. Em caminho, o coronel Joaquim Teixeira com 400 homens encontra, no dia 14 de Dezembro de 1839, no passo de Santa Victoria, do rio Pelotas, o brigadeiro legal Francisco Xavier da Cunha: travam combate e é morto este bravo official com 30 de seus commandados.

Experimentaram os legaes o revez de perderem um official valente como era o brigadeiro Xavier da Cunha; tambem, mezes antes, os farrapos sentiram a falta de um velho camarada, um brigadeiro de comprovada bravura: Bento Manoel Ribeiro, que, a 18 de Julho, desertára, por segunda vez, das fileiras republicanas, despeitado por haver sido nomeado tenente-coronel commandante do 2.° batalhão de caçadores Francisco José da Rocha, a quem elle havia asperamente reprehendido.

Xavier da Cunha era eliminado das fileiras legaes pela

---

(1) *Relação das embarcações apresadas*, publicada pelo capitão de mar e guerra, chefe de divisão, Frederico Mariath, no *Correio Official* n. 141 de 17 de Dezembro de 1839.

morte, a que o conduzira o sagrado amor da patria; Bento Manoel abandonava o ideal republicano, porque, acima dos principios, collocava sempre o seu amor proprio, o seu detestavel egoismo.

Confrontando o procedimento dos dois vultos, diremos que a morte é mil vezes preferivel á absoluta ausencia de dignidade.

Quando regressou para a Italia, Garibaldi, como recordação da guerra civil rio-grandense, sempre usou camisa vermelha e poncho, á moda dos lanceiros farroupilhas, e, no final de sua brilhante carreira militar, pediu que o sepultassem com essas vestes historicas.

Envolvido em guerras européas de mais vulto, nunca esqueceu a terra em que fez as suas primeiras armas em favor da liberdade e onde a sua bravura encontrou exemplos a seguir.

Como saudosa homenagem aos chefes farrapos, seus companheiros de luctas, o immortal heroe italiano escreveu a Domingos José de Almeida uma honrosa carta:

«Modena, 10 de Setembro de 1859. Meu prezado amigo Almeida.—Quando penso no Rio Grande, n'essa bella e cara provincia; quando penso no acolhimento com que fui recebido no gremio de suas familias, onde fui considerado filho; quando me lembro de minhas primeiras campanhas entre vossos valorosos concidadãos e os sublimes exemplos de amor patrio e abnegação que d'elles recebi, fico verdadeiramente

commovido! E esse passado de minha vida se imprime em minha memoria como alguma cousa de sobrenatural, de magico, de verdadeiramente romantico.

«Vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavalleiros mais brilhantes que os da bella cavallaria rio-grandense, em cujas filas comecei a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa sagrada das nações.

«Quantas vezes fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos que vi realizar por essa viril e destemida gente, que sustentou por mais de 9 annos, contra um poderoso imperio, a mais encarniçada e gloriosa lucta!

«Não tenho escripto semelhantes prodigios por falta de habilitações; porém a meus companheiros de armas, por mais de uma vez, tenho rememorado tanta bravura nos combates, quanta generosidade na victoria, tanta hospitalidade quanto afago aos extrangeiros, e a emoção que minha alma ainda joven (*) sentia na presença e na majestade de vossas florestas, da formosura de vossas campinas, dos viris e cavalheirescos exercicios de vossa juventude corajosa; e, repassando pela memoria as vicissitudes de minha vida entre vós, em 6 annos de activissima guerra e da pratica constante de acções magnanimas, como em delirio brado: «—Onde estarão agora esses bellicosos filhos do Continente, tão mejestosa-

(*) Em 1837 contava Garibaldi 30 annos.

mente terriveis nos combates? Onde Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira e tantos valorosos que não lembro?

«Oh! quantas vezes tenho desejado, n'estes campos italianos, um só esquadrão de vossos centauros avezados a carregar uma massa de infanteria com o mesmo desembaraço como si fosse uma ponta de gado?

«Que o Rio Grande atteste com uma modesta lapida o sitio em que descançam seus ossos. E que vossas bellissimas patricias cubram de flôres esses sanctuarios de vossas glorias, é o que ardentemente desejo.

«Eu muito me lembro, meu digno e caro amigo, da bondade generosa com que fui honrado por vós, no tempo em que tão dignamente occupastes uma das pastas do ministerio da republica, e tenho verdadeira saudade como gratidão dos beneficios recebidos de vós e de vossos companheiros e concidadãos na minha estada no Rio Grande. Por mim abraçai a todos esses amigos e mandai em toda a occasião ao vosso verdadeiro amigo—*José Garibaldi.*

No anno de 1838 conseguiram os farrapos algumas victorias parciaes sobre os legalistas: a 30 de Julho o coronel Francisco Pedro de Abreu era batido por forças do republicano Amaral Ferrador; a 25 de Agosto o farrapo Agostinho de Mello punha em debandada outro grupo legalista, nas immediações do Ijuhy-Grande; a 30 de Agosto, Francisco Pedro soffreu derrota infligida pelo tenente-coronel Raphael Fortunato de Abreu, perto de Camaquam, e em Setembro seguinte, novo desastre occasionado por Amaral Ferrador;

em Cima da Serra, o farrapo Aranha alcançou victoria sobre as forças legaes de Juca Grande e de João Lourenço e Oliveira.

As victorias dos farrapos eram festejadas por meio de cantos que vibravam a fibra patriotica. A vastidão do pampa incutia-lhes no largo peito o fervoroso sentimento da liberdade.

Com que prazer enthusiastico não entoavam o *Hymno Nacional Republicano* (1), cuja lettra dizia:

CANTO

Como a aurora, precursora
Do pharol da Divindade,
Foi o vinte de Setembro
Precursor da Liberdade!

CÔRO

Mostremos valor, constancia,
N'esta impia e injusta guerra;
Sirvam as nossas façanhas
De modelo a toda a terra!

CANTO

Entre nós reviva Athenas
Para assombro dos tyrannos;
Sejamos Gregos na gloria
E na virtude Romanos!

CÔRO

Mostremos valor, constancia, etc.

---

(1) Musica do compositor bahiano Joaquim José de Mendanha e lettra do poeta Francisco Pinto da Fontoura (*Chiquinho da Vóvó*).

CANTO

Mas não basta p'ra ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo;
Povo que não tem virtude,
Acaba por ser escravo!

CÔRO

Mostremos valor, constancia, etc.

Outra canção patriotica, o *Hymno Rio-Pardense* (1), lembrava-lhes as victoriosas datas de 20 de Setembro de 1835 e de 30 de Abril de 1838.

CANTO

No horisonte rio-grandense
Se divisa a Divindade,
Extasiada, em prazer,
Dando viva á Liberdade!

CÔRO

Da gostosa Liberdade
Brilha entre nós o clarão;
Da constancia e da coragem
Eis ahi o galardão.

CANTO

Avante, ó povo brioso!
Nunca mais retrogradar,
Porque atraz fica o abysmo
Que ameaça nos tragar!

CÔRO

Da gostosa Liberdade, etc.

---

(1) Lettra do capitão Seraphim Joaquim de Alencastro.

CANTO

Salve, ó vinte de Setembro,
Dia grato e soberano
Aos livres continentistas,
Ao povo republicano!

CÔRO

Da gostosa Liberdade, etc.

CANTO

Salve, ó dia venturoso,
Risonho trinta de Abril,
Que aos corações patriotas
Encheste de gostos mil!

CÔRO

Da gostosa Liberdade, etc.

O grande triumpho obtido no Seival, a 10 de Setembro de 1836, era egualmente cantado em suas festas civicas:

Parabens, Continentinos!
Eis o dia soberano
Em que no Seival soou
O grito republicano!

No angulo do Continente
O pavilhão tricolor
Se divisa sustentado
Por liberdade e valor! [1]

---

(1) Esta quadra via-se tambem impressa em grandes e finos lenços de seda, usados pelos farrapos e especialmente por suas mulheres e filhas, que os traziam atados ao pescoço.

Esses lenços eram fabricados e impressos na França: apresentavam as armas da republica, bem como as datas de combates memoraveis.

São hoje conservados pelos rio-grandenses como reliquias preciosas.

morte, a que o conduzira o sagrado amor da patria; Bento Manoel abandonava o ideal republicano, porque, acima dos principios, collocava sempre o seu amor proprio, o seu detestavel egoismo.

Confrontando o procedimento dos dois vultos, diremos que a morte é mil vezes preferivel á absoluta ausencia de dignidade.

Quando regressou para a Italia, Garibaldi, como recordação da guerra civil rio-grandense, sempre usou camisa vermelha e poncho, á moda dos lanceiros farroupilhas, e, no final de sua brilhante carreira militar, pediu que o sepultassem com essas vestes historicas.

Envolvido em guerras européas de mais vulto, nunca esqueceu a terra em que fez as suas primeiras armas em favor da liberdade e onde a sua bravura encontrou exemplos a seguir.

Como saudosa homenagem aos chefes farrapos, seus companheiros de luctas, o immortal heroe italiano escreveu a Domingos José de Almeida uma honrosa carta:

«Modena, 10 de Setembro de 1859. Meu prezado amigo Almeida.—Quando penso no Rio Grande, n'essa bella e cara provincia; quando penso no acolhimento com que fui recebido no gremio de suas familias, onde fui considerado filho; quando me lembro de minhas primeiras campanhas entre vossos valorosos concidadãos e os sublimes exemplos de amor patrio e abnegação que d'elles recebi, fico verdadeiramente

commovido! E esse passado de minha vida se imprime em minha memoria como alguma cousa de sobrenatural, de magico, de verdadeiramente romantico.

«Vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavalleiros mais brilhantes que os da bella cavallaria rio-grandense, em cujas filas comecei a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa sagrada das nações.

«Quantas vezes fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos que vi realizar por essa viril e destemida gente, que sustentou por mais de 9 annos, contra um poderoso imperio, a mais encarniçada e gloriosa lucta!

«Não tenho escripto semelhantes prodigios por falta de habilitações; porém a meus companheiros de armas, por mais de uma vez, tenho rememorado tanta bravura nos combates, quanta generosidade na victoria, tanta hospitalidade quanto afago aos extrangeiros, e a emoção que minha alma ainda joven (*) sentia na presença e na majestade de vossas florestas, da formosura de vossas campinas, dos viris e cavalheirescos exercicios de vossa juventude corajosa; e, repassando pela memoria as vicissitudes de minha vida entre vós, em 6 annos de activissima guerra e da pratica constante de acções magnanimas, como em delirio brado: «—Onde estarão agora esses bellicosos filhos do Continente, tão mejestosa-

---

(*) Em 1837 contava Garibaldi 30 annos.

mente terriveis nos combates? Onde Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira e tantos valorosos que não lembro?

«Oh! quantas vezes tenho desejado, n'estes campos italianos, um só esquadrão de vossos centauros avezados a carregar uma massa de infanteria com o mesmo desembaraço como si fosse uma ponta de gado?

«Que o Rio Grande atteste com uma modesta lapida o sitio em que descançam seus ossos. E que vossas bellissimas patricias cubram de flôres esses sanctuarios de vossas glorias, é o que ardentemente desejo.

«Eu muito me lembro, meu digno e caro amigo, da bondade generosa com que fui honrado por vós, no tempo em que tão dignamente occupastes uma das pastas do ministerio da republica, e tenho verdadeira saudade como gratidão dos beneficios recebidos de vós e de vossos companheiros e concidadãos na minha estada no Rio Grande. Por mim abraçai a todos esses amigos e mandai em toda a occasião ao vosso verdadeiro amigo—*José Garibaldi.*

No anno de 1838 conseguiram os farrapos algumas victorias parciaes sobre os legalistas: a 30 de Julho o coronel Francisco Pedro de Abreu era batido por forças do republicano Amaral Ferrador; a 25 de Agosto o farrapo Agostinho de Mello punha em debandada outro grupo legalista, nas immediações do Ijuhy-Grande; a 30 de Agosto, Francisco Pedro soffreu derrota infligida pelo tenente-coronel Raphael Fortunato de Abreu, perto de Camaquam, e em Setembro seguinte, novo desastre occasionado por Amaral Ferrador;

em Cima da Serra, o farrapo Aranha alcançou victoria sobre as forças legaes de Juca Grande e de João Lourenço e Oliveira.

As victorias dos farrapos eram festejadas por meio de cantos que vibravam a fibra patriotica. A vastidão do pampa incutia-lhes no largo peito o fervoroso sentimento da liberdade.

Com que prazer enthusiastico não entoavam o *Hymno Nacional Republicano* (1), cuja lettra dizia:

CANTO

Como a aurora, precursora
Do pharol da Divindade,
Foi o vinte de Setembro
Precursor da Liberdade!

CÔRO

Mostremos valor, constancia,
N'esta impia e injusta guerra;
Sirvam as nossas façanhas
De modelo a toda a terra!

CANTO

Entre nós reviva Athenas
Para assombro dos tyrannos;
Sejamos Gregos na gloria
E na virtude Romanos!

CÔRO

Mostremos valor, constancia, etc.

---

(1) Musica do compositor bahiano Joaquim José de Mendanha e lettra do poeta Francisco Pinto da Fontoura (*Chiquinho da Vóvó*).

CANTO

Mas não basta p'ra ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo;
Povo que não tem virtude,
Acaba por ser escravo!

CÔRO

Mostremos valor, constancia, etc.

Outra canção patriotica, o *Hymno Rio-Pardense* ([1]), lembrava-lhes as victoriosas datas de 20 de Setembro de 1835 e de 30 de Abril de 1838.

CANTO

No horisonte rio-grandense
Se divisa a Divindade,
Extasiada, em prazer,
Dando viva á Liberdade!

CÔRO

Da gostosa Liberdade
Brilha entre nós o clarão;
Da constancia e da coragem
Eis ahi o galardão.

CANTO

Avante, ó povo brioso!
Nunca mais retrogradar,
Porque atraz fica o abysmo
Que ameaça nos tragar!

CÔRO

Da gostosa Liberdade, etc.

---

(1) Lettra do capitão Seraphim Joaquim de Alencastro.

CANTO

Salve, ó vinte de Setembro,
Dia grato e soberano
Aos livres continentistas,
Ao povo republicano!

CÔRO

Da gostosa Liberdade, etc.

CANTO

Salve, ó dia venturoso,
Risonho trinta de Abril,
Que aos corações patriotas
Encheste de gostos mil!

CÔRO

Da gostosa Liberdade, etc.

O grande triumpho obtido no Seival, a 10 de Setembro de 1836, era egualmente cantado em suas festas civicas:

Parabens, Continentinos!
Eis o dia soberano
Em que no Seival soou
O grito republicano!

No angulo do Continente
O pavilhão tricolor
Se divisa sustentado
Por liberdade e valor! (1)

(1) Esta quadra via-se tambem impressa em grandes e finos lenços de seda, usados pelos farrapos e especialmente por suas mulheres e filhas, que os traziam atados ao pescoço.

Esses lenços eram fabricados e impressos na França: apresentavam as armas da republica, bem como as datas de combates memoraveis.

São hoje conservados pelos rio-grandenses como reliquias preciosas.

Doloroso desastre para os esforçados revolucionarios foi a morte do valente João Manoel de Lima e Silva, uma das dedicações mais fortes e mais apaixonadas pela grande causa.

Proclamada a republica e elevado João Manoel ao posto de general, deixou este revolucionario a villa de Piratiny e partiu para a campanha, no intento de continuar as operações militares; tendo-se-lhe, porém, aggravado o ferimento recebido no rosto, viu-se obrigado a ir a Montevidéo restabelecer-se.

Mas não permaneceu inactivo no Estado Oriental. Com a sancção tacita do presidente Oribe, fez acquisição de armamento e reunia soldados, tanto brazileiros como orientaes, para de novo entrar em lucta, quando sua volta foi apressada pelo recebimento de officios do ministro Domingos José de Almeida, participando-lhe a defecção de Bento Manoel para a causa revolucionaria e a tomada de Caçapava. Immediatamente regressou o general ao Rio Grande e apresentou-se ao governo republicano a 20 de Maio de 1837.

Combinados novos planos de ataque, partiu para Alegrete e d'ahi para Missões, d'onde conseguiu desalojar o coronel legal Manoel dos Santos Loureiro, conhecido por *Manduca Loureiro.*

Foi, porém, preso na povoação de S. Luiz, na manhã de 18 de Agosto, quando sahia de uma casa em que se festejára com baile um baptizado. D'elle apoderou-se uma partida de Loureiro, commandada pelo indio Roque Faustino.

Á tarde, a partida passou o Piratiny, affluente do Uruguay, e, na distaneia de dez quadras, Roque ordenou o assassinato

do heroico chefe revolucionario. Amarrado sobre o cavallo, viu-se o general cobardemente varado por lanças, e, como protestasse contra a vileza da acção, o indio descarregou-lhe na nuca o tiro de misericordia.

D'este modo morreu, ás mãos de obscuros e miseraveis assassinos, o valente guerrilheiro que tão importante papel representára na revolução rio-grandense.

Pertencente a uma illustre familia de marechaes, João Manoel abandonára as altas posições que a legalidade lhe poderia proporcionar e em plena força da edade, aos 32 annos, succumbiu, martyrizado ante as aras da republica—o seu constante ideal ([1]).

Grande e profunda foi a consternação causada entre os farrapos pela noticia do barbaro attentado. Recolhido piedo-

---

(1) **João Manoel de Lima e Silva nasceu no Rio de Janeiro no anno de 1805. Era filho do marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva, natural de Lagos, no Algarve, e fidalgo portuguez, chegado ao Brazil em 1784.**

Eram seus irmãos:

O marechal de campo Francisco de Lima e Silva, um dos regentes do imperio no periodo de 1831 a 1835, agraciado com o titulo de barão da Barra Grande, distincção que não acceitou. Este marechal foi pae do duque de Caxias.

O marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, barão de Suruhy, ministro da guerra em 1835, sob a regencia do padre Diogo Feijó.

O marechal José Joaquim de Lima e Silva, visconde de Magé: commandou o exercito libertador da Bahia, em substituição do general Pedro Labatut.

E o marechal Luiz Manoel de Lima e Silva.

João Manoel era casado com D. Maria José Côrte Real, irmã do revolucionario Affonso José de Almeida Côrte Real. Teve dois filhos: Francisco e João Manoel. O primeiro morreu na guerra do Paraguay, na batalha de Avahy, cortado a golpes de espada, como um verdadeiro heróe. O segundo falleceu no Rio de Janeiro, em 1899, no posto de general.

samente o cadaver, prestaram-lhe a ultima homenagem, dando-lhe sepultura no cemiterio de S. Borja, a 19 de Setembro.

Pouco tempo depois, conseguiram aprisionar o capitão Roque, e o encontraram ainda revestido da roupa do general, inclusive o poncho, e a ostentar no cavallo os arreios de prata pertencentes ao assassinado.

Prevendo a morte, pediu o indio que lhe poupassem a vida, porque, garantia, havia de ser tão bom farrapo, quanto fôra bom legalista.

Alheia, porém, a seus rogos, a força revolucionaria só pensou em vingar a memoria de João Manoel, e immediatamente fuzilou a quem havia dado ao heroe tão cruciante morte.

Dois annos depois, o governo republicano, para honrar a memoria do bravo companheiro de luctas, incumbiu o coronel José Ribeiro de Almeida de ir buscar os ossos do general. A exhumação verificou-se a 17 de Junho de 1839. Um esquadrão de cavallaria acompanhou os preciosos despojos em seu transporte de S. Borja a Caçapava, capital da republica.

A identidade do cadaver foi reconhecida por uma commissão composta do cirurgião-mór do exercito José Carlos Pinto, Antonio José Caetano da Silva e Firmino Maria Martins.

Com apparato celebraram-se-lhe as exequias na egreja matriz da villa a 17 de Outubro. A urna que lhe continha os restos foi collocada em grande catafalco, rodeado de 30

creanças, representando as parochias do Estado, e de 5 virgens de vestes brancas e faixas negras a tiracollo, symbolizando virtudes christãs.

Officiou o vigario da Cachoeira, o mais antigo parocho rio-grandense, padre Xavier dos Santos.

Após a cerimonia religiosa, foi a urna conduzida ao cemiterio, entre alas de soldados e seguida de enorme acompanhamento. Antes de ser encerrada no mausoléo que o governo mandára erigir, o tenente-coronel Firmino Maria Martins apresentou ao ministro da fazenda Domingos José de Almeida uma salva com uma corôa de louros. Este cidadão entregou a corôa á joven que alli representava a Republica do Rio Grande e disse-lhe:

—Em nome da nação rio-grandense, coroai as preciosas reliquias de um dos seus mais caros cidadãos.

A tocante solemnidade encerrou-se com uma salva de artilheria e uma descarga de fuzilaria—ultimas expressões de alto apreço que o Rio Grande soube prestar á memoria do valoroso e jamais olvidado fluminense.

CAPITULO XXXIV

PRESIDENTE SATURNINO OLIVEIRA. MARECHAL MANOEL JORGE RODRIGUES. MARECHAL SOARES DE ANDRÉA. GENERAL PEDRO LABATUT. Dr. FRANCISCO ALVARES MACHADO. GENERAL JOÃO PAULO. CONDE DE RIO PARDO. BARÃO DE CAXIAS. A CONSTITUIÇÃO RIO GRANDENSE — 1840-1842.

IMPACIENTAVA-SE o governo imperial com o prolongamento da guerra no Rio Grande do Sul, e, attribuindo-o a impericia ou impopularidade do marechal Antonio Elisiario, resolveu substituir este official por um cidadão civil: nomeou para o cargo de presidente o dr. Saturnino de Souza Oliveira, irmão do ministro de extrangeiros, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mais tarde visconde de Sepetiba, e para commandante em chefe do exercito o marechal Manoel Jorge Rodrigues, posteriormente barão de Taquary.

Estes funccionarios assumiram o exercicio de seus cargos a 24 de Julho de 1839.

Não possuiam, em relação aos rebeldes, a mesma harmonia de vistas, e do desencontro de opiniões resultou incerteza em seus planos e morosidade no movimento das tropas.

Só em Março de 1840 expediu o presidente ordem para que as forças legaes—parte das quaes tinha ido á Laguna bater os revolucionarios — transpuzessem o S. Gonçalo e fossem readquirir Caçapava.

D'este feito foi incumbido o general Bonifacio Isás Calderon, que conseguiu realizar o plano, desalojando d'aquella cidade os farrapos, os quaes se transferiram para Alegrete.

A força que penetrou em Caçapava a 22 de Março e era commandada pelo coronel Manduca Loureiro, inutilizou ahi objectos que ainda pudessem aproveitar aos contrarios e seguiu com o general Calderon em direcção ao Jacuhy e Cahy, a juntar-se ao marechal Manoel Jorge.

Tendo ficado desguarnecida a cidade de Caçapava, para ella regressaram os republicanos.

Consideradas diminutas as forças legaes existentes na provincia, deliberou o governo que o general Soares de Andréa, então em Santa Catharina, fosse ao Rio Grande com uma divisão auxiliadora; impossibilitada a marcha por terra pela interposição dos farrapos, determinou-se a expedição de dois batalhões por mar. Logo que d'estes factos teve sciencia, Bento Gonçalves apressou-se a ir ao encontro do marechal Manoel Jorge: abandonou Setembrina e no dia 3 de Maio, á margem esquerda do rio Taquary, empenhou fortissimo combate com as forças imperiaes.

Foi o marechal auxiliado pela esquadrilha de Greenfell; entretanto, não lhe coube a victoria: teve 53 mortos, 125 feri-

dos e 4 prisioneiros, ao passo que os rebeldes contaram 35 mortos, 114 feridos e 8 prisioneiros.

Empenharam-se na lucta 4.626 soldados imperialistas e cerca de 6.000 farrapos.

O combate de Taquary foi um dos maiores que se travaram durante a guerra do sul. Não se podendo enterrar os cadaveres, em vista da má condição do terreno (paludoso), foram amontoados e queimados.

Após a tremenda refrega, seguiu o marechal com a infanteria e artilheria para Santo Amaro, á margem esquerda do Jacuhy, tendo deixado parte da cavallaria a fazer frente ás forças de Domingos Crescencio, collocado em Monte Alegre, no Cahy, marchando a outra parte, sob o mando de Manduca Loureiro, para Missões.

Bento Gonçalves regressou com sua gente para a Setembrina, a manter o sitio em que se achava Porto Alegre.

Em caminho de S. Gabriel, no passo do Salso, encontrou-se o coronel Loureiro com o republicano Fileno dos Santos, a quem deu combate e o matou bem como a tres soldados: proseguiu a marcha e a 12 de Junho de 1840 penetrou em S. Gabriel.

No mesmo mez de Junho, o general Netto, abandonando Setembrina, seguiu com uma força para a ponta da Itapuam. D'ahi passou-se da margem esquerda para a direita do Guahyba, no logar denominado Barba Negra.

Tendo noticia d'este movimento, o coronel Chico Pedro

foi esperal-o no municipio de S. João Baptista de Camaquam, e no arroio Velhaco dispersou aquella força. Netto viu-se obrigado a retrogradar, atravessando a nado, em seu cavallo, o arroio Araçá, e deveu a vida á ligeireza com que poude livrar-se dos legalistas.

No dia 17 de Junho, alguns de sua gente—coronel Affonso José de Almeida Côrte Real, capitão Jeronymo Meyrelles, Francisco de Oliveira Figueiredo (*Chiquinho da Boa Vista*) e poucos soldados—sob a inclemencia de uma chuva tempestuosa, de inverno, foram abrigar-se na *Estancia de Santa Barbara*, pertencente ao farrapo Marcos Alves Pereira Salgado, ponto em que Netto iria com elles encontrar-se.

No dia seguinte, ás 7 horas da manhã, approximou-se da casa uma força de 7 homens, que Marcos Alves suppoz serem amigos.

Ao avistal-os, Côrte Real tomou-os pelo piquete do general Netto, apezar de os não distinguir bem, pois traziam lenços atados ao queixo e chapéos desabados.

Desconfiado, Marcos Alves recolheu-se á casa, no que foi imitado por seus hospedes. Ao passar a porta, Côrte Real recebeu, de flanco, um tiro que lhe atravessou os pulmões e o fez cahir morto.

Era chefe d'esta partida o sargento João Patricio de Azambuja, auctor da morte do bravo revolucionario [1].

---

(1) Testemunhou este facto o cidadão João Baptista Pereira Salgado, filho de Marcos Alves Pereira Salgado (*Annuario do Estado do Rio Grande do Sul* para o anno de 1901, pags. 209 a 211). João Patricio de Azambuja não negou a

Penetraram os legalistas na casa e aprisionaram sómente a Francisco Figueiredo: os outros, inclusive Marcos Alves, esconderam-se no sotão e debaixo do assoalho. Figueiredo tinha-se occultado de modo original: pediu que sobre elle se extendesse um colchão e uma senhora ahi se deitasse; denunciou-o, porém, a demásiada gordura e foi immediatamente descoberto.

Quando a partida incorporou-se a Chico Pedro, no passo de Sant'Anna, este chefe perguntou:

—Então, que é dos homens?

Responderam-lhe:

—Escaparam-se. Affonso Côrte Real morreu.

O chefe, que só tinha dado ordem para prendel-o, indagou zangado:

—Mataram?

João Patricio de Azambuja explicou:

—Sim, porque resistiu.

Assim morreu o bravo Côrte Real, um dos mais bellos e mais famosos guerrilheiros rio-grandenses.

Como o seu cunhado e amigo general João Manoel, não lhe coube o glorioso prazer de cahir no meio do inflammado e formidando estrepito de uma batalha, luctando e combatendo como um heróe.

Succumbiu em pleno vigor da vida, aos 30 annos de edade.

---

auctoria da morte de Côrte Real; mas declarou ter praticado o crime em sua legitima defesa (*Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul* para 1902, pags. 87 a 90).

Foi sepultado no cemiterio das Dôres de Camaquam (1).

Sentiam os farrapos necessidade de apoderar-se a todo custo da villa de S. José do Norte—o que lhes facilitaria communicação com o interior da provincia.

Para este ponto marchou um batalhão de 1.200 praças, sob o commando do proprio Bento Gonçalves, tendo como auxiliares José Garibaldi, Domingos Crescencio e Joaquim Teixeira Nunes. Em uma noite de temporal, de 15 para 16 de Julho de 1840, encobertos os assaltantes pelos cômoros de areia que cercavam a villa, approximaram-se d'ella, a uma hora da madrugada, e, sem serem presentidos, lograram escalar as trincheiras e invadir a praça.

Durante 9 horas travou-se renhido combate, sendo commandados os legaes. pelo coronel de legião Antonio Soares de Paiva, cuja força guarnecia a villa.

Apezar da tempestade, poude vir algum soccorro da visinha cidade do Rio Grande, para auxiliar a expulsão dos rebeldes, a qual se effectuou com grande sacrificio de parte á parte.

Entre os legaes, distinguiu-se por sua bravura o official Francisco Luiz da Gama Rosa, que annos depois se reformou no posto de capitão de mar e guerra.

---

(1) Segundo apontamentos que temos á vista, Affonso Côrte Real era um bonito homem, dotado de educação finissima. Trajava sempre com elegancia. Os arreios de seu cavallo eram adornados a prata e a ouro. Fazia o encanto de uma reunião por seu humor sempre alegre e pelas prendas de habilissimo tocador de viola e cantor.

Compunha-se a força imperial de 599 praças, que puderam repellir o dobro dos assaltantes.

Tiveram os farrapos 181 mortos, 150 feridos e 18 prisioneiros e os legaes 72 mortos, 87 feridos e 84 prisioneiros: por estes algarismos avalia-se quanto foi porfiada a lucta.

Vendo frustrado seu plano, voltou Bento Gonçalves para a Setembrina a continuar o assedio da capital.

Chegou ao conhecimento do governo imperial o lamentavel desaccordo entre o presidente, dr. Saturnino Oliveira, e o marechal Manoel Jorge, e, para obviar attritos entre auctoridades, resolveu, ainda uma vez, investir os dois cargos em um militar de provada competencia.

Para tão ardua missão foi nomeado o marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa, portuguez, notavel pelos relevantes serviços prestados á patria adoptiva, especialmente no Pará—onde conseguiu jugular a revolta de Vinagre e de Argelim e pacificar a provincia no anno de 1837—e na Laguna, por elle restaurada recentemente.

Andréa assumiu o exercicio de presidente e de commandante em chefe do exercito a 27 de Julho de 1840. Militar energico, altivo, disciplinador, prompto em suas deliberações, de original franqueza em seus despachos (1),

(1) Como curiosidades historicas, apresentamos alguns despachos do marechal Andréa em requerimentos:

—Não tem logar a dispensa do supplicante emquanto tiver braços para pegar em uma arma.

—Póde receber o requerimento e não lhe prometto coisa nenhuma.

—Desde que o suppl. deu baixa, não me importo com a sua vida.

dispunha de todos os predicados para realizar a almejada pacificação.

Quatro dias antes de sua posse, rompia no Rio de Janeiro um movimento parlamentar contra o governo do regente Pedro de Araujo Lima, marquez de Olinda; a opposição, sem esperar que D. Pedro II completasse 18 annos (a 2 de Dezembro de 1843), considerou-o maior a 23 de Julho de 1840, quando o principe contava, apenas, pouco mais de quatorze e meio annos de edade.

Inaugurava-se no paiz uma nova situação politica; subia

— É muita coisa para as necessidades de uma familia.

— Indeferido, e si o suppl. tornar a mudar o nome, terá o castigo que merece.

— Pague-se ao suppl. sómente o soldo simples e fardamento do tempo que requer, não tendo logar outra gratificação, pois que não está em serviço da nação; e quanto ás etapes, tendo o suppl. já vivido todo esse tempo, não precisa tornar a comer o tempo passado.

— Indeferido. Tão bons ares tem Porto Alegre como o Rio Grande.

— A licença que o suppl. agora precisava era a de ir para a cadeia, pela experteza, ainda que muito visivel, de augmentar a quantidade de sal.

— Indeferido, e trate o suppl. de restituir a seus donos as terras que lhe não pertencem.

— Pessoa tão habil, como se diz o suppl., não precisa mendigar emprego: descance, que quem o precisar, lá o ha de ir procurar. Nas obras publicas não é preciso.

— Tendo fallecido, ha mais de seis annos, não podia ter feito o presente requerimento.

— O suppl. não foi attendido pelas más informações que tive, e não tenho obrigação de lhe dizer de quem.

— Indeferido. O suppl. tem de pagar os impostos estabelecidos por lei; quando não, será obrigado a fazel-o por meio da força.

— Si os supplicantes (colonos do Campo Bom) depositam confiança na pessoa pretendida, não a deposita esta presidencia, e indeferirá quantos requerimentos queiram fazer n'este sentido. Supponham que é fallecida e procurem outra.

ao poder o partido liberal. O ministerio da *Maioridade* ou *Gabinete de 24 de Julho de 1840*, compunha-se das maiores influencias parlamentares: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, ministro do imperio; Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ministro da fazenda; Antonio Paulino Limpo de Abreu, ministro da justiça; Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ministro de extrangeiros; Antonio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, ministro da marinha, e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ministro da guerra.

Tendo sido nomeado pelo partido conservador e achando-se em face de novo governo, que de certo adoptaria novo programma em todos os ramos administrativos, o marechal Andréa comprehendeu que a sua ingerencia nos graves negocios do Rio Grande seria de pouco tempo: quiz, portanto, aproveital-o, conseguindo, por meio suasorio, a pacificação da provincia. N'este nobilitante empenho, entabolou correspondencia com o presidente republicano Bento Gonçalves da Silva. Muitas cartas foram trocadas no mez de Agosto, sem que as pretendidas negociações chegassem a accordo conveniente para ambas as partes.

O chefe revolucionario exigia, como primeira condição de paz, o reconhecimento da republica rio-grandense—idéa inacceitavel pelo governo imperial, pois que importava em desmembramento do territorio.

Vendo o governo que o general Andréa nenhum resultado colhia em seu projecto pacificador, por ser portuguez e

pertencer ao partido retrógrado, resolveu mandar um emissario, negociador da paz: commetteu a tarefa ao deputado paulista e medico, dr. Francisco Alvares Machado, que iniciou seus trabalhos na campanha, acceitando affectuosos jantares de seus contrarios. Prestou-se este facto a motejos, e o espirito gaúcho ridicularizou o meio conciliador, dizendo que o doutor pretendia pacificar a provincia por meio de marmelada.

O procedimento do governo em nomear commissario especial para tratar da paz, foi classificado de indecente pelo general Andréa, que desde logo se considerou destituido de seus cargos.

Com effeito, pouco depois, era nomeado commandante das armas o general João Paulo dos Santos Barretto, que levou a nomeação de Alvares Machado para presidente.

Estes funccionarios tomaram posse em Porto Alegre a 30 de Novembro de 1840.

Desejoso de obter o exito que Andréa não havia conseguido, Alvares Machado, em correspondencia official com Bento Gonçalves, offereceu-lhe amnistia plena, para que fosse negociada a pacificação. O republicano, em carta de 7 de Dezembro, fez ao presidente as seguintes propostas:

1.ª Que fossem pagas pelo governo imperial as dividas contrahidas pela republica;

2.ª Que se considerassem livres todos os escravos que haviam sido alistados como soldados republicanos;

3.ª Que os officiaes revolucionarios fossem garantidos em

seus postos, quando aproveitados em serviço da guarda nacional.

Para melhor firmar o tratado, Bento Gonçalves solicitou uma conferencia com o presidente, porém Alvares Machado negou-a por saber que na campanha Antonio Netto tentava alliciar á causa dos farrapos o legalista, coronel João da Silva Tavares. Tambem fôra convidado em Missões o coronel Manduca Loureiro, por meio de um plenipotenciario, Agostinho de Mello, para adherir á revolução, sob promessa de lhe ser concedido o posto de general, com o commando da fronteira, e de se lhe indemnizar os prejuizos causados pela guerra.

A recusa da conferencia importou em suspensão da amnistia e consequente continuação da lucta.

Por esse tempo, dispunha o governo imperial de 9.201 soldados, assim distribuidos:

Em Porto Alegre.	1.147
Na cidade do Rio Grande	408
Na villa de S. José do Norte	331
Em Taquary.	3.155
Em Pelotas	571
Na Cachoeira	579
Em S. Borja.	1.198
Em Rio Pardo.	212
Em Cima da Serra.	600
Divisão de Labatut em Cima da Serra. . . .	1.000
	9.201

Á frente das 1.000 praças que trouxera de S. Paulo, força denominada *Divisão Paulistana*, o general Pedro Labatut, obedecendo á estrategia combinada entre o general João Paulo e o presidente Alvares Machado, collocou-se em Cima da Serra, no intento de sitiar e bater os farrapos estacionados em Setembrina.

Vendo os revolucionarios que os imperiaes recebiam contingentes não só pela barra do Rio Grande como pela fronteira de S. Catharina e S. Paulo e receando apertado cerco, pois seus contrarios achavam-se de posse da cidade do Rio Grande, de S. José do Norte, da lagôa dos Patos, dos rios Guahyba e Jacuhy e da villa de Rio Pardo, guarnecida pelo general João Paulo e do Taquary defendido pelo brigadeiro Felippe Nery, resolveram abandonar, de vez, o quartel general de suas forças e desafogar-se pela campanha.

Ficava Porto Alegre, afinal, desopprimido do assedio em que se vira durante tres annos.

De Setembrina sahiu David Canabarro levando cerca de 1.800 homens, sob o commando dos sub-chefes Domingos Crescencio de Carvalho, Joaquim Pedro Soares e Ismael Soares da Silva. Fez-se esta arriscada sortida em principio de Novembro de 1840. Tinha por fim dar combate a Labatut e abrir caminho para o interior da provincia.

Emquanto Canabarro, vencendo quasi insuperaveis difficuldades provenientes da aspereza das serras e da força das correntes d'agua que teve de atravessar, executava a retirada, Bento Gonçalves, apparentando tranquillidade, ficava em

Setembrina com 500 homens, a fim de que aquella marcha proseguisse isenta de perseguições.

A 8 de Dezembro, partia tambem de Setembrina o chefe republicano e a 27 do mesmo mez reunia-se na Vaccaria a Canabarro, sem que a juncção fosse, como se esperava, obstada pelos imperialistas.

Entretanto, havia o general Labatut recebido um reforço de 1.600 soldados, elevando assim a sua força a 2.600 praças; receoso, porém, de offerecer combate aos farrapos, cujo numero se exaggerava, dirigiu-se ao Passo Fundo, d'onde seguiu para a Cruz Alta em busca de cavalhada, que não poude obter. Da Cruz Alta desceu a Rio Pardo, deixando em caminho as suas tropas, e d'ahi partiu para Porto Alegre, onde chegou a 6 de Janeiro de 1841, alquebrado de forças e doente.

Em vista de sua falta de plano, evitando encontro com os farrapos, incorreu em censura o general Labatut: submettido a conselho de guerra, foi julgado isento de responsabilidade por ter provado não dispôr de bons cavallos.

Livre de estorvos, Bento Gonçalves atravessou o Passo Fundo com a sua gente e internou-se na campanha, em Janeiro de 1841.

Quando se effectuavam estes movimentos, soffriam os legaes derrotas em dois combates. Em S. Philippe, a 16 de Novembro de 1840, o farrapo João Antonio destroçou forças do coronel Jeronymo Jacintho; e na estancia de S. José, em Missões, a 21 de Dezembro seguinte, o revolucionario Jacintho Guedes desbaratou o tenente-coronel José Loureiro, a

quem depois aprisionou, a 17 de Janeiro, nas margens do Ibicuhy, com mais de 100 combatentes.

Transposta a linha de Passo Fundo, Bento Gonçalves seguiu para S. Gabriel e ahi, a 14 de Março de 1841, reassumiu a presidencia da republica, a qual até então era exercida pelo vice-presidente José Marianno de Mattos—desde 23 de Novembro de 1839, data em que Bento Gonçalves se investira do commando geral das forças revolucionarias.

Quando soube que os rebeldes se achavam na campanha, o general João Paulo reuniu forças em Rio Pardo, 5.200 homens, e no dia 1.° de Março de 1841 seguiu no encalço d'elles, persuadido de que os anniquilaria por um brilhante feito d'armas. No rincão da Formiga fez juncção com 1.200 praças que do Rio Grande vieram commandadas por Silva Tavares. Suppoz poder empenhar grande batalha campal, cuja sorte com certeza ser-lhe-ia favoravel. Os farrapos não lhe satisfizeram o desejo e o deixaram cançar-se inutilmente. Sem lhe ser possivel alcançar o inimigo, o general acampou com cerca de 7.000 homens ás margens do arroio S. Vicente. N'esse ponto, em Agosto do mesmo anno, entregou o commando do exercito ao general Antonio Corrêa Seára, por ordem do conde do Rio Pardo, que em 17 de Abril havia assumido em Porto Alegre o cargo de commandante em chefe das forças imperiaes.

O general João Paulo, como vimos, não teve ensejo de travar combate algum e só praticou o feito notavel de atra-

vessar a campanha, dominio dos farrapos, sem que estes se animassem a impedir-lhe a marcha.

A alteração havida no governo da provincia originou-se na mudança do pessoal do ministerio, que a 23 de Março, por causa da guerra, se recompoz dos seguintes politicos: Candido José de Araujo Vianna (marquez de Sapucahy), ministro do imperio; Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguay), ministro da justiça; Francisco Villela Barbosa (marquez de Paranaguá), ministro da marinha; José Clemente Pereira, ministro da guerra; Miguel Calmon du Pin e Almeida (marquez de Abrantes), ministro da fazenda, e Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mantido na pasta de extrangeiros. Prevalecêra a idéa de Aureliano de Souza: de ser substituido o general João Paulo.

Empossado do cargo, a 17 de Abril de 1841, o conde do Rio Pardo só em Agosto recebeu de seu antecessor o exercito; não partiu, porém, para a campanha a envolver-se em combates: permaneceu em Porto Alegre e d'ahi requisitou do governo central 12.000 soldados, para de todo anniquilar a revolução.

No mesmo dia 17 de Abril assumiu a presidencia da provincia o dr. Saturnino de Souza Oliveira, nomeado pelo ministerio anterior, e já conhecido por haver exercido em 1839 egual funcção.

No mez de Novembro seguinte deram-se encontros favoraveis á legalidade: o coronel Chico Pedro derrotou a guarnição de S. Gabriel, fazendo 23 prisioneiros e apprehendendo

400 cavallos; e João Propicio Menna Barretto a 25, no Rincão Bonito, nas costas do Pequiry, bateu forças farrapas, matando 120 homens e tomando 800 cavallos.

Determinou o conde do Rio Pardo que o coronel Chico Pedro fosse a Piratiny combater Antonio Netto que se achava nas immediações de Piratiny. No desempenho da incumbencia. partiu de Porto Alegre o valente legalista, com 560 homens, em 2 vapores e 4 hiates; dirigiu-se ao passo do Beca, no rio S. Gonçalo, proximo á Estancia do Pavão; d'este ponto, seguiu para a capella de Cangussú, onde acampava Bento Gonçalves com 300 soldados. Chico Pedro, por meio de emboscadas, em que era habilissimo, conseguiu destroçar o chefe revolucionario, matando-lhe 36 companheiros de armas, fazendo-lhe 20 prisioneiros, tomando-lhe 200 cavallos e toda a bagagem. Deu-se este facto a 20 de Janeiro de 1841.

Em Março, ainda outra victoria contaram as forças legaes. Sabendo Procopio Gomes de Mello que o farrapo Domingos de Oliveira (*Quéro-Quéro*) procedia em Pelotas á cobrança de impostos e fazia alli reuniões politicas, dirigiu-se do Rio Grande áquella cidade, e, conseguindo surprehender o revolucionario, matou-o, bem como a varios companheiros.

Estes continuos desastres obrigaram os farrapos a reunir mais fortes elementos de resistencia e a adoptar alvitres que a situação inspirava. Mudou-se a séde da republica para Caçapava, como melhor ponto estrategico, central, onde podiam com vantagem desenvolver-se; correu uma subscripção entre os possuidores de escravos, no sentido de cedel-os

ao serviço revolucionario, sob clausula de futura indemnização, e, obrigado pelas circumstancias, Bento Gonçalves entabolou accordo com Fructuoso Rivera, presidente da Republica Oriental de Uruguay, com o fim de se auxiliarem mutuamente.

Entre ambos pactuaram-se convenções, uma a 5 de Julho e a outra a 28 de Dezembro de 1841. Pela ultima, concordaram em que Bento Gonçalves, para auxiliar o partido *riverista*, cederia 500 infantes e 200 cavalleiros a Rivera, e este, em troca, entregaria áquelle 2.000 cavallos, obrigando-se a não permittir que o Estado Oriental fizesse remessa de cavalhadas para o exercito imperial.

Logo que foi fornecido aos farrapos o elemento de guerra convencionado, o governo brazileiro reclamou ao oriental contra a protecção dada aos revolucionarios — facto que foi contestado por Fructuoso Rivera e por Bento Gonçalves, allegando ambos que a cavalhada havia sido violentamente arrebatada.

Abusando d'este convenio, Rivera lançou uma finta vexatoria sobre os estancieiros brazileiros domiciliados no Estado Oriental, sendo a contribuição extorquida pelo terror, sob ameaças, como succedeu ao tenente-coronel Annibal Antunes Maciel, que se viu forçado a pagar a somma de 3.000 pesos exigida por uma quadrilha de orientaes armados. Em vista d'estas depredações, muitos fazendeiros foram obrigados a refugiar-se no Rio Grande do Sul, a fim de acautelarem dinheiro, gado e escravos. Interpellado officialmente sobre

semelhantes expoliações, Rivera allegou serem escoltas de argentinos os que de assalto atacavam as estancias brazileiras.

Secretamente recebiam os farrapos do governo de Montevidéo não só petrechos bellicos, mas fazendas, necessarias ao fardamento e ao abrigo das forças republicanas.

Suppunha o conde do Rio Pardo que, collocando o exercito em excellentes posições estrategicas e determinando operações parciaes por meio de columnas volantes, conseguiria a conclusão da guerra: frustraram-se, porém, todos os seus planos, elaborados em Porto Alegre, d'onde jamais quiz sahir para expôr-se aos azares da campanha.

Á vista de tanta inacção e de tantos projectos sem resultado pratico, resolveu o governo dispensar da commissão o conde do Rio Pardo e o fez interinamente substituir pelo brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, que tomou posse do cargo a 26 de Junho.

Cumprindo instrucções officiaes, Silva Bittencourt seguiu logo, em Julho, para a campanha, a fim de dirigir em pessoa todo o movimento bellico: passou pela villa de Rio Pardo e em Agosto achou-se em Vaccacahy, onde estacionára o exercito.

Apenas havia effectuado a mudança de acampamento para as margens do arroio do Sol, quando teve noticia de que outro general fôra nomeado pelo governo para presidente e commandante em chefe do exercito: esse era o barão de Caxias, que, havia pouco, pacificára as duas provincias de S. Paulo e Minas, rebelladas contra a reforma decretada pela

lei de 3 de Dezembro de 1841 e considerada attentatoria aos direitos dos cidadãos brazileiros.

O general Luiz Alves de Lima e Silva, barão de Caxias, tomou posse do governo e do commando militar, na cidade de Porto Alegre, a 9 de Novembro de 1842.

No dia da posse, fez publicar esta proclamação:

«Rio Grandenses! Sua Magestade o Imperador, confiando-me a presidencia e commando em chefe do bravo exercito brazileiro, recommendou-me que restabelecesse a paz n'esta parte do Imperio, como a restabeleci no Maranhão, S. Paulo e em Minas. A Divina Providencia, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará com que eu possa satisfazer aos ardentes desejos do magnanimo monarcha e do Brazil todo. Rio Grandenses! Segui-me, ajudai-me, e a paz coroará os nossos esforços!»

A 4 de Agosto de 1842, na cidade de Alegrete, então capital da republica, o presidente Bento Gonçalves da Silva e o ministro da justiça e interinamente do interior, José Pedroso de Albuquerque, publicaram decreto mandando proceder ás eleições dos deputados á assembléa constituinte.

Foram eleitos 54 representantes, sendo 36 deputados e 18 supplentes. Aqui mencionamos os nomes e numeros de votos:

1. Vigario apostolico Francisco das Chagas Martins d'Avila e Souza 3.025
2. Tenente-coronel Manoel Lucas de Oliveira . 2.987
3. Tenente-coronel Serafim Joaquim de Alencastro. 2.892

4. Coronel Silvano José Monteiro de Araujo e Paula.	2.890
5. Dr. Francisco de Sá Britto	2.874
6. Serafim dos Anjos França, advogado	2.823
7. Padre Hildebrando de Freitas Pedroso . . .	2.753
8. Coronel José Marianno de Mattos, ministro da marinha.	2.694
9. Severiano Antonio da Silveira, fazendeiro . .	2.643
10. Luiz José Ribeiro Barretto, secretario do cidadão general em chefe	2.627
11. Capitão José Gomes de Vasconcellos Jardim, ex-presidente interino da republica, fazendeiro.	2.534
12. José Pedroso de Albuquerque, ministro da justiça	2.522
13. Padre João de Santa Barbara	2.481
14. Major Antonio Vicente da Fontoura, ministro da fazenda.	2.474
15. Dr. Antonio José Martins Coelho	2.435
16. General João Antonio da Silveira	2.068
17. José Pinheiro de Ulhôa Cintra, ministro plenipotenciario.	1.964
18. General Bento Gonçalves da Silva, presidente interino da republica.	1.897
19. Domingos José de Almeida, ministro do interior, proprietario.	1.842
20. Tenente-coronel Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Menna	1.837

21. Ignacio José de Oliveira Guimarães, fazendeiro	1.812
22. Cirurgião José Carlos Pinto	1.773
23. Coronel Oliverio José Ortiz	1.765
24. Joaquim dos Santos Prado Lima, negociante.	1.747
25. Manoel Martins da Silveira Lemos, inspector do thesouro	1.626
26. Coronel Onofre Pires da Silveira Canto . . .	1.607
27. Major Ismael Soares da Silva	1.451
28. Major José Maria Pereira de Campos	1.442
29. Capitão Fidelis Nepomuceno Prates, fazendeiro	1.372
30. General Antonio de Souza Netto	1.253
31. Padre Francisco Leite Ribeiro	1.221
32. Luiz Ignacio Jacques, negociante	1.211
33. Vicente Lucas de Oliveira, fazendeiro . . .	1.185
34. Coronel Joaquim Pedro Soares	1.116
35. Francisco Modesto Franco, negociante . . .	1.106
36. Tenente-coronel José Alves de Moraes . . .	1.072
Supplentes, os immediatos em votos:	
1. Bento Xavier de Andrade	1.061
2. Major Luiz José da Fontoura Palmeiro . . .	1.038
3. Primeiro-tenente Joaquim Gonçalves da Silva	1.030
4. Francisco Ferreira Jardim Brazão, negociante	996
5. Dr. Antonio Vicente de Siqueira Pereira Leitão	986
6. Manoel Gonçalves Rodrigues Jardim, fazendeiro	977

7.	Major Bernardo Pires	955
8.	Antonio Manoel Corrêa da Camara	946
9.	Manoel José Pereira da Silva, fazendeiro . .	924
10.	Tenente-coronel Joaquim José Ferreira Villaça	871
11.	General David Martins Canabarro	855
12.	Tristão de Araujo Nobrega, fazendeiro . . .	839
13.	Tenente-coronel Felisberto Machado de Carvalho Ouriques	815
14.	Antonio Paulo da Fontoura, proprietario . .	787
15.	José Ferreira Gomes Roque, negociante . . .	780
16.	Coronel Antonio Manoel do Amaral Sarmento Menna	637
17.	Marcos Alves Pereira Salgado, fazendeiro . .	612
18.	Capitão Antonio Leite de Oliveira	584

Este resultado do pleito eleitoral foi publicado no numero 4 do *Americano* [1], de 5 de Outubro de 1842.

A Assembléa Geral Constituinte effectuou a sua primeira

---

(1) O *Americano*, periodico *official, politico e litterario*, publicava-se no Alegrete, na *Typographia Republicana Rio Grandense*. Lia-se no cabeçalho: «Este periodico é de propriedade nacional. Publica-se quartas e sabbados de cada semana. Recebem-se assignaturas na typographia. Preço — 4 patacões por semestre, pagos adiantados. Folha avulsa 80 réis.»

Trazia por epigraphe esta quadra:

> Pela Patria viver, morrer por ella;
> Guerra fazer ao despotismo insano;
> A virtude seguir, calcar o vicio:
> Eis o dever de um livre Americano.

sessão preparatoria a 29 de Novembro de 1842, sob a presidencia do padre Francisco das Chagas Martins d'Avila e Souza, servindo de secretarios o coronel Silvano Monteiro e o dr. Francisco de Sá Britto.

A sessão de installação realizou-se a 1.° de Dezembro, pronunciando o presidente Bento Gonçalves a seguinte *Fala:*

«Srs. Representantes da Nação Rio Grandense! Depois da heroica revolução que operamos contra os oppressores de nossa patria; depois de uma lucta obstinada que por espaço de 7 annos absorveu nossos cuidados, chegou finalmente a epocha em que, sem grande risco, se verifica vossa reunião exigida altamente pelo voto publico.

«Meu coração palpita de prazer, vendo hoje assentados, n'este venerando recinto, os representantes do povo, em quem estão fundadas as mais bellas esperanças de nosso paiz.

«Eu me congratulo comvosco por tão plausivel successo.

«Por decreto de 10 de Fevereiro de 1840 convoquei uma Assembléa Constituinte e Legislativa do Estado; mas acontecimentos imprevistos, originados pela guerra em que estamos empenhados, cuja historia não vos é extranha, privaram que se fizesse a ultima apuração dos votos.

«Um manifesto fiz publicar em 29 de Agosto de 1838, expondo amplamente os motivos de nossa resistencia ao governo de Sua Magestade o Imperador do Brazil, motivos imperiosos que nos obrigam a separar da Familia Brazileira.

«Si me não é dado annunciar-vos o solemne reconheci-

mento de nossa independencia politica, góso ao menos a satisfacção de poder afiançar-vos que não só as Republicas visinhas, como grande parte dos brazileiros, sympathizam com a nossa causa.

«Mui doloroso me é o ter de manifestar-vos que o Governo Imperial, surdo á voz da humanidade, e com escandaloso desprezo dos mais sãos principios da sciencia do Direito, nutre ainda a pertinaz intenção de reduzir-nos pela força; porém, meu profundo pezar se diminue com a grata recordação de que a tyrannia acintosa, exercida por elle nas provincias, tem despertado o innato brio dos brazileiros que já fizeram retumbar o grito da resistencia em alguns pontos do Imperio. É assim que seu poder se debilita e se approxima o dia em que, banida a realeza da Terra de Santa Cruz, nos havemos de unir por estreitos laços federaes á magnanima Nação Brazileira, a cujo gremio nos chama a natureza e nossos mais caros interesses (1).

«Todavia, o que nos deve inspirar mais confiança, o que nos deve convencer de que alfim triumpharão nossos principios politicos, é o valor, é a constancia de nossos compatriotas, é a firme resolução em que se acham de sustentar, a todo custo, a independencia do paiz.

«Debaixo de tão lisonjeiros auspicios começam os vossos

---

(1) Realizou-se a prophecia de Bento Gonçalves a 15 de Novembro de 1889.

trabalhos e cessa desde já o poder discricionario de que fui investido pelas actas de minha nomeação, cumprindo, pois, as condições com que fui eleito, eu o deponho nas vossas mãos.

«A primeira necessidade do Estado é uma Constituição politica baseada sobre os principios proclamados no memoravel dia 6 de Novembro de 1836. A estabilidade da politica interior está ligada com esse grande acto que ha de necessariamente augmentar nossa força moral.

«Bem penetrados da importancia de vossa missão e das circumstancias excepcionaes em que nos achamos, a vós cumpre decretar os meios, recursos e elementos, com que deve contar o governo, para o bom desempenho de suas funcções.

«Si julgardes conveniente legislar sobre outros objectos, lembrai-vos de que a moral publica, a segurança individual e de propriedade, exigem promptas reformas nas leis que provisoriamente adoptámos, pouco adequadas ás nossas actuaes circumstancias.

«Srs. Representantes da Nação Rio Grandense! A felicidade e a sorte da Republica estão hoje em vossas mãos. A prudencia, a sabedoria e a moderação com que vos conduzirdes, durante vossa missão, acreditará sem duvida a nobre confiança que têem em vós depositado nossos concidadãos.

«Pelos differentes Secretarios de Estado se vos darão todos aquelles esclarecimentos que tiverdes por bem exigir.

«Está aberta a sessão.»

A Assembléa Constituinte nomeou uma commissão de

cinco membros para elaborar o projecto de Constituição, base para o funccionamento legal da Republica. Acceitaram a incumbencia Domingos José de Almeida, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, Francisco de Sá Britto, José Marianno de Mattos e Serafim dos Anjos França, e no dia 8 de Fevereiro de 1843 submetteram o importante documento á discussão e approvação d'aquella Assembléa.

As bases da Constituição repousavam em principios de larga democracia.

Todos os cidadãos rio-grandenses formariam uma nação livre e independente, que não admittia laço de união com qualquer outra que lhe prejudicasse a integridade.

Seu governo seria Republicano Constitucional Representativo.

Não podiam exercer o direito do voto os cidadãos que não soubessem ler e escrever.

Era considerada religião do Estado a catholica, apostolica, romana.

Como um signal de atrazo d'aquelle tempo, não podiam ser eleitos Deputados os acatholicos nem os naturalizados.

Tres poderes assumiriam a suprema governança: o Judiciario, o Legislativo e o Executivo.

O Judiciario seria garantido em sua perfeita independencia, e exclusivamente excercido pelos Tribunaes, juizes e jurados.

Seria creado em Porto Alegre um Supremo Tribunal de Justiça; na mesma capital, nas outras cidades e villas—Tri-

bunaes de Appellação. Nas cabeças de comarca—Juizes de Direito e Juizes de Paz. Os Juizes de Direito eram vitalicios; podiam, porém, ser removidos ou suspensos pelo Presidente.

O Legislativo dividia-se em Camara dos Deputados e Senado. Com approvação do Presidente da Republica, decretava a guerra, concedia amnistia e perdão, creava empregos, approvava e desapprovava tratados com as nações extrangeiras. Cada deputado corresponderia a 5.000 habitantes, mas emquanto não se organizasse a estatistica da população, seriam eleitos os deputados em numero de 24.

Os Senadores, em numero correspondente á metade dos deputados, exerceriam as suas funcções durante 12 annos, sendo, porém, substituido um terço do pessoal em cada legislatura. A reforma do 1.° e 2.° terço deveria ser feita por meio de lista triplice apresentada pela Camara dos Deputados ao Poder Executivo; e a reforma do 3.° terço por eleição indirecta do povo.

Aos Senadores caberia o dobro do subsidio dos Deputados.

Funccionaria a Camara de quatro em quatro annos, por meio de eleição directa do povo.

Ao Senado cumpria julgar os funccionarios accusados pela Camara e convocar a Assembléa Geral em casos extraordinarios, por abusos commettidos pelo Presidente da Republica ou por urgencia de medidas legislativas.

O Poder Executivo era exercido pelo Presidente da Republica e seus delegados. Não podia amnistiar. Não nomeava magistrados, nem commandantes de forças de mar

e terra, nem diplomatas, nem chefes de repartições de fazenda nem fazia promoção a coroneis e a generaes, sem prévia approvação do Senado.

O Presidente da Republica seria tambem investido do cargo de Commandante em Chefe do exercito nacional, porém não podia commandal-o pessoalmente sem licença do Senado. No caso de o Presidente marchar para a guerra, o Presidente do Senado o substituiria na governança do Estado.

Seria permanente a força armada e o seu numero fixado annualmente pela Assembléa Geral.

Era facultado ao Presidente nomear livremente os seus Ministros, os quaes não podiam eximir-se da responsabilidade de seus actos, peraute a Camara dos Deputados.

Para a policia local, o Presidente nomeava um Director Policial em cada municipio e em cada districto um Intendente subordinado áquella auctoridade.

Todas as cidades e villas deveriam ter Camaras Municipaes.

A Camara dos Deputados tinha competencia para accusar, perante o Senado, ao proprio Presidente da Republica, aos membros das duas Camaras, aos Ministros, aos Conselheiros de Estado, aos Juizes do Supremo Tribunal de Justiça; cabia-lhe tambem propôr, em lista triplice, os Senadores que por terços deveriam ser substituidos.

Era attribuição da Camara a creação de impostos, regular o recrutamento, fiscalizar a administração do Presidente e ter preferencia na discussão das propostas apresentadas pelo

Executivo, visto que era ella considerada a representante immediata da vontade popular.

Mandava a Constituição que vigorassem as leis do Imperio, não contrarias a ella.

Podia-se reformar a Constituição, quando o deliberassem dois terços de ambas as camaras legislativas reunidas.

Finalmente, garantia a Constituição plena liberdade de imprensa, de industria e de commercio; estabelecia ampla instrucção primaria gratuita; abolia titulos de nobreza; facultava a todos os cidadãos denunciar e accusar livremente em todos os crimes de responsabilidade.

Taes, em resumo, as idéas sobre que assentava o pacto fundamental da Republica Rio Grandense.

Consagraremos o capitulo seguinte á exposição do importante papel que a tactica militar e o tino administrativo do barão de Caxias desempenharam no Rio Grande, conseguindo a pacificação de modo humanitario e honroso para o imperio e para os valentes e briosos revolucionarios.

CAPITULO XXXV

OPERAÇÕES MILITARES DO BARÃO DE CAXIAS. ASSASSINATO DE ANTONIO PAULO DA FONTOURA. MORTE DE ONOFRE PIRES EM DUELLO COM BENTO GONÇALVES. CONTINUOS COMBATES. PROPOSTAS DE PAZ. A PACIFICAÇÃO — 1842-1845.

LOGO que o barão de Caxias entrou em exercicio de seus cargos, de presidente e de commandante em chefe do exercito imperial no Rio Grande do Sul, teve noticia de que o coronel Raphael Tobias de Aguiar (1), chefe da rebellião paulistana, vinha por terra para o Rio Grande do Sul, no interesse de ligar-se aos revolucionarios. Immediatamente expediu o barão

---

(1) O coronel Raphael Tobias de Aguiar, opulento proprietario e capitalista de S. Paulo, um dos chefes do partido liberal, casou no anno de 1842 com D. Demithildes de Castro Canto e Mello, marqueza de Santos. Sobre esta extraordinaria mulher diz o dr. Joaquim Manoel de Macedo em seu *Supplemento do Anno Biographico* (Rio de Janeiro, 1880), vol. I, pags. 215 e 216: «Em falta de apurado cultivo de intelligencia, D. Demithildes deveu á mais prodiga natureza dotes physicos allucinadores. Era alta, magestosa de estatura e de admiravel harmonia e perfeição nas fórmas e contornos de seu corpo, e formosa de rosto a obrigar a contemplação de todos; tinha no andar e nos modos enlevadora graça: maravilhava pela belleza.»

uma escolta ao encontro do coronel Tobias, a qual conseguiu aprisional-o na estrada da Palmeira, perto de Passo Fundo, e trazel-o a Porto Alegre, d'onde foi remettido para o Rio de Janeiro, a responder a processo.

O bom exito d'esta primeira diligencia foi de bom presagio para quem ia encetar uma serie de operações de elevado alcance.

As principaes idéas que tinha em vista pôr em pratica o experimentado general, eram:

1.ª Interessar todos os rio-grandenses na necessidade urgente de se terminar a guerra;

2.ª Conseguir do dictador da Republica Argentina, D. João Manoel de Rosas, e do presidente do Estado Oriental, D. Manoel Oribe, que os revolucionarios não pudessem penetrar em qualquer das republicas nem d'ellas obter cavalhadas;

3.ª Adquirir para o exercito o maior numero possivel de cavallos; pois eram esses os principaes elementos na guerra sulista.

4.ª Utilizar-se do brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, cujos serviços reputava de grande valor, já pelas relações de amizade que mantinha na campanha, já pelo conhecimento que possuia do terreno, de que era grande vaqueano.

Prevenido, porém, contra a falta de sinceridade de Bento Manoel, o barão, ao attrahil-o, escreveu, a 29 de Novembro de 1842, ao ministro da guerra, José Clemente Pereira: «Eu julgo, como V. Exa., impolitico o dar commandos a

Bento Manoel e muito menos antes de elle ter dado provas de sua contricção; porém creio tambem que elle me vai ser muito util, supprindo-me n'aquillo que me falta, que é o conhecimento pratico do terreno, e, com as suas relações na campanha, espero obter mais alguma gente de cavallaria e cavallos. Descance V. Exa. que eu me hei de manejar com cautela com elle... Hei de me servir d'elle como de meu vaqueano-mór, fazendo-o escrever, como já fiz, para que todos os seus partidarios da campanha se me reunam com gente e cavalhadas, e tenciono dar um golpe com essa gente pela retaguarda dos rebeldes, logo que me approxime á fronteira de Alegrete, para onde pretendo encostar os rebeldes.»

Poucos dias depois de sua chegada a Porto Alegre, foi o barão ao rincão dos Touros verificar a quantidade e o estado da cavalhada, e reconheceu a necessidade urgente de remonta d'essa arma de guerra.

No momento em que ia encetar as suas operações militares, havia a seguinte distribuição de forças:

Na lagôa Mirim e no rio Jacuhy, lanchões armados em guerra.

Na cidade do Rio Grande, dois batalhões de 666 praças cada um e 800 soldados de cavallaria.

Na villa de S. José do Norte, um destacamento de 100 soldados de infanteria e outro de cavallaria.

A cidade de Porto Alegre ficava guarnecida por um batalhão de caçadores, corpo policial com 100 praças, e 300 soldados de cavallaria occupados em percorrer os districtos

visinhos — Santo Antonio da Patrulha, Taquary, Santo Amaro, Setembrina (capella de Viamão), Aldeia dos Anjos e Belém.

O exercito, com cerca de 7.000 homens, acampava junto ao passo de S. Lourenço, no rio Jacuhy. Subia a 12.000 soldados o total das forças imperialistas.

A 11 de Janeiro de 1843, o barão de Caxias deu começo ás operações, atravessando o rio S. Gonçalo, no passo da Barra, com uma columna ligeira de 1.000 infantes e 800 cavalleiros, a fim de conduzir 5.000 cavallos que havia conseguido reunir no rincão dos Touros.

Realizou-se este arriscado movimento sem opposição dos farrapos porque o barão poude illudil-os; fez constar que passaria o S. Gonçalo nos Canudos e seguiria na direcção de Piratiny para fazer juncção com o exercito que n'esse sentido apparentou mover-se. Antonio Netto, com 2.000 cavalleiros e 300 infantes, foi esperal-o nos Canudos, quando o barão passava por outro ponto e marchava para Rio Pardo, costeando a lagoa dos Patos, abrigado de flanco pela serra do Herval.

A 11 de Fevereiro chegou ao acampamento de S. Lourenço, sem ser inquietado pelas forças de David Canabarro, collocadas no passo da Juliana, 6 a 8 leguas acima.

Deu então nova organização ao exercito, que ficou assim constituido:

1.ª Divisão, commandante, o brigadeiro Philippe Nery de Oliveira, composta das brigadas 1.ª, 7.ª e 8.ª, commandadas

pelos coroneis José Fernandes dos Santos Pereira, Manoel Marques de Souza e João Frederico Caldwell; e de uma bateria de artilheria a cavallo, commandada pelo tenente-coronel José Ferreira de Azevedo;

2.ª Divisão, commandante, o coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa, composta das brigadas 2.ª, 4.ª e 6.ª, commandadas pelos coroneis Francisco de Arruda Camera, Antonio de Medeiros Costa e Jeronymo Jacintho Pereira;

3.ª Divisão, commandante, o coronel João da Silva Tavares, composta das brigadas 3.ª, 5.ª e 9.ª (guarnição do Rio Pardo) e 10.ª (guarnição do Rio Grande), commandadas pelo tenente-coronel Manoel Pereira Vargas, coronel Manoel dos Santos Loureiro, coronel João Feliciano da Costa Ferreira e brigadeiro graduado Luiz Manoel de Jesus.

A guarnição de Porto Alegre tinha como commandante o marechal de campo Thomaz José da Silva.

Bento Manoel passou a pertencer ao estado maior do general em chefe.

David Canabarro moveu-se do passo da Juliana e foi reunir-se, a 19 de Fevereiro, ás forças de Antonio Netto no passo do Rosario, no rio Santa Maria. As forças farrapas, enfraquecidas com a longa e improficua lucta, achavam-se reduzidas a 3.500 soldados.

Antes de partir em busca dos revolucionarios, Caxias mandou á Cima da Serra uma força de 500 cavalleiros commandada pelo coronel Jeronymo Jacintho Pereira, no intento de desalojar d'alli forças do tenente-coronel José Gomes

Portinho. Com effeito, a 4 de Março, na picada do Padilha, em Butucarahy, foi batida a vanguarda de Portinho, commandada pelo tenente Leme, que morreu em combate, e obrigados os revolucionarios a abandonar a posição e procurar o Ijuhy; d'este ponto atravessaram o Ibicuhy, no passo do Marianno Pinto, e incorporaram-se em Alegrete ao exercito republicano.

Assim ficou Cima da Serra desoccupada inteiramente de farrapos.

Voltando a assumpto politico, diremos que a Assembléa Geral Constituinte elegeu como seu presidente permanente o padre Hildebrando de Freitas Pedroso.

Depois de algumas deliberações de diminuta importancia, encerrou seus trabalhos a 10 de Fevereiro de 1843.

Tres dias depois dava-se o assassinato do vice-presidente Antonio Paulo da Fontoura, conhecido por Antonio Paulino, chefe da opposição na Assembléa, partido que se havia levantado para contrariar muitas idéas do general presidente da republica, principalmente aquella que determinava confiscação de bens dos legalistas.

O proeminente revolucionario fôra traiçoeiramente morto por um tiro de pistola disparado á noite para dentro de uma janella de sua casa. Onofre Pires, amigo intimo de Antonio Paulino, considerou como mandante do attentado o proprio Bento Gonçalves e no dia 19 fez correr em Alegrete convites impressos, com estes dizeres:

« Fazem amanhã 7 dias que deixou de existir n'este valle

de lagrimas o vice-presidente Antonio Paulo da Fontoura, victima do crime que o roubou á patria, aos seus parentes, aos seus amigos e aos seus concidadãos.

«A egreja costuma celebrar a missa do 7.° dia applicada a prol da vida futura que devem gosar os que souberam n'este mundo, á semelhança de Jesus Christo, perdoar os seus inimigos.

«Rogo a V. S. e a toda sua familia, que se dignem, amanhã, ás 8 horas, concorrer á egreja matriz, a fim de ouvirem a referida missa, com o que honrarão a memoria de um mortal, e darão uma prova de seus sentimentos religiosos: favor que espera merecer da benevolencia de V. S. seu amigo e venerador.»

Do passo de S. Lourenço marchou o barão de Caxias a encontrar-se com os revolucionarios no passo do Rosario; soube, porém, ao passar por S. Gabriel, que os farrapos haviam seguido em direcção a Alegrete; á vista d'este movimento, resolveu deixar em S. Gabriel a bagagem pesada, guardada por 3 batalhões de caçadores e 500 cavalleiros, formando um total de 2.000 soldados com 3 peças de artilheria, sob o commando do coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa.

Em perseguição dos rebeldes, atravessou o rio Santa Maria e dirigiu-se á capella de Sant'Anna, hoje cidade de Sant'Anna do Livramento. Approximou-se da povoação a 31 de Março de 1843 e, impedido pela noite, resolveu ordenar o ataque no dia seguinte.

Os revolucionarios, porém, não esperaram pelo encontro

e n'essa mesma noite, em numero de 2.500 homens das tres armas, passaram-se para a Republica do Uruguay na altura de Cunhaperú. Aproveitando o ensejo de se achar na fronteira, o barão chegou á margem direita do rio Taquarembó, effectuou a compra de 3.000 cavallos e negociou com o general D. Manoel Oribe a acquisição de 6.000, que depois lhe foram entregues.

Por uma evolução rapida, os revolucionarios retrocederam para o Rio Grande do Sul, por Taquatiá, e apresentaram-se em frente de S. Gabriel, que encontraram sem a guarnição a postos, por descuido lamentavel do coronel Jacintho Pinto: depois de praticar varias mortes e ferimentos em officiaes e soldados, retiraram-se os farrapos, levando comsigo cavallos e bois que conseguiram apprehender.

Logo que teve noticia d'este inesperado assalto, o barão de Caxias partiu, a 16 de Abril, de Sant'Anna do Livramento, e a 19 chegava a S. Gabriel, executando com velocidade, em 48 horas, uma marcha forçada de 24 leguas, com 4.000 homens e 9.000 cavallos.

Ahi conseguiu rehaver parte da cavalhada e submetteu a conselho de investigação o coronel Jacintho Pinto, pela desidia de não manter a guarnição em vigilancia, prompta ao primeiro signal.

Retiraram-se os farrapos para os lados de Bagé.

Reconhecendo a impossibilidade de combatel-os com toda a força reunida, o barão dividiu o exercito em duas columnas, uma sob seu commando e outra sob a direcção de Bento

Manoel, que viu afinal aproveitados os seus serviços em um cargo importante, e, lisonjeado, deixou de pretender deslustrar o prestigio do barão, no intento de o substituir ([1]).

Investido de cargo de confiança, Bento Manoel, satisfeito em suas ambições de mando, envidou os maiores esforços

---

(1) Sabendo o barão de Caxias que Bento Manoel tramava retiral-o do commando em chefe do exercito, intrigando-o com o ministro da guerra, escreveu da Tapera do Trilho, em data de 22 de Abril de 1843, uma carta ao mesmo ministro, da qual transcrevemos os seguintes trechos, como elucidação historica:

« Bento Manoel, logo que viu mudado o ministerio, julgou que eu tambem o seria, na fórma do costume, e visando o mando do exercito, principiou a rosnar pela bocca pequena que era de opinião haver duas auctoridades na provincia, e que estava muito descontente por eu o não ter empregado em commando de alguma divisão. Ora, até essa epocha elle não tinha cumprido nada do que tinha promettido ao governo; nenhuma defecção tinha apparecido nos rebeldes, e por tudo isso e pela falta de confiança que elle gosava no exercito, eu não julguei politico empregal-o no commando de coisa nenhuma; mas trazia-o sempre commigo, consultava-o sobre qualquer movimento que pretendia fazer e dava-lhe muita consideração em publico, a fim de ir aos poucos dissuadindo alguns chefes que o detestavam, e muito já tinha conseguido, quando a sahida de V. Exa. do ministerio, quando eu menos o esperava, me veiu desconcertar e dar animo aos invejosos de minha fortuna. Bento Manoel mandou logo seu filho, o dr. Sebastião Ribeiro, para a côrte, com ordem de escrever contra mim e exaggerar a capacidade do pae para o commando do exercito, apresentando a idéa de duas auctoridades para a provincia. O que elle por lá terá feito, não sei; V. Exa. que lá está, melhor o saberá. Continuou Bento Manoel comtudo a acompanhar-me e como visse que não achava echo contra mim no exercito, tem-se reprimido, muito mais depois que teve certeza de que o novo ministerio me não era avesso e que mesmo n'elle havia alguns tão meus amigos como o sr. José Clemente. Eu não me dei nunca por sabedor e antes o tratei sempre com a mesma affabilidade e franqueza, e isto o tem desconcertado tanto, que me consta que elle já diz que se tinha em conta de muito velhaco, porém que eu era mais do que elle, tendo metade da sua edade, e que estava disposto a me continuar a ajudar em tudo e que não podia negar que eu ia marchando muito bem, etc. O caso é que vou tirando d'elle todo o partido. » *Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo* (S. Paulo, 1902), vol. VI, pags. 52 e 53.

para que — de accordo com promessa feita ao governo — parentes e amigos republicanos viessem, nas fileiras legaes, fazer causa commum com elle: dos transfugas que alliciou formou-se em fins de Abril um corpo intitulado *Esquadrão de cavallaria ligeira do municipio de Alegrete.* D'esse esquadrão fez parte o ex-revolucionario tenente-coronel Demetrio Ribeiro, que a 16 d'aquelle mez se apresentou ao barão, com 80 homens e 600 cavallos subtrahidos aos farrapos.

Dividido o exercito em duas columnas, devia a 1.ª, de Bento Manoel, operar áquem do rio Santa Maria e a 2.ª, de Caxias, além do mesmo rio, percorrendo em toda sua extensão o districto e fronteira de Alegrete.

De sua columna destacou o barão uma expedição para as immediações do arroio Pai Passo, confluente do Ibirapuitan. Encontrando-se ahi abandonado o arsenal dos revolucionarios, fez-se arrecadação de grande numero de instrumentos bellicos: 5 peças de artilheria, granadas carregadas, balas, couraças, lanças, armamento de infanteria e cavallaria e bem assim uma botica mandada vir de Montevidéo por 7.000 patacões ou 14:000$000. O abandono de tantos materiaes preciosos demonstrou enfraquecimento e desanimo nas fileiras republicanas.

Mandou o barão que fosse occupada a villa de Alegrete por um batalhão de caçadores e um esquadrão de cavallaria, 700 praças, sob o commando do brigadeiro Francisco de Arruda Camera, estancando d'este modo a fonte de recursos pecuniarios de que lançavam mão os farrapos.

Sabendo os revolucionarios que o exercito se dividira em duas columnas, deliberaram atacar a de Bento Manoel, offerecendo-lhe grande combate. Com 2.500 homens, os chefes Bento Gonçalves, David Canabarro, Antonio Netto, João Antonio e Jacintho Guedes da Luz procuraram encontrar-se com as forças de Bento Manoel, orçadas em 1.200 infantes e mais de 1.000 cavalleiros, com duas peças de artilheria.

A 26 de Maio, junto ao arroio *Poncho Verde* (1), foi atacado Bento Manoel, que na occasião se achava á frente de 1.600 soldados.

Depois de duas horas de renhido combate, retiraram-se os farrapos, deixando os legaes senhores do campo.

Segundo lemos na participação official dirigida pelo barão de Caxias ao ministro da guerra Salvador José Maciel, houve no combate mais de 100 revolucionarios mortos e de 200 feridos, quando tiveram os legaes apenas 30 mortos e 50 feridos, entre estes o brigadeiro Bento Manoel, que recebeu ferimento em um braço e no peito esquerdo (2).

---

(1) O arroio *Poncho Verde* nasce na Serrilhada, atravessa a lagoa do Poncho Verde e desagua á margem esquerda do rio Santa Maria.

(2) Officio do general barão de Caxias, datado do quartel general nas pontas de Santa Maria Chica, em marcha, 27 de Maio de 1843, e publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Braz.*, tom. XLVII, 1.a part., pags. 93 e 94.

Em ordem do dia passada em 3 de Junho de 1843, no passo de D. Pedrito, o barão de Caxias louvou a conducta de Bento Manoel no combate de Poncho Verde e o denodo com que se portaram o coronel Antonio de Medeiros Costa, commandante da brigada de cavallaria, e tenentes-coroneis Luiz Manoel de Lima e Silva, commandante do 9.° batalhão de caçadores; João Propicio Menna Barretto, commandante do 3.° corpo de cavallaria; Manoel Adolpho Charão, com-

Parece que Bento Manoel, no interesse pessoal de fazer brilhar a sua valentia no primeiro combate que foi obrigado a empenhar depois de nomeado commandante de divisão, exaggerou o feito. Contemporaneos do combate de Poncho Verde, testemunhas presenciaes do acontecimento, affirmaram ter havido vantagem para os farrapos, que tomaram 2 estandartes, bagagens e cavalhadas. Atacado de surpresa, Bento Manoel viu atropelada, quasi dispersa, a sua cavallaria, e, para resguardal-a, mandou formar quadrado.

Livrou-o de completa derrota a superioridade de sua arma de infanteria.

Além d'isso, um facto casual determinou a rapida retirada dos farrapos: appareceu-lhes pela retaguarda uma cavalhada vinda do Estado Oriental, e a polvadeira que os animaes em marcha levantaram os fez crer na approximação de novas forças legaes que os collocariam entre dois fogos: n'esta supposição abandonaram o campo.

Após o indeciso combate, dirigiu-se Canabarro a Alegrete, no interesse de sitiar e tomar a praça, e ahi chegando com cerca de 1.000 homens, a 5 de Junho, dirigiu ao brigadeiro Arruda intimação a que se rendesse, no praso de duas horas.

---

mandante do 12.° corpo; José Joaquim de Andrade Neves, commandante do 9.° de cavallaria; José Ignacio da Silva (Juca Ourives), commandante do 8.° da mesma arma; major Francisco de Lima e Silva, commandante do 3.° de fuzileiros; Agostinho Gomes Jardim e João Antonio Severo. Elogiou o modo por que seu ajudante de ordens, major de divisão Pedro Maria Xavier Meirelles, se conduziu na acção, animando os soldados com repetidos vivas a Sua Magestade o imperador e bem assim a bravura do tenente-coronel Demetrio Ribeiro.

Dizia um dos topicos do officio:

« Depois da victoria de 26 de Maio ultimo, contra a divisão de Bento Manoel, marchei sobre a força imperial que commandais e marcho hoje á vossa frente com centenares de bravos dispostos a debellar os soldados de D. Pedro II a todo custo. »

Compenetrado de sua alta posição militar, o brigadeiro dirigiu a Canabarro esta desdenhosa resposta:

« Dando a consideração que merece a patacoada que Vmc. acaba de me dirigir em uma folha de papel almasso, tenho a significar-lhe que estou prompto a consideral-o como brioso brazileiro, quando Vmc. reconhecer e venerar a independencia do Imperio, sua integridade e instituições politicas que religiosamente jurámos manter e observar, sob a obediencia da sagrada pessoa do Sr. D. Pedro II, imperador brazileiro e perpetuo defensor d'este grande imperio. Com os bravos que se acham sob o meu commando para defesa de tão sagrados objectos e deveres, nada receio, e na defensiva mostrarei a Vmc. como saberei e meus subordinados sustentar o nosso posto, brio e honra militar, unicos motores presentemente d'esta força e de meu honroso dever.

« Tendo recebido o seu papel ao meio dia de hoje, desde já póde Vmc. fazer o que lhe parecer, que eu farei o que devo. »

Em face da energica attitude, o chefe revolucionario atacou Alegrete, porém foi repellido com vigor. Em seu auxilio reuniram-se Bento Gonçalves e Antonio Netto, elevando as forças sitiantes a mais de 2.000 homens. Travaram-se

fortes tiroteios de parte a parte, mas a villa não cedeu. Depois de 5 dias de inuteis esforços, retiraram-se os farrapos, ao terem noticia de que Bento Manoel vinha tomar parte na lucta.

A 8 de Junho houve combate em Santa Maria Chica, provocado por uma partida commandada pelo tenente-coronel Chico Pedro. Este, com 186 homens, foi ao encontro do general João Antonio que dispunha de 500 soldados. Impossibilitados de vencer, entrincheiram-se os legaes em uma cerca de pedra, e ahi teriam sido suffocados si os não salvasse avultado soccorro mandado pelo barão de Caxias.

Como a estação invernosa se manifestasse demasiadamente cruel e impedisse, pelo intenso frio e continuadas chuvas, evoluções militares, o barão de Caxias resolveu acampar em ponto central da provincia, junto ao rio Jaguary, affluente da margem direita do Ibicuhy, na estancia do Carmo, aguardando melhor tempo.

Estabelecia os seus abarracamentos quando soube que os farrapos, prevalecendo-se da distancia em que ficava o grosso do exercito, projectavam ir pela fronteira do Rio Grande ao rincão dos Touros e apoderar-se da cavalhada invernada ahi.

Para obstar este assalto, Caxias levantou acampamento e atravez das difficuldades oppostas pelo rigor da estação, seguiu até á margem direita do rio Camaquam, d'onde expediu uma força de 1.000 homens, commandada pelo tenente-coronel Manoel Marques de Souza e incumbida de tomar Piratiny e ir depois occupar Pelotas.

Immediatamente seguiu Manoel Marques ao determinado ponto; penetrou em Piratiny, que encontrou abandonado, e apprehendeu duas carretas com cerca de 1.000 peças de fardamento e poucas munições bellicas; marchou a Pelotas, que occupou com a sua força; reuniu alli cavalhada para o exercito imperial e recebendo o contingente de Chico Pedro, percorreram ambos os districtos de Cangussú e visindario, dispersando as partidas de farrapos que por alli vagavam. Uma d'ellas, commandada por Felicissimo Felix, apresentou-se ao barão pedindo amnistia que lhe foi concedida.

N'essa occasião passaram-se 50 farrapos ao regimen legal.

De Camaquam dirigiu-se Caxias a Caçapava, onde chegou a 3 de Agosto de 1843; seguiu depois a Jaguarão a reunir-se á brigada de Manoel Marques. Havia este official reunido 6.000 cavallos para a necessaria remonta, ampliando os elementos de força para o exercito.

Perseguidos os farrapos ora pela columna de Caxias, ora pela de Bento Manoel, viram-se obrigados, como de costume, a emigrar para o Estado Oriental, asylo sempre disposto a acolhel-os. D'esta vez a protecção não se limitou a recebel-os bem: Fructuoso Rivera, grato aos favores dos republicanos rio-grandenses, presenteou-os com uma força de 400 orientaes, sob o mando do coronel Baldomero Sotelo, *riveristas* derrotados pelos *oribistas*. Os orientaes penetraram no territorio rio-grandense em principios de Outubro de 1843.

Rapidas, porém, foram as providencias tomadas pelo barão de Caxias para derrocar-lhes o intento: conseguiu cercal-os

e desarmal-os, ouvindo de Baldomero a declaração de que, tendo sido derrotado em seu paiz, em que só reinava o systema despotico, deliberára offerecer seus serviços ao governo imperial brazileiro.

O proprio Fructuoso Rivera mandou tambem offerecer ao barão cavalhada e soldados—presentes gregos que o nosso general recusou.

Animado cada vez mais com as adhesões espontaneas que a causa da legalidade ia adquirindo, o barão de Caxias creou 3.ª divisão, composta de 500 cavalleiros e 500 infantes e confiou-a á reconhecida valentia e temeridade do tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, mais conhecido por Chico Pedro ou *Moringue*, celebre por seus inesperados assaltos ou emboscadas.

As tres columnas tiveram determinados pontos de acção: a do barão, manobrava no municipio de Bagé até S. Gabriel; a de Bento Manoel no municipio de Alegrete e a de Chico Pedro em todo o territorio comprehendido entre os rios Camaquam, S. Gonçalo e Jaguarão, isto é toda a parte sul da provincia.

Achava-se Chico Pedro acampado em Cangussú quando soube que ia ser surprehendido por 300 homens, forças reunidas de Bento Gonçalves, Antonio Netto e Camillo dos Santos. Immediatamente marchou o tenente-coronel ao encontro d'elles, com 310 soldados, e conseguiu surprehendel-os em marcha, a 25 de Outubro, e debandal-os, depois de lhes

tomar um estandarte, toda a bagagem e 240 cavallos. Tiveram os farrapos 5 mortos e 10 prisioneiros.

Desejosos de vingar-se da surpresa em que haviam cahido, reuniram os farrapos 400 cavalleiros e 200 infantes e foram procurar Chico Pedro em seu acampamento de Cangussú e a 6 de Novembro de 1843 travaram combate. Os revolucionarios deixaram no campo 30 mortos e levaram perto de 60 feridos, e os legaes contaram 50 mortos e 11 feridos.

A 26 de Dezembro deu-se novo encontro nas margens do arroio Batovy, logar chamado *Santa Rosa*. Os legaes, tenente-coronel Demetrio Ribeiro e major Antonio Fernandes Lima, atacaram de surpresa forças de João Antonio e Onofre Pires, que intentavam unir-se ás de Canabarro, e as desbarataram, fazendo 80 mortos, mais de 100 feridos, 55 prisioneiros e apprehendendo-lhes bagagem e 700 cavallos.

Sabendo o barão de Caxias que o farrapo João Antonio buscava o Estado Oriental para livrar-se da perseguição, mandou 150 praças esperal-o na picada de S. Martinho e ahi foi elle ainda derrotado, deixando 15 mortos e 40 feridos. Entre os mortos contou-se o valente revolucionario Serafim Bravo e o legal Agostinho Gomes, commandante da força.

João Antonio, na altura de S. Borja, poude passar-se a Corrientes, Republica Argentina, porém foi logo desarmado pelo governador Joaquim Madriaga, em obediencia a convenio effectuado entre o Brazil e aquella republica.

De melhor fortuna gosava David Canabarro que percorria

o municipio de Alegrete e refugiava-se, as vezes que queria, no Estado Oriental, sem ser perturbado em suas incursões.

No mez de Fevereiro de 1844 deu-se um lamentavel incidente, que consternou os revolucionarios.

Ou por ambição de mando, ou por inveja, ou por mesquinho desabafo, Onofre Pires attribuia injustamente a Bento Gonçalves a morte de Antonio Paulino, e, sempre que se referia ao heroico general em chefe, empregava o epitheto insultuoso de ladrão, alludindo á medida vexatoria de confiscar-se os bens dos legalistas. Tomaram vulto estas murmurações deprimentes, espalhadas sem a minima reserva, como affronta feita á primeira auctoridade militar. A noticia do escandalo foi levada ao brioso general farrapo. Surprehendido e profundamente maguado, Bento Gonçalves dirigiu a Onofre Pires esta intimativa carta:

«Illmo. Sr. Onofre Pires da Silveira Canto.

«Tendo chegado ao meu conhecimento que em principio do corrente mez, em presença de varios individuos do exercito, quando vinha este em marcha, V. S. avançára proposições offensivas á minha honra e ousára até chamar-me de ladrão; eu, suffocando os impulsos de meu coração e aquelle brio que em minha longa carreira militar guiára sempre minhas acções, por amor de minha posição e mais que tudo pela crise em que se acha este paiz que me é tão caro, suffocando, repito, aquelle ardor com que em todos os tempos busquei o desaggravo de minha honra, recorri aos meios legaes, unicos exequiveis nas presentes circumstancias;

como, porém, sua posição de deputado o põe a coberto d'esses meios, e deva eu, em tal caso, lançar mão do que me resta como homem de honra, quizera que com a honra propria d'esse caracter um homem na posição de V. S. houvesse de dizer-me, com urgencia, por escripto, si é verdade ou falso o que a respeito se me informou.

«Deixo de fazer a V. S. qualquer outra reflexão a respeito, porque V. S. as deve perfeitamente comprehender.

«Campo, 26 de Fevereiro de 1844—*Bento Gonçalves da Silva*.

Onofre Pires enviou ao chefe republicano esta resposta ultrajante:

«Cidadão general Bento Gonçalves da Silva.

«Ladrão da fortuna, ladrão da honra, e ladrão da liberdade é o brado ingente que contra vós levanta a nação rio-grandense, ao qual, já sabeis que junto a minha convicção, não pela geral execração de que sois credor, o que lamento, mas sim pelos documentos justificativos que conservo.

«Não deveis, pois, Sr. general, ter em duvida a conversa que a respeito tive e da qual vos informou tão promptamente esse correio tão vosso...

«Deixai de affligir-vos por haverdes exgottado os meios legaes, em desaffronta d'essa honra como dizeis; minha posição não tolhe que façais a escolha do mais conveniente, para o que sempre me encontrareis.

«Fica assim contestada vossa carta de hontem.

«Campo, 27 de Fevereiro de 1844.

«O vosso admirador! — *Onofre Pires da Silveira Canto.*»

Logo que Bento Gonçalves recebeu esta insultuosa carta, montou a cavallo, sem permittir que o acompanhasse seu filho Marcos Antonio, que a isso se offerecera, prevendo algum caso grave. Foi o general ao acampamento, dirigiu-se á barraca de Onofre Pires, o qual se achava em conversação com Antonio Vicente da Fontoura e Manoel Lucas de Oliveira.

Entre offendido e offensor trocaram-se estas palavras:

—Já sabeis para que vos procuro.

—Sim, senhor; por isso almejava eu.

Entenderam-se. A questão devia ser immediatamente resolvida por meio de duello.

O odio que os accendia e clamava por uma vingança prompta, lhes não permittiu revestir de formalidades o encontro pelas armas.

Os amigos presentes não foram convidados para assistir ao duello, que se ia effectuar sem apparato, em sitio ermo. Assim o quizeram esses dois accentuados typos de gaúchos.

Chegados a um quarto de legua, apearam-se e desembainharam as espadas.

Antes de começar a lucta, disse Bento Gonçalves:

— Pelo facto de vos haver desafiado, deveis vos convencer de que o mesmo faria a Antonio Paulino, cuja morte me imputam, si d'elle houvesse recebido offensa á minha honra.

—Nunca vos fiz semelhante injustiça, respondeu o coronel.

Onofre era um homem alto, corpulento, vigoroso, e Bento Gonçalves tambem alto, menos athletico do que seu adversario, mas dotado de extraordinaria destreza e agilidade.

Ao tomarem posição, Onofre mostrou-se receioso, e, aos saltos, mantinha-se na defensiva, sem animo de atacar.

O general estimulou-o:

—Sois um cobarde!

Ao ouvir este epitheto, o coronel, que não primava pela delicadeza da linguagem, dirigiu ao general palavras grosseiras e affrontosas.

—São expressões proprias de vosso caracter, disse Bento Gonçalves.

A este incitamento, o gigantesco official, summamente irritado, atacou de modo desordenado a seu chefe: este feriu-o na mão direita. Vendo-o com a dextra ensanguentada, o general deu-se por satisfeito. Generosamente queria que o primeiro sangue lavasse a mancha irreflectidamente jogada á sua honra.

Offendido em seu amor proprio, Onofre não concordou com este desenlace.

—Não, meu caro! Um de nós ha de ficar aqui!

E, ligando a ferida com um lenço, atacou de novo, impetuosamente, no intento de traspassar o adversario. Bento Gonçalves feriu-o no antebraço direito, offendendo a arteria. Onofre deixou cahir a espada e fez o signal maçonico de soccorro. O general esforçou-se para que elle montasse a cavallo, e, não o conseguindo, correu a galope ao acampa-

mento a prevenir do facto a Manoel Lucas e Antonio Vicente. Trazido para a sua barraca, Onofre Pires narrou todas as particularidades do duello e só morreu tres dias depois ([1]).

O conselheiro Tristão de Alencar Araripe, em sua obra *Guerra Civil do Rio Grande do Sul* (cap. XXIII, § 6), descreve de outro modo o final do duello:

«Onofre Pires, muito mais possante do que Bento Gonçalves, porém menos agil e menos destro no manejo das armas, recebeu dois ferimentos que o impossibilitaram de continuar o combate. O vencedor deixa o antagonista ferido, e vem ao acampamento buscar medicos; quando, porém, estes e outras pessoas chegaram ao logar do duello, o vencido esvaía-se em sangue e dentro de poucos momentos finava-se.»

A desastrosa morte de Antonio Paulino e de Onofre Pires demonstrou quão profunda era a dissidencia que lavrava entre as primeiras figuras republicanas.

Enfraquecida pela desunião e tenazmente perseguida pelo barão de Caxias, a revolução resvalava em rapido declive para, dentro em pouco, engolfar-se na communhão brazileira.

A idéa democratica ia desapparecer: cumpria aos chefes prestigial-a para que ao menos soubesse cahir com honra.

---

(1) Esta narração é colhida de valioso apontamento de nosso distincto patricio Alfredo F. Rodrigues, mencionado na biographia que publicou sobre Bento Gonçalves da Silva no *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul* para o anno de 1892.

No começo do anno de 1844 elevavam-se as forças legaes a 11.387 homens, assim divididos:

Estado maior.	33
Infanteria de linha	7.046
Artilheria	317
Cavallaria	366
Guarda nacional	3.625
	11.387

As tres columnas abrangiam 6.200 soldados, sendo a do barão de Caxias, 2.000; do brigadeiro Bento Manoel, 3.200, e a do tenente-coronel Chico Pedro, 1.000.

Achavam-se convenientemente guarnecidos Porto Alegre, Rio Grande, S. José do Norte e Pelotas e na campanha Caçapava, S. Gabriel, Rio Pardo, Cruz Alta, Alegrete e S. Borja.

Para retirar as farrapos o recurso de se refugiarem no Estado Oriental ou na provincia de Corrientes, o barão insistiu pela nomeação de um ministro plenipotenciario que junto das republicas visinhas fizesse cessar o abuso: foi nomeado para o importante cargo o dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú.

D. Manoel Oribe, por parte da republica do Uruguay, e D. Joaquim Madriaga, por parte da provincia de Corrientes, de que era governador, chegaram ao accordo de não permittirem ingresso em seus territorios aos revolucionarios e sim ás forças imperiaes, ás quaes venderiam as cavalhadas que necessarias fossem.

Fortificado por este convenio, conseguiu o barão que a guerra civil chegasse com rapidez a seu termo.

João Antonio, que a 26 de Dezembro de 1843 havia sido derrotado por Demetrio Ribeiro em Batovy, achava-se em Março de 1844 em Corrientes e ahi esperava juntar-se ás forças de Canabarro que costeavam o rio Quarahy. O barão impediu-lhe o intento, armando tres lanchões e collocando-os no rio Uruguay como defesa.

Por força do tratado internacional, João Antonio foi desarmado pelo governador Madriaga.

Desenvolveu-se então perseguição tenaz, sem treguas, contra os revolucionarios, que não tiveram um momento de descanço.

A 13 de Março de 1844 o tenente-coronel Chico Pedro atacou a povoação de Bagé, aprisionando o ministro da fazenda Domingos José de Almeida [1], os capitães Joaquim Pereira Fagundes e João Pereira da Silva e os tenentes Manoel Franco e Laurentino Menezes, bem como varios guardas nacionaes. N'esse mesmo dia, o coronel farrapo Antonio Manoel do Amaral, que havia deixado o cerro de Bagé, marchára para o passo das Mortes, no Quebracho, e ahi fez juncção com as forças do tenente-coronel Camillo Campello e dos majores

---

(1) Domingos José de Almeida foi tratado por Chico Pedro com a maxima urbanidade. Seguiu preso para Pelotas, mas evadiu-se em caminho, no passo Real, á direita do Candiota, na noite de 15 para 16 de Março. Refugiou-se em casa de André Sampaio.

Marianno Gloria e João Marques, elevando a 210 o numero dos combatentes.

Montavam a 260 os soldados de Chico Pedro.

No dia 16 de Março travou-se o encontro, proximo ao cerro da Palma. O tenente-coronel da legalidade tomou excellente posição, entre o Candiota e o Candiotinha, em ponto elevado e circumdado por um banhado macegoso, collocando á sua esquerda um esquadrão e alguns infantes commandados pelo major Antonio Israel Ribeiro e á esquerda a linha destinada a fazer frente aos farrapos.

Duas horas durou o combate.

Chico Pedro recebeu de Camillo Campello dois ferimentos que o obrigaram a retirar-se da lucta, atropeladamente, com um grupo de 12 homens.

Diz um official que tomou parte na acção: «Si não fôra a resistencia do bravo official Israel Ribeiro, Chico Pedro teria ficado prisioneiro, porquanto os republicanos, muito bem montados e conhecendo muito bem o tenente-coronel, n'uma estrada como essa (a que vai ao Bahú), sem o menor abrigo, tel–o–iam infallivelmente agarrado.»

Os republicanos tiveram fóra de combate 4 mortos, e 4 officiaes feridos: o capitão Bento Gonçalves da Silva Junior e os tenentes José Duarte Silveira Gomes (porta-estandarte), Antonio Coelho Borges (secretario) e Germano Monteiro e 17 soldados. Cahiram prisioneiros os officiaes imperialistas major Israel e os tenentes Manoel Patricio de Azambuja, Luiz Rangel e Alexandre.

Depois de ter alcançado esta victoria sobre Chico Pedro, Antonio Amaral dirige-se á villa de Jaguarão que a 21 de Junho accommette com 280 homens; ahi foi-lhe a sorte adversa: morreu em combate em companhia de 13 republicanos.

Como desforra, Chico Pedro conseguiu, no mez de Julho seguinte, aprisionar os coroneis José Mariano de Mattos, vice-presidente da republica e Joaquim Pedro Soares.

Em Outubro deu-se um feito notavel praticado pelos legaes.

Sabendo Bento Manoel que o brazileiro Bernardino Pinto, ao serviço de Fructuoso Rivera, guardava uma cavalhada dos farrapos na margem esquerda do rio Quarahy (Estado Oriental), determinou ao major Antonio Fernandes Lima fosse batel-o e apoderar-se dos animaes.

Fernandes Lima desempenhou a commissão com o melhor exito: cahiu de surpresa sobre a força de Bernardino Pinto, matou-lhe 30 homens, aprisionou 9 e apprehendeu 1.800 cavallos, que trouxe como optimo recurso aos legaes.

Occupavam-se os guerrilheiros, de parte a parte, em assaltos, quando a 14 de Novembro de 1844 deu-se o grande combate ou surpresa de Porongos [1].

Ao regressar do Estado Oriental, Canabarro, á frente de

---

(1) *Porongo*, cucurbitacea de que no Rio Grande do Sul se fazem cúias para mate, vasilhas para conduzir agua, bóias para redes de pescadores e para os que apprendem a nadar. Ao norte do Brazil e em Portugal chamam *cabaça*.

1.200 homens, acampára junto ao cerro dos Porongos, onde o exercito republicano esperou que, fixadas as condições de paz, cessasse a porfiada lucta de 9 annos.

No dia 13 de Novembro, destacou o barão uma brigada commandada pelo tenente-coronel Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto para entreter tiroteio com a vanguarda de José Gomes Portinho, sem empenhar serio combate. Francisco Felix delegou o encargo em uma partida de Fidelis Paes, que travou no Quebracho pequeno tiroteio com as forças de Portinho, orçadas em 400 homens. Canabarro enviou como reforço á vanguarda 300 homens, sob o commando de Urbano Soares.

Ao saber d'estes movimentos, Chico Pedro, emboscado na estancia da Conceição, perto da serra do Velleda, pôz-se em marcha com 1.170 soldados e na madrugada do dia 14 cahiu de surpresa sobre o acampamento farrapo. A desordem foi geral. O grito: *É o Moringue! É o Moringue!* espalhou entre os revolucionarios extraordinario panico.

Sem tempo de dar carga ás espingardas, os farrapos sustentam duro embate a espada e a lança, mas vêem-se forçados a abandonar o campo, deixando a Chico Pedro grandes trophéos de victoria: 333 prisioneiros, inclusive 35 officiaes, toda a bagagem, abarracamento e armamento de infanteria, mais de 2.000 cartuchos, a ultima peça de artilheria que possuiam, mais de 1.000 cavallos, muitos d'elles ensilhados, 5 estandartes e o archivo completo do general

Canabarro. Os revolucionarios tiveram 14 feridos e mais de 100 mortos ([1]). Da parte legal, houve apenas 4 feridos.

Depois da estrondosa victoria alcançada pelos imperialistas em Porongos, dirigiu-se o barão de Caxias a Bagé. Perguntou-lhe o vigario a que horas queria que se cantasse o *Te Deum* em acção de graças pelo memoravel triumpho.

Caxias deu ao sacerdote esta resposta singela e reveladora de seus altos sentimentos de humanidade:

—Reverendo. Precedeu a este triumpho derramamento de sangue brazileiro. Não conto como trophéos desgraças de concidadãos meus. Guerreio dissidentes, porém sinto as suas desditas e choro pelas victimas como um pae por seus filhos. Vá, reverendo, vá, e, em logar de *Te Deum*, celebre missa de defuntos, que eu, com o meu estado maior e a tropa que na sua egreja couber, irei amanhã ouvir-lh'a, por alma dos nossos irmãos illudidos que morreram no combate ([2]).

Para tratar da paz, Antonio Vicente da Fontoura partiu a 16 para Bagé e d'ahi, a 19, para o Rio de Janeiro, acompanhado de seu ajudante Zeferino Martinho da Cunha;

---

(1) O desastre de Porongos é attribuido a grave descuido de Canabarro, que se deixára seduzir por uma mulher. Quando acampava, o general deixava muitas vezes a roda dos officiaes para entregar-se ás enervantes caricias de uma mundana, conhecida por *Papagaia*.

(2) PADRE JOAQUIM PINTO DE CAMPOS: *Vida do grande cidadão brazileiro Luiz Alves de Lima e Silva, barão, conde, marquez, duque de Caxias, desde o seu nascimento em 1803 até 1878* (Lisboa, 1878) pag. 100.

com elle seguiram os delegados de Caxias, coronel Manoel Marques de Souza e capitão Carlos Miguel de Lima e Silva.

No mesmo dia em que se realizava a surpresa de Porongos, o tenente-coronel João Propicio, com 600 homens, derrotava, no passo do Leão, a Jacintho Guedes com força egual; a 28 de Novembro ainda Chico Pedro destroçava, junto ao Arroio Grande e proximo ao cerro dos Porongos, o coronel Joaquim Teixeira Nunes, que morreu combatendo heroicamente.

Os extraviados foram a Pedra Sola reunir-se a Canabarro. Este general, illudindo a vigilancia do coronel João Severo, fez juncção, no cerro Partido, com Bento Gonçalves e Antonio Netto, e a 7 de Dezembro, com 800 homens, appareceu na Encruzilhada. Ahi, porém, viu-se repellido por forças do brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira e do tenente-coronel José Joaquim de Andrade Neves.

A 29 de Dezembro, como ultimo golpe desfechado contra os farrapos, Vasco Alves, á frente de 100 homens, penetrou no territorio oriental á margem direita do rio Quaró, surprehendeu o coronel Bernardino Pinto, a quem feriu gravemente, matou 7 homens, aprisionou 4 officiaes e 13 soldados, e dispersou a força revolucionaria.

Sem elementos para combater, o general em chefe Canabarro manteve-se nas proximidades da fronteira até que do Rio de Janeiro regressasse o emissario incumbido das propostas de paz.

Varias tentativas de pacificação haviam sido feitas, sem

resultado: a primeira, por José Pedroso de Albuquerque e Severino Antonio da Silveira, em Setembro de 1843. Apresentava a clausula de ser o Rio Grande do Sul reconhecido como estado federado do Brazil.

Fructuoso Rivera pretendeu ser o intermediario da pacificação: nada conseguiu pela desconfiança que inspirava (1).

No dia 2 de Novembro de 1844, por deliberação dos chefes republicanos, partiram dois emissarios, padre Chagas e major Antonio Vicente da Fontoura, a conferenciar com o barão de Caxias em Bagé, sobre as condições em que deveria ser firmada a paz.

Depois de larga discussão, em que os farrapos obtiveram do barão concessões razoaveis, foi concordada a paz, a 6 de Novembro, anniversario da proclamação da republica em Piratiny.

Os parlamentarios regressaram ao acampamento com a solução, acolhida com prazer pelos chefes reunidos em conselho—presidente da republica Gomes Jardim, ministro Manoel Lucas e generaes Canabarro, Antonio Netto e João Antonio.

Receavam elles que, separado o Rio Grande da communhão brazileira, fosse desde logo absorvido pela ambição de

---

(1) Em carta datada de 15 de Março de 1844 e dirigida ao brigadeiro Bento Manoel, dizia o barão de Caxias em relação á interferencia de Rivera:

« Este velhaco crê que ainda não está bem conhecido e que todavia poderá, como das outras vezes, tirar partido dos brazileiros, depois de os trahir, como tem por costume; porém se engana d'esta vez. »

Rosas e confederado á Republica Argentina: esta idéa sinistra feria-lhes os brios de brazileiros.

Preferiam cessar as hostilidades a perderem a autonomia que conquistassem á custa de copioso sangue.

Entre si deliberaram quem iria ao Rio de Janeiro ratificar as condições de paz e a escolha recahiu em Antonio Vicente da Fontoura: este partiria a 13 de Novembro com destino ao quartel general do barão e d'ahi seguiria para a côrte.

Quando assim se tratava seriamente da pacificação, deu-se a 14 o combate de Porongos, facto que se não deve considerar uma traição de Caxias, porque elle havia sido franco em declarar na conferencia que em caso algum annuiria á suspensão de armas.

Em Fevereiro de 1845 regressaram da côrte Fontoura e seus companheiros de commissão.

Reunidos os chefes e forças republicanas no acampamento da Carolina, em Poncho Verde, foi resolvido unanimemente, no dia 25 de Fevereiro de 1845, que se firmasse a paz, sob as seguintes condições:

1.ª Será approvada pelo governo imperial a designação, feita pelos republicanos, da pessoa que deverá presidir á provincia.

2.ª Serão pagas pelo governo imperial as dividas contrahidas pela republica.

3.ª Os officiaes republicanos passarão para o exercito imperial no goso dos mesmos postos. Os que não quizerem

servir não serão obrigados a alistamento na guarda nacional ou na 1.ª linha.

4.ª Serão considerados livres os escravos que serviram como soldados da republica. O governo indemnizará aos ex-senhores o prejuizo.

5.ª Não serão reconhecidos em suas patentes os generaes, mas gosarão das immunidades concedidas aos outros officiaes.

6.ª Os soldados da republica ficarão isentos de recrutamento.

A esta reunião não compareceu, por doente, o presidente José Gomes de Vasconcellos Jardim, que se fez representar pelo ministro Manoel Lucas de Oliveira. Bento Gonçalves da Silva, tambem ausente, enviou carta de approvação.

Em nome do presidente, pronunciou Manoel Lucas um discurso, de que transcrevemos os seguintes topicos, allusivos ao ambicioso dictador de Buenos Ayres:

«Briosos concidadãos e amigos! Attentai para a nuvem carregada e medonha que ha tempo troveja para o lado occidental d'este Imperio e que despedirá raios sobre nossas cabeças, si nos não apressurarmos a conjural-a, conhecendo que soffreremos primeiro que nenhum outro povo. O Imperio do Brazil, por um rasgo de sua philantropia, nos vai hoje reunir ao gremio da Illustre Familia de quem todos descendemos, acto nobre e magnanimo a que accedemos unanimemente, pelo bem que d'elle resulta ao interesse geral.»

O general em chefe do exercito republicano, David Canabarro, fez publicar, a 28 de Fevereiro, esta proclamação:

«Concidadãos! Competentemente auctorizado pelo magistrado civil, a quem obedeciamos, e na qualidade de commandante em chefe, concordando com a unanime vontade de todos os officiaes da força de meu commando, vos declaro que a guerra civil, que por mais de 9 annos devasta este bello paiz, está acabada.

« A cadeia de successos por que passam todas as revoluções tem transviado o fim politico a que nos dirigiamos, e, hoje, a continuação de uma guerra tal seria o *ultimatum* da destruição e do anniquilamento de nossa terra. Um poder extranho ameaça a integridade do Imperio, e tão insolita ousadia jámais deixaria de echoar em nossos corações brazileiros.

« O Rio Grande não será theatro de suas iniquidades, e nós partilharemos da gloria de sacrificar os resentimentos creados no furor dos partidos, ao bem geral do Brazil.

« Concidadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranquillos ao seio de vossas familias. Vossa segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarcha, e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnanimo coração. União, fraternidade, respeito ás leis, e eterna gratidão ao inclyto presidente da provincia, o Illmo. e Exmo. Sr. Barão de Caxias, pelos afanosos esforços que ha feito pela pacificação da provincia.

«Campo em Poncho Verde, 28 de Fevereiro de 1845. — *David Canabarro.*

Logo que o barão de Caxias teve participação official das

duas declarações de paz, enviou ao general David Canabarro, para que fosse lida ás tropas de seu commando, a proclamação seguinte:

«Rio Grandenses! É sem duvida para mim de inexprimivel prazer o ter de annunciar-vos que a guerra civil que, por mais de 9 annos, devastou esta bella provincia, está terminada. Os irmãos contra quem combatiamos estão hoje congratulados comnosco e já obedecem ao legitimo governo do Imperio Brazileiro. S. M. o Imperador ordenou, por decreto de 18 de Dezembro de 1844, o esquecimento do passado, e mui positivamente recommenda no mesmo decreto que taes brazileiros não sejam judicialmente, nem por qualquer outra maneira, perseguidos ou inquietados pelos actos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnanima resolução do Monarcha Brazileiro ha de ser religiosamente cumprida, eu o prometto sob minha palavra de honra. Uma só vontade nos una, Rio Grandenses! Maldicção eterna a quem ousar recordar-se das nossas passadas dissenções! União e tranquillidade sejam de hoje em deante a nosssa divisa!

«Viva a Religião!

«Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil!

«Viva a integridade do Imperio!

«Quartel-general da Presidencia e do Commando em Chefe do Exercito, no campo de Alexandre Simões, margem direita do Santa Maria, 1.º de Março de 1845.—*Barão de Caxias.*

No mesmo dia, os revolucionarios, em obediencia á condição primeira do tratado de paz, indicavam para presidente da provincia o proprio barão de Caxias e dissolviam-se, entregando 120 escravos, uma typographia e dois canhões de bronze desmontados.

Assim terminou a guerra civil rio-grandense, começada a 20 de Setembro de 1835 e concluida, por declaração dos farrapos, em Poncho Verde, a 28 de Fevereiro de 1845.

Hoje, que nos achamos em pleno goso da Republica Federal—aspiração pela qual tanto combateram os farrapos —é occasião opportuna de se erguer um monumento á memoria de Bento Gonçalves da Silva, como um symbolo da bravura e da elevação de idéas do Rio Grande do Sul. É preciso que de modo honroso para o torrão sulista seja apontado á posteridade o vulto marcial do guerrilheiro rio-grandense ([1]), bellamente fundido em bronze ou cinzelado

---

([1]) O elegante escriptor catharinense Virgilio Varzea apresentou, em um trecho de seu livro *Garibaldi na America*, publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, este retrato de Bento Gonçalves:

«Era uma bella figura de homem. Parecia-se extraordinariamente com o marechal Ney... Tinham ambos a mesma fronte ampla, expressiva, os mesmos olhos grandes e mentaes, as mesmas suissas pequenas, mas cheias, descendo até quasi aos cantos do bigode irreprehensivelmente escanhoado como as demais partes da barba, cabelleira vagamente annellada e puchada para a testa nas temporas, bocca vigorosamente talhada em recta, de labios delgados, significativos, externando vigor de animo inquebrantavel, calma, vontade imperiosa, firmeza moral, denodo, tenacidade.

«Alto, cheio, espadaúdo, de pelle clara e rosada, olhar vivo e intelligente, os cabellos castanhos onde começavam já de alvejar os primeiros fios de prata,

em marmore, como testemunho de gratidão e homenagem de immorredouro apreço a um exemplo de rara dedicação pela causa republicana.

Alguns preitos de admiração lhe têem sido tributados no Rio Grande do Sul e os registamos com prazer n'estas *Memorias*.

A 23 de Setembro de 1899, na villa do Triumpho, collocou-se no frontispicio da casa em que nasceu Bento Gonçalves uma placa de metal com a seguinte inscripção:

HOMENAGEM PRESTADA AO GENERAL BENTO GONÇALVES DA SILVA, CHEFE DA REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE, NASCIDO N'ESTA CASA A 23 DE SETEMBRO DE 1788.

Esta placa foi mandada collocar pelo tenente-coronel Manoel Antonio Pires, commandante do 1.° batalhão da brigada militar, que residia na referida casa.

A 21 de Agosto de 1900 chegaram ao Rio Grande, trazidos pelo hiate *Doca*, procedente de S. João Baptista de Camaquam, os ossos de Bento Gonçalves, que foram entregues por seu unico filho sobrevivente, capitão Joaquim Gonçalves da Silva, ao infatigavel historiador rio-grandense Alfredo Ferreira Rodrigues e por este cidadão confiados á intendencia

---

agradava e attrahia a quantos se lhe approximavam. A este physico possante e rijo, juntavam-se, dando a todos a melhor impressão, a sua *linha* naturalmente erecta e o seu innato e despretencioso garbo marcial, que o traziam em constante relevo nas rodas militares. . . »

Municipal da cidade do Rio Grande, até que se levante um monumento em cuja base deverão ser depositados.

A 20 de Setembro de 1900, 65.° anniversario do rompimento da revolução dos farrapos, a cidade do Rio Grande promoveu uma festa civica á memoria do heroico revolucionario.

Segundo apontamentos colhidos de uma gazeta da localidade, o *Rio Grandense*, a uma hora da tarde d'esse dia, pôz-se em marcha da Intendencia Municipal immenso prestito popular precedido pelo piquete do 6.° districto militar e pelo esquadrão de cavallaria da guarda municipal. D'elle faziam parte todas as bandas de musica e associações existentes na cidade, com seus estandartes, corpo consular, imprensa, lojas maçonicas, auctoridades civis e militares, funccionarios publicos, collegios, além dos representantes do presidente e auctoridades superiores do Estado, dos commandantes do 6.° districto militar e da flotilha, dos intendentes das diversas municipalidades. No centro da procissão civica ia um andor, vistosamente enfeitado para conduzir a urna de marmore com os despojos de Bento Gonçalves. Formavam-lhe guarda de honra diversos officiaes do exercito, marinha, brigada militar e guarda nacional.

O prestito estacionou no caes, seguindo em escaler especial os membros da Commissão Glorificadora composta do intendente dr. Conrado Miller de Campos, dr. Arlindo Corrêa Leite e Alfredo Ferreira Rodrigues. Acompanhando-os,

veiu o filho do heroe rio-grandense, capitão Joaquim Gonçalves da Silva, que pronunciou estas palavras:

« Esta urna contem os ossos do general Bento Gonçalves da Silva, meu respeitavel Pae. Por mais de 50 annos conservei-os sob minha guarda, e n'este momento solemne, n'este grandioso e memoravel dia, tão cheio de gloriosas recordações, eu vol-os entrego para que os entregueis ao patriota e digno dr. intendente, representante da municipalidade d'esta heroica cidade. »

Uma força do exercito fez, na passagem da urna, a continencia de apresentar armas.

Pôz-se de novo em marcha o prestito e seguiu para o paço da intendencia, onde o dr. Arlindo Corrêa Leite pronunciou discurso congratulatorio ao povo. Em seguida, muitas alumnas de aulas publicas cantaram o hymno revolucionario dos farrapos.

A Commissão Glorificadora fez entrega dos venerandos despojos do general gaúcho ao Conselho Municipal, que se achava reunido.

Illuminaram-se á noite os edificios publicos, estabelecimentos commerciaes e casas particulares, constituindo-se alvo de applausos publicos o velho farroupilha capitão Joaquim Gonçalves da Silva.

A 22 do mesmo mez, ás 3 horas da tarde, procedeu-se á cerimonia da collocação da acta na urna de marmore, que foi sellada pelo capitão Joaquim Gonçalves, pelo intendente e por Alfredo Ferreira Rodrigues.

Dizia a acta:

«Aos vinte dias do mez de Setembro do anno de mil e novecentos, reunidos os membros da Commissão Glorificadora e demais pessoas, representantes da familia e membros do Conselho Municipal na casa do governo d'este municipio do Rio Grande, resolveram lavrar a presente acta com uma ligeira exposição previa e resumida.

«Em 18 de Julho de 1847 falleceu Bento Gonçalves da Silva, em casa de José Gomes de Vasconcellos Jardim, nas Pedras Brancas, sendo sepultado na povoação, com assistencia dos filhos e pessoas de familia.

«Em fins de 1850, o capitão Joaquim Gonçalves da Silva, filho mais velho do general, foi assistir á exhumação, tendo verificado cuidadosamente o local da sepultura e a authenticidade dos despojos encontrados. Levou-os em seguida para a casa da familia, na estancia do Crystal, em S. João do Camaquam, onde estiveram sob sua guarda até Setembro de 1893, data em que se retirou para Bagé, ficando os despojos mortaes de seu pae confiados a seu irmão Bento Gonçalves da Silva, até o dia de sua morte em 14 de Novembro de 1897, e depois á sua cunhada Maria Thomazia de Azambuja Gonçalves, viuva d'aquelle coronel.

«Em 1.° de Agosto de 1900, foram por esta entregues, por deliberação do unico filho sobrevivente, o capitão Joaquim Gonçalves da Silva, ao capitão Ignacio Azambuja, parente proximo e intimo amigo da familia, o qual se encarregou de transportal-os com toda a segurança para a cidade do Rio

Grande, onde chegaram no dia 21 de Agosto, a bordo do hiate *Doca*, sendo logo recolhidos á residencia do referido capitão Azambuja.

«Em 18 de Setembro, foram entregues ao capitão Joaquim Gonçalves da Silva, que n'esse dia chegou de Bagé e que os reconheceu e guardou até o dia 20 de Setembro, em que foram encerrados na urna de marmore offerecida pela Intendencia Municipal do Rio Grande, pelo proprio capitão Joaquim Gonçalves da Silva, na presença de Caetano Gonçalves da Silva, neto do general, Nicanor Rodrigues Barbosa, capitão Ignacio Azambuja, João Alt, João King, que tirou uma photographia do acto, e de João Francisco Bueno, patrão do hiate *Villeta*, para onde tinham sido levados pouco antes e d'onde foi a urna transportada para o escaler em que foi recebel-a a Commissão Promotora do Monumento Commemorativo ao general rio-grandense, composta dos drs. Conrado Miller de Campos, Arlindo Corrêa Leite e Alfredo Ferreira Rodrigues, acompanhados dos senhores capitão de fragata Gustavo Antonio Garnier, capitão do porto, 1.° tenente Alberto Carlos da Cunha, representando o capitão de mar e guerra Joaquim Thomaz da Silva Coelho, commandante da flotilha, tenente-coronel Procopio Barretto Meirelles, representando o general Claudio do Amaral Savaget, commandante do 6.° districio militar, e, em outros escaleres, diversos officiaes do exercito, marinha, brigada militar do estado e guarda nacional.

«Ao desembarcar na escada do caes, em frente á rua

Benjamin Constant, o capitão Joaquim Gonçalves da Silva fez entrega dos despojos mortaes á Commissão Promotora do Monumento, como representante do povo do Rio Grande.

«E para certificar em todo o tempo a identidade dos despojos mortaes, lavrou-se a presente acta, de que se fizeram sete exemplares, devendo ser remettido um ao sr. desembargador dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, e entregue um a cada um dos membros da commissão, outro guardado no archivo da Intendencia Municipal e outro encerrado na urna, que foi depois fechada e lacrada com o sinete da Intendencia.

«E por estar tudo conforme com a verdade, vae a presente assignada pelas testemunhas presentes e pessoas interessadas.

«Eu, João Bernardino dos Santos Conde, secretario do municipio, subscrevo a presente acta com a seguinte declaração complementar:

«O setimo exemplar d'esta acta será entregue ao venerando capitão Joaquim Gonçalves da Silva.

«*João Bernardino dos Santos Conde*, secretario do municipio, *Joaquim Gonçalves da Silva*, *Caetano Gonçalves da Silva*, *Clara Gonçalves*, *Ignacio Azambuja*, *Nicanor Rodrigues Barbosa*, *João Alt*, *Frederico Ernesto Boaventura Dias*, *Leonidio Pereira das Neves*, *Antonio B. Primo*, *Ernesto Alves de Castro*, *Theophilo C. Lopes*, *Carlos C. Mattos*, *Conrado Miller de Campos*, *Arlindo da Costa Corrêa Leite*, *Alfredo Ferreira Rodrigues.*»

A 27 de Setembro, ao retirar-se do Rio Grande, o capitão Joaquim Gonçalves da Silva fez publicar o seguinte, em todos os jornaes da cidade:

AO RIO GRANDE

«Rendo graças á Providencia Divina por me haver permittido presenciar as magnificentes homenagens prestadas pela culta população do Rio Grande á memoria de meu respeitabilissimo Pae, o general Bento Gonçalves da Silva, a 20 de Setembro de 1900, 65.° anniversario do movimento revolucionario por elle chefiado.

«Na qualidade de unico filho sobrevivente do inesquecivel varão, deixo n'estas linhas expressa a minha gratidão immorredoura a todos quantos concorreram para a deslumbrante apotheose em honra de tão preclaros restos.

«Em primeiro logar está o estimavel cavalheiro, o Illmo. Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues, a quem a cidade do Rio Grande deve a preferencia de possuir hoje a sagrada reliquia que eu conservava, por ella velando com a veneração que devo áquelle que nunca deixou de povoar a minha alma com as mais doces recordações. Foi elle o escriptor interessado em reviver os factos do passado e a desentranhar dos velhos archivos a verdade sobre os homens de 35, e quem de mim conseguiu a entrega dos ossos de Bento Gonçalves a este municipio.

«Cabe depois a vez aos Exmos. Srs. Dr. Conrado Miller de Campos, illustrado intendente municipal, e Dr. Arlindo

Corrêa Leite, talentoso promotor publico da comarca, os quaes, com aquelle consciencioso historiador das glorias gaúchas, constituiram a Commissão Glorificadora, que com tanto criterio dirigiu as cerimonias de 20 do corrente, até ás homenagens pessoaes que generosamente me foram tributadas.

«Rio Grande, 26 de Setembro de 1900.—*Joaquim Gonçalves da Silva.*»

Ao concluir a exposição da guerra dos farrapos, em seus traços geraes, de accordo com o plano d'esta obra, applaudimos o modo por que foi feita a paz, concedendo o governo imperial todas as garantias aos revolucionarios, como testemunho de publico apreço á coragem e á rara valentia que desenvolveram em favor da causa da Republica, a mais alta aspiração da civilisação universal.

CAPITULO XXXVI

A SABINADA OU GUERRA CIVIL NA BAHIA A 7 DE NOVEMBRO DE 1837. DR. JOAQUIM SABINO ALVARES DA ROCHA VIEIRA. GENERAL JOÃO CHRYSOSTOMO CALLADO E TENENTE-CORONEL JOSÉ JOAQUIM COELHO. HOMENAGEM AO DR. SABINO VIEIRA — 1837-1838-1896.

EMQUANTO ardia a guerra civil no Rio Grande do Sul, a cidade do Salvador, capital da Bahia, representada por alguns homens de importancia social, promoveu um grande motim a 7 de Novembro de 1837, com o fim de se proclamar o governo da provincia independente do governo regencial que interinamente dirigia os destinos de nossa patria, sob a direcção do senador Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, empossado do cargo desde 19 de Setembro do mesmo anno.

Como no movimento sedicioso figurasse, no caracter de uma das principaes influencias, o estimado e popular medico

bahiano, dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, teve o motim a denominação de *Sabinada* ([1]).

A anarchia, em que se debateu a capital, durou quatro mezes e nove dias (de 7 de Novembro de 1837 a 16 de Março de 1838), periodo angustioso para uma grande cidade que se viu entregue ás incertezas de politicos sem ideal, sem orientação, inspirados apenas por suas paixões partidarias.

Os *sabinos* ou *raposas*, como os legaes lhes chamavam ([2]), queriam a provincia independente só durante a menoridade de D. Pedro II; attingida a maioridade do principe, voltariam os rebeldes a obedecer ao governo do Rio de Janeiro: a *Sabinada* foi, portanto, uma questão puramente pessoal, sem significação de ordem transcendente, e, em ultima analyse, uma revolta sem ponto de vista republicano.

A esta convicção nos leva a simples exposição dos factos.

Das 8 para as 9 horas da noite de 6 de Novembro de 1837, ouviram-se toques de rebate no quartel do forte de S. Pedro e para este local accorreram muitos cidadãos que foram fazer

---

(1) Escreveram sobre a *Sabinada*: dr. Joaquim Pires Machado Portella (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Braz.* tom. XLV, 2.ª part., pag. 13); dr. Moreira de Azevedo (mesma obra, tomo XLVII, 2.ª part., pag. 283 e *Historia Patria*, Rio de Janeiro, 1884); dr. A. V. A. Sacramento Blake (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Braz.* tom. XLVIII, 2.ª part., pag. 245 e tom. L, 2.ª part., pag. 177); Henrique Praguer (*A Sabinada*, Bahia, 1889); Urbano Neves (*Rev. do Inst. Geog. e Hist. da Bahia*, vol. III, pag. 383); dr. Francisco Vicente Vianna (mesma obra, vol. IV, pags. 187 e 571; vol. V, pag. 417; vol. VII, pag. 261).

(2) Os *raposas* (rebeldes) deram aos legaes o appellido de *perús*.

causa commum com a tropa amotinada—officiaes e soldados do 3.° corpo de artilheria de posição. Não tardou que a estes sediciosos se reunissem officiaes e soldados do 3.° batalhão de primeira linha, erguendo vivas á liberdade e á união brazileira.

N'essa mesma noite, scientificado o presidente da provincia, dr. Francisco de Souza Paraiso, de que as tropas da cidade moviam-se em favor da rebellião, tratou de embarcar, no arsenal de marinha, em companhia do commandante das armas, tenente-coronel Luiz da França Pinto Garcez, e foi acolher-se a bordo do brigue de guerra *Tres de Maio;* d'este navio officiou, no dia 7, ao tenente-coronel Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, depois barão de Cajahyba [1], convidando-o a auxilial-o na reacção que se devia operar.

No mesmo dia 7 de Novembro, ás 11 horas da manhã, sahiram do forte de S. Pedro os revoltosos, dirigiram-se á Praça de Palacio e, por meio de toques do sino da Camara, reuniram os vereadores. Concordes com o movimento revolucionario, os representantes do municipio fizeram lavrar esta importante acta:

---

(1) Alexandre Gomes de Argollo Ferrão nasceu na cidade do Salvador da Bahia no principio de 1800 e falleceu na mesma cidade a 10 de Maio de 1870, no posto de marechal de campo.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 7 DE NOVEMBRO DE 1837

«Aos sete dias do mez de Novembro de mil oitocentos e trinta e sete, presentes o Sr. Presidente Souza Gomes e vereadores Antunes, Villaça, Lucio, Teixeira e Barbosa de Almeida, servindo este de secretario por grave impedimento de saude do actual José de Barros Reis, concorreram aos paços da Camara Municipal d'esta cidade as pessoas mais gradas da provincia, auctoridades militares e civis e grande numero ou concurso de povo de todas as classes e fizeram declarar que a opinião geral da provincia continha-se nos seguintes artigos, que foram altamente lidos pelo advogado José Duarte da Silva.

«*Declaração:* — A tropa, povo bahiano, guardas nacionaes e policiaes, reunidos no forte de S. Pedro, em vista das necessidades publicas e das bem conhecidas más intenções do governo central, que a todas as luzes procura enfraquecer as provincias do Brazil e tratal-as como colonias, com notavel menoscabo de sua dignidade e categoria, têem deliberado os seguintes artigos:

«Art. 1.º A provincia da Bahia fica inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro, e considerado Estado livre e independente pela maneira por que fôr confeccionado o pacto fundamental, que organizar a Assembléa Constituinte, que deverá desde já ser convocada, precedida a eleição de eleitores na capital, e ao mesmo tempo proceder-se por toda a provincia á eleição de eleitores que elegerão nova assembléa para desenvolver as

bases apresentadas pela primeira. O numero de deputados será de trinta e seis.

«Art. 2.º O sr. Innocencio da Rocha Galvão é nomeado para presidir o Estado, e, na sua ausencia, aquelle que fôr de presente directamente eleito. O commando das armas fica ao cargo do sr. major do 3.º corpo de artilheria Sergio José Velloso, elevado a coronel effectivo e brigadeiro graduado, em attenção aos relevantes serviços por elle prestados.

«Art. 3.º Os demais officiaes militares gosarão de dois póstos de accesso, attentos os seus serviços e preterições que hão soffrido.

«Art. 4.º O commando do brioso corpo de artilheria é confiado ao sr. major Innocencio Eustachio Ferreira de Araujo, no posto de tenente-coronel effectivo e coronel graduado.

«Art. 5.º O governo executivo proverá a segurança da provincia com aquella tropa que fôr necessaria, nomeando officiaes de sua confiança, e tendo sempre em vista aquelles das extinctas milicias que têem prestado importantes serviços á Patria.

«Art. 6.º Fica elevado ao posto de tenente-coronel o sr. 1.º tenente Daniel Gomes de Freitas, e a major o sr. 2.º tenente José Nunes Bahiense, attentos os seus serviços. O soldo da tropa de linha fica egualado ao do corpo de policia.»

«Depois d'esta leitura, que foi approvada por acclamação das pessoas que se achavam presentes, houve o sr. presidente,

em vista do art. 2.º, lembrar que se devia nomear, desde já, quem houvesse interinamente de tomar conta da presidencia do Estado, visto que a provincia se achava acephala; razão por que a Camara se havia reunido, e sendo por um dos concorrentes apontado o sr. João Carneiro da Silva Rego, foi unanimemente eleito, e a Camara o convidou para tomar conta das redeas do governo, depois de prestar o respectivo e necessario juramento de bem desempenhar o logar para que interinamente tinha sido eleito e acceitado; feito o que, e depois de dois discursos recitados pelo mesmo senhor eleito e pelo sr. Francisco Ribeiro Neves, retirou-se o povo, e o sr. presidente da Camara houve a sessão por levantada. Bahia, sete de Novembro de mil oitocentos e trinta e sete. E eu, Luiz Antonio Barbosa de Almeida, vereador servindo de secretario, o escrevi e assignei».

Segue-se grande numero de assignaturas [1].

---

(1) Para que se não repita que a *Sabinada*, na phrase injusta do conselheiro Pereira da Silva, foi *um partido recrutado nas infimas classes da plebe* (*), citamos, entre os signatarios, alguns cidadãos distinctos:

O dr. Luiz Antonio Barbosa de Almeida, que posteriormente foi na Bahia o chefe dos liberaes historicos; deputado em muitas legislaturas á assembléa geral; presidente da Bahia por occasião da guerra do Paraguay; redactor do *Seculo* em 1848 e do *Monitor* em 1878; senador á assembléa constituinte bahiana; desembargador da Relação da Bahia e depois ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou.

Domingos Guedes Cabral, natural do Rio Grande do Sul (Pelotas), que de 1830 a 1842 manteve uma gazeta francamente republicana intitulada *O Guaycurú*, a qual trazia no cabeçalho estes dois versos de Almeida Garrett:

Da liberdade a arvore não cresce
Si a não regar dos despotas o sangue (**).

Vê-se, por esta acta, que a provincia da Bahia proclamava-se livre e independente, sem restricção de praso. Reconhecendo, porém, os chefes revolucionarios que a idéa separatista nenhuma repercussão encontrava, tanto no Reconcavo (1) como nas demais partes, apressaram-se em alterar profundamente aquelle documento, mandando lavrar nova acta, a 11 do mesmo mez, na qual se declarou que a

---

O coronel commandante da guarda nacional, Ignacio Accioly de Cerqueira Silva, auctor das *Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia* e socio do *Instituto Historico e Geographico do Brazil*.

Medicos, dr. João Antunes de Azevedo Chaves, dr. Sabino Vieira, dr. Francisco Quirino Gomes, dr. Ignacio da Silva Oliveira e dr. Silvino José de Moura.

Pertencentes á jurisprudencia, o citado dr. Luiz Antonio, dr. Antonio Gomes Villaça, dr. João Carneiro da Silva Rego Filho, dr. Antonio José Pereira de Albuquerque, dr. Manoel Pinto Ribeiro de Bulhões e o advogado Lucio Pereira de Azevedo.

Os tabelliães Manoel Pinto da Cunha e Francisco Ribeiro Neves.

O professor Antonio Gentil Ibirapitanga, auctor de uma grammatica da lingua portugueza.

Os funccionarios publicos Francisco Fausto da Silva Castro e José Pedro Bastos Varella.

Os commerciantes Luiz de Souza Gomes, Manoel Gomes Pereira, João Carneiro da Silva Rego, Manoel Joaquim Coelho Travessa e José Joaquim Florence.

Capitalistas e fazendeiros Claudio Tiburcio Moreira, Rodrigo Xavier de Figueiredo Ardignac, Manoel José Pereira, dr. Francisco Vicente Vianna (1.º barão do Rio de Contas).

E os parentes do dr. Barata, Francisco J. Barata de Almeida e José Raymundo Barata de Almeida.

(*) J. M. PEREIRA DA SILVA: *Historia do Brazil durante a menoridade de D. Pedro II* (Rio de Janeiro, 2.ª edic., sem data), pag. 241.

(**) Tragedia *Catão*, acto IV, scena III (palavras de Marco-Bruto).

(1) Na Bahia denomina-se *Reconcavo* a zona de terra banhada pela bahia de Todos os Santos em sua ampliação para o interior.

separação só vigoraria durante a menoridade do principe D. Pedro.

Pelo confronto das duas actas reconhece-se o estado de vacillação em que se achavam os espiritos.

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1837

«Presentes os srs. Luiz Antonio Barbosa de Almeida, Lucio Pereira de Azevedo, dr. João Antunes de Azevedo Chaves, Vicente José Teixeira e Antonio Gomes Villaça, faltando com parte de doente o sr. Souza Gomes e sem ella os srs. Abreu, Angelo da Costa e Ponce de Leão, tomou o logar de Presidente da Camara o sr. Luiz Antonio Barbosa d'Almeida e declarou que o objecto da sessão de hoje era uma portaria do Vice-Presidente d'este Estado, que mandou convocar a Camara a fim de que, á vista da representação que remettia, assignada pela maioria dos cidadãos que assistiram ao acto da acclamação da independencia d'esta provincia, pedindo declaração na acta de sete do corrente acerca de considerar-se a independencia sómente até á maioridade do Imperador sr. D. Pedro II, em conformidade do art. 121 da Constituição do Imperio, fizesse a Camara a referida declaração; depois do que, o sr. Presidente mandou ler o predito officio e representação, que são do theor seguinte:

«*Officio:* — Recebendo este governo a inclusa representação assignada por mais da maioria dos cidadãos que assistiram ao acto da acclamação da independencia d'este Estado, na

qual mostram ter havido omissão na acta que ante essa Camara foi lavrada em o memoravel dia 7 do corrente mez, em que teve logar a dita acclamação, quanto a não se ter expressamente declarado que a separação da provincia em Estado independente era até á maioridade de S. M. o Imperador sr. D. Pedro II, como diz o artigo cento e vinte e um da Constituição para o Imperio do Brazil, transmitto a Vmcs. a mencionada representação, para que, mandando lavrar uma acta da declaração requerida, façam isso mesmo publicar por editaes, convidando ao mesmo tempo os cidadãos que quizerem assignar a referida declaração.—Deus Guarde a Vmcs.—Palacio do Governo da Bahia, onze de Novembro de mil oitocentos trinta e sete.—*João Carneiro da Silva Rego.* Srs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal d'esta cidade.

«*Representação:*—Illmo. e Exmo. Sr. Os cidadãos abaixo-assignados, desejosos de que a tranquillidade publica por nenhuma maneira soffra a mais leve alteração, por isso que se ha conhecido que o lapso de penna da acta que teve logar em o memoravel dia sete do corrente, ante a Camara Municipal, quanto a não se ter expressamente declarado que a separação d'este Estado será até á maioridade de dezoito annos de S. M. o Imperador, o Sr. D. Pedro II, como diz o artigo cento vinte e um da Constituição para o Imperio do Brazil, ha introduzido receios e desconfianças n'esta capital, em consequencia de ter-se assentado n'esta medida, quando se tratou do glorioso feito promovido n'aquelle dia, e por aquella

acta, vêm representar o expendido a V. Exa. para que se digne, com a brevidade possivel, convocar a Camara Municipal e as classes geraes d'este Estado, a fim de que, reunidas, se proceda em acta á mencionada declaração, pois que estão convencidos de que esta medida é tanto de summa vantagem, quanto a unica capaz de fazer conseguir todos os animos a abraçarem a causa proclamada, livrando o Estado do flagello que ordinariamente se experimenta, quando as mudanças politicas do governo não são unanimemente abraçadas.—Bahia, nove de Novembro de mil oitocentos trinta e sete (seguiam-se as assignaturas).

«E resolveu-se que se mandasse publicar por editaes, não só a declaração feita, senão tambem o convite aos cidadãos para que comparecessem no paço d'esta Camara, a fim de assignarem a presente acta, que se mandou imprimir. Feito o que, passou-se á nomeação interina de Juiz Municipal para a cidade, em consequencia do impedimento de molestia do actual, e foi eleito o bacharel formado Antonio José Pereira de Albuquerque, a quem se mandou fazer o competente aviso para vir prestar o juramento do estylo. Fechou-se a sessão. *Luiz Antonio Barbosa de Almeida*, Presidente.—*João Carneiro da Silva Rego*, Vice-Presidente.—*Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira*, Secretario ([1]).

(Seguem-se mais 26 assignaturas).

---

(1) No anno de 1833 deu-se com o dr. Sabino Vieira um facto lamentavel que precisa de ser esclarecido para que fique accentuado o pundonor do conceituado bahiano.

Do brigue *Tres de Maio* passando-se para o brigue-barca *Vinte e Nove de Agosto*, o presidente Francisco de Souza Paraiso expediu, no dia 9, esta energica proclamação:

«Bahianos! Tendes testemunhado que a mais vergonhosa revolta permittiu que triumphasse na capital o nefando plano de separar-se esta bella provincia da união do Imperio, projectado por pessoas só conhecidas por desfavoraveis circumstancias.

«E será possivel, bahianos, que, resfriado o vosso patriotismo, e o amor á sagrada pessoa do nosso joven Imperador, por muitos dias taes individuos, despidos de todos os prestigios e incapazes de fazerem a felicidade de alguem, se julguem victoriosos?!

«Aonde a vossa nobreza? Aonde o vosso brio? Não, bahianos, não é possivel que sejamos mudos e inertes espectadores dos destinos que espera a nossa capital!

Redigia elle a gazeta *O Investigador Brazileiro*, quando soube que Vicente Ribeiro Moreira, editor do *Jornal do Commercio*, não cessava de deprimil-o nas lojas e boticas que frequentava. O dr. Sabino chegou mesmo a surprehender o diffamador em uma de suas murmurações calumniosas, e ameaçou-o de que o espancaria si elle proseguisse em sua aviltante missão.

Considerando-se insultado, o intrigante levou este facto ao conhecimento de um irmão, alferes Moreira, que jurou vingal-o, e, para isso, armou-se de um chicote.

Uma occasião em que o dr. Sabino, vindo da Academia de Medicina, atravessava a praça de Palacio, surge-lhe ao encontro o alferes Moreira e o offende com o instrumento aviltante. Rapidamente o aggredido tira de seu estojo de operações um bisturi e com elle fere a carótida do official, que cai e morre momentos depois.

O dr. Sabino apresentou-se á prisão, compareceu a jury e foi absolvido unanimemente.

«É tempo; corramos ás armas; a villa de S. Francisco é o ponto de reunião; o tenente-coronel Argollo é o vosso chefe; a cidade da Cachoeira é destinada para séde da Relação.

«O bahiano que não procurar nos pontos marcados o governo legal, quer silenciosamente commetter um crime imperdoavel; o empregado publico que geralmente não comparecer, não póde ser contemplado como empregado do governo imperial; o militar que dentro de 15 dias se não apresentar, será rigorosamente punido.

«Escolhei, bahianos: ou supportar o jugo de um partido que só nos póde offertar a anarchia, ou vingar a maior das affrontas que foi feita ao Imperador, á lei e a seus fieis subditos. Viva a Religião! Viva o Imperador! Vivam os bahianos defensores da legalidade!

«Bordo do brigue-barca *Vinte e Nove de Agosto*, surto no porto da Bahia, aos 9 de Novembro de 1837.—*Francisco de Souza Paraiso* (1).

A 10 de Novembro, o tenente-coronel Argollo, de seu engenho Cajahyba, dirigiu ao presidente um officio, assignado tambem pelo chefe de policia dr. Francisco Gonçalves Martins, depois barão de S. Lourenço (2), concitando aquella

---

(1) Impresso a bordo do brigue-barca *Vinte e Nove de Agosto*.

(2) O dr. Francisco Gonçalves Martins nasceu na freguezia do Rio Fundo, termo de Santo Amaro (Bahia), a 12 de Março de 1807, e falleceu a 10 de Setembro de 1872. Deputado geral nas legislaturas de 1834 a 1850, foi n'este anno escolhido senador. Presidiu a Bahia nos annos de 1848 a 1852 e de 1868

auctoridade a promover o bloqueio da capital, lembrando-lhe providencias acertadas que deveriam ser postas em execução immediatamente, como a chamada do arcebispo D. Romualdo Antonio de Seixas ([1]), funccionarios civis e militares para o gremio dos legaes, e convidando-o para constituir séde do governo em Santo Amaro ou Cachoeira.

Accedendo ao convite, o presidente seguiu para o engenho Cajahyba, onde, inspirado por seus amigos, tomou medidas energicas para suffocar a revolta no ponto do nascedouro; a 13 de Novembro fez proclamação aos habitantes do Reconcavo; officiou ao coronel Ignacio Bulcão para que organizasse um esquadrão de cavallaria na villa de S. Francisco; ao coronel Rodrigo Brandão, nomeando-o commandante das forças que levantasse na Cachoeira e ao coronel Antonio de Souza Lima, nomeando-o commandante das forças estacionadas na ilha de Itaparica.

De Santo Amaro officiou na mesma data ao juiz de direito Antonio Simões da Silva, avisando-o de que o total das forças ia reunir-se em Pirajá, no sentido de pôr em sitio a capital.

Sentindo, porém, aggravar-se os seus incommodos de

---

a 1871. Exerceu o cargo de ministro do imperio no gabinete de 11 de Maio de 1852, assignalando a sua passagem no governo pela inauguração da primeira estrada de ferro no Brazil e navegação a vapor no Amazonas.

(1) D. Romualdo Antonio de Seixas, marquez de Santa Cruz, 17.° arcebispo da Bahia e primaz do Brazil, nasceu em Cametá (Estado do Pará), a 7 de Fevereiro de 1787 e falleceu na Bahia a 29 de Dezembro de 1860.

saude, o presidente Souza Paraiso — que por occasião da fuga de Bento Gonçalves da fortaleza de S. Marcello havia pedido demissão de seu cargo — passou a administração da provincia a Luiz Paulo de Araujo Bastos; este não a poude acceitar por doente. Aquella auctoridade teve de officiar, no dia 14, a Honorato José de Barros Paim, entregando-lhe a presidencia, que foi acceita.

Ao investir-se do poder, o vice-presidente Honorato Paim enviou da Cachoeira, em data de 15, uma forte proclamação aos habitantes da capital da Bahia, estimulando-os a abandonar os *tyrannos que os opprimiam*, *os infames e perversos que assim haviam abusado da credulidade dos soldados da guarnição*, e convidando-os a se reunirem no Reconcavo.

Emquanto occorriam estes acontecimentos, vejamos o que se passava na ilha de Itaparica.

Um emissario dos revoltosos, Manoel Joaquim Tupinambá, natural da ilha, lavrador e morador na fazenda de S. João, prevalecendo-se do cargo de juiz de paz, conseguiu penetrar no edificio da camara municipal e ahi, no dia 11 de Novembro, fez lavrar uma acta de adhesão á causa dos rebeldes.

Tupinambá remetteu, no dia 15, copia da acta ao vice-presidente intruso João Carneiro da Silva Rego, acompanhada de officio, dizendo que, em observancia ao officio d'aquella auctoridade, de 10 de Novembro, havia a tropa e o povo da ilha *elevado nossa patria á categoria de Estado livre e independente, durante a menoridade do Sr. D. Pedro II.*

'o mesmo documento queixava-se de que Itaparica esti- desarmada absolutamente, pois o revolucionario só tinha u poder 20 armas ruins e desconcertadas; denunciava !aragogipe recusava commerciar em farinhas com a ilha a *um apparato de força e duas canhoneiras para influir iimos e resolver vontades indecisas.*

'o mesmo dia 15, em que Tupinambá dava conta de sua mbencia, reunia-se a camara municipal de Itaparica zia a seguinte proclamação:

«Itaparicanos! A camara municipal d'esta villa se congra- .a comvosco. Acaba de ir por terra o governo fratricida da capital. O brio que bem como a vós anima a todos os amigos da lei, tem regenerado a ordem que havia sido perturbada e vai restituindo a paz ás familias.

«A aversão d'esta camara á acta do tal dia 11 d'este mez vos foi bem manifesta e evidente. Nem uma só voz de adhesão partiu d'esta camara, nem uma publicação se fez, no municipio, d'aquella fatal acta, nem de papel algum em que esta mesma camara mostrasse a menor sympathia com a desordem da capital.

«Eia! Uni-vos, abraçai-vos e sêde fieis á Constituição; só d'ella pode emanar a felicidade dos brazileiros. Viva a Religião! Viva a Constituição! Viva o Sr. D. Pedro II e o governo legal estacionado em Santo Amaro!

«Paço da camara municipal, 15 de Novembro de 1837. —*Agostinho da Costa Lima*, presidente.—*Caetano Alvares de Souza*, vereador e secretario.—*Luiz Gonzaga da Luz.*—*José Narciso de Carvalho.*—*Elias José Barbosa.*—*José Carneiro Ribeiro.*—*Marcellino Antonio Rodrigues*».

Em seguida—a exemplo de que se praticou na capital—lavrou-se uma acta que destruiu completamente *a tal* de 11 de Novembro e foi assignada por muitas pessoas de consideração, como o padre João Nepomuceno da Rocha; coronel do estado maior Manoel da Silva Daltro; coronel José Ricardo da Silva Horta; tenente-coronel Francisco Xavier de Barros Galvão; tenente-coronel João Antonio de Souza Portugal; tenente, commandante da fortaleza, José Pedro de Menezes; juiz de orphãos, José Caetano da Costa; capitão do 1.° batalhão da guarda nacional, Antonio da Costa Chastinet; ajudante de ordens do commandante superior da guarda nacional da Bahia, Rodrigo Pereira de Menezes da Silva Daltro; capitão José Venancio Tupinambá; tenente Alexandre Xavier de Barros Galvão; José Thomaz de Aquino, escrivão da entrada da alfandega, e outros.

Receosos de tropelias, abandonaram a capital quasi todos os funccionarios publicos, auctoridades, negociantes e clero e passaram-se para Santo Amaro, onde o illustrado arcebispo D. Romualdo publicou uma pastoral chamando á obediencia os cidadãos rebellados.

O thesoureiro geral Manoel José de Almeida Couto con-

seguiu reunir o dinheiro existente nos cofres a seu cargo e entregou-o, na importancia de 460:600$000, ao vice-presidente Paim, a fim de fazer face ás despezas da guerra que se ia encetar.

Reunidos os funccionarios em Santo Amaro, ahi formaram uma companhia que se incorporou ao batalhão da guarda nacional e tomou a si a defesa da cidade.

Ficou a cidade do Salvador completamente entregue aos sediciosos.

Por achar-se ausente, nos Estados Unidos, o presidente acclamado Innocencio da Rocha Galvão, assumiu o supremo governo, como dissemos, o vice-presidente João Carneiro da Silva Rego, o qual nomeou seu secretario o dr. Sabino e commandante das armas o major Sergio José Velloso.

O chefe rebelde João Carneiro convidou o juiz de direito dr. Antonio Simões da Silva para assumir o logar de chefe de policia, visto ter-se ausentado da cidade o dr. Francisco Gonçalves Martins, que exercia o cargo.

O dr. Simões acceitou a incumbencia e á frente de um batalhão de policia atravessou as ruas da cidade dando vivas ao Imperador e á Constituição, e, marchando para o campo de Pirajá, ahi preparou-se para contraminar o plano revoltoso.

Á força do dr. Simões aggregaram-se diversos contingentes vindos do Reconcavo, de S. Francisco, de Santo Amaro, indios de Pedra Branca e o batalhão de voluntarios da Cachoeira, enthusiasmados todos pela idéa de libertar a capital dos desastres da anarchia.

Como na guerra contra o general Madeira, Pirajá tornou-se o centro das operações, com a differença de que os patriotas não iam combater soldados portuguezes e obrigal-os a deixar este solo, porém preparavam-se para luctar contra irmãos, em bem da tranquilidade geral e victoria da lei.

Assumiu o commando em chefe das forças legaes o tenente-coronel Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, pae do bravo official do mesmo nome que tanto se distinguiu na guerra do Paraguay.

O governo central nomeou para dirigir a provincia o cidadão Antonio Pereira Barretto Pedroso. Ao chegar, o novo presidente incumbiu ao commandante do brigue *Tres de Maio* estabelecer o bloqueio do porto e dirigiu-se para a cidade da Cachoeira, onde assumiu o exercicio do cargo a 19 de Novembro de 1837.

Da Cachoeira Barretto Pedroso expediu ordens para que se estreitasse o bloqueio, collocando-se os vasos de guerra em linha, para que a capital fosse, ao mesmo tempo, atacada por terra e por mar.

Para offerecer completa resistencia, os revoltosos retiraram dos armazens da alfandega quinhentas armas; trataram de fortificar a cidade por meio de trincheiras em diversos pontos e tentaram, rompendo o sitio, alliciar á sua causa os escravos dos engenhos.

A 18 de Novembro saltaram no porto do Manguinho, na ilha de Itaparica, e em numero de cento e vinte pretenderam apossar-se da povoação e da fortaleza, porém foram

valentemente repellidos pela força commandada pelo coronel Antonio de Souza Lima. A 30 do mesmo mez travaram novo combate, porém foram derrotados e obrigados a refugiar-se na capital.

Convidado o presidente da provincia de Sergipe no sentido de auxiliar a revolta, deu como resposta enviar soldados em defesa da causa legal.

O presidente de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, enviou tambem uma columna de 500 praças ao mando do tenente-coronel José Joaquim Coelho, a qual chegou a Pirajá a 3 de Janeiro, elevando a 4,000 o numero de combatentes.

A 5 de Janeiro de 1838 o governo revoltoso publicou uma circular chamando ás armas todos os cidadãos residentes na cidade da Bahia, que deviam servir, ou voluntariamente ou compellidos pela força.

Nos dias 6 e 8 de Janeiro foram de novo atacados alguns pontos guarnecidos pelas forças legaes, travando-se o principal combate na Campina, onde os pernambucanos conquistaram completa victoria.

Á vista d'estes revezes e da fome que já fazia sentir os seus desesperadores effeitos, começou a população a mostrar-se inquieta e impaciente para que a lucta findasse quanto antes.

Escasseando cada vez mais os mantimentos, resolveu o governo permittir que sahissem da capital as mulheres, os meninos menores de 15 annos e cidadãos maiores de 50, com prohibição de levarem escravos, considerados soldados da

revolta. Conta-se que quando o navio conductor d'estes emigrantes passou por deante do Forte do Mar ou de S. Marcello, partiram d'ahi descargas contra elle, occasionando ferimentos e mortes.

A 17 e 18 de Janeiro, as forças legaes, sob o commando do tenente-coronel Argollo, travaram sanguinolentos combates com os revoltosos, cabendo o triumpho ao governo imperial, que contou entre os mortos os capitães Joaquim Marques de Carvalho e José de Cerqueira Sussuarana, alferes Silverio de Souza Pinheiro e dez soldados, e entre os feridos o capitão Solidonio que, baleado em uma perna, sustentou durante seis horas nutrido fogo.

A 19 do mesmo mez, o presidente revoltoso creou Ministerio, expedindo decretos das nomeações seguintes:

Ministro da Fazenda e Presidente do Thesouro Publico —Joaquim da Silva Freire.

Ministro da Justiça—Dr. João Carneiro da Silva Filho.

Ministro da Marinha—Tenente-general Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

Ministro da Guerra—Tenente-coronel Daniel Gomes de Freitas.

Ministro do Interior e interinamente de Extrangeiros—Dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira.

Foi designado Vice-Presidente o Dr. João Carneiro Filho, o qual, por edital de 22 de Janeiro, ordenou ao major Pedro Barbosa Leal, incumbido da policia da cidade, que procedesse ao recrutamento forçado.

Dispunham os revoltosos de um navio, o brigue-escuna *Trovão*, commandado por um official de appellido *Malhado*, que só constrangidamente acceitára a perigosa incumbencia.

Na primeira opportunidade que se lhe offereceu, Malhado passou-se para os legalistas—procedimento que encheu de odio aos revolucionarios a ponto de queimarem dez casas pertencentes áquelle official.

A 16 de Fevereiro decretou o governo de João Carneiro a confiscação de todos os predios pertencentes a brazileiros e a portuguezes que estivessem em armas contra a sedição.

Por esse tempo chegou ao porto da Bahia o brigue inglez *Visard*, conduzindo mantimentos destinados a subditos de sua nação: atormentado pela fome, o povo tomou conta de todos os viveres, apezar da viva reluctancia dos marinheiros.

Tambem uma barca austriaca tentou trazer á capital um grande carregamento de farinha; mas, ao approximar-se do ancoradouro, foi obrigada a virar de bordo e afastar-se, em vista da perseguição que contra ella desenvolveu o brigue *Constança*, do commando do capitão-tenente Joaquim José Ignacio, mais tarde visconde de Inhaúma (1).

Affrontando os tiros que de terra lhe eram disparados, este bravo official expelliu do porto o navio extrangeiro, e, ao voltar ao ponto de ancoragem, mereceu enthusiasticos vivas

---

(1) Joaquim José Ignacio nasceu em Lisboa a 30 de Julho de 1808 e falleceu no Rio de Janeiro a 8 de Março de 1869, no posto de almirante.

das guarnições de uma corveta ingleza, de um brigue francez e de uma escuna norte-americana.

A 21 de Fevereiro chegava á Bahia o marechal João Chrysostomo Callado, nomeado commandante em chefe das forças imperiaes.

Em conferencia com o commandante da esquadrilha, deliberou que se apertasse cada vez mais o cerco da capital, por terra e por mar, obrigando os rebeldes a render-se pela fome. N'este proposito conservava-se, preferindo a inacção ao derramamento de sangue. Baldadamente lhe officiava o presidente Barretto Pedroso: «Ataque V. S., quanto antes, os rebeldes da capital, o que lhe é mui positivamente ordenado por este governo».

E em officio de 6 de Março: «Não resta, pois, senão que V. S. dê suas ordens a fim de que acabe a desgraçada revolta, que tantos males está causando a esta provincia. Comquanto tenha por varias vezes exposto a V. S. a urgentissima necessidade que ha de dar o ultimo golpe á rebeldia, não posso comtudo, por esta occasião, deixar de inteirar a V. S. de varias noticias que obrigam ao governo da provincia a exigir de V. S. que seja quanto antes dado aquelle golpe».

Como estimulo ao marechal, declarava o presidente que havia suspeitas de que a sedição tendia a espalhar-se pela Feira de Sant'Anna, arrastando, talvez, uma insurreição de escravos.

O commandante em chefe preferia prudenciar.

Contra esta inactividade reclamou o tenente-coronel José

Joaquim Coelho, commandante da força pernambucana, a qual, por se achar muito proxima da linha inimiga, soffria continuos tiroteios.

Obtida do marechal permissão para atacar, este commandante, á frente de tres companhias, investiu contra os revoltosos no dia 13 de Março e desalojou-os dos pontos occupados. Ganhando cada vez mais terreno, conseguiu tomar-lhes uma peça de artilheria e approximar-se dos pontos Bate-Folha e S. Caetano, guarnecidos fortemente com sete canhões de grosso calibre; uniu-se depois a sua columna á primeira brigada do exercito sob as ordens do coronel Antonio Corrêa Seara e ambas fizeram recuar os rebeldes até á Lapinha; d'ahi ao forte do Barbalho e d'este ponto ao forte de S. Pedro, onde se entrincheiraram.

No mesmo dia 13, uma columna ao mando do major do 7.° batalhão Carlos Cesar Burlamaqui tomou os fortes da Lagartixa e Jequitaia, e foi occupado Itapagipe pelas forças estacionadas nos engenhos da Platafórma e Cabrito, auxiliadas pelas barcas commandadas pelo 1.° tenente Benjamin Carneiro de Campos.

A 14 de Março, a terceira brigada, commandada pelo coronel José de Sá Bittencourt e Camara, que havia occupado os pontos de Itapoan e Rio Vermelho, entrava pelo lado do Bom Gosto e ia reunir-se ás demais forças no largo de S. Pedro.

Vendo os revoltosos que se achavam inteiramente perdidos, atearam fogo em mais de sessenta edificios, no caes novo, no

largo da Piedade, no Areal, na Ajuda e nas ruas do Paço e do Cabeça, pondo em alarme a população.

O alarido produzido pelos incendios e o continuo tanger dos sinos incutiram febre nos belligerantes e horrorosa foi a carnificina dos dias 14 e 15 de Março.

Ás 6 horas da tarde do dia 15, o forte de S. Pedro içou bandeira branca e o commandante Sergio José Velloso enviou ao marechal Callado uma proposta de capitulação n'estes termos:

«A força militar sob o commando do abaixo-assignado, desejando evitar de uma vez o derramamento do sangue brazileiro, propõe o seguinte: que se depõem desde já as armas, sob condição de liberdade a todos, que jamais devem ser tidos como criminosos pelo simples facto de dissentimento de opiniões politicas. —*Sergio José Velloso.*»

O marechal respondeu á proposta:

«O general do exercito brazileiro com forças sobre o forte S. Pedro, só convem que a guarnição rebelde se entregue á discrição.— Campo sobre o forte de S. Pedro, 15 de Março de 1838, ás 6 horas da tarde.—*João Chrysostomo Callado*, marechal de campo.»

Submettidos á lei, desfilaram do forte 586 praças, 15 musicos e cornetas, 8 officiaes e o chefe. Renderam-se em seguida a fortaleza da Gambôa e o Forte de S. Marcello.

Segundo a participação official mandada pelo general Callado ao ministro da guerra em data de 17 de Março,

houve por parte dos revoltosos 600 mortos e mais de 1.700 prisioneiros.

Effectuou-se a prisão dos chefes revolucionarios: o presidente João Carneiro, seu filho e o chefe de policia Antonio José de Sá Freire e Mattos, que foram encontrados em uma casa para alugar, na Lapinha; o medico Alexandre Gaulette, que se achava occulto em um quarto da casa do vice-consul francez Degrivel; o dr. Sabino, que foi encontrado occulto em um guarda-roupa do mesmo Degrivel; o ministro da marinha, tenente-general Manoel Pedro de Freitas Guimarães; majores Innocencio Eustachio Ferreira de Araujo e José Joaquim Leite, que commandaram divisões, dr. Francisco Liberato de Mattos, encarregado do expediente da justiça, e muitos outros.

Conduzido para bordo da corveta *Sete de Abril*, o dr. Sabino teve de submetter-se a ferros e permanecer incommunicavel.

Levados a jury os revoltosos civis e á *Junta Militar de Justiça da Bahia* os officiaes, foram condemnados á morte o dr. Sabino, João Carneiro pae e filho, Sergio Velloso, Innocencio Eustachio, José Leite e Alexandre Ferreira do Carmo Sucupira; a galés perpetuas Hermes Corrêa de Moraes; a prisão com trabalhos Antonio de Sá Freire e Mattos e Alexandre Gaulette.

Como um documento curioso, pela agglomeração de crimes imputados a um só homem, registamos a sentença proferida contra o dr. Sabino:

SENTENÇA DADA PELO JURY DA CAPITAL DA BAHIA CONTRA O DR. FRANCISCO SABINO ALVARES DA ROCHA VIEIRA

Á vista da decisão do jury, condemno o réo Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira nas penas seguintes: pelo crime do art. 201—em um anno de prisão e multa correspondente á metade do tempo; pelo crime do art. 202—em sete annos de prisão e multa correspondente á metade do tempo; pelo crime do art. 203—em sete annos de prisão e multa correspondente á metade do tempo; pelo crime do art. 204—em tres annos e meio de prisão e multa correspondente á metade do tempo; pelo crime do art. 205—em nove annos e quatro mezes de prisão e multa correspondente á metade do tempo; pelo crime do art. 89—em vinte e tres annos e quatro mezes de prisão; pelo crime dos arts. 68, 85 e 87—em prisão perpetua com trabalho, e, finalmente, pelos crimes dos arts. 113 e 192—condemno o réo á morte. Guarde-se na imposição d'estas penas o disposto no art. 61 do codigo penal e condemno tambem o réo por todos estes crimes na indemnização que se liquidará em juizo competente. O escrivão faça as intimações da lei, pagas as custas pelos bens do réo.

Bahia, 2 de Junho de 1838.—*Victor de Oliveira.*

Por decreto de 22 de Agosto de 1840, houve por bem o Imperador conceder amnistia a todos os brazileiros envolvidos em crimes politicos, e, em conformidade com os §§ 2.° e 3.°

do art. 1.º do mesmo decreto, foram obrigados a seguir diversos destinos os réos:

Dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, para residir temporariamente na provincia de Goyaz.

João Carneiro da Silva Rego, dr. João Carneiro da Silva Rego Filho e Daniel Gomes de Freitas, para a provincia de S. Paulo.

Sergio José Velloso, José Joaquim Leite, Alexandre Ferreira do Carmo Sucupira e Innocencio Eustachio Ferreira de Araujo, para Ouro Preto (Minas Geraes).

Alexandre Gaulette, francez, deportado para fóra do Brazil.

O dr. Sabino Vieira chegou a Goyaz em 1840.

Ahi casou em 1843 com d. Rosa, filha de Francisco Manoel Vieira. Nasceram d'este consorcio dois filhos, Fabio e Eponina, que falleceram ainda jovens.

Tendo-se tornado chefe do partido liberal em Goyaz e contrario á politica seguida pelo presidente conservador D. José de Assis Mascarenhas, o dr. Sabino foi remettido preso para Matto Grosso, em 1844. Passou a residir na fazenda de Santo Antonio da Jacobina (municipio da cidade de S. Luiz de Caceres), onde falleceu a 25 de Dezembro de 1846 e foi sepultado na capella da mesma fazenda.

O *Instituto Geographico e Historico da Bahia* incumbiu a tres de seus socios, dr. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães e Rogociano

Pires Teixeira, a tarefa de promoverem a trasladação dos ossos do revolucionario para aquelle estabelecimento scientifico.

O auto de exhumação foi concebido nos termos seguintes:

«Aos vinte e seis dias do mez de Janeiro do anno de mil oitocentos noventa e seis, 8.º da Republica dos Estados Unidos do Brazil, n'esta fazenda de Santo Antonio da Jacobina, municipio da cidade de S. Luiz de Caceres, do Estado do Matto Grosso, presente o meretissimo subdelegado de policia do 1.º districto, Honorio Augusto Nunes da Cunha, commigo escrivão do seu cargo abaixo nomeado, bem como as testemu nhas tenente-coronel Diogo Nunes de Souza e Duarte Bastos, pelo mesmo subdelegado foi ordenado que se procedesse á exhumação dos restos mortaes de medico bahiano dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, fallecido n'esta fazenda em 25 de Dezembro de 1846 e sepultado na capella da mesma fazenda.

«Em acto continuo, e no centro da referida capella, quasi junto ao altar, deu-se começo ao trabalho da excavação de uma sepultura, em cuja tampa no assoalho da egreja se lia a seguinte inscripção: TRIBUTO AO SABER E Á AMIZADE. AQUI DORME O SOMNO DOS MORTOS O DR. F. SABINO A. DA R. VIEIRA, NASCIDO NA PROVINCIA DA BAHIA. FALLECEU AOS 25 DE DEZEMBRO DE 1846, DEIXANDO DE SUA MORTE SAUDOSAS RECORDAÇÕES AO SEU COMPADRE E AMIGO J. C. P. LEITE (1), o que feito, foram n'ella encontrados os ossos do

---

(1) João Carlos Pereira Leite.

referido dr. Sabino, os quaes o meretissimo subdelegado mandou recolher n'uma urna de madeira, que, depois de fechada, tem de ser enviada ao Estado da Bahia, conforme a requisição do *Instituto Geographico e Historico* do mesmo Estado.

«E para constar, foi lavrado o presente auto, que lido e achado conforme, vai assignado pelo meretissimo subdelegado de policia e por duas testemunhas; do que dou fé.

«Eu, Miguel Angelo Pinto de Arruda, escrivão de policia, o escrevi e subscrevi.—*Honorio Augusto Nunes da Cunha*, subdelegado de policia.—*Miguel Angelo Pinto de Arruda*, escrivão.—*Diogo Nunes de Souza*, *Duarte Bastos*, testemunhas.»

O *Instituto Geographico e Historico da Bahia* conserva, como reliquias preciosas, os venerandos restos do illustre bahiano.

Como tributo á sua memoria, trasladamos para este livro as palavras que o illustrado dr. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1) proferiu no *Instituto Historico Geographico do Brazil* em referencia a seu distincto conterraneo:

---

(1) O dr. Sacramento Blake nasceu na cidade do Salvador da Bahia a 2 de Novembro de 1827 e falleceu no Rio de Janeiro a 24 de Março de 1903. Fundou o *Atheneu*, periodico scientifico e literario dos estudantes da faculdade de medicina da Bahia, o qual floresceu nos annos de 1849 e 1850. Era formado pela referida faculdade. Collaborou nas gazetas *Guaycurú*, *Mosaico*, *Crepusculo*, *Noticiador Catholico*, *Borboleta* e *Marmota*, da Bahia, assim como no *Archivo medico brazileiro*, *Annaes de Medicina*, *Gazeta dos hospitaes*, *Guaraciaba* e *Beija-flôr*, do Rio de Janeiro. Era socio do *Instituto Historico e Geographico do Brazil*, do *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, do *Instituto*

«O dr. Sabino Vieira era um dos afamados medicos da Bahia, de uma larga clientela, não só por seu vasto saber e illustração, como pela verdadeira caridade com que exercia a medicina. No leito da doença eram todos os homens eguaes para elle. Não sabia distinguir o que nas alturas da opulencia fruia os gosos da vida, do que arrastava a existencia em lucta com a miseria; não sabia distinguir o rico, o que pagava generosamente seus serviços, do pobre, do indigente, a quem muitas vezes deixava com a receita a moeda necessaria para a compra do remedio ou de qualquer genero de dieta. O gemido de dôr echoava egualmente em seu coração bemfazejo, achava a mesma guarida em sua alma caridosa.

«Era querido muito merecidamente de toda a grande corporação medica da Bahia, principalmente da congregação da Academia, de que era um dos ornamentos, dos estudantes pela elevação de seu espirito, pela pujança de seu talento, pela profundeza de seus conhecimentos, pela eloquencia e ao mesmo tempo clareza de expressão que captivavam sempre seus alumnos quando occupava a cadeira como lente substituto da mesma Academia. N'essas occasiões lhe podiam ser

---

Archeologico e Geographico de Pernambuco, membro honorario do *Atheneu* de Lima e socio da Academia do Ceará.

Legou á patria uma obra monumental, o *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, em 7 vols., o maior e o mais importante repositorio que possuimos de preciosos apontamentos sobre escriptores nacionaes. Obra levada ao cabo após dezenove annos de continuas luctas e de sacrificios, que alteraram profundamente a saude do auctor e o privaram da vista, ella compensou-lhe os gigantescos esforços, concedendo-lhe a immortalidade literaria.

applicadas as palavras que escreveu Cormenin em relação ao sabio da França, Arago: «Si, face a face com a sciencia, a contempla com profundeza para devassar seus arcanos e observar suas maravilhas, então sua admiração por ella começa a tomar uma linguagem magnifica, sua voz se inflamma, sua palavra adquire um certo colorido, sua eloquencia torna-se sublime, como é sublime o assumpto ([1]).»

A 16 de Março de 1838, entrava na capital bahiana o presidente legal Antonio Pereira Barretto Pedroso, que assim proclamou a victoria da lei:

«Bahianos! A capital d'esta importante provincia está arrancada ás garras da demagogia; o denôdo com que tantos heróes da patria se distinguiram n'este successo eternizará seus nomes e encherá de espanto a posteridade.

«O campo da gloria, esse Pirajá outr'ora assignalado com os trophéos da independencia, acaba de radicar a constituição, o throno e o altar, tão ignominiosamente ultrajados por esse bando de perversos que vindes de debellar.

«Bahianos! Valentes Pernambucanos! Honrados Sergipanos, distincto corpo da armada, que com as vossas vidas e á custa do vosso sangue, esmagastes a hydra da anarchia, vossos feitos são outras tantas columnas em que acabais de firmar o throno augusto de nosso joven monarcha, e com elle a existencia e prosperidade de vossas provincias.

---

(1) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Braz*, tom. XLVIII, 2.a part., pag. 246.

«Vós acabais de testemunhar o incendio, o roubo ([1]), e horrores de toda a casta de que foi victima esta cidade; certificai-vos por ahi quanto perigam nossas vidas e nossas fortunas com o bello ideal d'essas republicas que nos inculcam os inimigos da ordem.

«O sempre memoravel dia 16 de Março de 1838, que trouxe a paz á Bahia e ao Brazil, será estampado na historia em caracteres de ouro; seja elle para nossos vindouros dia sempre de gloria e de estimulo.

«Eia, pois, voltai aos vossos lares a gosar da paz de que ha tanto estais privados; esse resto de bandidos que ainda infesta o interior da provincia, prestes a ser esmagado pelos nossos bravos que marcham sobre elles, acabará de sellar nossa gloria, nosso triumpho; rendamos, pois, as devidas graças ao Altissimo, que tanto vela sobre os destinos da nossa patria, e entoemos vivas á nossa santa religião, á Constituição, ao nosso augusto e joven monarcha o Sr. D. Pedro II, ao regente interino e aos bravos defensores da integridade do imperio.

---

(1) Vinte e seis foram os cofres arrombados pelos rebeldes, na alfandega, na thesouraria de fazenda, na camara, cahindo, portanto, em poder d'elles toda a fortuna publica existente na Bahia. Apenas se conseguiu salvar 460:600$000 que o thesoureiro geral Manoel José de Almeida Couto poude conduzir ao governo legal e 10:200$000 que ao mesmo governo entregou no Reconcavo o pagador da intendencia da marinha, João Lopes de Leão.

Vide *Rev. do Inst. Geog. e Hist. da Bahia*, vol. VII, pags. 280 e 281.

«Palacio do governo da Bahia, 16 de Março de 1838.— *Antonio Pereira Barretto Pedroso* (1)».

Como premio aos serviços prestados á pacificação da Bahia, o governo imperial promoveu o marechal Callado (2) a tenente-general effectivo e o tenente-coronel José Joaquim Coelho a brigadeiro, sendo mais tarde distinguido com o titulo de barão da Victoria.

Em signal de reconhecimento, o povo da capital fez correr uma subscripção com o fim de offerecer valioso mimo ao marechal Callado; este, porém, oppoz-se á idéa, pedindo que a quantia angariada fosse distribuida entre as viuvas e os orphãos dos que succumbiram na lucta.

Como retribuição a esta prova de generosidade, offertou-se um bello retrato de D. Pedro II á esposa d'aquelle official, com esta dedicatoria: OS BAHIANOS AGRADECIDOS AO MARECHAL CALLADO.

Ao presidente de Pernambuco, em testemunho de gratidão, os bahianos offereceram uma espada de honra, de ouro, cravejada de pedras finas.

De que modo tem a geração actual apreciado a *Sabinada?*

---

(1) Barretto Pedroso falleceu em Vassouras (Estado do Rio de Janeiro) a 6 de Agosto de 1883.

(2) O marechal João Chrysostomo Callado nasceu a 24 de Março de 1780 na cidade de Elvas (Portugal) e falleceu na cidade do Rio de Janeiro a 1.º de Abril de 1857.

A constituição bahiana considerou dia *feriado* ou de festa estadual o *7 de Novembro*, reconhecendo assim, na sedição, intuito republicano, o que é claramente impugnado pela historia.

Porém uma bem redigida e criteriosa gazeta bahiana, estudando o movimento á luz dos factos documentados, assim se externa:

«Por uma disposição da Constituição do Estado, quando inaugurámos a era republicana, foi considerado no caso de merecer as honras do *feriado*, o dia commemorativo da ultima revolta havida n'esta capital, como sendo o facto revelação de anceios democraticos, synthetizados na forma do regimen adoptado.

«Foi um erro historico, e uma injustiça perpetrada contra os defensores da legalidade, que não fôra alli atacada em sua essencia, mas tão sómente no pessoal do Executivo...

«A revolução de 7 de Novembro foi o impulso de uma facção, auxiliada pela tropa de linha em más condições de disciplina. Queria-se o dominio local, não para desenrolar um novo programma de liberdades, mas tão sómente para mudar o pessoal da dominação na actualidade.

«Não se tratava de deposição do imperialismo, acceitando todos a forma monarchica; visava-se apenas arredar os politicos em evidencia para abrir caminho a novas ambições que fermentavam. Era a regencia que desafiava os rancores, porque a inquinaram de parcialidade manifesta no jogo

constitucional, quando a sua attitude deveria ser a da completa neutralidade.

«O caracter, pois, de revolução provincial desappareceu para dar logar ao de revolta localizada.

«Tanto a idéa dos revoltosos não fôra plantar o regimen republicano, que os promotores do facto appellaram para a maioridade do Imperador, como salvaterio do paiz, prestando elles á forma monarchica pleno devotamento. O programma que exibiram não traz uma só idéa que justifique o conceito hoje dispensado ao lamentavel acontecimento.

«Foi um desconchavo e não um systema, uma iniquidade que reduziu a cinzas parte da cidade e fez correr rios de sangue, sem que os sacrificados soubessem por que se batiam.

«A Republica não póde ir buscar sua origem em tão monstruosos attentados.

«Abafado o parto da loucura, dois annos depois effectuou-se a maioridade, que foi saudada como a satisfacção dada aos resentimentos politicos accumulados. Basta ler-se os annaes do parlamento d'aquella data para se conhecer o alcance da intitulada—*Sabinada.*

«Como irmãos, devemos passar uma esponja sobre essas aberrações tristissimas e esquecer os moveis que as determinaram.

«Já que o Estado entendeu que tambem deveria apresentar o seu titulo republicano, antedatado, e escolheu o *7 de Novembro* para symbolizal-o, não podemos retroceder, e o remedio que ha é deixar correr o tempo, até que, restabele-

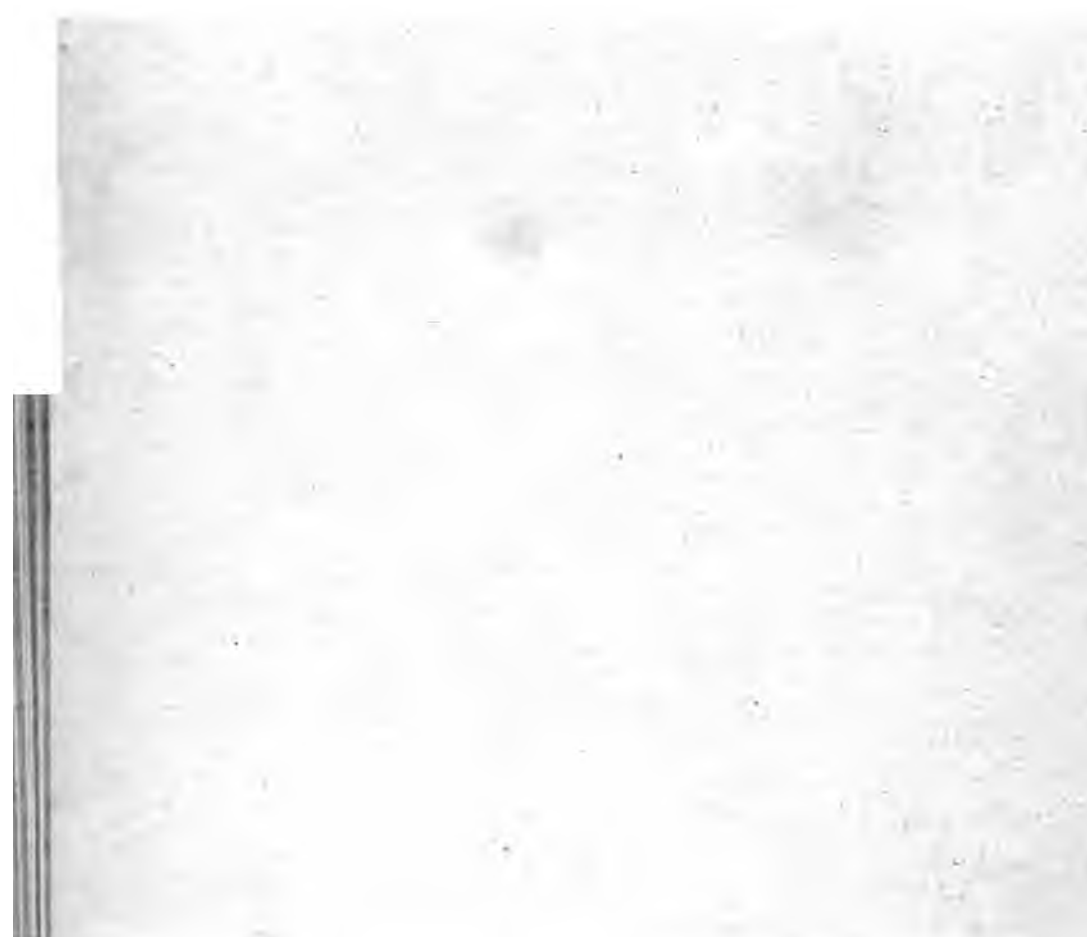
cida a calma nos espiritos e firmada a republica nos habitos e nas aspirações conscientes, o bom senso descasque essa amendoa assucarada, e dê o devido valor ao fragmento do fructo que os enfeites avolumam.

« Não é de taes tradições que o nosso regimen viverá, nem por ellas lhe virá o menor prestigio (1). »

Cremos ter caracterizado, por meio de documentos valiosos, o movimento sedicioso conhecido na historia por *Sabinada*, apresentando-o tal qual se deu, completamente alheio á idéa de republica.

Intencionalmente abrimos e encerramos este segundo e ultimo tomo de nossa obra com a narração minuciosa das duas guerras bahianas, porque desejamos, com estes fortes trabalhos investigadores, prestar homenagem e ao mesmo tempo tributo de gratidão á terra em cujo seio fecundo, no proprio anno das solemnes festas votadas ao centenario e em meio de nossa ardente febre de estudos historicos, vimos, com justo desvanecimento, nascer um filho — flôr de nosso coração brotada no alto da formosa e privilegiada montanha, productora de tantas notabilidades na Sciencia e na Literatura, semelhantes, em brilho e em duração perenne, ás estrellas da constellação que singularmente fulgura em nosso céo e se reflecte, como um symbolo de honra, no pavilhão de nossa Patria.

FIM

(1) *A Bahia* de 7 de Novembro de 1901.

INDICE ANALYTICO

INDICE ANALYTICO

DO

TOMO SEGUNDO

Pags.

CAPITULO XXII

CAPITULO XXVI

CAPITULO XXVIII

Pags.

EM NOTAS

CAPITULO XXIX

EM NOTAS

CAPITULO XXX

EM NOTAS

CAPITULO XXXI

EM NOTAS

CAPITULO XXXII

Pags.

EM NOTAS

CAPITULO XXXIII

Pags.

CAPITULO XXXIV

CAPITULO XXXV